

Iolanda Carvalho Fontenele
Sofia Laurentino Barbosa Pereira
Teresa Cristina Moura Costa

(Orgs.)

**EXTENSÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NA UFPI: TRAJETÓRIAS, SABERES
E CONTRIBUIÇÕES**



EXTENSÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFPI: TRAJETÓRIAS, SABERES E CONTRIBUIÇÕES

Autoras e autores

Ana Maria Cunha Iêdon	Lúcia da Silva Vilarinho
Ananda Ingrid Rodrigues de Oliveira	Luna Luiza Alves Lopes de Sousa
Beatriz Santos Teixeira da Silva	Maria Clara Lima e Silva
Carla Gabriela Nobre da Silveira	Maria D'Alva Macedo Ferreira
Charlenne Cristina da Luz Matos	Maria do Rosário de Fátima e Silva
Chrystiane Campelo da Silva	Marisa Dias Pinheiro Moura
Cristianne Kelly da Silva	Mayra de Sousa Gomes
Cynthia Leal França	Mônica Presley Ferraz
Dafne Dias Lages Monteiro	Nilo Craveiro Rodrigues
Edinaura Luza	Osmar de Oliveira Cardoso
Elivânia da Silva Moraes	Otacílio Batista de Sousa Netto
Érica Lidiane de Sousa Santos	Paula Jordânia Soares da Silva
Girlene Gomes Cunha	Rosilene Marques Sobrinho de França
Iolanda Carvalho Fontenele	Sarah Letícia Pachêco Calaça
Iracilda Alves Braga	Simone de Jesus Guimarães
Isabel dos Santos Oliveira	Sofia Laurentino Barbosa Pereira
Isadora Ravenna de Brito Pedreira	Teresa Cristina Moura Costa
João Victor de Oliveira Araújo	Terezinha de Fátima Rodrigues
Juliana Fracaro da Silva	Thamires Paes Landim da Costa
Léia Lima Soares	Vera Núbia Santos
Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva	Vívian Maria Almeida de Amorim
Luécia Laine Muniz de Sousa	Waleska Ferreira de Albuquerque
Lúcia Cristina dos Santos Rosa	

**Reitor**

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social

Graciele Barroso

Diretor da EDUFPI

Cleber de Deus Pereira da Silva

EDUFPI - Conselho Editorial

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho

Comitê Editorial ad hoc

Cassandra Maria Bastos Franco

Cirlene Aparecida Hilario da Silva Oliveira

Ellayne Karoline Bezerra da Silva

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Jodeyson Islony de Lima Sobrinho

Laina Jennifer Carvalho Araújo

Maria Aparecida Milanez Cavalcante

Marfisa Martins Mota de Moura

Patrício Azevedo Ribeiro

Paula Raquel Da Silva Jales

Rita de Cássia Barbosa dos Santos

Sâmia Luiza Coêlho da Silva

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão

Tulyana Coutinho Bento Pereira

Zaira Sabry Azar

Projeto gráfico e diagramação

Alexandre Wellington dos Santos Silva

Capa

Sarah Leticia Pacheco Calaça

Revisão

Iolanda Carvalho Fontenele

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Teresa Cristina Moura Costa

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

E96 Extensão em Serviço Social na UFPI : trajetórias, saberes e contribuições / organizadores, Iolanda Carvalho Fontenele, Sofia Laurentino Barbosa Pereira, Teresa Cristina Moura Costa. – Teresina : EDUFPI, 2024. 606 p. ISBN: 978-65-5904-343-9

1. Serviço Social. 2. Extensão. 3. Universidade Federal do Piauí. I. Fontenele, Iolanda Carvalho. II. Pereira, Sofia Laurentino Barbosa. III. Costa, Teresa Cristina Moura.

CDD 361

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite - CRB3/1004

Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela

CEP 64049-550 • Bairro Ininga - Teresina-Piauí – Brasil

Todos os direitos reservados



Sumário

Prefácio	10
Apresentação	24

PARTE I

A extensão universitária na formação em Serviço Social na UFPI a partir dos relatos orais de seus sujeitos

Entrevista com Aglair Alencar Setúbal.....	29
Entrevista com Maria Dulce Silva.....	51
Entrevista com Marlúcia Valéria da Silva.....	71

PARTE II

Contribuições e experiências de extensão universitária em Serviço Social na UFPI

Envelhecimento, cidadania e políticas públicas

Serviço Social e programas educacionais para pessoas idosas: contribuições e desafios aos Assistentes Sociais no PTIA/UFPI <i>Iolanda Carvalho Fontenele; Teresa Cristina Moura Costa</i>	129
--	-----

Minha experiência de extensão no PTIA UFPI: desafios, aprendizados e ressignificação do envelhecimento

Maria do Rosário de Fátima e Silva..... 164

Envelhecimento e ação extensionista emergencial: convivências e sociabilidades em tempos de pandemia da Covid-19

Iolanda Carvalho Fontenele; Isabel dos Santos Oliveira; Luécia Laine Muniz de Sousa; Thamires Paes Landim da Costa... 184

História, memória e Formação em Serviço Social

História e Memória do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí: contribuições da extensão

Sofia Laurentino Barbosa Pereira 208

SINESPP: memória histórica, envolvimento graduação e pós-graduação, vivências práticas

Maria D'Alva Macedo Ferreira; Maria do Rosário de Fátima e Silva; Simone de Jesus Guimarães..... 236

Jornada Científica de Serviço Social da UFPI: lembrança, celebração e continuidade

Sofia Laurentino Barbosa Pereira; Mayra de Sousa Gomes; Isadora Ravenna de Brito Pedreira..... 272

Saúde e Saúde Mental

Extensão universitária em saúde mental: o controle/participação social e a gestão em foco

Lucia Cristina dos Santos Rosa..... 299

Saúde mental e as contribuições de um projeto de extensão: relato de experiência em um contexto pandêmico

Ana Maria Cunha Iêdon; Carla Gabriela Nobre

da Silveira.....322

A extensão universitária em Serviço Social na saúde mental em tempos de pandemia: A arte de (re)inventar

Dafne Dias Lages Monteiro.....342

O Programa de Educação Tutorial pelo Trabalho para a Saúde – PET Saúde na UFPI (Campus Ministro Petrônio Portela): fortalecendo o ensino, a pesquisa e extensão

Lucia da Silva Vilarinho; Osmar de Oliveira Cardoso; Otacílio Batista de Sousa Netto; Waleska Ferreira de Albuquerque;

Ananda Ingrid Rodrigues de Oliveira.....359

Direitos humanos e Políticas Públicas

A importância da extensão universitária na defesa dos direitos humanos, sociais e cidadania: a experiência do PRAIDH na UFPI

Rosilene Marques Sobrinho de França.....383

PET Serviço Social: diálogos e vivências sobre anticapacitismo, acesso e permanência da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Piauí

Cynthia Leal França; Iracilda Alves Braga; Luna Luiza Alves Lopes de Sousa; Paula Jordânia Soares da Silva; Sarah Letícia Pachêco Calaça.....408

PET Serviço Social/UFPI: em pauta o enfrentamento ao racismo na universidade pública

Beatriz Santos Teixeira da Silva; Charlenne Cristina da Luz Matos; Iracilda Alves Braga; Lourdes Vitória de Melo Velloso Silva; Maria Clara Lima e Silva; Vívian Maria Almeida de Amorim.....424

Experiência extensionista do Serviço Social no enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (ENGENDRE)

Léia Lima Soares442

Ação extensionista emergencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social em Teresina, em tempos da Covid-19

Iolanda Carvalho Fontenele; Cristianne Kelly da Silva; Érica Lidiane de Sousa Santos; Marisa Dias Pinheiro Moura; Mônica Presley Ferraz.....464

PARTE III

A curricularização da extensão em Serviço Social

A institucionalização da extensão na Universidade Federal do Piauí: aproximações com o processo histórico e regulamentações

Chrystiane Campelo da Silva; Teresa Cristina Moura Costa.....491

Curricularização da extensão na formação em Serviço Social no Brasil: elementos históricos e políticos <i>Terezinha de Fátima Rodrigues; Juliana Fracaro da Silva; Girlene Gomes Cunha</i>	520
A curricularização da Extensão nos Cursos de Serviço Social no Brasil: aproximações iniciais, desafios e perspectivas <i>Elivânia da Silva Moraes; Edinaura Luza; João Victor de Oliveira Araújo; Juliana Fracaro da Silva; Vera Núbia Santos; Nilo Craveiro Rodrigues</i>	537
A curricularização da extensão no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI): concepção, normatização e desafios <i>Iolanda Carvalho Fontenele</i>	559
Posfácio	583
Sobre os(as) autores(as)	585

Prefácio

*Se queres ser universal, começa por
pintar a tua aldeia.*

(León Tolstói)

A coletânea “**Extensão em Serviço Social na UFPI: trajetórias, saberes e contribuições**” que vem à público é de grande importância, em especial para o contexto piauiense. Agradeço a oportunidade de entrar em contato com os escritos em primeira mão e realizar a tarefa de apresentá-los aos leitores e leitoras.

A memória de assistentes sociais comprometidas com o Projeto Ético-Político Profissional, com a extensão universitária, que teceram esse projeto em contextos adversos e em território piauiense é parte da história/memória do Serviço Social brasileiro. Esse coletivo de profissionais vem assumindo a tarefa de romper com a visão unívoca e indiferenciada do Serviço Social e da questão social.

Nas Diretrizes Curriculares de 1996, a “questão social” é entendida como base de fundação da profissão e se constitui como eixo norteador do currículo. A compreensão da centralidade da questão social em suas múltiplas expressões também nos requisita a necessidade de aprofundar elementos que

apreendam as singularidades próprias das realidades regionais do país. Como nos lembra Iamamoto (2008, p. 128) a questão social “carrega consigo a história de sua formação social, imprimindo seu caráter peculiar à organização da produção, às relações entre Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos”.

Dessa forma, o atual quadro sócio-histórico não pode ser tratado como pano de fundo para se analisar a formação e o trabalho profissional, mas como definidor e conformador das condições de vida da classe trabalhadora, da população usuária, dos serviços sociais e das políticas públicas.

O fio condutor da coletânea se refere a necessidade de registrar a memória profissional, de realizar a viagem de volta à historicidade da profissão, no sentido de trazer para o contexto atual o olhar sobre a realidade multifacetada, envolvendo as particularidades da formação profissional na Universidade Federal do Piauí (UFPI), que em 2026 completará 50 anos de existência e permanece como o único curso de Serviço Social público no estado. Assim, “apreender as múltiplas determinações societárias incidentes no trabalho profissional é de fundamental relevo, mas também se faz necessária a viagem de volta que permita uma rica releitura desse trabalho saturado de determinações” (Iamamoto, 2008, p. 244).

Sobre memória, Scheffer (2021, p. 130) traz importantes considerações ao observar que o senso comum dissemina a ideia de que “povo brasileiro não tem memória”. Segundo a autora, torna necessário problematizar esse senso comum a partir de dois aspectos:

- 1) o povo brasileiro tem memória sim; afinal, os cultos, os cantos, as danças, as comidas, ainda se fazem presentes e estão no cotidiano, expressando as resistências; e 2) a memória popular das lutas sociais, de resistência à opressão

-exploração, não são fomentadas – o que não aponta sua inexistência, mas a sua não celebração oficial.

Nesse sentido, chama a atenção de que o “esquecimento’ da história do povo brasileiro somente contribui para a perpetuação da ideia de que esse povo não tem memória, que é um povo pacífico, uns pacatos cidadãos” (Scheffer, 2021, p. 130). Essas considerações permitem realizar observações sobre o trabalho de “guardar memórias profissionais” levado à frente por colegas e parceiras de debates acadêmicos/profissionais, cujos resultados estão parcialmente apresentados nessa coletânea.

Destaco o desafio de se realizar a pesquisa e a extensão em uma conjuntura de extrema precarização das universidades públicas, em especial, a dificuldade em se obter financiamento para projetos de pesquisa na área de ciências humanas e sociais, o que compromete a realização, ou até mesmo, continuidades, sistematizações e aprofundamentos de pesquisas, que prescindem de tempo, de disponibilidade e de acesso à arquivos muitas vezes inexistentes.

Destaco também o empenho de pesquisadoras em levar à frente o trabalho de reunir e organizar importantes materiais, que se constituem como fontes de dados importantes da história profissional, que se encontram dispersos entre os setores/departamentos das universidades públicas. Muitos desses registros se perdem ao longo do tempo devido à inexistência de políticas ou ações voltadas à preservação e socialização do patrimônio documental. Essa realidade conforma grande parte das instituições e universidades públicas brasileiras e tem se constituído em desafio para docentes e servidores públicos. Além disso, também o importante trabalho de registros da memória profissional através de entrevistas e a disponibilização desse material.

Penso que esses entraves em relação à socialização do patrimônio documental, pode ser, muitas vezes, um aspecto para pensar a existência de poucas pesquisas sobre os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social em distintas realidades nacionais. Sobre isso, Iamamoto (2008) destaca que são poucas as pesquisas que têm como mote a história profissional, bem como o trabalho profissional. Netto (2016, p. 64) também observa que a história da profissão “não comparece com destaque e concreção na ordem do dia e seu desfavor se espelha igualmente nas grades curriculares dos cursos de pós-graduação (e parece que também na formação da graduação)”. Segundo o autor, essa situação tem levado a categoria profissional a uma atrofia do labor histórico analítico que, por sua vez, “afeta significativamente a incidência da pesquisa histórica no direcionamento social da profissão e pode sinalizar, como premonitoriamente uma inflexão na direção social que se considera hegemônica” (2016, p. 65). Uma das preocupações elencadas é que tal quadro pode afetar os pilares do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Ao realizar esses apontamentos iniciais, acredito que a importância dessa coletânea reside fundamentalmente no esforço acadêmico-científico para realizar elaborações teórico-analíticas que perpassam pelos fundamentos do Serviço Social, em articulação com as políticas públicas e o Estado, bem como a organização e ação política dos movimentos sociais e sujeitos coletivos, sob as lentes da extensão universitária. Trata-se de abordar o Serviço Social na história, tendo como palco privilegiado a extensão universitária na UFPI. Tal feito, assume tarefas importantes para a atualidade: a) colocar em relevo a extensão universitária, considerada de menor valor em relação ao ensino e à pesquisa, ao mesmo tempo em que, também traz a memória da profissão em meio à configuração das ações extensionistas no âmbito da formação profissional;

b) preencher lacunas acerca da reconstrução histórica do Serviço Social brasileiro para além das análises centradas nos eixos sul e sudeste.

Tarefas que indicam a sintonia com os debates pautados pelas entidades do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, CFESS/ CRESS, ENESSO), em especial a ABEPSS que em documento acerca da “Curricularização da extensão e Serviço Social” indica as bases para se concretizar uma perspectiva de “extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana face à precarização e aprofundamento de ações privatistas no âmbito da educação no país” (ABEPSS, 2023, p. 05). O documento veio a público para contribuir com a curricularização da extensão dos cursos de serviço social.

Cabe ressaltar a pertinência desse debate, pois a curricularização da extensão tem sido um tema recorrente na atualidade e ganhou relevo no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) em função da necessidade de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014) que em sua meta 12.7, responsabiliza as IES a “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, PNE, 2014, s/p).

Apesar de não ser uma ideia nova, ela vem sendo recebida tanto com entusiasmo quanto com desconfiança, no sentido de se questionar se essa curricularização produziria algum tipo de transformação efetiva no interior das universidades brasileiras. Para além dos desafios de incorporar a curricularização das práticas extensionistas nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação, as universidades também são requisitadas a incorporarem em suas normativas internas:

a carga horária docente para a extensão; levar em conta a extensão nos critérios de progressão na carreira; debruçarem-se acerca das modalidades previstas nos diversos documentos que abordam e normatizam a extensão universitária em nível nacional. Aspectos que estão na ordem do dia entre os cursos de Serviço Social e, em particular no curso de Serviço Social da UFPI, que tem realizado diversas ações e reivindicações importantes sobre esse processo de incorporação da curricularização da extensão pois, no decorrer das experiências de extensão apresentadas, praticamente todas as autoras e autores envolvidos/as reivindicam maior reconhecimento dessa dimensão na formação, bem como a necessidade de ampliar o corpo docente.

A organização da coletânea está estruturada da seguinte forma: Parte I - A extensão universitária na formação em Serviço Social na UFPI a partir dos relatos orais de seus sujeitos; Parte II - Contribuições e experiências de extensão universitária em Serviço Social na UFPI; Parte III - A curricularização da extensão em Serviço Social. Todas as partes estão dedicadas a pensar a extensão universitária articulada com a memória/história da formação profissional na UFPI, trazendo para o tempo presente o protagonismo de seus sujeitos, que está em permanente processo de transformação.

Os relatos das docentes/assistentes sociais nos trazem importantes referências históricas do trabalho de formação profissional realizado na extensão universitária, bem como nos colocam possibilidades de análises não somente do contexto regional, mas, sobretudo, nacional. Criado em 1976, o curso de Serviço Social da UFPI nasce no contexto da ditadura empresarial militar. Nesse contexto, destacam-se as experiências do Projeto Rondon e do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) criados pelo governo militar “a partir de políticas e práticas educacionais

de interiorização e de atendimento a comunidades regionais” e em sintonia com a doutrina de Segurança Nacional e de Desenvolvimento (Gonçalves; Vieira, 2015, p. 271).

Apesar de integrarem parte da estratégia do governo militar, no sentido de obter a adesão da população ao regime, em particular das comunidades rurais, bem como acionar o dever cívico de estudantes e docentes, nota-se que, nesse contexto, aparecem diversos sentidos atribuídos às práticas extensio-nistas, como a assistencialista, a comunitária e de formação acadêmica, à medida em que essas ações estabelecem articulações com o ensino e a pesquisa (Gonçalves; Vieira, 2015).

Isso se deve às diversas apropriações e tensões no âmbito acadêmico em que, apesar dos cerceamentos da ditadura, foi possível evidenciar ações do Serviço Social voltadas para a população. Práticas que, mais tarde, se tornariam definidoras de experiências profissionais, de temáticas que seriam incorporadas pelas docentes e que passariam a integrar o conjunto de reflexões construídas pelo Serviço Social brasileiro em sua “intenção de ruptura” no contexto da redemocratização, pois, em meio aos silêncios impostos, essas mulheres se fizeram em sua ação prático-reflexiva.

Em si, a coleta dessas memórias contribui para o preenchimento de lacunas acerca da atuação profissional no período ditatorial, sobretudo o significado da extensão universitária naqueles anos mais ferrenhos de perseguição política e de imposição autoritária do regime. Nos países latino-americanos, a repressão estatal das ditaduras forçou a necessidade de se refugiar nas últimas trincheiras: a moradia, a escola, o local de trabalho, para desde ali, desenvolver a luta por direitos. Esse é o selo de origem dos movimentos de bairros, ecologistas, de gerações e feministas (Marini, 2011).

Outro elemento que chamou a atenção foi o fato de que a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão-estágio não se configurava de forma explícita naquele período, denotando que as universidades foram criadas primeiro para desenvolver atividades de ensino, depois incorporou-se a pesquisa e, por fim a extensão, de modo que a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é produto do próprio processo de constituição e desenvolvimento das universidades. Compreender como esse processo é – ou não – incorporado e/ou debatido entre a categoria profissional é de extrema relevância. Como aponta o documento sobre a curricularização da extensão da ABEPSS (2023, p. 17), apesar de a extensão estar “presente nas ações do Serviço Social desde antes de sua entrada na Universidade, dado o caráter interventivo que marca a profissão, a mobilização para a construção deste documento revela que temos pouquíssimas produções e reflexões sobre o debate da extensão e a profissão”.

Por fim, o que se observa é a riqueza dessas memórias que marcam anos decisivos para o Serviço Social brasileiro que, posteriormente, irão culminar na redemocratização do país e no processo de “intenção de ruptura” com o conservadorismo profissional. É a partir de então, que a extensão universitária começa a tomar corpo e maior relevo no interior do curso de Serviço Social da UFPI, principalmente após a formação em nível de mestrado e doutorado de seu quadro docente. Nos anos 1990 destacam-se a criação de núcleos de pesquisa e extensão voltados para as temáticas da pessoa idosa, criança e adolescente e agroecologia. Observa-se o protagonismo que tais núcleos tiveram acerca da criação e/ou incorporação de legislações como o Estatuto da Pessoa Idosa (2003) e do Estatuto da Criança e Adolescente (1990) em âmbito estadual. Outro aspecto, é que as preocupações com as questões socioambientais, rurais e a agroecologia não são recentes na

profissão, pelo menos no contexto piauiense, com destaque para a criação da feira agroecológica, projeto de extensão que integra o Programa Sementes de Cultura.

Essas memórias nos levam à Parte II, em que se registra um caleidoscópio de práticas extensionistas que são desenvolvidas na perspectiva da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Dentre as experiências extensionistas destacam-se as desenvolvidas por meio do PTIA - Programa de Extensão Universitária para as Pessoas Idosas, que aglutina estudos, pesquisas e ações extensionistas dedicadas ao envelhecimento, a cidadania e as políticas públicas. Ao longo dos anos, o curso de Serviço Social da UFPI tem-se destacado no cenário nacional, a partir de importantes produções teóricas sobre o envelhecimento populacional, corroborando com a formação comprometida com o projeto de profissão, assentando-se na experiência prática consistente, que contempla o campo das políticas públicas e os direitos da pessoa idosa.

Outro aspecto refere-se ao registro de importantes eventos científicos vinculados à graduação em Serviço Social e à pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI, com destaque para as Jornadas Científicas de Serviço Social, que teve início em 2007 e que se mantém até os tempos atuais. Especial destaque também para o SINESPP - Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, que este ano de 2024 estará em sua 5ª edição e terá como tema “Estado, governos e políticas públicas na América Latina: projetos societários em disputa”. O SINESPP tem se configurado como importante evento internacional e como espaço privilegiado para a socialização e divulgação de pesquisas acadêmico-científicas de pesquisadores e pesquisadoras da área. Cabe ressaltar o esforço coletivo para a realização desses eventos devido as restrições orçamentárias. Necessariamente, a manutenção da periodicidade desses eventos está repleta de desafios que

só são equacionados devido ao envolvimento e compromisso de docentes, estudantes, técnicos administrativos e gestão universitária.

A temática da saúde, em particular da saúde mental, está contemplada nas práticas extensionistas em articulação com os movimentos sociais, em especial com os movimentos de reforma sanitária e reforma psiquiátrica. Cabe ressaltar importantes ações que põem em relevo o controle democrático no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a formação de gestores e usuários a partir dos princípios da reforma psiquiátrica, que defendam o cuidado em liberdade a partir do paradigma da atenção psicossocial e do ideário da luta antimanicomial. São ações de extrema importância, que exigem aproximações aos movimentos sociais, alinhadas aos processos de luta e resistência desses segmentos e que, necessariamente, precisam de uma formação que fomente essa relação. Nesse sentido, a saúde e, em particular a saúde mental, tem espaço privilegiado na formação profissional por meio do ensino, pesquisa, extensão e estágio que têm essa potencialidade.

A linha temática dos direitos humanos e justiça está contemplada a partir das diretrizes operacionais do PRAIDH – Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania que problematizam aspectos referentes às estruturas de desigualdades que são engendradas pelo sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista histórica e socialmente construído no Brasil. Parte-se da ideia de “hierarquização social, racial e de sexo/gênero”, articuladas à concepção de expressões da questão social e com a realidade de negação de direitos”. Nesse sentido, a extensão articula classe social, raça/etnia e gênero, considerando, dentre outros, os ciclos de vida, as vulnerabilidades/riscos e os territórios de vivências dos diversos segmentos e grupos. Nessa direção, aglutina-se importantes experiências de extensão voltadas

para o enfrentamento do racismo no âmbito da universidade, diálogos e vivências sobre anticapacitismo, bem como ações voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher. O que se nota é que essas ações de extensão realizadas por diversos sujeitos se articulam internamente entre os diversos programas e núcleos de pesquisa nos âmbitos da graduação e pós-graduação, materializando a perspectiva de unidade na formação profissional.

Cabe ressaltar o protagonismo que esses programas e projetos de extensão tiveram durante a pandemia do novo coronavírus, história recente que deve ser registrada, pois seus efeitos deletérios ainda estão muito presentes entre nós. A chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil em meados de março de 2020 exigiu respostas das instituições públicas, em particular, das universidades, no sentido de adotar medidas que resguardassem a saúde da comunidade acadêmica, a fim de evitar a proliferação do contágio. Em relação à educação, nesse período, destaca-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE), que consistiu na substituição das aulas presenciais por aulas digitais/remotas, por meio de portarias¹ que flexibilizaram a legislação educacional. Segundo Teixeira et al. (2024, p. 37), “o ERE fragmenta os conteúdos, diminui carga horária, fomenta a quebra de pré e co-requisitos sem o prévio planejamento pedagógico” em uma conjuntura em que se viveu o avanço da extrema direita no país, com a eleição de um presidente que incitou a violência, disseminou discursos de ódio contra mulheres, indígenas, homossexuais, quilombolas, apoiou torturadores e setores pró-ditadura e que foi nefasto para todas as áreas das políticas sociais.

¹ Cabe destacar as portarias 345 (19/03/2020) que foi substituída pela Portaria 544 (16/07/2020).

Outros aspectos importantes trazidos nas elaborações metodológicas das atividades de extensão se referem aos diálogos e aproximações com a perspectiva da educação popular, em particular com Paulo Freire. O que parece ser uma particularidade interessante do nordeste brasileiro, pois o “diálogo do Serviço social com Paulo Freire esteve ofuscado no último período, especialmente em razão das polêmicas alusivas às suas elaborações idealistas e/ou não compreendidas dentro da vertente marxista” (Guimarães, 2022, 181-2). Evidencia-se que, na UFPI, a interlocução da profissão com a educação popular tem se dado pela via da extensão universitária, no sentido de aproximar estudantes, em seu processo de formação, junto aos movimentos sociais, organizações e população usuária.

Farage e Helfreich (2020, p. 55) alertam que “a atual quadra histórica nos impõe a necessária retomada, com maior fôlego, da educação popular como elemento de fortalecimento das resistências e de avanço da organização política”. Nesse sentido, compreende-se que a educação popular é um campo de disputas teóricas, pois “não há consenso sobre as possibilidades da educação popular e nem mesmo sobre uma conceituação comum entre os estudiosos” (Farage e Helfreich, 2020, p. 67). O que requer maiores investimentos por parte da categoria profissional, em seus diálogos com a educação popular a partir da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Por fim, a Parte III destaca os debates realizados acerca do processo de curricularização da extensão no curso de Serviço Social, tendo como referências os debates nacionais realizados pela ABEPSS, bem como as reflexões de seu corpo docente sobre a realidade piauiense. A curricularização da extensão do curso de Serviço Social da UFPI se apresenta como realidade repleta de desafios, mas o que não falta é disposição para superá-los. Finalizo essa apresentação, convidando a todos/as/es para leitura, na esperança de que possa inspirar outras

experiências e registros de extensão nos diversos territórios brasileiros.

Vanda Micheli Burginski²

Cuiabá-Mato Grosso, 12 de agosto de 2024.

Referências

ABEPSS. Comissão Temporária de Trabalho. **Documento preliminar acerca da Curricularização da Extensão**. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4nfu3d3h>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. [Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências]. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

FARAGE, Eblin; HELFEICH, Francine (Orgs.). **Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital**. 1ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto e VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvol-**

2 Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Mato Grosso. Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins. Membro do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS.

vimento. **Revista Antíteses**, V. 8, n. 15, p. 269 - 291, jan./jun. 2015.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Movimentos Sociais e Fundamentos do Serviço Social**: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional. 2022. 286 f. Tese (Doutorado): Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição, 2011.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHEFFER, Graziela. **Serviço Social na cadência da memória das pioneiras cariocas**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo José; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; FERNANDES, Rafaela Bezerra; MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. A ABEPSS e o fortalecimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: desafios e estratégias em contexto pandêmico. In: SANTANA, Joana Valente; BURGINSKI, Vanda Micheli (orgs). **A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS e sua importância para a sociedade**: desafios, resistências e estratégias. Palmas, TO: EdUFT, 2024.

Apresentação

Em *O Diálogo do Oprimido*, Paulo Freire afirma que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”!!! O livro “Extensão em Serviço Social na UFPI: trajetórias, saberes e contribuições” expressa o esforço de um coletivo de extensionistas de trazer à cena pública a palavra, o trabalho e a ação-reflexão sobre a extensão universitária na formação com destaque para as experiências do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

A proposta surgiu da necessidade de sistematizar as ações-reflexões e o trabalho exaustivo das(os) docentes ao longo do curso. Nesse processo, dois aspectos foram fundamentais: a curricularização da extensão e a proximidade dos 50 (cinquenta) anos do Curso de Serviço Social da UFPI, criado em 1976.

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) passou recentemente por um processo de revisão curricular, que culminou na aprovação de um novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC) através da Resolução nº 512/2023 CEPEX/UFPI, de 12 de junho de 2023. Na revisão do currículo, dentre outros desafios, enfrentou-se a definição dos caminhos e da concepção da curricularização da extensão, tendo em vista as normas nacionais e da UFPI

e a direção impressa pela ABEPSS, articulados aos acúmulos construídos pelo Curso ao longo de quase cinco décadas.

O fato é que o novo Projeto Pedagógico foi aprovado e já se encontra em fase de implantação a partir do presente ano de 2024, trazendo novos desafios, mais especificamente na questão da extensão enquanto componente curricular, uma vez que apesar da trajetória e acúmulos de experiências extensionistas, ainda há muito o que se avançar e conquistar.

O segundo aspecto é que o Curso de Serviço Social da UFPI encontra-se na eminência de completar seus 50 anos de existência em 2026, com uma trajetória de defesa de um ensino público, laico, presencial, e fincado no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto, há muitas iniciativas no coletivo das(os) docentes do Departamento de Serviço Social (DSS) da UFPI nas áreas da pesquisa e da extensão com o intuito de resgatar a memória e a reconstruir a história do curso como um todo, que é o primeiro e único do Piauí a ofertar formação em Serviço Social em uma instituição de ensino superior pública.

A coletânea compõe um dos produtos do Projeto de Pesquisa intitulado “O lugar da extensão universitária no Curso de Serviço Social da UFPI e as tendências no processo de curricularização da extensão” que tem como objetivo reconstruir a trajetória da incorporação da extensão universitária no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em sua articulação com o ensino e a pesquisa. Trata-se de um subprojeto do Projeto de Pesquisa “História e Memória do Serviço Social no Piauí” que tem o objetivo mais amplo de reconstituir a trajetória do Serviço Social no Piauí, com ênfase no curso da Universidade Federal do Piauí no período de 1976 a 2021, visando promover a preservação da memória e da história da formação e da profissão no Es-

tado, financiado com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que conta com a participação de docentes e discentes da graduação em Serviço Social e da pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI.

É nesse cenário que surge a proposta deste livro, com o objetivo de reunir uma coletânea de artigos que abordem sobre a extensão em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, com ênfase nas trajetórias, saberes e contribuições construídas pelos sujeitos da graduação e da pós-graduação, da sociedade e seus segmentos.

A ideia é de conferir um destaque e fortalecer a extensão universitária que carece de investimentos, de reconhecimento e publicidade, oportunizando o resgate da memória, o registro oral e escrito das experiências, bem como valorizar o trabalho, os esforços e compromisso de docentes, discentes e setores da comunidade, que constituem a história do Serviço Social não apenas na UFPI, mas no Piauí de forma geral.

O livro está estruturado em três partes. A primeira traz três entrevistas feitas com docentes do Curso de Serviço da UFPI que assumiram o papel de fundação do curso, como é o caso da Professora Aglair Setúbal e outras que também contribuíram como pioneiras e referências no âmbito da pesquisa e da extensão, as Professoras Dulce Silva e Valéria Silva. A importância dessas entrevistas deve-se ao entendimento de que a história oral assume um papel muito importante na preservação da memória e na reconstrução da história do Curso nesses 50 anos.

A segunda parte apresenta as contribuições e experiências de extensão universitária em Serviço Social na UFPI, a partir de 15 (quinze) artigos que se distribuem em grandes eixos temáticos: Envelhecimento, cidadania e políticas públicas;

História, memória e Formação em Serviço Social; Saúde e Saúde Mental; Direitos humanos e Políticas Públicas. Assim, aborda as mais diversas experiências, como o Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas (PTIA), o Programa Memória do Serviço Social no Piauí, as experiências extensionistas no campo da saúde mental e assistência social, o PET Saúde, o PET Serviço Social, o Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e de Cidadania (PRAIDIH), as ações voltadas para o combate da violência contra mulheres realizadas pelo Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (ENGENDRE), bem como eventos já consolidados na graduação, como é o caso da Jornada Científica do Serviço Social da UFPI, e na pós-graduação o Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP).

E como não poderia faltar, a terceira parte aborda o debate da curricularização da extensão, através de quatro artigos: a curricularização da extensão na formação em Serviço Social, com destaque para os elementos históricos e políticos; a curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social no Brasil, aproximações iniciais, desafios e perspectivas; a extensão universitária na Universidade Federal do Piauí – UFPI; e, para finalizar, a experiência da curricularização da extensão no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI): concepção, normatização e desafios.

As organizadoras deixam aqui muito trabalho, compromisso e carinho e desejam boa leitura, profícuas reflexões e acima de tudo a consciência de que a história é muito mais rica do que aquilo que conseguimos pensar e registrar e a nossa memória consegue alcançar.

As Organizadoras!

PARTE I

**A extensão universitária na formação em
Serviço Social na UFPI a partir dos relatos
orais de seus sujeitos**

Entrevista com Aglair Alencar Setúbal

Por Sofia Laurentino Barbosa Pereira e
Iolanda Carvalho Fontenele

Aglair Alencar Setúbal foi a professora fundadora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, em 1976, a convite do reitor da época, José Camillo da Silveira Filho. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, formada em 1970, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, concluído em 1983, e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo sido a primeira professora do curso a obter o título de doutorado, em 1995. No mesmo ano, em 1995, fundou o Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Terceira Idade (NUPETI). O NUPETI passa a ser chamado de Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI) em 1998, quando fundou também o Programa Terceira Idade em Ação (PTIA) – atualmente denominado de Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas – e o Curso de Especialização em Gerontologia Social, em 1998. Aposentou-se das atividades de docência na UFPI em 2001. Atualmente se dedica às artes plásticas.

Professora, nós gostaríamos, inicialmente, que a senhora falasse um pouquinho sobre a sua formação, ainda na graduação, enquanto estudante. Naquela época já existiam experiências de extensão?¹

Minha formação foi toda em Fortaleza, na Escola de Serviço Social, agregada a Universidade Federal do Ceará. Era uma escola mantida pela Diocese, era uma escola católica, então a minha formação foi bem nos moldes da época, onde não se podia falar da vertente materialista histórica. Se a gente pensasse seria preso. Nunca tivemos acesso a nenhum livro que tratasse desse assunto. A dificuldade bibliográfica era muito grande. Já no final do curso é que surgiram os estudos dos processos do serviço social, de caso, de grupo e de comunidade, sendo que o de comunidade veio através de uma professora que estava pros Estados Unidos e trouxe esse livro, nem lembro mais assim o nome do autor, mas era americano. Então, nós passamos a tratar do livro. Mas a nossa formação foi mais em livros de filosofia, pois de serviço social mesmo era emergente, não existiam essas publicações que hoje existem, então foi uma formação diferenciada. Mas o que eu vi pela história, foi a mesma formação dos outros assistentes sociais de renome também. Mas o que eu vi mesmo, com toda essa formação enquadrada como nós tivemos, baseada na vertente funcionalista e positivista, é que nós tínhamos visão histórica, mas nós tínhamos visões diferentes. Embora a gente não pudesse dar asas a esse desejo, nem da parte dos professores e dos alunos, pois se existisse e fizesse isso seria preso mesmo, todo mundo seria preso. Então, foi um período muito difícil para a formação, muito difícil. Só pra lhe dizer como era o

1 Entrevista realizada pelas professoras doutoras Sofia Laurentino Barbosa Pereira e Iolanda Carvalho Fontenele, no dia 14 de dezembro de 2023, na casa da professora Aglair Setúbal. Transcrição realizada por Isadora Ravenna de Brito Pedreira e Pamela da Silva Geraldo, discentes do curso de Serviço Social da UFPI.

rigor moral da nossa formação: existia um colegiado, que avaliava o aspecto moral do aluno, e a gente era observado nesse sentido. Então, nós tivemos uma pessoa – que não foi da minha turma, acho que quando eu estava entrando ela estava saindo – e ela foi convidada a deixar o curso, porque, digamos, tinha um namoro um pouco avançado em relação ao seu tempo, ao nosso tempo. O namoro era mais amoroso (*risos*) e ela foi convidada, foi chamada a deixar o curso. O aspecto comportamental era analisado mesmo. Mas com isso eu quero dizer que a gente era quadradinho? Era não, tinha turma bem avançada intelectualmente, politicamente. Tanto que vários colegas nossos foram presos e massacrados mesmo.

Qual foi o período da sua formação?

Sessenta e seis. Eu me formei em sessenta e nove. Era tempo de ditadura “braba”.

Nessa época, a senhora lembra se na sua formação já existia alguma experiência de extensão, que a senhora chegou a participar de alguma? Quais eram?

Teve o Projeto Rondon. Foi ali na época de ditadura. Surgiu, assim, mas tudo orquestrado pela ditadura. O estágio era algo muito sério, que tinha que se fazer. Eu fui estagiar numa empresa, que era a maior indústria têxtil do Ceará. Ela tinha em Quixeramobim, em Quixadá, tinha a indústria deles lá e tinha a sede que ficava em Fortaleza, em Parangaba, enorme, naquela época era uma monstruosidade. Isso tudo pra entrar na questão do estágio. Eu consegui que essa empresa fosse considerada meu campo de estágio. Foi através de um professor de administração de empresas, nós fomos lá e me deu vontade de ter aquela experiência na empresa, e ele disse: “eu arranjo pra você estagiar, agora precisa a universidade, o curso, reconhecer como seu estágio”. Eu fui, fiz o estágio

lá. Tinha uma personagem, que era a filha de um dos diretores, que se dizia assistente social, e ela disse que foi fazer pós-graduação nos Estados Unidos com o marido dela. Foi nessa época que eu fui e quando ela foi voltar, a imagem dela como assistente social, não existia mais aquela imagem, pois já sabiam o que era o Serviço Social. Quando meu serviço começou a aumentar, eu convidei uma colega, irmã, amiga, para ir trabalhar comigo até que a dona do cargo “assistente social” chegou. Eu tive que deixar o estágio e essa amiga continuou. Eu não fiz a denúncia, que eu jamais faria. Mas as nossas relações se modificaram e ela continuou lá, mas ela foi suspensa por dois anos, três anos e se formou bem depois da gente, por conta da ética, ela havia faltado com a ética, porque ela se afastou de nosso projeto. Ela era uma criatura de sociedade, de projeto social de área. E então, ela se identificou mais com a dona da empresa do que comigo. Nós éramos irmãs mesmo e teve essa traição profissional. Não sei como foi que a escola tomou conhecimento, talvez tenha sido até através desse professor que prestava uma certa assessoria a empresa. Eu sei que a escola tomou conhecimento e ela foi impedida de colar grau com a gente, de fazer o TCC, tudo parou. Isso tudo para mostrar o quanto era levado a sério o estágio. E as análises que eram feitas ultrapassam a competência profissional, mas iam lá para o lado moral também. Talvez por isso suprisse um pouco essa questão da extensão. Talvez suprisse porque terminava sendo uma extensão, porque na minha concepção, no ensino não tem como fazer ensino sem pesquisa, sem extensão. Na minha vida, eu sempre vi os três elementos intrincados mesmo. Não sei como se pode separar pesquisa e extensão do ensino. É uma concepção que eu nunca tive. Porque é na empiria que você encontra os elementos mais puros para você construir o conhecimento e elaborar conhecimento científico, tanto para a pesquisa, quanto para a sala de aula. E outra

coisa, quando você está engajada numa experiência de extensão você tem elementos para explicar o que você tá colocando teoricamente, eu sempre vi desse jeito, e eu acredito que é por aí. Nossos professores, eles eram competentes. Eu fico pensando: como é que nossos professores eram competentes? As condições materiais para trabalhar, e isso tonalizando nosso período histórico de ditadura. Era toda hora, quando menos esperava, chegavam elementos estranhos nas salas de aula e era observando tudo. E foi um período muito complicado para o ensino no geral e, para o serviço social que tenta trabalhar com a questão social, era ainda pior. E o interessante que tudo isso no momento que vem lá a reconceitualização. O serviço social estava tentando sair da vertente positivista e sempre foi bloqueado, por isso que eu vejo que, essa pouca crítica do serviço social nesse período de formação, foi quase um milagre de Deus. A gente fica a pensar, será que a gente já nasce com esse “germezinho” que leva a concepção crítica da realidade? Porque teve tudo para sermos totalmente alienadas. Temos muitos alienados, mas temos pessoas fantásticas.

Esse ponto do estágio é muito importante, porque de fato, o estágio é o primeiro elemento que traz para dentro do currículo essa dimensão da prática. Só que a extensão acrescenta algo a mais, que é o compromisso com a comunidade e a sociedade.

Você veja como ele se interliga com o estágio? Por esse compromisso com a comunidade, de transformação de comunidade.

Já entrando na própria UFPI, a senhora esteve à frente na construção do primeiro currículo. Neste momento, já existiam experiências de extensão? Ou a formação era mais focada no ensino?

Era mais focada no ensino. Tivemos projetos de conhecimentos, dos Projetos Rondon, do CRUTAC². Também tivemos experiências institucionais que extrapolavam a universidade. O CRUTAC era um convênio com a universidade de Nebraska. Eram projetos filosoficamente belíssimos, de desenvolvimento de comunidade, mas numa perspectiva que não levava a alta transformação da comunidade. Por exemplo, o projeto Rondon teve uma campanha do filtro: simplesmente jogaram o filtro na zona rural e em tudo que é lugar. Esse filtro serviu para tudo, menos para água. Era para botar galinha para chocar ovo, era jarro. Então, a população não foi orientada para se autoconstruir, se autodesenvolver.

Professora, muito importante essa informação. Como foi então que o serviço social se inseriu nesses projetos de extensão que eram do governo federal?

O PDR³ era um projeto muito bonito. Foi através da Umbelina⁴, que eu acredito que foi a primeira pessoa que trabalhou no PDR do serviço social. Depois eu acho que fui eu, mas eu passei pouco tempo e fui expulsa. Depois eu fui convidada a me retirar. Mas eu não passei nem um ano. Por que a gente era voluntária (*risos*). A gente ia como voluntária, você nem tinha carga horária diminuída não, nada, nada diminuído. Você tinha que trabalhar na extensão e não tinha carga horária nem nada. Eu comecei a trabalhar no PDR e eu estava amando, porque eu estava querendo dar aquilo que eu acre-

2 O Projeto Rondon e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) foram modalidades de extensão universitárias criadas pelo governo federal brasileiro no período da Ditadura Militar, sobretudo com a Reforma Universitária de 1968. Na Universidade Federal do Piauí, o CRUTAC foi criado pelo Ato da Reitoria nº 189/1975.

3 Programa de Desenvolvimento Rural (PDR).

4 Umbelina Maria Barbosa Jales de Carvalho foi professora do curso de Serviço Social da UFPI entre 1979 a 1995.

dito que seja importante. Eu viajava para José de Freitas e o interior todo. Vivia viajando, fazendo aqueles trabalhos com os grupos, com as comunidades rurais, e comecei a dar uma direção diferenciada ao PDR, no sentido que íamos lá e eles avaliavam, analisavam. Mas o que isso significa? Eu comecei a colocar certos questionamentos e botava propostas de intervenção lá do serviço social e ia muito lá nas comunidades. Quando veio o pessoal de Nebraska, veio uma comissão fazer uma avaliação. Nós fomos na reunião com o pessoal e eles perguntaram: “e esse relatório, quem foi que fez? Procede o que tá sendo colocado aqui?”. E eu disse que “quem fez fui eu e procede, esse trabalho está ‘assim e assado’”. E eu falei: “eu não sou chefe e sou inclusive voluntária, não recebo nada para estar aqui, não tenho carga horária. Então, se a instituição não me dá condições para desenvolver essa atividade, eu sou só voluntária”. Passaram-se uns meses e eu recebi uma correspondência do Canadá, me convidando para ir ao Canadá, para expor o que tinha sido o projeto. Eles desenvolviam esse projeto em vários países, e que ia ter uma conferência internacional, onde todos iam mostrar, e apresentar as experiências e gostariam que eu fosse. Quando chegou, mandaram a correspondência para mim direto. Eu sempre respeitei a hierarquia, eu nunca precisei de status, eu nunca quis esse negócio. Aí apresentei ao responsável e ele disse: “é, mas quem tem que ir sou eu, que sou o chefe”. Ele não foi, mas mandou uma pessoa dele e foi total fracasso. Aí eu comuniquei que não iria, que o chefe não havia permitido e eles continuaram insistindo que eu deveria ir, e foi aí quando eles mandaram esse outro cara, esse outro professor, que deve ter dado a versão que era pra ser dada. Então, foi assim que serviço social teve um primeiro momento de prosperidade dentro do PDR e um outro de retirada mesmo (*risos*). Porque eu queria fazer aquilo mesmo que a minha percepção de transformação, de promoção, exi-

gia que eu fizesse. Mas você não conseguia. Você tinha que ler aquela cartilha, sempre teve que ler a cartilha. Então, essas foram as experiências de extensão naquele momento de ditadura. Também foi o tempo que já se iniciou o estágio e o curso mesmo, e não tinham nenhum projeto de extensão. Eu me lembro que teve uma época que se pensou em ter um espaço de uma escola para que os filhos de funcionários pudessem viver lá, uma creche, mas não foi pra frente. O CCE ficou muito entusiasmado com essa ideia de uma escolinha, então se pensou a nível de universidade, mas naquela época não funcionou.

Então, o Serviço Social participou tanto do PDR, como do Rondon e o CRUTAC? Quando foi?

Deve ter sido a partir da segunda turma ou mais. Quando o PDR começou, eu já estava no mestrado. Essas experiências todas, eu só vivenciei de fato, de conhecimento, mas não de vivê-las assim. Com exceção do PDR, que foi depois que eu voltei do mestrado que ele começou a funcionar.

Então, a senhora trouxe essas experiências, que eram, na verdade, do governo federal e o Serviço Social se inseriu. Mas, dentro do curso, a senhora consegue lembrar qual foi ou quais foram as primeiras experiências de extensão?

Só lembro foi criado o Núcleo de Pesquisa da Criança e Adolescente, o NUPEC. Foram dois grupos que realmente fizeram um trabalho realmente muito bonito. Mas inicialmente era muito mais pesquisa do que propriamente extensão. A que visava pesquisa e extensão sempre foi o PTIA.

Ao longo da trajetória do curso, com as transformações, com as mudanças e revisões curriculares, como é que a senhora observa essa trajetória da extensão?

Você sabe que nunca foi fácil fazer extensão. Muitas coisas eu não tive o apoio do departamento não. Até porque nesse tempo não tinha departamento, tinha coordenação. Então, não foi algo que eu não posso dizer: “o Serviço social” Eu fiz. Assim como você disse: “a senhora foi uma professora que contribuiu para o projeto de implantação do curso de serviço social”. Eu. É sempre chato eu dizer isso, que eu construí o projeto. Fica chato dizer isso, fica um negócio personalista, mas eu não vou fugir da verdade, da realidade. Foi eu. Certo ou errado, foi construído comigo, com a ajuda da ABESS. Mas em termos locais de serviço social não existia essa riqueza humana que existe hoje, de intelectuais de Serviço Social. Então, eu construí, a partir da aproximação com a ABESS, procurei escolas que a gente sabia que eram boas, como de São Luís, Belo Horizonte e Fortaleza. ABESS que era a Associação Brasileira. Fiz logo amizade. E tive assim um apoio estimado da ABESS, da Nadir Kfourri, parece mentira. Era uma pessoa maravilhosa e ela me dava informações. E a Nadir Kfourri, a fundadora do Serviço Social de grupo no Brasil, era uma das estrelas do Serviço Social. Dela e de outras estrelas do Serviço Social, eu me aproximei, de umas que foram aos Estados Unidos, que trouxe a discussão do Serviço Social de grupo e de comunidade. Tudo era os Estados Unidos. Eles tinham essa formação imperialista. Então, é por isso que eu digo, a gente não sabe como que nós conseguimos sair dessa bolha.

Em um primeiro momento o Serviço Social da UFPI foi inserido nos programas do governo federal. E os cursos e eventos de extensão? Nós sabemos estiveram muito presentes na história da extensão. Como é que

você vê os cursos na história do departamento de serviço social na UFPI?

Não existia não. Quando começou a existir foi bem para a frente. Estou falando dos primórdios do curso. Já foi bem para a frente do curso, porque não tinha dinheiro. Só para te dizer, o professor, nossos professores, quase quitaram o curso todinho. Eu, Vera, Jesus e Yeda⁵. Não existia dinheiro para o serviço social. E o que é interessante, é que nós conseguimos formar profissionais críticos. Tem algo aí que eu não consigo explicar, porque formamos pessoas como a Rosário, formamos pessoas como a Dalva, a Guiomar⁶.

Na sua avaliação, qual foi o momento que teve uma virada para a extensão no nosso curso? Que trouxe assim essa nova perspectiva para a extensão dentro do curso de Serviço Social da UFPI?

Eu estava em uma solenidade lá na UFPI, no CCHL, no auditório e começaram a dizer: “professora Aglair, primeira coordenadora, primeira professora, não sei o que mais”. Aí um professor de fora que estava lá disse assim: “tu foste a primeira em tudo?” (*risos*). Dito por mim, isso fica chato. Mas o PTIA, o NUPEUTI, ele veio trazer isso. Na época, nós ainda criamos o NHO, o Núcleo de História Oral, mas, como era interdepartamental, eu me afastei, depois acho que a história assumiu. Era um núcleo de história oral, muito bom. Naquela época a gente estudava muito essa metodologia, e eu sempre defendi a metodologia da história oral como algo que o serviço social nasceu com a história oral. Era uma metodologia

5 Maria Veralúcia Leite Nogueira, Maria de Jesus Rocha Soares e Yeda de Moraes Souza Machado foram professoras pioneiras do curso de Serviço Social da UFPI, contratadas aos finais da década de 1970.

6 Maria do Rosário de Fátima e Silva, Maria D'alva Macedo, Guiomar de Oliveira Passos se formaram nas primeiras turmas do curso de Serviço Social da UFPI e posteriormente se tornaram docentes do referido curso.

que nós devíamos nos apropriar, dentro das exigências, dos limites e aquilo outro que o método da história oral exige. Mas isso para o Serviço Social. Era para ser do serviço social e da história. Essa era a minha defesa. Porque a história trabalha com memórias e o serviço social com o que se faz quando você se aproxima do sujeito da intervenção. Mas foi com o PTIA. Eu vou te dizer como foi que surgiu o PTIA. Foi quase uma opressão. Eu vim com o intuito, quando eu terminei meu doutorado, eu vim com o intuito de continuar. Eu sou apaixonada por pesquisa. E como eu tinha tido conhecimento da experiência da PUC, da área da gerontologia, o alvo da minha pesquisa ia ser idoso. Estava explodindo no Brasil a preocupação com o envelhecimento da população nacional. Convidei alguns colegas para formar equipe comigo, ninguém teve interesse. Teve uma pessoa que disse assim: “Aglair, eu pensei que tu tivesses ido fazer o doutorado e voltado mais inteligente. Tu voltaste mais burra. Quem gosta de velho é cemitério e naftalina”. E onde é que eu tive amparo? Nos alunos. Então, eu tinha dois alunos de letras, dois de serviço social e dois de ciências sociais. Esses meninos foram fantásticos! Então, o NUPEUTI surgiu. Era essa a nossa equipe. O assunto saiu para a imprensa não sei como. Um dia eu fui procurada pela imprensa, procurando saber como que estava o trabalho da pesquisa com idoso no estado do Piauí. A partir disso eu comecei a receber telefonema e uma certa pressão social mesmo. E foi aí que eu disse: “agora nós temos que estruturar este negócio.” Foi aí que eu fiz o projeto do NUPEUTI, com a pesquisa e a extensão, era de núcleo de pesquisa do idoso e PTIA.

Depois que ele surgiu, como foi o apoio e o movimento dos professores?

Eu encontrei apoio da educação, da nutrição, mas do Serviço Social não. Das ciências sociais. Mas do Serviço Social não. Naquele tempo o Serviço Social estava muito voltado para a questão da criança. Foi quando começou a política da criança. Mas para o idoso, não despertou muito. Foi despertar depois.

E quando surge o PTIA, como ele se desenvolvia? Quem era realmente o público do PTIA naquele momento? Como é que se dava o contato da Universidade com esse público idoso?

Através da imprensa. A imprensa não vinha cobrando? Pois através dela a universidade soltou uma nota que estava aberto o PTIA. Depois que foi aprovado, não foi pela extensão, a ligação do NUPEUTI era diretamente com a reitoria. Só passou a ser da extensão, quando o PTIA estava a pleno vapor, que a gente começou a procurar o pró-reitor. Mas era muito complicado, as coisas estavam se estruturando, ainda estava se estruturando a extensão na universidade. Nós abrimos sessenta vagas, sessenta anos, sessenta vagas. Só que nós tivemos que estourar esse negócio para cento e doze. Tinha membro de todo nível social. O PTIA tinha algo interessante, porque tinha a senhora da mais refinada camada social e tinha o vigia, tinha o auxiliar de serventia geral, tinha a ex-carcereira. E muita gente com depressão, foi uma enxurrada de gente com depressão. Interessante porque a gente conseguiu trabalhar isso maravilhosamente bem. Relatos de pessoas se sentirem importantes, felizes, de transformação. Foi um verdadeiro “estouro” aqui no Piauí esse PTIA. Depoimentos de pessoas começaram a chegar lá chorando: “eu nunca pensei em colocar meus pés em uma universidade”. Chorar abraçada

comigo. Ela sabia que não estava fazendo um curso superior, mas o solo da universidade já era importante para ela. Olha, não dá para descrever o que foi o PTIA a todas essas classes sociais. Agora, com bastante conflito, por exemplo: disciplinas que tinham atividades que exigia a parte afetiva do abraço, tinha um preconceito danado. E tudo isso eu tive que trabalhar (*risos*).

Você como fundadora, e isso tá registrado nos documentos do PTIA, que é o projeto fundante que ainda existe, mas eu acho importante você falar quais eram os princípios fundantes do PTIA.

Era para que o idoso permanecesse sujeito da sua história. Para mim, isso era fundamental, que, que não fosse apenas que transformasse ou prorrogasse uma vida de servidor da família. Porque é muito comum, na classe mais baixa, assalariado, desempregado, isso permaneceu muito ainda. O PTIA trouxe essa mudança de comportamento. Uma senhora da paróquia, da capelinha de palha, ela fez o PTIA e depois queria fazer especialização. “Não pode?” “Não, só para quem tinha curso universitário”. Pois ela foi fazer filosofia. Muitos idosos foram fazer universidade, que dizer, se descobrir estudando. Antes eles não tiveram a oportunidade de estudar, e agora eles viam que podiam fazer faculdade. Idosos que saíram do PTIA para a especialização em gerontologia. Então, eles se viram assim, podendo fazer as coisas, e que a idade não era limitante para nada. Foram mudanças de comportamento in-críveis. Não sei se eu contei um caso, tem muitos casos. Doutor Sebastião, foi apelidada de Sebastião por que montaram uma peça e nessa peça tinha o Doutor Sebastião, que era um engenheiro. Essa senhora tinha um filho que morava com ela, solteiro e ele a escravizava. E ela começou: “não, agora eu vou para o PTIA. Agora eu vou pra universidade”. Quando foi

um dia ele queria uma roupa e ela veio para a universidade, quando ele me telefona: “doutora, a fulana de tal está aí? Eu deixei para ela lavar e engomar minha roupa, porque eu vou precisar e disse pra ela que não era para ela ir para a universidade e ela foi e não lavou minha roupa”. Quando terminou a aula ela veio falar comigo. Ele não contou, mas ele tinha trancado a casa, mas deixou uma janela aberta. Pois ela pulou a janela, pulou o portão da casa! E foi para a universidade. Já velhinha! Isso, em outros momentos, jamais ela faria. Porque elas ficaram empoderadas. Isso foi gratificante.

E também tem outro detalhe, porque o PTIA protagonizou a extensão dentro da universidade, não foi só no departamento de Serviço Social, foi na Universidade de um modo geral. Mas também tem o fato de que naquela época os centros de convivência ainda não eram uma realidade.

Não, não existia. Para o idoso mesmo, só tinha a vila do ancião, era o que existia. Em termos de política mesmo, o SESC, em São Paulo, estava iniciando, porque ele foi pioneiro no Brasil. Mas aqui ainda estava engatinhando. Então, o PTIA serviu não só para a universidade, mas para todo o Piauí. Porque a partir de lá foi criado o da universidade estadual. As criadoras do da estadual foram duas alunas nossas da especialização, de educação física. E nas universidades, nas faculdades, onde tem trabalho do idoso, todos foram a partir do PTIA. Então ele foi pioneiro no Piauí. E nessa época, já estava se criando um grupo muito forte, se movimentando para a criação da lei.

Você fala da questão da especialização em gerontologia, que a gente entende você estava preocupada com aquela realidade, com aquela problemática, com aquela questão social que já se instalava e que cres-

cia no contexto nacional e piauiense. E você começa a desenvolver um trabalho de extensão com uma ação continuada, um programa, em uma nova perspectiva, dentro da extensão universitária e você estava preocupada também com a formação de profissionais. Fale sobre isso!

De profissionais que pudessem também fazer frente a essa nova demanda. No projeto de especialização em gerontologia social nós tivemos muitos odontólogos, pessoal da educação, educador físico, médicos, assistentes sociais, nós tivemos pedagogia. Concomitante a isso, eu visitei os cursos da universidade federal para colocar dentro da grade curricular gerontologia e geriatria. O que eu dizia para eles: “Como é que pode? A população está envelhecendo, vai precisar de cuidados.” Eu sempre disse isso. O idoso vai precisar muito de cuidado de educador físico, de fisioterapia e na área médica era, neurologia e cardiologia. Vai precisar muito dos profissionais da medicina, para ser criado a formação do geriatra. Eu fui nos cursos falar com diretor de centro, coordenador de curso, para colocar na grade curricular a disciplina geriatria. Eu dizia: “essa especialidade, vai ser a especialidade do futuro, porque a população está envelhecendo muito”. A gente não tinha nem o geriatra de formação, nós não tínhamos nenhum, só tinha uma médica que era clínica geral e fazia atendimento ao idoso, mas ela não tinha nenhuma especialidade, não tinha nenhuma formação. Então o NUPEUTI sempre teve pautado para além do serviço social, porque a gerontologia é interdisciplinar e interprofissional, não tem como se pensar sozinha.

Essas questões já mostram os impactos que o PTIA teve na sociedade. E além disso, nós sabemos que a sua inserção também foi de protagonismo político, de defesa do direito da pessoa idosa, contribuindo para o

avanço de muitas legislações em relação aos idosos. Nós entendemos que tudo isso está articulado com a própria lógica da criação do NUPEUTI e do PTIA, que colocou esse idoso como protagonista dentro da sociedade e da sua realidade.

Nós participamos de todas as discussões para a criação da política nacional. Sempre o Ministério da Justiça me chamava, o Ministério de Direitos Humanos Cidadania, me chamavam para ir para Brasília participar das discussões. Nós elaboramos o anteprojeto da lei do idoso aqui no Estado. A nossa lei é anterior a lei nacional, foi publicada antes da lei nacional, um ano ou dois, eu não me recordo agora. E eu achei bom, que eu já tinha minha reflexão aqui e juntava com a reflexão de lá, de Brasília. Foi muito tempo para essa lei sair, demorou muito. A nossa lei, apesar de ter vindo antes, ela usufruiu das discussões nacionais, naquilo que existia de identificação com o idoso do Piauí, que eu tinha esse estudo, então ela foi favorecida. Eu me reunia com os idosos para discutir, eu discutia mesmo, tudo o que está na lei foi demanda das necessidades aqui do Piauí, só não classe média e classe alta. Foram os idosos da periferia, os idosos pobres que discutiram o tempo todo. Tanto que quando eu ia para Brasília, que me permitiu levar uma pessoa, eu sempre levava um deles, porque tinham que ir, foi quem lutava mesmo. Então, politicamente, a lei foi aprovada, depois de aprovada os idosos fizeram uma manifestação, porque ela foi aprovada na época do (*governador*) Hugo Napoleão, quando ele assumiu depois que o (*governador*) Mão Santa foi cassado, foi naquela época e a definição do nome da lei já foi na época do (*governador*) Wellington Dias, porque os idosos fizeram um abaixo assinado, exigindo que a lei tivesse o meu nome. Então o nome da lei do idoso do Piauí foi “Lei Doutora Aglair Alencar Setúbal”. Eu fiquei inclusive surpresa, porque eu nunca fiz nada pensando nesse tipo de

coisa, mas eles exigiram. Foi criado primeiramente a lei. E a partir daí começamos a trabalhar para existir o Conselho. Só para dizer para vocês: o Conselho do idoso funcionou não sei quantos anos dentro da minha casa. Eu sempre trabalhei com dificuldade, mas nunca deixei de fazer nada. O Conselho do Idoso funcionava na minha casa.

Dessas atividades que a senhora protagonizou dentro do Serviço Social da UFPI, existem outras atividades de extensão que a senhora gostaria de destacar?

Não me recordo. Ah, teve um Seminário Internacional sobre envelhecimento. Internacional, você acredita? Agora pergunta: com que dinheiro? (*risos*) Era com meu salário. Eu fiz camisetas e vendia camisetas com meu dinheiro. E ainda transformava minha casa em hospedaria. Você sabe quem foi que eu trouxe para cá? O presidente da Organização Mundial de Saúde, OMS. Foi no Centro de Convenções. O governo do Estado parece que apoiou, entrou com o Centro de Convenções e com umas duas e três passagens. Tivemos apoio do Estado e da Secretaria de Assistência. Porque eu me lembro logo só da universidade, mas a universidade não apoiou não.

Quais foram os principais desafios que a senhora enfrentou enquanto professora da UFPI para o desenvolvimento das atividades de extensão?

Nos programas de extensão rural, com relação a transporte, pois a gente tinha que viajar para zona rural e não tinha transporte e esse sempre foi um grande problema. E também, horas dedicada a extensão, que a universidade nunca botou a extensão como sendo um dos tripés da formação em ensino superior, nunca. Eu estou falando no meu período, hoje pode estar bem diferente do que foi antes. A pesquisa em si foi a partir do momento que começamos a sair para fazer mestrado e doutorado, aí foi criado a Pró-Reitoria de Pesquisa,

porque não existia. Eu fui a quinta doutora da universidade. O Centro mais titulado da época era o CCN. Hoje eu fico vendo as meninas todas doutoras. Eu me orgulho tanto. Quando eu cheguei do doutorado, eu era a única doutora nossa, do Serviço Social. Existia o CCN e parece que já existia uma na saúde, uma coisa assim. A minha preocupação foi fazer com que todos fizessem mestrado. Outra coisa minha, de atuação na universidade, foi que eu elaborei um projeto de mestrado interinstitucional. E eu trabalho de forma diferente, eu acho que foi motivo de muitas críticas, inclusive dentro do meu departamento. O seguinte: eu identifico a necessidade, aí eu elaboro o projeto, depois de elaborado eu verifico as possibilidades de concretização. Dentro das possibilidades de concretização que eu apresentava para o departamento, já mastigado. Eu elaborei o projeto, fui à PUC mostrar, a PUC me emprestou a assessoria e me apoiou em tudo, sugeriu tudo, a PUC se abriu para a gente. E depois de tudo engatinhando, eu apresentei ao departamento e à universidade. Então, o mestrado interinstitucional, que hoje é o Minter, o de Serviço Social daqui de Teresina, foi o primeiro de todas as universidades do Brasil e em todas as áreas. O nosso mestrado serviu de modelo para o que hoje está aí. Existia uma parceria, a universidade pagava a PUC, a PUC servia os professores e a universidade pagava o pró-labore, só que não tinha dinheiro. Mas nós assumimos um compromisso com a PUC. Nós não poderíamos deixar de pagar. Enquanto isso a pró-reitoria de pesquisa de pós-graduação da PUC frequentemente se articulava com a CAPES. Eu agi como um general: “não vamos atrasar, vamos cumprir o cronograma”. Não foi fácil para mim, recebi muitas críticas. Com uns três meses mais ou menos, foram a Brasília e apresentaram nosso projeto. Quando eu já recebo uma correspondência da CAPES perguntando do nosso interesse em ter o curso assumido pela CAPES. Ime-

diatamente telefonei para PUC e me contaram que já estavam se articulando com a CAPES, que até aí eu não sabia. E eu perguntei: “o que é que vamos ganhar em relação a isso?” Foi a coisa mais bonita que eu já ouvi: “a CAPES vai assumir todas as despesas. Vai pagar os professores, transportes, tudo e ainda vai dar tantos mil reais para montar a infraestrutura do curso na coordenação”. Então eu recebi um telefonema da CAPES, dizendo que o processo ia ser agilizado, mas que não era para ser divulgado ainda. “Mas eu não posso comunicar nem o reitor?” Eles disseram: “nem o reitor”. Eita, “lasqueira”! Aí eu estou lá, quando chega o (*reitor*) Charles, saindo direto do avião, pousou, foi direto lá para minha sala, lá na coordenação, e disse: “eu tenho uma notícia que com certeza você vai gostar. O mestrado vai ser assumido pela CAPES”. E eu disse: “eu já sabia disso”. Ele disse: “como você sabia?” “Eu já sabia, porque olha aqui a correspondência, mas disseram que não era pra falar nada contigo”. Ele falou: “pois eu vou é divulgar logo tudo, porque depois vai aparecer o pai, a mãe, o avô e todo mundo do curso. O curso foi nosso, daqui do Serviço Social do Piauí. Eu não vou admitir que tomem esse negócio”. E assim ele ligou para quase todo mundo. Depois eu fiquei tranquila em relação aos compromissos com a PUC. Os estudantes receberam bolsa. Acho que foi em noventa e seis. Foram doze professoras, acho que só uma, por questão de saúde, não conseguiu concluir. Do quadro de Serviço Social na época só não foram a Zita e a Jesus. E aí começaram a “pipocar” propostas de cursos na universidade e eu convidada para ser assessora.

A partir da sua vivência na extensão universitária, sobretudo no período do PTIA, que outros elementos você destacaria para pensar a extensão no tempo presente? Que recados, que elementos você gostaria

de deixar para aquelas pessoas que estão hoje dando continuidade a história?

Eu vejo o seguinte, qualquer tipo de extensão, qualquer tipo de curso, tem que partir da necessidade do local que vai entrar. Vai ser o contexto do qual aquela extensão se volta. Por que vem lá de cima não vai funcionar. Tem que ser algo que venha de encontro das necessidades do coletivo do qual a atividade se volta, isso é fundamental. Porque às vezes o professor tem a tendência a fazer qualquer coisa, a partir das necessidades dele. Porque cai no esquecimento, não vai ter proveito, não vai atingir o público. Foi por isso que o PTIA teve sucesso, porque as pessoas estavam se despertando para a questão do envelhecimento. Eu diria que foi uma época que a população do Piauí deu conta, que o censo começou a mostrar que no Brasil a população estava envelhecendo, deu ênfase no envelhecimento populacional no Brasil e no Piauí (pausa). É o seguinte, agora é a contextualização. Em todos os momentos da história, o Serviço Social teve sempre a serviço da classe dominante. Teve sempre, mesmo a gente, pensando diferente. Desde a história. Primeiramente, as primeiras assistentes sociais que foram formadas na Bélgica, nos Estados Unidos e na França, na escola franco-belga, todas eram pessoas ricas. A partir de sessenta para cá foi que o Serviço Social começou a receber pessoas das classes médias e populares. Mas antes, eram da elite mesmo. Então, sempre teve a serviço dessa classe, apesar de que não se tinha essa consciência de que estava sendo esse instrumento. Aí vocês perguntam: “Por que que o curso de Serviço Social surgiu?” Essa foi uma pergunta que eu fiz ao reitor na época que ele me convidou: “Professor, porque o curso de Serviço Social no Piauí, aqui, agora?”. Por que já existiu uma vontade grande de ter o curso de Serviço Social no Piauí, inclusive tinha um decreto governamental criando o curso, mas não saiu, mas foi criado oficialmente o decreto.

Eu tenho impressão que foi o dedo de Dom Avelar, para não deixar esse curso sair, porque existia uma parceria da Arquidiocese de Teresina com o curso de Serviço Social do Ceará. Porque todas as assistentes sociais antigas daqui foram formadas em Fortaleza, as mais velhas, com exceção dos dois primeiros que foram formados no Rio. Depois que foi entrando o Maranhão, com o curso de São Luís. Mas antes, todos eram formados em Fortaleza e existia isso. A Arquidiocese bancava muita coisa lá na faculdade que era particular, era católica mantida pela igreja, era um curso católico, mas a gente pagava mensalidade e tudo. Então, esse número de jovens do Piauí, mandados pela Diocese, gerava um suporte muito forte para o curso de lá. E porque que agora deixou de existir essa necessidade? Quando já não existia mais essa parceria entre Diocese e Serviço Social no Ceará. A diretora da escola que era freira e tinha uma relação muito forte com o Dom Avelar. Quando o Dom Avelar já não estava aqui, então essa parceria foi deixando de existir. Isso tudo porque o Serviço Social era manipulado. Se você ler aquele livro “Brasil nunca mais”, eu me vi dentro o tempo todo, tanto como por ser de uma família que teve pessoas prejudicadas pela ditadura, que sofreram muito pela ditadura, tanto enquanto estudante do científico na época e como universitária. Eu vivi a dor da minha família. Vivi na carne! O Serviço Social ganha força no auge da ditadura, porque as forças armadas precisavam apresentar a sua contrapartida, para negar as torturas que eles estavam fazendo, aqui, no Pará e no interior do Maranhão. Morreu muita gente mesmo. Fazendo um paralelo daquela época com agora, com os mandatos do PT, com o governo Lula, o que que a gente percebe? O PT também, em seu governo, em sua gestão, o Serviço Social estourou. Nos dois governos do Lula, o Serviço Social, estourou! Foi curso de Serviço Social para tudo que é lado! Só que com uma diferença: no governo mili-

tar, da ditadura, era no sentido de camuflar o que estava acontecendo por trás, igual a guerra atual, que a gente pensa que é uma coisa e é totalmente outra, lá em Israel e na Palestina. Então, naquele tempo, eles queriam para esconder o que eles estavam fazendo, as mortes faziam, e tinha aquela imagem: “não, o exército é bom” “eles estão fazendo um trabalho muito bonito, social”. Com o PT, vem a valorização e o reconhecimento da política social como um direito, vocês tão vendo aí a diferença? O que me entristece, apesar de toda essa leitura, como nós temos assistentes sociais que continuam na mesma, muito pior que a época que eu me formei. Eu costumava dizer na minha sala de aula, que quando aluno diz que quando vai para o estágio, e diz que o Serviço Social na teoria é uma coisa e na prática é outra, ou ele não tá fazendo a prática correta, ou não foi ensinado o Serviço Social, porque não tem como existir essa incoerência. Eu cheguei a ser questionada, quando eu estava no conselho do idoso por uma pessoa que disse para eu pegar mais leve com o governo. Eu disse: “eu sou presidente de um conselho que defende o direito dos idosos. Não estou aqui porque seu governador quis. Eu fui votada, eu fui escolhida, então eu não estou aqui para isso. Estou numa situação de política aonde não estão permitindo o idoso ser cidadão. O Estado não vai dar cidadania. O idoso se constrói cidadão quando ele luta, mas ele luta e não está tendo ressonância no Estado”. Quando eu fui encaminhada pela Universidade para assessorar a Leda Napoleão, passei dois meses sem querer ir, mas disseram: “A Aglair vai! Porque ela disse que quer uma intelectual, quer fazer as coisas diferentes e eu pensei no teu nome”. E eu disse que não ia e disseram que eu não ia porque eu era petista. Não sou petista, mas não sou PSDB, não sou PFL, não sou nada, minha política é outra. Extrapola todos esses outros partidos. É questão da justiça social e eu bato nela em cima mesmo. Porque na minha casa, eu vivo a justiça!

Entrevista com a professora Maria Dulce Silva

Por Sofia Laurentino Barbosa Pereira e
Teresa Cristina Moura Costa

Maria Dulce Silva foi uma das primeiras professoras do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, contratada em 1980 e aposentada em 1994. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão, formada em 1969 e concluiu o mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba em 1989, sendo a terceira docente do curso a obter o título de mestre. Fez Formação em Psicanálise: Fundamentos Teóricos e Prática Clínica pela Escola e Clínica Psicanalítica do Ceará/Instituto Sedes Sapientiae/SP. (1999 a 2001), é Especialista em Saúde Pública pela UFPI. (2004) e em Psicanálise: Teoria e Prática pela Faculdade Unida/ES (2014). Em seu tempo na docência na UFPI, atuou nas esferas do ensino, pesquisa, extensão, na supervisão de estágio obrigatório e não-obrigatório, na coordenação do curso e na coordenação de estágio supervisionado. Fundou, juntamente com a Professora Graça Vidigal, do curso de Serviço Social da UFPI, a Professora Maria Lídia Medeiros de Noronha Pessoa e a Professora Diana Lima Férrer, do Departamento de Ciências Sociais da UFPI, o Núcleo de

Pesquisas e Estudos sobre Crianças e Adolescentes (NUPEC) da UFPI, em 1992. Após a aposentadoria, passou a se dedicar ao estudo e intervenção na área da psicanálise.

Você pode nos falar um pouco de como foi a sua formação na graduação?¹

Eu me formei do Maranhão, na Universidade Federal do Maranhão. Na época que nós começamos, o curso de serviço social ainda não integrava o corpo da universidade, era como se fosse agregado. A universidade ainda não tinha esse formato de inclusão das várias faculdades. Na época que eu entrei, ainda era um curso administrado pelas freiras, as irmãs missionárias. Inclusive, depois, o curso foi incorporado a universidade, quando a universidade foi estruturada. [...]. Na conclusão da minha formação já estava se estruturando a Universidade nesses moldes, todos os centros, as faculdades passaram a constituir-se em centros de ensino, articulados a uma área de ensino e formação. Então, após minha saída o curso de Serviço Social foi, oficialmente, incorporado à Universidade Federal do Maranhão. Entrei num período muito conflitivo, em mil novecentos sessenta e cinco. Então, tinha havido o golpe. Sempre fui militante da política estudantil, militante secundarista, fui do movimento de Ação Católica, criada, aqui no Piauí, por Dom Avelar Brandão Vilela. Dom Avelar foi uma figura muito importante na criação dessa consciência política de jovens e do movimento estudantil do Piauí. Então, eu era de JEC, a Juventude Estudantil Católica, e como JEC a gente tinha que ser, diziam, o fermento na massa. Esse fermento significava: onde você estiver, tem que estar lá, levando a sua proposta de mudança e de transformação do

1 Entrevista realizada pelas professoras doutoras Sofia Laurentino Barbosa Pereira e Teresa Cristina Moura Costa, no dia 31 de janeiro de 2024, na Universidade Federal do Piauí. Transcrição realizada por Dafne Dias Lages Monteiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI.

mundo, já se falava exatamente isso. Era dizendo: “você são o fermento na massa! Junto à população, aos segmentos sociais mais vulneráveis a massa tem que crescer, tem que lutar por melhores condições de vida”. A gente tinha essa orientação e eu integrava a JEC, articulada ao movimento estudantil. Não participei da direção nacional, mas, no âmbito local, coordenei o núcleo de Teresina por um período, ocasião em que, sob a orientação de um pároco responsável pela assessoria ao movimento, a gente fazia encontros estudantis em algumas cidades, como Floriano, Picos e outras localidades que me fogem à lembrança. E chegando no Maranhão, foi a mesma coisa, lá na universidade. Ali a gente já tinha consciência sobre a UNE e tudo, mas pessoalmente pouco compartilhei. Aliás, eu ainda vivenciei um pouco, fui a um encontro da UNE no Ceará, não lembro qual ano foi. [...] Ao chegar ao Curso de Serviço Social encontro Ozanira da Silva e Silva, uma piauiense (não tenho certeza de sua naturalidade, pelo menos, a conheci morando em Teresina) que estava terminando o curso, muito ligada à universidade, à política estudantil e à produção de conhecimento, tendo sido sua aluna no final da minha formação. Fui contemporânea da Josefa Batista Lopes, Franci Cardoso, Ieda Cutrim, Marina (*Maciel Abreu*), enfim, esse pessoal todo. E saí da universidade em sessenta e nove. Era para ter concluído em sessenta e oito, mas só houve a formatura no início do ano seguinte, não sei se em janeiro ou fevereiro. Na universidade participei de todo esse movimento político. Não fui presa, por sorte minha. Tendo sido presidente do Diretório Acadêmico por dois mandatos. Quando vocês ouvem falar da esquerda festiva, eu não sei se vocês sabem por que. [...] Era muito controlado o movimento estudantil, nós éramos muito vigiadas, lá na Universidade Federal – aliás, ainda eram faculdades – localizadas na Praça Gonçalves Dias onde ficavam três faculdades: de Serviço Social, Medicina e Filosofia, e por

trás da praça ficava a faculdade de Engenharia. Então, esses quatro cursos, fechavam com o movimento universitário que era contra a Ditadura. E tinha um outro lado, que eram os chamados conservadores. Nessa época o Sarney disputava a política local defendendo um Maranhão novo, com rompimento com os coronéis, com toda essa política fundiária da época, todo esse pessoal mais conservador vinculado ao golpe militar. O regime militar ainda estava sob o comando do Castelo Branco e a gente acreditava, inclusive, que não ia prosperar. De início, acreditava-se que era um movimento, mas que a gente ia ter condições de interromper esse processo e retomar o processo democrático. E Sarney encabeçava tudo isso. [...] Fui presidente do diretório, militei muito, tenho uma história. A primeira vez que eu voltei a São Luís, após ter vindo, de vez, para Teresina, ao visitar o curso foi um impacto, porque a notícia que circulava por lá era que eu estava na clandestinidade. Mas eu não estava. Nunca fui muito ousada, de linha de frente. Eu tinha muita consciência de que estava sob o ato institucional. Ao concluirmos o curso, estávamos sob o ato institucional número cinco. Então, todo mundo sabia que se estivesse fichado no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social – órgão da ditadura militar) ia sair sem emprego. Assim, eu não fui ao 30º Congresso da UNE em Ibiúna-SP (1968), porque eu sabia, e, penso que muito mais pessoas também, que esse não seria um evento clandestino, uma vez não se faz um encontro com três mil estudantes, sem despertar a curiosidade e a atenção das pessoas circundantes. A gente sabia que iriam ser descobertos, que iriam ser presos, sabíamos. E quem foi sabia que estava correndo esse risco, porém confiava que iam ser libertados; achavam que isso ia deflagrar uma situação que certamente ia resultar num contragolpe, só que não foi o que aconteceu. E aí eu não fui. E o Sarney foi. Foi ele quem pagou a passagem dos estudantes do

Maranhão, que foram presos, Ele foi lá, soltá-los. Na época ele se posicionava contra a ditadura militar, em apoio ao movimento estudantil e ninguém fazia ideia no que viria depois e no que ele se transformaria.

Na época da sua formação, existiam experiências de extensão? Como eram essas experiências?

Existiam. Essas experiências, eram muito interessantes, porque incidiam até fora de São Luís. Houve um projeto de extensão, o qual não lembro o nome...quando ainda não se falava em Lençóis Maranhenses, as alunas de serviço social trabalhavam com a população da Região de Barreirinha. Inclusive, uma delas, a Sandra Torres, piauiense, minha amiga, era uma entusiasta desse projeto comunitário. E teve um outro na região de Pedreiras. Entretanto, como não os acompanhei de perto e considerando o tempo que me distancia desses acontecimentos não tenho muito a contribuir quanto a informações. [...] A gente trabalhava com o que, à época se chamava os três processos de Serviço Social: individual ou individualizado, de grupo e comunitário. A minha experiência – que se constituiu o meu TCC – foi uma experiência muito árdua uma vez que não se dispunha de material bibliográfico de apoio, tendo que buscar fontes de consultas em outras localidades. [...] Maria Luiza de Souza, uma professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, pesquisadora e estudiosa sobre a perspectiva teórico-metodológica do Serviço Social havia lançado, nesse período, um livro tratando sobre desenvolvimento social comunitário trazendo muitas ideias inovadoras, provocando com isso muito debate, muita discussão. Sendo ela, então, convidada por “Escolas”/ Cursos de Serviço Social de vários Estados para participação em palestras, encontros, seminários de formação, capacitações etc. indo com certa frequência ao Maranhão

assessorando a formação em nosso curso. [...]. Foi quando a conheci, escutei suas falas em eventos diversos e através de sua produção teórica fiquei muito mobilizada com suas reflexões, sobretudo, acerca do trabalho comunitário, que já se esboçava como meu objeto de estudo e que a partir de então passei a priorizar como fundamentação teórica em que me basearia na formulação do meu projeto de TCC. [...] O SESI - Serviço Social da Indústria foi o meu campo de estágio supervisionado durante todos os períodos de estágio. Quando eu comecei, fazia atendimento individualizado configurado por entrevista individual, o então serviço social individual, realizado com os trabalhadores associados ou suas companheiras, que procuravam o serviço em busca de algum auxílio ou apelo à resolução de suas dificuldades. Era, então, preenchido um formulário com anotações de respostas a perguntas pré-estabelecidas, não se fazia o histórico da família, não havia interesse em saber sobre isso, era só para anotar quantos usuários foram atendidos, ao final do mês. Comecei a investigar, perguntava: “quanto os filhos tinham, onde morava, como é que é lá?”. Muita gente morava em palafitas². Essa população ribeirinha habitante desse tipo de moradia quando a maré enchia, a água chegava à sua porta. Após constatar a incidência desses relatos comecei a discutir com minha supervisora, que também era assistente social do quadro de funcionários do SESI, para que a gente fizesse um trabalho com essas famílias. Nesse ínterim descobri que essa instituição havia construído, algum tempo atrás, um conjunto residencial a ser distribuído com os operários, os trabalhadores da indústria local e que uma vez feito nunca tinha sido ocupado, estava se acabando. [...] Hoje é um bairro, acho que é Santa Cruz o nome. E que se

2 Um tipo de moradia ribeirinha construída de madeira sobre o mangue, com o piso apoiado por estacas, as quais suspendem as casas a um nível mais alto porem com muita água embaixo.

formou a partir desse conjunto. Então, o que eu propus? Eu fiz um plano. Conversei com a minha supervisora para ver como a gente poderia fazer. Eu lhe falei: “escuto tanta história aqui, dessas mulheres que moram nessas casas, nesses casebres e elas são filiadas, são beneficiários daqui. Como o SESI fica todo esse tempo com essas residências fechadas, sendo deprecadas?”. O pessoal não era como agora, que hoje carrega-se tudo daquilo que se observa em estado de abandono. Mas lá estava totalmente deteriorado. E ela disse: “mas como é que a gente vai fazer?”. E eu questionei: “posso fazer uma proposta? Podia abrir mais estágio aqui no SESI”. O problema era que o estágio era remunerado. Comecei a conversar lá no curso com as colegas e uma delas se interessou. [...]. Passamos a estudar o papel do Serviço Social frente ao Desenvolvimento de Comunidade; a buscar e consultar material bibliográfico, precisava de livros, recorria à biblioteca do curso e caso não houvesse, punha a freira responsável pelo setor a pedir para a Maria Luiza de Souza, para a Safira (*Bezerra Ammann*). [...] A gente fez esse trabalho de pesquisa, que era quase um programa de extensão, mesmo não tendo sido considerado como tal. Foi um projeto destinado a ocupação do Conjunto Residencial, consistindo em um trabalho de Desenvolvimento Social Numa Comunidade Planejada. Fizemos visitas domiciliares, cadastro e seleção das famílias. Uma vez selecionadas, fizemos reuniões de formação e capacitação com aquelas famílias que não se conheciam e que, a partir de então, passariam a conviver como vizinhas. Estimulamos a fazerem levantamento dos recursos e serviços urbanos de interesse público existentes no entorno. Então, fazíamos aquelas atividades de sociabilidade, para que elas se conhecessem, até quando ocorreu o sorteio das casas. Depois que as casas foram sorteadas, a gente fez a mudança dessas famílias. Solicitamos ao SESI um espaço para funcionamento de um centro social, um centro comunitário e

saí de lá após a realização desse projeto qualificado como um projeto pioneiro.

Você foi professora do primeiro currículo de serviço social da UFPI. Nessa época, vocês conseguiram já trazer e implementar alguma ação de extensão? Ou ainda estavam com uma formação mais voltada para o ensino?

Pois é, a grade curricular do curso era muito fechada e, penso, que foi o NUPEC que propiciou o início dessa abertura. Na época, o curso de serviço social era vinculado ao curso de Ciências Sociais, formando um mesmo departamento, o de Ciências Sociais, o que diferenciava eram as Coordenações específicas para cada curso, quando a gente começou. Começando pelo estágio curricular. Nós fazíamos o levantamento das instituições que estavam interessadas em receber estudantes. Nessa consulta, só eram incluídas as instituições formais: a COHAB, os órgãos assistenciais etc. A coordenadora do núcleo de estágio fazia o levantamento das instituições que estavam interessadas em receber alunos de serviço social e que tivessem assistente social para supervisionar. [...] Os estudantes, em algum momento, no final da década de oitenta começaram a questionar, achando que esses locais não estavam servindo como aprendizagem para eles. Sentiam-se como mão de obra barata, não remunerada. Era para executar o serviço que lhe era destinado, às vezes, substituíam o trabalho profissional de Assistente Social, mas sem essa configuração de ensino, de articulação com o que a teoria falava. Então, tinha aquela história: a teoria na prática é outra. Nessa época, a partir disso, eu fiz essa reflexão, que saiu em um artigo daquela coletânea de Serviço Social e Sociedade³, da Cortez.

3 O estágio na Formação profissional: elementos para análise. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XV, nº 45, agosto/1994.

Estavam discutindo essa questão na época, essa síntese de teoria e prática, o exercício dessa articulação. E os estudantes começaram a questionar. No estágio, acho que era Jesus Rocha que estava no momento como coordenadora, nós pensamos em criar um núcleo estruturado para ver como a gente podia ampliar essa discussão. Nesse momento também estávamos saindo da Ditadura Militar, no processo de redemocratização e os problemas aí colocados. Havia uma percepção dessa mobilização da sociedade, no sentido de se articular para participar nas ações que diziam respeito à sua sobrevivência, aos seus interesses. E os alunos começaram também aqui com essa preocupação, com a discussão sobre a questão das desigualdades sociais, com esse empobrecimento da população, a saída da população do interior para ocupar as periferias, as comunidades e os meninos que saem e vão para a rua, começam a primeiro vendendo bala nos sinais, carregando o cesto, fazendo uma série de coisas. Nessa história surgem os movimentos, o movimento menino de rua e uma série de iniciativas não só da sociedade, da organização da sociedade civil, mas outros movimentos sociais, inclusive entidades privadas e governamentais também. O resultado de tudo isso foi que a gente começou a pensar, a se preocupar: por que a gente não se integrava? Uma outra coisa: a universidade não saia dos seus muros para estar, também, junto, participando desses movimentos, de tudo que estava acontecendo, dessas demandas que estão partindo desses sujeitos sociais. E aí a gente sentou para conversar e eles queriam saber: “o que fazer com essas crianças?” Os meninos que viviam na rua eram chamados de trombadinhas e as meninas, na mesma condição, se prostituíam na rua. Surgiu, nesse processo, o movimento de meninos e meninas de rua e a arquidiocese Teresina começou com trabalho com essas crianças e adolescentes através da pastoral do menor. Então a gente começou a discutir no es-

tágio como se inserir nesses grupos. Começamos a fazer esse contato, esse levantamento, não só nas instituições formais, governamentais ou privadas, mas também nos movimentos sociais existentes, a dialogar com a pessoa que participava da organização do movimento meninos e meninas de rua. Fomos a Arquidiocese, para conhecimento do trabalho de educador social que lá era desenvolvido com meninos e meninas que iam para a rua a fim do contato com esses seguimentos sociais. Daí o que acontece? Na universidade, a gente começou a amadurecer essa história de criação de um núcleo de ensino, pesquisa e como suporte à configuração da prática profissional. Nessa ocasião a CEPRO⁴ fez uma solicitação à reitoria para indicação de dois professores para integrarem um grupo que, junto com a UNICEF, pretendia formular a construção do perfil das crianças e adolescentes do Estado do Piauí, um perfil socioeconômico desse segmento infanto-juvenil. O reitor indicou a mim e o professor (*Francis*) Musa Boakari, das ciências sociais. Sobre esse projeto de pesquisa, tem uma publicação feita pela CEPRO⁵, que a gente participou e foi quando eu comecei a trazer para a Universidade a discussão que estava acontecendo por lá, introduzida pela UNICEF. Participava do grupo uma oficial da UNICEF, Monica Muñoz, que a gente acompanhou por muito tempo, ocasião em que lhe falei sobre material bibliográfico para o nosso curso pois estávamos interessadas por essa temática e não sabíamos por onde começar. Ela começou a fornecer material e se interessou em conhecer a gente. Na época já tínhamos um grupo formado por nós, do estágio supervisionado. Integrado pelas professoras Jesus Rocha, Graça (*Vidigal*), além de mim e, inclusive, também das ciências sociais, Maria Lídia (*Medeiros Noronha*

4 Centro de Pesquisas Econômicas e Econômicas do Piauí.

5 SILVA, M. D.; BOAKARI, F.M. **O Perfil da Situação da Criança e do Adolescente no Piauí**, 1991.

Pessoa). A Mônica sugeriu a realização de um seminário para apresentar essa discussão, trazendo pessoas de fora. [...] Para a realização do Seminário “Vida a Toda Criança”, promovido em junho de 1992, a gente trouxe o representante nacional do movimento de meninas e meninas de rua, a gente trouxe, não sei se já era CBIA⁶, enfim alguém ligada a esta área, também foi convidada a representação local do Movimento Meninos e Meninas de Rua; só sei que a gente trouxe muitas pessoas de fora da Nossa universidade. Foi o marco inicial da criação do NUPEC. E a gente já criou o NUPEC com a concepção, de que não era só a universidade que iria fazê-lo, constituir-lo, mas também quem quisesse se incorporar ao seu trabalho. [...] Com relação a Mônica (*UNICEF*), além de financiar a vinda da Irene Rizzini (uma professora da Universidade Sta. Úrsula-RJ, que recentemente havia publicado um estudo sobre Crianças e Adolescentes de Rua do Rio de Janeiro) ainda nos deu suporte, financiando uma bibliografia básica para NUPEC. A partir daí começamos a estruturar o estágio supervisionado no espaço do Núcleo através de um grupo de estagiários organizado dentro de uma mesma área de estágio, estudando, participando de pesquisas e da intervenção consequente [...] O NUPEC foi criado em mil novecentos e noventa e dois. Através dele promovemos cursos de especialização em Políticas Públicas, com enfoque nas questões de gênero, por sua vez, nos permitiu, por exemplo, iniciar a discussão sobre as questões de gênero. [...] Enquanto a história da sexualidade. A gente não sabia muito bem como lidar com essa discussão e terminamos entrando pela psicanálise. Para entender a sexualidade como um conhecimento autônomo, específico. Uma vez que a igreja tem uma compreensão de sexualidade na perspectiva da religião. A moral social tem uma

6 Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

outra, do ponto de vista ético. A compreensão da medicina é da ordem biológica, do organismo. E a visão da psicanálise inaugura e produz um alargamento de sentido, uma nova perspectiva. Na qual a sexualidade é vida. Sexualidade é estímulo de vida, é tudo que diz respeito ao que a gente chama de acumulação de energia. [...]. Enfim, o NUPEC possibilitou toda essa discussão sobre gênero e sexualidade subsidiando, complementando e aprofundando a temática central, objetivo através do qual ele foi instituído.

O NUPEC foi muito importante para o nosso curso e para a UFPI. E nesse momento de surgimento, como foi o envolvimento dos professores departamento de Serviço Social e de outros departamentos?

O envolvimento de professores e professoras com o NUPEC, nesta fase a que me refiro, ocorreu mais entre os da área das ciências sociais e do serviço social, inclusive participando em conjunto desde a constituição, organização, estruturação e coordenação do núcleo. Com os da área da Economia também houve participação, através de estagiário, já que também era campo de estágio. Quanto a outras áreas, não lembro desse envolvimento. Na época havia uma boa participação de estagiários de ciências sociais e fui orientadora de TCCs de alguns deles. Na área de economia também havia uma estagiária e participante de grupos de pesquisa, mas, acompanhada por nós e sob nossa orientação [...].

E como ocorria o apoio institucional da UFPI para o NUPEC na época?

A gente encontrava muita dificuldade, só que a gente brigava muito na busca de recursos para custear nossas atividades. Em termos econômicos, por exemplo, a gente conseguia mais via essas organizações parceiras. A REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste Sobre Mulher e Relações de Gêne-

ro) criou um status de rede, que articula financiamento com fontes externas para todas as organizações suas filiadas. [...] Junto a universidade também a gente formulava projetos e apresentava à própria Pró-Reitoria de Extensão. Em geral sempre contava com a boa vontade do pró-reitor. Até porque a gente sempre criou essa relação, de cordialidade [...] Em nossas reuniões periódicas a gente discutia tudo o que estava acontecendo no contexto da sociedade e que nos dizia a respeito. Vou mostrar para vocês uma polêmica, que ocorreu conosco em 1996 e que ocupou por um certo período as primeiras páginas do Jornal Meio-Norte. Isso aqui a gente fez até um varal apresentado num dos Encontros Regionais da REDOR. [...] *(Mostra e lê o jornal): “A virgindade feminina. Na Universidade Americana muito se discutiu sobre virgindade feminina. Grupos organizados já defendem a permanência da virgindade até o casamento. A principal causa que levou o jovem americano a defender tal oposição é o fato da mulher ter se desvalorizado bastante nas últimas duas décadas, pois procurando-se igualar o homem, ela alcançou baixo nível de vulgaridade. Em pesquisa realizada recentemente nos Estados Unidos, tem-se como resultado que as mulheres americanas hoje são mais conservadoras do que há cinco anos atrás, e que uma porcentagem cada vez maior delas procura preservar a virgindade até o casamento. Com isso elas estão conquistando ou reconquistando o respeito masculino e o respeito a si próprias, deixando de serem vistas como objeto sexual descartável”. [...] “fica aqui o nosso relato e a esperança de que a mulher brasileira, ao exemplo que também já começa a acontecer na Argentina e no Chile, crie vergonha na cara e no sexo. Ser virgem é importante. O hímen é um tesouro reservado à mulher por Deus e deverá ser glorificado pelos homens”, diz a sexóloga em seu texto. E a gente levou esse artigo lá para o NUPEC, já que fazíamos periodicamente reuniões para discutir temáticas que nos despertava a atenção e o nosso interesse em dialogar. No dia seguinte saiu outro*

nos ao sexo grupal, libertinoso, ao uso de droga, ao homossexualismo masculino e feminino, ao sexo na infância... pois é tudo isso que pregam em seu artigo. Me solidarizo aqui com a psicóloga Cláudia Pacheco e com vários articulistas do jornal que escreveram o artigo recentemente enfocando o tema virgindade feminina". E por aqui vai. Nós fizemos uma reunião, trazendo essa matéria e resolvemos que não íamos responder porque era uma ofensa pessoal a nós, por levantarmos a questão, da perspectiva da temática. E estávamos sendo ofendidas (*leitura do jornal*): "*Não podemos deixar que pessoas inescrupulosas, como as professoras Maria Lídia Noronha e Maria Dulce Silva possam jogar na lama a moral de nossas famílias e os bons costumes, pelo que elas pregam no seu artigo devem fazer de suas residências, um bordel, trair seus maridos e induzir seus filhos à prostituição. Ou quem sabe não sejam proprietárias de prostíbulos?*". Isso gerou, cerca de uns treze artigos, sendo a maioria em nossa defesa e nos apoiando, provindos de nosso departamento, de professores, amigos e entidades parceiras. A gente fazia parte de uma sociedade, Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, a qual passamos a fazer parte exatamente por conta da discussão sobre a sexualidade visando nos cercar de toda fundamentação que embasasse nossas argumentações. Então, o último artigo que encerra essa polêmica é do presidente da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, Dr. Nelson Vitiello (SP), em que ele coloca como título: "sem ter o que falar". Essa discussão ocorreu de abril a julho de 1996. Todo mundo na cidade acompanhou essa discussão, nós nos tornamos pessoas públicas, o NUPEC ficou (re)conhecido na cidade. A Assessoria Jurídica da ADUFPI nos deu todo apoio, interpelou o jornal sobre a autointitulada psicóloga e sexóloga e face a não obtenção de resposta processou próprio jornal. Ganhamos a causa que ao final resultou em acordo e o NUPEC ficou provido de alguns recursos financeiros. E como vendeu jornal!

Como você avalia os principais impactos que o NUPEC trouxe, tanto para o curso de serviço social, quanto para a sociedade piauiense de uma forma geral?

Eu acho que foi exatamente essa aproximação, esse diálogo, essa interlocução com a sociedade, com os vários setores da universidade e o com o que se estava vivenciando naquele momento. Quais são as questões sociais que, nesse momento, estão presentes na sociedade e que dizem respeito aos nossos objetivos, aos nossos propósitos? Essa era uma das nossas principais indagações para a configuração das nossas proposituras. [...] Então, eu acho que nesse sentido foi o que a gente percebeu, que a gente estava presente. Sempre que ia acontecer algum evento, por exemplo, a CBIA: “vamos pedir uma colaboração do NUPEC”. Então, era ao NUPEC, e não a uma pessoa que o representava. Então acho sim que um dos impactos trazidos foi essa abertura para interlocução com os vários segmentos da sociedade, esse diálogo com setores fora dos muros da universidade. Agora se você perguntar para mim, pessoalmente, foi uma coisa de abertura de sentido, sabe? Por exemplo, foi o NUPEC que me fez ser feminista. Eu descobri que eu era feminista e não sabia. Eu vinha daquela militância estudantil, pesada, e focada nas questões sociais mais abrangentes, mais estruturais. A nossa causa é a causa mais ampla da classe trabalhadora, não essas específicas tais como: a causa da mulher, a causa da criança, estas se resolvem depois. O NUPEC, então, me permitiu esse alargamento de sentido, na medida em que eu fui apreendendo: o que é gênero mesmo? E compreender essa trajetória histórica acerca de nos constituirmos como homens e mulheres, na configuração dessas relações que se estruturam no contexto da sociedade.

Gostaria de destacar outras atividades de extensão que vivenciou durante o período que você esteve aqui?

Eu não acompanhei de perto, mas tinham atividades voltadas para essa dimensão rural, o trabalho com a população na zona rural, dentre outras. Mas como o meu foco era esse, eu certamente me desliguei muito daquilo que não estava me mobilizando.

Quais foram os principais desafios que você enfrentou, enquanto docente, para o desenvolvimento das atividades de extensão aqui na UFPI?

Eu tive muito impacto em termos do próprio curso. Às vezes, eu me deparava muito com uma certa resistência à minha pessoa: “lá vem a Dulce com as ideias dela”. Tive muita dificuldade dentro dessa inserção, porque era um investimento de energia muito grande, parecia, aos olhos e julgamento de alguns e de algumas, que meu comportamento era uma autopromoção[...]pelo menos, essa era a leitura que eu fazia na época. E na verdade é que sou assim mesmo, muito intensa e só consigo absorver aquilo que me mobiliza e aí me doou, me entrego por inteira e não me conformo em só estar presente e, passivamente, assistir a vida passar por mim. Quando aparece alguma uma coisa que me motiva, termino me apaixonando, eu sou da paixão. Para mim, as coisas se dão nesse nível e é por isso que eu insisto em vivê-las intensamente. E, às vezes, com isso me escapa, por exemplo, uma desatenção com alguém, uma fala mais agressiva já que normalmente meu tom de voz está sempre alguns decibéis acima do natural, do suportável e quanto me exalto automaticamente imagina o quanto ela sobe. Enfim, cada pessoa tem o seu jeito de ser e eu cá, em mim, tenho um repertório de defeitos. E olha que

já melhorei muito. E depois de envelhecer, então é que vi o quanto hoje sou uma outra pessoa (risos).

Professora, pela sua trajetória de vivência na extensão universitária, em particular no NUPEC, que outros elementos você destacaria para pensar a extensão no tempo presente?

Para mim fica difícil opinar, porque como eu já estou algum tempo aposentada e, inclusive, não frequento as atividades da vida universitária. Se você fala, você se compromete. Eu não sei falar de coisas para os outros, eu só sei falar me implicando. Entende? Não adianta você dizer: “deviam fazer isso, porque deveriam...”. Se eu não me percebo ali, se não convivo para perceber todo esse entorno, tenho dificuldade em propor para que os outros façam, sem ouvi-los antes. Então eu não arrisco, me perdoem, mas eu estou tão fora da academia! [...]. Estou vivendo outro momento, uma outra fase, a última fase da vida. O envelhecimento, a velhice. Talvez por isso a velhice seja tão maltratada, malcuidada, por nos conceberem improdutivas, “inativas”, inúteis e só quando a gente está instalada nela é que se dá conta da sua invisibilidade. Minha preocupação atual é que esta é a minha última fase de vida, não sei quanto tempo ela vai durar. Portanto quero aproveitar todo esse tempo que me permite um viver com autonomia, livre, independente, destituída de compromissos inadiáveis e fazer tudo o que me der prazer e me fizer feliz. E ainda quero durar mais. E para isso.... Agora é só no sapatinho (risos).

Da nossa parte, só gratidão. Não foi só uma entrevista, mas foi esse mergulho na nossa história e é sempre bom que a gente esteja voltando a entender inclusive como nós chegamos até aqui e os desafios que nós temos pela frente. Obrigada!

Isso, novos desafios sempre surgirão, pela frente. E para mim o serviço social é uma profissão eminentemente política. Porque a sua intervenção sempre ocorre no contexto das relações socialmente adversas, se contrapondo a elas. Nossa intervenção é desse lugar da mudança, da transformação das condições adversas vivenciadas por pessoas, por segmentos sociais vulneráveis, socialmente excluídos, pela população, em geral, sujeitos da nossa atuação. E para você fazer isso, para além de sua formação profissional, você tem sua vivência pessoal, seus valores, seu conceito de classe. A sua compreensão, se dá na medida que você está implicada nessa realidade. [...] O curso de Serviço Social tem uma história de iniciativas pioneiras na Universidade. Não sei se vocês sabem, mas foi o Serviço Social quem primeiro encampou a luta por concurso público na Universidade. Eu fui a última professora no curso do Serviço Social a entrar sem concurso. Mas cheguei sem QI⁷. Por um golpe do saber e subsídio do meu currículo, por estar no lugar certo, na hora certa. Então, a professora Aglair (*Setubal*), coordenadora do curso nessa época, me localizou, me fez a consulta sobre minha aceitação e encaminhou minha indicação para efeito dos trâmites legais do meu contrato de trabalho. Portanto se houve QI, é a ela que devo reverência [...]. Após minha contratação, o curso continuou a discutir a questão e a batalhar por concursos para docentes de serviço social. [...]. Me engajei com fé, esperança e amor nessa luta coletiva nada fácil, sob muita pressão, incompreensão,

7 “Quem Indica”.

opressão, depressão e por outro lado com muita partilha, garra, acolhimento, colaboração, fortalecimento de nossos laços afetivos e solidariedade. Ninguém largou a mão de ninguém e ao final ganhamos, conseguimos alcançar os nossos objetivos. A partir de então, todo o quadro profissional contratado pelo curso provém de concurso público. Contudo, esse é um breve registro de uma longa trajetória histórica que, do meu ponto de vista, deveria se constituir, de forma coletiva, num resgate exclusivo de um processo envolvendo nossa caminhada em defesa dos nossos direitos e garantias, como funcionárias e funcionários públicos, expondo esse processo ao conhecimento da comunidade universitária.

Entrevista com Marlúcia Valéria da Silva

*Por Sofia Laurentino Barbosa Pereira e
Iolanda Carvalho Fontenele*

Valéria Silva é professora aposentada do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (1985 a 2019). Foi a primeira mulher presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE UFPI na “Gestão Nascente: Nada será como antes” (1984-1985). Foi aprovada em concurso público da UFPI em 1988. Tem doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Agricultora do Sítio Agroecológico Terra Mãe, em Teresina-PI, com Estágio Pós-Doutoral em Agroecologia pela Universidad Nacional de Colômbia - sede Palmira. Idealizadora da Feira de Base Agroecológica-Cultural da UFPI.

Professora, você se formou nesse curso e nós gostaríamos que você falasse sobre como foi a sua formação. Como se configurava a extensão no curso de Serviço Social na época que você se formou?¹

1 Entrevista realizada pelas professoras Sofia Laurentino e Iolanda Carvalho Fontenele no dia 27 de novembro de 2023, na Universidade Federal do Piauí. Transcrição feita pelas estudantes do curso de Serviço Social da UFPI, Vitória Conceição de Lima Ribeiro e Pamela da Silva Geraldo.

Boa tarde a vocês duas! É uma alegria encontrá-las aqui, ex-alunas, e ver que estão construindo o curso. É muito lindo ver que a gente sai e a jornada segue e segue viva! Boa tarde ou bom dia, boa noite a quem for nos ver pelas redes. Boa tarde especialíssimo aos atuais alunos e alunas do nosso curso, porque são elas e eles que vão levar depois este fazer ao futuro. E eu fico muito alegre sempre que falo para os alunos e alunas porque acho que os discentes são quem realmente importa. Então, é uma alegria. Vamos lá à pergunta. Olha, a minha formação foi em um dos primeiros currículos do curso de Serviço Social e, digamos assim, assentada no espírito daquele tempo, e o espírito daquele tempo era teoricamente conservador e talvez um pouco limitado para o que a gente desejava e poderia fazer, poderia alcançar, também pensando a possibilidade local. Na época, nós só tínhamos duas professoras com mestrado e a pós-graduação era uma coisa, naquela época, meio inalcançável. As portas eram muito difíceis de serem abertas, então, a formação dentro desse quadro, metodologicamente falando, era inspirada em teorias que pensavam o mundo, a sociedade e as pessoas de um modo que não refletia a realidade. Questionando o fato, depois a gente não foi mais concordando com aquilo, e passou a ver a metodologia de trabalho, a população de outra maneira, o direito e o serviço público de outra maneira, valorizando a ativa participação popular. Mas a minha formação foi dentro dessa visão mais fechada, e eu costumo dizer que neste contexto quem me salvou foi o movimento estudantil, porque o movimento estudantil abriu as portas para esse outro panorama ético-político-epistemológico que o curso ainda não oferecia. Foi oferecer depois, após as revisões curriculares. Já com a primeira revisão curricular começou a avançar e com a segunda revisão melhorou ainda mais e seguiu avançando até onde vocês estão hoje. Mas o começo era meio difícil, porque a gente não

tinha o acesso à formação, à literatura. A nossa formação, a gente estudava tudo em espanhol, era Ander-Egg² e outros latino-americanos, o próprio trabalho do Faleiros era em espanhol, porque ele escreveu do Chile, onde estava exilado por conta da ditadura militar no Brasil. Então foi assim, com essa dificuldade, mas as professoras também, na sua maioria, eram esforçadas. Poucas tinham pós, mas muitas buscavam. Fui aluna e continuo sendo muito amiga da Zita, da Jesus e da Vera³ e de vez em quando a gente se encontra pra tomar café. Elas foram minhas professoras lá no começo, foram minhas colegas de trabalho e viraram minhas amigas. Então, professoras como Aglair também, Simone, Graça Vidigal, Vera, Dulce eram pessoas que se esforçaram, mas era um tempo realmente difícil, politicamente muito difícil. Vivíamos a ditadura militar, então tudo isso dava essa conformação mais conservadora e exigente, contra o que lutamos. Mas nós sobrevivemos, tocamos o bonde e cá estamos nós!

Naquela época, existia alguma experiência de extensão? Você lembra, se participou?

Pouquíssimas! Projetos de extensão no curso, que eu me lembre, não tinha. Nós tínhamos os estágios, mas era uma experiência acadêmica vinculada ao ensino obrigatório, daquele jeito que mais ou menos funciona até hoje, e tinha as possibilidades de você conseguir o estágio aqui, acolá, mas não tinha o caráter acadêmico de vínculo com a universidade, com supervisão docente, como a gente pensa a extensão hoje, articulada com o ensino, articulada com a pesquisa. Eu tive uma experiência no Projeto Rondon, porque a minha orientação

2 Ezequiel Ander-Egg foi um autor argentino bastante estudado no Serviço Social, com diversas publicações sobretudo na língua espanhola.

3 Zita Alves Vilar, Maria de Jesus Rocha Soares e Maria Veralúcia Leite Nogueira foram professoras pioneiras do curso de Serviço Social da UFPI, juntamente com Aglair Setúbal.

sempre foi para o campo da política, e a minha escolha era trabalhar com população organizada, com o movimento social, a demanda popular. Então eu achei um espaço no movimento estudantil e um pouco no Projeto Rondon. Apesar de ser um projeto do governo e ter as limitações daquele tempo, a gente tinha muita liberdade, então ali eu tive minhas primeiras experiências de extensão e foram também minhas experiências com o rural. Na verdade, minha primeira experiência rural foi o meu nascimento, porque eu nasci no meio rural, vivi no meio rural até meus seis anos de idade e isso foi reaparecendo depois na minha jornada, nas minhas escolhas. No Projeto Rondon eu fiquei dois anos. Trabalhei com Associação de Moradores, depois assumi outra comunidade, trabalhei com hortas comunitárias, com roça comunitária. Foi o tempo em que explodiu a questão urbana em Teresina, a questão habitacional e eu ia para áreas acompanhar as novas associações de moradores. Mas as experiências eram assim, erráticas, eram em função do estágio que você conseguia aqui, ali, acolá, por esforço pessoal. De qualquer modo, eu aprendi muito com essa experiência do convívio fora da universidade, foi também muito importante para a minha formação pessoal e profissional. Aprendi ali sobre a tríade universitária, aprendi o sentido social que a universidade precisa ter, coisa que na sala de aula não se materializava.

Como você avalia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no curso de serviço social da UFPI, a partir da sua trajetória?

Olha, deixa eu te dizer uma coisa, eu não sei muito se o curso de serviço social, até onde eu experienciei, quando eu me aposentei, se o curso conseguiu ter a clareza dessa indissociabilidade. Eu acho que o curso sempre viu: aqui o ensino, ali é a pesquisa e acolá a extensão. É ótimo ter todas, é importan-

te, mas a situação se mostrava assim. Eu, desde aluna, percebi que não dava pra separar, era improcedente tanto metodológica, quanto ético-politicamente. Assim como a separação teoria-prática, que ainda hoje a gente escuta em sala de aula discente falar disso e que é lamentável. Eu percebia desde muito cedo que não era possível separar, porque a pesquisa não pode nascer, se ela for uma pesquisa libertária que vai alcançar a população de alguma maneira, ela não deve brotar da aridez e assepsia aqui de cima dessa mesa. Obviamente, a sua preocupação teórica, o seu objeto dialoga com sua formação, com sua postura ideológica, Já superamos, ainda bem, a bobagem da hiper objetividade científica. Sua inquietação de pesquisa não vem desse momento presente, vem da sua trajetória e de suas escolhas. Mas existem outros requisitos: para você formular um problema de pesquisa que tenha inclusive esse compromisso com a mudança da sociedade, você precisa estar se relacionando com essa sociedade. Você que vai dizer o que interessa à sociedade? Óbvio que não! Também não é a sociedade que vai dizer: pesquise isso! É com o seu envolvimento que você vai eleger com essa sociedade, comunidade, com esse grupo, seja lá como for, o que é importante para essas vidas. O que este coletivo precisa... isso é dar substância ao fazer da investigação. Eu não sei como vocês pensam, cada um tem a sua postura acadêmica, mas eu não acredito na pesquisa acadêmica descolada da realidade de exploração dos povos.. Serve para quê? Para o *lattes*? Eu nunca trabalhei pensando só no *lattes* nem um dia da minha vida. Isso não significa que eu não tenha posto toda minha produção no *lattes*, porque a gente também sobrevivia disso. Mas me conduzi assim: eu vou pesquisar para a população e o relatório, o artigo e o livro eu coloco no *lattes*. Quanto vai valer? Não estou preocupada! Nunca escolhi um periódico pensando no *lattes*. Publiquei muito na revista do DSS, que nem qualis tinha. Era

importante para dar acesso aos alunos, trocar com as colegas, fortalecer nosso coletivo docente. Então, invariavelmente a publicação tinha uma orientação para o coletivo. Sempre pensei que o local era importante tanto quanto o nacional, internacional. E fazer o que a gente decidia era importante. Então, a extensão, deste ponto de vista, é indispensável para os alunos pensarem junto com a comunidade, pensarem junto com quem vive os problemas, escolherem problemas de pesquisa e áreas de atuação potentes para lidar com a realidade social. A história nos mostrou infinitas vezes que você não sabe o que é bom para ninguém. Você tem suas ideias, você pode ajudar muito, você tem uma formação, e isso não é pouco se você disponibiliza para a comunidade, mas você não sabe o que é importante para essas pessoas, você não tem a vivência dela, o cotidiano dela, o modo de ver o mundo, a demanda objetiva e subjetiva mais urgente ali dentro, seus sonhos... quem tem é a comunidade. Então, se você ver dessa forma você vai concluir que o ensino de sala de aula não pode estar descolado disso. Precisa formar para este diálogo, esta atuação profissional. Não são três coisas separadas. Não posso dividir isso sem prejudicar absolutamente a formação, o serviço a ser prestado e a importante mudança positiva na vida da população. Se levo pra sala de aula um debate teórico estéril, descolado da realidade, ou se não faço as necessárias relações, - o autor tal disse isso e o autor X disse isso - o discente olha para aquilo e olha para o mundo e não encontra nada que articule as dimensões teórico-práticas... claro que depois ele vai repetir que na teoria é uma coisa e na prática é outra! Por que? Porque não parte da sua realidade, não tem esta reflexão nem tem a vivência. A vivência. O Boaventura⁴ escreveu aquele livro o “A crítica da

4 Refere-se aos livros “Crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência” e “A gramática do tempo: para uma nova cultura política”, de autoria de Boaventura de Sousa Santos.

razão indolente: contra o desperdício da experiência”, todos os livros da trilogia são importantes, mas este e a “Gramática do Tempo” são livros fundamentais. O propósito das obras é exatamente criticar o projeto racional ocidental dominante e lembrar as outras racionalidades, igualmente legítimas, que compõem a experiência. É sim, inapropriado jogar fora a experiência e a trajetória de um grupo social que viveu até ali com o seu fazer, o seu conhecimento, suas inquietações, com o seu desejo, sua possibilidade, sua impossibilidade. O ensino dialoga com isso por meio da história dos próprios alunos e alunas e no campo da extensão

Porque especialmente na extensão o menino e a menina interagem com questões objetivas das quais trata a teoria. Então, quando forem escrever o relatório, ao refletirem teoricamente e avançarem no argumento, verão que há um profundo diálogo entre a vida vivida – a tal da prática- e o estudo em sala de aula. Então, inevitavelmente a eleição de objetos de pesquisa virão deste diálogo, de modo pertinente e pertinente. Então, não há como separar. Eu me impacto até hoje como é que conseguem separar a teoria da prática, a extensão de ensino e da pesquisa. Nós, assistentes sociais, em especial, lidamos com a vida das pessoas num certo meio social! Como vamos conseguir separar isso? Eu não consigo ver esta possibilidade, a não ser que passemos a viver numa redoma muito questionável, quase uma realidade paralela ou no conforto de uma ideologia esquizofrenizante. Quando a gente estiver falando da Feira, vou falar como a gente trabalhou isso por lá. Mas tanto em sala de aula, quanto na pesquisa e extensão, busquei me conduzir a partir deste entendimento complexo.

A gente já começou a entender que essa trajetória da extensão no curso veio primeiro atrelada a esses programas federais, inclusive na época de ditadura, mas

também sabemos que os cursos estão muito presentes na história da extensão no Brasil. Como você vê isso? Como está a sua memória na questão dos cursos na extensão aqui dentro do curso de serviço social?

Como eu falei antes, a gente foi mudando com as revisões curriculares, onde tivemos discussões acadêmicas muito interessantes. Foram momentos ricos que ajudaram a avançar nesta nova compreensão. Também os mestrados e doutorados que fomos fazendo, a entrada de outras professoras com formação diferente da UFPI. Melhoramos muito, tanto que mais ou menos contemporâneo à segunda revisão, que foi lá no começo da década de 1990, já foi criado o NUPEC, o primeiro núcleo de pesquisa e extensão que teve no CCHL, que teve na UFPI. Ficou vinculada a Pró-Reitoria de Extensão e que primeiro foi vinculado à pesquisa, veja só. Uma experiência fantástica, que foi mostrando pra gente a relevância também da extensão. Naquela época, nós tínhamos o recente lançamento do ECA, a primeira lei já com a inspiração da nova Constituição, em julho de 1990 - imediatamente antes da lei orgânica da saúde que foi setembro e novembro de 1990. E o Nupec já se debruçou ali sobre a questão da criança e do adolescente, fazendo um trabalho singular. Entendo este fato como o marco da extensão no curso. Depois veio o NUPEUT/PTIA como outro grande iniciativa e várias propostas não vinculadas a programas e Núcleos.

E por conta disso nós tivemos o NUPEC. Antes veio o NUPEC, depois veio o NUPEUT.

Sim. NUPEUT e PTIA depois do NUPEC. Os fatores a que me referi antes e a própria Constituição de 1988 foram produzindo outras possibilidades. Por outro lado, a vida política também soprava novos ares... as Diretas Já, o fim do regime militar, a Constituição, a retomada da democracia... tudo

isso engendrava um corolário social complexo, cheio de novas vivências. E nós fomos nos animando para navegar novos mares também. Então, tivemos a experiência com criança e adolescente, com idoso, com gênero, por meio do Engendre... e nesses Núcleos também tínhamos as disciplinas de estágio curricular. Na minha percepção, ganhamos muito com isso. Eu participei do Nupec por muito tempo. Ali, desenvolvi várias iniciativas de extensão com juventudes como o Cara Jovem, Cenas Juvenis I e II. Mas em função do meu crescente interesse pelas ruralidades e da minha participação no corpo docente do Mestrado em Sociologia exatamente nesta área de concentração, criamos o NERUT⁵. Ali, desenvolvi o projeto de extensão EIV- Estágio Interdisciplinar de Vivências. Foi uma experiência riquíssima, realizada em cinco assentamentos/acampamentos do MST. A proposta era de possibilitar o convívio dos alunos e alunas por 15 dias com famílias rurais, com a finalidade maior de conhecimento da problemática que envolve o campo piauiense, troca de conhecimentos, rompimento da invisibilidade do rural ante a academia. Ao fim, realizamos um seminário com discentes, supervisores das instituições parceiras, professoras e as famílias rurais. Relatórios bem construídos e belíssimos foram apresentados por alunos e as famílias. Inesquecível. Do projeto, participaram alunos de cursos variados. Já no Nerut recebi alunas do curso de serviço social, alunos da sociologia. Na verdade, a maior parte era do nosso curso que tinham interesse na temática. Então, foi assim. A extensão foi avançando um pouco num contexto de mudança, entre a redemocratização do país, as novas eleições, os novos debates, expressões diversas da questão social e essa nova conotação do currículo... às novas questões e inclusive as demandas do movimento estudantil, que passou a se

5 Núcleo de Estudos em Ruralidades e Territorialidades Piauienses (NERUT) da UFPI.

preocupar com novas questões, além da militância eminentemente política, como era no meu tempo de estudante. A ação política no sentido de enfrentar o regime, o autoritarismo da reitoria e demais, o problemas dos funcionários fantasmas, greves, paralizações discentes...essa coisa toda que se mostrava uma luta muito difícil. Muito exigente. Já na nossa gestão, fomos incorporando à luta política de resistência demandas concretas da vida acadêmica cotidiana. Conseguimos, por exemplo, estabelecer a primeira residência universitária. Era precária, toda uma situação de provisoriedade... casas alugadas, poucos móveis... mas nós conseguimos. Foi o movimento estudantil dando este novo salto ao se preocupar com demandas mais concretas de permanência discente na UFPI. E no curso isso também foi avançando, de modo que no ano 2000 a gente tinha uma série de novas iniciativas do campo acadêmico incorporando os alunos. Nos meus projetos de pesquisa, por exemplo, mesmo os financiados pelo CNPq, meus alunos experienciavam a extensão no contexto da pesquisa. Eu levava as bolsistas do PIBIC para os assentamentos, para as comunidades rurais onde eu realizava as pesquisas e ali desenvolvíamos ações junto com as pessoas locais. A Léia⁶ foi uma: “Bora, minha filha, lá para o sul do Piauí, vamos experienciar, vamos ver a cara do povo, sentir e pensar sobre o drama das pessoas. Você não pode só ler o que eu escrevo, tem que ter a sua reflexão, trocar com a localidade”. Mas, mesmo assim, eu acho que no curso, até onde eu vivi, a maioria não fazia essa articulação com o real, entende? É indissociável. Vamos pegar bem aqui os alunos da extensão, por exemplo, e estimulá-los a escrever, a refletir, a pesquisar. “Você é aluno

6 Léia Lima Soares foi bolsista de iniciação científica do CNPq/UFPI no período de 2011- 2012, na pesquisa “Saberes e aprendizados intergeracionais no contexto da agricultura familiar na localidade de Jenipapo, Sebastião Leal - PI”, sob orientação da Profa. Dra. Valéria da Silva. Atualmente é docente do Departamento de Serviço Social da UFPI.

da extensão, mas vamos para o campo de pesquisa comigo e lá você vê e formula questões de pesquisa para você estudar”. E eu orientava. Então, meus orientandos e orientandas todos fizeram isso, sem exceção. Não só os de PIBIC pesquisaram. Não só os da extensão desenvolveram atividades junto às localidades. Todos faziam os relatórios de CNPq, de Prex... E todas constituíram seus problemas de pesquisa e desenvolveram seus estudos. Todas, sem exceção. Porque na sala de aula discutíamos as preocupações levantadas por eles, oferecendo estofo teórico para a elaboração de uma proposição investigativa. Quando chegavam na disciplina de pesquisa social tinham muito mais facilidade de formular um problema para o seu trabalho de conclusão de curso. Então, não vejo como descolar ensino de pesquisa e extensão. Teoria de prática. Faz-se necessário seguir com esse debate. Discutir a concepção que considera possível esta separação e estimula isso no fazer docente por vários mecanismos. É uma postura epistemológica a ser enfrentada na academia.

Você avalia se houve uma mudança nesse caráter de extensão no curso de serviço social da UFPI na sua trajetória? Você, que participou de várias revisões curriculares, pode ver como é que houve as mudanças de currículo. Então, ao longo dos anos, como é que houve e se houve, como aconteceu essa mudança na extensão? Ela foi ganhando mais centralidade?

Ela ganhou mais centralidade institucionalmente falando, tanto na UFPI quanto no curso, como falei. No entanto, devo dizer que a extensão sempre foi – e acredito que ainda seja – o primo pobre da universidade. Pobre porque ninguém dá importância. “Ah, trabalho comunitário?”. Pobre porque não recebe recursos, pobre porque não contava como relevante para sua qualificação profissional. Era pobre de todas as for-

mas. E por isso tivemos muita briga eterna. Quando eu era do conselho universitário, fiz uma minuta de mudança, a qual dava mais atenção e recursos para a extensão. A universidade fala da tríade, mas não a implementa. Na verdade, a universidade pensa e reforça esta abordagem estanque com a sua regulamentação, suas políticas de incentivo, com a organização dos projetos político-pedagógicos, da carga horária, da formação onde priorizam a pesquisa separada da extensão e como mais relevante. A concepção da universidade ortodoxa, cartesiana, cega para o compromisso social se reproduz também pela ação da instituição como um todo e não só pela ação do corpo docente individualizado. Na UFPI, mais recentemente, isso deu uma melhorada. A luta tem avançado um pouco quanto à valorização da extensão. A Cleânia⁷ um dia ligou para mim dizendo: “Valéria, me ajuda aqui a pensar a extensão, porque eu vou brigar por carga horária para a extensão”. “Pois bora lá!” E ela conseguiu alguma carga horária e algum recurso. Segundo me relatou, foram reuniões muito difíceis, onde grande parte dos conselheiros era contra. Então, como vemos, a universidade, com a sua política, mantém a extensão no lugar de pobre, de pouca relevância. E aí alguém me diga: por que pesquisa e ensino devem ser vistos separados e como prioritários?

No caso do nosso departamento, penso que há uma compreensão clara disso. Penso que as propostas curriculares foram ganhando desenhos e incorporando propósitos interessantes. Não obstante, até quando estive lá, pouco se materializou em ações acadêmico-pedagógicas. Foram poucos os projetos que deram à extensão a visibilidade que ela deve ter. Acho que o corpo docente poderia ter feito muito mais em relação ao compromisso social da UFPI, muito embora eu saiba

7 Profa. Dra. Cleânia de Sales Silva, que foi Pro-reitora de Extensão da UFPI.

que as condições gerais não são e nem foram favoráveis. Mas sou do pensamento que estes obstáculos não podem nos comprimir a fazer o mínimo. E por pensar assim, é que procurei valorizar a extensão na minha prática docente.

A carga horária ainda é muito reduzida...

Muito reduzida. Incompatível com a realidade do fazer extencionista. E veja que só agora tem esta pequena quota, ainda ensejada pela obrigação da curricularização. E foi uma luta desde sempre! Quando a Vera Nogueira foi pró-reitora de Graduação conseguimos inserir na tabela de avaliação das atividades docentes uma contemplação mínima da extensão. E seguimos insistindo nisso. Então, a universidade instrumentalista, verticalista, preconceituosa, por exemplo, não tem as ciências humanas como de igual relevância. Porque o matemático acha que não precisa de extensão, o físico acha que não precisa, o engenheiro também... porque são *hard science*, que acessam grana alta, de diversas fontes para seu trabalho de pesquisa. Como se todo o conhecimento não viesse da organização social e para ela não devesse voltar. É como se o estudo de exatas, de tecnologias, de agrárias, da saúde etc se destinasse para algo extra terreno. Mas não é. Todo o conhecimento científico é humano e deveria voltar-se a potencializar a vida humana. Neste entendimento, a extensão justifica totalmente seu espaço. Nas ciências humanas grande parte de nós pensa assim e vivencia realidade similar. Grande parte vê a extensão como potência, mas as dificuldades são muitas. Quem é aqui que financia um projeto de R\$ 500.000? Você conhece algum professor aqui no CCHL? Nas ciências exatas, agrárias, tecnologias da saúde, facilmente se financia um projeto de R\$ 500.000 e estas áreas nem lembram de extensão. Então, é este campo que se prioriza. É para lá que vão as políticas, as maiores iniciativas da univer-

cidade. E a extensão? Bem, fica nesse sofrimento acadêmico. Ou a gente se dispõe a fazer, inclusive, por conta própria ou fica quase inviável. Muitas vezes escolhi fazer por conta própria, por um compromisso político- ideológico. Eu tenho um compromisso ideológico com as camadas populares e, dentro delas, com os povos rurais. Penso que a universidade tem um papel a cumprir junto a esses segmentos. Então, eu faço como uma devolução, porque foi a sociedade brasileira que pagou a minha formação desde o dia que eu pisei numa escola, até o dia que eu terminei o segundo pós doutorado. Foi a sociedade brasileira que viabilizou tudo isso através da escola pública. Então, é uma forma concreta de eu devolver o que recebi socialmente, uma estratégia a mais de manter meu compromisso com as pessoas que têm poucas oportunidades. Tem que ter esse compromisso ideológico, senão você não faz, porque a estrutura acadêmica não ajuda muito. A universidade não faz esta escolha enquanto orientação dos serviços educacionais que presta.

Agora entrando mesmo na experiência da Sementes de Cultura, nós sabemos que foi uma atividade de extensão muito relevante, não apenas para o serviço social, mas para o CCHL e para a sociedade piauiense. Gostaríamos que você contasse um pouco dessa experiência. Como aconteceu o seu surgimento? Como foi essa experiência no programa? Que ações que vocês desenvolveram? Quais foram os resultados?

Aí, é muito assunto. Vamos lá reduzir, compactar. Veja, de onde surgiu a Feira UFPI? A Feira é um dos projetos que compunham o programa Semente de Cultura. Ambos surgiram, de novo, do meu envolvimento com os povos rurais. Qual os principais problemas das populações rurais, dos produtores e produtoras rurais? Financiamento, educação, saúde, infraes-

trutura, assistência técnica e escoamento da produção. Para comercializar, eles não têm acesso à rede de supermercados pelo óbvio e porque eles trabalham com outra lógica. Não é a lógica do capital, é a lógica da agricultura familiar, do campesinato, onde a produção não se orienta só pelos critérios do mercado. Leva-se em conta a questão da terra, da cultura alimentar, da sazonalidade, dos modos de vida, em geral. Isso interfere no que produzem e como produzem, considerando-se também as condições objetivas de produção, como já falei antes. Então, não tem como eles participarem dessa rede de grandes supermercados que oferecem as mesmas coisas, em estoques similares o ano todo. Não importa se faz chuva ou sol. Se é domingo ou dia santo. Por exemplo, na década de 1970 você tinha os pequenos mercadinhos, você tinha na rua uma mercearia grande ali, um mercadinho acolá e a própria feira do município – muito comum no nordeste – que faziam a comercialização de alimentos. Porque muito próximos dos produtores, lidavam com estes ritmos rurais da natureza e das vidas. Normalmente, vendiam aquilo que a pequena produção oferecia em cada época. Assim, dava também para as famílias agricultoras participarem dessa lógica de comercialização, mais ancorada nos modos de vida de então. As pessoas entendiam e esperavam o tempo das coisas. Não havia a demanda incessante por tudo ao mesmo tempo e vindo de todos os lugares do país: todas as frutas, todos os grãos, todas as verduras, todos os processados. No supermercado é assim e se assegura isso com a extrema manipulação dos produtos e longo transporte. Então, para se produzir desta maneira a rotina não é a rotina da natureza, mas da manipulação do solo, das plantas, das águas e... das pessoas!!! Outros processos de trabalho são obrigatórios, diferentes dos processos da agricultura familiar. Aí, vem o adubo químico, o veneno, a alta escala de produção, a monocultura, os empregados do campo, o alto

custo da produção, os circuitos longos de comercialização, o rompimento daqueles modos vida e da cultura alimentar, para dizer bem rapidamente. E isso, sim, se articula com rede de supermercados que comercializa a preços altos, praticamente 24 horas por dia, porque este também é o modo de vida dos urbanos. Este, digamos assim, funcionamento do capital não faz parte da maneira de existir da agricultura familiar. Com a profunda urbanização e o avanço deste proceder, a agricultura familiar e suas dinâmicas perderam espaço para este tipo de realidade. Ficou restrita ao seu local, sem políticas públicas inclusivas, sem ter como manter sua capacidade produtiva e enfrentando outros sérios problemas com a chegada do agonegócio que depositou a pá de cal nas localidades. Então, é uma situação gravíssima. Em Teresina, por ex, que é a capital do estado. Até hoje, não há sequer o transporte de pessoas para todo o meio rural de Teresina! Imagine para circular produção. A atual gestão do Dr. Pessoa simplesmente retirou os transportes do meio rural! A população não tem como se locomover, nem ela, nem a produção. E isso é gravíssimo para quem produz alimentos. Vai comercializar como? Esta é a nossa triste condição. Por outro lado, não há espaços de comercialização fora da lógica dos supermercados. Fomos identificando toda esta complexidade fazendo o trabalho de extensão, de assessoria ao movimento social rural e supervisionando alunas do estágio obrigatório. E isso me inquietava demais, então comecei a me perguntar como ajudar a resolver este problema. Por outro lado, sempre gostei demais das feiras e, sempre que possível, as visitava por onde andei. Em vários estados brasileiros, fora do país, pelo interior do Piauí, as feiras estão no meu radar. No doutorado eu morei em Florianópolis e eu era rata de feiras. Tinha feira agroecológica em todo lugar. Ali, me envolvi com a agroecologia e participava do circuito de feiras, já fazia uma pequena

assessoria para um sítio de lá, visitava muitos outros e eu ficava pensando que precisávamos ter uma feira aqui em Teresina também. Mas, ao retornar, a UFPI me consumia de tanto trabalho, eu não conseguia respirar. Felizmente, anos depois, muito provocada por uns colegas da agroecologia, me dispus a iniciar algum trabalho de agroecologia por aqui. Gente do céu... quase morri de trabalhar! Fui lá e comecei a participar do movimento de forma mais sistemática, fui ser membro da CMAPO,⁸ isto é, primeiro da CPOrg, que é a Comissão de Produção Orgânica do Ministério da Agricultura. Aí fomos nos organizando, juntamos um grupo de instituições que se chamou GPOTE, Grupo de Produção Orgânica de Teresina. Fomos refletir mais, juntamos as comunidades, montamos um plano de trabalho, e isso do zero. O Firmino⁹ formalizou o grupo com as instituições e as comunidades de Teresina e fomos trabalhar, mas tinha sempre esse gargalo: “Gente, nós temos que fazer uma feira. Essa feira a prefeitura não vai fazer”. Porque a prefeitura dava aquele empurrão, assim, muito precário. A universidade me instituía, por um ato do reitor, a ser sua representante na CMAPO, mas eu não tinha sequer um transporte para ir na reunião. Nunca fui numa reunião transportada em carro de UFPI. Não havia nenhum suporte. E a gente ficava vendo da necessidade de estabelecermos a feira, a demanda das agricultoras também neste sentido, porque só assim conseguiríamos aumentar a produção das comunidades envolvidas, diversificar as variedades, estimular outras comunidades a participarem do trabalho. Na época, as comunidades já tinham maior produção e não conseguiam vender, porque tinham dificuldade com a merenda escolar, não tinham outros espaços. Participamos de uma ou outra feira do Sebrae,

8 CMAPO – Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.

9 Firmino da Silveira Soares Filho, prefeito da cidade de Teresina, nos períodos de 1997 a 2004 e de 2013 a 2020.

mas a comercialização errática não resolvia a necessidade das famílias. Paralelo a isso, fazíamos todo o trabalho de assessoria às 10 comunidades envolvidas. Desde curso de alfabetização, cursos técnicos de agroecologia, oficinas de gênero e juventude... porque não havia como fazer a formação toda sem saber ler. Então, quando isso tudo melhorou, dois anos de trabalho duro, eu fui conversando com as instituições, propondo fazer um projeto de extensão com a instalação de uma feira para os agricultores. E os agricultores levaram seus produtos e Escrevi o projeto, a CMAPO aprovou, o DSS também e fomos tentar com as instituições que apoiavam, que eram muitas, para ver qual seria o compromisso objetivo de cada uma. A UFPI apenas cederia o espaço e olha lá!. Parte da UFPI nem entendia a razão de ter uma feira de produtos de agricultura no Rosa dos Ventos. Mas na época, o reitor, que era o Arimatéia Dantas Lopes, apoiou bastante. Reservou o espaço pra nós, ofereceu transporte para algumas reuniões nas comunidades, caminhão para transportar a produção de uma comunidade a cada feira e divulgava muito o projeto sempre que se pronunciava, conferindo legitimidade institucional ao trabalho. Nos editais de extensão, chegamos a conseguir, para a Feira, cinco bolsas estudiantis. Entretanto, para a envergadura do trabalho a ser feito isso era muito pouco. Financeiramente, isso era quase inexistente ante o orçamento UFPI. Ao longo do tempo, a Feira UFPI se tornou parte do calendário cultural da cidade, super reconhecida como evento de relevância para as comunidades e para os consumidores, mas nem assim foi reposicionada concretamente como uma das mais importantes ações de extensão da UFPI. Havia o reconhecimento verbal sem a valorização fática. E o projeto foi acontecendo com o apoio de dez instituições, cada uma também assumiu parte desse traba-

lho: INCRA¹⁰, Secretaria Municipal Rural, a Secretaria Estadual Rural, as Secretarias de Desenvolvimento Urbano do Estado, a SEMTCAS¹¹, que depois virou SEMCASPI, a EMBRAPA. Então, eram grandes instituições que nos apoiaram muito, cedendo caminhão, assistência técnica, vagas para estágio obrigatório juntando as atividades acadêmicas de extensão e ensino. Conseguimos assistência técnica com a PMT, porque você só trabalha com agroecologia se tiver assistência técnica com troca comunitária. Do contrário você não tem como assegurar ao consumidor que o produto é agroecológico. Então, após muita pressão, conseguimos. Enfrentamos muita dificuldade, porque os próprios técnicos não tinham a formação em agroecologia, então tivemos de, primeiro, oferecer oportunidades de formação aos técnicos. Ficamos com essa assistência lá e conseguimos avançar muito. Então, nós saímos da produção de cebola, coentro, alface, couve e mais alguma coisinha, para uma produção que tinha mais de cem itens, entre frutas legumes e verduras e também ovo e galinha caipira. Foi um avanço incrível que mostrou a potência da agricultura familiar. Com muito pouco, provocamos um avanço grande, no pouco tempo de 2 , 3 anos. E começando de condições precárias. Desse modo, a Feira UFPI se concretizou como a primeira feira agroecológica do Piauí com o porte que ela tinha. Envolveva 10 comunidades rurais, alcançava mais de 100 famílias, articulava mais de 10 instituições - municipais, estaduais e federais - e se relacionou com um público considerável, interessado no debate acerca da agroecologia comida de verdade e agricultura familiar. Nosso instagram chegou a mais de 5 mil seguidores, sendo um perfil

10 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

11 Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), que posteriormente passou a ser denominada de Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

com alto engajamento. A comercialização realizada, tanto de agricultura mas também de arte/artesanato, experimentou um crescente a cada edição da mesma. Os depoimentos das feirantes mostram o quanto a experiência contribuiu para a renda familiar, a percepção de gênero, a compreensão maior acerca da política de alimentos e o papel da universidade diante disso. No âmbito da UFPI, o projeto e o programa de extensão articulavam 4 centros diferentes, vários departamentos, o CTT, muitos docentes e estudantes de várias áreas. Do ponto de vista epistemológico, a Feira articulava todos os campos da agroecologia: a transdisciplinaridade, a legitimidade do saber popular, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a indissociabilidade teoria-prática, a relevância da cultura, a questão de gênero, a necessidade da reforma agrária, o enfrentamento do agronegócio, o respeito aos povos tradicionais, a democracia, o valor da comida de verdade, os direitos etc etc. Todas as questões que são os fundamentos da agroecologia, os fundamentos do bem-viver a Feira UFPI tinha incorporados no seu projeto e trouxe para a vivência coletiva em cada realização quinzenal.

E também assistência técnica.

Assistência técnica, formação para o manejo e a formação no campo da agroecologia. Porque pensar agroecologicamente não é pensar só a produção. A produção é um dos resultados. Apesar da agroecologia ser mais conhecida pela questão do alimento sem veneno, alimento produzido com cuidado ao meio ambiente, a partir de recursos locais, mas na agroecologia isso é só um dos pontos de chegada. Nós trabalhamos a partir, por exemplo, da perspectiva epistemológica que enfrenta o paradigma científico dominante. Adotamos a perspectiva do paradigma emergente o qual nos sugere ver o mundo, o seu lugar no mundo e qualquer ação acontecendo

num ambiente complexo, superando o reducionismo cartesiano. A vida é complexa, as relações, os fenômenos são complexos é assim precisa ser a abordagem que busca entendê-los, descrevê-los, explicá-los. Uma ciência absolutamente racionalizada, objetificada, monodisciplinar não vai alcançar esta expressão complexa do mundo. É preciso desencastelar a ciência hegemônica, avançar para outros aportes que possam dar conta de entendermos a realidade, conforme ela se apresenta para nós: insubordinada, diversa, desafiadora, sem as verdades absolutas que há um tempo nos prometeram. O conhecimento científico envolve gente, envolve o desejo, envolve cultura, envolve raça, envolve tudo com o que dialogamos. Então, essa certeza da ciência, do conhecimento objetivo, racional, mensurado, não nos atende mais. A ciência é um conhecimento construído por seres humanos. Ela não será este pacote neutro, andino, insípido porque o ser humano não é isso. Ela vai ser um produto, obviamente, de tudo isso e do que a metodologia adotada possa colaborar. A metodologia nos ajuda a adotar os cuidados, a procurar construir um conhecimento com a objetividade possível, Mas sabemos que a verdade, na ciência, não é a verdade. É uma verdade. As verdades dos povos tradicionais também são válidas. A ciência não é neutra, nós também não. Somos bem honestos quanto a isso. A ciência não é cem por cento objetiva, não produz verdade única. E é assim que nós olhamos para o mundo quando a gente faz formação, quando a gente pesquisa, escreve, quando a gente orienta alunos... dessa maneira, abrimos espaços, por ex, para outros sujeitos do conhecimento e para contribuições vindas de outras matrizes que não a científica. A agroecologia, como eu falava, é uma ciência, movimento social e uma prática. Então, como ciência, ela se coloca epistemologicamente como expliquei antes. E do ponto de vista político, já que não somos neutras, nós de-

fendemos uma postura, lutamos por questões que são muito importantes para a agroecologia.. E qual é esta postura? Justiça social, direito das minorias, sociedade democrática, defesa do planeta, fortalecimento da comunidade, fortalecimento da cultura popular, alimento de verdade etc. Ao postular e lutar por tais propósitos, construímos a Agroecologia enquanto movimento social. E quando a gente fala segmentos sociais socialmente minoritários, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, juventude são prioridades da luta que a gente faz. A questão de gênero é muito importante por tudo que nela está implicado e porque temos nas comunidades uma maioria que trabalha agroecologicamente. Tanto na Feira quanto nas localidades, a maioria é de mulheres. Têm grupos de 30 produtores onde 28 são mulheres. Por quê? Por uma série de razões, mas incluso porque as mulheres aprendem mais rapidamente esse olhar complexo da vida, porque experienciam a vida coletivamente, com suas famílias, experienciam com a natureza, sabem o valor do alimento e da vida partilhada até com os não-humanos. Conectam-se mais rapidamente com o que é de mais fundamental para o bem viver. Rapidamente elas identificam nas suas próprias existências esta maneira complexa, coletiva, transdisciplinar, solidária de ver o mundo. Quanto ao manejo propriamente dito, aí temos a agroecologia como prática. Envolve a produção do alimento sem uso de veneno, usando recursos locais, com proteção do solo, da fauna e da flora. Trata-se de um convívio com o que encontramos ali. Então, é preciso entender o que está diante de nós. A terra e a vida local. A assistência técnica não vai na comunidade “repassar” conhecimento. Vai lá um técnico ou uma técnica, que vai dialogar com a comunidade, conhecer sua trajetória, o que ela faz, o que deixa de fazer para viver e produzir naquelas condições ali. Como é que ela veio até ali, sua cultura, seus recursos, suas estratégias. Pra nós, a experiência comu-

nitária é algo igualmente válido e legítimo, importante para o que construiremos juntos. E aí trago de novo Boaventura e sua reflexão acerca do acúmulo que os povos têm e que é uma fonte riquíssima. Naquele livro *Crítica da Razão Indolente*: contra o desperdício da experiência. É imprescindível valorizar o que encontramos. Como é que você pode jogar fora toda a existência de uma comunidade em nome do saber científico que você aprendeu em 5 anos, normalmente, dentro dos muros da universidade? É muita arrogância acadêmica.

É muito interessante porque essa é uma concepção de extensão popular, então, para você fazer uma trajetória dessas você tem que romper com esse paradigma da ciência objetiva, com essa perspectiva. Senão você não consegue dialogar.

Não consegue. Muito menos avançar no trabalho. Você desconfigura a realidade para ela caber no seu propósito. O técnico, recém-chegado, não sabe nada do lugar, vai lá e diz assim “vou repassar para vocês como plantar não sei o quê. Cova assim, distancia assado, semente tal etc.” Me poupe! O cara está plantando lá há 50 anos! Qual a razão que ele tem para largar a sua sistemática de trabalho e seguir alguém que passa na sua porta de vez em quando? Que não respeita seu jeito de fazer? A agricultora não vai Acolher isso... e o arrogante vai incorporar mais uma “desobediente” nos seus comentários com os colegas.

E por isso que perguntei sobre a questão dos cursos, porque, historicamente, a extensão no Brasil esteve associada aos cursos, nessa perspectiva elitista, de repassar o saber, verticalizado, da pessoa como detentora do saber. A educação bancária, de Paulo Freire, das pessoas como depósito de conhecimento. E isso que a gente queria entender, onde estão os cursos aqui na trajetória da extensão de Serviço Social.

Para nós, não há o ensinar, sem que nos implique em aprender. Ponto. Não há repasse, portanto, é troca. Para nós, na nossa prática de agroecólogos e agroecólogas, não é possível chegar num lugar e falar assim: “olha, eu vim ensinar, vim mostrar como é”. Porque não cabe, porque o ato pedagógico para nós, inevitavelmente, é o ato de troca. É um ato pedagógico libertário, e ele precisa ser libertário. Só sendo libertário ele empodera os dois sujeitos do conhecimento. Do contrário, é um gesto de dominação de quem supostamente sabe contra quem supostamente não sabe. E mais: o conhecimento trocado não deve alcançar apenas a dimensão técnica. Ele não pode só tratar de como plantar o milho, da semente orgânica, de colher um milho orgânico, não transgênico e tudo sem veneno. Igualmente estamos atentas em questionar a relação social que está implicada ali: “quem é que planta? Como vive?” Não adianta o alimento ser sem veneno e a relação ser envenenada, porque o marido bate na mulher, por ex. Não basta o produto, vemos as pessoas e os processos. Nós pensamos na vida complexa e no bem viver para todos os seres. Então, é troca toda hora, todo tempo, com a condição de vida da população, com o saber da população e com sua trajetória também. Nós vamos lá, definitivamente trocar. Para que isso seja possível, é preciso sair desse lugar em que você é a professora, a doutora, a pós-doutora e ele é um “só um agricultor”. Por que estou realçando isso? Porque, pelo

menos até onde eu acompanhei no nosso curso, persiste esta metodologia professoral. Há também certo preconceito com as camadas populacionais realmente populares. Eu não estou falando do bairro da Primavera, da Água Mineral... eu estou falando do Parque Brasil ou do Parque Universitário, da Santa Maria das Vassouras etc, de onde você vai e não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem comida, não tem Estado. Zero de proteção social, direitos. Sequer o direito de serem escutadas. Hoje já é um pouquinho melhor, mas era assim. Entende? Pois acreditemos: estas pessoas têm saberes sobre o que vivem. Sobre seu lugar, seus desejos, suas famílias. Mas o que normalmente temos, quando temos, são técnicos para implementar ações prontas. Ninguém perguntou nada àquele povo, as pessoas são sumariamente desconsideradas. Então, se não for na perspectiva da troca, vira qualquer coisa, menos ação realmente libertadora das pessoas. E falando disso e de serviços prestados, especialmente a extensão no âmbito do nosso curso, no Serviço Social veja... A Vila Miranda Dantas, que é bem perto da UFPI, encravada bem no meio da área nobre e por isso foi uma confusão, briga, polícia e tudo quando houve a ocupação. E o Parque Universitário, dentro das terras da UFPI? Eu estive em ambos, por ex. Mas quem mais esteve lá? Quais projetos do DSS? Da UFPI? Qual ação de extensão estive ao lado desses miseráveis, deserdados da história? Quem mora na rua e não tem nenhum valor na vida conforme a vivemos? Os rurais sem nenhuma assistência, em precariedade extrema? Tanta coisa crônica... problemas graves não faltam. Seria interessante verificar. Hoje, no meio rural já tem luz, mas não tem terra, crédito... não tem acesso à tecnologia, o acesso à escola é precaríssimo e uma retumbante falta de acesso a qualquer oportunidade, especialmente para as mulheres e as juventudes. A juventude preta quase toda encarcerada, quando não assassinada. Os po-

vos tradicionais arrebatados, sem direito nem ao seu lugar. Cadê as docentes, cadê a UFPI? Por que não prestamos serviços a estas populações - serviços concretos- enquanto pesquisamos? Por que nosso ensino não chega neste público? Por que nosso projeto político-pedagógico tem uma carga horária imensa para por ex, estudar a história, os métodos antes utilizados, a contribuição de profissionais A e B do Serviço Social e não temos carga horária para estudar COM a população a sua problemática e possíveis enfrentamentos e saídas? Andei olhando os projetos de outros cursos do CCHL e do CCS. Dos que vi, nenhum destinava tamanha carga horária voltada só para estudar a própria profissão. Tem sempre uma abordagem neste sentido, mas como fazemos parece que só nós mesmos. Sempre pensei que uma só disciplina daria conta disso. Pronto. Vamos cuidar de estudar, de enfrentar as questões que, estas sim, conferem sentido à nossa existência como profissão. Se nós calamos, trivializamos este equívoco na formação, cabe perguntar: , como este processo apartado da realidade cabe num curso como o nosso? Trata-se de um enorme quantitativo populacional que literalmente sobrevive à duras penas, excluído de todos os recursos que construímos socialmente. E isso não interpela nossa prática acadêmica para além de escrevermos alguns artigos? Não é suportável! Sinceramente, o nossos artigos, produzidos dentro da metodologia científica hegemônica, não mudam nada da vida dessas pessoas. É preciso ir além. Quem vai, possivelmente, mexer neste vespeiro é a extensão, articulada ao ensino e à pesquisa. E pergunto ainda: como conciliar esta realidade de formação atual com um código de ética que é contra tudo isso?. E a gente não faz um projeto mínimo que se volte para este povo? Que enfrente a postura elitista da Universidade? Também o nosso código de ética é pela democracia, é pela justiça social. O nosso projeto político-pedagógico aponta

neste mesmo sentido. E como fica isso? Esta formação aí cabe dentro de uma perspectiva democrática? Orienta-se de verdade pela justiça social? Eu vejo uma esquizofrenia sem fim. Um dia eu fiz uma fala para o CRESS, no Centro de Convenções e me coloquei desta maneira. Teve uma criatura que não gostou muito. Não posso fazer diferente. Eu peço só que cumpramos o nosso código de ética, o nosso projeto de formação, os preceitos declarados da UFPI. O código de ética trata de: justiça social, democracia e compromisso com a população excluída das oportunidades, correto? Você não precisa ir muito longe, não, lê o código de ética. Não se trata de gostar ou não. É o parâmetro do exercício profissional. Se não é pra ser assim, vamos enfrentar o debate ou só assumir que vamos ignorar isso, entendeu? Porque o que fazemos é uma douração de pílula. Eu sinto que há uma distância abissal! Sempre senti isso no meu departamento. Não é segredo para ninguém que eu fui uma professora não muito bem vista pela maioria porque me posicionava ao lado do público que utilizava nossos serviços. Me chamavam: “advogada de aluna”, “sócia de agricultor”. Fora o que tive de ouvir: “o que o Serviço Social tem a ver com o meio rural”... gente... além de tudo, isso é uma ignorância sem tamanho. Mas, felizmente essas falas tinham zero peso pra mim, sinceramente, zero relevância. Segui fazendo o que acreditava e o que, por coincidência, podia ser encontrado escrito no código e nos próprios documentos da UFPI. A UFPI sempre se declarou pela inclusão social, pela indissociabilidade e tal. Mas nunca apoiou a extensão como deveria. Engraçado, ne? Pois é. Encontrei compatibilidade entre o discurso do código, do projeto, da UFPI e o meu fazer, minha escolha ideológica e pedagógica. Se estes parâmetros ficaram caducos para alguns muito cedo, eu os tomei, o máximo que pude, como orientadores da minha prática. As nossas concepções, como você sabe, quem

estudou os clássicos da sociologia, da política sabe que as nossas concepções aparecem nas nossas relações, nas nossas posturas e escolhas. O Marx nos ensina que nossas condições materiais criam nossa consciência e se temos consciência de classe assumimos uma ideologia idem. O Weber nos diz que o problema de pesquisa é eminentemente, um imput subjetivo. Então, dando um largo salto, posso dizer: o que eu sou, o que eu trago comigo está sempre no jogo. Nossa pertença político-ideológica, concepção de mundo, de vida, da relação com o outro, por fim, vão aparecer na minha prática acadêmica, na minha percepção de formação, da sociedade e das coisas. Do ponto de vista do nosso currículo mesmo. Eu fui voto vencido nas revisões curriculares, em todas, eu fui voto vencido em relação à indissociabilidade teoria-prática, ensino-pesquisa-extensão, norte que a formação deveria ter. Contribuí muito com os projetos, mas quando as diferentes percepções batiam de frente, eu era voto vencido. Na última revisão, eu fiz umas propostas de disciplinas. Uma delas, tratava de contemplar a discussão das ruralidades na formação. A minha questão nesse curso eternamente levantada foi: o Piauí é um estado rural. Nós queremos trabalhar para os urbanos porque as políticas são urbanas, na maioria? Ok, mas não tem como fechar os olhos para um estado rural. As pessoas formadas precisam lidar com isso, entender onde desenvolverão sua prática profissional, que território é este e porque os rurais são sempre excluídos. O Piauí tem uma soma de municípios, já não lembro mais o número agora, com menos de 5 mil habitantes que vivem da agricultura familiar e do fundo de participação e nada mais. As dinâmicas de vida são rurais. Feiras, festejos, quermesses e tal. Olha pra essa população: ela é urbana? A problemática que ela enfrenta tem muito a ver com sua condição rural e uma situação de urbanização quase forçada, por decreto. De outro modo, se você olhar

para Teresina quantos traços rurais vamos encontrar? Quantas pessoas criam galinha no quintal? Quantas pessoas fazem um plantio? Quantas estão em todas as vaquejadas dos arreadores? Quantos mantêm hábitos rurais dos mais diversos, de natureza cultural, econômica, de saúde etc. E quantos descendentes temos no curso provindos dessas realidades?. E o curso aqui, a nossa formação simplesmente ignora tudo isso. Então, esse foi um dos meus debates a vida inteira. Numa versão anterior do currículo, conseguimos manter uma disciplina, a questão rural e urbana, que era meio estranha assim colocada, porque – de novo- temos aí uma dicotomia. Mas foi o possível para aquele momento. Depois, numa atualização do currículo, ela foi retirada. Disseram que não tinha assunto pra essa disciplina. Nesta época, eu cheguei do mestrado e fiquei impactada com a informação: “tiraram essa disciplina?” “É porque não tinha assunto para essa disciplina, não”. Incrível. Ok, estava feito. Vamos à próxima revisão. Eu propus uma disciplina sobre a questão rural, fazendo esse argumento com dados, com informações, mostrando estudos, sabe? Mostrei a população do Piauí, o quantitativo que era rural e o percentual que era urbano. E onde nós estávamos, e de onde vinham os alunos. Eu fiz um levantamento de onde vinham os alunos. Eles vinham de cidades do interior, com dinâmicas rurais. Naquela época eu era chefe do departamento. Fiz todo um apinhado de porquê um curso de Serviço Social, que trabalha com política pública, se ocupar da população rural. Montei a disciplina, apresentei, mas não teve jeito. Não consegui convencer o coletivo docente do DSS. Permanecemos com uma carga horária imensa para a história e tal do Serviço Social e ementas que não dialogava com a população, na sua maioria. Então, tem esta questão das escolhas que o curso faz. Erradas

na minha visão. Ao fim, fomos eu e Rosário¹², acomodar alguns conteúdos, pelo menos, numa disciplina de Territorialidades, categoria sociológica muito mais guarda-chuva que dilui a questão rural no Piauí. Mas já seria alguma coisa. Não sei como ficou depois. Mas sempre foi essa luta também de enfrentamento de certo preconceito com o rural. A sociedade brasileira é extremamente preconceituosa com o rural e nosso curso também. Assim, como vemos, são muitas questões que a formação, orientada por verdadeira tríade acadêmica, poderia enfrentar com melhores resultados.

O que temos hoje nesse novo projeto pedagógico, é a disciplina de: formação sócio-histórica do Nordeste e no Piauí, que traz essa discussão e aborda a questão rural. Nós também temos uma de Questão Rural e Ruralidades, mas é optativa.

Importante entender a formação sócio-histórica. Importante também identificar isso nas localidades, nas vidas para não se resumir a algo descolado da realidade. E o próprio fato de a disciplina de questão rural vir como optativa é algo muito revelador. Fala, de novo, das escolhas que o DSS faz. Ratifica mais uma vez, o que venho dizendo ao longo da entrevista. Não é fácil!

12 Maria do Rosário de Fátima e Silva, atualmente docente aposentada do departamento de serviço social da UFPI.

Nessa perspectiva, que você destaca que no curso falta essa discussão, você entende que a Feira, ela foi um impulso para ampliar esse debate? Porque trazia a discussão dentro da extensão articulado com a pesquisa e os estudantes se engajavam e se aprofundavam no discurso sobre essa temática?

Posso dizer que, do ponto de vista do acesso dos alunos e alunas à discussão e da contribuição para a formação deles, sim, a Feira foi uma referência importante. É tanto que discentes da graduação e da pós que passaram por lá, escreveram o TCC e outros trabalhos enfocando as ruralidades de alguma maneira. Agroecologia, mulheres rurais, comunicação e agroecologia, juventudes rurais... publicaram muito junto comigo, apresentaram trabalhos em eventos de pesquisa e de extensão sobre essas questões. Vários ficaram como voluntários na Feira depois que as bolsas foram encerradas, porque se empenharam para que a Feira não acabasse, por conta da pandemia. Então, foram pessoas que se envolveram. E de novo, não só na tríade acadêmica, mas ideologicamente. De pensar o mundo, a ação profissional também incluindo a população rural. Mas penso que isso sequer interpelou o nosso curso, porque o que há ali são posições político-acadêmicas diversas e bem consolidadas. Até acho que o curso viu a Feira UFPI como uma coisa boa, importante, bacana, porque é inegável. Mas só. A Feira não redefiniu nada junto ao curso, institucionalmente falando. Continuou igual. Ficou apenas como um projeto de extensão de certa projeção na UFPI, no município. Daqui a uns anos essa memória desaparece. O curso não tomou isso com uma experiência que favoreceu repensar a população rural, a situação da soberania e segurança alimentar, a questão da terra e suas relações com a formação. Não aproveitamos para pensar nos cidadãos e cidadãs que estão lá no meio rural experimentando todas as

limitações em função do modo como se organiza a sociedade piauiense, que muito tem a ver com o tipo de colonização que sofremos. . Mulheres que nascem, crescem, tem seus filhos e morrem, literalmente, fazendo um percurso biológico, sem se constituir numa cidadã de direito, por falta de oportunidade, numa sociedade patriarcal fechada. No meio rural, há uma sociedade mais fechada, o que é uma dificuldade a mais. Já temos mudanças, mas não o suficiente para que mulheres e jovens rurais acessem a cidadania como uma mulher, um jovem urbano. Ainda hoje, jovens rurais, quando chegam na universidade, quando chegam no ensino médio ou numa cidade maior sofrem muitos preconceitos. Falam alto, falam errado, não sabem das coisas, se vestem mal não sei que mais. Eles são apelidados de “pé de poeira”, de “matuto”, de “jeca”. Quando isso é a maioria do nosso estado, nós somos maioria como mulheres e somos maioria como rurais de fato. Isso precisa ser levado em conta numa formação de serviço social que se comprometa com a constituição, o código de ética e as diretrizes das suas organizações. Porque veja... Eu costumo dizer, quando eu fazia a minha pesquisa no sudoeste do Piauí, eu voltava doente, emocionalmente doente. Eu olhava para a minha pesquisa, por mais que eu me esforças-se tentando me conduzir dessa forma, por mais que a metodologia da pesquisa dialogasse com o outro como sujeito do conhecimento e de maneira ética, mais coletivizada e tudo, mas, mesmo assim, o meu trabalho, meus escritos não conseguiam fazer muita coisa diante da força de um agronegócio que destruí, derrubava cerca e tomava terra do povo. Que proletarizava toda a juventude e envenenou inúmeros pais de família. Eu voltava doente. Eu dizia: “não tem condição, eu não posso trabalhar para morrer de angústia e não conseguir ajudar concretamente em nada. . Aí finalizei aquela etapa e deixei para lá, também porque sofri um acidente e fraturei

a cervical. Mas é muito doído quando você vê uma população tão esquecida, tão manipulada, por exemplo, pelos ditos donos do poder. Eu cheguei a acompanhar algumas campanhas políticas, né? Três na verdade. E eu olhava para aquilo tudo com certo desespero. Gente, cadê tu, Gramsci? Cadê tu, Marx? Socorro, meus clássicos! (Risos).

Do ponto de vista da experiência, você traz alguns elementos muito importantes, além da sociabilidade, da pesquisa e da extensão. A ideia da extensão nessa perspectiva da educação popular, que também é a concepção defendida pela ABEPSS no processo de curricularização da extensão. Você teve uma contribuição muito importante para essa perspectiva.

Se o DSS desejar, terá, sim uma boa experiência para inspirar a curricularização. A Feira, do ponto de vista de mudanças de práticas, de colocar horizontes, foi importante também para Teresina. A Feira instituiu o debate público sobre a agroecologia no Piauí e em Teresina. Levou a população a se interessar pela agroecologia, por esse viés do alimento limpo porque o projeto se aproximou da população. Repito, nisso reside algo fundamental. Um país que tem um nível de exclusão que nós temos, de violência doméstica que nós temos, de gente na rua, de jovem desesperançado que temos, de doentes mentais que temos como é que abrimos mão de fazer extensão? De articulá-la com a formação? Simplesmente, não é razoável. Tivemos outra experiência muito bacana, um projeto que nós fizemos, que foi o Estágio Interdisciplinar de Vivências. Nós fizemos junto com o movimento social, com o MST. Nós conseguimos envolver trinta alunos e alunas, de todos os cursos da universidade. A gente abria a inscrição na internet e o aluno se cadastrava. Está tudo documentado, relatório, tudo. A gente levou esses meninos

para morarem quinze dias com as famílias em assentamentos e acampamentos rurais. Também participou o INCRA e o MST. Preparamos as famílias, preparamos os alunos e os deixamos nas residências rurais. Durante os quinze dias a gente foi três vezes lá, supervisionar. Dialogávamos com as famílias in loco e avaliávamos a experiência sob vários ângulos e olhares. Não foi fácil, as condições materiais quase inexistentes, mas foi muito rico. Eu fiz todas as viagens para o Terra Nossa e o Vale da Esperança no meu carro, nunca pedi para UFPI porque, na época, não havia veículo para a extensão. Ao fim, fomos buscar todos e depois organizamos um seminário com as famílias. Aí, nós trouxemos as famílias para a universidade e os grupos reportaram sobre a experiência. Impressionante o quanto todo mundo havia ensinado/aprendido. Os depoimentos eram de uma profundidade crítica, de um entendimento agudo sobre as questões... tanto vindo dos rurais, quanto dos alunos. Não tenho nenhuma dúvida de que está forma de discutir a problemática rural foi muito frutífera para a formação de cada um e cada uma. Também no espaço de acontecimento da Feira, vivemos isso muitas vezes. As mulheres da Feira, que era maioria de mulheres agricultoras e artesãs periféricas, participavam das rodas de conversa com alunos, técnicos, professoras. Repetidamente ouvíamos delas sobre como as discussões de temas variados que lhes diziam respeito haviam contribuído para que entendessem sua condição de gênero, de raça, de classe. Como se percebiam melhor no mundo, na família e na comunidade. Explicando: durante a realização da Feira haviam cinco movimentos acontecendo ali: o Palco da Emoções, que eram as apresentações; a Roda de Conversa, que era o espaço de troca de conhecimentos; a Praça dos Sabores, que era a praça de alimentação; a Praça da Fartura, que era a feira de hortifruti; e a Praça da Criação, que era o espaço do artesanato. Isso tudo

acontecendo ali de forma simultânea e articulada criava um ambiente de cultura, de trocas, de comercialização, de mobilização política... e diga-se que a Feira era um projeto dentro do Programa Sementes de Cultura. O programa tinha cinco projetos. Era uma empresa para gerenciar... muita gente, muito trabalho... Você já pensou? Com esta configuração da Feira e você montar um evento de 15 em 15 dias? Mas a gente fazia e era gratificante porque víamos o impacto do trabalho nas vidas ali envolvidas: artesãs, agricultores, alunos.

E cada projeto, quem era os departamentos que eram envolvidos?

Nós tínhamos o Departamento de Física que entrou com o projeto de montagem de uma máquina para desidratação de alimentos. Sobrou da Feira frutas e legumes? Nós vamos trabalhar com desidratação do alimento para as famílias não perderem. Porque o produto tirado do chão, se ele não vende, não volta pra terra, nós temos que dar um destino pra ele. Tinha o Departamento de Artes Visuais com dois projetos, pois a arte é muito importante para a agroecologia. Como é que nós nos expressamos como grupo de humanos, como é que nós simbolizamos o nosso mundo, nossa existência nossas relações? Grande parte é com a arte. Isso é cada vez mais fundamental num mundo tomado pela mass media, pela IA, pela realidade virtual e a cultura do espetáculo - como diz o Debord - da comercialização da vida. Então, quais as alternativas que essa população tem para produzir a imagem sobre si mesma? Suas referências culturais? A arte o artesanato, a música, as vivências populares etc são fundamentais não nos perdermos na avalanche do pacote pronto que nos é oferecido. E tinha o projeto vinculado ao CCA, de acompanhamento das mulheres da agricultura para estimular a variedade e a quantidade de produção. Então, todos esses cinco projetos

compunham o “Sementes de Cultura”. Além disso, havia uma grande quantidade de discentes e docentes colaboradores de outros departamentos, como Economia, Ciências Sociais do próprio CTT também. Mais tarde, também o curso de Jornalismo passou a participar.

Quais eram os departamentos envolvidos?

Física, Artes, Serviço Social, Zootecnia, com projetos. O CTT UFPI e depois o departamento de Jornalismo participavam da coordenação do projeto Feira. Eram dez instituições, seis departamentos e o CTT, dez comunidades, por volta de 100 famílias.

Essas comunidades, nem sempre tinham um movimento social organizado?

Nem sempre tinham. De todas, eu acho que só o Vale da Esperança. Porque tem outras comunidades que são do MST, mas nessa articulação, no início da Feira, só tinham o Vale da Esperança que era articulado com os Sem Terra. O resto não tinha. Tinham umas que já tinham associação de produtores, outras não. Mas a organização muito tímida. Alguns, com a associação mais ou menos funcionando. Quais foram os critérios de escolha pra começar o trabalho? Não conseguiríamos dar conta das 42 comunidades de Teresina que produziam e estavam cadastradas na PMT. E nós pensamos: “vamos escolher dez que estejam, digamos assim, mais sensibilizadas para a produção sem veneno”, que é mensagem que chega mais rápido nas pessoas. E fomos discutindo isso com a prefeitura. A prefeitura fazia o acompanhamento de hortas comunitárias, e fomos “peneirando”, até chegar nessas dez. As que tivessem essa sensibilidade para o trabalho sem veneno, que tivessem alguma infraestrutura. Porque tem comunidade que não tem nada, que não tem água. Como é que você produz em Teresina sem água? Às vezes a comunidade tinha luz, ti-

nha associação, mas não tinha água suficiente para produção. Aí, a outra não tinha associação, nenhum trabalho comunitário, mas havia luz e poço. Não achamos nenhuma que tivesse tudo. O movimento social? Só no Vale. Decidimos trabalhar com essa miscelânea de situações, mas -ao fim- nós chegamos num lugar muito bom. Quando nós tivemos a pandemia, que a Feira foi suspensa, todas as comunidades tinham água, todas comunidades tinham luz, todas tinham feito curso de formação em agroecologia de 180 horas, fora os cursos pequenos, oficinas, visitas de campo cruzadas. E tudo a gente acompanhava direto nas comunidades por meio da Cmapo. A gente ia sempre cumpria calendário regular. Nos dias marcados estávamos lá nas comunidades com os alunos e alunas. A maior parte dos analfabetos de antes já estava sabendo ler e a diversidade de produção era grande, com vantagem técnica visível. E o escalonamento na produção já era uma promessa, apesar das dificuldades. Por ex, nós temos problemas nos lençóis freáticos de Teresina, está baixando, arriscando baixar mais a cada ano. Teresinense não sabe, mas nossa água está acabando. E povo corta mato, queima coisa, tira árvore e não planta. Nós perdemos o hábito de plantar árvores. Então, essa é nossa realidade: a água tá escassa, vai acabar. Nas hortas, às vezes, fica difícil porque o poço seca. Nós já estávamos na situação de precisar de uma segunda caixa grande ou um segundo poço e conseguimos para a maioria resolver a questão da água também, pelo menos por um tempo. Avançamos para a instalação de uma unidade de compostagem no município e também a construção de unidades de santificação nas 10 comunidades. Por fim, com a comercialização alcançamos grande mudança na renda familiar das pessoas.

Esse contato inicial com a comunidade, foi através das instituições?

Através da Prefeitura. Foi um trabalho sempre coletivo esse da agroecologia em Teresina e depois no Piauí, até a gente formar a ARREPIA¹³, a articulação estadual de agroecologia. A PMT acompanhava 42 hortas comunitárias e 16 campos de produção. Por meio do Serviço Social de lá e dos técnicos e técnicas nos aproximamos e construímos as pontes necessária, conforme falei. Começamos assim e depois de muito trabalho comunitário veio da Feira, que botou o trabalho no estado, no mundo. O GPOTE e a CMAPO articularam o trabalho comunitário e a Feira viabilizou as trocas, a contribuição da academia, a comercialização, a presença da agroecologia entre nós. A Feira teve uma repercussão muito interessante e em pouco tempo, conseguimos um *instagram* com 5 mil e poucos seguidores que eram muito ativos no perfil. Foi uma coisa que parece ter surgido num momento conjuntural de muita necessidade,, que pessoas estavam demandando. Quando nós começamos lá atrás, antes inclusive desse trabalho mais articulado, a gente tentava falar sobre agroecologia com as pessoas, nos ambientes e os ouvidos eram muito poucos. Com o trabalho e depois da Feira, especialmente, era incrível. As pessoas se mostravam muito receptivas. Estavam na feira com envolvimento, interesse. Chamavam muito para dar palestra em condomínio, em associações profissionais, grupos de trabalho de saúde. Solicitaram que organizassem feiras em vários locais menores, na SAF, na Polícia Federal. E fiz3mos muito de tudo isso mas daqui a pouco já não tínhamos pernas para alcançar a demanda porque a Feira UFPI e a CMAPO continuavam acontecendo. Mas era muito estimulante ver que nosso trabalho alcançava tanta gente e pro-

13 Articulação em Rede Piauiense de Agroecologia.

duzia o interesse pelas ruralidades, pela agroecologia e pelo alimento saudável.

E quais os impactos que você avalia que a Feira trouxe?

Do ponto de vista das participantes, o principal impacto foi a mudança de postura das mulheres. Elas passaram a se ver como sujeitos. Se você for conversar com qualquer mulher que participou da Feira, ela vai dizer algo assim: “antes da Feira eu não sabia nem o que era viver, eu estava aqui tocando minha vida, mas a Feira me mostrou o que é ser dona da vida, o que é ter direito, o que é a universidade”. Ouvimos isso um sem número de vezes. Se vocês conversarem com qualquer uma dessas mulheres, verão como compreendem o que é a agroecologia e fazem a exata vinculação desse entendimento teórico com o seu lugar, a sua trajetória e localizam as mudanças que vivenciaram. Então, isso é o impacto maior. Elas eram encantadas porque ocupavam este espaço universitário como sujeitos potentes que desempenhavam um papel importante no que fazíamos. “Professora, nunca pensei de participar de uma universidade” diziam. Passaram a entender porque este espaço nunca as coube e algumas passaram a buscar com afinco tornarem-se alunas. Tivemos uma artesã que entrou para o curso de Artes e ela diz que a Feira a ajudou acreditar neste sonho que ela considerava impossível. Outra, que se alfabetizou no curso que promovemos pela CMAPO, seguiu nos estudos e dizia que ia perseguir o sonho de ser agrônoma. Vir para a universidade, para a Feira também era um lazer. Elas diziam que tinham aprendido a se divertir na Feira, que tinham aprendido a falar, a socializar com pessoas diferentes. E, especialmente, que tinham alcançado alguma independência financeira. Tanto artesãs quanto agricultoras haviam deixado de pedir dinheiro pro marido para comprar

batom, absorvente, roupas, perfumes etc. Algumas diziam que antes não compravam um vestido novo, porque tinham vergonha de pedir para o marido. Isso tudo sofreu alguma mudança e implicou que mudassem a relação com os maridos. Tinha mulher que inclusive contratava a diária do marido para trabalhar no seu lote. A situação mais que se inverteu e, seguramente, isso impacta os códigos do convívio, a vida de algumas mulheres que, digamos assim, os maridos não eram tão gentis e depois de todo este processo, elas diziam ter mudado. Não se submetiam mais como antes. A Tetê é uma senhora da Alegria, muito animada e ela nos disse um dia: “virei outra mulher”. A Tetê é uma senhora de idade, ela deve ter a minha idade. Essa mulher avançou na produção, ela fez tanta coisa. No fim, ela comprou um carro, uma Picape nova, e dizia para todo mundo: “Eu comprei meu carro e vou aprender a dirigir.” Pois aprendeu a dirigir. Tirou a habilitação e foi pro mundo, de carro! A Jesus a mesma coisa, comprou um transporte e o marido veio trabalhar com ela. Então, são histórias muito bem sucedidas. Então, isso foi a maior conquista, o maior impacto na vida das mulheres. A questão da geração de renda mudou tanto para homens como para mulheres. Alguns maridos estavam deixando suas atividades e vinham para a produção, porque viram que dava certo.. Tinha família que conseguia mais de mil e poucos reais por mês, gente que antes não tinha renda. Só ratificou o que já sabemos: tendo oportunidade, as pessoas produzem. E essa circulação de dinheiro dentro das comunidades, nas periferias, no município estimula a economia local, naquilo que é possível. Mesmo que participem dos circuitos hegemônicos de mercado enquanto consumidores, ocorre injeção de dinheiro nas comunidades. E tudo estimulava o interesse de novas pessoas. Muitos jovens se envolveram, muitas mulheres se envolveram. E na CMAPO recebíamos demandas de outras comunidades, mas

não tínhamos como acompanhar por falta de pessoal, de estrutura. A Feira, a perspectiva agroecológica ajudou nisso demais. Foi um trabalho pluri-institucional como um todo, mas o espaço da Feira, a abordagem a partir do olhar da complexidade da vida, sua interlocução embasada, a participação de muitos alunos e professores, artistas, numa troca fantástica de saberes que ensejou este volume de mudanças. A Feira propôs e ambientou um debate riquíssimo em torno da comercialização. A comunidade teresinense e as pessoas do projeto toparam e conseguimos, juntos, produzir bons resultados acadêmicos, políticos, sociais, culturais, econômicos, de gênero e alimentar. Como Marx ensinou pra gente, um trabalho é digno se ele alimentar as subjetividades. E, dito isso, talvez a gente precise ampliar um pouco a conversa para deixar mais clara a enorme importância de nos envolvermos com iniciativas potentes, que suscitem criatividade, reflexão, liberdade. Quando realizamos um fazer automatizado, individualizado, precário, hoje, uberizado, este não é um trabalho digno para o ser humano. Para homens e para mulheres, em qualquer esfera, inclusive acadêmica. É trabalho dominado pelo capital que assujeita, aliena, inviabiliza a consciência e a capacidade humana. Isso não tem potência, não gera libertação, não gera reflexão sobre mim, sobre como eu vivo, sobre como quero viver, em que mundo eu estou. O trabalho precisa colaborar com nossa emancipação. A extensão articulada com o ensino e a pesquisa podem ser -elas mesmas - atividades com este caráter e, no seu fazer, estimular ações e desdobramentos que somem fortemente para a vida das pessoas, para seus processos interpelativos, educacionais *latu senso*. Mais do que nunca precisamos de uma academia com clareza do seu papel histórico. Precisamos disso porque a promessa posta pelo mundo está muito estreita. Estamos vendo o desespero colocado para o planeta por conta

de uma crise ambiental grave, gerada pelo capital, em meio a mai uma crise previsível do próprio capital, do neoliberalismo. E o que nos oferecem como solução? Javier Milei, Bolsonaro, Órban e outros, com suas pautas de fim da civilização, de fim do mundo. Não há esperança com esses aí e isso aumenta a necessidade de trabalharmos muito mais. Por que... quem acredita nessa forma que nós estamos vivendo? A gente não está mais encontrando projetos concretos que nos mostrem: olha aqui uma possibilidade. Aí chega um (Javier) Milei, um Bolsonaro, um Zelensky, um Netanyahu, governos de ultradireita, o que eles têm para oferecer? A morte, a mentira, o extremismo lunático, o negacionismo, a guerra. Esse povo só oferece morte. O que Israel está fazendo com a Palestina não tem nome. Genocídio é pouco, não define a extrema barbárie que se comete ali. Você matar pessoas diante das câmeras? Campo de concentração a céu aberto? Caça a seres humanos? Aqui se matou quantos na pandemia? Quase um milhão. Tudo trivializado. Quem é que ainda pensa nesse assunto? Ninguém. Por que a morte é um ativo na política deste povo, conforme já se nominou, é a necropolítica. E nada se estranha. Tá tudo bem! Mas sabemos que a necropolítica não é exclusividade dos extremistas de direita. Eles têm seus parceiros que se dizem governar em contextos democráticos. Afinal, hoje, cada um diz o que quer, sem nenhum compromisso com a realidade, não é assim? Os Estados Unidos, por ex, só oferecem morte. Uma economia baseada na guerra, que domina o ocidente pelo medo da morte, medo da bomba atômica, dos poderosos bloqueios econômicos, dos exércitos invasores de uma eterna política imperialista. Isso é o que o capital oferece hoje. Eu costumo dizer que, já cumprida uma trajetória e aqui nos meus sessenta anos, que eu passei a compreender muito mais o ser humano, mas também a entender muito menos por que nós fazemos essas escolhas de destrui-

ção. Se eu me coloco como socióloga, creio saber o porquê, eu tenho uma opinião. Mas se eu me coloco como ser humano, de uma perspectiva filosófica... Por que a gente faz isso? O que restou dos valores que nos fundaram como humanos? Por que negamos todos? Aí, só mesmo a Hannah Arendt para nos socorrer. Mas dá uma tristeza profunda, viu? Se você pensa no planeta, por que nós escolhemos matar tudo? Não vai sobrar nada! Quando eu estava aqui como aluna, em 1983, vi um cartaz de um debate com uma ecologista e eu me interessei. Foi bem ali naquele vão do CCHL. Ela fez uma fala muito bacana e em certo momento disse assim: “nós vamos acabar com a água do mundo. Nós vamos ter guerra por causa de água”. Duas pessoas atrás de mim começaram a discutir: “essa mulher é louca! Falar que a água do mundo vai acabar”. Aquilo me chamou a atenção. E eu passei a acompanhar esse debate, a dele participar de alguma maneira. Lembra o que eu acabei de dizer que o lençol freático de Teresina está baixo? A prefeitura nem diz isso, mas ela sabe, e cada ano está baixando mais. Pois é... E a lição não serve, porque a gente repete e repete o erro. Bolsonaro e seus seguidores encamparam o negacionismo. Dizem que não tem mudança climática, a ciência está inventando coisas, as organizações do meio ambiente estão inventando, que quem bota fogo na Amazônia é o Lula.... pense! É um delírio coletivo. Nós chegamos ao fanatismo fascista. Muito difícil... Mas, eu, como sou uma pessoa de esperança, ante o caos, eu me volto para a agroecologia, que dá força às comunidades, faz as mulheres se repensarem diante dos homens, comprarem seus batons, reeducarem seus filhos de uma perspectiva diferente. É tocar para a frente e fazer tudo o que está ao nosso alcance, porque não dá só pra gente olhar para o mundo como ele tá e chorar, porque esse choro não vai resolver nada. Quem acredita num mundo me-

lhor, não tem direito a isso. Então vamos nos animar, esperar e lutar. Senão, pode ser pior

Você falou bastante da sua experiência na Feira, mas tem outras experiências de extensão que você se envolveu ou desenvolveu quanto docente da UFPI?

Sempre me envolvi com a extensão, tanto de modo formal quanto informal, digamos. Foi a minha vida toda que eu me envolvi em extensão. A vida inteira. Só não estive no período que ocupei a coordenação do o curso, com uma revisão curricular para fazer. Também quando fiz as pós-graduações. Mas também nas minhas pesquisas, especialmente a de Doutorado e dos pós-doutorados, prestei algum serviço acadêmico aos sujeitos das pesquisas. Minha vida acadêmica sempre esteve muito próxima dos movimentos sociais. Então, quando entrei na UFPI, não tínhamos quase nada melhor pensado de política de extensão aqui. Eu fazia assessoria à FAMCC¹⁴, ao MST, mas sem projetos específicos. Também fiz assessoria à Roça Comunitária do Mocambinho. Durante minhas disciplinas, sempre organizava visita dos alunos em comunidades, locais e questões correlatas ao assunto da disciplina. Também trazia o movimento, as comunidades para falarem de suas experiências em sala de aula, trocando com os alunos. Depois, meu primeiro projeto, foi na Maternidade Dona Evangelina Rosa, que surgiu a partir das atividades de ensino, da disciplina Estágio Obrigatório. O projeto Bom Viver fazia atendimento sócio-psicológico às mulheres que se encontravam internadas em bom estado de saúde geral, mas com alguma patologia relativa à sua gravidez. Passavam semanas, meses internadas, longe da família. O índice de evasão era grande. Desenvolvíamos atividades de formação, de lazer, de ocupação do tempo, de assistência psicológica. Conseguimos insti-

14 Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí.

tuir a visita de filhos menores de idade e pautamos a questão da presença do pai durante o parto. Durou dois anos. Imagine a dificuldade de você trabalhar essas questões com do povo da saúde, a nata do hard science que se acha a cereja do bolo. Que tem essa concepção epidemiológica de saúde e doença presa a agentes externos, equilíbrios internos etc e além do mais, todos homens. Discutir que as mulheres com adoecimentos vinculados ao parto, adoeciam mais porque não podiam nem ver os filhos, porque não tinham apoio psicológico. Alongavam o tempo de internação e também se evadiam porque não suportavam aquilo. Era dar murro em ponta de faca. Já no segundo ano, os debates eram muito difíceis. Azedou tanto a relação com a direção, que eu disse para a assistente social minha colega de trabalho lá: “olha, eu não vou mais gastar minha vida com algo que não avança nada”. O trabalho era torpedeado o tempo todo. O Serviço Social de lá tinha vontade, mas não tinha autonomia...

Depois, a UFPI foi construindo diretrizes para os projetos de extensão. Mas você precisava ver: era tanta condição, era tanto fazer burocrático para realizar um projeto que eu segui trabalhando sem projeto. Aqui, sempre lidamos com uma carga horária enorme, então eu pensava: “Vou gastar o meu tempo fazendo o projeto, produzindo uma infinidade de documentos? Não. Vou seguir com os trabalhos. Geralmente, constituía os grupos a partir da sala de aula. Eles visitavam algum evento, atividade e se interessavam. Mesma coisa com grupo de estudo. Eu vim registrar grupo de estudo depois do mestrado, porque era importante para o programa. Eu fazia grupo com os alunos: “quem quer estudar tema tal? Bora!” Cinco, seis, sete, alunos. Geralmente, esses se envolviam nas atividades da extensão também. Então, foi assim. E sempre muito apertado, porque tem a pesquisa, tem o trabalho administrativo, tem a sala de aula, tem a vida da gente. E a extensão

muito desvalorizada... era um fazer que a universidade não queria saber muito, não. Mais tarde, desenvolvi atividades no NUPEC. Primeiro o Cara Jovem, depois, o Cenas Juvenis que teve o I e o II. Depois, me envolvi de volta com as questões rurais, assessoria a movimento social, trabalho com a agroecologia, comunidades e veio a Feira. Este trabalho durou de 2015 a 2020, antes da pandemia.

Essas atividades que você desenvolveu e participou, quais foram os principais desafios que você enfrentou?

A universidade foi um desafio, tanto do ponto de vista institucional quanto burocrático. O primeiro, porque a extensão não tinha nenhum apoio e o segundo porque quando começamos a definir melhor a extensão na instituição, em nível de documentação, legislação interna, era uma dificuldade intransponível, no contexto de excesso de trabalho que tínhamos. Na época que eu quis cadastrar o projeto para assessorar a roça comunitária do Mocambinho, eu não consegui, já não lembro o que aconteceu. No final, desisti do cadastro! Fui fazer o trabalho na comunidade sem formalizar. Tinha uma série de coisas que era obrigado fazer, um negócio super atrasado, mas você tinha que fazer. E não adiantava discutir que aquilo não fazia sentido... Essa foi uma dificuldade. O apoio da instituição foi outra questão. Só veio se fazer um pouco presente por conta da trajetória toda que a gente cumpriu: constituição, democratização, outros sujeitos. A outra dificuldade está vinculada com isso também, que é desvalorização da extensão em nível de política de educação superior do país. Não há financiamento pra fazer nada. Acredito que isso ainda seja uma batalha. É preciso que se entenda a relevância da extensão e também que nós não somos missionários, não obra-mos milagres -até tentamos -, mas não conseguimos. Nós somos professoras interessados em trabalhar com a população,

então a instituição precisa cumprir com seu próprio discurso da tríade acadêmica, criar as condições para o trabalho, mas não. Se queremos fazer o trabalho, bancamos o transporte, a gasolina do carro, o material da oficina, tá entendendo? Eu mesma me via de um jeito que ou eu fazia isso ou o trabalho não acontecia. Como eu tenho vinculação ideológica com a ideia de uma universidade socialmente orientada e via a necessidade do trabalho acadêmico ali, eu fazia. Abastecia meu carro, tirava o tempo inexistente de uma carga horária pesada, comprava material, o lanche dos alunos e a gente ia. Mas é muito difícil, não se tem investimento, reconhecimento, carga horária... Eu sempre quis muito que na UFPI a extensão ganhasse o patamar da pesquisa e do ensino. Mas não tem reconhecimento. Sempre fiz o PIBIC e via diferença, como que meus alunos do PIBIC eram tratados, tinha bolsa, tinha alguma condição de trabalho - precária, mas a gente sabe que é melhor -, de publicação e tinha reconhecimento. Até para as seleções posteriores, na própria UFPI, o PIBIC vale muito, a extensão quase nada. Mas eu não me deixei levar por isso, não. Puxava também pra esse lado: "olha, vamos pensar um projeto de pesquisa". Tentava fazer a ação de pesquisa do aluno dentro da extensão, porque não é só o aluno ir com você lá, desenvolver atividades. Ele não tem ainda o alcance para pensar aquilo tudo, mas ele tem suporte que pode acessar se estimulado a pensar. Então, você vai sentar com ele: "como é que você pensa isso?", "como é que você vê aquilo?", estabelecer relações. Extensão dá trabalho, como pesquisa dá trabalho e ensino dá trabalho. Mas é este que tem de ser o fazer acadêmico. No mais, os alunos são muito interessados. Em extensão, não encontrei nenhum problema substancial com nenhum aluno. Tem as dificuldades, mas, no geral, alunos e alunas são super envolvidos, animados, gostam de trabalhar com a comunidade. Você anima, os alunos vão! É

motivador, acho que todos os alunos gostam. A dificuldade é mais institucional. A dinâmica de realização da extensão, de definir ações, projetos, pensar as metodologias de trabalho, criar formas diversas de avaliação e contribuição tudo isso é uma beleza, porque você co-cria com a comunidade, com os alunos: “vamos lá! O que você pensa? O que você sugere?” E o resultado é de responsabilidade coletiva.

A extensão é bem mais sedutora para os alunos...

Sim! É uma experiência envolvente. Eu gosto de comparar a experiência da extensão com viagens. Chame alguém pra fazer uma viagem, não essas viagens de turismo global que você vai ficar na frente de um lugar, um monumento e fazer sua foto. Mas viagem que envolva gente, que envolva conhecer culturas e perspectivas diferentes da vida. Como você volta enriquecido! Então, levar o aluno para um bairro que ele não conhece, como ele volta enriquecido com as trocas que estabelece! Como ele deixa coisas boas lá! É uma viagem que ele faz dentro de si, dentro do coletivo, se movimentando em lugares diferentes, outra visão da vida, conversando com pessoas que ele nunca viu, é uma experiência riquíssima.

É verdade, e dentro daquela perspectiva do Paulo Freire, de fazer uma leitura do mundo com base nessa relação entre teoria-prática, porque os alunos tem dificuldade, muitos deles tem aquela história de que na prática a teoria é outra! Tem uma concepção de conhecimento equivocada.

No meu entender, isso não é coisa dos alunos. Acredito que chegam aqui, vindos do ensino médio, sem nunca ter enfrentado esta discussão. Por que que depois ficam com este pensamento? É a ciência cartesiana que permite pensar isso. São as metodologias autoritárias de ensino. É a visão elitista de universidade que a absoluta maioria dos docentes tem. Eu

costumava perguntar para os meus alunos em sala de aula: “olhe pra fora dessa janela, o que você está vendo?” “Ah, estou vendo uma árvore, um banco, uma pessoa passando” “E você acha que essa pessoa aí é teoria ou é prática? Essa árvore, banco é teoria ou é prática? E essa pessoa está conversando com aquela outra bem acolá, aquilo é teoria ou prática?” Ou qualquer outro exemplo da realidade, a própria sala de aula com a diversidade dela e todas as suas questões. Isso para puxar a visão de complexidade, de relação teoria-prática. Para evidenciar que a reflexão teórica se dá sobre a materialidade, não é sobre metafísica. No exemplo, tratamos de pessoas, de paisagismo, de espaço acadêmico, de relações. Quais questões queremos tratar sobre isso? Podemos levantar inúmeras! O suporte teórico vai auxiliar, tem de servir pra isso. Se considerarmos as experiências, avançaremos mais. É fato também que nossas escolhas teóricas, nossas trajetórias também nos farão ver o mundo de uma maneira ou de outra. Mas, se quero entender melhor as questões de uma comunidade, preciso vê-las como pessoas, cidadãos, um ecossistema, uma questão de saúde, uma questão de gênero, de doença, de classe, de política, de religião... e ao mesmo tempo! Como posso entender esta objetividade sem ter aporte teórico e também sem me fiar nas experiências? As sínteses, os novos entendimentos serão obrigatoriamente produtos desta relação teoria-prática. Não poderão vir de outro lugar. E além disso, é estarmos atentas para a complexidade. Olhe pro mundo! O mundo é complexo. A vida é complexa. Não há como nos rendermos ao reducionismo e dar certo. Não dá. Tem uma oficina que eu costumo fazer as comunidades. Faço uma pequena instalação pedagógica com um pacote de milho flocão, algumas verduras produzidas ali e pergunto: “o que é isso?” “ah, um pacote de flocão”. “Tem certeza? Bora pensar se isso é só um pacote de flocão”. No debate livre e a facilitação da oficina,

na revolução verde, no agronegócio, no envenenamento do alimento, na destruição do planeta, nos mercados e circuitos longos e circuitos curtos, na participação das mulheres, na economia local, economia solidária, nas dinâmicas comunitárias, de trabalho... a gente chega no capitalismo financeiro, na crise do capitalismo. Discute tudo isso com um pacote de flocão e algumas verduras. As pessoas olham para coisas do seu cotidiano e olham depois para o mundo e entendem qual é a relação entre ambos. Politizam o entendimento de sua vida na comunidade, na área de produção. Nós precisamos, como acadêmicas, ajudar que a política saia das instituições e chegue no campo da vida. E a extensão pode fazer isso até mais agilmente.

Por tudo que você colocou, pela sua vivência na formação, mas sobretudo na extensão, que outros elementos você destacaria pra pensar a extensão no tempo presente?

A primeira coisa é entender o movimento do tempo hoje. O que é, por exemplo, viver num mundo da virtualização da vida, da generalização da IA? Do esgarçamento de todos os laços sociais e parâmetros de sociabilidade?. Quais são os novos cimentos que contornarão nossa existência social, cultural? Permitirão o desenho de uma sociedade promissora? Por outro lado, o capital chegou ao ápice da sua capacidade de mercantilizar todas as coisas, inclusive sua crise. Tanto a sua crise econômica quanto a crise política viram mercadoria. A vida está mercantilizada em todas as dimensões. E o que nos reserva este mundo do capital financeirizado, o qual se alimenta, num looping, da sua própria crise? Nós vivemos num mundo onde a crise do capital virou coisa boa pro capital! Excelente para a política imperialista dos tais grandes líderes mundiais. Paralelo a isso, permanecemos enfrentando ques-

tões dramáticas, nossas velhas conhecidas: miséria, educação e saúde péssimas, falta de políticas públicas sérias, violência de todos os tipos e por aí vai. Com a uberização do trabalho em nível mundial, do ponto de vista político, quem somos nós? Também perguntar quem somos nós numa ordem preconceituosa ao extremo, xenofóbica -que essa é o resultado da tal globalização neoliberal- o xenofobismo, os estados, as economias e as sociedades violentas. Pasmem! Vivemos um tempo onde a própria ciência, a academia estão sendo desacreditadas diante de narrativas dos mais exdrúxulos tipos! Então... O que restou de nós nesta nova-velha ordem, por fim? Temos que entender, porque é enfrentando este contexto que devemos nos questionar sobre o papel da universidade e do fazer docente. A universidade vai se jogar no poço agarrada ao elitismo, ao corporativismo e ao descolamento da realidade? Na minha opinião, não deveria. Tem de cortar a própria carne. Não resta outro caminho senão tomar partido pela democracia, pelas liberdades, pela justiça social. E em cada lugar a universidade precisa descer do pedestal, olhar o seu entorno, juntar forças com a população e pensar o que fazer com cada problemática vivenciada em cada lugar. Usar o seu cabedal e recursos acadêmicos para isso. Definitivamente, relacionar ensino-pesquisa-extensão porque igualmente relevantes. E eu entendo que isso não é pacífico dentro da universidade. Então, é preciso ter luta política muito intensa para mudar de rumo. É preciso enfrentar, vencer quem continua apostando neste modelo de universidade instrumentalista, produtivista, individualista que já está morta, porque as próprias elites políticas sequer a defendem. Pelo contrário, querem destruí-la. É questão, inclusive, de sobrevivência. E do ponto de vista político, o que o capital apresenta para nós é a espetacularização, como nós tivemos com o Bolsonaro eleito. E onde é que a gente cria vida fora disso? Eu acredito

que é com a comunidade, refletindo essas coisas na vida da comunidade. Eu sei que está cada vez mais difícil, porque nós viemos aprendendo com o projeto moderno, nós aprendemos que a política é a arte dos acordos, que a política é a política eleitoral, representativa. Que a política é o que faz um deputado, um senador. Foi isso que nós aprendemos e foi ensinado diuturnamente pelos governos, pela mídia, pela universidade. Nós arrancamos a política da vida social e entregamos a algumas figuras. E fazemos isso de várias formas. Quando, na academia, por ex, não se estimula a ação política e cultural dos alunos, não se enfrenta a normose instrumentalista, currículos sufocantes que transformam docente e discentes em cumpridores de carga horária nós estamos matando a política da vida. Reduzimos tudo a votar de quatro em quatro anos e um mandato sem nenhuma participação popular. Depois, nós não gostamos do resultado e achincalhamos a política eleitoral representativa. Aí, até esta política perde seu valor. Os candidatos expressivamente votados dizem: “eu não sou político, eu odeio política, eu sou empresário” e fazendo política! Só que uma política ainda pior: a política da morte, a política da violência, a política da sandice, a política fascista. Numa realidade caótica, o cara diz que não é político e nós embarcamos nessa. Somos ignorantes políticos, não praticamos, nem entendemos a vida a partir da política. Passamos a detestar tudo isso, porque efetivamente não mudou a nossa vida, não rendeu frutos, nem objetivos nem subjetivos, pelo contrário! E é verdade também! Os mandatos são uma miragem, na sua maioria. Aí, nós nos revoltamos com isso, enquanto sociedade, mas nós não conseguimos produzir a resposta política adequada. Mas o capitalismo consegue, ele nos dá o Bolsonaro. E isso fala ao coração da população, porque a população também está de saco cheio, no limite, não acredita mais e procura um salvador para o seu problema. Então, nos-

sa tarefa é imensa, mas não vejo saída fora da educação política, da universidade pública, socialmente orientada, da extensão com compromisso e valorizada e currículos que com ela conversem muito proximamente. Precisamos construir com alunos e comunidade, chegar e propor: vamos discutir aqui o que é esta caneta, o que é uma abóbora, um floção para que todos acessem a discussão, dê sua opinião, debata e vá pra casa pensando. As pessoas precisam aprender, reaprender, se encantar, se interessar por pensar fora da matriz cartesiana. É preciso ter postura ideológica para construir um mundo diferente. Tem um livro “O que há de político na política”, do Oscar Negt, que o ponto forte da obra tematiza realmente isso, a política precisa vir para vida, política do cotidiano, política do que nós debatemos no mundo real que nos afeta. Temos de tirar a autoria da política de uma esfera lá longe, que a gente não consegue acessar, não consegue interferir e por isso deixamos para outros, como a democracia liberal representativa nos oferece. Obviamente que nós queremos uma sociedade democrática, mas não tem como não ver que uma democracia liberal representativa como nós temos aqui, temos na América Latina, no mundo precisa melhorar. Nós só vamos melhorar esse sistema amplo se a gente conseguir melhorar a nossa vida política nos grupos da comunidade, do nosso trabalho, da nossa vida. Pensar politicamente que mundo nós queremos, que planeta nós queremos. Hoje seria muito bem vindo quem está trabalhando com educação, e todo mundo, mas inegavelmente quem está numa instituição de ensino pública, refletir sobre isso. Por que o ministério da educação no Brasil está extremamente influenciado a entregar a política pública de educação para um ministro que pensa educação como mercadoria. “Ah, mas é governo Lula”. Para, né? Não tem nem discussão um negócio desses. Imagine este viés privado orientando a política de educação do Brasil.

Corramos para as colinas!! Sabemos que o governo é de frente ampla, pelas condições políticas que enfrentamos na disputa com o fascismo. Então, agora é preciso batalhar para que se tenha um ministério da educação mais comprometido com os interesses da população e esqueça o Paulo Lemman, as fundações dele e o pensar de que a educação é apenas uma corrida de obstáculos que você tem apenas de se manter muito bem no *ranking*. Não importa o resto. Na sociedade moderna, a escola foi aquele lugar que nós pensávamos que ajudaria com a formação, a evolução do viver, a melhoria do nosso convívio e não apenas com a instrumentalização, com o aprender a marcar questão, com ser o primeiro e ganhar emprego. Obviamente, todo mundo no capitalismo precisa de um salário, comer e pagar suas contas, mas a escola não pode ser só para isso. Ela precisa lhe possibilitar a entender quem é você e onde você está. A favorecer sua estada no mundo. O jovem olha assim: vou passar três anos na pré-escola, nove anos no fundamental, mais o ensino médio. Se ele conseguir, vai fazer universidade tecnicista e depois de tudo isso, passar a vida empregado num trabalho precário – se arranjar. Trabalha a vida toda sabendo que não vai se aposentar – porque no Brasil ninguém se aposenta mais. A quem isso encanta, pelo amor de deus? A vida não pode ser só isso, a vida exige plenitude, complexidade, possibilidades. Senão, adoecemos, viramos zumbis. No seu âmbito a universidade tanto pode contemplar esses aspectos nos currículos na extensão, na pesquisa, no ensino. Veja você como é estranho.: se não me engano, em 2008 fizemos ajustes no elenco das atividades complementares. Já pensando desta maneira, elaborei e entreguei na coordenação do curso uma proposta com um rol de atividades de natureza culturais, comunitárias, esportivas e políticas que contariam para os alunos como atividades complementares. A coordenação somou com as outras e enviou para

a câmara de ensino e pro CEPEX. Simplesmente, cortaram a maioria. Ficaram aquelas previsíveis de eventos acadêmicos, ensino, pesquisa... um negócio empobrecido e burocrático. Isso é triste na academia. Lidamos com jovens que estão no ápice de sua imaginação, criatividade, energia, sonhos. Não temos o direito de engessar tudo isso, temos é de ajudar a expandir sua condição juvenil por meio das nossas metodologias, propostas. Mas, às vezes, parece que somos contra os estudantes e aí fica difícil, porque, efetivamente, são eles que dão à universidade o estatuto de ambiente de ensino superior. A universidade existe para eles. São uma potência grande, nosso dever deveria ser usar o ensino, a pesquisa e a extensão a favor dessa energia criativa.

Para finalizar, você gostaria de dizer mais algumas palavras?

Primeiro dizer que foi muito agradável a conversa, vocês sabem que eu gosto de falar, sou uma pessoa que tem a oralidade muito presente. Vocês foram ótimas, não só pelas perguntas, mas também nas intervenções qualificadas, o que põe a gente de volta na experiência acadêmica e é legal. Foi ótimo e eu agradeço imensamente a lembrança, o convite. Eu gosto de voltar aqui, eu quase nunca venho, mas quando precisa vir eu sempre gosto. E tomara que os alunos e as alunas, especialmente os alunos e as alunas do meio rural, se ainda existirem no curso, que eles acordem para a necessidade do Serviço Social atentar para a população rural, entender o que é o meio rural e seu lugar de subalternidade oferecido pela cidade. Entender o que é a juventude rural, quais são as diferenças dela pra os jovens urbanos. São juventudes com culturas igualmente legítimas, apenas diferentes. Alunas e alunos devem reivindicar esse lugar rural na universidade, porque o Piauí, repito, é um estado rural, de cultura rural, e vocês são a maioria nesse estado. Lembrem, rural não é só quem está

no campo, mas também quem se organiza em torno da dinâmica da vida campesina, na roça e na cidade. Portanto, sejam sujeitos dessa história e reivindiquem seu lugar na cidade, no CCHL, no curso sem medo de ser feliz. Sem vergonha de ser quem vocês são. Honrem a trajetória dos antepassados rurais de vocês e nela se fortaleçam para ocupar seus lugares na universidade e no mundo e ajudar a enfrentar as dificuldades ainda persistentes na vida dos povos rurais.

PARTE II

**Contribuições e experiências na extensão
universitária em Serviço Social da UFPI**

**Envelhecimento, cidadania e
políticas públicas**

Serviço Social e programas educacionais para pessoas idosas: contribuições e desafios aos Assistentes Sociais no PTIA/UFPI¹

Iolanda Carvalho Fontenele

Teresa Cristina Moura Costa

Introdução

A longevidade da população é hoje uma realidade e com ela surgem novos desafios a cada dia. No tocante à implementação de políticas públicas existe de um lado a necessidade de garantia de direitos e, de outro, a importância da mudança de práticas e conceitos sobre a velhice e o envelhecimento, com a necessária compreensão de que o envelhecimento constitui um processo multidimensional, diferenciado e que, portanto, as necessidades são diversas.

Trata-se, concordando com Silva (2016) e Franco (2017), de uma conquista civilizatória atribuída à própria melhoria da qualidade de vida da população brasileira pelo acesso a

¹ O texto é uma atualização do artigo publicado no livro “Envelhecimento e Serviço Social”, organizado pela Profa. Solange Maria Teixeira e publicado em 2020.

serviços públicos que permitem o aumento da expectativa de vida, mas, ao mesmo tempo, o envelhecimento constitui-se no discurso oficial em um problema a ser enfrentado sobretudo quando se trata da ampliação dos sistemas de proteção social e das políticas setoriais voltadas para esse público.

A extensão universitária para população idosa, concretizada seja pelas universidades abertas seja por outras iniciativas, é parte da política social pública de educação superior, no sentido de materializar o direito social à educação não formal à população idosa, conquistado a partir das lutas desses segmentos e da sociedade como um todo em uma perspectiva civilizatória.

No bojo dessa discussão, o artigo se propõe a registrar e a refletir sobre as experiências do Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas – PTIA, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, destacando sua história, contribuições e desafios. Para tanto, utilizou pesquisa bibliográfica e documental, tendo como referência a legislação que assegura os direitos para as pessoas idosas, o Projeto de implantação do PTIA e os relatórios de atividades do Programa.

O trabalho inicia com um resgate histórico do PTIA, na perspectiva das universidades abertas e tendo em vista a questão da proteção social, para então apresentar as contribuições e desafios postos para os profissionais de Serviço Social na gestão do Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas da Universidade Federal do Piauí (PTIA/UFPI), bem como nas atividades em geral do Programa.

Dinâmicas e movimentos do Programa de Extensão Universitária para pessoas Idosas (PTIA/UFPI): história, fundamentos e ações

O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas nasce da iniciativa do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Terceira Idade (NUPETI), fundado em agosto de 1995 pela Prof.^a Dr.^a Aglair Alencar Setúbal, do Departamento de Serviço Social da UFPI, com o objetivo de “[...] estudar, observar e identificar no âmbito local, regional e nacional a situação do idoso” (Setúbal, 1998a, p. 6). Em 1998, o Núcleo passa a ser chamado de Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), quando, após amplas discussões da equipe envolvida, conclui-se o regimento interno, também aprovado no mesmo ano pelo então Reitor da UFPI, Prof. Pedro Leopoldino Ferreira Filho.

Dessa experiência da pesquisa e dos estudos sobre envelhecimento populacional no Brasil e no Piauí, a mesma Professora do DSS cria o primeiro Curso de Especialização em Gerontologia Social, Pós-Graduação *lato sensu*, aprovado na UFPI pela Resolução nº 83/98, de 10 /08/1998. Na justificativa do projeto do referido Curso, diz-se o seguinte:

A imperiosidade de ações formadoras como a que ora se propõe advém da complexidade e agravamento de problemas sociais decorrentes do envelhecimento da população do Piauí. Esses problemas já estão a exigir, aos órgãos governamentais dos diferentes níveis, ações de enfrentamento consistente. Assim sendo, as práticas pontuais e voluntárias devem dar lugar às práticas profissionais que tenham o envelhecimento como um processo total: (Setúbal, 1998b, p. 7).

Articulando pesquisa, ensino e extensão, o NUPEUTI criou, em 1998, o Programa Terceira Idade em Ação (PTIA),

um programa de extensão universitária de educação permanente, voltado para a pessoa idosa, organizado no formato de universidade aberta para as pessoas idosas, sendo um marco importante para a cidade de Teresina (PI), já que o município possuía apenas um Centro de Convivência para a pessoa idosa², os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), foram criados somente a partir de 2005. Além disso, os serviços voltados para a pessoa idosa na capital piauiense estavam concentrados nas ações de acolhimento institucional de responsabilidade do poder público e de Organizações Não Governamentais, nas ações desenvolvidas pelo SESC (Serviço Social do Comércio) e nas iniciativas de grupos da Igreja Católica e da sociedade em geral por meio dos grupos de idosos que se organizavam, tendo em vista ações políticas e comunitárias.

Cabe ressaltar ainda que o Programa encontra-se cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC/UFPI e está condizente com a Linha de extensão nº 51/UFPI, intitulada de “Terceira Idade”, que pressupõe a abertura para realização de um conjunto de ações voltadas para os idosos da UFPI e, embora tenha nascido com a nomenclatura Programa Terceira Idade em Ação, em 2019, muda de nome para Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas, tendo em vista a adequação às terminologias usadas na legislação brasileira para as pessoas idosas.

O PTIA iniciou com uma turma de 61 idosos, no segundo período de 1998, e nesses 26 anos de existência registra-se uma média de 250 pessoas idosas regularmente matriculadas

2 De acordo com Moraes e Moreira (2013), o Centro de Convivência Marly Sarney foi implantado em 1988 durante o mandato do presidente José Sarney, sob a gestão da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

por semestre letivo, com a oferta no período 2024.1 de 14 cursos livres³ que têm carga horária entre 40 e 60 horas, distribuídos durante o semestre letivo da UFPI.

O objetivo do Programa é desenvolver atividades de caráter socioeducativo e artístico-cultural, que contribuam com o processo de envelhecimento participativo, além de favorecer a ampliação e construção de conhecimento sobre a velhice e o processo de envelhecimento. Atualmente o Programa possui quatro projetos, cada um coordenado por um docente da UFPI, quais sejam:

- Projeto Arte e cultura – desenvolve atividades, eventos de cunho artístico-cultural que contribuam com o acesso ao conhecimento e expressão da pessoa idosa no âmbito da arte e cultura;
- Projeto Sociabilidade e Convivência para pessoas idosas – com ações de lazer, estímulo à convivência, sociabilidade;
- Projeto Educação e Saúde – pilares para o envelhecimento ativo PTIA - atividades que contribuem para a promoção do envelhecimento, a partir dos seus determinantes biopsicossociais;
- Projeto Direito e Cidadania – ações que proporcionam conhecimento sobre direitos, com vistas ao reconhecimento e ampliação de sua condição de cidadania.

3 Os cursos são ofertados e executados no âmbito do Programa de acordo com a Resolução CEPEX-UFPI nº 021/18, denominados de Curso de Iniciação, que “[...] objetivam oferecer noções básicas e introdutórias a uma área de conhecimento...”. Do ponto de vista do público-alvo, esses cursos também são denominados de “Cursos Livres, sem exigência de grau de escolaridade dos participantes”, ainda em consonância com a resolução citada acima.

As atividades desenvolvidas nos projetos consistem em cursos (que constituem o carro-chefe), seminários, palestras, mesas-redondas, roda de conversas, oficinas, festividades, exibição de filmes, visitas institucionais, feiras, exposições em praças da cidade e na UFPI. Os temas dessas atividades são diversos, tendo em vista os interesses do público-alvo, bem como os objetivos do Programa.

Cabe destacar que durante essa trajetória, outros projetos foram executados e atenderam as demandas da conjuntura e necessidades dos/as idosos/as. Um deles foi o PTIA na Comunidade, com vigência no período abril/2020 a abril/2022, que surgiu para atender às solicitações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Teresina (PI), das políticas públicas em geral, tendo em vista a expansão das atividades do Programa para as comunidades. Assim, o PTIA na Comunidade levava oficinas, rodas de conversas, palestras, atividades de arte e cultura para as/os idosas/os acompanhados em serviços das instituições governamentais e organizações não governamentais, de modo a contribuir com o acesso a direitos e construção de uma consciência crítica sobre a questão do envelhecimento e da velhice.

Uma importante contribuição do Projeto PTIA na Comunidade, deu-se no contexto da pandemia, em que articulou suas atividades para atenção às pessoas idosos a partir de duas Ações Extensionistas Emergenciais, denominadas de Telefonia Acolhedor e Ação Convivências. O objetivo foi promover o acolhimento, a sociabilidade/convivência e o acesso a serviços, junto às pessoas idosas atendidas pelos CRAS/SUAS e Instituições de Longa Permanência (ILP's) de Teresina, mediadas por tecnologias da informação e comunicação, de forma excepcional, de modo a contribuir para o enfrentamento da crise causada pela COVID-19 e a medida de isolamento social.

Ambas as Ações Extensionistas foram muito importantes, uma vez que o acompanhamento das pessoas idosas no seu domicílio através de Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC's como foi o caso do Telefonema Acolhedor e por outro lado os encontros remotos realizados nas ILP's contribuíram significativamente para a garantia do acesso a serviços, a direitos, a promoção e defesa da vida, da sociabilidade/convivência e a amenização das implicações decorrentes da pandemia da COVID-19 e mais especificamente da medida de isolamento social enquanto estratégia de combate à pandemia.

Outro Projeto executado foi o PTIA ConexusCom, como continuidade do PTIA na Comunidade, com vigência no período de abril/2022 a dezembro/2023, que teve como objetivo desenvolver atividades socioeducativas e de caráter técnico-científico no âmbito de Organizações Governamentais e Não Governamentais, tendo como foco a pessoa idosa e profissionais da área, de modo a contribuir com o acesso a direitos desse segmento populacional, com a formação profissional, a intergeracionalidade e o combate aos preconceitos e estigmas.

As atividades tiveram resultado de expressiva relevância junto aos usuários, considerando a importância do trabalho socioeducativo, do aprendizado pela prática, pela reflexão, pela participação ativa, a ênfase nos direitos e acesso a serviços, a dimensão lúdica, cultural e política, o combate aos preconceitos e finalmente é importante destacar a articulação com as Políticas Públicas, gerando trocas de conhecimento, além de trazer em si uma questão essencial na formação profissional que é o compromisso com a sociedade e a unidade teoria-prática, que remetem para o cerne da extensão universitária.

Ainda no contexto pandêmico, o Projeto Covid 19: Fica em Casa com o PTIA, também foi desenvolvido com o obje-

tivo de tentar reduzir os efeitos do isolamento social da comunidade Ptiana por meio de um atividades como oficinas, encontros de convívio de natureza diversificada na perspectiva de propiciar a interação social entre idosas/os e destas com a comunidade acadêmica, com a mediação tecnológica. A proposta foi desafiadora, mas para além dos conteúdos e das atividades desenvolvidas, a interação entre discente, idosas/os e docentes foi fundamental para apropriação do uso das plataformas como Google MEET, YouTube, WhatsApp e Instagram. Além disso, foram formados grupos de WhatsApp de cada disciplina e, neles, as trocas e vivências se ampliaram ainda mais, o que contribuiu a interlocução entre as/os idosas/os.

As várias atividades de convívio foram planejadas com o próprio grupo, envolvendo docente, discentes e pessoas idosas e levou em consideração o interesse do público-alvo e as condições objetivas e subjetivas de realização das propostas de forma remota. Além disso, em cada reunião alguns desafios eram propostos para que cada participante vivenciasse durante a semana e pudesse socializar com o grupo na reunião subsequente.

As atividades em geral do PTIA envolvem docentes da UFPI que assumem funções de coordenação, subcoordenação e de ministrantes de cursos, bem como discentes que desenvolvem atividades de monitoria nos diversos cursos como bolsistas ou voluntários, além de ministrarem cursos/oficinas e ainda a colaboração na gestão do Programa e seus projetos, e cabe destacar a participação dos colaboradores extensionistas da comunidade e/ou vinculados a outras instituições que participam ativamente na oferta de cursos/oficinas e nas programações coletivas. Os docentes, discentes e colaboradores da comunidade são de áreas diversas como serviço social,

nutrição, ciências sociais, direito, letras, ciência da computação, educação física, comunicação social, artes, dentre outros.

As pessoas idosas inseridas no PTIA são na maioria do sexo feminino, com faixa etária que vai dos 55 aos 80 anos ou mais, oriundas dos diferentes bairros e regiões de Teresina, inclusive da zona rural da cidade, provenientes das mais diversas camadas sociais e poder aquisitivo. Como o PTIA encontra-se vinculado à política educacional, o único critério de entrada no Programa é a idade, no caso, a partir de 55 anos.

O PTIA cumpre um importante papel no sentido de contribuir para a proteção social das pessoas idosas em Teresina e seu entorno. Nesse sentido é importante adentrar aqui nessa discussão sobre essa questão da proteção social aqui entendida enquanto políticas que as sociedades, em graus diferenciados, institucionalizam a fim protegerem “parte ou o conjunto de seus membros [...] de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações” (Di Giovanni, 1998, p.10), e tendo em vista o atendimento de necessidades fundamentais (Wolf; Oliveira, 2017).

Esses sistemas de proteção social alocam recursos e esforços, bem como normatizam e operam através da distribuição e redistribuição tanto de bens materiais quanto de bens culturais, como os saberes, o conhecimento (Di Giovanni, 1988; Wolf; Oliveira, 2017). Eles se organizam, a depender do momento histórico, do perfil dos países, de graus maiores ou menores de padrões democráticos e de desenvolvimento econômico, dependem das forças políticas, das conjunturas, das reconfigurações do capital e do Estado, das instituições políticas, dos contornos de informalidade do mercado de trabalho (Kerstenetzky, 2012; Bernardes, 2023). Organizam formas mais ou menos universais/redistributivistas ou seletivas, de perspectiva pública ou privada (Kerstenetzky, 2012),

mais ou menos centralizados ou descentralizados (Dardanelli; Kincaid, 2023), ou mesmo constituindo um mix desses preceitos (Wolf; Oliveira, 2017; Kerstenetzky, 2012), tendo em vista princípios da cidadania, da justiça social e da democracia. Os tipos mais universais e públicos dependem dos níveis de desmercadorização, desfamiliarização (Kerstenetzky, 2012; Wolf; Oliveira, 2017) e desfilantropização dos serviços e dos direitos.

As iniciativas no mundo no tocante à preocupação com a assistência aos mais desfavorecidos são remotas, especificamente no ocidente capitalista, no entanto, é no contexto do pós-guerra, em 1945, que essas iniciativas ganham um patamar diferenciado com a emergência dos Estados Sociais, de caráter interventivo, constituindo sistemas de proteção social que visavam e ainda visam conferir segurança ao conjunto dos cidadãos, com base na questão dos direitos, como responsabilidade do poder público. Segundo Kerstenetzky (2012, p. 12-13) o Estado de Bem-Estar Social representou de um lado uma “inovação radical”, considerando a questão da institucionalidade constituída, mas “do ponto de vista do impacto e do alcance imediato dos novos programas e políticas, sobretudo nos países que tomaram a dianteira no processo”, essa ruptura não foi muito visível. O fato é que essas experiências tiveram um boom durante 30 anos e no final dos anos 1970 passaram a sofrer alterações, ora analisadas como expressão de uma crise, ora como de reorientações, em virtude dos novos riscos, das novas demandas (Kerstenetzky, 2012).

Assim, esses sistemas de proteção social enfrentam hoje, seja em cenários de crise ou de reformulações, expressões da questão social com novas e velhas roupagens, num contexto de capitalismo flexível, volátil, de reestruturação produtiva e emergência das propostas neoliberais, relacionadas a problemáticas como a desindustrialização e a terciarização da

economia, com ênfase crescente nos serviços, os mercados de trabalho segmentados, o enfraquecimento dos sindicatos, o desemprego estrutural, duradouro, a precarização do trabalho, ampliação da pobreza e das desigualdades, o acelerado envelhecimento da população, as quedas igualmente acentuadas da fecundidade, as mudanças nas estruturas dos grupos familiares e suas dinâmicas (Kerstenetzky, 2012), crescimento da violência, da drogadição.

No caso do Brasil a expansão da proteção social ocorreu lentamente e de forma tardia, e ainda não se completou, a despeito dos avanços da Constituição Federal. As primeiras iniciativas de medidas voltadas para as pessoas idosas no Brasil tiveram sua origem no contexto das políticas previdenciárias, em vista das mobilizações dos trabalhadores, de suas lutas por melhores condições de trabalho e de vida. A partir da ditadura militar a assistência social passa a desenvolver ações voltadas para as pessoas idosas, centradas nas estratégias asilares, num contexto onde a velhice e o envelhecimento eram vistos numa perspectiva negativa, a partir de estigmas e preconceitos, perspectiva essa que acaba marcando as intervenções no campo das políticas públicas voltadas para esse segmento (Teixeira, 2008).

Nos anos 1980-1990 a problemática do envelhecimento vai ganhar notoriedade no país, enquanto expressão da questão social, em virtude das transformações demográficas no mundo e no Brasil, das condições de vida dessa população, bem como em virtude dos movimentos das pessoas idosas, das lutas políticas a favor dos direitos das mesmas no cenário nacional e da contribuição de intelectuais, de institutos de pesquisa, das universidades, da mídia, dos Organismos Internacionais (Teixeira, 2008). Nesse contexto, no final dos anos 1980, a Constituição Federal (CF) de 1988 vai representar um marco importante no tocante às políticas públicas em geral,

quando define um sistema de proteção social a ser organizado de forma intersetorial, a partir de um conjunto integrado de ações, com a primazia da responsabilidade do poder público, de forma descentralizada e participativa, mas com a participação do setor privado (mercantil e filantrópico) (Brasil, 2023). No pós-CF de 1988, muitas conquistas e avanços, bem como continuísmos e retrocessos foram se delineando nas políticas, em especial destacam-se a previdência, a saúde, a assistência social e a educação.

No tocante à educação, surgem no Brasil, a partir dos anos 1990, as Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATI's. Essas experiências de extensão universitária se expandiram e viveram seu apogeu nessa década. Cachioni (2003) destaca ainda que, mesmo com denominações e formas de organização diversificadas, os programas ofertados possuem objetivos comuns como “[...] os de rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice; promover a autoestima e o resgate da cidadania; incentivar a autonomia, a integração social e a autoexpressão, e promover uma velhice bem-sucedida em indivíduos e grupos” (Cachioni, 2003, p. 53). Taam (2009) também ressalta a importância desses espaços ao afirmar que “[...] todos e cada um ao seu jeito e na sua medida contribuem para que o idoso seja o autor e o ator principal da sua própria vida” (Taam, 2009, p. 46).

Considerando o perfil educacional da sociedade brasileira, as universidades abertas cumprem um papel fundamental no acesso do idoso à Política de Educação. Segundo o IBGE, uma média de 10% dos brasileiros são analfabetos (IBGE, 2023), essa problemática tem relação estreita com idade, sexo, gênero, cor e região. Considerando, por exemplo, a faixa etária, o gênero e a cor, segundo dados do IBGE (2019), enquanto a população idosa, de pardos e negros somam 19,1%, os jovens de 15 anos ou mais, na mesma condição, representam 6,6%.

O que significa dizer que os idosos, em função do sistema educacional e da realidade das famílias de décadas passadas, sofrem mais com o analfabetismo.

Embora as universidades abertas não trabalhem com a perspectiva do ensino formal, a vivência nesses espaços proporciona, para Taam (2009), a educação não formal do adulto idoso, que difere da formal por não ser direcionada por diretrizes curriculares e, nem tampouco por conteúdos curriculares padronizados para cumprirem uma matriz curricular, mas uma educação que esteja alinhada com os interesses dos idosos e que precisa considerar as conjunturas históricas e os valores presentes em cada momento. Essa compreensão é importante para demarcar a necessidade de educação continuada ao longo de toda a trajetória da vida, não se limitando apenas a uma fase. As pessoas idosas também continuam a aprender e, como os próprios modelos de universidades abertas já indicam, podem também partilhar seus conhecimentos de forma a contribuir com o enfrentamento das diversas problemáticas que abrangem o conjunto das diferentes gerações da sociedade.

Esses espaços acadêmicos também podem possibilitar a educação política enquanto instrumento que congregue uma multiplicidade de valores na formação de novos sujeitos políticos, plurais, que recupere, de acordo com Benevides (1994, p. 14), “[...] o direito clássico à fala pública”. A educação política significaria, nessa perspectiva, a educação para participação e a democracia, configurando-se na “escola de cidadania”. Nesse processo, os cidadãos são chamados a fazerem a discussão e a apreensão de questões relativas ao seu cotidiano e ainda manterem o interesse e o compromisso com questões que lhes são afetas. É inclusive um momento de aprendizado mútuo, de crescimento e de troca de experiências dos diferentes em função do bem-estar coletivo. A educação para cidadania acontece à medida que o cidadão tem a oportunidade

de participar do contexto em que está inserido, em que são vivenciados valores que primam não só pelo respeito aos direitos humanos, mas pela própria justiça social.

A efetivação da política de extensão voltada para esse público também tem como fundamento legal o direito do público idoso à educação continuada, podendo ser creditado na realidade brasileira inicialmente com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que assegura no seu Art. 30 que “[...] a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 2023, p. 201). Tal legislação é ratificada pela Política Nacional do Idoso, regulamentada pela Lei nº 8.842/1994, que assegura um conjunto de providências a serem efetivadas no âmbito de diferentes áreas sociais voltadas para a concretização dos direitos do segmento idoso.

Nessa legislação, o direito a educação inclui entre outras iniciativas “[...] o apoio à criação das universidades abertas”. No Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, em seu Art. 21, “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” e na alteração e acréscimos realizados pela Lei 13.535, de 15 de dezembro de 2017, estabelece que

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 10.741, de 1o de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de uni-

versidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (Brasil, 2017).

Cabe ressaltar que as legislações citadas não são fruto de um reconhecimento linear das necessidades das pessoas idosas pelo Estado brasileiro, mas de lutas históricas da sociedade, como já explicitado acima, pelo reconhecimento de demandas e necessidades sociais que precisam ser amparadas pelo Estado na perspectiva do direito, o que impõe uma positividade do Estado no sentido de assegurar a esse segmento amplas garantias e políticas públicas com serviços, benefícios, programas e projetos que permitam o acesso da população idosa a esses direitos, entre os quais está o direito à educação, ao conhecimento.

Sobre esse aspecto, é necessário ressaltar que, embora o Brasil não tenha construído um amplo sistema de proteção social com oferta de políticas sociais públicas universais, como afirmado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 expressou um substancial avanço nessa direção, mesmo que a sua concretização careça de substantividade e de efetividades e por isso a urgência da continuidade das lutas sociais, sobretudo quando analisamos a conjuntura de retração do Estado brasileiro a partir dos anos 1990, quando se alinha às diretrizes neoliberais impostas pelos países centrais e pelos organismos multilaterais como instrumento necessário para contrair financiamentos e superar a crise econômica vigente. Tais diretrizes são incorporadas no Plano Diretor de Reforma do Estado e trazem até os dias atuais fortes reflexos à implementação das diferentes políticas públicas sociais (Fonseca, 2023), entre elas a de educação.

As tendências do subfinanciamento, da privatização, da mercantilização, do familismo e da seletividade nas políticas

sociais, em detrimento de políticas universais, bem como o fortalecimento do terceiro setor e das organizações sociais, acabam favorecendo o desmonte e as restrições dos direitos e da precariedade dos serviços (Fonseca, 2023) e uma relativa desresponsabilização do Estado na proteção social (Viana, 2002). No campo econômico temos a desindustrialização nacional, a estagnação, a desestabilização, e mais especificamente no mundo do trabalho a desestruturação do mesmo que resulta em “desemprego em massa e [...] generalização das ocupações precárias (Pochmann, 2022, p.125), dentre elas a terceirização, a uberização, a intermitência, o empreendedorismo (Araújo; Pessoa, 2023) e a informalidade. Esses dois cenários, de políticas econômicas e sociais, estão necessariamente articulados, acabam se influenciando mutuamente e estão permanentemente sob o jogo das forças políticas⁴. Todas essas dimensões interferem nos padrões de proteção social devida aos cidadãos em geral, na extensão e na qualidade da segurança social, por isso esses sistemas de proteção são estruturas inacabadas, dinâmicas e contraditórias, por isso eles são construídos nas lutas e nos espaços de poder, tendo em vista a participação e o acesso à riqueza, às condições materiais, econômicas, ao poder político, aos bens culturais e sociais.

É nesse cenário de grandes contradições no Brasil, de avanços, continuísmos e retrocessos na proteção social do país que as universidades abertas surgem como um espaço significativo enquanto garantia de direitos das pessoas idosas. Os poucos investimentos na área educacional (Minto, 2021), por exemplo, bem como a posição marginal que a extensão ocupou historicamente nas universidades brasileiras, podem

4 Um outro aspecto a ser enfatizado é o cenário político brasileiro, com a ascensão de “movimentos políticos pouco comprometidos com a ordem institucional democrática” (Gomide, *et al*, 2023, p.18), o que amplifica os desafios no campo político-econômico e social, com rebatimentos nas políticas públicas, na proteção social.

explicar a invisibilidade de programas direcionados para a concretização de atividades extensionistas. Mesmo assim, a expansão das universidades abertas para as pessoas idosas será uma realidade abraçada por diferentes áreas do conhecimento em todo o país, entre elas o Serviço Social, sobretudo no trabalho profissional na área da docência.

No que se refere à extensão universitária voltada para o envelhecimento destaca-se o pioneirismo da Prof^a Dr.^a Aglair Setúbal no Serviço Social da UFPI, na UFPI em geral e no Piauí, que teve a iniciativa de articular docentes de diferentes áreas do conhecimento para discutirem, a partir da pesquisa e do ensino, na área do envelhecimento, a estruturação de uma proposta de universidade aberta que fosse condizente com a realidade do município. Esse desafio foi abraçado pelas demais docentes do Departamento de Serviço Social que foram responsáveis pela gestão do Programa por 18 anos, durante os 26 anos de sua existência, enfrentando desafios e trazendo impacto social, bem como acadêmico-científico pois contribui para a produção e socialização do conhecimento.

É importante que se diga que apesar de se entender a importância da educação, e mais especificamente da extensão universitária, na garantia de direitos, na luta pelo fortalecimento da democracia, da justiça e da cidadania, notadamente junto aos setores em situação de pobreza e desigualdades, uma vez que esses princípios estão nos fundamentos da extensão de acordo com as concepções presentes no Estado brasileiro, na UFPI e no Serviço Social; por outro lado, a educação, apesar de sua contribuição, ela é limitada, considerando seu papel específico no grande e complexo conglomerado no tocante à garantia de proteção social.

Por isso, há que se ter claro as heterogeneidades nas formas e modos de envelhecer, (questão que será discutida na

próxima sessão), tendo em vista as questões de classe, de raça/etnia, de gênero, as problemáticas regionais que acabam conformando quadros de pobreza e de desigualdades, que aparecem no cotidiano da extensão universitária e que precisam ser consideradas, tendo em vista: 1- a compreensão das potencialidades e limites da educação e a necessidade de se investir nas potencialidades⁵, de modo a beneficiar as pessoas idosas; 2- depois, apesar de que a política de educação e as universidades abertas não trabalham com critérios de elegibilidade rígidos, no caso do PTIA, como já mencionado, o único critério é a idade, o que significa que o Programa deve abranger a todos, mas é fundamental aqui o princípio da equidade e o compromisso da extensão no sentido de favorecer as populações empobrecidas, o que significa dizer que o foco do PTIA é a busca ativa das pessoas idosas em situação de vulnerabilidades e riscos (essa problemática será retomada na frente). Desse modo, na sessão seguinte a discussão abrange as contribuições e os desafios.

Contribuições e desafios na implementação do PTIA

Elegemos, pelos limites do texto, três questões importantes que tratam das contribuições e dos desafios postos para o PTIA no âmbito do debate e das ações voltadas para o envelhecimento e a velhice na UFPI.

A primeira trata da leitura da realidade sobre o envelhecimento e a velhice que tem sido sustentada no referencial

5 A título de síntese, as potencialidades do PTIA são a educação para a cidadania, o trabalho socioeducativo, a ênfase nas aprendizagens, nas reflexões e informações sobre direitos, sobre a rede de proteção social/os serviços, as lutas políticas pró-direitos, a convivência como fator de proteção contra o isolamento, o sofrimento psíquico, o combate ao preconceito e ao estigma, as experiências com o lúdico, o lazer, as expressões artísticas e culturais.

crítico e dialético dos quais os próprios docentes, que desenvolvem atividades no Programa, têm sido expressão na produção de conhecimentos que referenciam o arcabouço teórico-metodológico do Programa⁶.

Para Teixeira (2017), entender o envelhecimento e a velhice numa perspectiva da totalidade “[...] implica romper com a homogeneização a-histórica” atribuída a esses processos, “[...] como se o envelhecimento biológico e demográfico fosse uma condição unificadora” (Teixeira, 2017, p. 199), que atinge a todos de modo padronizado, sem considerar as diferenças. Para a autora, o envelhecimento é um processo biopsicossocial, que, visto na perspectiva da totalidade, enquanto contribuição do Serviço Social, “[...] parte de um pressuposto que a condição de classe é aquela capaz de fazer certas homogeneizações dentro de uma mesma classe, pela vivência de situações de vida e de trabalho em comum” (Teixeira, 2017, p. 200). Mas ao mesmo tempo a condição de classe produz diferenças entre as classes e entre as frações de classe, além de “[...] outros diferenciadores que tornam o envelhecimento diversificado e plural (Teixeira, 2017, p. 200).

Assim, “[...] não é totalmente singular, antes ao contrário, tem particularidades que o ligam à totalidade. Mas, ao mesmo tempo, não é um todo amorfo ou homogêneo, sem diferenças ou antagônico” (Teixeira, 2017, p. 200), trata-se de uma unidade na diversidade, com oposições, contrastes e contradições. Infere-se que as pessoas envelhecem segundo padrões determinados socialmente, que não dependem somente da

6 Para exemplificar, citamos aqui a Prof.a Dr.^a Solange Maria Teixeira, com amplas produções teóricas sobre envelhecimento, entre as quais se destaca a obra *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital* e a Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima e Silva cujas intervenções no âmbito do PTIA ensejaram o aprofundamento sobre envelhecimento e proteção social no seu curso de Pós-Doutorado.

vontade individual ou grupal dos indivíduos, ou da sua condição de homem natural, dos aspectos físicos e biológicos.

No âmbito do PTIA, os padrões de heterogeneidade ou homogeneidade presentes, tendo em vista questões como classe, gênero, etnia, raça, e outros, também se expressam pela presença de problemas como abandono, violência, solidão, depressão e outras doenças que apontam para o sofrimento psíquico das pessoas idosas. Apesar de se poder analisar essas questões do ponto de vista das dinâmicas familiares, das condições subjetivas, das trajetórias de vida, de trabalho, as quais estão intimamente articuladas às classes e às desigualdades, por exemplo, mas elas têm ligação também com os estigmas sociais produzidos no bojo da sociedade capitalista relacionados à pessoa idosa, como a valorização do produtivismo, da força, da virilidade e da juventude. Minayo (2006, p. 54) afirma que “[...] o que torna hoje a velhice sinônimo de sofrimento é mais o abandono que a doença, a solidão que a dependência”.

Da concepção crítica de envelhecimento adotada, reconhece-se o papel fundamental do Estado na promoção desse processo e das lutas sociais em torno do reconhecimento das necessidades do idoso, o que vem impulsionando a segunda questão a ser destacada nas ações do PTIA: o reforço e a disseminação, a defesa e concretização dos direitos das pessoas idosas nos diversos espaços sociais. O Estatuto do Idoso afirma, em seu artigo 2º, que

[...] o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Brasil, 2003).

Ainda afirma o Estatuto que a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público são obrigados a assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos do idoso. Os direitos fundamentais que devem ser garantidos à pessoa idosa são: direito à vida, à saúde, à alimentação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à habitação, ao transporte.

Dois conceitos são significativos no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003): o primeiro é o da proteção integral, que exige da sociedade e do Estado um compromisso no sentido de considerar a integralidade das necessidades da pessoa idosa, demandando Políticas Públicas que possam contemplar as questões dos processos de envelhecimento, ou seja, políticas universais, articuladas e intersetoriais, observados também os princípios da equidade e da seletividade.

Dentre essas políticas, a educação se coloca como um direito fundamental para a pessoa idosa, considerando o fato de que muitos dos idosos no Brasil, especialmente as mulheres, que constituem o público majoritário do PTIA, não tiveram acesso à educação, muito menos ao ensino universitário (Beltrão; Alves, 2009). Mesmo sem contemplar o ensino formal, o Programa possibilita o acesso à educação não formal e política para os idosos do Piauí, fomentando a leitura de mundo de modo crítico e ético.

Nesse esforço, considera-se que as demandas e necessidades da pessoa idosa são diversas e abrangem as dimensões política, econômica, social, artística e cultural, o que exige que os programas e políticas voltados para esse segmento da população precisam estar fundamentados na exigência da cidadania, de reconhecer o direito ao respeito, à dignidade, à vida, de

conferir prioridade à pessoa idosa, de respeito aos seus direitos e à sua condição de pessoa idosa, com seus limites e potencialidades (Neri, 2007; Albuquerque, 2008; Campos, 2014).

O segundo conceito importante presente no Estatuto do Idoso é o de prioridade absoluta que deve ser garantido, seja através do atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados, a preferência na formulação e na execução de políticas públicas específicas, destinação privilegiada de recursos públicos, viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações, dentre outras. Além da priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, salvo na ausência da família ou quando faltarem as condições de manutenção da própria sobrevivência. Depois, em vista desse princípio da prioridade absoluta há que se investir na capacitação de profissionais, na prestação de serviços à pessoa idosa, na divulgação de informações sobre a problemática do envelhecimento e na garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais, dentre outros (Brasil, 2003).

No PTIA, a direção impressa nessa esfera é a de estabelecer uma cultura de direitos no âmbito do Programa, especificamente no tocante ao envelhecimento e à velhice. Para tal, esses compromissos com os direitos e a cidadania encontram fundamentação tanto no ordenamento jurídico brasileiro de proteção à pessoa idosa, como também no Projeto Ético-Político do Serviço Social que defende princípios como: a liberdade como valor ético central, a defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, da equidade e justiça social, dentre outros (Brasil, 1993).

Assim, considera-se importante no Programa Extensionista, nessa perspectiva da prioridade absoluta, a viabilização de relações intergeracionais, no contexto acadêmico, o atendimento à pessoa idosa em meio aberto, a capacitação de profissionais, a exemplo da ampla participação de discentes, seja da Graduação ou Pós-Graduação, a divulgação de informações, a promoção de debates, o diálogo com a sociedade e a contribuição para a formação da pessoa idosa, dentro da estratégia não do ensino, especificamente, mas da extensão universitária.

Por outro lado, é preciso considerar o avanço das propostas neoliberais no Brasil e no mundo, que, a depender das conjunturas nacionais, defendem num grau menor ou maior o corte de recursos públicos, a minimização do Estado, a privatização dos serviços, transferindo para o mercado, a família, a sociedade e o indivíduo a responsabilidade pela proteção social, com consequências para a sociedade em geral, mais precisamente os pobres, e os segmentos mais vulneráveis, dentre eles, os idosos.

Esse processo impacta na disponibilidade de recursos para um programa dessa magnitude na UFPI e acaba por refletir também nos resultados alcançados, já que a ação profissional no espaço da gestão também é determinada pelas condições objetivas postas. Para citar alguns entraves decorrentes dessas condições, destaca-se a presença maciça do voluntariado no Programa, alternativa encontrada para suprir a necessidade de ministrantes de curso, considerando a disponibilização de apenas 09 bolsas para estudantes de graduação e a dispensa de apenas 04h de trabalho docente em sala de aula para a coordenação das atividades dos respectivos projetos e do programa como um todo. Além disso, embora tenha conquistado uma sala específica para Coordenação, ressentiu-se da ausência de um técnico efetivo que auxilie na parte administrativa, de um

suprimento de fundos com recursos para custeio das atividades como passeios, eventos - envolvendo todo o coletivo do PTIA (com ênfase nas aulas inaugurais, nas datas comemorativas, nas confraternizações, nas expressões culturais e artísticas do nordeste, nos debates acadêmicos, especialmente sobre temáticas sobre o envelhecimento e a velhice), entre outros, e a problemática do espaço físico, seja pela baixa capacidade de atender demandas, seja pela acessibilidade e pela frequente disputa desses espaços na relação entre ensino e extensão.

Tais situações também são problematizadas no âmbito do Programa, assim como as conquistas, os processos de desmonte, os retrocessos, as perspectivas, enfim, as lutas em torno da efetivação desses direitos já conquistados, que precisam ser garantidos, bem como outros que precisam ser acrescentados na agenda política, no ordenamento jurídico e nas práticas das instituições, da sociedade e da família.

Ainda na perspectiva de defesa de direitos, a gestão do PTIA sob a responsabilidade do Departamento de Serviço Social, empreende ações no sentido de massificar informações, principalmente no período de matrícula do Programa, por meio de rádio, televisão, jornal impresso, redes sociais, site da UFPI e realização de mostras das atividades e dos produtos produzidos no programa, em bairros da cidade de Teresina que abrigam indivíduos e famílias de baixa renda. A divulgação dessas informações sobre o PTIA para a população de um modo geral, mas especificamente para as camadas em situação de pobreza, apesar de que o PTIA não tem esse corte da pobreza enquanto critério de entrada, tem como objetivo atingir esse segmento da população, oportunizando seu acesso, uma vez que muitas vezes deixa de usufruir direitos por falta de informação. Além disso, a diversidade e a quantidade dos cursos oferecidos, como resposta às demandas dos idosos, bem como as exigências postas pela questão do envelhe-

cimento, também constitui uma estratégia de ampliação do atendimento da pessoa idosa no PTIA.

Finalmente, a terceira questão a considerar é a pertinência da metodologia do Programa e adequação ao alcance de suas finalidades. O Programa está fundamentado nas diretrizes gerais da extensão universitária, de acordo com a Política Nacional de Extensão, do FORPROEX (2012) e nos princípios da gerontologia educacional e na legislação que tratam do envelhecimento e da velhice, especificamente o Estatuto do idoso, a Política Nacional do Idoso, a Política Nacional de Saúde do Idoso e de Assistência Social, que colocam o idoso como sujeito de direitos. Nesse sentido, a pessoa idosa na condição de cidadã deve e pode ter oportunidade de desenvolvimento, de vida ativa, de protagonismo, de participação na sociedade.

Cabe ressaltar que, no que tange à gerontologia educacional, o trabalho do PTIA tem como objetivo favorecer o retorno ou a inserção da pessoa idosa no âmbito da escola, no caso, a universidade, tendo em vista:

[...] um conjunto de alternativas dinâmicas de autodesenvolvimento e atualização, resgatando a dignidade do idoso, reduzindo os problemas de solidão, quebrando preconceitos e estereótipos. Neste sentido, é importante que se desenvolva um planejamento que proporcione uma aprendizagem que contemple atividades diferenciadas, considerando-se as diferentes fases da vida humana, na expectativa de promover uma educação mais prazerosa e efetiva, com mudanças de métodos e abordagens pedagógicas” (Vieira, 2011, p.139-140).

Diante do exposto, a metodologia utilizada estará fincada em processos alternativos de ensino-aprendizagem, baseada na valorização da pessoa idosa, seus potenciais, limites e desafios, partindo de sua realidade, considerando seus conhecimentos, favorecendo a expressão de suas falas, suas deman-

das, fomentando sua participação na UFPI e na sociedade em geral. As estratégias de trabalho incluem a sala de aula (por meio de cursos), mas a extrapolam, pela diversidade das atividades realizadas.

A questão da metodologia é de extrema importância, considerando as demandas e os interesses das pessoas idosas matriculadas que chegam ao Programa com interesses específicos em relação a alguns cursos, mas a demanda geral é que o PTIA, nas suas diversas atividades, traga conhecimento, aprendizagem associada à sociabilidade, à convivência, ao entretenimento, com métodos lúdicos, dinâmicos e prazerosos. As técnicas de ensino-aprendizagem desenvolvidas pelos professores através de metodologias alternativas, específicas para cada área a ser trabalhada, deverão contemplar as experiências, as potencialidades e habilidades de cada aluno, suas demandas, bem como contribuir para a superação de suas dificuldades. O que se entende por metodologias alternativas são processos que apontam para mudanças na relação professor/aluno, na dinâmica do ensino-aprendizagem, de modo que o aluno assuma uma atitude ativa, participativa, que deixa de se colocar em posição passiva, sendo convidado a interagir e agir na dinâmica acadêmica (Freire, 1996).

Silberman (1996, apud Falcão; Barbosa, 2018, p. 14), discutindo as metodologias ativas, utilizou um provérbio chinês, dito pelo filósofo Confúcio que diz o seguinte: “[...] o que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; o que eu faço, eu compreendo” e o reformulou com intenção de facilitar o entendimento dessas metodologias, dizendo: “[...] o que eu ouço, eu esqueço; o que eu ouço e vejo, eu me lembro; o que eu ouço, vejo e pergunto ou discuto, eu começo a compreender; o que eu ouço, vejo, discuto e faço, eu aprendo, desenvolvendo conhecimento e habilidade” (Silberman, 1996, apud Falcão; Barbosa, 2018, p. 14). Essa conclusão é de fundamental

importância para o PTIA, no sentido de que os idosos demandam atividades em que eles ouçam, vejam, possam perguntar e principalmente: algo que eles possam fazer, aprender em movimento, em ação.

O compromisso ético e político assumido pelos profissionais, assim como os referenciais teórico-metodológicos adotados também impuseram a necessidade de adequação da metodologia de modo a propiciar a participação ativa da pessoa idosa. Para tanto, optou-se preferencialmente pelas oficinas, as rodas de conversa, e menos as palestras, as mesas-redondas, de modo a atrair a atenção do público do programa. Essas alternativas, aliadas ao trabalho interdisciplinar e articulado de docentes e discentes de diferentes áreas do conhecimento geraram efeito bastante positivo. Em segundo lugar, além da necessidade de se promover discussões sobre direitos, seu acesso, a rede de proteção, a legislação, entendeu-se a importância de se investir em atividades como visitas institucionais, a exemplo da participação em sessões no poder legislativo, nas reuniões de conselhos de direitos, as conferências, as iniciativas do Ministério Público, audiências públicas, e outras que propiciem a vivência da expressão de suas demandas e a educação política, nos termos de Benevides (1994).

Essas experiências nas instâncias de participação política são fundamentais no sentido de ampliar conhecimento, de despertar a consciência da luta coletiva. Infelizmente os esforços não foram exitosos nesse particular, tendo em vista problemas de recursos, a exemplo de transporte institucional. Apesar disso, algumas iniciativas foram sendo tomadas principalmente em relação à participação nas Conferências Municipais, a participação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa como forma de contribuir nas discussões e promover a inserção dos idosos nessa dinâmica das políticas sociais voltadas para esse segmento da população.

Dessa forma, a metodologia adotada no PTIA traz uma riqueza que é a possibilidade da convivência e da reconstrução ou ampliação da sociabilidade, dos vínculos da pessoa idosa. Essa questão é muito valorizada dentro do Programa, não só pelos idosos, mas pela gestão, tendo em vista que dentre os projetos presentes, além da previsão de uma variedade de atividades de sala de aula, quando a própria sala de aula favorece esse contato com o outro, há também a valorização de encontros coletivos, como as festas temáticas, as confraternizações e as expressões de arte e cultura nessas programações coletivas.

Por fim, registra-se as contribuições no campo acadêmico, considerando o debate teórico-metodológico, e no campo político tendo em vista a defesa de direitos e da ampliação da cidadania, finalmente, há que se enfatizar as contribuições para as pessoas idosas que registram conquistas e aspectos importantes como: avanços nos cuidados em relação à saúde; mudanças na qualidade de vida; melhoria na autoestima e saúde emocional; superação da depressão e da solidão; diversão/divertimento; interação, amizade e convivência; vida ativa e desenvolvimento de habilidades intelectuais e aprendizados. E para além disso as contribuições para a formação profissional de discentes das mais diversas áreas do conhecimento tendo em vista a importância do aprendizado pela extensão universitária, a partir da unidade teoria-prática, a interação com a comunidade, com os diversos saberes e profissionais, ressignificando a velhice e o envelhecimento e se apropriando da dinâmica do trabalho social e das expressões da questão social, suas demandas, possibilidades e limites no âmbito do trabalho profissional.

Conclusão

O PTIA (Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas) apresenta-se como um espaço de extrema importância para a pessoa idosa em Teresina, na perspectiva de contribuir para o processo de envelhecimento, dando um novo significado para a velhice e o envelhecimento, revendo preconceitos, estigmas, as diversas formas de violência e o problema da negação de direitos, mas também reconhecendo as potencialidades, os limites, as capacidades e os desafios. Por outro lado, o Programa de fato é um espaço de trocas, de produção de conhecimento, de aprendizagens, de experiências para professores e discentes da UFPI, bem como para profissionais da comunidade, com quem a UFPI, através do PTIA, estabelece um diálogo e uma parceria de suma relevância.

Tendo em vista o conceito de proteção integral, que nos remete para a compreensão de que os seres humanos, de um modo geral, e a pessoa idosa apresentam necessidades diversas, nesse sentido, o PTIA, enquanto programa de extensão universitária, de educação permanente, a partir dos cursos ofertados, e de suas atividades de um modo geral, oferece uma diversidade de conteúdos e propostas, que vão desde a alimentação e nutrição, a arte, a cultura, a tecnologia, a convivência, o lazer, a discussão sobre direito e cidadania.

Por último, é importante destacar, como afirmado anteriormente, que o PTIA traz em sua proposta de trabalho a questão da discussão e do acesso a direitos, o exercício da cidadania, entendendo o envelhecimento e a velhice como um processo e uma experiência humana marcada por diferenças e heterogeneidades que se expressam a partir de problemáticas sociais, econômicas, políticas, ou seja, por questões estruturais e ainda pelas condições subjetivas dos indivíduos.

Na verdade, os projetos condensam nossos compromissos profissionais com o trabalho junto à população idosa de Teresina, referenciado em uma perspectiva de transformação social, de potencialização de sua autonomia e de fomento à vivência do acesso a direitos historicamente conquistados como apontam temáticas transversais que constituem os eixos norteadores dos projetos que compõem o Programa: saúde e educação; arte e cultura; direito e cidadania; convivência e sociabilidade. Além disso, também representa o compromisso e o esforço de levar as atividades do Programa para a comunidade, tendo em vista a articulação e parceria com outras políticas públicas, notadamente a Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Teresina, a exemplo dos Projetos PTIA na Comunidade ou PTIA ConexusCom, com vigência no período de abril/2020 a dezembro/2023, enquanto um ensaio que apontou para a descentralização das ações, atingindo mais idosos na cidade de Teresina.

Para fins conclusivos, é importante que se reconheça a importância do PTIA, considerando o impacto transformador que ele tem na dimensão social, cultural e de produção do conhecimento junto às pessoas idosas, aos discentes e docentes, junto à comunidade acadêmica. Mas por outro lado, muitos desafios se apresentam, tais como: maior participação nos fóruns de política, luta pela garantia de recursos financeiros para o Programa no âmbito da UFPI, bem como a disponibilidade de técnicos, revisão da questão do voluntariado, melhoria e ampliação do espaço físico e suas condições de acessibilidade.

Referências

ALBUQUERQUE, S. M. L. de. **Envelhecimento ativo: desafio do século**. São Paulo: Andreoli, 2008.

ARAÚJO, D. S. R; PESSOA, Y.S.R.Q. Trabalho, pandemia e serviço público; a precarização da classe trabalhadora brasileira. **Valore – Revista Científica da Faculdade Sul Fluminense**. Volta Redonda: FASF, v.8, e-8068, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yaapr3p5>. Acesso em: 16 de jul. 2024.

BELTRÃO, K.I; ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/yeyzv2jp>. Acesso em: 26 de jul. 2024.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, 33. São Paulo, CEDEC, 1994.

BERNARDES, B.G. Na impossibilidade do Estado Social. Regimes de Bem-Estar na América Latina: uma resenha. **Janus.net, e-journal of international relations**, v.14, n.2, nov.2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4e7wkwcs>. Acesso em: 25 de jul. 2024.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**, Brasília (DF): CFESS, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/5hma6w4u>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/38hd6kzs>. Acesso em: 10 de mai. de 2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e determina outras providências.

Disponível em: <https://tinyurl.com/29w6wrec>. Acesso em: 10 de mai. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.535**, de 15 de dezembro de 2017. Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Disponível em: <https://tinyurl.com/a3ds7k92>. Acesso em: 10 de mai. de 2020.

BRASIL. IBGE. **PNAD Contínua Educação 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3hf2pp6>. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

BRASIL. IBGE. **Censo 2022**. Panorama. Indicadores, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/468up4nh> Acesso em: 26 de jul. 2024.

CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas, São Paulo: Alínea, 2003. 258 p.

CAMPOS, A. C. V. **Direitos do idoso**: os novos desafios das políticas públicas, v. 2. Ijuí-RS: Unijui, 2014.

DARDANELLI, P; KINCAID, J. Descentralização e centralização em federações democráticas: uma perspectiva comparada de longo prazo. In: PALOTTI, P; LICIO, E.C; GOMES, S; SEGATTO, C.I; SILVA, A.L.N. da. E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/32jjz79h>. Acesso em: 26 de jul. 2024.

DI GIOVANNI, G. Sistema de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M.A. de. (Org). **Reforma do Estado e política de emprego**. Campinas: UNICAMP/IE, p. 9-29, 1998.

FALCÃO, I. C.; BARBOSA, J. **Programa de Extensão: Semeando e colhendo cuidados: ações de formação e promoção da saúde para o uso de plantas medicinais pela comunidade do quilombo Mimbó**, UFPI: Florianiano, 2018.

FONSECA, F. A contínua reforma neoliberal do estado no Brasil: esvaziamento, terceirização e privatização da esfera pública. **Revista Estudos de administração e Sociedade**. v.8, n.1, p.04-13, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8drvkj>. Acesso em: 16 de jul. 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/tszwwk7z8>. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

FRANCO, C. M. B. **O envelhecimento ativo e as universidades abertas da terceira idade em Teresina: desafios contemporâneos**. 236 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Teresina: UFPI, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática Educativa**. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de S.; LEOPOLDI, M. A. Políticas Públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de S.; LEOPOLDI, M. A. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília (DF): IPEA; INCT/PPED, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/37bskaw9>. Acesso em: 02 de jun. de 2023.

KERSTENETZKY, C.L. **O Estado de Bem-Estar Social na idade da razão**. A reinvenção do estado Social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MINAYO, M.C de S. Visão antropológica do envelhecimento humano. In: **SESC**. Velhices: reflexões contemporâneas. São Paulo: Sesc/PUC-SP, 2006.

MINTO, L.W. Para que o futuro não fique para trás: a universidade brasileira e o bolsonarismo. **Revista Argumentum Debate**. Vitória, ES: UFES/Programa de Pós-Graduação de Política Social, v.14, n.1, p. 26-37, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4dbf7afd>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

MORAES, E. N. de.; MOREIRA, R.M. **Políticas públicas e a promoção do envelhecimento saudável**: análise da experiência no Centro Marly Sarney. Trabalho de Conclusão de Curso/Serviço Social. Teresina: UFPI, 2013.

NERI, A. L. (org.) **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007. (Coleção Velhice e Sociedade).

POCHMANN, M. **A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial**. São Paulo: Ideias & Letras, 2022.

SETÚBAL, A. A. **Programa Terceira Idade em Ação – PTIA**. Projeto para implantação do Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí, Teresina: UFPI, 1998a (texto mimeografado).

SETÚBAL, A. A. **Projeto de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Gerontologia Social**, Teresina: UFPI, 1998b (texto mimeografado).

SILVA, M. R. F. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social e Sociedade**,. São Paulo: Cortez, n. 126, p. 215-234, 2016.

TAAM, R. A educação não formal do idoso em universidades da terceira idade e centros de convivência. In: PARK, M. B.; GROppo, L. A. (Org.). **Educação e velhice**. Holambra, São Paulo: Editora Setembro, 2009, p. 39-50.

TEIXEIRA, S.M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, J. S. et al. (org.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: Editora da UNESP, 2017.

VIANNA, M. L. W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO M. I.; PEREIRA, P. (Orgs.). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

VIEIRA, C. M. de S. S. A importância das universidades abertas e novos princípios para gerontologia educacional. **Memorialidades**, n. 15, p.137-166, jan-jun, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/295jefds>. Acesso em: 15 set. 2016.

WOLF, P.J.W; OLIVEIRA, G.C. **Os sistemas de proteção social do Brasil e dos países da Europa Meridional**: uma análise comparada. Texto para discussão. Campinas: UNICAMP/IE, n.288, mar./2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/munsrjct>. Acesso em: 26 de jul. 2024.

Minha experiência de extensão no PTIA UFPI: desafios, aprendizados e ressignificação do envelhecimento

Maria do Rosário de Fátima e Silva

Introdução

Desenvolver atividade de extensão na Universidade Federal do Piauí (UFPI), sempre foi um desafio, pois, apesar de a extensão se constituir em uma das três funções básicas da Universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, não se tem, ao longo dos anos, destinado carga horária específica para que os docentes possam investir em tão importante atividade acadêmica e de formação. Os que o fazem, assumem o desafio de conciliar a carga horária destinada exclusivamente para as atividades do ensino e da pesquisa com os compromissos que assumem com atividades na área da extensão.

Ao mencionar esta realidade, quero dizer que, durante a minha trajetória como docente no curso de Serviço Social na UFPI, no decurso dos 36 anos de trabalho efetivo, as atividades de extensão que apresentei e realizei, envolvendo cursos, eventos e mesmo a minha participação em programas de extensão mais amplos, sempre aconteceram sem a demarcação de uma carga horária específica, a não ser quando assu-

míamos a função de coordenação da atividade, quando eram definidas horas irrisórias, diante da intensidade e qualidade do trabalho que se deveria concretizar. Mas isso não nos desestimulou, pelo contrário, continuamos insistindo e criando espaços para a participação de graduandos nas atividades de extensão, bem como de profissionais do Serviço Social atuantes nas instituições do estado, que buscavam nestas atividades momentos de atualização de conhecimentos e intercâmbios com a comunidade universitária.

Nesse aspecto, o presente artigo tem como objetivo apresentar um relato da minha experiência docente no Programa de Extensão Universitária para as Pessoas Idosas (PTIA) da Universidade Federal do Piauí, no qual atuo desde o ano 2000. Escolhi como metodologia para fazer este relato de experiência a pesquisa documental, mediante a análise dos registros de memória que fui sistematizando ao longo da experiência e que ficaram retidos nos relatórios dos projetos de extensão apresentados, bem como no material didático que tive que produzir para poder ministrar os cursos/disciplinas para os alunos e alunas idosas vinculadas ao PTIA em cada semestre letivo. Muitos desses registros foram, ao longo dos anos, transformando-se em artigos, capítulos de livros e sistematizações que fundamentaram palestras também ministradas ao longo da experiência. O saldo de tudo isso foi muito positivo e gratificante, tanto pela experiência que acumulamos, pelos aprendizados que foram sendo ampliados e, sobretudo, pela oportunidade do compartilhamento de saberes e conhecimentos entre a universidade e a sociedade.

O início da experiência de extensão no PTIA

O Programa de Extensão Universitária para a Terceira Idade (PTIA), da UFPI, foi criado em 1998, por iniciativa da professora doutora Aglair Setúbal do curso de Serviço Social, tendo como objetivo geral “[...] contribuir com o processo do envelhecimento saudável, e com o autoconhecimento e reconhecimento por parte da sociedade, dos direitos da população idosa construir permanentemente sua cidadania” (Setúbal, 1998, p.1). O PTIA depois foi renomeado como Programa de Extensão Universitária para as Pessoas Idosas, mas conservando a mesma sigla. Minha experiência enquanto docente do PTIA iniciou logo que retornei do meu afastamento para o curso de doutorado junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no início do ano 2000. Recebi, na ocasião, o convite da professora Zita Vilar, também do curso de Serviço Social, que, na época, enquanto subcoordenadora do PTIA, estava assumindo a função de coordenadora em substituição à professora Aglair Setúbal, que era a titular e estava em férias.

Como aconteceu o convite? Eu estava numa manhã na sala do Departamento de Serviço Social na UFPI, pegando os diários de classe das disciplinas que ministraria para o curso de Serviço Social naquele semestre, quando a professora Zita me abordou e perguntou se eu não gostaria de ministrar uma disciplina no PTIA. Ela afirmou que o PTIA tinha a disciplina de “História de Vida e Memória” e a disciplina “Memória na Vida Adulta e Senescência”, que vinham sendo ministradas por uma professora do curso de História, que não poderia assumi-las naquele semestre. A professora Zita mencionou então que o conteúdo das citadas disciplinas tinha tudo a ver com Serviço Social, pois nós, assistentes sociais, temos muita experiência com as técnicas de história de vida, história oral,

registros de memórias, entrevistas e poderíamos dar uma boa contribuição nesta área para o PTIA. Perguntou-me, então, o que eu achava da proposta. Eu fiquei impactada com o convite e disse que gostaria de contribuir, mas precisava analisar as disciplinas propostas. Ela então me repassou as duas ementas e pediu que eu analisasse e desse uma resposta o mais breve possível, pois precisava preparar o quadro de oferta para o próximo período letivo do PTIA.

Diante daquele convite e desafio para a nossa área profissional, fiquei animada e levei as ementas das duas disciplinas para avaliar em casa. Ao examinar o conteúdo proposto, entusiasmei-me em aceitar o convite e assumir o planejamento do conteúdo programático a ser desdobrado a partir da proposta no ementário. Ao olhar a ementa de História de Vida e Memória, e seus eixos - Memória e cidade, memória e experiência de vida. Histórias de vida e vivências. Identidade, raízes culturais e tradições. Histórias e memórias -, vi que o objetivo era estimular as pessoas idosas a fazer o resgate de suas histórias de vida, de suas vivências, de suas experiências e, nesse processo, compartilhar saberes. Tratava-se de valorizar a sabedoria e o legado construído por essas pessoas e procurar estabelecer o diálogo entre este legado e a situação presente. Essa perspectiva me animou muito.

Ao analisar a ementa da segunda disciplina Memória na Vida Adulta e Senescência, com seus eixos - Memória e sociedade. A experiência de vida e memória na vida adulta e na velhice. A memória como fenômeno social e psicológico. As formas de preservação da memória individual e coletiva nas primeiras civilizações e na sociedade contemporânea e o lugar da pessoa idosa na sociedade -, observei que os eixos também conduziam para o resgate de memória, sobretudo em relação à ancestralidade, buscando estabelecer o contato das pessoas idosas com suas raízes culturais, mas, também,

oportunizava o direcionamento do olhar para as necessidades da pessoa idosa, procurando identificar o seu lugar na sociedade contemporânea. Esta perspectiva também me encantou.

As proposições constantes nas duas disciplinas me desafiaram e me alegraram pela perspectiva de aproximar a docência na área do Serviço Social das atividades acadêmicas no campo da extensão universitária e, principalmente, das questões que cercam o processo do envelhecimento no Brasil e no estado do Piauí. Uma outra perspectiva que se apresentou foi podermos iniciar uma experiência docente no campo da educação permanente direcionada aos idosos por meio do PTIA.

Após toda essa análise, retornei no dia seguinte à coordenação do PTIA, que funcionava numa sala próxima ao auditório do CCHL, e disse à professora Zita que aceitava o convite e assumiria as duas disciplinas naquele período. Ela ficou muito contente com a resposta e me disse que as turmas funcionariam com aulas oferecidas uma vez por semana no turno da manhã, para alunos e alunas idosas a partir de 60 anos com diversos níveis de escolaridade, acrescentou que a coordenação costumava oferecer de 15 a 30 vagas para cada curso.

Comecei então a preparar o conteúdo programático dos dois cursos. A primeira providência foi elaborar os objetivos para cada curso e, na sequência, os eixos programáticos que seriam desenvolvidos, pensar na metodologia a ser adotada e no material e recursos didáticos a serem utilizados para um público tão diferenciado do ponto de vista do nível de escolaridade.

Para o curso de História de Vida e Memória, foi proposto como objetivo geral: possibilitar a integração social e cultural da pessoa idosa a partir do resgate de sua própria experiência de vida; identificar de que forma sua trajetória influencia os problemas, preocupações e aspirações atuais. Como objetivos específicos: possibilitar aos alunos e alunas a reconstrução da

sua história enquanto cidadãos e cidadãs a partir da sua própria história de vida e localização no espaço da cidade de Teresina; proporcionar a compreensão sobre a técnica de pesquisa história de vida e o uso adequado desta técnica na reconstituição da experiência de vida dos alunos e alunas idosos.

Para o curso de Memória na Vida adulta e Senescência, foi definido como objetivo geral: propiciar às pessoas idosas a compreensão da memória nos seus aspectos sociais, psicológicos, culturais e políticos; possibilitar a compreensão da memória enquanto instrumento que oportuniza o diálogo entre o passado, o presente e o futuro, observando a importância de sua estimulação permanente para a preservação da sua história individual e social.

Quanto aos eixos programáticos, foram propostos para o curso de História de Vida os seguintes eixos: origem e localização na cidade, família, vizinhança, trabalho e as relações de convivência nesses espaços (localização enquanto cidadão); costumes, concepções dos valores morais; religião e práticas de religiosidade; cultura e tradições locais, expressões da cultura popular; lazer e formas de entretenimento; as impressões sobre a cidade de Teresina: ontem, hoje e as projeções para o futuro; a visão da cidade sobre a condição social da pessoa idosa.

Para o curso de Memória da Vida Adulta e Senescência, foram definidos como eixos programáticos: memória na vida adulta e na velhice: compreensão sobre o significado da memória nas diferentes faixas etárias; a memória como fenômeno psicológico: compreensão do lado subjetivo da memória e dos diferentes tipos de memória que conformam o agir do ser humano nas diferentes faixas etárias; a memória como fenômeno social: memória individual e coletiva; fatores que interferem na construção da memória: o espaço, o tempo, as

relações de convivência, os símbolos ou signos, a memória cultural, social e política.

Outros eixos foram agregados ao curso de Memória na Vida Adulta e Senescência: memória e sociedade: representações sociais sobre a memória nas diferentes civilizações do continente latino-americano; memória no Brasil e no Piauí: formas de preservação da memória nesta realidade; a importância da narração na preservação da memória e na reconstituição da história; a experiência de vida e memória: diálogo entre o passado, o presente e o futuro, a partir do resgate de experiências vivenciadas pelas pessoas idosas ao longo de sua trajetória de vida; reconstrução da história de vida a partir da construção e ou reconstituição da árvore genealógica das famílias dos alunos e alunas idosos.

Antes de fazer a proposição dos eixos programáticos, busquei reunir uma literatura básica que me ajudasse a fundamentar os conteúdos a serem ministrados em cada curso. Listei e procurei fazer uma leitura de parte do conteúdo das seguintes obras: Memória e sociedade: lembranças de velhos, de Ecléa Bosi (1994); Velhice de Simone, de Beauvoir (1990); A voz do Passado: história oral, de Paul Tompson (1992); Velhice: aspectos biopsicossociais, de Guite Zimmerman (2000); Metodologias qualitativas na Sociologia, de Teresa Haguete (1995); A teoria da Aprendizagem Significativa, de Marco Antônio Moreira (2006); A teoria construtivista segundo Piaget (2002). Busquei também inspiração no grande educador Paulo Freire com sua proposta da pedagogia crítica, quando menciona que “[...] ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 1996, p. 30).

Aos autores que me forneceram a base inicial para montar os planos de curso das disciplinas, foram, com o passar dos anos, sendo acrescentadas outras obras, como forma de atua-

lização da bibliografia básica para lidar com a educação permanente voltada para as necessidades das pessoas idosas, na perspectiva da ressignificação do envelhecimento e da própria atividade de extensão universitária.

Como procedimentos metodológicos, foram adotados: realização de aulas dialogadas com ênfase no método da aprendizagem significativa; produção e utilização de pequenos textos geradores da discussão em sala de aula; discussão em pequenos grupos; utilização de mensagens de otimismo e de ressignificação da velhice; exibição de vídeos ou filmes acompanhados de debates e discussões; exercícios de estimulação da memória; interpretação de músicas relacionadas com os temas abordados em sala de aula; visitas a lugares significativos da cidade de Teresina; visitas a exposições sobre a história da cidade, do estado do Piauí e da região Nordeste; visitas a museus e casas de cultura, dentro da cidade de Teresina ou em outros municípios do estado; manuseio de fotografias sobre a cidade e sobre a trajetória de vida dos alunos e alunas idosos; e o uso de técnicas de dinâmica de grupo para estimular a participação e o entrosamento dos alunos e monitores em sala de aula.

O desafio da construção de uma abordagem metodológica para trabalhar com as pessoas idosas

Ao iniciar o primeiro semestre de atividades com os alunos e alunas idosos do PTIA, no começo do ano 2000, percebi, ao adentrar a sala de aula, que se tratava de uma turma com níveis diferentes de escolaridade que variavam entre alunos analfabetos, alunos com ensino fundamental completo e incompleto, com ensino médio completo e incompleto, com nível superior completo e alguns com cursos de pós-gradua-

ção. As idades variavam entre 55 e 80 anos, mas no decorrer dos semestres tive a oportunidade de ter alguns alunos na sala com mais de 90 anos. Pensei, então, que precisaria adotar uma metodologia que pudesse contribuir para que todos se sentissem incluídos e pudessem interagir com os conteúdos a serem explorados e que fossem articulados a suas vivências.

Defini, a partir do conteúdo programático proposto, eleger temas geradores que favorecessem o interesse dos alunos, as discussões e o entrosamento em sala de aula. A partir desse caminho metodológico, fui pesquisar alguns autores que trabalhavam a teoria da aprendizagem significativa, a teoria construtivista, como também a pedagogia crítica de Paulo Freire, para buscar respaldo para estabelecer com os alunos uma relação pedagógica baseada em temas e metodologias que fossem significativos e contribuíssem para dialogar com a trajetória de vida dos idosos, contribuindo para ressignificá-la.

Da aprendizagem significativa, recolhemos, segundo Sandra Guimarães, citando Ausubel, 1968, “[...] que a singularidade do aluno é o ponto de partida para a organização do ensino, que vislumbra como ponto de chegada esse mesmo aluno, que deverá ter aprendido significativamente os conhecimentos escolares” (Guimarães, 2010, p. 52). Do construtivismo, aproveitamos a orientação pedagógica que estimula o aluno a participar ativamente do próprio aprendizado, por meio da experimentação, da pesquisa em grupo, do estímulo à dúvida e do desenvolvimento do raciocínio crítico. Da pedagogia crítica de Paulo Freire, recolhemos a forma dialógica de lidar com os saberes dos alunos e em conjunto construir coletivamente novos conhecimentos.

A concepção construtivista, segundo Guimaraes (2010, p. 45), concebe “[...] o conhecimento humano como um processo de construção permanente, portanto não nascendo com ele

e nem sendo adquirido passivamente do meio”. Nesse raciocínio, a autora recorre a Piaget, a quem é atribuída a autoria desta teoria, que, ao explicar o processo de criação do conhecimento, aponta o sujeito e o objeto como elementos essenciais e interdependentes, que se relacionam continuamente no processo de ensino e aprendizagem.

O processo pedagógico adotado nas disciplinas “História de Vida e Memória” e “Memória na Vida Adulta e Senescência” tem propiciado, ao longo dos anos, as condições para a realização da aprendizagem significativa. Essa concepção teórico-metodológica desenvolvida por Ausubel (1968, citado por Moreira, 2006), revela que o processo da aprendizagem ocorre quando uma nova informação ou conteúdo gerado se relaciona de maneira substantiva a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo. Nesse aspecto, Moreira (2006) ressalta que uma das características desse modelo de aprendizagem é a interação que acontece entre os aspectos específicos e relevantes da estrutura cognitiva do indivíduo que aprende e as novas informações que lhes são repassadas. Nesse sentido, com base nesse procedimento pedagógico:

[...] os idosos e idosas que já acumularam experiências de vida são estimulados em sala de aula, a reconstruir esse conhecimento à luz das questões postas pelo momento presente, recolhendo desse debate precisamente aqueles aspectos que lhes são significativos. Desta forma estabelecem uma conexão preciosa entre o passado lembrado, o presente que os instiga e o futuro que se põe como possibilidade de adoção de novas experiências de vida. (Silva, 2011, p. 98).

Ao longo desses anos atuando no PTIA, mais precisamente nas disciplinas de Memória, percebi que a experiência de extensão vivenciada contribuiu para recriar a prática docente do Serviço Social, na perspectiva de uma nova relação peda-

gógica, que incentiva a participação ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e na construção coletiva do conhecimento. Isso tem favorecido o desenvolvimento de sociabilidades, do potencial criativo, do senso crítico, como também o despertar de capacidades, dando oportunidade às pessoas idosas e aos graduandos que atuam como monitores, a possibilidade de recriação da sua própria trajetória de vida.

A descoberta de talentos a partir da valorização e estímulo dos potenciais apresentados pelos alunos idosos

Durante as aulas da disciplina de História de vida e Memória, os alunos e alunas eram estimulados a contar suas histórias de vida e a fazer registros de suas trajetórias, muitas vezes em torno do eixo programático, origem e localização na cidade de Teresina. Estimulávamos os alunos a buscarem recuperar o seu vínculo original com a cidade, se eram filhos da terra ou se aqui chegaram e se estabeleceram. Geralmente, procurava incentivá-los a escrever sobre isso por meio de simples relatos, crônicas, pequenos versos ou poesias.

A resposta dos alunos a este estímulo me surpreendeu, pois muitos deles, ao longo dos anos, fizeram belos relatos, e outros foram mais além, escreveram crônicas e poesias, a exemplo de Terezinha de Jesus Carvalho Fernandes, que elaborou uma linda crônica sobre sua trajetória de vida, e de Maria das Graças Targino, que produziu uma bela crônica sobre a cidade de Teresina (Teresina: doces palavras de amor), e de Raimunda Feitosa de Carvalho, que escreveu um belo trabalho sobre o resgate de sua história de vida. Isso para citar alguns nomes, pois foram muitos trabalhos elaborados. Dentre eles, destacou-se um aluno, que, pelo estilo das suas rimas, revelou-se como um poeta cordelista. Ele permaneceu

durante muitos anos como aluno do PTIA e das disciplinas de memória, já publicou vários livretos de cordel, inclusive sobre a sua vivência no PTIA. Trata-se de Raimundo Nonato de Oliveira, que, hoje, aos 83 anos, já conquistou o reconhecimento da Secretaria Estadual de Cultura como poeta popular da literatura de cordel piauiense.

Na disciplina Memória na Vida Adulta e Senescência, os alunos e alunas são também estimulados a buscar revisitar os vínculos com a sua ancestralidade e são orientados na elaboração ou na reconstituição da sua árvore genealógica, localizando e valorizando as suas raízes. Esse estímulo tem animado muitos alunos a fazer o diálogo com suas origens, a fazer esses registros como forma de preservação da história e memória da família a ser transmitida às novas gerações. Nesse aspecto, fui abordada num determinado semestre pela Antônia Nogueira Sousa e Silva, mais conhecida por Netinha, que demonstrou o desejo de escrever as suas memórias e me perguntou se ela conseguiria fazer isso. Respondi que sim e lhe passei algumas coordenadas. Ela ficou entusiasmada e me disse que após as férias me traria novidades.

Ao retornar no semestre seguinte, Netinha me trouxe rascunhos com o registro da história de sua vida, pediu que eu lesse e orientasse uma melhor organização do texto. Levei os rascunhos para ler e fiquei encantada com os registros feitos e com a forma como ela, com muita simplicidade e leveza, descrevia a sua linda trajetória. Orientei uma melhor forma dela organizar a estrutura do texto, especificando as fases históricas na memória recuperada sobre a sua trajetória de vida. Também orientei que buscasse ilustrar com fotografias. Ela fez isso muito bem. Como desejava publicar as memórias em forma de livro para poder socializar com a família e amigos, orientei, em seguida, que ela buscasse alguém para fazer a edição das memórias, o que se transformou no livro “Retalhos da

minha vida”, publicado e lançado no Salão do Livro Piauiense (SALIPI), realizado no ano de 2017, em Teresina, com direito a apresentação e diálogo literário com a autora. No livro, fui convidada e escrevi a apresentação da obra.

De todos os registros elaborados pelos alunos e alunas idosas, resolvi reunir alguns para compor um livro ou E-book sobre Histórias e Vivências no PTIA, que estou organizando. Nesse livro, os monitores que contribuíram, ao longo dos anos, com as duas disciplinas e que me acompanharam e me apoiaram no desenvolvimento das atividades em sala de aula também foram estimulados a escrever capítulos, narrando a sua experiência de extensão no PTIA e nos Cursos de Memória.

A possibilidade do engajamento dos graduandos e graduandas na atividade de extensão

Quando iniciei minha experiência docente nas atividades de extensão do PTIA, resolvi convidar meus orientandos e orientandas de iniciação científica com temas na área do envelhecimento para participarem das atividades das disciplinas de memória, como mais um espaço de aprendizado sobre a formação profissional no tocante a ações no campo da extensão universitária voltada para as questões que cercam a velhice.

Nessa época, alguns colegas da área de Nutrição e de Ciências Sociais também traziam alunos e estagiários para participarem das disciplinas oferecidas pelo PTIA na sua área de atuação. Comecei a estimular outros graduandos de Serviço Social a fazerem uma experiência de extensão nas disciplinas de memória. Tudo ainda era feito de forma voluntária, como mais uma oportunidade de aproximação da temática do envelhecimento e convivência intergeracional com os idosos. Mesmo de forma voluntária, procurava, junto à coordenação

do PTIA, assegurar certificação a essa participação dos graduandos de Serviço Social e de outras áreas.

A minha experiência no PTIA, nas questões relacionadas ao envelhecimento, estimulou-me a propor ao Departamento de Serviço Social uma disciplina optativa que abordasse as questões que cercam o processo do envelhecimento na sua articulação com as políticas públicas. Elaborei então a ementa da disciplina “Tópicos Especiais II: Envelhecimento e políticas públicas”, com carga horária de 60 horas. Nessa disciplina, procurei abordar temas sobre o processo do envelhecimento no país e no estado do Piauí e conteúdos sobre as políticas públicas formuladas para atendimento das necessidades das pessoas idosas.

Buscávamos trabalhar o processo de ressignificação da velhice como uma etapa natural da existência humana, que se processa de forma heterogênea diante dos determinantes econômicos sociais e culturais que caracterizam a sociedade capitalista. Procurávamos estimular os alunos graduandos de Serviço Social a compreender os desafios que cercam o processo do envelhecimento no país, marcado historicamente por profundas desigualdades sociais. E, ao mesmo tempo, incentivava-os a compreender a condição social da pessoa idosa enquanto sujeito político de direitos.

Um outro aspecto que resolvemos incluir nas discussões da disciplina de Tópicos Especiais foi o aspecto das relações entre gerações, numa perspectiva de cooperação, sociabilidade e aprendizado. Nessa perspectiva intergeracional, resolvi criar uma oportunidade de compartilhamento de saberes e experiências entre os meus alunos idosos e os alunos graduandos. Isso acontecia com a participação dos graduandos em oficinas, que fazíamos com os alunos idosos e por meio da participação de alunos idosos nas aulas da disciplina de Tó-

picos Especiais, para compartilhar com os graduandos suas vivências e experiências.

Este intercâmbio foi muito positivo, então, quando assumi a coordenação do PTIA, na gestão 2010 a 2012, em comum acordo com os professores do PTIA vinculados a UFPI, resolvi abrir inscrições para monitores graduandos de Serviço Social e de outras áreas acadêmicas para atuarem nas diversas disciplinas ofertadas pelo Programa. Os graduandos, de maneira geral, responderam bem ao convite, e passamos a ter monitores para apoiar os professores nos diversos cursos/disciplinas oferecidas pelo Programa a cada semestre, o que se revertia em experiência de extensão para os graduandos com a devida certificação.

Uma outra oportunidade de engajamento dos graduandos de Serviço Social nas atividades do PTIA se deu por meio das equipes dos projetos sociais que integram o Programa, que são coordenados por professores da UFPI vinculados ao PTIA. Na minha experiência no Programa, fui convidada pela professora Edileuza Figueiredo a coordenar por mais de 2 anos o projeto Direito e Cidadania, que aglutinava alguns cursos ministrados, a exemplo dos cursos de memória, de informática, de longevidade e de inclusão digital. A equipe do referido projeto era integrada por professores, graduandos, pós-graduandos e até por profissionais de Serviço Social e da área da educação.

Quando coordenei este projeto, sempre convidei para integrar a equipe os graduandos de Serviço Social, como também os pós-graduandos (meus orientandos), tanto do nível de mestrado quanto de doutorado em Políticas públicas. Os graduandos que, no início, participavam de forma voluntária, com o passar dos anos, foram contemplados com bolsas de extensão. A participação dos profissionais, graduandos e pós-graduan-

dos nas atividades do projeto foi de grande valia, tanto para qualificar as atividades realizadas, quanto para sua formação profissional e para o seu aprofundamento intelectual.

Uma outra experiência importante desse engajamento dos alunos graduandos no PTIA e, mais especificamente, na monitoria nas disciplinas de memória que ministrei, deu-se quando precisei me ausentar para fazer o Estágio de Pós-doutoramento, em outubro/2012 a abril de 2014. Nesse período, fui substituída nas disciplinas de memória por duas ex-monitoras que atuaram comigo nessas disciplinas e que, naquele período, já na condição de profissionais, ministraram com êxito os dois cursos de Memória. Tratam-se das assistentes sociais: Luiza de Marilac e Juciara Linhares Cunha, cuja experiência demonstrou a importância e a riqueza do aprendizado colhido durante a experiência de extensão.

Minha contribuição na parte administrativa como Coordenadora do PTIA: gestão 2010/2012

Após 10 anos de atuação no PTIA como docente, ministrando as disciplinas de memória, recebi da Assistente Social Edileuza Figueiredo, que coordenou o programa por vários períodos, o convite para coordenar o Programa e resolvi aceitar esta demanda, assumindo a coordenação de 2010 a 2012. Quando assumi a coordenação, a sede do PTIA e suas atividades tinham saído do espaço do CCHL no qual foram criadas e passaram a funcionar num espaço cedido pela Pró-Reitoria de Extensão (PREX), localizado por trás do Hospital Universitário na UFPI.

Nesse novo espaço, o PTIA tinha salas de aula específicas e um espaço onde funcionava a coordenação. Como professora, ministrei por alguns semestres as disciplinas de memória naquelas salas e comecei a ouvir as reclamações e apelos

de muitos alunos idosos que diziam que ali naquele espaço se sentiam segregados, distanciados do meio universitário. Aqueles que usavam o transporte público achavam o deslocamento até lá muito isolado, diziam que gostavam mais do movimento de antes no CCHL, pois gostavam de circular entre os graduandos, nas praças de alimentação do referido Centro, onde se sentiam mais integrados.

Resolvi então buscar formas de trazer de volta o PTIA para as dependências do CCHL, falei com alguns professores do Programa sobre esse sentimento dos alunos e alguns corroboraram a ideia de que no espaço da PREX eles ficavam de fato muito isolados e que era melhor retornarmos ao CCHL. Fui então falar com o Diretor do CCHL à época, prof. Pedro Vilarinho, e coloquei a nossa necessidade: precisaríamos de uma sala para o funcionamento da coordenação do Programa e o apoio da diretoria do Centro para que obtivéssemos dos outros departamentos mais salas de aula para o funcionamento das turmas do PTIA no turno da manhã, já que contávamos em princípio apenas com as salas de aula do Departamento de Serviço Social (DSS).

Reforcei também junto ao diretor do CCHL, a importância do PTIA para a universidade, para sociedade e para o próprio Centro de Ciências humanas. Recebi então do diretor a garantia da sessão de uma sala para a coordenação e a sua gestão junto aos departamentos para que tivéssemos as salas e os espaços necessários para acolher as diferentes turmas ofertadas pelo Programa a cada semestre. Com o apoio da direção do CCHL, o PTIA retornou às dependências do Centro no segundo semestre de 2010. Para as aulas de informática básica e avançada, que inicialmente utilizariam o laboratório da pós-graduação, passando depois a funcionar no laboratório do Departamento de Ciências contábeis, mediante parceria firmada pela coordenação do PTIA, posteriormente.

Em relação às aulas de artes plásticas, mais especificamente de pintura em tela, percebi que elas funcionavam nas salas de aula do DSS e, durante as atividades, os alunos tinham que se deslocar até os banheiros para lavarem os pincéis. Conversando com o professor da turma, este mencionou a necessidade de um espaço mais adequado para a realização desta atividade. Fui então fazer uma visita ao Departamento de Artes Visuais do Centro de Ciências da Educação (CCE) e, conversando com o chefe do setor, relatei a importância de firmarmos uma parceria para que os alunos idosos do curso de Pintura em Tela do PTIA pudessem utilizar o laboratório de artes visuais, com seus cavaletes e as pias para melhor desenvolver a aprendizagem. Falei da importância de a UFPI proporcionar, por meio do PTIA, aquela oportunidade de educação permanente para as pessoas idosas, contribuindo para qualificar a sua longevidade. Sugeri também que os alunos de artes visuais fossem estimulados a participar das aulas de pintura em tela, como monitores. Recebi do prof. Chefe do setor, à época, uma resposta favorável, e as turmas de Pintura em Tela, desde então, passaram a funcionar em espaço adequado, nas dependências do Centro de Ciências da Educação.

Outra parceria institucional que já existia e fizemos questão de reforçar foi com a Associação dos Docentes da UFPI (ADUFPI), espaço no qual, gratuitamente, o PTIA, a cada semestre, oferecia turmas de hidroginástica, utilizando também os espaços físicos para realização de festas de confraternização e encerramento de atividades letivas do Programa.

Conclusão

A minha experiência na docência e na gestão do PTIA me fez deparar com os desafios de fazer extensão dentro da universidade pública, sem os recursos necessários, mas, também, apontou caminhos, no sentido de buscarmos reforçar cada vez mais as parcerias institucionais entre as diferentes áreas acadêmicas e administrativas dentro e fora da UFPI, para concretizar a extensão na área do envelhecimento, como um importante serviço educacional prestado à sociedade piauiense.

Elegemos como perspectiva contribuir para ressignificar e qualificar a longevidade como importante conquista da humanidade. Durante essa experiência, tive a oportunidade de compartilhar saberes, aprofundar conhecimentos e ressignificar o envelhecimento e as relações entre gerações, numa perspectiva de reconhecimento de direitos e de cidadania.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Sandra Lopes. **Construtivismo e aprendizagem**. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.

HAGUETE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOREIRA, Marco Antônio. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Projeto de criação do Programa Terceira Idade em Ação- PTIA**. UFPI: Teresina, 1998.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. O Programa Terceira Idade em Ação como experiência de extensão e prática docente. **Revista Interação**: ressignificando a extensão. Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Piauí, v.1, n.1, jan./dez.2011. Teresina: EDUFPI, 2011, p.95-104.

TOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZIMERMAN, Guite. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Envelhecimento e ação extensionista emergencial: convivências e sociabilidades em tempos de pandemia da COVID-19

Iolanda Carvalho Fontenele

Isabel dos Santos Oliveira

Luécia Laine Muniz de Sousa

Thamires Paes Landim da Costa

Introdução

A pandemia da COVID-19 (doença do novo coronavírus) trouxe muitos e graves problemas, diversos desafios e elevados impactos sanitários, econômicos, sociais e políticos. A crise sanitária atingiu a todos e, de modo especial, às pessoas idosas. Nesse sentido, o Projeto de Extensão PTIA na Comunidade pretendeu contribuir no contexto pandêmico, por meio das Ações Extensionistas Emergenciais voltadas para pessoas idosas, objetivando contribuir com o enfrentamento

da pandemia da COVID-19, mais especificamente as consequências do isolamento físico.

As Ações Extensionistas estiveram fundamentadas nas diretrizes gerais da extensão universitária, de acordo com a Política Nacional de Extensão, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), documento de 2012, que traz as seguintes diretrizes: interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, impacto social na formação do estudante e na transformação social (FORPROEX, 2012). Objetiva-se colaborar na formação profissional de discentes, estabelecer diálogo com a sociedade, mais especificamente a parceria Universidade e Políticas Públicas e, nesse enfrentamento da crise provocada pelo coronavírus, no tocante à garantia de direitos, a promoção e defesa dos valores democráticos e da justiça (UFPI, 2014), considerando de modo particular a pessoa idosa.

As Ações ainda tiveram como fundamento o ordenamento jurídico brasileiro no tocante à Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social) no Brasil, mais especificamente a Constituição Federal (2023), o Estatuto (2003) e a Política Nacional voltada para as pessoas idosas (1994), ordenamento este que coloca a pessoa idosa como sujeito de direitos, direitos fundamentais que devem ser garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, com vistas a garantir proteção integral e prioridade absoluta no âmbito das políticas públicas.

O Projeto de Extensão PTIA na Comunidade foi parte do Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas (PTIA), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ambos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC/UFPI) e vinculados ao Departamento de Serviço Social (DSS) da UFPI.

O PTIA traz em sua proposta de extensão universitária a questão da discussão e do acesso a direitos, o exercício da cidadania, o combate ao preconceito e ao estigma, entendendo o envelhecimento e a velhice como um processo e uma experiência humana marcados por diferenças e heterogeneidades que se expressam a partir de conteúdos e condições diversas, ou seja, por questões estruturais, conjunturais e regionais e ainda pelas condições subjetivas, as trajetórias dos indivíduos e das famílias.

Considerando a pandemia da COVID-19 e a medida de isolamento físico, as atividades do PTIA tiveram que ser repensadas e em função dessa exigência surgiram as Ações Extensionistas Emergenciais, vinculadas especificamente ao projeto PTIA na Comunidade, que teve vigência no período entre abril/2020 a maio/2022.

Essas Ações constituíram duas modalidades: Telefonema Acolhedor realizada em parceria com Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), da Prefeitura Municipal de Teresina-PI; e a Ação Convivências, voltada para Instituições de Longa Permanência (ILP's) que acolhem pessoas idosas em Teresina, bem como aquelas atendidas em meio aberto através dos Serviços de Convivência e das Universidades como é o caso do PTIA-UFPI.

Este trabalho aborda especialmente a Ação Convivências, cuja finalidade é o favorecimento da troca de experiências no contexto de pandemia da COVID-19, contribuindo de um lado para o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares tendo em vista as medidas de isolamento físico e, de outro, colaborar no processo de formação profissional de acadêmicos/as do Curso de Serviço Social/DSS/UFPI e outras Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse sentido, o

objetivo deste trabalho é relatar as experiências da referida Ação Extensionista, destacando sua metodologia, resultados e desafios, bem como discutir a problemática da velhice, do envelhecimento e os desafios na garantia de direitos no cenário da pandemia da COVID-19.

A questão do envelhecimento, a crise da COVID-19 e a extensão universitária

A pandemia da COVID-19 trouxe para o Estado, a sociedade, as organizações, as famílias e indivíduos grandes desafios postos pela crise sanitária, com impactos econômicos bem piores que de uma guerra mundial, com consequências sociais e políticas. A doença adquiriu proporções muito graves pela comorbidade acentuada da COVID-19, a rápida propagação do vírus, as dificuldades da ciência no estudo dos efeitos, tratamentos e causas do novo coronavírus, logo, o desafio em estabelecer um tratamento efetivo e eficaz, a imprevisibilidade da doença, a falta ou mesmo baixa testagem, o cansaço e adoecimento dos profissionais de saúde, os problemas do isolamento físico, pelas condições de pobreza e de desigualdades da população brasileira, pelas questões das políticas públicas, especialmente no campo da saúde, considerando a alta demanda, simultânea e exponencial, por atendimento urgente e na maior parte dos casos em unidades de terapia intensiva, uma atenção para a qual o Sistema Único de Saúde não estava suficientemente preparado, além das problemáticas relativas à prevenção, especialmente a questão das vacinas (Silva, *et al*, 2021; Gouvêa, 2020) e os problemas na gestão da pandemia, a relação entre o governo federal e as unidades subnacionais.

Antunes afirma que “[...] a letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em

isolamento, não terão recursos mínimos para sobreviver” (Antunes, 2020, p. 184). Esse é o drama dos segmentos da população em condição de pobreza, de trabalho precarizado, de desemprego, subemprego, que repercute na vida das famílias e das pessoas idosas.

Essa crise atingiu de modo especial as pessoas idosas, em função das questões da pobreza, bem como o fato de figurarem no grupo de risco, considerando as complicações da síndrome respiratória. Mas além do medo, da insegurança em relação à doença em si, também o problema do isolamento físico que trouxe consequências sérias para as pessoas idosas, tendo em vista problemas como sofrimento psíquico, violência (Minayo, 2005; 2006), problemas esses que muitas das pessoas idosas no Brasil enfrentam corriqueiramente e que foram agravados no período pandêmico, inclusive com registro de maior número de mortes no segmento idoso (Nogueira, *et al*, 2023).

Nesse sentido, o público-alvo da Ação Extensionista Emergencial Convivências são pessoas idosas: primeiro, aquelas assistidas por Instituições de Longa Permanência (ILP), no serviço de acolhimento institucional, em geral, pessoas que não tem condições de serem cuidadas por si mesmas ou pela família, ou seja, idosos/as “[...]com 60 anos ou mais, independentes e/ou com diversos graus de dependência [...]” (Brasil, 2014, p. 45). Diante da situação de institucionalização dessas pessoas o Serviço de Acolhimento Institucional deve “[...] favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local [...]” (Brasil, 2014, p. 44).

Em segundo lugar, foram abordadas as pessoas idosas atendidas pelo PTIA/UFPI, CRAS/SEMCASPI/PMT, e pela Pastoral do Povo de Rua. Nesse bloco estão as Instituições

que fazem atendimento em meio aberto, incluindo serviços da Política de Assistência Social, da Educação, do setor público e organizações da sociedade (dito terceiro setor). Aqui estão os/as idosos/as, em sua maioria com idade entre 60 a 69 anos, um grupo onde há menos pessoas dependentes físico e mentalmente. Ao contrário, muitas delas são ativas, frequentam escola, universidades, centros de convivência e ainda trabalham ou mesmo moram nas ruas, enfrentando as mais diversas formas de negação de direitos humanos.

Portanto, há que se pensar na problemática do envelhecimento que é entendida aqui a partir de alguns referenciais analíticos. Primeiro, que o mesmo é recortado por condições individuais do ser humano, sua subjetividade, mas determinado pelas condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, destaca-se o fato de que o processo de envelhecimento constitui um fenômeno biopsicossocial, multidimensional, complexo e heterogêneo (Teixeira, 2020). Para Minayo (2006, p.48-49), “as categorias mais estruturantes da forma de envelhecer são a classe social, o gênero, a atividade social (emprego, trabalho) e a sociabilidade familiar, comunitária ou até religiosa”, além da questão da pobreza e das desigualdades, da raça/etnia.

Segundo, que o processo do envelhecimento e a velhice são permeados de muitas problemáticas, como os mitos e estigmas (Minayo, 2006), a negação de direitos, a precarização dos serviços, a questão da violência e tantas outras expressões da questão social que atingem esse segmento. Por tudo isso, o processo de envelhecimento constitui um desafio para os indivíduos, as famílias, a sociedade e o Estado. Nesses termos, requer conhecimento, mudanças de postura, de atitudes, de conceitos, ou melhor, de preconceitos, mas fundamentalmente de compromisso político, no sentido de garantir à pessoa idosa a segurança e a justiça social.

O terceiro aspecto a ser destacado, é de que as demandas e as necessidades das pessoas idosas são diversas e, nesse sentido, os programas e políticas voltados para esse segmento da população precisam estar fundamentados na exigência da cidadania, de reconhecer sua dignidade, o respeito aos seus direitos e à sua condição de pessoa idosa, com seus limites e potencialidades (Neri, 2007; Campos, 2014), numa perspectiva de uma atenção integral, articulada e intersetorial por parte do poder público.

As consequências dessas perspectivas analíticas para a Ação Extensionista estão relacionadas às exigências de que, para se entender o envelhecimento e a velhice, faz-se necessário romper com a visão de homogeneização que nega a história e as desigualdades, “como se o envelhecimento biológico e demográfico fosse uma condição unificadora” (Teixeira, 2017, p.199), desconsiderando as diferenças de classe, de acesso a bens e serviços, à riqueza e ao exercício do poder.

Implicam também na necessidade de se entender que as condições do envelhecimento e da velhice não dependem somente da vontade individual ou grupal dos indivíduos, ou da sua condição de homem natural, dos aspectos físicos e biológicos, mas dos determinantes sociais. Nesse sentido, não se pode afirmar, por exemplo, que a COVID-19 colocou a todos em um mesmo barco, mas talvez no mesmo oceano, uma vez que todos foram vitimados pelos medos, os riscos, as incertezas, num grau menor ou maior, no entanto, em situações distintas no tocante à proteção em relação à doença, tendo em vista as desiguais e heterogêneas condições sociais, econômicas e políticas. Faz-se necessário destacar aqui, considerando o contexto da crise sanitária provocada pela COVID-19, o fato de que, por exemplo, os segmentos sociais em situação de pobreza estavam mais vulneráveis ao coronavírus, tendo apresentado uma tendência linear de maior proporção na população que

tinha contato com o vírus (UFPEL, 2020), depois, segundo Pires (2020), tiveram menores condições de se beneficiarem das medidas¹ de enfrentamento, tendo em vista as condições precárias de trabalho, renda, habitação e alimentação.

Assim, os grupos vulnerabilizados enfrentaram “os maiores riscos (sanitários, econômicos e sociais) diante da pandemia”, considerando os limites e a precariedade no acesso aos serviços de saúde, aos benefícios assistenciais de renda (como o auxílio emergencial), aos benefícios eventuais da assistência social, a questão das condições de vida em geral, além das dificuldades no tocante à medida de isolamento físico (Pires, 2020, p. 10; IPEA, 2022; Boschetti; Behring, 2021). Dentre os grupos vulnerabilizados, e tendo em vista a medida do isolamento físico, Pires destaca as mulheres, quando nem sempre a residência e “o convívio intenso com a família representam situações de segurança (...)” para as mesmas (Pires, 2020, p. 9). Além das mulheres, as pessoas idosas, que frequentemente enfrentam no seu cotidiano situações de solidão, isolamento, sofrimento psíquico e violência, que ganharam dimensões bem maiores neste contexto de crise provocada pela pandemia da COVID-19, conforme mencionado antes (Pires, 2020; Nogueira, *et al*, 2023).

Segundo Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, o isolamento pode acontecer mesmo quando a pessoa idosa convive num ambiente doméstico ou familiar rodeada de pessoas, mas não “é percebida, não é ouvida e sua vontade não consta no contexto das relações. Ou seja, a soli-

1 Algumas medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 foram adotadas em diversos países do mundo e no Brasil, tais como: 1) a recomendação das autoridades sanitárias em relação ao isolamento e distanciamento físico; 2) ampliação da oferta e da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; 3) apoio econômico-financeiro a cidadãos, famílias e empresas (Pires, 2020).

dão não é apenas um fato físico, é, principalmente, uma situação emocional e psicológica” (Brasil, 2013, p.60).

Essa realidade configura também uma situação de negligência, de abandono (Brasil, 2013, p.60), além das tantas outras formas de violências e de abusos a que as pessoas idosas estão submetidas, seja na família ou fora dela. A solidão, além de constituir uma situação emocional e psicológica, é também uma problemática com expressões e consequências sociais.

Essas situações de violência acabam favorecendo a segregação, o sofrimento psíquico nas pessoas idosas (Brasil, 2013), um outro desafio muito presente na vida das mesmas. O isolamento e a solidão, em qualquer tempo, podem constituir um fator de risco, de vulnerabilidade. No entanto, durante a pandemia da COVID-19, a gravidade foi bem maior, uma vez que, além das dificuldades que frequentemente podiam enfrentar na família, no contexto doméstico, ainda estiveram impedidas, durante a pandemia, de frequentarem serviços em meio aberto nas diversas políticas públicas que dispensam atenção para esse público. Segundo Minayo, o abandono, a solidão, o isolamento causam mais sofrimento e dor do que a doença ou a dependência (Minayo, 2006).

Desse modo, as políticas sociais de um modo geral, e mais especificamente as Universidades, enfrentaram novos desafios no desenvolvimento de suas ações, na prestação de atendimento a esses segmentos da população, nesse cenário de pandemia da COVID-19. Especialmente às pessoas idosas, considerando sua condição de pobreza e de vulnerabilidade, coloca-se a urgência de se garantir direitos para essa população, o que reforça a a necessidade das Ações Extensionistas estarem fazendo articulação com as Políticas Públicas, mais ainda no contexto pandêmico. Diante desses desafios, o Projeto PTIA na Comunidade-UFPI apresentou proposta no

intuito de promover o acolhimento, a sociabilidade/convivência e o acesso a serviços, junto às pessoas idosas atendidas por Instituições Públicas e Organizações da Sociedade (Fontenele, 2020).

Diante das problemáticas que cercam o envelhecimento, destaca-se algumas expressões da questão social relativas à longevidade que são importantes para a ação extensionista: a afirmação de direitos, a proteção social frente a negação dos mesmos na história da sociedade e do Estado brasileiro, o combate aos preconceitos e aos estigmas sobre a velhice. Em relação aos direitos, são muitos os desafios no sentido de garantir a ampliação dos mesmos numa perspectiva pública, universalista e democrática “no contexto atual, de políticas sociais sob os moldes neoliberais” (Ferreira; Teixeira, 2014, p.171), que desafia também as lutas por efetivação, pela defesa e manutenção de direitos nesse cenário de desmontes e ressições. Além do receituário neoliberal, a questão da negação dos direitos está relacionada também aos acúmulos de dívidas históricas que tiveram origem no clientelismo, no favor e no apadrinhamento, assim, faz-se necessário romper com essa cultura política na esfera do poder público e da sociedade. Para tanto é extremamente importante trazer essa temática para a formação profissional, para as ações extensionistas e todos os sujeitos envolvidos nas mesmas, especialmente as pessoas em situações de desigualdades e pobreza.

Essa cultura política do clientelismo, que se reveste de autoritarismo, também nega e desqualifica sistematicamente a participação da sociedade organizada na coisa pública. Segundo Freire, a dificuldade do exercício da democracia e da participação, são reflexos diretos de uma escolarização ou uma educação “voltada para a socialização do indivíduo, não para sua politização, para ser útil, antes que justo, para se comportar socialmente, mas não para agir politicamente” (Freire,

2021, p. 2). Considerando essa realidade, a proposta do projeto é não só discutir sobre direitos, socializar informações, mas articular o conhecimento com a ação política. O agir politicamente entendido aqui não só enquanto movimento de rua, organização e engajamento em movimento social, sindicato ou partido público, que é importante e extremamente necessário, mas inclusive a formação de uma consciência ou a concepção de um projeto de sociedade desejado e a tomada de posição a favor do mesmo, a exemplo da luta por garantias de direitos, pela justiça nos diversos espaços do cotidiano, seja na família, na sociedade e no Estado. Um agir que se constitui na coragem do enfrentamento, como diz Freire: “o compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro” (Freire, 1994, p.19).

No tocante aos estigmas e preconceitos, a velhice está frequentemente associada à doença, incapacidade, inatividade, depois questões como o “sofrimento, aumento da dependência física, declínio funcional, isolamento social, depressão e improdutividade, entre outros fatores que não representam significados positivos (Ferreira, *et al*, 2012, p. 514). Nesse sentido, Simone de Beauvoir destaca a maneira como os estigmas da velhice são enraizados na cultura e na sociedade, afetando a maneira como os idosos são percebidos e tratados (Beauvoir, 1990). Dentre tantos estigmas que afetam a vida, a saúde mental e a autonomia das pessoas idosas, estão a invisibilidade social, na qual a sociedade, muitas vezes, trata as mesmas como se fossem invisíveis, desvalorizando suas contribuições em função de estereótipos e preconceitos, que se revestem de violência e tentativa de negação da dignidade desse segmento. Assim, a velhice se torna algo negativo e, por isso, as pessoas idosas podem sofrer, e frequentemente sofrem, segregações

e violências das mais diversas formas. Em função disso, é de suma importância o combate a esses preconceitos através da construção de sociabilidades mais justas e tolerantes.

Dá a importância da intergeracionalidade na Ação Extensionista Convivências, enquanto um importante instrumento, tendo em vista, dentre outros ganhos, principalmente o combate dos preconceitos contra o envelhecimento e a velhice. As pessoas idosas carregam uma memória cultural, experiências, sabedorias, histórias de lutas, sendo, portanto, sujeitos que muito tem a ensinar para as outras gerações, inclusive sobre a questão do envelhecimento (Poltronieri, *et al*, 2015). Os/as jovens que trabalham com pessoas idosas na extensão universitária frequentemente falam que passam a rever seus conceitos sobre essa problemática a partir do contato com o público.

Os jovens também são portadores de histórias, de lutas, de conhecimentos, de habilidades com as tecnologias, com a linguagem digital. Apesar de todos os problemas que assolam as juventudes, as desigualdades, as violências e tantos outros, mesmo assim, é próprio dos jovens os sonhos, o desejo por desafios, por afirmação e conquistas. Portanto, a relação intergeracional constitui um aprendizado mútuo, uma troca de conhecimentos, afetos, habilidades e experiências que beneficia a todos (Poltronieri, *et al*, 2015).

No tocante à metodologia, a ação extensionista volta-se para o desenvolvimento de atividades socioeducativas (Miotto, 2004), a partir da utilização de metodologias ativas, que objetivam promover uma aprendizagem baseada na interação, em trocas, pautadas na ética, na estética, na alegria e na esperança (Freire, 1996), que abarcam a racionalidade, os sentidos, as vivências e as relações, priorizando o envolvimento e a participação das pessoas idosas, tornando-as protagonistas. Portanto, essa metodologia esteve baseada, de um lado, na

valorização e na necessidade da participação ativa da pessoa idosa, seu acolhimento, bem como no desenvolvimento de atividades que tiveram um caráter lúdico, priorizando a expressão artística e cultural das pessoas; e, de outro, na informação e conhecimento sobre seus direitos, nas possibilidades de ação política e na questão da intergeracionalidade e da interdisciplinaridade. Todos esses momentos apresentaram caráter poético, musical, alegre e coloquial, priorizando a arte, a cultura e a brincadeira.

As metodologias ativas pressupõem a superação da ideia de que a razão e a ciência seriam o critério da felicidade e do bem-estar, segundo as falsas promessas da modernidade, e conseqüentemente constituiriam um conhecimento superior, o que acabou por fundamentar, de um lado, a suposta superioridade da ciência e, por outro, a desqualificação e negação de todas as outras formas de produzir conhecimento na sociedade. Nesse sentido, o princípio básico com o qual se trabalhou e se trabalha é que não há educação “superior”, nem saber inferior, mas formas diferentes de conhecimento que devam ser valorizadas igualmente. Nesse sentido, é fundamental as trocas entre os sujeitos e seus saberes, entre a academia, os profissionais e os usuários das políticas públicas. Ou seja, os extensionistas (docentes e discentes) não objetivam difundir e nem aplicar seus conhecimentos, mas estabelecer diálogos e aprofundar as aprendizagens, a partir da participação de todos/as, das experiências e das vivências.

A dimensão socioeducativa presente nas atividades contempla a escuta, o diálogo, a socialização de informações baseada no compromisso da garantia do direito à informação como requisito fundamental no exercício da cidadania e, depois, está relacionada ao processo reflexivo, que está voltado para a busca de respostas para as necessidades, imediatas ou não, dos sujeitos participantes, dos usuários (Miotto, 2010;

Martinelli, 2006), para a leitura do mundo (Freire, 1989), a formação da consciência crítica (Mioto, 2010) e, finalmente, para a articulação entre reflexão, conhecimento e ação política (Freire, 2021), seja de forma individual ou coletiva.

Dentro dessa proposta, as atividades realizadas nas ILP's abrangeram o Abrigo São Lucas e a Vila do Ancião. Como afirmado anteriormente, também foram contempladas Instituições como os CRAS (SEMCASPI/PMT), o PTIA/UFPI, Casa de Acolhimento da Pastoral do Povo de Rua. Foram executadas 2 (duas) palestras e 17 (dezesete) oficinas, dentre elas: 13 (treze) foram de forma remota e 4 (quatro) presenciais. Destaca-se ainda as atividades relativas aos contatos institucionais, planejamento, avaliação, monitoramento e produção de material educativo.

A equipe da Ação Extensionista era composta de docentes do DSS-UFPI, trinta e dois discentes do Curso de Serviço Social-UFPI e um aluno do ensino médio, da Unidade Escolar Maria Modestina Bezerra (Teresina), 10 (dez) profissionais (de diversas áreas, incluindo o Serviço Social), além do pessoal técnico-administrativo e a direção das Instituições. O planejamento das atividades, bem como sua avaliação e monitoramento, ocorreram em reuniões quinzenais da equipe, sob a coordenação de docentes e profissionais de referência, sempre levando em consideração o ponto de vista e as demandas dos usuários.

Sobre as contribuições da Ação, pode-se identificar algumas, tais como: foram momentos, nos quais, por um lado, discutiu-se sobre direitos, a problemática do Estado brasileiro, a necessidade da luta e da ação política; e, por outro, fez-se a experiência da diversão, de descontração, entretenimento, de trocas intergeracionais (entre jovens/adultos/pessoas idosas), de resgate de histórias e memórias da cultura nordesti-

na, das histórias de vidas pessoais, bem como de expressão artística e vivência do lúdico. Esses encontros também favoreceram o fortalecimento de vínculos, possibilidades de novas relações, a amenização das consequências do isolamento físico, a superação de barreiras tecnológicas, o favorecimento da inclusão digital e a colaboração no processo de formação profissional de discentes.

No que diz respeito às relações intergeracionais, percebe-se que estas constituíram um diferencial nas atividades. Os/as acadêmicos/as apresentavam conteúdos, reflexões, gostos e tendências, por outro lado, as pessoas idosas traziam ensinamentos sobre suas experiências e percursos de vida, as suas expressões artísticas, os seus saberes. Dessa forma, foi um momento muito rico e fecundo de aprendizado para ambas as gerações, representando uma vasta troca de saberes e afetos e principalmente a mudança efetiva da visão sobre o envelhecimento e a velhice (segundo depoimentos dos/as discentes).

De modo excepcional e extraordinário, considerando a necessidade do isolamento físico como estratégia de contenção da COVID-19, optou-se pelos encontros remotos, através do uso de tecnologias digitais. Segundo Vasconcelos e Weck (2020), a estratégia de reuniões on-line possibilitou a interação e além disso também constituíram uma “estratégia clara de elaboração dos fatores estressantes gerados pelo isolamento/distanciamento físico [...]” (Vasconcelos; Weck, 2020, p. 2). Como as pessoas idosas, muitas vezes, vivem em situação de isolamento em relação à família, no contexto pandêmico essa situação se agravou, não somente em função do distanciamento da família, mas inclusive por conta da falta de contato com a comunidade. Nesse sentido, a presença da UFPI foi e é muito importante nesses espaços, como extensão universitária, mais ainda em tempos de COVID-19, visto que é uma oportunidade de ampliar a rede de relações das pessoas

idosas, de promover a experiência de novos encontros, a fim de amenizar as consequências do isolamento.

É importante que se diga que a exclusão digital (de algumas Instituições, profissionais, discentes e usuários dos serviços) constituiu uma barreira no desenvolvimento dos trabalhos. Dificuldades, como o manejo com a tecnologia como, por exemplo, acessar a plataforma, instalar equipamentos/aparelhos e aplicativos, ligar e desligar o microfone, ou mesmo a falta de acesso à internet, a indisponibilidade de aparelhos tecnológicos (computadores, smartphones), todas essas questões expressam o quadro de pobreza e de desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Mas, apesar dessas dificuldades, a participação ativa (qualitativa) das pessoas idosas nas reuniões remotas atingiu as expectativas. As atividades remotas, através de tecnologias digitais, permitiram a sociabilidade, a convivência, as trocas, as aprendizagens, mesmo que deficitárias, entre discentes/docentes, profissionais, pessoas idosas, jovens e adultos. Fato é que só a possibilidade de ter acesso à tecnologia e poder se relacionar e interagir com outras pessoas foi algo muito significativo no contexto pandêmico. Depois, a inclusão digital constituiu e permanece uma questão de cidadania e a pessoa idosa tem direito, pode e deve ter acesso à mesma. Ou seja, as pessoas idosas e os cidadãos em geral são capazes e podem aprender e realizar novas experiências, além de ser um fator no exercício da cidadania – a inclusão digital (Goldman, 2007). É importante destacar ainda que essas experiências foram de suma importância para a formação profissional de discentes em Serviço Social, principalmente no que concerne à experiência com atividades de Extensão Universitária, bem como no tocante ao manuseio das plataformas digitais, o diálogo e vivência com as Instituições e seu público-alvo.

Conclusão

A pandemia da COVID-19 teve implicações maiores para a população idosa, dentre outros segmentos, no que diz respeito à sua saúde e ao bem-estar físico e mental. Desse modo, manter ativa as trocas sociais, a rede de relações familiares e comunitárias, mantendo contato, mesmo que de forma remota, com amigos, colegas e com os grupos sociais, constituiu uma estratégia no sentido amenizar as consequências negativas trazidas pela pandemia, pelo isolamento físico, contribuindo assim para o fortalecimento de vínculos e para o estreitamento dos laços grupais e comunitários (Vasconcelos; Weck, 2020). Os encontros, presenciais e remotos, propiciaram momentos de descontração, animação, trocas de experiências, convivência grupal e intergeracional, reflexões, debates, atenuando e prevenindo o isolamento, o sofrimento psíquico, as mais diversas formas de violência e garantindo a informação, o conhecimento e o acesso a direitos.

Destacam-se dois grandes desafios postos para as políticas e os profissionais que trabalham com as pessoas idosas: os estigmas e a negação de direitos (Minayo; Coimbra Júnior, 2002). Sobre a problemática da negação de direitos, é importante que se diga que esse traço do Estado brasileiro e das políticas públicas é histórico e perpassa os diversos segmentos dos/as trabalhadores/as, especialmente aqueles/as em condição de pobreza e vulnerabilidade social (Fontenele, 2016). Nessa direção, é extremamente importante nos espaços institucionais, nas políticas públicas e nas práticas profissionais a dimensão da defesa dos direitos e do acesso a serviços, bem como o combate dos preconceitos e das diversas formas de segregação e violência. Além dos preceitos das políticas públicas brasileiras, é importante mencionar o Projeto Ético-Político do Serviço Social que traz como princípios fundamentais: a

liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, dentre outros (Brasil, 1993).

Diante do exposto, constata-se a relevância da Extensão Universitária em articulação com as Políticas Públicas no contexto da pandemia, uma vez que foi e continua sendo essencial a defesa da vida, dos direitos, proteção social e da cidadania universal, visando a inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Referências

ANTUNES, R. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, A.; FILHO, H.M. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Ilustração de Carlos Giambarresi. 1ª ed. Bauru: Canal 6, 2020. (Projeto Editorial Práxis). Disponível em: <https://tinyurl.com/yxj5r-k8z>. Acesso em: 15 set. 2020.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

BOSCHETTI, I; BEHRING, E.R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. N.140, p.66-83, jan./abr.2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4h897bk4>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos

Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/5hma6w4u>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/3j95fvv6>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842**, de 4 janeiro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://tinyurl.com/5df6zrcb>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto do Idoso, lei nº. 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/29w6wrec>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/53y98cer>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CAMPOS, A. C. V. **Direitos do idoso: os novos desafios das políticas públicas**. Ijuí: Unijui, v. 2, 2014.

FERREIRA, O.G.L; MACIEL, S.C; COSTA, S.M.G.; SILVA, A.O; MOREIRA, M.A.S.P. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto e Contexto Enfermagem**. Florianópolis, SC: UFSC/Programa de Pós-

-Graduação em Enfermagem, v.21, n.3, pág. 513-518, jul-set 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/35vneba4>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FERREIRA, A.P; TEIXEIRA, S.M. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**. Vitória: UFES/Programa de Pós-Graduação em Política Social, v.6, n.1, p.160-173, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/yckhdy7b>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FONTENELE, I.C. A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil no contexto das políticas sociais. In: TEIXEIRA, S.M (Org.) **Política de Assistência Social** e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016.

FONTENELE, I. C. Ações Extensionistas Emergenciais de enfrentamento da Covid-19, voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de assistência social: percursos analíticos operacionais. In: BRAGA, I.A; FRANÇA, R.M.S de; COSTA, T.C.M. **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID-19**. Teresina: EDUFPI/Cancioneiro, 2020.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/tszkw7z8>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática Educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Coleção educação e comunicação vol. 1.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989. Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4.

FREIRE, R. *Ética e Política Contemporâneas*. Cuiabá: UFMT EM REDE/SETEC, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5cxke7m9>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GOLDMAN, S. N. Velhice e exclusão digital: uma “nova questão social”? In: **Anais...** III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2007. CD-ROOM.

GOUVÊA, M.M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. *et al.* (Orgs.). **Em tempos de pandemia**, propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8tfzc3>. Acesso em: 15 jun. 2020.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília (DF): IPEA/DISOC, n.29, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hfksuw8>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MARTINELLI, M.L. **Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Serviço Social, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/yw942evm> Acesso em: 22 dez. 2023.

MINAYO, M.C de S. Visão antropológica do envelhecimento humano. In: SESC. **Velhices: reflexões contemporâneas**. São Paulo: Sesc/PUC-SP, 2006.

MINAYO, M.C de S. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2ª edição, 2005.

MINAYO, M.C. de S.; COIMBRA JÚNIOR, C.E.A. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MIOTO, R.C.T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Textos & Contextos**. Porto Alegre:

PUC-RS, Ano III, n.3, dez. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrytn5uz>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MIOTO, R.C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/9z6wxr5m>. Acesso em: 15 set. 2020.

NERI, A. L. (org.) **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Editora Alínea, 2007 (Coleção Velhice e Sociedade).

NOGUEIRA, I.R.R; FERREIRA, S.R.A; MENEZES, K.M.G. Desafios da intergeracionalidade em tempos de pandemia: conflitos, cooperação e (re)construção de sociabilidades. **Revista PerCursos**. Florianópolis: UDESC, v.2, e0110, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/tx93zhrj>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PIRES, R.R.C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Nota Técnica, nº 33. Repositório do Conhecimento do IPEA. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4z438sey>. Acesso em: 15 jul. 2020.

POLTRONIERI, C. de F. *et al.* Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. **Revista Kairos Gerontologia**. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, v.18, n. 4, p.289-309, out./dez. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc85a8y4>. Acesso dia: 25 jun. 2023.

SILVA, S.L.M. da; PETIT, M. F da M. U; LIMA, V.F. P; SCHRAMM, L.C; GRANDE, M.A. da S. **Os desafios do Sistema Único de Saúde em tempos de pandemia do COVID-19**: uma reflexão à luz da gestão pública de saúde

do Maranhão. Anais de X Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís:UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4eed2m9x>. Acesso em: 27 nov. 2023.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 137, p. 135-154, 2020.

TEIXEIRA, S. M. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, J. S. *et al.* (org.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: Editora da UNESP, 2017.

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas. **EPICOV19 – BR**: Divulga novos resultados sobre o coronavírus no Brasil. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/rvtmtmuh>. Acesso em: 15 jul. 2020.

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. **Resolução nº 035, de 13 de março de 2014**. Teresina: Universidade Federal do Piauí/Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uv3n7ey>. Acesso em: 15 abr. 2020.

VASCONCELOS, E.M.; WECK, M. **Desafios e recomendações para a realização de atividades de ajuda mútua on-line no campo da Saúde Mental**. Rio de Janeiro: Projeto Transversões/ESS-UFRJ, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ht7assbx>. Acesso em: 19 set. 2020.

**História, Memória e Formação
em Serviço Social**

História e Memória do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí: contribuições da extensão¹

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Introdução

O Serviço Social brasileiro, sobretudo após o seu processo de renovação, desenvolveu um amplo esforço teórico de reconstrução analítica da história da profissão à luz da perspectiva da totalidade, a partir da dialética crítica de Marx. Entretanto, a literatura produzida, no geral, ainda se volta para a realidade do Sul e Sudeste, com escassas produções teóricas sobre a historiografia do Serviço Social nas distintas regiões do país, com ênfase aqui no Nordeste e, especificamente, no Piauí.

1 O artigo apresenta reflexões que são parte do projeto de pesquisa “Memória e História do Serviço Social no Piauí”, financiado pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que se articula ao Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI.

Os registros de atuação dos(as) primeiros(as) assistentes sociais no Estado datam dos finais da década de 1940, sendo apenas em 1976 que surge o primeiro curso de Serviço Social em solo piauiense, na capital, Teresina, na Universidade Federal do Piauí, criada poucos anos antes. Desde então, passaram-se quase cinco décadas e o referido curso permanece como o primeiro e único no Estado a ofertar formação em Serviço Social em uma instituição de ensino superior pública, laica e gratuita.

A constatação da relevância do referido curso para a formação de profissionais piauienses capazes de atuar no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social e nas desigualdades de classe, raça, etnia e gênero, aliada a escassez de estudos acerca da sua trajetória, motivaram a criação do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, que objetiva promover o resgate da memória e o conhecimento da história do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, a partir de ações voltadas a preservação e socialização do patrimônio documental.

A inserção em diferentes espaços no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmico-administrativa e organização política da categoria, despertou inquietações acerca da compreensão das particularidades do desenvolvimento sócio-histórico da profissão na realidade do Piauí. A experiência como ministrante das disciplinas de Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social também possibilitou compreender as parcas informações sobre o tema na realidade local e regional, estimulando o desenvolvimento de iniciativas que ampliassem esse debate.

Nessa direção, com artigo pretende colaborar com as reflexões acerca da memória e da história do Serviço Social no Piauí, com ênfase no curso da UFPI, que comemorará o seu

cinquentenário em 2026. Para tal, organiza-se em dois tópicos: o primeiro debate sobre as concepções de memória e história e suas contribuições para pensar o Serviço Social no Brasil e no Piauí; e, em um segundo momento, apresenta-se relato de experiência do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”.

Memória, História e Serviço Social

No Brasil, os conceitos de memória e história, no Serviço Social, pautados em uma concepção dialético-crítica, adquirem mais relevância após a intenção de ruptura, na qual a categoria busca reconstruir a sua trajetória e reafirmar os compromissos políticos assumidos nesse processo.

As concepções de memória e história são compreendidas aqui de formas distintas, embora articuladas, na medida em que “história e memória nascem de uma mesma preocupação e partilham o mesmo objeto: a elaboração do passado” (Travesso, 2012, p.21). Assim, “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (Le Goff, 1990, p.49). Nessa direção, corrobora-se com Netto (2016), que entende a memória como parte constitutiva da história, incidindo sobre ela, entretanto, esta não é elaborada a partir de parâmetros lógicos e racionais. Logo, a memória é compreendida como uma construção ideal que recupera vivências, não necessariamente filtradas ou analisadas.

A memória é, portanto, um espaço fundamental para apropriação do passado, com rico potencial para o conhecimento da história e para a construção do presente e do futuro. Por isso, Löwy (2005, p.109) acredita que “não há luta pelo futuro sem memória do passado”. Logo, memória e história

se entrelaçam na busca da compreensão do passado a partir de análises do tempo presente, sendo fundamental para a projeção do futuro.

A memória contribui também para a construção do processo identitário, pois, conforme Benjamin (2012), é através do conhecimento do passado que os indivíduos e os grupos podem afirmar o seu lugar no mundo e definem suas vontades no presente e seus projetos futuros.

Embora a história se alimente da memória, a relação entre elas deve ser de crítica, na medida em que a memória, a lembrança, a recordação, o relato, não podem se constituir em história. Nessa direção, Netto (2016) defende que, para se alcançar a história, é necessário a reconstrução analítica, o que demanda um amplo e rigoroso processo teórico e metodológico, que pode se utilizar da memória para que, através da pesquisa, se possa alcançar o seu conhecimento verdadeiro, próprio da ciência histórica. Logo:

[...] entre memória e reconstrução analítica de processos históricos há relações de dupla via: a primeira, ademais de incidir nos processos históricos, pode rebater – desde que tratada criticamente – na reconstrução analítica; e essa, por seu turno, uma vez exposta de modo adequado e tornada pública, pode refratar-se nas (re)elaborações da memória. Vale dizer: se a memória pode subsidiar a reconstrução histórica, esta pode fomentar um redimensionamento da memória. Contudo, mesmo na sua interação, elas – memória e história – não se identificam na sua gênese e, menos ainda, no seu desenvolvimento (Netto, 2016, p.54).

Para o autor, o conhecimento histórico produzido é sempre parcial e varia conforme os quadros teórico-metodológicos de referência, os recursos documentos utilizados, as técnicas empregadas para a análise, assim como a qualificação do(a) pesquisador(a), a sua bagagem cultural etc, “uma

vez que a pesquisa histórica é também interpretação” (Netto, 2016, p.53). Isto, pois, o próprio pesquisador(a) está inscrito em um contexto social, político, econômico, cultural, possuindo suas próprias recordações, memória e marcadores sociais, o que exige dele um distanciamento crítico na reconstrução analítica da história (Traverso, 2012).

Essa concepção parte do método materialista histórico dialético crítico, no qual a história não é vista apenas como passado, de forma linear, mas como movimento e processo dinâmico, produto das relações estabelecidas entre os homens, constituindo-se como “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008, p.258). Portanto, a história baliza o pensar no tempo presente, sendo permeada por contradições, contribuindo para lançar luzes para compreender o passado e modificar o futuro:

Se escrever história significa fazer história do presente, é grande livro de história aquele que, no presente, ajuda as forças em desenvolvimento a se tornarem mais conscientes de si mesmas e, portanto, mais concretamente ativas e operosas (Gramsci, 2002, p.37).

Essa perspectiva reitera que a memória e a história são ferramentas importantes para o processo de conscientização social em relação a realidade, tendo como horizonte a transformação social futura.

Para o Serviço Social esse debate é fundamental, na medida em que se entende que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na realidade, como parte do movimento da história. Em outras palavras: “[...] a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento” (Iamamoto, 2014, p.621-622). Ou seja, o Serviço Social é

compreendido como produto e expressão das condições sociais historicamente determinadas:

É, pois, na trama de relações sociais concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento (Yazbek, 2009, p.133).

Essa análise ultrapassa a visão endógena e focalista do Serviço Social, prisioneiro dos seus “muros internos”, como defende Iamamoto (2015). Sob essa visão, o quadro sócio-histórico não se reduz a um “pano de fundo” para que se possa, depois, discutir a profissão, pois o Serviço Social não atua sobre a realidade, mas na realidade. Logo, é necessário decifrar a profissão em articulação com as múltiplas dimensões da dinâmica da vida social, no movimento das classes sociais e atravessada pelas transformações no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil.

A história social vista como componente determinante da elucidação da trajetória do Serviço Social, em suas expressões práticas e teóricas (não se restringindo a leitura da história como história do Serviço Social). Busca-se, pois, construir uma abordagem do Serviço Social na óptica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instancias de poder e com as representações culturais – científicas e ético-políticas –, que influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo (Iamamoto, 2015, p.191).

Essa concepção ganha força com o movimento de reconceitualização e a intenção de ruptura, que privilegia uma análise do desenvolvimento do Serviço Social como especialização do trabalho na sociedade, no âmbito das relações entre as classes

e o Estado no enfrentamento da questão social, nos marcos do capitalismo monopolista. São essas condições históricas que colocam a profissão como possível e necessária. E é também a dinâmica histórica que abre possibilidades para o Serviço Social romper com o conservadorismo de suas origens e construir o um Projeto Ético-Político que tem como princípios a liberdade, a defesa da democracia, da cidadania e da justiça social. Nessa ótica, “a história é a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções” (Iamamoto, 2015, p.203).

Assim, a profissão é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, mas também é produto dos sujeitos que a constroem e vivenciam coletivamente, em condições sociais dadas. É, portanto, fundamental a preservação da memória e a reconstrução histórica do Serviço Social para que se possam conhecer suas raízes e sua identidade, assim como desvendar as particularidades sócio-históricas das distintas regiões, para que se possa responder aos desafios dos novos tempos:

Pensar a profissão é também evocar história, memórias, trajetórias, protagonismos, relíquias, pelejas, legados, valores, referenciais, lutas e histórias de sujeitos que construíram e constroem o Serviço Social. Uma profissão cuja história foi e é tecida por muitas mãos. Muitos sujeitos e diferentes gerações de distintas regiões do Brasil, norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, apostaram no Serviço Social como profissão, disputaram e compartilharam ações, ideologias, conhecimentos, práticas e projetos coletivos e, sobretudo, se preocuparam – em diferentes temporalidades - com a dimensão social e com a qualidade de vida da população da sociedade brasileira (Silva, 2016, p.27).

Apropriar-se das trajetórias e caminhos percorridos pela profissão ao longo da história é fundamental para compreender o seu amadurecimento e compromissos assumidos pelos

sujeitos e grupos para, assim, traçar estratégias de enfrentamento dos desafios e dilemas postos na contemporaneidade, tendo como horizonte o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional.

Segundo Netto (2016), há um foco maior em registros e ações voltados a preservação da memória do Serviço Social no Brasil, entretanto, os estudos de reconstrução histórica, embora crescentes a partir da década de 1990, ainda são escassos os que se propõe a realizar uma visão abrangente, inclusiva e macroscópica da profissão. Por isso, o autor aponta a urgência de novas histórias do Serviço Social, ampliando, estendendo e revisando o que já se tem produzido até o momento, enquanto demanda teórico-acadêmica e político-profissional.

A preservação dessa memória e o aperfeiçoamento dessa reconstrução histórica representam tarefas incontornáveis para as tendências profissionais engajadas na consolidação e fortalecimento dos laços do Serviço Social com os movimentos e lutas das classes exploradas, no atual estágio de ofensiva ultraliberal, obscurantista e imperialista na realidade brasileira. Assim, nenhum investimento de reconstrução histórica pode se permitir ficar circunscrito a pretensões estritamente memorialísticas, à simples satisfação da curiosidade sobre um passado pretensamente perdido no tempo (Silveira Junior, 2022, p.12).

Associado ao desafio de estudos de reconstrução histórica do Serviço Social no país, está a necessidade de compreensão das particularidades da profissão nas diferentes regiões em uma perspectiva de totalidade, em que se constata uma lacuna na literatura da categoria. Há uma desigualdade regional nas pesquisas e publicações que tratam sobre a profissão no Norte e Nordeste, o que pode ser resultado da tardia implantação das escolas de Serviço Social e dos Programas de Pós-Gradua-

ção em grande parte dos Estados que compõem estas regiões, em comparação com o Sul e Sudeste.

Especificamente sobre o Piauí, é escassa a literatura sobre a história e a memória da profissão e da formação. No geral, são estudos focalizados em instituições e/ou políticas sociais específicas, tendo sido identificadas poucas pesquisas que se propõem a realizar uma reconstrução histórica abrangente do Serviço Social no Estado, nas palavras de Netto (2016). Dentre as publicações localizadas, destacam-se os estudos realizados por Setubal (1983), Guimarães (1995; 2003), Luz (1999), Ferreira, Silva e Guimarães (2021a; 2021b). Essas produções são importantes, precisando ser conhecidas e utilizadas como fonte de estudos para estimular outras investigações, a partir da identificação de suas lacunas e dos elementos que precisam ser aprofundados.

Acerca da memória da profissão no Piauí, também existem poucas ações voltadas ao seu resgate, preservação e socialização. Os esforços identificados foram especialmente motivados pela comemoração dos 30 anos e 40 anos do curso de Serviço Social da UFPI, em 2006 e 2016, respectivamente, quando um grupo de docentes realizou uma série de atividades alusivas as datas.

O Conselho Regional de Serviço Social do Piauí também promoveu um evento em celebração aos 30 anos da regional no Estado, em 2023, que contou com a participação dos(as) ex-presidentes. Apesar da sua importância, foram ações pontuais, que não tiveram continuidade e nem ficaram registradas em áudios, vídeos ou documentos escritos. Essa realidade motivou a criação do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, em 2022, que será apresentado a seguir.

O Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí

A preservação da memória aparece como preocupação do Estado na Constituição Federal de 1988, que estabelece o dever de proteção a documentos, obras e outros bens de valor histórico, artísticos e cultural. A Lei nº 8.159/1991, que dispõe da política nacional de arquivos públicos e privados, reforça que “[...] é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Brasil, 1991).

Nessa ótica, compreende-se que os documentos são importantes registros históricos e guardam a memória de sujeitos, grupos, instituições e sociedade, dotados de significados sócio-políticos, revelando elementos importantes da história. Sobre isso, para May (2004), os documentos “falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presente”.

No dicionário, o documento é definido como título, diploma ou objeto que serve de prova, confirmação ou testemunho (Ferreira, 2009). Já no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o documento é compreendido como unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. E o arquivo é entendido como o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família (Brasil, 2005).

Assim, os tipos de documentação são diversos, podendo ser registros escritos, fotográficos, bibliográficos, digitais, audiovisuais, objetos iconográficos, cartográficos, etc. Ademais,

a elaboração dos documentos pode ser realizada por instituições públicas, para fins de informação oficial, como leis, decretos, portarias e relatórios, assim como por entidades privadas e também pessoal, de caráter particular, como é o caso de diários, relatos, manuscritos, fotografias, dentre outros.

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, criado em 1976, permanece a quase cinco décadas ofertando uma formação presencial, gratuita, laica e de qualidade. Até 2022, foi responsável pela formação de mais de 1366 bacharéis em Serviço Social (UFPI, 2023) e permanece como a primeira e única Instituição de Ensino Superior pública a ofertar este curso no Estado. Isso evidencia a importância do desenvolvimento de ações voltadas a compreensão da sua trajetória e preservação da memória.

Ao longo do tempo, o curso produziu uma série de documentos, registros e pesquisas, que guardam parte da memória e revelam fragmentos da história da formação, da instituição, da profissão, das políticas públicas e da sociedade piauiense em geral.

Todavia, os documentos físicos, localizados em diversos arquivos, armários e gavetas, estão dispersos na Coordenação de Curso, no Departamento de Serviço Social, em gabinetes e em acervos pessoais de docentes ativas e aposentadas, sofreram deterioração ao longo dos anos. Os documentos em formato eletrônico e digital, disponíveis em *CD-ROM*, disquetes e “*PDF*” também estão espalhados, se perderam e/ou sofreram danos que dificultam ou mesmo impossibilitam o acesso as suas informações. Há também arquivos que foram descartados pela ausência de espaço físico para guarda na instituição. Dessa forma, o registro dessa memória vem se perdendo ao longo dos anos e inexistente uma política institucional de pre-

servação desse acervo, que é fonte fundamental para pesquisas históricas não apenas sobre o Serviço Social.

Nos últimos anos, o Departamento de Serviço Social da UFPI vivencia uma renovação do seu quadro, com a aposentadoria de parte significativa das suas docentes e a reposição de vagas por novas professoras, mediante concurso público. Esse cenário reforça a necessidade do resgate e da preservação da memória do curso, para que as novas gerações de professores, estudantes e assistentes sociais do Piauí sejam conhecedores de sua história.

A partir dessas inquietações, foi criado o Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” tem por objetivo geral promover o resgate da memória e o conhecimento da história do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, a partir de ações voltadas a preservação e socialização do patrimônio documental.

Para tal, apresenta como objetivos específicos: desenvolver ações voltadas a preservação do patrimônio documental e histórico do curso de Serviço Social da UFPI; localizar, digitalizar e organizar as fontes de informações, documentos e arquivos históricos do curso de Serviço Social da UFPI, no período de 1976 a 2021; socializar o acervo histórico e documental sobre a trajetória curso de Serviço Social na UFPI, a partir da criação e alimentação de página na internet, contribuindo com o acesso público a esses documentos; promover debates, eventos científicos e publicações sobre a trajetória histórica do curso de Serviço Social da UFPI; difundir conhecimentos e fomentar pesquisas sobre a história do Serviço Social no Piauí; contribuir para que as novas gerações de docentes, discentes e assistentes sociais possam conhecer a história do Curso de Serviço Social da UFPI; e criar espaços de integração entre ensino, pesquisa e extensão, envolvendo

docentes, discentes da graduação e pós-graduação, assistentes sociais e comunidade em geral.

O referido Programa de Extensão foi criado no ano de 2022 por docentes do Departamento de Serviço Social e conta, em sua equipe, com professoras ativas e aposentadas do curso, estudantes da graduação e da pós-graduação, técnicos administrativos da UFPI e assistentes sociais do Piauí, desenvolvendo uma série de projetos, eventos, ações e produções científicas, que articulam ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, realiza suas atividades através de dois projetos de extensão: “História e Memória da formação no Curso de Serviço Social da UFPI”, que visa desenvolver ações voltadas a preservação do patrimônio documental e histórico do Serviço Social no Piauí, com ênfase na trajetória da formação da UFPI; e “História e Memória da pesquisa no curso de serviço social na UFPI”, que visa desenvolver ações voltadas a preservação do patrimônio documental e histórico do Serviço Social no Piauí, com ênfase nas pesquisas e produção científica de docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFPI. Espera-se que, com o tempo, outros projetos venham a somar e fortalecer o Programa.

Para operacionalização das suas ações, as equipes de trabalho atuam na: 1) identificação e catalogação do acervo; 2) digitalização e socialização de documentos; 3) organização de acervo bibliográfico; 4) realização e transcrição de entrevistas; 5) promoção de eventos; 6) realização de pesquisas e produção científica.

Dentre os eventos de extensão desenvolvidos até o momento, destaca-se a Oficina de formação sobre História e Memória do Serviço Social, realizada em 2022, que teve por objetivo qualificar e instrumentalizar estudantes, pesquisadores e profissionais para o desenvolvimento de ações de

preservação da memória e da história do Serviço Social. Para tal, organizou-se em quatro encontros: 1) História do curso de Serviço Social da UFPI; 2) Memória e História; 3) A prática da pesquisa com arquivos documentais e históricos; 4) História e Memória do Serviço Social no Nordeste: as experiências da Universidade Federal do Maranhão e Universidade Federal do Pernambuco. O trecho abaixo apresenta as contribuições do evento, a partir do relato da experiência de discentes da equipe:

As oficinas foram abertas para os integrantes do Programa e outros interessados e tinham como objetivo qualificar a equipe para o trabalho com documentos históricos. Os momentos vivenciados nas oficinas foram de extrema relevância ao possibilitarem: ampliar o olhar dos discentes sobre a importância da preservação da memória e da história; a visualização das experiências de outras universidades e a forma como realizaram o trabalho de catalogação e sistematização dos documentos; e a ampliação de horizontes para as próximas ações do Programa no Piauí (Sousa; Silva; Geraldo; Costa, 2023, p.215).

Outro importante evento de extensão realizado foi a Jornada Científica de Serviço Social, que é realizado desde 2007 pelo curso de Serviço Social da UFPI e teve sua décima edição promovida pela equipe do Programa “Memória do Serviço Social”, com a participação de discentes e docentes do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, em parceria com o CRESS Piauí e com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI.

A X Jornada Científica teve como tema “Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí”, de modo a contribuir com o debate sobre as particularidades sócio-históricas, econômicas e políticas regionais que atravessam as políticas

públicas e a sociedade e impactam o exercício e a formação profissional. O objetivo do evento, que ocorreu no período de 08 a 10 de maio de 2023, foi divulgar trabalhos de pesquisa, produção bibliográfica, estudo teórico e experiências de docentes, discentes e de profissionais do Serviço Social, oportunizando a troca de saberes e difusão de conhecimentos produzidos na academia para além de seus espaços institucionais (Pereira, 2023).

A programação foi marcada por mesas redondas, apresentações de trabalhos na modalidade de comunicação oral, minicursos e lançamentos de livros, recebendo cerca de 200 participantes do Piauí e de outros Estados do Nordeste, superando o planejado inicial. Além disso, foram apresentados 49 trabalhos científicos, nos seguintes eixos temáticos: I - Trabalho, questão social e serviço social; II- Política social e serviço social; III- Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; IV- Movimentos sociais e Serviço Social; V- Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social; VI- Ética, direitos humanos e Serviço Social; VII- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/ Etnia, Geração e Sexualidades. Em relação ao perfil dos(as) autores(as) dos trabalhos, modalidades e temas:

Sobre os(as) autores(as) principais dos trabalhos, 59% são discentes do curso de Serviço Social da UFPI, 15% assistentes sociais, 10% estudantes da pós-graduação da UFPI e os demais são discentes de graduação e pós-graduação de outras instituições de ensino. Acerca da modalidade de trabalhos, 40% são resultados de estudos teóricos, 35% relatos de experiência de estágio supervisionado ou experiência de trabalho profissional, 23% resultado de pesquisa (iniciação científica, mestrado ou doutorado) e 5% resultado de extensão. A maioria dos trabalhos aprovados (38%) foram do eixo III – Serviço Social, fundamentos, formação e trabalhos profissionais; seguido do eixo VIII – Serviço Social e

relações de opressão / exploração de gênero, raça / etnia, geração e sexualidade (26%); e o eixo II – Política Social e Serviço Social teve cerca de 15% do total de trabalhos aprovados (Pereira, 2020, p.9)

Os trabalhos aprovados pelo Comitê Científico foram publicados em Anais eletrônicos, disponíveis no site *sesopiaui.com.br*, em aba exclusiva para a Jornada de Serviço Social, de modo a contribuir com registro da memória e socialização dos conhecimentos científicos produzidos no evento.

O Programa de Extensão “Memória do Serviço Social” também vem desenvolvendo ações de catalogação e organização do acervo histórico e documental do curso de Serviço Social da UFPI. Esse processo tem ocorrido através da classificação dos arquivos por eixos, tais como: currículos, projetos pedagógicos e documentos relativos a revisões curriculares; planos de disciplinas; monografias, dissertações, teses e relatórios de pesquisas; documentos relativos ao Estágio Supervisionado; documentos da Pós-Graduação; registros sobre organização da categoria e o movimento estudantil; dados sobre programas, projetos, cursos e eventos de extensão; dados acadêmicos sobre discentes; documentos administrativos, tais como atas e memorandos; fotografias, vídeos, dentre outros. Concomitante a catalogação dos documentos em planilhas no *excel*, ocorre também a sua organização no espaço físico institucional:

Nesse processo, foi organizado as gavetas por tipos de documentos, uma vez que existiam documentos que estavam em gavetas diferentes e tratavam do mesmo conteúdo, assim, a planilha foi nutrida com a documentação nas em suas gavetas já organizada por: documentação de alunos, programas de disciplina, currículos, material administrativo, entre outros documentos (Carneiro; Pedreiros; Ribeiro; Pereira; 2023, p.21).

Até o momento foram catalogados cerca de 400 arquivos, em planilhas no *excel* salvas em um *drive online*, onde consta o detalhamento das informações de cada documento, assim como a sua localização física. Todavia, ainda há um longo processo pela frente, considerando a grande quantidade de documentos existentes na UFPI. Além disso, buscam-se outros documentos no acervo pessoal de docentes ativos, aposentados e egressos do curso, que tragam informações importantes sobre a história do curso e da profissão, para permanente atualização do acervo.

Sobre as dificuldades desse processo, o trecho a seguir apresenta um relato a partir do olhar dos(as) discentes extensionistas:

Nas primeiras experiências vivenciadas dentro do Programa na etapa inicial, foi possível identificar, a princípio, que os materiais eram volumosos e diversificados, o que dificultou a agilidade em torno da organização, da separação e identificação do conteúdo dos documentos. Isso aconteceu, sobretudo, pela falta de experiência com o trabalho de catalogação e a ausência de orientação de profissionais que trabalhem com a catalogação e organização de documentos (Sousa; Silva; Geraldo; Costa, 2023, p.216).

Dessa forma, é necessário avançar na qualificação e capacitação da equipe no que se refere ao trabalho de preservação, catalogação e organização de acervos, tanto físicos quanto digitais. Para tal, tem-se buscado articulação com outros cursos, profissionais e instituições. Entretanto, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade ainda são metas a serem alcançadas, a partir da inserção de discentes e docentes de outras áreas e formações na equipe. A inexistência de cursos de biblioteconomia e arquivologia no Piauí são um desafio para esse processo, associado aos poucos profissionais existentes dessa área na UFPI, o que sinaliza que as ações de conserva-

ção do acervo histórico e a preservação da memória não são prioridades na instituição.

Se a preservação do acervo de arquivos físicos se constitui um desafio, ao se tratar de documentos em formato digital, a tarefa também não é fácil. No curso de Serviço Social da UFPI, os documentos físicos – tais como monografias, relatórios de pesquisa e de estágio, atas de reuniões, programas de disciplinas, memorandos, etc. – vem sendo gradualmente substituído por arquivos digitais, que podem ser acessados apenas através de tecnologias digitais de informação. Essa tendência foi ampliada com o advento da pandemia da Covid-19, que impôs a necessidade do trabalho remoto e acelerou as mudanças na esfera digital.

Aos poucos, os arquivos deixam de ser espaços de guarda física de documentos, tais como pastas, armários e gavetas, tornando-se ambientes puramente digitais, que se utilizam de computadores, plataformas *online*, *e-mails*, *drives*, nuvens, mídias digitais, etc. Esse novo modelo tem facilidades de armazenamento do acervo, pois não demanda espaço físico, não sofre degradação e nem é afetado por catástrofes naturais. Nele, grandes quantidades de documentos, imagens, vídeos e áudios podem ser guardados com um “clique” em espaços eletrônicos. Destaca-se também os benefícios da ampla disseminação de informações a partir dos meios digitais e da internet.

Compreendendo isso, um dos objetivos do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social” é a digitalização e socialização de documentos, a partir da criação do site: *sesopiaui.com.br*. Pretende-se, com tal ação, preservar conteúdos de valor histórico, em formato digital, possibilitando o acesso daquela informação a longo prazo e com mais facilidade, através da *internet*. Entretanto, é necessário conhecer os desafios e as

estratégias para a preservação, armazenamento e acesso dos acervos digitais no decorrer do tempo:

Os desafios que o mundo contemporâneo nos propõem são os de proteger e preservar documentos diante da rápida obsolescência da tecnologia digital, da incapacidade dos atuais sistemas eletrônicos de informação em assegurar a preservação de longo prazo, da fragilidade do armazenamento digital, dos custos da preservação digital, da complexidade desse processo e da multiplicidade de profissionais necessários (Bernardes, 2018, p.198)

No curso de Serviço Social da UFPI, ao longo dos anos, diversos documentos foram armazenados em formatos eletrônicos que posteriormente caíram em desuso, fazendo com que o seu conteúdo ficasse inacessível ou se perdesse, como é o caso de informações guardadas em disquetes, fitas cassetes e CD-ROM. Há também arquivos armazenados em computadores e *e-mails*, cujo acesso se perdeu, assim como os conteúdos e memórias ali guardadas.

Na contemporaneidade, o desafio é gerenciar, organizar e preservar esse acervo documental que é produzido e armazenado apenas em formato digital. É o caso, por exemplo, dos documentos relativos ao Estágio Supervisionado em Serviço Social, como relatórios, projetos de intervenção e análises institucionais, que trazem informações valiosas acerca do processo formativo, do exercício profissional, das políticas públicas e das expressões da questão social em Teresina e no Piauí no decorrer do tempo. Na sala do Departamento de Serviço Social e do PET é possível localizar diversos arquivos físicos referentes ao Estágio no período de 1980 até meados de 2010. Todavia, na última década passa a haver um movimento inverso: esses documentos passam a ser produzidos cada vez mais em formato digital, o que facilita o seu acesso e a disseminação do seu conteúdo; entretanto, não são guardados e

preservados na instituição, podendo apenas ser parcialmente encontrados dispersos no acervo pessoal de docentes e egressos do curso. Dessa forma, não há gerenciamento institucional sobre eles, correndo-se o risco de perder as informações de importante valor histórico e social ali contidas.

Situação similar acontece com as monografias produzidas no curso de Serviço Social nos anos mais recentes, que tem abolido a versão impressa e sido entregue apenas em *CD-ROM* ou em formato digital em “*PDF*” por *e-mail*. Mesmo com a obrigatoriedade do depósito no Departamento de Serviço Social e na biblioteca da UFPI, há casos de perda de alguns desses trabalhos, pois ainda não existe um repositório institucional digital para o seu armazenamento.

Esses acontecimentos reiteram a necessidade de se avançar em uma cultura de preservação do acervo histórico e da memória documental no Departamento de Serviço Social e da Universidade Federal do Piauí, a qual o Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” pretende contribuir.

Outra ação desenvolvida pelo referido Programa é criação de uma biblioteca, que poderá ser utilizada como fonte de consulta, estudo e pesquisa por discentes da graduação e pós-graduação da UFPI, que conta com acervo bibliográfico vasto, de livros, periódicos e outras produções raras e também atuais do Serviço Social e áreas afins – muitas não disponíveis na biblioteca da UFPI. Até o momento, foram recebidos e catalogados cerca de 500 livros, doados por docentes ativos e aposentados do Departamento de Serviço Social e pelo CRESS Piauí. Todavia, ainda persiste a dificuldade de espaço físico, pois o acervo bibliográfico está localizado em uma sala pequena, cedida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Dentre as ações planejadas estão ainda a realização de entrevistas e eventos com sujeitos que foram importantes para a trajetória do curso de Serviço Social da UFPI, privilegiando a história oral. Sobre isso, conforme Bosi (2003, p.16-17), “quando se trata de histórica recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época”.

Nessa direção, foi realizado um evento de extensão com a presença da professora Aglair Setúbal, pioneira do curso de Serviço Social da UFPI, que relatou sua experiência no processo de surgimento do curso, contando com a ampla participação de estudantes de Serviço Social, assistentes sociais e docentes ativas e aposentadas. O depoimento foi gravado e posteriormente postado no *youtube*, com autorização da professora, de modo a dar ampla visibilidade as informações e passando a constar como parte do acervo audiovisual sobre a memória do Serviço Social no Piauí. Outras entrevistas e eventos estão previstos para serem realizados até 2026, data comemorativa do cinquentenário do curso, com docentes ativos e aposentados, egressos, técnico-administrativos, gestores e assistentes sociais, que somarão ao acervo.

Tem-se ainda como objetivo do Programa a difusão de conhecimentos e o fomento a produção de pesquisas sobre a história do Serviço Social no Piauí. Assim, reitera-se as suas contribuições para o fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O mesmo se vincula a pesquisa “História e Memória do Serviço Social no Piauí”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com objetivo de reconstruir a história da profissão e da formação profissional, especificamente na UFPI, tendo como foco as diversas dimensões: currículos, estágio supervisionado, extensão, monografias, pós-graduação, organização político-profissional, movimento estudantil,

perfil docente e discente etc. Esse é um projeto “guarda-chuva”, a partir do qual são desenvolvidas outras pesquisas, que contam com a participação de discentes de graduação na condição de bolsistas e voluntários de iniciação científica, além de estudantes do PPGPP. Destaca-se, portanto, o incentivo em fomentar a articulação entre graduação e pós-graduação.

Os resultados das ações de extensão e pesquisa têm sido sistematizados e socializados em trabalhos apresentados em eventos científicos, tais como: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP UFMA; X Jornada Científica de Serviço Social - UFPI; 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade - UNIFSA; e XIII Seminário de Extensão e Cultura - SEMEX UFPI. Além disso, estão previstas produções de livros, e-books e artigos para publicação em periódicos científicos.

Como avanços, cabe apontar que recentemente o referido Programa foi contemplado com duas bolsas no Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX UFPI, edital nº 09/2023, regulamentado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 70/2018, fundamental para garantir a participação dos(as) estudantes nas atividades extensionistas. Além disso, conta com discentes que participam como bolsistas e voluntários de iniciação científica, desenvolvendo pesquisas articuladas com a reconstrução da histórica do Serviço Social no Piauí.

Assim, com pouco mais de um ano de existência, o Programa de Extensão “Memória do Serviço Social” tem contribuído para a recuperação, preservação e socialização da memória da profissão e da formação no Estado, assim como da UFPI, colaborando com o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, com a articulação entre graduação e pós-graduação e com o fomento de estudos e pesquisas sobre a história do Serviço Social na região.

Apesar disso, enfrenta muitos desafios, que perpassam o papel secundário dado a extensão no ensino superior, a dificuldade de financiamento, a ausência de espaço físico e equipamentos adequados para desenvolvimento das ações, dentre outras. Ademais, verifica-se que a preservação da memória e da história ainda não são vistas como prioridades para a instituição, o que coloca enormes dificuldades para a continuidade do Programa.

Conclusão

A preservação da memória é fundamental para o processo identitário, pois possibilita o reencontro com as raízes e com tradições herdadas do passado, podendo se constituir como fonte rica para reconstrução da história, possibilitando desvelar os desafios do tempo presente e iluminar a construção de projetos futuros.

No âmbito do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, as ações que visam a preservação da memória e a reconstrução histórica do curso e da profissão são imprescindíveis, considerando que este foi o primeiro e permanece como o único a ofertar formação de assistentes sociais em uma instituição pública no Estado. Diante desse contexto, o Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” foi criado, tendo contribuído com ações de fomento a preservação do acervo histórico e documental do curso de Serviço Social da UFPI e de reconstrução e socialização da sua memória. Compreende-se que experiências de reconstrução históricas locais e regionais são fundamentais para alimentar a compreensão dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social no Brasil e para o enfrentamento dos desafios vivenciadas pela profissão na contemporaneidade.

Apesar disso, o Programa ainda carece de investimento público, apoio institucional, estrutura física e maior envolvimento do coletivo docente. Essas questões são reflexos de uma realidade mais ampla de precarização das universidades públicas, de desfinanciamento da educação superior e de sobrecarga dos(as) professores(as), que desafia o desenvolvimento de ações extensionistas, somado ainda a ausência de uma política institucional de preservação da memória e dos acervos documentais e históricos.

Mesmo em meio a estes desafios, o Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” tem conseguido cumprir seus objetivos, sobretudo pelo esforço de um grupo aguerrido de docentes, discentes, técnicos-administrativos e assistentes sociais, que assumem esse compromisso e reconhecem a sua importância. Espera-se que esse esforço de catalogar e organizar o acervo histórico e documental e desenvolver ações de preservação e socialização da memória da profissão e da formação no Estado, possa ser traduzido em estudos e pesquisas que contribuam para a reconstrução histórica do Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí, das políticas públicas e da sociedade piauiense em geral.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Os desafios da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. **Revista do Arquivo**. São Paulo, Ano II, nº 6, p. 190-207, abril de 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, 1991.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CARNEIRO, Gleyson Willian Silva; PEDREIRA, Isadora Ravenna de Brito; RIBEIRO, Vitória Conceição de Lima; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. “Memória do serviço social no Piauí”: relato de experiência do programa de extensão. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). **Anais: X Jornada Científica de Serviço Social: Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí**. Teresina: Editora Lestu, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yt8u2mtn> Acesso em: 23 nov. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009.

FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Serviço Social no Piauí. In: SILVEIRA JUNIOR, Adilson A. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021a, p.67-80.

FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: contexto histórico e singularidades. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (Orgs.) **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Cortez Editora, 2021b, p.216-230.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: o risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Trad. Luiz Sergio Rodrigues com a colaboração de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Perfil do assistente social de Teresina**: mercado de trabalho e práticas profissionais. Teresina, UFPI, 2003.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica**: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/nu38jv3p> Acesso em: 20 jul. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUZ, Lila Cristina Xavier. **De onde vêm e para onde vão os assistentes sociais**: elementos configurativos do mercado profissional em Teresina nos anos 90. Dissertação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Trad. Florestan Fernandes. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NETTO, José Paulo. Para uma nova história do Serviço Social no Brasil. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.) **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p.49-76.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (Org.) **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p.125-42.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. História e memória do Serviço Social: pesquisa de trajetórias profissionais por meio da metodologia de História Oral. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.) **A história oral na pesquisa em serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019, p.121-146.

PEREIRA, Sofia Laurentino B. Apresentação. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). **Anais**: X Jornada Científica de Serviço Social: Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí. Teresina: Editora Lestu, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yt8u2mtn> Acesso em: 23 nov. 2023.

SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, Ano IV, n.12, p.109-139, ago.1983.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Apresentação. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.) **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, p.25-48, 2016.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste** (1940 – 1980). Curitiba: CRV, 2022.

SOUSA, Luna Luiza Lopes De; SILVA Maria Clara Lima E; GERALDO, Pamela Da Silva; MOURA, Teresa Cristina Moura. Relato de experiência: vivências no programa história e memória do serviço social no piauí. **Anais: X Jornada Científica de Serviço Social: Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí**. Teresina: Editora Lestu, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yt8u2mtn> Acesso em: 23 nov. 2023.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. 2ed. Lisboa: Unipop, 2012.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI nº 70/18**, regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Extensão -PIBEX da Universidade Federal do Piauí.

UFPI. **Lista geral de egressos**. Disponível em: <https://tinyurl.com/5c8p55ke> Acesso em: 23 nov. 2023.

SINESPP: memória histórica, envolvimento graduação e pós- graduação, vivências práticas

Maria D'Alva Macedo Ferreira

Maria do Rosário de Fátima e Silva

Simone de Jesus Guimarães

Introdução

O Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP) é um evento de natureza acadêmica e científica do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O presente artigo pretende apresentar à comunidade científica em geral, a referida experiência como importante legado desse Programa de Pós-graduação e dessa Instituição de Ensino Superior (IES), já que se constitui no primeiro grande evento organizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), por essa pós-graduação e pelos Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais da mesma instituição.

O SINESPP é um evento que envolve a graduação e a pós-graduação. Todos os cursos dessa IES e/ou de outras instituições universitárias, do Brasil e/ou do exterior, podem

participar do referido evento. Para tanto, os graduandos e pós-graduandos, em seus objetos de estudo e pesquisa, foram estimulados a demonstrar interesse com as temáticas abordadas nos diferentes SINESPPs havidos na trajetória de realização do evento.

Até o ano de 2023, foram realizados 05 SINESPPs¹. Antes de adquirir a configuração de evento nacional e, posteriormente, internacional, o SINESPP ainda não tinha as características que marcaram as edições que se conhece atualmente. Primeiro, porque não teve essa abrangência nacional ou internacional. Segundo, porque resultou da experiência de três disciplinas da pós-graduação, em Políticas Públicas da UFPI, levada a efeito pelas professoras Maria D’Alva Macedo Ferreira, Maria do Rosário de Fátima e Silva e Simone de Jesus Guimarães, que ministravam respectivamente: Gestão Pública e Controle Social; Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Questão Social e a Realidade Brasileira. Ressalte-se que, nesse momento, cada professora, separadamente, em suas disciplinas, ao final de cada período letivo, convidava professores e profissionais para ministrarem palestras que, de algum modo, contribuísse com os objetos de estudo de seus pós-graduandos. Terceiro, porque contou com a participação de professores dessa IES e de outras instituições do Piauí, além de profissionais do estado afeitos às temáticas abordadas pelos pós-graduandos. Em síntese, o SINESPP já mostrou, em seus primórdios, a direção que iria tomar posteriormente.

A partir dessa experiência, surge a ideia, por parte dessas professoras, de realizar um evento maior, juntando as três disciplinas que, ao mesmo tempo, discutissem não só as

1 No ano de 2024 ocorrerá a quinta edição do SINESPP na modalidade internacional, no período de 10 a 13 de setembro. O tema central será: Estado, governo e políticas públicas na América Latina: projetos societários em disputa. A programação está em construção.

temáticas desses pós-graduandos, a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Estado, Sociedade e Políticas Públicas)², suas linhas de pesquisa e que também fosse aberto ao público do Piauí, do Brasil e de outras nacionalidades. Sem contar que deveria abranger a apresentação de trabalhos, seminários, conferências, minicursos, mesas redondas etc. Os alunos das disciplinas, acima mencionadas, apoiaram a iniciativa de mudar o caráter e a abrangência das citadas experiências. Esse é o embrião do que viria a ser o Simpósio Nacional de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, realizado no ano de 2010³ e posteriormente o Simpósio Internacional de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas realizados nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2022.

A proposta teórico-metodológica do presente artigo levará em conta: o significado que se está atribuindo à memória, que subsidiará o conjunto dos dados apresentados; as análises conjunturais e estruturais dos SINESPPs; os significados e relevância do evento para a graduação, a pós-graduação, a UFPI e, por fim, a contribuição dada à realidade piauiense e brasileira. Para tanto, tomará por base: os documentos relativos a cada simpósio, constantes em seus respectivos Anais; as temáticas centrais de cada SINESPP; os sujeitos protagonistas

2 O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI foi criado em dezembro de 2001. Professores dos Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras uniram-se para elaborar uma proposta de pós-graduação, em nível de mestrado, em Políticas Públicas. Posteriormente foi elaborada a proposta de doutorado. A área de concentração do Programa é Estado, Sociedade e Políticas Públicas, sendo composto por duas linhas de pesquisa, a saber: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais; Cultura, Identidade e Processos Sociais.

3 A partir de agora denominaremos SINESPP todos os eventos que foram realizados depois das experiências produzidas pelas professoras D'Alva Macedo, Rosário Silva e Simone Guimarães, tanto aquele da modalidade nacional quanto aqueles na modalidade internacional.

desse importante evento, a partir de um esforço de reconstituição da memória histórica do evento e sua releitura.

Inicialmente deve-se ressaltar o que se está entendendo por memória neste trabalho. Existem várias discussões teóricas sobre o assunto, mas vamos nos reportar, em especial à ideia segundo Haguete (1995), de que:

A memória não é simplesmente um reservatório passivo de dados cujo conteúdo pode ser escrutinado à vontade. Ela está empenhada com o presente – com atitudes, perspectivas e compreensões que mudam continuamente – trabalhando e retrabalhando os dados da experiência em novas reformulações, opiniões, talvez, até novas criações (Haguete, 1995, p.93).

Nessa mesma linha de raciocínio acrescentamos a contribuição de Barros (2011), quando menciona que a memória pode ser considerada como um fenômeno complexo que envolve não apenas a ordenação de vestígios, mas a sua releitura. Já Izquierd (1989) diz:

Desde um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente. Não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências. [...] Não inventamos memórias. As memórias são fruto do que alguma vez percebemos ou sentimos. Os sonhos, que são em boa parte recombinações estranhas de memórias, provêm do que alguma vez sentimos ou percebemos (SELIGMAN, 1987, p. 46-53). Nossos planos e projetos (no fundo, uma variedade de sonhos), também. A palavra projeto vem de projetar; projetamos o passado, através do presente, em direção a um incerto futuro. Como a variedade e quantidade de experiências possíveis é enorme, a variedade de memórias possíveis é também enorme. Assim, talvez, não tenha muito sentido falar em “memó-

ria”, senão em “memórias” (McGAUGH, 1988, p. 33-64). Cada uma pode ser diferente; e, em certo sentido, cada uma é diferente. (Izquierd,1989, p. 89)

E, como afirma Bosi,

[...] a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro: memória social, memória histórica, e coletiva. [...] o passado sabemos que ele é um dos mais difíceis e misteriosos dos conceitos. O passado não é uma sucessão de fatos ou camadas que vai se escavando. A memória desconhece a ordem cronológica. Minha hipótese é que ela opera com grande liberdade, recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente – mas porque se relacionam através de índices de significação comum. São constelações de eventos mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo (Bosi *apud* Bruck, 2012, p. 196).

É nesta perspectiva que assumimos o esforço de reconstituição da memória histórica dos SINESPPs, encarando-o como um processo ativo, dinâmico e criativo que subtende a ação de sujeitos na construção e reconstrução de uma história que será legada às novas gerações. Resgatar essa memória é mais do que registrar um acontecimento importante para a pós-graduação da UFPI. É trazer um passado sempre vivo. É pensar um futuro com um “pé” no presente e caminhar em direção a um porvir, acredita-se, promissor.

Com base nesses pressupostos é que se abordará esse item e os seguintes.

SINESPP: normatização, modo de organização, periodicidade e parcerias

Um primeiro aspecto a destacar é que os SINESPPs foram concebidos tomando por base um conjunto de normas que direcionam as discussões e submissão de trabalhos científicos. Em cada edição, as citadas normas são atualizadas com as orientações gerais sobre como serão organizadas as principais atividades do evento.

O SINESPP, na modalidade nacional, ocorreu em 2010. Esse primeiro evento ocorreu no período de 29 a 30 de novembro e 1º de dezembro. Contou com o apoio e participação da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do corpo docente e discente da graduação e pós-graduação. Seu surgimento, portanto, é produto da necessidade desse programa de pós-graduação em:

criar espaços de debates sobre temas relevantes para as políticas públicas, de exposição e discussões sobre temáticas de investigação de alunos da pós-graduação, pesquisadores, docentes e promover intercâmbios com pesquisadores de outros programas de pós-graduação, centros de pesquisa, buscando aproximações e articulações para pesquisas conjuntas ou em redes (UFPI, 2022).

Frise-se que os Departamentos de Serviço Social, de Ciências Sociais e posteriormente o de Ciência Política dessa IES foram fundamentais para a concretização do primeiro e dos subsequentes SINESPPs.

Entre 2010 e 2014 não houve SINESPP. Continuaram a existir um conjunto de atividades, sobretudo no formato de seminários, que foram produzidas pelos professores do Programa. Assim, em 2014, houve a realização de um seminário,

em dezembro, intitulado “Questão Social e as Políticas Públicas em tempos de crise” com o objetivo de refletir e analisar a questão social na contemporaneidade e suas formas de enfrentamento pelo Estado via Políticas Públicas. A programação envolveu: a) 4 conferências: 1) Questão social no Brasil contemporâneo com a Pro^a Dr^a Maria D’Alva Macedo Ferreira; 2) Política Pública como enfrentamento da questão Social com a Prof^a Dr^a Solange Maria Teixeira; 3) Pobreza e desigualdade social no Brasil com a Prof^a Dr^a Jaíra Maria Alcobaça Gomes; 4) Entre a questão urbana e a efetivação do direito à cidade com a Prof^a Dr^a Masilene Rocha Viana (UFPI).b) 2 Mesas Redondas: 1) Programas de Transferência de Renda (Bolsa Família) – gestão e impactos sob a reponsabilidade da Prof^a Dr^a Mauricéia Lígia Neves Carneiro – representante da SEMTCAS e Maria de Jesus – Associação de Mulheres do Promorar; 2) O Estatuto das Cidades e suas formas de implementação em Teresina: regularização fundiária, acesso à terra com o Msc. Merlong Solano (deputado estadual – ex-secretário das cidades, o Engenheiro da Agespisa Antônio de Sampaio Rameiro, o Representante da FAMCC e o Prof. Dr. Washington Luís de Sousa Bonfim⁴.

Em abril de 2016⁵ foi realizado o primeiro SINESPP em caráter internacional, a partir da Resolução do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, que passou a ter uma periodicidade de realização de 2 em 2 anos. A partir daí terá numeração, portanto, esse evento será considerado o I SINESPP, que ocorreu no período de 5 a 8 de abril de 2016. Nesse I SINESPP foram inscritas 300 pessoas, tendo 200 trabalhos aprovados para exposição nas modalidades oral

4 Dados extraídos a partir dos apontamentos da professora D’Alva Ferreira e do folder do evento arquivado pela professora.

5 Os SINESPPs, no geral, são programados com um ano de antecedência. Por isso a ênfase dada a período.

e pôster. Participaram pesquisadores da América Latina, Portugal e Brasil.

No ano de 2018 realiza-se o II SINESPP. O público alvo participante foi de 600 pessoas, sendo que 56,24% dos inscritos eram do Piauí, seguido do Ceará, com 14% e Maranhão, com 10% do total de inscritos. Mas, também, inscreveram-se pessoas de Pernambuco, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Distrito Federal, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com tal público, o evento foi considerado de médio porte. Participaram pesquisadores do Brasil, de Portugal e da América Latina. Foram aprovados 496 trabalhos nas modalidades oral e de pôster.

Em 2020 realiza-se o III SINESPP de modo *online*, em decorrência da pandemia da Covid-19. Contou com 935 inscritos, distribuídos assim: 23% de professores e pesquisadores; 23% alunos de pós-graduação de outras IES; 18% alunos de graduação de outras IES; 12% alunos de graduação da UFPI; 8% alunos da pós-graduação da UFPI além de profissionais de instituições do Estado do Piauí. A maioria dos inscritos era de brasileiros (Piauí, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas, Espírito Santos, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Roraima, dentre outros). Também se inscreveram pessoas de outros países. Com isso o evento se consolida na região Meio-Norte e Nordeste do país.

No ano de 2022 realizou-se o IV SINESPP que, como o anterior, também foi feito no formato *online*, por ter se realizado no período da pandemia do novo coronavírus, que assolou o Brasil e o mundo. Para tanto a organização utilizou-se das plataformas *Youtube*, *Zoom* e *Google Meet*, com transmissão ao

vivo das palestras, conferências, minicursos e apresentações de trabalhos.

As normas de cada evento, no geral, compreendem: a) período de inscrição; b) modalidades de trabalhos para submissão e apresentação; c) condições para apresentação dos trabalhos em cada modalidade; d) normas específicas a cada modalidade; e) tipos de trabalhos a serem submetidos: pesquisa, ensaios, artigos ou outras produções de conhecimento; f) formato dos textos; g) número de autores; h) organização interna dos textos.

A concepção e a criação dos SINESPPs foram iniciativas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP). A realização está a cargo da Universidade Federal do Piauí, do Centro de Ciências Humanas e Letras e do próprio Programa de Pós-Graduação em Políticas. A organização interna dos SINESPPs, envolve toda uma logística para que os objetivos pretendidos sejam alcançados com êxito. Nesse sentido compõem-se de: coordenação geral; comitê científico (composto por professores do Programa, dos Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais da UFPI, de professores de outras universidades parceiras do evento); comissões específicas de suporte à concretização de cada evento entre outras⁶. Além disso, ao longo dos anos, têm contado com apoios logísticos, sobretudo, das Pró-Reitorias de Ensino de Pós Graduação e da Pró-Reitoria de Pesquisa. Somam-se os apoios financeiros da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI), de secretarias estaduais e municipais do Piauí, do Conselho Regional de Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), da Superintendência de Comunicação Social-UFPI, do Núcleo de Tecnologia da In-

⁶ Os SINESPPs, no geral, são programados com um ano de antecedência. Por isso a ênfase dada a período.

formação-UFPI, da Ordem dos Advogados do Brasil-Piauí, do Conselho Regional de Psicologia, da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temáticas e eixos produzidos

No que concerne aos temas e eixos produzidos nos SINES-PPs, estes variaram no tempo. No geral, levaram em conta a conjuntura e estrutura do país, da América Latina e do mundo. Em síntese, os temas permearam as seguintes questões: o capitalismo, as desigualdades econômicas e sociais, o Estado, as políticas públicas, os movimentos sociais e a democracia. Sendo um programa de pós-graduação voltado para as políticas públicas, as discussões em torno do Estado se tornam fundamentais.

O capitalismo é o modo de produção dominante no Brasil, por conseguinte, as sequelas sociais e econômicas, traduzidas na questão social, permeiam o conjunto das desigualdades produzidas por esse modelo de sociedade. Em 2021, a população do país, foi estimada em 212,7 milhões de habitantes conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do ponto de vista político, os governantes, historicamente, têm feito alianças com as classes dominantes (interna e externa). No que respeita às desigualdades e injustiças sociais, essas, são enormes, já que a concentração de renda favorece as classes detentoras do poder e da riqueza. Em fevereiro de 2023, a UNICEF, em parceria com a Fundação Vale, publicou os resultados de uma pesquisa “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil”, citando: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. Concluiu que:

a) em 2019, havia 32 milhões de meninas e meninos de até 17 anos (63% da população) privados de um ou mais desses direitos; b) em 2021, 16,1% viviam em famílias com extrema pobreza monetária (equivalente a menos de 1,9 dólar por dia); c) em 2021, 13,7 milhões estavam privadas de uma alimentação adequada; d) em 2021, a taxa de analfabetismo foi de 3,8% da faixa etária pesquisada; e) a falta de acesso a saneamento básico e de moradia adequada atingiu 21,2 milhões e 4,6 milhões – respectivamente – de meninos e meninas; f) a falta de acesso à informação atingiu 6,2 milhões dessa população; g) 2,1 milhões de pessoas inseridas em trabalho infantil; h) esses dados impactaram principalmente as pessoas mais vulneráveis: negros, indígenas e moradores das regiões Norte e Nordeste⁷. (Ferreira. Silva. Guimarães, 2023, s/p).

Sendo um país continental, a questão social tem contornos graves. Conforme a conjuntura e os processos sociais advindos das relações sociais capitalistas brasileira fundamentais, adquire dimensões de tragédia social, afetando o cotidiano das populações mais pobres. Citem-se, por exemplo, o período da pandemia da Covid-19, que, no país vitimou mais de 700 mil pessoas.

O Estado não tem conseguido, historicamente, combater as desigualdades sociais reinantes, e, quase sempre, transfere para a sociedade civil o ônus da responsabilidade das soluções a serem encontradas, em especial, a partir da década de 1990, quando as políticas de corte neoliberal têm expressividade nos rumos das políticas públicas destinadas à população pobre, não só no Brasil, mas, também, no mundo. Assim,

Quando o Estado não responde às necessidades sociais, po-

⁷ Os dados da pesquisa “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil” referiu-se aos seguintes anos: até 2019 – trabalho infantil; até 2020 – moradia, água, saneamento e informação; até 2021 – renda e alimentação; até 2022 – educação. In: <https://tinyurl.com/2s88as9u>. Acesso em: 15/02/2023

dem-se afirmar laços de solidariedade local, particularizada em oposição à chamada solidariedade universal, coletiva, de classe. Acarreta, ainda, o aprofundamento da particularização e da fragmentação, reforçando a solidariedade com seus pares, privilegiando interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos, atribuindo a cada segmento particular as respostas para suas próprias demandas (França Júnior, 2021, p. 380).

Nesse contexto, as políticas públicas, patrocinadas pelo Estado, sofrem inúmeras distorções, que vão desde a inexistência de recursos orçamentários que possam mitigar minimamente a fome do brasileiro até os desvios de toda ordem e natureza para barganhar alianças, nas esferas de poder, favoráveis às elites de plantão. Mas, as políticas públicas estatais são primordiais na vida da população pobre, sobretudo, aquelas de corte social, que desde a Constituição de 1988, assumem um papel fundamental para minimizar as sequelas da questão social no cotidiano dessa população. Por elas, os governantes de plantão “são obrigados”, de algum modo, a dar respostas à pobreza extrema e às inúmeras vulnerabilidades sociais existentes.

No entanto, não se deve perder de vista que, as práticas autoritárias, conservadoras, expressas em preconceitos, discriminações e violações de natureza variadas são uma realidade presentes nesse país, nesse Estado. Os negros, os indígenas e os mais pobres são os mais atingidos por referidas práticas. Analisando a realidade latino-americana, Livacic e Belieiro Jr, (2020) revelam que, no caso brasileiro, durante o período ditatorial, as práticas autoritárias se constituem num “mecanismo de regulação dos conflitos” havendo assim “[...] uma necessidade histórica e institucional, de pôr limites sobre o poder presidencial”. Guardando as devidas proporções, pode-se dizer que é isso que tem ocorrido no país através dos tempos, principalmente, no período do governo de Jair Bol-

sonaro. Mas, a democracia deve ser um valor a ser perseguido por todos aqueles que almejam novos rumos ao Estado, às políticas públicas e à sociedade em geral.

Os movimentos sociais são protagonistas nos rumos e direções tomados pelas políticas públicas estatais. Através de suas organizações, nas diferentes conjunturas do Estado e do país, as políticas públicas ganham maior representatividade, significância e alcance significativos para as classes que vivem do trabalho. As reivindicações trazidas pelos movimentos sociais levantam questões que devem ser respondidas pela sociedade e pelos governantes. Assim as políticas públicas, daí, advindas, precisam dar conta das necessidades da população em geral e, sobremaneira, dos setores mais pobres.

A tabela, a seguir, apresentará os temas, os objetivos e os eixos de cada SINEPP.

Quadro 01 - Tema, Objetivos e Eixos Temáticos dos SINESPPs

SI- NES- PP	TEMA	OBJETIVOS	EIXOS	TEMÁTICOS
2010 29 a 30 de no- vem- bro e 1 de de- zem- bro	Desigualdades e políticas públicas no capitalismo contemporâneo	<ul style="list-style-type: none"> Promover reflexões e análises sobre o Estado, a sociedade, as políticas públicas e suas relações com as desigualdades no capitalismo contemporâneo; Socializar estudos e pesquisas nas áreas do estado, da sociedade e das políticas públicas voltadas, especificamente, para compreender e explicar os modos de constituição e as formas de enfrentamento das desigualdades entre indivíduos, grupos, classes, raças, regiões e culturas; Estabelecer intercâmbios de experiências de pesquisas nas áreas do Estado, da sociedade e das políticas públicas; Escrever relações entre profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação interessados em estudar as relações entre Estado sociedade e políticas públicas; Fomentar a criação de novos grupos de pesquisa na área de estudos sobre Estado, sociedade e políticas públicas. 	<p>Eixo 1 - Mundialização do capital, Estado e sociedade;</p> <p>Eixo 2 - Trabalho, geração social e Políticas Públicas;</p> <p>Eixo 3 - Estado, movimento social e Políticas Públicas;</p> <p>Eixo 4 - Desigualdades, pobreza e exclusão social;</p> <p>Eixo 5 - Segurança social: assistência, saúde e previdência;</p> <p>Eixo 6 - Educação, sociedade e Políticas Públicas;</p> <p>Eixo 7 - Direitos humanos e segurança pública;</p> <p>Eixo 8 - Violência, sociedade e Políticas Públicas;</p> <p>Eixo 9 - Questões de gênero, raça, etnia e geração;</p> <p>Eixo 10 - Questões agrária, urbana e ambiental;</p> <p>Eixo 11 - Identidade, cultura e práticas sociais;</p>	
2016 5 a 8 de abril	Estado, sociedade e políticas públicas em tempos de crise	<ul style="list-style-type: none"> Constituir um espaço de discussão e socialização de estudos e pesquisas produzidas sobre Estado, sociedade e políticas públicas na realidade brasileira e latino-americana; Congregar docentes, pesquisadores, profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação no campo das políticas públicas e áreas afins, tanto das universidades brasileiras quanto estrangeiras. 	<p>Eixo 1 - Mundialização do capital, Estado e sociedade – 2 trabalhos</p> <p>Eixo 2 - Estado, movimentos sociais e Políticas Públicas – 14 trabalhos</p> <p>Eixo 3 - Trabalho, geração social e Políticas Públicas – 14 trabalhos</p> <p>Eixo 4 - Segurança Social: assistência social, saúde e previdência - não existe informação dos trabalhos</p> <p>Eixo 5 - Educação, sociedade e Políticas Públicas – 25 trabalhos</p> <p>Eixo 6 - Direitos humanos, violência e Políticas Públicas – 18 trabalhos</p> <p>Eixo 7 - Patrimônio, Museus e Políticas Públicas - não existe informação dos trabalhos</p> <p>Eixo 8 - Cultura, sociedade e identidades – 7 trabalhos</p> <p>Eixo 9 - Questões de gênero, raça, etnia e geração – 14 trabalhos</p> <p>Eixo 10 - Questões agrária, urbana e ambiental – 8 trabalhos</p>	

<p>2018 20 22 de junho</p> <p>Estado e Políticas Públicas em contexto de transformações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Debatir as políticas públicas nos contextos de crise e de contrarreformas capitalistas no Brasil e no mundo, seus impactos no cotidiano dos trabalhadores e pobres e as resistências frente a essa realidade; • Criar espaços permanentes de socialização e difusão de conhecimentos e experiências de estudos e pesquisas entre professores, pesquisadores, profissionais e alunos de graduação e de pós-graduação que se voltam para a compreensão e análise do Estado, da Sociedade e das Políticas Públicas na contemporaneidade; • Promover reflexões e análises sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas e suas relações com o aprimoramento e ampliação das desigualdades sociais face às contrarreformas; • Estabelecer intercâmbios nacionais e internacionais de experiências de investigação e de grupos de pesquisas na área do Estado, da Sociedade e das Políticas Públicas; • Estreitar relações entre profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação interessados na temática central. Ideia: Evento; • Fortalecer os grupos de pesquisa do Programa a partir de novos intercâmbios; • Contribuir para a uma melhor fundamentação e instrumentalização dos processos interventivos relativos às políticas públicas (UFPI, Anais do II SINESP, 2018). 	<p>Exo 1 - Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas – 27 trabalhos.</p> <p>Exo 2 - Trabalho, Questão Social e Políticas Públicas – 47 trabalhos.</p> <p>Exo 3 - Educação, Sociedade e Políticas Públicas – 62 trabalhos.</p> <p>Exo 4 - Direitos Humanos, Violência e Políticas Públicas – 34 trabalhos.</p> <p>Exo 5 - Cultura, Sociedade e Identidades – 9 trabalhos.</p> <p>Exo 6 - Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração – 23 trabalhos.</p> <p>Exo 7 - Questões Agrária, Urbana e Ambiental – 21 trabalhos.</p> <p>Exo 8 - Democracia, Controle Social e Gestão Pública – 11 trabalhos.</p> <p>Exo 9 - Políticas Públicas Setoriais: Planejamento e Avaliação – 11 trabalhos.</p> <p>Exo 10 - Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência – 59 trabalhos.</p>
<p>2020 – onli- ne 21 a 24 de outu- bro</p> <p>Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Debatir sobre as temáticas da democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo, no Brasil e no mundo, seus impactos no cotidiano dos trabalhadores e pobres, nos espaços de participação social, nas políticas sociais e as resistências frente a essa realidade; • Manter espaços permanentes, bianuais de socialização e difusão de conhecimentos e experiências de estudos e pesquisas entre professores, pesquisadores, profissionais e alunos de graduação e de pós-graduação que se voltam para a compreensão e análise do Estado, da Sociedade e das Políticas Públicas na contemporaneidade; • Promover reflexões e análises sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas e suas relações com o aprimoramento e ampliação das desigualdades sociais e as formas de enfrentamento atuais, via políticas públicas; • Estabelecer intercâmbios nacionais e internacionais de experiências de investigação e fortalecer as redes de pesquisas já implementadas e de grupos de pesquisas na área do Estado, da Sociedade e das Políticas Públicas, área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI; • Fortalecer o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, criando possibilidades concretas de intercâmbios nacionais e internacionais; • Estreitar relações entre profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação interessados na temática central. Ideia: Evento; • Fortalecer os grupos de pesquisa do Programa (PPGPP) a partir de novos intercâmbios e consequentemente os programas de Pós-Graduação que estão inseridos; • Contribuir para uma melhor fundamentação e instrumentalização dos processos interventivos relativos às políticas públicas de enfrentamento as desigualdades sociais; • Criar condições de internacionalização do PPGPP com as parcerias com institutos e laboratórios de pesquisa na América Latina e União Europeia (UFPI, Anais do III SINESP, 2020). 	<p>Exo 1 - Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas – 43 trabalhos.</p> <p>Exo 2 - Trabalho, Questão Social e Políticas Públicas – 49 trabalhos.</p> <p>Exo 3 - Democracia, Controle Social e Gestão Pública – 30 trabalhos.</p> <p>Exo 4 - Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência – 59 trabalhos.</p> <p>Exo 5 - Avaliação de Políticas Públicas – 17 trabalhos.</p> <p>Exo 6 - Educação, Sociedade e Políticas Públicas – 38 trabalhos.</p> <p>Exo 7 - Direitos Humanos, Violência e Políticas Públicas – 31 trabalhos.</p> <p>Exo 8 - Cultura, Sociedade e Identidades – 5 trabalhos.</p> <p>Exo 9 - Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração – 61 trabalhos.</p> <p>Exo 10 - Questões Agrária, Urbana e Ambiental – 31 trabalhos.</p>

- 2022 – on line
23.a
26
agosto
- Desigualdades e Políticas Públicas: social, (in)certezas e resistências
- Debater sobre as temáticas relativas às desigualdades sociais e políticas públicas no Brasil e no mundo, seus impactos nos sistemas de proteção social e segurança social e as perspectivas e resistências frente a essa realidade;
 - Manter espaços permanentes bianuais de socialização e difusão de conhecimentos e experiências de estudos e pesquisas entre professores, pesquisadores, profissionais e alunos de graduação e de pós-graduação que se voltam para a compreensão e análise do Estado, da Sociedade e das Políticas Públicas na contemporaneidade;
 - Promover reflexões e análises sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas e suas relações com o aprofundamento e ampliação das desigualdades sociais e as formas de enfrentamento atuais, via políticas públicas;
 - Estabelecer intercâmbios nacionais e internacionais de experiências de investigação e fortalecer as redes de pesquisas já implementadas e de grupos de pesquisas na área do Estado, da Sociedade e das Políticas Públicas, área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI;
 - Fortalecer o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, criando possibilidades concretas de intercâmbios nacionais e internacionais;
 - Estruturar relações entre profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação interessados na temática central desse Evento;
 - Fortalecer os grupos de pesquisa do Programa (PPGPP) a partir de novos intercâmbios e consequentemente os programas de Pós-graduação que estão inseridos;
 - Contribuir para uma melhor fundamentação e instrumentalização dos processos interventivos relativos às políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais;
 - Ampliar a internacionalização do PPGPP através de parcerias com institutos e laboratórios de pesquisas na América Latina e União Europeia (UFPI, Anais do IV SINESPP, 2022).

- Exo 1 – Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas – 44 trabalhos.
Exo 2 – Trabalho, Questão Social e Políticas Públicas – 47 trabalhos.
Exo 3 – Democracia, Controle Social e Gestão Pública – 15 trabalhos.
Exo 4 – Segurança Social: Assistência Social, Saúde e Previdência Social – 52 trabalhos.
Exo 5 – Avaliação de Políticas Públicas – 12 trabalhos.
Exo 6 – Educação, Sociedade e Políticas Públicas – 50 trabalhos.
Exo 7 – Direitos Humanos, Violência e Políticas Públicas – 29 trabalhos.
Exo 8 – Cultura, Sociedade e Identidades – 9 trabalhos.
Exo 9 – Questões de Gênero, Raça/Etnia e Cerrado – 55 trabalhos.
Exo 10 – Questões Agrária, Urbana e Ambiental – 21 trabalhos.

Fonte: Anais dos SINESPPs

O que se observa sobre esse conjunto de temas, objetivos e eixos temáticos: a) que estão profundamente articulados com as questões conjunturais, não só tomando por base isoladamente cada SINESPP, mas os vários eventos ocorridos ao longo de sua trajetória. Assim, a realidade de um capitalismo sempre em crise e suas contrarreformas na tentativa de superar essas crises são sempre destacados. Do mesmo modo as resistências a essas contrarreformas por parte da sociedade civil também são evidenciadas nas análises conjunturais e estruturais em que cada período em que o SINESPP é organizado; b) os eixos temáticos além de sintonizados com os temas também remontam à área de concentração do PPGPP (Estado, sociedade e políticas públicas); c) a questão social e suas várias expressões têm sido contempladas nos vários espaços de discussão e debates durante os eventos; d) os movimentos sociais, como protagonistas de reivindicações sociais e de políticas públicas ganham também evidência.

Programação dos SINESPPs

Sobre a programação equivalente a cada SINESPP, a seguir será mostrado o conjunto de atividades realizadas com as respectivas temáticas abordadas, extraídas dos relatórios e ANAIS do evento:

2010 – realizado no período de 29 a 30 de novembro e 1 de dezembro – SINESPP Nacional.

Conferência: Desigualdades e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. Após a conferência de abertura, nos dias subsequentes, foram realizadas as mesas redondas e os Grupos para apresentação dos trabalhos submetidos ao evento.

2016– realizado no período de 5 a 8 de abril – I SINESPP

• **Conferências: 1)** Estado, Sociedade e políticas públicas no capitalismo contemporâneo sob a responsabilidade das

Profas. Dras. Maria Carmelita Yazbek- PUC/SP Brasil; Silvia Gabriela Fernandez Soto - UNCPBA/Argentina; **2)** Estado, democracia e políticas públicas no Brasil contemporâneo.

• **Mesas redondas:** **1)** Fundo público e orçamento das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Palestrantes: Prof. Dr. Evilásio Salvador/UNB/Brasil; Profa Dra. Silvia Soto- UNCPBA/Argentina; **2)** SUS e Reforma psiquiátrica: desafios para políticas universalizantes. Palestrantes: Profas. Dras. Marly de Jesus Sá- PPGPP/UFMA; Maria do Socorro Sousa de Araújo- PPGPP/UFMA; Lúcia Cristina dos Santos Rosa- PPGPP/UFPI; **3)** Direitos, cidadania e familismo: as contradições da política social. Palestrantes: Profas. Dras. Eucaris Olaya-UNC/Colômbia; Regina Célia Miotto- PPGSS/UFSC/Brasil; Solange Teixeira- PPGPP/UFPI/Brasil; **4)** Cultura, Patrimônio e Políticas Públicas no cenário luso-brasileiro. Palestrantes: Profas. Dras. Lorena Sancho Querol - CES- Universidade de Coimbra/ Portugal; Áurea da Paz Pinheiro- PPGPP-UFPI/Brasil. Prof. Ms. Fábio Lustosa Ferreira UFPI/IPHAN/CES/Brasil; **5)** Transformações urbanas, gestão e sustentabilidade das cidades. Palestrantes: Profas. Dras. Lúcia Maria Bogus-PPG Ciências Sociais- PUC/SP; Vlândia Pinto Oliveira- PRODEMA/UFC; Antônia Jesuíta de Lima- PPGPP/ PPGDMA/UFPI; **6)** Gestão Pública, controle social e participação: Palestrantes: Prof. Dr. Jose Pablo Bentura Alonso – Universidad de La República-Uruguai; Profas. Dras. Maria do Carmo Brant de Carvalho – PEPGSS/PUC/SP/Brasil, Maria D’Alva Macedo Ferreira – PPGPP/UFPI/Brasil; **7)** A Política de Transferência de renda na América Latina e no Brasil. Palestrantes: Profas. Dras. Laura Paulo Bevilacqua - Universidad de la República - Uruguai; Ozanira da Silva e Silva – PPGPP/UFMA/Brasil; Ana Rojas Acosta – UNIFESP/Brasil; **8)** Combate à corrupção por iniciativa da sociedade civil. Palestrantes: Prof. Dr. Jacinto Reis. Universidade Cândido Mendes/ Maranhão/Brasil; Prof^a Dr^a Teresa Cristina Coelho Matos – INCRA/PI; Advogado José de Arimatéia Dantas Lacerda – Força Tarefa Popular – Piauí.

- **Mesas redondas simultâneas: 1)** Fundo público e orçamento das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Palestrantes: Prof. Dr. Evilásio Salvador/UNB/Brasil; Prof^ª Dr^ª Silvia Soto - UNCPBA/Argentina; **2)** SUS e Reforma psiquiátrica: desafios para políticas universalizantes. Palestrantes: Profas. Dras. Marly de Jesus Sá - PPGPP/UFMA; Maria do Socorro Sousa de Araújo- PPGPP/UFMA; Lúcia Cristina dos Santos Rosa- PPGPP/UFPI; **3)** Direitos, cidadania e família: as contradições da política social. Palestrantes: Profas. Dras. Eucaris Olaya-UNC/Colômbia; Regina Célia Miotto-PPGSS/UFSC/Brasil; Solange Teixeira- PPGPP/UFPI/Brasil. **2018** – realizado no período de 20 a 22 de junho – II SINESPP
- **Conferências: 1)** Estado e Políticas Públicas no contexto de contrarreformas. Conferencistas: Profas. Dras. Elaine Rossetti Bering - UERJ – Brasil; Silvia Gabriela Fernandez Soto - UNCPA – Argentina; Silvia Gabriela Fernandez Soto - UNCPA – Argentina; **2)** Pobreza, desigualdades e resistências no capitalismo contemporâneo. Conferencista: Prof. Dra. Laura Paulo Bevilacqua - Universidad de la Republica – Uruguai.
- **Mesas-redondas simultâneas: 1)** Reforma Trabalhista e lei da Terceirização: o precário mundo do trabalho. Palestrantes: Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço - UNESP/Franca – Brasil; **2)** Envelhecimento no cenário de crises e contrarreformas. Palestrantes: Profas. Dras. Eneida Gonçalves de Macedo Haddad - UNESP – Brasil; Sálvea Campelo e Paiva - UEPE – Brasil; Solange Maria Teixeira - UFPI – Brasil; **3)** Fundo Público e Teto para os gastos públicos. Palestrantes: Profa. Dra. Ivanete Salette Boschetti - UNB – Brasil. Prof. Ms. Osmar Gomes de Alencar Júnior - UFPI – Brasil; **4)** Educação Superior Pública em contexto de restrição orçamentária. Palestrantes: Prof. Dr. Epitácio Macário Moura - UECE – Brasil. Profa. Dra. Maria João Mogarro - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – Portugal; **5)** “Reforma” da Previdência Social e suas implicações no cotidiano dos trabalhadores. Palestrantes: Profas. Dras. Rivânia Lúcia Moura de Assis - UERN – Brasil; Solange Maria Teixeira -

UFPI – Brasil; **6) Políticas Públicas de Saúde e Assistência na atualidade.** Palestrantes: Profas. Dras. Maria Inês Sousa Bravo - UERJ – Brasil; Aldaíza Sposati – PUC – SP – Brasil; Eucaris Olaya – Universidad Nacional de Colombia – Colômbia; **6) Movimentos Sociais: lutas e resistência em contexto de contrarreformas.** Prof. Dra. Josefa Batista Lopes - UFMA – Brasil. Prof. Dr. José Pablo Benventura Alonso – Universidad de la Republica – Uruguai; **7) Políticas Públicas de Cultura no Brasil.** Palestrantes: Profs. Drs. Alexandre Almeida Barbalho - UECE – Brasil; Antônio Albino Rubim – UFBA – Brasil
2020 – realizado no período de 20 a 24 de outubro – III SINESPP

- **Conferências: 1) Democracia, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas no Brasil e União Europeia.** Conferencistas: Profs. Drs. Marcelo Braz Moraes dos Reis – UFRN – Brasil; Luis Enrique Casáis Padilla – Universidad Complutense de Madrid – Espanha; **2) Desigualdades Sociais e Política de Saúde na atual conjuntura.** Conferencista: Prof. Dr. Gastão Wagner de Sousa Campos – Unicamp – Brasil; **3) Ciência, Pesquisa e Pós-Graduação na conjuntura atual brasileira.** Conferencista: Profa. Dra. Elaine Rosseti Behring – UFRJ – Brasil.

- **Mesas Redondas: 1) Desigualdades entrecruzadas: classe, gênero e raça-etnia.** Palestrantes: Profas. Dras. Núria Cordero Ramos – Universidad Pablo de Olavide – Espanha; Magali da Silva Almeida – UFBA – Brasil; **2) Política de Educação e as desigualdades educacionais.** Palestrantes: Prof. Dr. Mauricio Ernica – UNICAMP – Brasil; Prof. Dra. Guiomar de Oliveira Passos – UFPI – Brasil; **3) Desigualdades geracionais, envelhecimento e Políticas Públicas na União Europeia e Brasil.** Palestrantes: Profas. Dras. Maria Irene de Carvalho - Universidade de Lisboa, Portugal; **4) Desigualdades geracionais, infância, juventude e Políticas Públicas no Brasil e Argentina.** Palestrantes: Profas. Dras. Maria D’Alva Macedo Ferreira – UFPI – Brasil; Melina Vazquez - Universidade de Buenos Aires – UBA – Argentina; **5)**

Famílias, Desigualdade nas condições do cuidado e Políticas Públicas de cuidado. Palestrantes: Profas. Dras. Maria Paula Lehner - Universidad de Buenos Aires – UBA – Argentina; Regina Célia Tamasso Mioto – UFSC - Encontro Satélite – Brasil; **6) Política de Saúde Mental em contexto de ampliação das desigualdades sociais.** Palestrantes: Prof. Dr. Eduardo Mourão Vasconcelos – UFRJ – Brasil; Profa. Dra. Ana Maria Fernandes Pitta – USP – Brasil; **7) Desigualdades no acesso aos bens culturais e Política Cultural no Brasil.** Palestrantes: Prof. Dr. Antônio Albino Rubim – UFBA – Brasil; Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo Feliz – UFF- Brasil.

- **Mesas Coordenadas: 1) Gestão pública e controle social da Assistência Social no Brasil em tempos de neoliberalismo e de conservadorismo. Coordenação da Mesa:** Profas. Dras. Rosilene Marques Sobrinho de França; Iracilda Alves Braga; Teresa Cristina Moura Costa. **Trabalhos apresentados: 1.1) Ação do Estado na Assistência Social e a regressão de direitos em tempos de neoliberalismo e de conservadorismo; 1.2) O desenho institucional do Suas e os desafios para a gestão da Política de Assistência Social no Brasil; 1.3) Gestão democrática e participativa do SUAS: da partilha de decisões a substituição da oferta de serviços do Estado pela sociedade; 2) Crise humanitária, bolsonarismo e (des)proteção no Brasil do presente: particularidades da Política Nacional de Assistência Social. Coordenação da Mesa** Profas.Dras. Alba Maria Pinho de Carvalho; Cleonice Correia Araújo; Mestre Margarete Cutrim Viera. **Trabalhos apresentados: 2.1) Coronavírus e bolsonarismo: uma dupla pandemia no Brasil no presente.** Autoras: Alba Maria Pinho de Carvalho; Maria do Socorro Sousa de Araújo; **2.2) A Política de Assistência Social no período 2016/2020: financiamento, gestão e oferta de serviços e benefício socioassistenciais e do controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, no Nordeste e no Maranhão.** Autoras: Cleonice Correia Araújo; Margarete Cutrim Vieira; **3) A Proteção Social e o trabalho em debate no contexto da pandemia do Covid-19 no Brasil.**

Coordenação da Mesa: Profa. Dr.a Maria Ozanira da Silva e Silva. **Integrantes da Mesa:** Profas. Dras. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa; Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira. **Trabalhos apresentados:** **3.1)** A contribuição da Política de Assistência Social no momento atual da pandemia de Covid-19. Autora: Salviana de Maria Pastor Santos Sousa; **3.2)** O trabalho e os trabalhadores da Política de Assistência Social no contexto da pandemia de Covid-19. Autora: Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira; **3.3)** O avanço do debate e a formulação de propostas de Programas de Transferência de Renda para a Proteção Social no contexto da pandemia de Covid-19. Autora: Maria Ozanira da Silva e Silva; **4)** Gênero, democracia e protagonismo feminino: desvendando as nuances da sub-representação das mulheres na política. **Coordenação da Mesa:** Prof^a Dr^a Maria Mary Ferreira. **Integrantes da Mesa:** Profas Dras. Silse Teixeira Freitas Lemos; Marly de Jesus Sá Dias; Neuzeli Almeida Pinto. **Trabalhos apresentados:** **4.1)** Democracia, sub-representação e gênero: a quem interessa a exclusão das mulheres? Autora: Maria Mary Ferreira; **4.2)** Gênero, patriarcado e política em Morros (MA). Autora: Silse Teixeira Freitas Lemos; **4.3)** Poder e empoderamento feminino em Turiaçu (MA). Autora: Marly de Jesus Sá Dias; **4.4)** Autonomia das mulheres e relações de gênero em Duque Bacelar (MA). Autora: Neuzeli Almeida Pinto; **5)** Estudos africanos e Políticas Públicas para a democratização de oportunidades. **Coordenação da Mesa:** Prof. Doutor Marcelo Pagliosa Carvalho. **Integrantes da Mesa:** Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros; Pro^a. Dr^a. Viviane de Oliveira Barbosa; Mestranda Taniele Cristina dos Anjos Abreu. **Trabalhos apresentados:** **5.1)** Estudos africanos, Políticas Públicas e democratização do saber: o ineditismo do Liesafro (UFMA). Autor: Marcelo Pagliosa Carvalho; **5.2)** Estudos africanos e afro-brasileiros no Maranhão: propostas para a democratização do saber. Autores: Antônio Evaldo Almeida Barros; Viviane de Oliveira Barbosa; **5.3)** Políticas Públicas para a democratização de oportunidades: uma análise interseccional sobre

as desigualdades no mercado de trabalho. Autora: Taniele Cristina dos Anjos Abreu; **6)** O Eixo Sociedade e natureza nas Políticas Públicas para norte e nordeste do Brasil. **Coordenação da Mesa:** Prof. Dr. David Júnior de Sousa Silva. **Integrantes da Mesa:** Prof^{fa} Dr^a Rita de Cássia Domingues Lopes; Prof. Ms. Samuel Correa Duarte. **Trabalhos apresentados:** **6.1)** Relações entre identidade e território: etnogêneses e direitos étnicos na Amazônia brasileira. Autor: David Júnior de Sousa Silva; **6.2)** Comunidades negras rurais e comunidades remanescentes de quilombo: categorias, identidades e direitos em discussão. Autora: Rita de Cássia Domingues Lopes; **6.3)** Políticas Públicas e a questão do combate à seca no Nordeste: das contingências naturais ao agenciamento político do uso da água. Autor: Samuel Correa Duarte.

2022 – realizado no período de 23 a 26 de agosto – IV SINESPP

- **Conferências:** **1)** Desigualdades e políticas públicas: imbricações de classe, gênero e raça/etnia. Profas. Dras. Jules Falquet (Université de Paris 8 – França); Mirla Cisne (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – Brasil); **2)** Políticas de Seguridade Social: desmontes, ataques e resistências. Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky – Universidade Federal da Paraíba – Paraíba – Brasil; **3)** Políticas de Seguridade Social: desmontes, ataques e resistências. Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky – Universidade Federal da Paraíba – Paraíba – Brasil; **4)** Caminhos e perspectivas na superação das desigualdades. Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos – Centro de Estudos Sociais – Coimbra – Portugal.

- **Mesas redondas:** **1)** Embates no financiamento das políticas públicas e (in)certezas na proteção social. Profs. Drs. Evilásio Salvador – UNB – Distrito Federal – Brasil; Marcio Pochmann – Instituto de Economia da UNICAMP – São Paulo – Brasil; **2)** Democracia, lutas sociais e resistências. Profs. Drs. Rosângela Hilário – Programa de Pós-Graduação Educação - UNIR – Brasil; Roque do Nascimento Albuquerque – Reitor da UNILAB – Brasil; Profa. Dra. Jane Prates – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Rio Grande

do Sul – Brasil; **3)** Conflitos na conformação das identidades individuais e coletivas. Profa. Dra. Altaci Corrêa Rubim – UNB – Distrito Federal – Brasil; Profa. Ms. Leticia Carolina – Universidade Federal do Piauí – Brasil.

- **Mesas Coordenadas:** **1)** América Latina, Brasil e capitalismo contemporâneo: a questão social em debate. **Trabalhos apresentados:** **1.1)** América Latina e Brasil: desigualdades, injustiças sociais e inserção subjugada no cenário mundial. Autoras: Profas. Dras. Simone de Jesus Guimarães; Ana Rojas Acosta; Maria D’Alva Macedo Ferreira; Maria do Rosário de Fátima e Silva; **1.2)** Envelhecimento e políticas públicas o Brasil e América Latina: desafios e perspectivas. Autora: Profa.Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva; **1.3)** Os jovens e as políticas públicas no Brasil: quais são os seus desafios e perspectivas em tempo pandêmico. Autora: Dra. Maria D’Alva Macedo Ferreira; **2)** Serviço Social, saúde, pandemia e política pública: concepções, sistemáticas de intervenção e defesa da vida. Autora; Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro. **Trabalhos apresentados:** **2.1)** El futuro híbrido de profesioes de intervenció n acelerado por la necesidad de inter de reterritorializació n em pandemia. Autora: Sandra Elena Iturrieta Olivares; **2.2)** La travail social face a la pandemie du coronavirus em France. Autor: Emamanuel Jovelin; **2.3)** Saúde mental e território: desafios em municípios de pequeno porte no Piauí em tempos de pandemia. Autora: Francisca Maria Carvalho Cardoso; **2.4)** Territórios, temporalidades e Covid-19: trabalho do e no Serviço Social nas políticas públicas. Autora: Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro; **3)** Desafios à implementação do Sistema Único de Assistência Social no contexto contemporâneo. Autoras. Profas. Dras. Teresa Cristina Moura Costa; Rosilene Marques Sobrinho de França; Rosemeire dos Santos. **Trabalhos apresentados:** **3.1)** A oferta de serviços socioassistenciais pelas organizações da sociedade civil em Teresina (PI). Autora: Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa; **3.2)** As ameaças do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para além do corte de financia-

mento. Autora: Rosemeire dos Santos; **3.3)** Tendências da Assistência Social na América Latina e Brasil em tempos de crise do capital e pandêmica decorrente da Covid-19. Autora: Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França; **4)** Direitos Humanos, desconstrução de violências e Justiça Restaurativa: itinerários percalços para outros processos societários. Autoras: Profas. Dras. Beatriz Gershenson; Cândida da Costa; Carla Cecília Serrão Silva. **Trabalhos** apresentados: **4.1)** O itinerário da construção de direitos, a atualidade dos direitos humanos e sua interface com a Justiça Restaurativa. Autoras: Profas. Dras. Cândida da Costa; Carla Costa Pinto; **4.2)** Da (re)invenção dos direitos humanos à (re)invenção da Justiça Restaurativa: contribuições para o debate. Autora: Dra. Beatriz Gershenson; **4.3)** As identidades de raça e gênero no enfrentamento do trabalho infantil doméstico de meninas. Autora: Carla Cecília Serrão Silva; **5)** Violência (in)seguranças e políticas públicas: limites e possibilidades. **Trabalhos apresentados:** **5.1)** A violência cotidiana: a juventude pobre tem que morrer? Autores: Douger Sousa Campelo; Marcondes Brito da Costa; Marcela Castro; Carlito Lins de Almeida Filho; **5.2)** Feminicídios: violências, ameaças e morte de mulheres no Estado do Piauí. Autores: Douger Sousa Campelo; Marcondes Brito da Costa; Marcela Castro; Carlito Lins de Almeida Filho; **5.3)** Juventudes em situação de tráfico de drogas, imagens do medo: cidadania às avessas. Autores: Douger Sousa Campelo; Marcondes Brito da Costa, Marcela Castro; Carlito Lins de Almeida Filho; **5.4)** Policiamento comunitário no Brasil: novas formas de enfrentamento das violências. Autores: Douger Sousa Campelo; Marcondes Brito da Costa; Marcela Castro; Carlito Lins de Almeida Filho.

Importa enfatizar que em todos os SINESPPs, além da programação específica relacionada ao conjunto dos temas propostos, também constava: a) Gts de comunicação oral e de pôster; b) minicursos; c) atividades culturais; d) lançamento de livros.

Analisando-se o item acima, verifica-se: a) uma preocupação em analisar as temáticas afeitas ao SINESPP na perspectiva de uma totalidade dialética, à medida que sintonizam-se aos objetivos pretendidos, aos eixos temáticos escolhidos e a dar visibilidade aos movimentos sociais, aos problemas e necessidades relativas à questão social bem como as respostas dadas pelo Estado através das políticas públicas; b) uma centralidade em compreender as questões da conjuntura e da estrutura, que perpassam esses problemas e necessidades, em especial, às conjunturas políticas e econômicas dos períodos que atravessam cada SINESPP, mas, também, dos períodos que cada trabalho produzido serviu de parâmetro. Nesse mister, chama a atenção para o fato de que os governos dos anos que se seguiram aos SINESPPs estiveram no centro de debates das conferências, das mesas, da produção teórica exposta nas comunicações orais e por meio de pôster etc.; c) os anos em que predominou a crise sanitária provocada pela Covid-19 merecem destaque pelo que, referido vírus, significou na vida da população piauiense, brasileira e mundial com consequências na vida de famílias e pelo registro, como já se pontuou, de mais de 700 mil mortes de pessoas no país, em especial pela irresponsabilidade do governo à época, de Jair Messias Bolsonaro, que não tomou as providências cabíveis para a gravidade da situação de pandemia. Mesmo considerando esse grave cenário os SINESPPs III e IV, aconteceram de forma *online*, reunindo pesquisadores locais, nacionais e internacionais em torno de debates acerca das questões relacionadas com a grave crise sanitária que assolou o mundo e sobre as perspectivas do seu enfrentamento.

A contribuição da graduação e da pós-graduação na efetivação dos SINESPPs

Os docentes do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas participaram tanto da organização do evento quanto da elaboração de pareceres dos trabalhos e, ainda, como conferencistas, coordenadores e ministrantes de minicursos, de mesas redondas, coordenadores de GTS de comunicação oral e pôster, organização de lançamento de livros e organização dos anais. Docentes de outras IES, nacionais e internacionais, também participaram dos SINEPPs tanto como conferencistas quanto coordenadores e ministrantes de minicursos, de mesas redondas e também como pareceristas. Os alunos da graduação em Serviço Social e de outras graduações da UFPI e de outras IES de ensino, como também os alunos da Pós-Graduação em Políticas Públicas e de outras áreas, também estiveram presentes na organização, seja como monitores e/ou como participantes do conjunto de atividades que interessavam as suas áreas de estudo. Sem contar a participação de muitos discentes de outras IES do país e de outros países da América Latina. Importa salientar ainda a contribuição dos trabalhadores do quadro permanente ou não dos Departamentos de Serviço Social, de Ciências Sociais, do setor de TI e de Comunicação Social, bem como do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, que têm sido fundamentais para o pleno êxito de cada SINESPP.

Os sujeitos protagonistas

Ao longo da trajetória histórica do SINESPP vários atores e sujeitos protagonizaram a concretização desse importante evento. Sejam atores institucionais, sejam sujeitos procedentes da graduação e da pós-graduação da UFPI, foram e têm sido responsáveis pelo êxito de cada evento. Entre os atores

institucionais, cita-se a UFPI desde a Reitoria e suas unidades administrativas, até a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e outras Pró-Reitorias de suporte a eventos científicos da IES, além das direções do Centro de Ciências Humanas e Letras, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e os Departamentos com os quais esse programa têm vínculos. Neste caso, sobretudo os Departamentos de Serviço Social e de Ciências Sociais⁸.

Externamente à UFPI, a cada evento, atores institucionais, governamentais e não governamentais, localmente e nacionalmente têm dado suporte material e financeiro aos SINESPPs, a exemplo das secretarias estaduais e municipais do estado do Piauí, além das agências de fomento como a CAPES, CNPq e a FAPEPI. Um outro destaque são os pesquisadores e docentes das universidades estrangeiras, de Portugal, Espanha, Argentina, Uruguai, França e Colômbia com os quais o PPGPP, através dos SINESPP, estabeleceu intercâmbios. Além disso, têm participado do evento, profissionais, pesquisadores, docentes e discentes de diversas universidades do país, sobretudo da região nordeste, interessados nas temáticas abordadas em cada edição do evento.

Momentos SINESPPianos

A seguir serão mostradas imagens de momentos fundamentais do SINESPP, extraídas de arquivos pessoais de professoras que contribuíram e contribuem para a organização de cada evento. Seguem, também, imagens de palestrantes, de mesas, de banners e de momentos festivos ocorridos durante a concretização dos SINESPPs.

Mesa de abertura I SINESPP 2016 Mesa Redonda – I SINESPP 2016

⁸ Atualmente o Departamento de Ciências Sociais tem os Programas de Pós-Graduação em Sociologia, Ciência Política e Antropologia.

Mesa de abertura I SINESPP 2016



Conferencistas: Profas. Carmelita Yasbek e Silvia

Mesa Redonda – I SINESPP 2016



Palestrantes: Profas. Eucaris Olaya; Regina Miotto; Soto Solange Teixeira

Cartaz alusivo o II SINESPP



Docentes e discentes da organização do II SINESPP

Cartaz alusivo ao III Mesa redonda



III Simpósio Internacional sobre Estado,
Sociedade e Políticas Públicas

Profas D'Alva Macedo; Simone Guimarães; Solange Teixeira; Rosilene Sobrinho;
Rosário Silva; Edna Joazeiro. Doutoranda Paula Raquel (no centro)

Docentes e discentes da organização do II SINESPP



Docentes e discentes do PGPP e palestrantes do I SINESPP

Palestrantes do IV SINESPP

IV SINESPP
Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas
DESIGUALDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS:
(DES)PROTEÇÃO SOCIAL, (IN)CERTEZAS E RESISTÊNCIAS

24/08
14h00 às 15h30

MESA REDONDA I
"EMBATES NO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E (IN)CERTEZAS NA PROTEÇÃO SOCIAL"


Dr. Evilásio Salvador
UnB • Brasil


Dr. Marcio Pochmann
Unicamp • Brasil

De 23 a 26
Agosto de 2022

Universidade Federal do Piauí - UFPI - Teresina - Brasil
Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas - PPGPP

Conferencista do IV SINESPP

IV SINESPP
Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas
DESIGUALDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS:
(DES)PROTEÇÃO SOCIAL, (IN)CERTEZAS E RESISTÊNCIAS

26/08
16h00 às 18h00

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO
"CAMINHOS E PERSPECTIVAS NA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES"


Prof. Dr. Boaventura de Sousa
Santos
Univ. de Coimbra • Portugal

De 23 a 26
Agosto de 2022


Universidade Federal do Piauí - UFPI - Teresina - Brasil
Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas - PPGPP

Conclusão

O SINESPP tem se revelado um evento fundamental, tanto no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, quanto na UFPI e no mundo acadêmico, local, regional nacional e internacional. A cada edição verifica-se: socialização de conhecimentos; troca de experiências de pesquisas entre pesquisadores nacionais e internacionais; articulação entre graduação e pós graduação; problematização de questões das realidades do Piauí, do Brasil, da América latina e do mundo; debates em torno de temas relativos à sociedade, ao Estado e suas articulações com as políticas públicas; participação de profissionais, pesquisadores, docentes e estudantes interessados e afeitos às temáticas abordadas.

Esse é um evento que ultrapassa as dimensões acadêmicas e científicas para se colocar inserido na realidade social mais ampla, através de suas produções e programação, revelando um conjunto de análises e de práticas que possam contribuir para, através de suas conclusões e suporte teórico apresentado, responder às necessidades e problemas do cotidiano de milhares de trabalhadores e pobres. O número crescente de trabalhos apresentados, a participação efetiva de professores, profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação mostram a importância que o evento trouxe e traz para as realidades locais e nacionais.

Os desafios são imensos, sobretudo se se levar em conta que as universidades sofrem sucateamento ao longo dos anos, com recursos parcos para promover eventos de grande porte, como se pretende ser o SINESPP. Por outro lado, o SINESPP deve ser considerado como uma atividade de extensão, já que pela sua forma de organização e programação, é também um espaço de vivências e práticas resgatadas pelos sujeitos protagonistas desse evento. Como tal, os desafios se colocam

ainda mais presentes por conta de, historicamente, não ser tão valorizada nos espaços do cotidiano acadêmico, como as atividades de ensino por exemplo.

Enfim, o SINESPP está consolidado como evento científico de excelência. E a garantia de sua continuidade se mostra com a programação, em curso, do V SINESPP a ser realizado em 2024.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**. Volume 15, p.317-343, 1º semestre de 2011.

BRUCK, Mozahir Salomão. Entrevista: Profa. Eclea Bosi – Memorial: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva**: Minas Gerais: PUC, n. 2, 2012.

FRANÇA JÚNIOR. R.P. Uma crise estrutural do capital: as relações Estado-sociedade e o mito do terceiro setor. São Paulo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 142, p. 380, 2021.

HAGUETE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

IZQUIERD. I. Memórias. São Paulo. **Estudos avançados**. USP, v. 3, n. 6, p. 89, 1989.

LIVACIC, Gastón Passi; BELIEIRO JR., José Carlos Martines. O autoritarismo latino-americano: uma discussão acerca dos mecanismos de legitimação e as heranças autoritárias no brasil (1964-1985) e no chile (1973-1990). **Revista NEIBA**. Cadernos Argentina-Brasil, v. 9, p. 01-29, 2020.

UFPI. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. **Folder do SINESPP nacional**, Teresina, 2010 (nacional).

UFPI. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.
Anais. I SINESP, Teresina, 2016 (internacional).

UFPI. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.
Anais. II SINESP, 2018 (internacional).

UFPI. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.
Anais. III SINESP, Teresina, 2020 (internacional).

UFPI. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.
Anais. IV SINESP, Teresina, 2022 (internacional).

FERREIRA. M. D. M. SILVA. M.R.F.S. GUIMARÃES. S.J.
O Serviço Social no Brasil: formação, práticas sociais, organização profissional - desafios atuais. Dados da pesquisa “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil”. In: <https://tinyurl.com/2s88as9u>.

Jornada Científica de Serviço Social da UFPI: rememoração, celebração e continuidade

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Mayra de Sousa Gomes

Isadora Ravenna de Brito Pedreira

Introdução

Em 2007 foi realizada a primeira Jornada Científica de Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, com objetivo de divulgar o trabalho de pesquisa e produção bibliográfica de docentes, discentes e de profissionais em geral, potencializando este fazer e oportunizando a troca de saberes entre a comunidade universitária e desta com a sociedade piauiense. Desde então, foram dez edições da Jornada, completando dezesseis anos de trajetória, com o último evento ocorrido em 2023.

Dito isto, esse trabalho pretende contribuir com o registro histórico da Jornada Científica de Serviço Social da UFPI, a partir de um relato de experiência, articulado com análise documental de relatórios de extensão, imagens e outros dados disponíveis na Coordenação de Curso, no Departamento de Serviço Social e no SIGAA. Com a rememoração desse im-

portante evento científico espera-se celebrar a sua trajetória, colaborar com a socialização dos seus resultados e contribuir com a sua consolidação e continuidade.

A trajetória da Jornada Científica de Serviço Social

A Jornada Científica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, no ano de 2023, completou dezesseis anos e teve dez edições, em que discutiu as mais diversas temáticas, difundiu os conhecimentos de discentes, docentes e demais profissionais e contribuiu para o espraiamento de saberes, a partir de palestras, minicursos, envio de trabalhos, etc. Desse modo, os temas das edições do evento se organizaram da seguinte forma:

Quadro 1 – Edições das Jornadas Científicas de Serviço Social, por ano e tema

Edição	Ano	Tema
I	2007	Jornada Científica do Departamento de Serviço Social
II	2008	Particularidades da questão social: gênero e orientação sexual, raça/etnia e geração
III	2009	Olhares e lugares da profissão no Brasil
IV	2012	Desafios do Trabalho Profissional: o conhecimento como mediação
V	2013	Políticas públicas e impasses do trabalho social territorializado
VI	2014	Ditadura e democracia no Brasil: impactos no exercício profissional do assistente social
VII	2016	40 anos do curso de Serviço Social da UFPI
VIII	2019	Serviço Social, democracia e participação
IX	2021	Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho profissional
X	2023	Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí

Fonte: Sistematização a partir de relatórios das Jornadas Científicas de Serviço Social

A I Jornada Científica de Serviço Social foi realizada no período de 05 e 06 de dezembro de 2007, no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, tendo em sua programação: mesas redondas, lançamento de livros, atividades culturais e grupos de trabalhos. As mesas do evento tiveram como temas “A recente produção científica do DSS em nível de pós-doutoramento” e “A recente produção científica do DSS em nível de doutoramento”, visando socializar os resultados de pesquisas de docentes do departamento. Em relação aos livros, foram lançadas a quinta edição da revista “Serviço Social e Contemporaneidade”, coletânea organizada pelo Departamento de Serviço Social da UFPI, assim como o livro “União em saúde mental”, organizado pela professora Lúcia Cristina dos Santos Rosa.

Um aspecto importante acerca da I Jornada diz respeito a sua finalidade científica que, na época, aparecia como inovadora no Departamento de Serviço Social. Para tal, contou com um Comitê Científico, que elaborou as normas para submissão de trabalhos, estabelecendo que poderiam se inscrever no evento, bem como submeter trabalhos para apresentação, professores, alunos e profissionais de Serviço Social ou de outras áreas interessadas no evento. Os trabalhos submetidos poderiam ter a forma de Comunicação (produtos de pesquisa, extensão, relatos de experiências); Pôster; Documentários e demais trabalhos audiovisuais ou visuais, sendo avaliados pelo Comitê Científico da Jornada.

Em discurso proferido pela professora Valéria Silva na abertura da I Jornada Científica de Serviço Social, é destacado sobre sua importância naquele momento histórico:

[...] a nossa I Jornada, se atribui este papel: o de pontuar, problematizar os rumos, escolhas, construtos e produtos do fazer acadêmico e profissional *latu sensu*, na qualidade de profissionais de campo, professores e discentes do

curso. Em vista disso, senhores e senhoras, é com muita alegria que me dirijo a cada um e a cada uma para dizer da importância deste evento para o nosso coletivo. Este Departamento, que prima pela presença destacada nos campos do ensino em nível de graduação e pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da produção do conhecimento na UFPI, sente-se hoje ainda mais firme nesse caminho com a realização da sua I Jornada Científica. Certamente, ela não é o primeiro evento desta natureza promovido pelo DSS, outros importantes fóruns que tomaram a investigação como tema central já o antecederam. Há, porém, neste evento algumas características que o particularizam na relevância e que justificam a sua primazia: primeiro, a horizontalidade das trocas discursivas dentro da categoria, manifesta aqui pela interlocução propiciada entre Professores, Supervisores de campo, Alunos e Profissionais de um modo geral. Segundo, por estarmos nesse momento passando pela implantação de um currículo novo do curso de Serviço Social, sobre o qual este Departamento tem responsabilidade particular, pois oferece a maioria das disciplinas que compõem o seu projeto pedagógico do curso, podendo esta jornada acenar com questões que devam ser consideradas no dia-a-dia da construção e operacionalização desse projeto. Terceiro, por acontecer num momento em que celebramos conquistas colimadas a partir do grande esforço das professoras no que diz respeito à qualificação do quadro docente do DSS. Dos 16 efetivos que somos – 15 têm formação em nível de doutorado e 01 em nível de mestrado. Das doutoras, 02 já realizaram seu estágio pós-doutoral. É este perfil do DSS que o permite consolidar hoje no cenário universitário, em parceria com o DCS, o Programa de Políticas Públicas, recém avaliado com o conceito 4 pela Capes (Silva, 2007).

Assim, a Jornada Científica inicia em 2007 uma trajetória de eventos de cunho científico no Departamento de Serviço Social, de modo a socializar as produções científicas de docentes e discentes da UFPI, bem como assistentes sociais e demais profissionais do Piauí. O contexto histórico do evento

foi também marcado pela conclusão de pesquisas de doutorado e pós-doutorado de docentes do DSS, assim como pela emergência do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. No quadro 2 está contemplada a sua programação:

Quadro 2 - Programação da I Jornada Científica de Serviço Social

04 de dezembro de 2007	
09h	Instalação da feira de livros
09h30	Abertura
10h	Mesa: A recente produção científica do DSS em nível de pós-doutoramento. Famílias adotivas: a representação do judiciário. Profa. dra. Rita Sobral
12h	Almoço
14h30	Grupos de trabalhos
18h30	Lançamentos: Revista Serviço social e contemporaneidade n 5; Libro União em saúde mental Profa Dra Lúcia Rosa
19h30	Atividade cultural
05 de dezembro de 2007	
08h30	Mesa: A recente produção científica do DSS em nível de pós-doutoramento. Profa Dra Lila Luz
12h	Almoço
14h30	Grupos de trabalhos
18h30	Encerramento

Fonte: Sistematização a partir do Relatório da I Jornada Científica de Serviço Social

No ano seguinte, em 2008, foi realizada a II Jornada Científica de Serviço Social, tendo como tema “Particularidades da questão social: gênero e orientação sexual, raça/etnia e geração”, em uma intensa programação de três dias, de 05 a 07 de novembro, onde aconteceram conferências, mesas re-

dondas, painéis, grupos de trabalhos, atividades culturais e feira de livros.

Enquanto a primeira edição do evento teve como expositoras e palestrantes as “pratas da casa”, ou seja, docentes do Departamento de Serviço Social da UFPI, a II Jornada contou com participantes externos tanto ao Departamento, da UFPI e do Piauí, fomentando o diálogo intersetorial, interdisciplinar e inter-regional. A Conferência de abertura teve como tema “Questão Social e ações do Estado no nordeste brasileiro”, tendo a Profa. Dra. Cláudia Alves Durans, do Departamento de Serviço Social da UFMA como palestrante.

Assim como na edição anterior, o evento possibilitou a submissão de resumos por docentes, discentes, assistentes sociais e demais interessados, nas modalidades de Comunicação, Pôster ou Documentários e demais trabalhos audiovisuais, tendo 34 trabalhos científicos avaliados pela comissão. Os resumos foram apresentados a partir dos seguintes eixos temáticos: I – Política de Saúde e assistência: controle social e prática profissional; II – O idoso na contemporaneidade: condição social e políticas de proteção; III – Juventude(s) em debate: condição social, trabalho e afetividade; IV – Questão urbana, movimentos sociais e políticas públicas; V – Gênero e juventude(s): violência, lazer e trabalho. 7

Quadro 3 - Programação da II Jornada Científica de Serviço Social

05 de novembro de 2008	
14h	Instalação da Feira de Livros
14h30	Abertura
15h20	Conferência: Questão Social e ações do Estado no nordeste brasileiro Profa. Dra. Cláudia Alves Durans – UFMA/Departamento de Serviço Social

06 de novembro de 2008	
08h30	Mesa redonda: Família e Gerações nas novas dinâmicas sociais piauienses
12h	Almoço
14h30	Painel: Estágio Supervisionado em debate; Coordenadora de mesa: Prof. Ms. Lúcia Vilarinho – UFPI / Departamento de Serviço Social
16h	Encerramento/entrega de certificados do Curso de Supervisão do DSS/UFPI; GTs
18h	Atividade Cultural

07 de novembro de 2008	
08h30	Mesa: Gênero, raça/etnia e orientação sexual no contexto das políticas públicas. Coordenadora de mesa: Profa. Dra. Rita de Cássia C. Sobral - UFPI / Departamento de Serviço Social
10h	Grupos de trabalhos
12h	Almoço
14h30	Grupos de trabalhos
18h	Encerramento

Fonte: Sistematização a partir do Relatório da II Jornada Científica de Serviço Social

No período de 10 a 12 de novembro de 2009 foi realizada a III Jornada Científica de Serviço Social, com o tema “Olhares e lugares da profissão no Brasil” e, além disso, teve como objetivo divulgar o trabalho de pesquisa, produção bibliográfica e experiências de docentes, discentes e de profissionais em geral, potencializando este fazer e oportunizando a troca de saberes entre a comunidade universitária e desta com a socie-

dade piauiense; além de socializar experiências de trabalhos de profissionais da área.

A terceira edição da Jornada contou com 182 participantes, 38 trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral, 07 pôsteres, contando ainda com conferências, palestras e minicursos. O evento teve como público alunos e profissionais de Serviço Social e áreas afins.

Os resumos científicos apresentados foram organizados a partir de seis eixos temáticos: I – Políticas públicas e ações coletivas na cidade e no campo; II – Gênero e violência em debate; III – Serviço Social e saúde; IV – Sociabilidades juvenis; V – Serviço Social: questões da prática profissional; VI – Estado e políticas públicas (UFPI, 2009). Logo abaixo, segue a programação da III Jornada:

Quadro 4 - Programação da III Jornada Científica de Serviço Social

10 de novembro de 2009	
16h	Instalação da Feira de Livros; Instalação da mostra de vídeo
16h30	Abertura
17h	Conferência: Olhares e lugares da profissão na contemporaneidade. Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes – UNAMA
19h	Lançamento de livros
19h30	Atividade Cultural
11 de novembro de 2009	
08h30	Mini cursos/ Oficinas; Instalação da exposição de pôster
12h	Almoço
14h30	Grupos de trabalho
18h	Lançamento do documentário: Juventudes na cena urbana

12 de novembro de 2009	
08h30	Ciclo de palestras
12h	Almoço
14h30	Grupos de trabalhos
18h	Programação cultural

Fonte: Sistematização a partir do Relatório da
III Jornada Científica de Serviço Social

Após três anos consecutivos de realização de Jornadas Científicas de Serviço Social, o evento passou por um triênio de hiato, de modo que a sua quarta edição aconteceu apenas em 2012.

A IV Jornada Científica de Serviço Social, realizada no ano de 2012, teve como tema “Desafios do trabalho profissional: o conhecimento como mediação”. O evento contou com uma programação no período de 30 e 31 de outubro e 01 de novembro e teve objetivo similar à edição anterior, com submissão de trabalhos na forma de comunicação, pôster e documentários à comissão científica. As inscrições e submissões de trabalhos contemplavam docentes, discentes e profissionais de serviço social e áreas interessadas no evento. É preciso ressaltar que os documentos sobre a quarta edição são escassos e não foi possível obter a programação do evento.

No ano seguinte, a V Jornada Científica de Serviço Social foi realizada em 12 a 14 novembro, com tema “Políticas públicas e impasses do trabalho social territorializado”, tendo como objetivos: estimular a interação entre docentes, profissionais e supervisores de estágio do Curso; propiciar trocas acadêmicas entre a graduação e pós-graduação; divulgar trabalhos, pesquisa e produção bibliográfica de docentes, discentes e de profissionais em geral, potencializando o fazer profissional e

oportunizando a troca de saberes entre a comunidade universitária e a sociedade; socializar os projetos de intervenção dos estagiários nos campos de estágio (UFPI, 2013).

A quinta edição do evento, que contou com 129 participantes, teve como tema da conferência Magna “Intersectorialidade e territorialidade: novos enfoques para a gestão social” proferida pela Assistente Social Mara Rúbia Félix, Gerente da Regional Barreiro – BH/MG. Na sequência, o primeiro dia do evento teve uma programação que incluiu ações como lançamento de livros e atividades culturais.

Nos dias seguintes o auditório do Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL foi palco da mesa redonda “Políticas públicas, Territorialidade e o Trabalho Social em equipe” comandada pelas assistentes sociais Suziane Santos, Sherom Torres e a enfermeira Nanci Loiola. Ademais, ocorreram também os minicursos: “famílias no contexto da saúde mental”, “A importância do CRESS para a defesa das políticas públicas”, “O serviço social na previdência” e “A importância dos instrumentais técnico operativos para o trabalho operacional no judiciário”, além dos 09 trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral (UFPI, 2013). No quadro a seguir, está sintetizada a programação da quinta edição da Jornada:

Quadro 5 - Programação da V Jornada Científica de Serviço Social

12 de novembro de 2013	
15h30	Credenciamento
17h30	Abertura solene
18h30	Conferência magna: Intersectorialidade e territorialidade: novos enfoques para a gestão social, Assis. Social Mara Rúbia Félix Gerente da Regional Barreiro – BH/MG
20h	Atividade cultural; Lançamento de livros

13 de novembro de 2013	
08h30	Mesa-redonda: Políticas públicas, Territorialidade e o Trabalho Social em equipe (Assist. Soc. Suziane Santos, Assist. Soc. Sherom Torres, Enf. Nanci Loiola - Residência Multiprofissional em saúde da família – UESPI)
14h30	Grupos de trabalho
14 de novembro de 2013	
08h30	Minicurso
14h30	Grupos de trabalho
17h30	Atividade cultural

Fonte: Sistematização a partir do Relatório da V Jornada Científica de Serviço Social

Seguindo as ações anteriores, no ano seguinte a VI Jornada Científica de Serviço Social foi realizada com o tema “Ditadura e democracia no Brasil: impactos no exercício profissional do assistente social”. Chama-se a atenção que o período do evento, realizado de no período de 13 a 15 de maio de 2014, perpassou a comemoração ao dia do(a) assistente social, o que passou a ser uma constante nas edições seguintes.

O seu objetivo, semelhante às demais edições, consistiu em divulgar o trabalho de pesquisa, produção bibliográfica e experiências de docentes, discentes e de profissionais em geral, possibilitando a interação e comunicação entre a comunidade universitária com a sociedade piauiense. Na figura 1, é possível contemplar a arte do evento:

Figura 1 - Arte de Divulgação da VI Jornada Científica de Serviço Social



Fonte: Arquivo das autoras (2014)

O público participante contou com professores, alunos e profissionais de Serviço Social e de outras áreas interessadas no assunto. Com referência à submissão dos trabalhos, a comissão científica foi responsável pela avaliação do material, seja na forma de comunicação (produtos de pesquisa, extensão, relatos de experiências); de pôster ou de documentários e demais trabalhos audiovisuais ou visuais.

Sob a coordenação da professora Lila Cristina Xavier Luz, o evento contou com um roteiro multidisciplinar que contou com feira de livros, exposição de imagens, canções temáticas, mostra de cinema, grupos de discussão e minicursos. Outros-sim, teve como abertura à Conferência: “Direitos humanos e

diversidade em diferentes contextos no Brasil” com o Professor Marcos José Oliveira Duarte - UERJ. Logo abaixo, está a programação completa da jornada:

Quadro 6 - Programação da VI Jornada Científica de Serviço Social

13 de maio de 2014	
16	Credenciamento; Instalação da Feira de Livros; Instalação da exposição: Imagens sobre a ditadura em países da América Latina e no Brasil por Prof ^a Valéria Silva; Canções de protestos sobre a ditadura em países da América Latina e no Brasil Por Prof ^a Lila Luz
16h30	Abertura
17h	Conferência: “Direitos humanos e diversidade em diferentes contextos no Brasil” Conferencista: Prof. Dr. Marcos José Oliveira Duarte - UERJ. Coord.: Prof ^a Lila Luz
19h	Atividade Cultural
14 de maio de 2014	
08h30	Minicursos
12h00	Mostra de cinema sobre ditadura no Brasil: O que é isso companheiro
14h30	Grupos de discussão
17h30	Mostra de cinema sobre ditadura no Brasil: Pra frente Brasil
15 de maio de 2014	
08h30	Minicursos
12h00	Mostra de filmes sobre ditadura no Brasil: Zuzu Angel
14h30	Grupos de discussão
17h30	Encerramento

Fonte: Sistematização a partir do Relatório da IV Jornada Científica de Serviço Social

Em 2016, o Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí celebrou 40 anos de sua criação, fato que motivou a temática e a programação da VII Jornada Científica, realizada de 18 a 20 de maio, no Auditório do CCHL. Na imagem 2, é possível apreciar a arte de divulgação:

Figura 2 – Arte de Divulgação da VII Jornada Científica de Serviço Social



Fonte: Arquivo das autoras (2016)

O evento teve palestras, minicursos, mesas-redondas e comunicações orais. A abertura ocorreu no dia 18 de maio, com a mesa-redonda “História do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí” com a participação da Profa. Dra. Simone de Jesus Guimarães, Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Silva e Profa. Ma. Maria Vera Lucia Leite Nogueira. Destaca-se a presença de docentes ativas e aposentadas do curso, assim como discentes egressos, tanto nas mesas quanto participando do evento.

Quadro 7 - Programação da VII Jornada Científica de Serviço Social

18 de maio de 2016	
08h30	Abertura
09h	Mesa redonda: histórias do Curso De Serviço Social da Universidade Federal Do Piauí: Profa. Dra. Simone de Jesus Guimarães, Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Silva e Profa. Ma. Maria Vera Lucia Leite Nogueira.
14h	Mesa redonda: Movimento Estudantil no Curso de Serviço Social na Universidade Federal Do Piauí: Profa. Dra. Marlúcia Valéria da Silva, Profa. Dra. Masilene Rocha Viana e Elaine Cristina, representante CASS.
16h	Comunicações GT
19 de maio de 2016	
08h	Minicursos
14h	Comunicações GT
20 de maio de 2016	
08h	Minicursos
14h	Palestra Profa. Dra. Josefa Batista Lopes – UFMA

Fonte: Sistematização a partir do Relatório da VII Jornada Científica de Serviço Social

Três anos depois, nos dias 27 e 28 de maio de 2019, foi realizada a VIII Jornada, também em alusão à passagem do dia do Assistente Social. As inscrições e submissão de trabalhos abrangeram professores, alunos e profissionais de Serviço Social ou de áreas. O evento teve como tema “Serviço Social, democracia e participação” e objetivou divulgar os trabalhos de pesquisa, produção bibliográfica e experiências de docentes, discentes e de profissionais do Serviço Social, difundindo os conhecimentos produzidos na academia para além de seus espaços institucionais.

Assim como nas demais edições, na VIII Jornada Científica de Serviço Social os trabalhos foram submetidos ao Comitê Científico a partir de seis eixos temáticos: I - Democracia, participação e movimentos sociais; II - Serviço social: formação e trabalho profissional; III - Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades; IV - Serviço Social e Políticas Públicas; V - Desigualdades sociais e pobreza; VI - Questões geracionais: infância, juventude e idoso, sendo aprovados para apresentação 72 resumos.

Figura 3 – Arte de Divulgação da VIII Jornada Científica de Serviço Social



Fonte: Arquivo das autoras (2019)

A IX Jornada Científica de Serviço Social ocorreu no período de 27 a 28 de maio de 2021, no cenário da pandemia do novo coronavírus, elegendo, portanto, como tema central

“Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho”. A programação do evento foi desenvolvida de forma remota, com o apoio das tecnologias digitais de informação e comunicação, com transmissão online através do *Youtube* e do *Google Meet*, em decorrência da suspensão das atividades presenciais na Universidade Federal do Piauí, pela necessidade de resguardar a saúde da comunidade universitária e mitigar a transmissão da Covid-19 (Pereira, 2021).

Figura 4 – Arte de Divulgação da IX Jornada Científica de Serviço Social



Fonte: Arquivo das autoras (2021)

A programação do evento foi desenvolvida através da Conferência de Abertura, com tema “Serviço Social no contexto da pandemia: desafios ao trabalho e formação profissional”; contou ainda com duas mesas redondas, que versaram sobre os desafios para o Serviço Social no campo da assistência social e da saúde; apresentação de trabalhos científicos

na modalidade de comunicação oral; lançamento de livros e e-books; dez minicursos e atividades culturais. Para concluir o evento houve a sessão solene de encerramento em comemoração aos 45 anos do curso de Serviço Social da UFPI. A seguir no quadro 8, está a programação da jornada:

Quadro 8 - Programação da IX Jornada Científica de Serviço Social

27 de maio de 2021	
8h30	Mesa solene de abertura
9h	Conferência de abertura: Serviço Social no contexto da pandemia: desafios ao trabalho e formação profissional. Palestrantes: Profa. Dra. Yolanda Guerra (UFRJ); Profa. Dra. Carmelita Yazbek (PUC-SP)
14h	Grupos de trabalho - apresentação das comunicações orais
18h	Lançamento de livros
28 de maio de 2021	
08h	Minicursos
14h	Mesa Redonda 01: Desafios para o Serviço Social no campo da assistência social no contexto da pandemia. Palestrantes: Profa. Dra. Rosilene Marques (UFPI); Profa. Jucimeire Silveira (PUC-PR)
15h30	Debate
16h	Mesa Redonda 02: Desafios para o Serviço Social no campo da saúde no contexto da pandemia, Palestrantes: Prof ^a Dra. Raquel Soares (UFPE); Profa. Dra. Marina Castro (UFJF)
17h30	Debate
18h	Sessão solene de encerramento

Fonte: Site do programa Memória do Serviço Social no Piauí

A nona edição da Jornada Científica de Serviço Social, contou com a participação de pesquisadores(as), profissionais

e palestrantes de reconhecimento regional, nacional e internacional no campo do Serviço Social e das Políticas Públicas, proporcionando articulações entre docentes, pesquisadores, discentes da graduação e pós-graduação, profissionais de distintas instituições e regiões (Pereira, 2021). Apesar de não ter recebido nenhum tipo de financiamento e ter inscrições gratuitas, o evento teve grande demanda de interessados, surpreendendo a todos e contou com quase 500 pessoas inscritas.

Dessa forma, só foi possível realizar o evento graças aos esforços da comissão organizadora e dos(as) monitores(as), integrando um coletivo de docentes e discentes da graduação em Serviço Social e da pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI. Além disso, o Comitê Científico da IX Jornada recebeu 81 trabalhos, que foram encaminhados a pareceristas *ad hoc*, sendo 66 aprovados e apresentados na modalidade comunicação oral, conforme quadro 9. A maioria dos(as) autores(as) eram do Piauí, mas também tinham trabalhos de outros estados e regiões (Pereira, 2021).

Quadro 9 – Trabalhos por eixos temáticos – IX Jornada Científica de Serviço Social (2021)

GT	Eixo Temático	Quant. Trab.
I	Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais	17
II	Formação Profissional: ensino, Pesquisa, extensão e gestão acadêmica no contexto pandêmico	07
III	Trabalho profissional do assistente social no contexto da pandemia da COVID-19	06
IV	Democracia, Controle Social e Gestão Pública	04
V	Direitos Humanos, cidadania e desigualdades sociais (Cultura, Sociedade, Identidades, Questões de Gênero, raça, Etnia e Geração, Questões Agrária, Urbana e Ambiental)	17

VI	Manifestações da Questão Social na pandemia da COVID-19, Estado, Sociedade Civil e os desafios para o Serviço Social	09
----	--	----

Fonte: Sistematização a partir dos Anais da IX Jornada Científica de Serviço Social

A décima edição da Jornada, com o tema “Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí” ocorreu nos dias 8 a 10 de maio de 2023 e foi organizada pelo departamento de Serviço Social em conjunto com o Conselho Regional de Serviço Social 22º região - CRESS Piauí, com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP/UFPI e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI.

Figura 5 – Arte de Divulgação da X Jornada Científica de Serviço Social



Fonte: Arquivo das autoras (2014)

Assim como as demais edições, a programação do evento (quadro 10) contou com minicursos, lançamentos de livros e e-books, mesa temáticas e apresentação de artigos científicos; além de palestrantes de referência para o estudo e atuação do Serviço Social brasileiro, como docentes, discentes, assistentes sociais e pós-graduandos do PPGPP que estudam e pesquisam a área.

Quadro 10 - Programação da X Jornada Científica de Serviço Social

08 de maio de 2023	
8h30	Exposição dialogada: O estágio supervisionado como componente estratégico da formação profissional em Serviço Social
9h30	Debate
10h	Mesa redonda: Diálogos sobre a supervisão de estágio em Serviço Social na realidade do Piauí
11h	Debate
11h30	Lançamento do livro “O estágio supervisionado no Piauí: saberes e experiências”
14h30	Mesa solene de abertura
15h	Mesa da abertura do evento: Serviço Social e Questão Social no Nordeste
17h	Debate
17h30	Lançamento da plataforma Antirracista (ABEPSS)
18h	Lançamento de livros, Coffe Break e Atividade Cultural
09 de maio de 2023	
08h30	Minicursos
14h	Mesa redonda 1 - Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social: desafios e perspectivas do exercício profissional no Piauí

16h	Debate
16h30	Mesa redonda 2 – Questão Social e formação profissional em Serviço Social: desafios e perspectivas no Nordeste e no Piauí
18h	Debate
10 de maio de 2023	
09h	Comunicação oral
14h30	Conferência de Encerramento
16h	Debate
16h30	Mesa solene de encerramento

Fonte: Sistematização a partir dos Anais da X Jornada Científica de Serviço Social

Sob a coordenação da Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira, a X Jornada Científica de Serviço Social teve como objetivo divulgar os trabalhos de pesquisa, produção bibliográfica, estudo teórico e experiências de docentes, discentes e demais profissionais. O evento contou com 49 resumos expandidos aprovados pelo comitê científico que foram publicados nos anais da Jornada com o apoio da FAPEPI que estão disponíveis no *site* do Programa História e Memória do Serviço Social no Piauí com o seguintes eixos temáticos: I- Trabalho, questão social e Serviço Social, II- Política social e Serviço Social, III- Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, IV, Movimentos sociais e Serviço Social, V- Questão agrária, urbana, ambiental, e Serviço Social, VI- Ética, direitos humanos e Serviço Social e VII- Serviço Social, Relações e Exploração/Operação de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades.

Cabe destacar que a nona e décima edição da Jornada Científica foram as únicas em que houve publicação dos anais com os trabalhos aprovados, que estão disponíveis no site do

Programa Memória do Serviço Social no Piauí: *sesopiaui.com.br*. Tal fato só foi possível em decorrência do financiamento do CNPq para bolsa de produtividade da Professora Solange Teixeira, uma das organizadoras dos eventos, o que evidencia a importância de ações de financiamento para o fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Conclusão

O presente artigo visa contribuir com o registro histórico das Jornadas Científicas de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, ao analisar como têm ocorrido os eventos ao longo de dezesseis anos. Isso posto, fica patente que as Jornadas alcançaram dimensões importantes e vem desempenhando um papel significativo não apenas para o Serviço Social, mas para as políticas públicas e demais áreas que dialogam com a profissão.

Ficou evidenciado o potencial e a relevância desses eventos através da identificação dos sujeitos que colaboraram diretamente e indiretamente na concretização das jornadas científicas; da investigação das normas, relatórios, editais e demais documentos históricos; da descrição de cada programação elaborada; identificação da diversidade das abordagens das temáticas e do compartilhamento dos desafios e reflexões promovidos em relação ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Ademais, destaca-se a grande contribuição para o fomento da pesquisa e da produção do conhecimento científico no âmbito do serviço social, a qual o referido evento adquiriu dimensão histórica importante.

Em suas diferentes edições, a Jornada Científica de Serviço Social foi coordenada por distintos grupos de docentes, mas sempre contando com a colaboração de discentes, técnicos e assistentes sociais, de modo que se consolida como um even-

to coletivo do Departamento e da Coordenação de Serviço Social da UFPI, sendo um dos poucos existentes por tão longo período. Com o passar dos anos, a Jornada Científica vem adquirindo mais visibilidade, passando a contar com o apoio também do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Piauí. As últimas edições também são destaque na participação de sujeitos de outros Estados, não apenas como palestrantes, mas também como participantes ouvintes e na condição de apresentadores de trabalhos.

Apesar disso, permanece a dificuldade de realização do evento no que diz respeito ao seu financiamento. As primeiras edições da Jornada de Serviço Social contavam com inscrições pagas, em valores simbólicos, que variaram entre R\$3,00 a R\$15,00 reais, o que possibilitava cobrir as despesas básicas do evento, como material para inscrição, pastas, canetas, *folders*, cartazes, *coffee break* etc. Essa prática passou a não existir mais e as inscrições para a Jornada Científica de Serviço Social passaram a ser gratuitas, visando ampliar o acesso para estudantes, profissionais e demais interessados, tendo como horizonte o fortalecimento do princípio da gratuidade da educação superior pública. Todavia, permanece a dificuldade do financiamento, considerando que nem sempre a UFPI oferece o material e as condições necessárias para a realização dos eventos, ficando o mesmo a cargo exclusivo dos seus organizadores. Esse é um desafio que perpassa o desfinanciamento da educação superior brasileira e a desvalorização da extensão universitária, que encontra poucos recursos disponíveis para sua manutenção.

Destaca-se também o desafio de (re)lembrar essa trajetória considerando a situação dos registros e documentos que, muitas vezes, são inexistentes. Conforme pode-se constatar, este trabalho sistematizou a trajetória das jornadas científicas

cas; apresentou a importância de identificar os fatores a serem aperfeiçoados na construção de pesquisas na área; além de ter possibilitado a compreensão dos eventos como elementos potencializadores do intercâmbio de experiências.

Referências

SILVA, Marlúcia Valéria. **Abertura 1ª Jornada Científica do DSS**. 4 e 5 de dezembro de 2007. (Mimeo). Teresina: UFPI/CCHL/DSS, 2007

PEREIRA, Sofia Laurentino B. Apresentação. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). **Anais: X Jornada Científica de Serviço Social: Serviço Social e Questão Social no Nordeste e no Piauí**. Teresina: Editora Lestu, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yt8u2mtn> Acesso em: 23 nov. 2023.

PEREIRA, Sofia Laurentino B. Apresentação. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). **Anais: IX Jornada Científica de Serviço Social: Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho** Teresina: Editora Lestu, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e9hyh2n> Acesso em: 02 jan. 2024.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). **Anais: IX Jornada Científica de Serviço Social: Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho** Teresina: Editora Lestu, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/3e9hyh2n> Acesso em: 02 jan. 2024.

UFPI. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Relatório da VII Jornada Científica de Serviço Social**. 18 a 20 de maio de 2016. Teresina: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2016.

UFPI. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório da V Jornada Científica de Serviço Social**. 12 a 14 de novembro de 2013. Teresina: Pró-Reitoria de Extensão, 2013.

UFPI. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório da III Jornada Científica de Serviço Social**. 10 a 12 de novembro de 2009. Teresina: Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

UFPI. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório da II Jornada Científica do Departamento de Serviço Social**. 5 a 7 de novembro de 2008. Teresina: Pró-Reitoria de Extensão, 2008.

UFPI. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório da I Jornada Científica do Departamento de Serviço Social**. 4 e 5 de dezembro de 2007. Teresina: Pró-Reitoria de Extensão, 2007.

Saúde e Saúde Mental

Extensão universitária em saúde mental: o controle/participação social e a gestão em foco

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Introdução

O ano de 1978 marca um dos momentos mais intensos do processo redemocratizante brasileiro em que as forças sociais e políticas mobilizadas em torno dos movimentos sociais tradicionais, os partidos políticos e o movimento sindical, se somam aos novos movimentos sociais, que pautam as lutas cotidianas a partir do lugar de moradia e de múltiplas experiências de vida, ganhando destaque os segmentos considerados minorias sociais, dentre os quais as pessoas com transtornos mentais.

Nessa conjuntura favorável, sobretudo pelos desgastes da ditadura militar, as forças progressistas se unem para produzir uma nova institucionalidade para as relações sociais no País, até então dominadas por políticas autoritárias e clientelistas/assistencialistas. Na política de saúde ganha destaque o Movimento da Reforma Sanitária, que postula um Sistema Único de Saúde (SUS), vinculando o direito à saúde como um direito de todos e dever do Estado (universalidade da aten-

ção) e pela democratização do processo de formulação, implementação e avaliação da política de saúde brasileira. Vale lembrar que no Movimento da Reforma Sanitário abriga-se inicialmente o Movimento da Reforma Psiquiátrica, o qual ganha uma identidade própria, por focar a sua luta nos direitos civis, pelo cuidar em liberdade da pessoa com transtorno mental, mas, sem deixar de defender os direitos sociais, figurando como parte constitutiva do primeiro, do SUS.

Coroando todo processo, em novembro de 1985 é convocada a assembleia nacional constituinte, para propor um novo texto constitucional, que culmina com a Constituição Federal de 1988, que abriga parte significativa das demandas populares, expressa na Seguridade Social e na universalização da política de saúde, que rompe com a cidadania regulada, com a distinção entre quem contribui e quem não contribui com a Previdência Social para ter acesso a direitos sociais, como o direito à saúde.

Outro aspecto importante foi a conquista no plano legal/formal do controle/participação social que se materializa, na prática social, inicialmente na VIII Conferência Nacional de Saúde, a primeira a contar com a participação social dos usuários, pois até a VII era um espaço que abrigava exclusivamente representantes técnicos da saúde. O princípio do controle/participação social é alçado como um princípio constitucional, sendo regulamentada a posteriori.

A Lei 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS prevendo duas instâncias principais de representação: as conferências de saúde e o conselho de saúde. Para tanto é necessário a pessoa estar representando alguma instituição estabelecida, ou seja, com CNPJ. Mas, como um processo em construção, a participação/controlado social se amplia em várias direções e

dispositivos, tais como as ouvidorias; os conselhos locais/gestores de cada serviço de saúde; as assembleias de cada equipamento; as caixas de sugestão, entre outras.

Nesse contexto, a gestão compartilhada/participativa torna-se uma diretriz, pois os serviços de saúde passam a ser orientados por 3 objetivos fundamentais:

[...] a produção de saúde; a realização profissional e pessoal de seus trabalhadores; a sua própria reprodução enquanto política democrática e solidária, isto é, inclui a participação dos trabalhadores da saúde, gestores e usuários em um pacto de co-responsabilidade (Brasil, 2004, p. 12)

Assim, na teleologia do SUS, o saber e o poder dos usuários diretos da assistência passam a ser considerados como parte da gestão da política de saúde, em todas as instâncias e serviços. Mas, vários limites se interpõem para efetivamente se garantir a participação/controlar social dos usuários. Dentre os quais, destacam-se 3 limitações, sem desconsiderar a existência de outros percalços. Primeira, a dificuldade de asseguramento de recursos orçamentários, nos planos estadual e municipais piauiense, para o preparo/capacitação dos usuários para exercer o controle/participação social, ou a ausência de transparência em relação a esse aspecto. Há desinformação por parte dos usuários acerca dessa possibilidade e sobre os mecanismos para asseguramento financeiro para tanto, pois há silenciamento. Ressalta-se que apesar da universalidade do SUS, majoritariamente seus usuários diretos na atenção médica e na internação, tendem as camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Destaca-se que em contextos como o piauiense, o nível da pobreza/desigualdade é ainda mais intenso, o que se torna barreira para a participação, inclusive pela dificuldade de, por exemplo, pagar o transporte público, sendo requerido ainda, no mínimo o oferecimento de um

lanche, até para frequentar alguma ação de qualificação para o controle/participação social. Segunda, a falta de preparo dos profissionais/trabalhadores de saúde, incluindo os gestores, para fomentar o controle/participação social, até por temor em perder parte do poder nas relações sociais, mantêm-se o distanciamento. A dimensão clínica fica apartada das dimensões sociais e vice versa, com clara demarcação de territórios. Persistem entraves relacionais, sendo pouco estimulada a fala dos usuários e familiares, haja vista a espera de exclusiva gratidão dos usuários pelos serviços prestados e temores de possível retaliação no cotidiano assistencial em situação de reclamações. Terceira, a linguagem técnica e a complexidade que o SUS tem, exigindo tempo para sua compreensão e apropriação. Por outro lado, a gestão, no geral, não difunde, nem estimula o acesso dos profissionais e dos usuários às novas portarias e mudanças postuladas na administração do SUS. As barreiras de acesso às informações atualizadas obstam até mesmo a atuação dos conselhos de saúde. Com isso, a transparência nas ações fica obnubilada.

Essas questões ganham maior particularidade na política de saúde mental, haja vista a persistência do estigma e também do auto estigma que acompanham os seus usuários e os familiares-cuidadores, culturalmente vistos a priori como incapazes de discernimento e perigosos. Como participam dos mesmos valores da sociedade em geral, alguns tendem a incorporar essa mesma visão sobre si mesmos. Por outro lado, dialogam com médicos ou outros profissionais de outras classes sociais, o que muitas vezes configura barreira na interação e restrição ao diálogo, até pela linguagem pautada no “mediquês”, por configurar relações tecnicistas e interclassista, na qual, é claro, que um dos polos interativos é o detentor do poder.

Esse contexto, é agravado, por um lado, pela tardia implementação da reforma psiquiátrica no contexto piauiense, iniciada pelas políticas indutoras do governo federal e convencimento dos gestores municipais a criar serviços comunitários, pelo financiamento da União, a partir de 2005. De outro lado, a dificuldade de gestores e profissionais/trabalhadores em modificar seus processos de trabalhos a partir do paradigma da atenção psicossocial e a fraca penetração do ideário da luta antimanicomial, levou igualmente à demora da assunção da participação/control social por parte de usuários e familiares, apesar de no plano nacional, o Movimento da Luta Antimanicomial se orientar pela máxima, “Nada sobre Nós sem Nós” (FIOCRUZ, 2009). Logo, impõe-se a luta anticapacitista haja vista, que o:

[...] capacitismo é a opressão que nós as pessoas deficientes enfrentamos, e surge do sistema capacitista, que é o sistema social, político e econômico que discrimina, violenta, marginaliza e assassina as pessoas deficientes pelo fato de o serem. É um sistema no qual corpos e mentes são valorados de acordo com o padrão de normalidade, inteligência, excelência, magreza, utilidade, beleza.... Este valor é determinado pelo capitalismo (e pelo Estado) (Guerra, 2021, p. 27).

Como resposta a essa realidade, através da ação extensionista, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFPI, foram implementadas duas experiências formativas para a atuação no SUS, na perspectiva da atenção psicossocial. Uma voltada para os gestores nomeada como “Fortalecimento da gestão em saúde mental piauiense: apoio à produção dos projetos terapêuticos institucionais: PTI”, realizada no período de junho a dezembro de 2017, com carga horária total de 80hs, realizada em parceria com a Gerência Estadual de Saúde Mental do Piauí.

Uma segunda, orientada para os usuários e seus familiares-cuidadores, intitulada “Curso participação/controlado social na saúde mental”, realizada no período de 27 de março a 27 de junho de 2019, com 80 horas de atividade, realizada uma vez por semana, às sextas e aos sábados, com 10 horas a cada encontro, em parceria com a Associação de usuários, familiares e pessoas interessadas na causa da saúde mental no Piauí (Âncora), a Gerência Estadual de Saúde Mental e a Escola de Governo do Estado do Piauí.

Com este texto, objetiva-se analisar e explorar a implementação das duas atividades de extensão, cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão da UFPI, com base no relato e sistematização da experiência pela autora, na condição de coordenadora geral das ações.

Serviço Social e controle/participação social: compromissos entrelaçados

Na gênese do Serviço Social, a profissão tinha como horizonte o ajustamento, a adequação do usuário à ordem estabelecida. Ou seja, a organização da sociedade era dada como inquestionável, natural. Tal perspectiva sofre radical transformação a partir dos anos 1960, com a emergência do movimento de reconceituação na América Latina, que, filiado a uma perspectiva marxista, rompe com o Serviço Social tradicional e importado da Europa, processo que no Brasil foi obstado pela ditadura militar iniciada em 1964.

No auge do processo redemocratizante brasileiro, em 1979, com o “Congresso da Virada”, outra inflexão ocorre na profissão, quando se iniciam as bases que culminam na hegemonia da tendência de “intenção de ruptura”, adotado pelos órgãos da categoria, fundamentado no tripé: Diretrizes Curriculares

da ABESS/ABEPSS de 1986; Código de Ética de 1993 e Lei nº 8.662/1993, que Regulamenta a profissão.

Como analisa a Professora Vanda Michele Buginski, na Ofical Regional Norte da ABEPSS, realizada em Teresina-PI, em agosto de 2023, “a conjuntura dos anos 1980, marcada pelo processo de renovação crítica” reverberou em articulações de alguns assistentes sociais com os movimentos sociais, pautados em metodologias de investigação-ação e educação popular. Tais direcionamentos perderam intensidade nos anos 1990, com a nova conjuntura posta pela reestruturação produtiva e refluxo dos movimentos sociais, que ficaram na defensiva, diante dos desmontes do mercado de trabalho e estabelecimento de políticas orientadas pela ofensiva neoliberal, avessas a direitos em geral, mas em especial aos sociais.

Mas, os princípios do Código de Ética da Profissão postulam uma atuação profissional orientada para:

Reconhecimento da liberdade (...); Defesa intransigente dos direitos humanos (...); Ampliação e consolidação da cidadania (...); Defesa do aprofundamento da democracia (...); Posicionamento em favor da equidade e justiça social (...); Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito (...); Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária (...); articulação com os movimentos de outras categorias profissionais (...); Compromisso com a qualidade dos serviços prestados (...); “Exercício profissional sem ser discriminado (CRESS-RJ, 2005, p. 16/17).

A Lei 8.662/93 entre as competências do/a assistente social, especifica no Art. 4º:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e

projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; (...) V – Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (CRESS-RJ, 2005, p.33/4).

Como observado, dentre as 11 caracterizações das competências de assistentes sociais, 5, ou seja, a metade, pois uma dela foi vetada, encontra-se imbricadamente remetida aos interesses e fomento às coletividades, sobretudo direito à informação e à participação social.

Os órgãos da categoria vêm fomentando o exercício profissional articulado com os movimentos sociais considerando que:

a organização coletiva construída pelos movimentos entrelaça práticas sociais de planejamento, registro, memória, troca de saberes entre os pares, qualificação para análise de conjuntura da realidade, interação e aprendizado com as lutas das mulheres, dos/as negros/as, da neurodiversidade, da diversidade sexual e de gênero, enfim, o reconhecimento da diversidade humana (Santos; Vale, 2022, p. 33).

Logo, aproxima a atuação profissional das dimensões e dos movimentos de resistência frente às expressões da questão social.

Além da Lei nº 8.142/90, os profissionais da saúde/saúde mental, encontram respaldo para orientar seu trabalho ao fomento às grupalidades/coletivização de usuários, através da Portaria SAS/MS 854, de 22 de agosto de 2012, que altera e cria os novos procedimentos dos Centros de Atenção Psicossocial-Caps, atualizando o Registro das Ações Ambu-

latorias de Saúde – RAAS, que estabelece os seguintes procedimentos: atendimento em grupo; atendimento domiciliar para pacientes e/ou familiares; promoção de contratualidade no território; “fortalecimento do protagonismo de usuários de Caps e seus familiares” (Piauí, 2018, p. 21); matriciamento de equipes dos pontos de atenção da urgência e emergência”; “ações de articulação de redes intra e intersetoriais.

Logo, como visto, os princípios e coordenadas do Sistema Único de Saúde, da reforma psiquiátrica e do Projeto Ético Político do Serviço Social, em muitos aspectos convergem, o que se expressa em um contexto favorável a avanços democráticos e afirmação dos postulados da profissão. E, sobretudo da participação social.

A atuação docente, no cerne do Projeto Ético Político, ao se fundamentar na perspectiva de totalidade, ganha respaldo ainda na expressão cunhada em 2003 por Ricardo Ceccim e Laura Feuerwerker (2004), “quadrilátero da formação” para a área da saúde: que busca articular o ensino, a gestão, a atenção e o controle social, ou seja, integração de todas as dimensões/da e na área da saúde, o que exige um profissional-docente que não se baseie na transmissão de conhecimento para que o futuro profissional se limite a ser um mero “executor terminal de políticas públicas” (NETTO, 1992). Logo, que fomente a articulação entre as instâncias de ensino (formação) e serviço (assistência), para além das práticas tecnicistas e dos estágios, na direção de “promover mudanças nas práticas dominantes no sistema de saúde” (Ceccim; Feuerwerker, 2004, p. 45).

A gênese dos projetos extensionistas em tela pode ser localizada na experiência acumulada como supervisora acadêmica do estágio supervisionado em saúde mental piauiense, que teve início a partir de 1992, no Hospital Areolino de Abreu, o que exigiu compreender a realidade da assistência

psiquiátrica para além do equipamento, campo de estágio *strictu sensu*. Como defensora do SUS e com a condição favorável de docente com dedicação exclusiva, na Universidade Federal do Piauí, buscou-se: articulação com o Núcleo de Estudos em Saúde Pública – NESP, que implementava ações de capacitação de conselheiros da saúde; acompanhar as ações da Associação de Psiquiatria do Piauí; participar em 2001 da fundação e implementação das ações da Âncora – Associação de Usuários, familiares e pessoas interessadas na causa da saúde mental; entender e contribuir com as gestões em saúde mental, quando as gestoras se abriam para interlocuções; participar como representante do Departamento de Serviço Social da UFPI do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial da Gerência de Saúde mental do Estado. Também abriu-se à oportunidade de coordenar 2 (dois) cursos de especialização em saúde mental, *lato sensu*, totalmente financiados pelo Ministério da Saúde, inicialmente pelo convênio 443/03 entre Ministério da Saúde e Universidade Federal do Piauí, no cerne do Programa de Educação Permanente e Qualificação Profissional no SUS, reforma psiquiátrica; coordenação da 2ª edição da implementação das ações do plano de trabalho do Centro Regional de Referência em Formação Permanente de Profissionais que atuam nas Redes de Atenção Integral à Saúde e de Assistência social com usuários de crack e outras drogas do Piauí – CRR-UFPI 2ª ed., edital n. 08/2014, lançado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas – SENAD. Também, como representante da UFPI no convênio com a Universidade Federal da Bahia e governo Estadual do Piauí, para implementação do Curso de Especialização Atenção Integral ao consumo e aos consumidores de substâncias psicoativas do Estado do Piauí, promovido pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD, da Faculdade de Medicina da Bahia, a partir de 2014/5.

Essas oportunidades possibilitaram: contribuir e/ou acompanhar no aceleração e/ou reflexões de alguns processos sociais relacionados à reforma psiquiátrica e participação social no contexto local, sobretudo em Teresina; no fomento à sistematização das novas experiências por seus protagonistas, os profissionais da rede de atenção psicossocial e de usuários; interagir com mentores do processo de reforma psiquiátrica brasileira que vieram ao Piauí como docentes de disciplinas, alguns contribuindo com sugestões/reflexões para os encaminhamentos de pendências locais; produzir conhecimentos e interagir com a gestão. Assim, embora não fazendo parte da Rede de Atenção Psicossocial, de forma direta, a Universidade contribuí com a produção e sistematização de conhecimento, com pesquisas e formação de recursos humanos para o SUS e, conseqüentemente, com a reforma psiquiátrica e seus processos.

Mas, esses engajamentos também impuseram algumas inquietações/questionamentos, haja vista que mesmo que se buscasse e fosse possível pelo financiamento federal uma formação contando com docentes considerados de excelência nacional, não apenas teórica, mas, assistencialmente com muita experiência acumulada, observava-se que parte significativa dos profissionais/trabalhadores, no geral, não conseguiram introduzir, dinamizar ou sustentar por muito tempo novos processos de trabalho. Onde estaria o nó crítico? Será que nos profissionais? A sensação que alguns passava era que estavam ali para se atualizar, ter apenas um certificado a mais. Não necessariamente haveria um compromisso em mudar o cotidiano dos serviços. Quais as causas disso? A gestão liberava o profissional de sua carga horária de trabalho para qualificação, mas não cobrava retorno? Os novos processos de trabalho fundamentados na atenção psicossocial, com certeza, exigiam maior dedicação e envolvimento, para além do servi-

ço, com o território, com a construção da atuação em rede, e observava-se que alguns profissionais estavam sobrecarregados com três ou mais vínculos trabalhistas. No interior do Estado, há o predomínio de contratos temporários de trabalho, mas, em Teresina predomina o vínculo por concurso público. Com certeza é direito de todos ter um padrão de vida cada vez melhor, mas, em que medida ter mais de 3(três) vínculos empregatícios permite uma atuação com qualidade? Observou-se que alguns profissionais eram também docentes, inclusive formando profissionais para atuar na saúde mental. Estariam ensinando algo que não praticavam?

Outro dilema, remete à falta de perfil ou de identificação dos profissionais para trabalhar na saúde mental. Alguns atuam nos Caps por que foram aprovados em concursos para o SUS e foram alocados na saúde mental, sem ter desejo, nem preparo. Alguns profissionais, mesmo sem identificação com a saúde mental, persistem no trabalho em função de ganhos diferenciados em relação aos demais serviços.

O nó crítico estaria na metodologia de trabalho, de sala de aula? Parece que não. As aulas eram pautadas em metodologias ativas, muitos estudos de caso, muitas discussões, trabalhos grupais, vivências e aulas expositivas dialogadas, com os docentes trazendo suas vivências em outros Estados e distintos serviços.

O nó crítico estaria na gestão dos serviços? No Piauí, de um modo geral, os gestores de serviços de saúde mental são escolhidos por indicação política. Alguns sem compreender o SUS/reforma psiquiátrica, nem da gestão da saúde em si mesma. Em Campinas-S. P. por exemplo, a escolha de um gestor de Centro de Atenção Psicossocial, em 2011, ocorria por meio de edital público, entre os profissionais da RAPS. Quem se interessar, se submete. Passa por teste seletivo, en-

trevista e análise de currículo. Em tese, é um cargo de carreira no âmbito do SUS.

Em que medida esses gestores que liberam os profissionais para os processos de qualificação cobram o retorno? Quando um profissional vem com inovações para o processo de trabalho, advindas de processos formativos, como é recebido? O gestor permite mudanças no processo de trabalho? Sente-se ameaçado com inovações? Vê o profissional como um possível concorrente a seu cargo? Para pensar: o SUS bem que poderia fomentar também pesquisas avaliativas com os egressos dos cursos, com gestores e usuários dos serviços.

Analisando panoramicamente, a partir da realidade teresinense, além de parte significativa dos coordenadores, que devem colocar a engrenagem dos Caps para funcionar, não terem experiências diretas com e no serviço, comumente não dominam as particularidades da clínica da atenção psicossocial e nem contam com um coordenador clínico que gerencie e organize processos de trabalho. Por outro lado, não se observa o interesse em instaurar o processo de supervisão clínica, mesmo tendo recursos em emendas parlamentares destinadas à saúde mental. Com base em observações da realidade de 2023, em que parte significativas dos coordenadores de Caps de Teresina são do campo da psicologia, observa-se que alguns tem uma concepção equivocada, ao pensar que “não devem levar problemas para os níveis hierarquicamente superiores”, o que poderia, nessa perspectiva, soar como incompetência. Soa esquisito uma gestão sem problemas intermediando as relações e o cotidiano.

Essas indagações levaram o direcionamento das ações extensionistas, primeiro para a gestão dos serviços, sobretudo Caps II. Depois, para os usuários do SUS/reforma psiquiátrica.

Com o SUS e, nele, a reforma psiquiátrica a gestão da saúde/saúde mental ganha novos contornos, para além das dimensões gerenciais, incluindo aspectos assistenciais, clínicos e sociais.

No contexto local, no 2º semestre de 2015 a Gerência de Atenção Psicossocial – GAP, da Fundação Municipal de Saúde, do município de Teresina convida a docente para proferir palestra com os coordenadores de saúde mental, sobre a reforma psiquiátrica, haja vista a constatação da leitura trunca da acerca das necessidades inerentes a tal processo de mudança paradigmática na saúde mental/reorientação do modelo de cuidados.

No mesmo sentido, no plano estadual, em 2016 e 2017 a docente é convidada para apresentar e discutir em palestras e oficinas as exigências e formatação dos Projetos Terapêuticos Institucionais-PTI, pela Gerência de Atenção à Saúde Mental, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI. Somadas a essas demandas, a gestão da Fundação Municipal de Saúde de Teresina, no 2017.1º convoca os supervisores acadêmicos da área da saúde da Universidade Federal do Piauí a oferecer contrapartidas para os estágios obrigatórios. O Serviço Social incluiu como uma de suas contrapartidas, na saúde mental, o apoio à gestão na produção dos Projetos Terapêuticos Institucionais - PTI.

Tais experiências permitiram ratificar que:

a) parte majoritária da gestão do SUS/reforma psiquiátrica no Piauí configura-se como “cargo comissionado”, sem que se formate como cargo de carreira. Ademais é frequente o rodízio no cargo, com descontinuidade das ações anteriormente iniciadas, pois cada gestor quer imprimir sua marca no serviço;

b) que há limitações no investimento do planejamento em saúde mental em ações de gestão assistencial, clínica e social, haja vista o predomínio das demandas e das ações de gestão nos aspectos administrativos-burocráticos, baseada em controle de frequência, produção de escala de férias, de almo-xarifado, e congêneres e, mais recentemente, em demandas judiciais. Ou seja, foco em ações gerenciais e gerencialistas, baseadas em metas quantitativas e respostas judiciais.

O adensamento com a aproximação da equipe da gerência estadual em 2017 permitiu observar que para criar um Centro de Atenção Psicossocial – Caps era exigido um rol de documentos, que incluía um Projeto Terapêutico Institucional – PTI inicial, mas, que passados 5 (cinco) ou mais anos, não era atualizado ou requisitado para orientar o cotidiano do serviço. Ao mesmo tempo, observava-se a alta rotatividade de gestores, a cada mudança na gestão municipal, e também de profissionais, muitos com vínculos precarizados, o que não inspirava a atualização do PTI, que, em tese, é a bússola para o planejamento da produção de processos de trabalho do serviço e das diferentes categorias profissionais que compõe a equipe multiprofissional. Também é uma carta de compromisso da equipe e da gestão do serviço com os usuários dos serviços e com a municipalidade. Nele também é estabelecido indicadores de avaliação do serviço, o que permite a gestão do serviço monitorar os processos de cada profissional da equipe e de cada técnico de referência.

Em vista disso, se propôs o projeto “Fortalecimento da gestão em saúde mental piauiense: apoio à produção dos projetos terapêuticos institucionais: PTI”, realizada no período de junho a dezembro de 2017, com carga horária total de 80hs, realizada em parceria com a Gerência Estadual de Saúde Mental do Piauí. Teve por objetivos: apoiar tecnicamente os gestores dos dispositivos de saúde mental do Piauí, na construção e/

ou atualização dos Projetos Terapêuticos Institucionais; dinamizar e otimizar os processos de educação permanente em saúde mental, com gestores do Piauí, com ênfase para o município de Teresina; subsidiar os processos de avaliação em saúde mental; fortalecer a Política Estadual de Saúde Mental, consolidando o paradigma comunitário no cuidado em saúde mental; evidenciar as potências dos dispositivos de saúde mental existentes no Estado, como ordenadores do cuidado em saúde mental.

Como há uma diversidade de realidade, observou-se a necessidade de instituir um “modelo-roteiro” tendo por base o Caps I, que predomina no Piauí, nos diferentes territórios e municípios. Assim foi criado um município fictício (Piripuí) e estabelecido o modelo-roteiro, contando com: Identificação; Caracterização do cenário, das necessidades e respostas em saúde mental do município (incluindo a Rede de Serviços); Missão do Caps; Processo de trabalho; Cronograma semanal; recursos; Indicadores de avaliação; Referências; Anexos.

Constituiu-se um grupo técnico de profissionais para oferecer suporte aos gestores e acompanhar o processo de elaboração, constituído pela docente coordenadora do projeto e profissionais da Gerência de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, trabalho realizado sem nenhum financiamento. As gestoras, majoritariamente do sexo feminino, foram orientadas a construir o PTI com os profissionais e usuários dos Caps, se possível auscultando a Rede de Atenção local. Foi estabelecido um prazo de entrega. O elo principal do projeto de extensão era com a coordenadora de cada Caps, predominando o contato via e-mail ou telefônico. Em municípios como Teresina houve momentos de apresentação e discussão coletiva dos PTIs, em atividade presencial, mas, essa não foi a regra. Houve a disponibilização de determina-

dos dias para contato para retaguarda na construção dos PTIs dos municípios do interior.

Posteriormente, houve comentários que alguns municípios contrataram empresas ou profissionais para elaborar seu PTI, sem que fosse possível confirmar o fato.

Através de diálogos com alguns profissionais da gestão municipal de Teresina, envolvidos com a luta antimanicomial do contexto piauiense, sobre as dificuldades na incorporação dos princípios da luta antimanicomial/reforma psiquiátrica por parte significativa de profissionais e gestores, impulsionou-se o investimento no fomento e capacitação de usuários da saúde mental, via curso de participação/controle social de usuários, com o objetivo geral de contribuir na qualificação de usuários, familiares, conselheiros de saúde e lideranças comunitárias para a participação/controle social na saúde mental. E, específicos: possibilitar a apropriação da trajetória histórica e de conceitos fundamentais da política de saúde mental, da reforma psiquiátrica, da participação e controle social no contexto brasileiro e piauiense; discutir aspectos relacionados à Política de Saúde Mental em seus vários segmentos e cenários; fomentar o protagonismo político e social de usuários, familiares, conselheiros de saúde e lideranças comunitárias frente à política de saúde mental; construir coletivamente estratégias de enfrentamento e combate às barreiras atitudinais e sociais que dificultam a participação/controle social, na perspectiva de superação das desvantagens sociais. O público alvo foi de 50 (cinquenta) pessoas assim especificado: 25 (vinte e cinco) usuários e familiares relacionados à serviços ou organizações sociais da saúde mental e 25 (vinte e cinco) conselheiros de saúde e lideranças comunitárias. A metodologia constou de: aulas expositivas; mesas redondas; oficinas; rodas de conversas; apresentação e debate de filmes e documentários.

Mas, qualquer ação com usuários e familiares, sem financiamento, seria um obstáculo às atividades de capacitação. Projetou-se inicialmente atividades às sextas e aos sábados, manhã e tarde, o que exigia o oferecimento de almoço, o que foi conseguido através de liberação de fichas pela UFPI para os usuários, via Restaurante Universitário, mediante o envio do nome do usuário com seu cpf.

A Gerência de Saúde Mental assegurou lanche pela manhã e à tarde. As atividades ocorreram nas dependências da UFPI, contando com 50 (cinquenta) pessoas, a maioria relacionados à saúde mental. As atividades foram desenvolvidas com o apoio e regência de muitos profissionais da rede de atenção em geral, inclusive delegacias de defesa de direitos, defensores. Interessante que muitos momentos do curso propiciaram o diálogo intersetorial, viabilizando que muitos representantes de diferentes políticas conhecessem as particularidades da saúde mental e vice versa, fomentando a desconstrução de estigmas e até a perspectiva de ações conjuntas.

Mas, observou-se ainda a persistência de intensas dificuldades na participação social dos usuários da saúde mental. Primeiro por que há pouco fomento para tanto no plano local. Gestores de serviços tendem a estimular a participação de usuários e familiares como consumidores passivos dos serviços, com baixo investimento no incentivo ao fortalecimento do protagonismo, considerado por muitos como um risco. A pandemia e as medidas de distanciamento também trouxeram muito mais limitações, sobretudo para as associações instituídas, como a Âncora – que teve suas atividades encerradas em 2023, pois mantê-la em atividade implicava investimentos financeiros inexistentes, para atualizar registros em cartório, contas bancárias, prestação de contas e diálogos com contadores, exigindo pessoas para gerir essa dimensão, ativi-

dades que tem características legais e até jurídicas de difícil manejo por parte significativa dos usuários.

Segundo, por que a própria complexidade do SUS e dos jogos de poder das arenas dos conselhos e até das próprias conferências requerem conhecer a legislação, as dinâmicas institucionais e também as correlações de forças em cada contexto e conjuntura, para além das reuniões e momentos formais dos encontros.

A participação constitui-se num processo de conquista relacionado à questão do poder. Como o processo de participação está diretamente ligado às relações de poder, ele é uma forma de poder, pois os grupos organizados conquistam o direito de influenciar nas decisões que os afetam e adquirem capacidade de se relacionar com o poder (Oliveira; Pinheiro, 2010, p. 2458)

É um processo lento, que requer muito investimento invisível e envolve uma carga emocional intensa, que pode redundar em sobrecargas. Também exige malícia para driblar processos de cooptação por parte do poder instituído ou de parceiros, que tem interesses nem sempre claros e explícitos. Logo, nem sempre se consegue influenciar na tomada de decisões, havendo tendência de ser seduzido a aderir ou ter a impressão que participou, mas apenas consentiu. Impõe lidar com todo caldo cultural tradicional, clientelístico, que coexiste com a cultura política democrática, que está em construção.

Todavia, pode, positivamente, também redundar em ampliação de parcerias, saberes e articulações intersetoriais e novos aprendizados de como fazer política. Não deixa de ser desafiante, pois requer sair da arena da condição de consumidor passivo de serviços de saúde mental e entrar em outra seara, de construtor e avaliador de políticas de saúde/saúde mental. Ser cidadão ativo, propositivo e articulador.

Terceiro, por que cada vez mais as atividades extensionistas exigem do docente a ampliação do trabalho de gestão acadêmica e institucional, requisitando uma atenção especial com controles de frequência, lançamento de relatórios com CPF, principal forma de acesso a certificados, dentre outros. Cada vez menos se pode contar com o financiamento das atividades de extensão, tendo em vista a crescente redução do número e valores de bolsas e de contrapartidas institucionais. Como visto, para realizar atividade extensionista com os usuários da saúde mental é fundamental o asseguramento de algumas pré-condições, que inclui sobretudo recursos financeiros, se possível, minimamente para: vale transporte, lanches e almoço. Muitos desses recursos acabam saindo do bolso da/o docente ou de outros parceiros. As salas de aula e com ar condicionado, no geral é o mínimo que a UFPI assegura, mas os equipamentos como notebook é o docente que disponibiliza para os palestrantes/convidados. Ao mesmo tempo em que é prazeroso implementar ações extensionistas, é muito desgastante, o que leva muitos docentes a realizarem, mas, nem sempre com o cadastramento institucional.

Como visto, é comum o trabalho docente, na UFPI, sobretudo no Departamento de Serviço Social, implicar algum tipo de ação com e na comunidade/sociedade em geral, até pela própria exigência no trabalho com as políticas públicas, que constitutivamente convoca a participação social.

A extensão universitária, apesar de ter longa data, é uma ação que ganhou maior visibilidade institucional, nos últimos anos, sobretudo pelas exigências da curricularização dos projetos pedagógicos, muito embora ainda pouco significativa em termos de representação na carga horária docente. Ainda pairam muitos impasses a serem sanados.

Conclusão

Recuperar e sistematizar as duas últimas experiências extensionistas, de maior investimento temporal, realizadas bem antes da pandemia e como atividade presencial, envolvendo a gestão e a participação de usuários, implicou um exercício denso de revisão de fundamentos e compromissos éticos da docência com a sociedade piauiense.

Desde meu ingresso, em outubro de 1989, no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí tive atuação no estágio obrigatório supervisionado, na condição de supervisora acadêmica. Desde 1992 passei a atuar no estágio em saúde mental, no Hospital Areolino de Abreu, o que me fez redirecionar meu objeto de estudo para a produção do cuidado familiar em saúde mental, o que redundou na minha tese de doutorado, junto à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Considero o produto como um todo uma ação não meramente de pesquisa, mas, também de extensão, embora não configure uma prestação de serviço diretamente. Contempla a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, ao ser uma devolutiva das ações pedagógicas no Hospital Areolino de Abreu para com os familiares-cuidadores e os profissionais da instituição.

Ao retornar do doutorado, continuei no estágio em saúde mental. Todo envolvimento com o trabalho de supervisão acadêmica, tanto do/no estágio obrigatório como não obrigatório, considero ação extensionista, não oficializada, mas, efetivada. É uma prestação de serviço à comunidade, configura articulação entre a UFPI e a comunidade, efetivada através da educação permanente, pelo contato que se mantém com as supervisoras de campo e o cotidiano institucional, para além do campus universitário, gerando documentos que produzem e atualizam análises conjunturais e institucionais; envolvimen-

tos com as manifestações da questão social e seus recortes, que gerarão os projetos de intervenção e relatórios, que permitem auferir o alcance das ações das/os estagiárias (os) bem como dos supervisores acadêmicos e de campo. Ou seja, configuram prestação de serviço e envolvimento direto com a comunidade piauiense, “extra muros”. Com certeza, as ações articuladas desses 3 (três) atores produzem alterações nas rotinas e nas ações institucionais cotidianamente, e até no desenho da implantação e da implementação das políticas públicas.

O projeto de extensão com gestores buscou qualificar a atividade da gestão de um serviço complexo com o Caps e seu território de abrangência, ampliando sua ação meramente burocrática para as dimensões políticas, clínicas e no trabalho em equipe. Buscou contribuir com a atividade de planejamento, conhecimento do território, perfil socio-sanitário e epidemiológico, fomentando o trabalho em rede e a participação social, via gestão compartilhada.

A preparação para o controle/participação social de usuários foi para além dos dois cenários dominantes, as conferências e os conselhos, trazendo o cotidiano dos serviços de saúde como esfera de construção de novos sujeitos, seja através das conversas diretas com profissionais e gestores; através das assembleias; das audiências públicas e das ações conjuntas com os movimentos sociais. Saber e poder são a face e contra face das relações que se quer alterar. Logo, investir em atividades extensionistas, tanto na gestão quanto no controle/participação social, vislumbra a possibilidade de atingir mudanças democráticas e democratizantes, contribuindo para fortalecer o protagonismo de usuários e trabalhadores da saúde mental, tanto na dimensão social, como humana. Também fortalece a ação social da Universidade para com a sociedade em geral, e com as políticas públicas piauiense em particular.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: gestão participativa-cogestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L.C.M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **PHYSIS** – Rev. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 14(1): 41-65, 2004.

CRESS-RJ. **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. 4ª ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª R.-RJ. 2005.

FIOCRUZ. **Nada sobre nós sem nós**. Relatório final Oficina Nacional de indicação de políticas públicas culturais de inclusão da pessoa com deficiência. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2009.

GUERRA, ITXI. **Luta contra o capacitismo**. Anarquismo e capacitismo. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2021.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, L.C.; PINHEIRO, R. A participação nos conselhos de saúde e sua interface com a cultura política. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(5): 2455-2464, 2010.

PIAUI. **A rede de atenção psicossocial no Piauí**: orientações para o cuidado em saúde mental. Teresina: SESAPI-PI, 2018.

SANTOS, S. M. M.; VALE, E.S. Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: desafios da articulação com os movimentos sociais. In: ALVES, D.C.; VALE, E.S.; ALEXANDRE, T. (Org.) **Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais**. Fortaleza: Editora da UECE, 2022.

Saúde mental e as contribuições de um projeto de extensão: relato de experiência em um contexto pandêmico

Ana Maria Cunha Iêdon

Carla Gabriela Nobre da Silveira

Introdução

O Serviço Social, por ser uma profissão da saúde devidamente regulamentada pela resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 383/1999, atua nos diversos campos que permeiam a saúde. No campo da saúde mental, a atuação desse profissional é histórica, com marcos no país a partir da década de 1940, mas é com o movimento de reconceituação da profissão e com a Reforma Psiquiátrica em meados de 1980 que se torna mais visível a referência da profissão na área (Appel, 2017).

Na atualidade, o assistente social na saúde mental se respalda na intersetorialidade, interdisciplinaridade da atuação em equipe, troca de saberes e controle social no processo de

desinstitucionalização e de humanização na vida dos usuários (Bravo, 2001).

Nessa direção, cabe evidenciar alguns marcos legais da saúde no Brasil, tais como a Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 10.216/2001, como o Decreto nº 7.508/2011, que regulamenta a lei nº 8.080/90 reforçando a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e passa a orientar uma ação em rede, se identificando a partir dela a Rede de Atenção à Saúde (RAS). Tal rede se organiza como um conjunto de ações e serviços de assistência à saúde com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado (Brasil, 2014).

Especificamente na esfera da saúde mental, em 2011 é publicada a Portaria nº 3.088 que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em todo o território nacional, onde se articulam serviços diversificados voltados para as pessoas com transtornos mentais e seus familiares. No Piauí, ocorre do mesmo modo, como aponta Rosa e Joazeiro (2017, p. 32-33):

A implementação da RAPS permitiu, pela primeira vez, o estabelecimento da produção de um fluxo para atenção às gestantes com transtorno mental, pactuado com a Rede Cegonha em Teresina, com a institucionalização de 6 leitos na Maternidade Dona Evangelina Rosa. O acolhimento e captação da gestante com transtorno mental em Teresina ficou assim estabelecido: pré-natal - UBS; ESF. CAPSad II e Consultório na Rua. Parto e nascimento Maternidade Dona Evangelina Rosa; Transporte SAMU Cegonha. Puerpério e atenção à criança - leito psicossocial como retaguarda. Psiquiatra parecerista e protocolos de atendimento (Dr^a Débora). Crianças vulneráveis: Conselho Tutelar e Abrigo Feminino. Em 2016 os equipamentos de saúde mental no Piauí se distribuem em 67 serviços, sendo 43 Caps I; 9 Caps II; 1 Caps III; 2 Capsi; 6 Capsad; 2 Capsad III; 7 SRT.

É com esta manifestação que, em 2019 é criado na Universidade Federal do Piauí (UFPI) o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Saúde Mental (PPSAM/CNPq), vinculado ao departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, no âmbito do qual se desenvolveram os projetos de extensão “Participação e Controle Social na Saúde Mental”, no período de março de 2020 a fevereiro de 2021, e o “Projeto Covid-19: Promoção e Suporte em Saúde Mental”, de julho de 2020 a dezembro de 2020, coordenados pela professora doutora Sofia Laurentino Barbosa Pereira.

Pouco tempo após a criação do grupo e o projeto de extensão, o Organização Mundial da Saúde declarou, ainda em 11 de março de 2020, a Covid-19 como um surto pandêmico (OPAS, 2020), desencadeando na ação do Ministério da Saúde no dia 03 de fevereiro de impulsionar medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, o fez com que as atividades em grupo fossem suspensas temporariamente em todos os meios (Brasil, 2020).

Tal suspensão atingiu diversas esferas, o que não foi diferente nos dispositivos da RAPS, os quais forneciam e fornecem até hoje, um espaço de acolhimento, socialização e construção de vínculos. Do mesmo modo, atividades que ocorriam nos meios acadêmicos também necessitaram parar, como foi o caso da UFPI, onde o Ministério da Educação emitiu a Portaria nº 343 em 17 de março de 2020, suspendendo as aulas presenciais por período indeterminado.

A respeito das ações de extensão, a Resolução do Conselho Universitário da UFPI nº15/2020 apontou a necessidade de remodelação dos projetos em vigor, que pudessem atuar de forma remota, em caráter excepcional até quando durar o pe-

ríodo de isolamento social. É com esta base que as atividades de extensão do PPSAM se reconfiguraram.

O projeto “Participação e Controle Social na Saúde Mental” teve como principal objetivo contribuir com a organização e a formação política em saúde mental, buscando o desenvolvimento de ações de mobilização, participação e controle social com os usuários, familiares, profissionais e estudantes. Assim, buscou contribuir para a quebra do estigma e para o fortalecimento da identidade do usuário como um sujeito participante da sociedade, além de melhorar a compreensão da comunidade a respeito da “loucura”.

Com a suspensão das atividades presenciais por tempo indeterminado destes espaços, as atividades dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram restritas, bem como as de extensão universitária. É neste viés que, além da reformulação do projeto “Participação e controle social na saúde mental”, ocorreu no período de julho a dezembro de 2020 um segundo projeto, intitulado “Projeto COVID-19: Promoção e suporte em saúde mental”.

Tal projeto teve como proposta a realização de atividades de promoção e suporte em saúde mental, mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com os usuários e familiares da RAPS do Piauí no contexto da pandemia do novo coronavírus. Foi possível, através dele, a interação dos discentes da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, abordando a temática da saúde mental nos grupos de suporte mútuo com os usuários e familiares, com apoio de tecnologias digitais.

A reconfiguração do projeto, em articulação com a RAPS no Piauí, trouxe uma nova configuração no cenário profissional e acadêmico, levando aos encontros remotos o debate aberto sobre a temática da saúde mental e seus desdobramen-

tos. As ações de ambos os projetos modificaram o cenário durante a pandemia e produziram trabalhos acadêmicos ampliando o acervo científico da saúde mental em Teresina.

Dessa forma, o artigo em questão se estrutura em dois tópicos: o primeiro busca apontar as possibilidades e os desafios de organizar e executar dois projetos de extensão no âmbito da saúde mental no período pandêmico; já em um segundo momento é apresentado a experiência vivenciada pelas discentes, abordando sobre quais efeitos foram experienciados ao vivenciar práticas extensionistas durante a pandemia da Covid-19.

Contextualização dos projetos de extensão em saúde mental em tempos de pandemia

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, sustenta-se no tripé basilar de uma formação superior de qualidade, pautada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Assim, tomando como referência a concepção crítica da ABEPSS sobre a importância da extensão para o Serviço Social, compreende-se que esta deve contribuir com uma formação que possibilite:

Para a defesa da própria universidade e das conquistas de outros direitos e da própria democracia e práticas democráticas;

Reforço no âmbito da universidade da crítica a extensão universitária como transmissão vertical de conhecimentos e o reforço de uma visão não assistencialista fundada no conceito de extensão como comunicação (ABEPSS, 2021, s/p).

Portanto, é com esse direcionamento apontado pela ABEPSS (2021) que surgem os projetos de extensão “Participação e Controle Social na Saúde Mental” e o “Covid-19: Promoção e Suporte em Saúde Mental”. Para a consolidação

dos projetos foi utilizada uma abordagem qualitativa a qual, para Minayo (2001), aplica-se para o estudo da história, das relações, das percepções.

Deste modo, nota-se o porquê da utilização dessa abordagem, tendo em vista, que possibilita conhecer um pouco mais da subjetividade dos usuários da saúde mental, os quais são os alvos dos referidos projetos de extensão.

O projeto “Participação e controle social na saúde mental” contou com a participação ativa de dezoito (18) discentes do curso de Serviço Social e duas (02) estudantes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UFPI). Já o projeto voltado Covid-19 contou com seis (6) discentes de Serviço Social, uma (1) mestranda do PPGPP-UFPI e duas (2) colaboradoras externas – a assistente social do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II Sul de Teresina, e na época também mestranda do PPGPP-UFPI, Sayonara Genilda de Sousa Lima, e a terapeuta ocupacional e militante da luta antimanicomial, Marta Evelin de Carvalho.

Ambos os projetos, em alguns momentos, ocorreram de forma simultânea e contaram com a contribuição da docente do Departamento de Serviço Social da UFPI, professora doutora Lúcia Cristina dos Santos Rosa – que é uma das grandes referências do Piauí e do Brasil sobre saúde mental – de profissionais da área da saúde mental, tanto do município de Teresina, quanto de outros do Piauí e mesmo de outros estados, além da participação de discentes da graduação em Serviço Social e da pós-graduação em Políticas Públicas da referida instituição de ensino.

Outrossim, houve também a participação dos usuários da saúde mental e seus respectivos familiares (principal público-alvo), o que só foi possível através da realização de um mapeamento de contatos dos usuários realizado com a aju-

da dos profissionais e coordenadores de dispositivos da saúde mental. Evidencia-se aqui a necessidade e importância de uma rede integrada como a RAPS, que possibilitou de uma maneira mais ampla e ágil o contato com as pessoas em sofrimento psíquico.

O projeto “Participação e controle social na saúde mental” teve como objetivo instigar e contribuir com a formação política em saúde mental no município de Teresina, desenvolvendo atividades de mobilização, participação e controle social, sendo válido mencionar que, tais ações, fazem parte dos eixos de atuação do assistente social no âmbito da saúde, considerando que o olhar crítico e investigativo dos profissionais possibilita a transformação da realidade por meio do acesso à informações e viabilização de direitos, como é disposto nos Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde:

[...] é importante ressaltar que os quatro eixos de atuação profissional explicitados: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional envolvem um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais, ressaltando a capacidade propositiva dos profissionais, com ênfase na investigação da realidade, nas ações socioeducativas, nas demandas reais e potenciais, na participação social, na ampliação da atuação profissional, mediando a ação direta com os usuários com as atividades de planejamento, gestão, mobilização e participação social, bem como com as ações voltadas para a assessoria, formação e educação permanente (CFESS, 2010, p.65).

Os projetos, de maneira similar, tinham como um de seus objetivos basilares contribuir para que os usuários da saúde mental se colocassem enquanto seres políticos, protagonistas de sua história, na medida em que na sociedade eles

são vistos apenas como “loucos” e, por isso, estigmatizados e marginalizados.

Dessa forma, as atividades buscaram ofertar uma atenção pautada em afeto e acolhimento, fortalecendo uma nova forma de cuidar e olhar para os sujeitos em sofrimento psíquico (Amarante, 2007), o que passava a ser ainda mais importante em um cenário pandêmico, em que se havia decretado o isolamento social e a suspensão de várias atividades presenciais dos dispositivos de saúde mental, de modo que os usuários se encontravam sem referência.

Assim, os projetos utilizaram como estratégia metodológica a construção de um diálogo horizontal entre usuários da saúde mental e seus familiares, estudantes da graduação e da pós-graduação, profissionais da área, além de movimentos sociais, associações de saúde e instâncias de controle social da saúde mental.

Entretanto, é importante frisar que o projeto “Participação e controle social na saúde mental” foi formulado em um momento anterior à pandemia, sendo assim, inicialmente a proposta era para que as atividades fossem realizadas presencialmente e com um maior enfoque local. Porém, com a eclosão da pandemia da Covid-19 em março de 2020 e a necessidade de isolamento social, houve a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais da UFPI por tempo indeterminado (UFPI, 2020), o que levou a necessidade de reconfiguração das atividades de extensão.

Nesse momento de medo, isolamento, perdas, lutos e apreensões, os projetos e atividades de extensão ganharam um novo significado, se performando na possibilidade de manutenção dos vínculos com os colegas de curso, docentes, profissionais e com as comunidades, para além dos “muros” acadêmicos, sejam eles físicos e/ou virtuais.

À vista disso, o referido projeto teve o desafio de se manter vigoroso em meio a situação já exposta. Nessa direção, as atividades foram mantidas de forma remota por meio das plataformas *Google Meet* e *Youtube*. A partir disso, foram realizadas as seguintes ações: reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação; curso de extensão sobre o trabalho do/a assistente social na saúde mental; estudos e revisão de literatura sobre política de saúde mental, participação e controle social; elaboração de artigos e envio para apresentação em eventos; realização de oficina de formação política em saúde mental, dentre outras.

Além da criação de um perfil no *instagram* (@ppsam_ufpi) para divulgação das ações do projeto, postagens informativas e dicas de leituras e filmes, elaboração de tutoriais simplificados para usuários dos CAPS e familiares, visando fomentar a inclusão digital e acesso às ferramentas tecnológicas necessárias para participação nas ações do projeto, bem como rodas de conversas, *lives* e videoconferências.

A pandemia, junto ao isolamento e a intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), possibilitou a realização de cursos e eventos que eram capazes de alcançar localidades diversas de forma virtual. É o caso do Curso de Extensão sobre o trabalho do/a assistente social na saúde mental¹, que foi planejado para ocorrer de forma presencial, mas teve que ser realizado de forma online por meio da plataforma *Google Meet*.

O Curso foi organizado em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social- CRESS PI 22^a região, sendo programado para ocorrer em dez módulos e foi ministrado por docentes e profissionais da UFPI, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Bahia

1 Disponível em: <https://tinyurl.com/eja57769>

(UFBA) e teve em torno de 200 inscritos. Por acontecer de forma virtual, possibilitou a participação de discentes e profissionais do Serviço Social de diversos estados como o Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio de Janeiro, Pernambuco, dentre outros.

Importante destacar que o referido projeto foi financiado por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX-UFPI). Assim, quatro (04) discentes do curso de Serviço Social receberam bolsas, o que foi ímpar para a permanência e dedicação no projeto, sobretudo em tempos de incerteza ocasionados pela pandemia.

Diferente do primeiro, o projeto “Covid-19: Promoção e Suporte em Saúde Mental” foi pensado e construído já no cenário pandêmico e surgiu devido a necessidade de atividades que promovessem suporte e saúde mental para usuários e familiares da RAPS no referido contexto.

Sobre as atividades realizadas pelo referido, destacam-se a realização dos grupos² de suporte mútuo em saúde mental, momento em que acontecia um processo de escuta e trocas de experiências. Dessa maneira, o ambiente virtual se transformava em um espaço de acolhimento, principalmente para os usuários que se viam impedidos de frequentar os dispositivos de saúde mental devido a situação pandêmica. Os grupos eram desenvolvidos através de reuniões *online*, onde eram abordados temas diferentes, onde era reforçado a importância das participações dos usuários, incentivando o seu processo de empoderamento e autonomia.

Além disso, o projeto promoveu o evento de extensão “Saúde mental em tempos de Covid-19: desafios e alternativas

2 Disponível em: <https://tinyurl.com/kjz2y22c>

de cuidado no contexto de distanciamento social³ no mês de agosto de 2020, transmitido ao vivo por meio do *YouTube*. O evento contou com duas mesas redondas compostas por estudiosos/as e profissionais renomados da saúde mental, a exemplo da Prof^a Dr^a Lúcia Cristina dos Santos Rosa e de Lara Emanuéli Neiva, da Gerência de Atenção à Saúde Mental da Secretaria do Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), que abordaram sobre “os impactos da pandemia da covid-19 na assistência à saúde mental: desafios e possibilidades para os cuidados nos dispositivos da RAPS”. Além da presença do Prof^o Dr^o Eduardo Vasconcelos, da UFRJ, e de Judete Ferrari, do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, que discutiram sobre “os grupos de ajuda e suporte mútuo online: alternativas inovadoras de promoção e cuidado da saúde mental em tempos de distanciamento social”.

Aliás, o evento também ofertou aos discentes a primeira experiência na organização de um evento realizado através do *YouTube*, algo que viria a se tornar mais frequente no cotidiano do ensino remoto emergencial. Atualmente a gravação do *evento* conta com mais de 1.100 visualizações.

Em síntese, os projetos de extensão citados propiciaram aos estudantes uma aproximação com o campo da saúde mental e sobretudo com a luta antimanicomial, tendo em vista que o seu objetivo basilar era ofertar suporte e saúde mental por meio da escuta qualificada e da socialização de informações, ampliando para os discentes as possibilidades de conhecer sobre o tema, se aproximar dos usuários e romper com um fazer profissional pragmático e arcaico.

3 Disponível no canal do Youtube da UFPI: <https://tinyurl.com/23c4nnvt>

Contribuições e efeitos dos projetos de extensão para a comunidade acadêmica

Durante o período da pandemia da Covid-19, ocorreram diversas modificações que acabaram fazendo parte do que se chamou de “novo normal”, como o uso das TIC’s, que eram ainda pouco utilizadas no cenário da educação. No decorrer das transformações do projeto “Participação e Controle Social na Saúde Mental”, os discentes, docentes, profissionais e usuários envolvidos passaram a fazer uso de plataformas digitais antes desconhecidas (ou pouco utilizadas), como é o exemplo do *Google Meet*, utilizado para videochamadas ao vivo.

Esse aplicativo se tornou um dos recursos mais utilizados, onde é possível que diversas pessoas se conectassem simultaneamente, o que foi fundamental no período de isolamento social. Desta forma, reuniam-se todos em uma sala virtual para o debate e compartilhamento de conteúdos acerca da saúde mental, o que contribuiu para a formação dos estudantes de serviço social, que até o presente momento tinham pouca aproximação com a temática.

Sabe-se que o uso de tais tecnologias não substituem os encontros presenciais e, ao utilizá-las, muitas vezes, foi notório o desconforto frente a uma câmera de computador ou celular, como é o caso de participantes que não ligavam suas câmeras por não terem um equipamento de qualidade, ou pela ausência de um espaço propício para o encontro, além de muitos não terem recursos para estarem conectados em todas as rodas de conversa. É indiscutível também a queda e/ou oscilação da internet que, por vezes, interrompia as reuniões. Mas, em pese das dificuldades, os encontros ainda conseguiram ofertar um espaço de acolhimento e de troca de saberes, principalmente no contexto de isolamento social, em que todos já se sentiam deslocados do cotidiano habitual.

Vale frisar que durante o início das atividades do projeto de forma remota, os discentes do curso de Serviço Social ainda permaneciam com as aulas suspensas, conforme a Resolução nº 15/2020 CONSUN/UFPI. Por isso, os estudantes que fizeram parte dos projetos durante o período pandêmico obtiveram uma melhor experiência de como funcionam as plataformas que, posteriormente, seriam também utilizadas para as aulas remotas emergenciais.

O fruto de tal experiência desencadeou uma menor insegurança do novo modelo de ensino que estava pela frente e também pôde, concomitantemente, colaborar para a formação continuada, tendo em vista que os projetos desenvolviam reuniões virtuais com os estudantes para debater acerca dos temas propostos nas rodas de conversa (Iêdon; Oliveira; Pereira, 2020).

Ao obter a experiência nos equipamentos virtuais, foi possível não apenas a diminuição dos anseios futuros, mas também o desenvolvimento de habilidades na execução das ferramentas, bem como a capacidade de se apresentar frente às telas, observando o que consegue chamar atenção e trazer destaque dentro de um espaço de convivência limitado.

Os recursos apreendidos, como a elaboração de slides e atividades dinâmicas durante os projetos, ofertaram aos discentes a capacidade de melhor articular durante as aulas, observando que a dinamicidade do conteúdo pode diminuir a sensação de distanciamento causado pelo ensino remoto.

Destaca-se sobretudo a contribuição dos projetos de extensão para a aproximação dos estudantes de serviço social da UFPI com a temática da saúde mental. Em estudo realizado por Iêdon, Melo e Pereira (2022), registrou-se que no projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI de 2012, o nome saúde mental aparece apenas três (3) vezes, acom-

panhados também pela mesma quantidade no que se refere ao descritor da reforma psiquiátrica. Na pesquisa, as autoras demonstram que os assuntos abordados ao decorrer do curso pouco dialogam com o referido tema, que é tão relevante e rico para atuação e estudo da/o assistente social.

Assim, os referidos projetos de extensão aparecem como fundamental para a aproximação com esse campo de atuação. De modo tal, que os discentes do curso que participaram das ações extensionistas na saúde mental puderam desfrutar de um conteúdo pouco explorado até então, levando a sua desmistificação e abrindo espaço para novos conhecimentos e habilidades, ao trabalhar com os usuários e com a rede de atenção psicossocial.

Nesse ínterim, os projetos tiveram relevância científica, social e política, visto que, de acordo com a Resolução nº287 de 1998, do Conselho Nacional de Saúde, o Serviço Social é uma das profissões do campo da saúde, e este é um significativo e histórico espaço de inserção profissional, o que demonstra a necessidade de se ter uma formação que possibilite a aquisição de competências necessárias para atuar na área. Porém, na formação graduada na UFPI a discussão sobre a política de saúde mental ainda é pouco estudada, mas não sublimada dada a sua importância, por isso reafirma-se que essa temática e a sua correlação com o serviço social deve ser enaltecida de maneira ampla.

Assim, os projetos de extensão oportunizaram ao corpo discente uma aproximação com a área da saúde mental. No geral, tal vivência só era possível a partir da inserção no estágio supervisionado obrigatório e/ou na disciplina optativa de tópico especial. Dessa forma, o envolvimento na discussão teórico-prática da saúde mental e a oportunidade de dialogar com os protagonistas dessa política, que são as pessoas em

sofrimento psíquico, despertou o interesse e a atenção para os debates desenvolvidos na área, contribuindo, assim, para a desmistificação do ideário e estigmas manicomial, além de incorporar novos sujeitos na luta antimanicomial. Tal experiência pode levar a uma atuação profissional futuramente com maior diferencial e um olhar mais reflexivo para o cotidiano apresentado, elevando os saberes para o enfrentamento nas múltiplas expressões da questão social.

Além disso, a inserção nos projetos de extensão foi importante para o contato com usuários e instituições, pois, com o ensino remoto emergencial resultado da pandemia da Covid-19, que durou até o ano de 2022, muitos estudantes se sentiam inseguros e distantes da vivência da prática cotidiana, sobretudo àqueles que entrariam no estágio supervisionado. Contudo, aos que se inseriram em ações de extensão tal lacuna foi menor, de modo que, mesmo com limitações, foi possível estar em contato com profissionais, usuários, familiares e instituições, algo que fez notória diferença nas relações de campo. Assim, no momento em que o ensino presencial foi suspenso, a pesquisa e a extensão sustentaram o tripé que compõe o ensino superior de qualidade, não deixando faltar progresso acadêmico.

Ainda que não seja possível dizer quais são os efeitos da pandemia da Covid-19 na graduação em Serviço Social da UFPI, pode-se afirmar que a continuidade de projetos de extensão durante a pandemia forneceu bases ao sistema educacional, possibilitando aproximação entre o corpo discente, docente e comunidade externa, contribuindo com o avanço de pesquisas científicas e seu retorno para a comunidade externa, com a divulgação de conhecimento e desmistificação de informações falsas.

Outro ponto importante a ser destacado é que a formação profissional em Serviço Social deve ser respaldada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. As entidades representativas do Serviço Social no Brasil se manifestam contra a prática do ensino à distância, em que publicam o documento “A Incompatibilidade entre a Graduação à Distância e o Serviço Social”, e em 2014 traz um segundo volume. Os documentos evidenciam o posicionamento da ABEPSS e das demais instituições, reforçando o caráter essencial da educação presencial e oposição ao ensino remoto. Não deixando de lado também o manifesto “Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” também abordado pelo próprio CFESS.

No tocante, há uma diferenciação entre a prática do ensino à distância e o ensino remoto, assim

É pertinente sinalizar sobre as diferentes modalidades de oferta de cursos de Serviço Social no país, que podem ser: presencial, ensino à distância (EaD) ou semipresencial. Em uma análise primária, observou-se que, em alguns IES que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade EaD, o polo presencial não se localiza na cidade onde o mesmo é ofertado. Dessa forma, é oferecida uma formação que pouco – ou não propicia – contato físico presencial com coordenador de curso, docentes ou mesmo com a turma de discentes[...] Nesse sentido, questiona-se sobre a necessidade de se refletir se a qualidade do ensino ofertado nos cursos de Serviço Social na modalidade à distância possibilita seguir uma perspectiva de formação crítica e alinhada às propostas das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Iêdon; Melo; Pereira, 2022, p. 2443-2444).

Portanto, há uma grande distinção entre o EaD e o ensino remoto emergencial, que ocorreu de forma atípica em decorrência de uma situação emergencial consequência da pandemia. Apesar de terem ocorrido atividades de ensino, pesqui-

sa e extensão de forma remota, as mesmas foram em caráter excepcional e possuíram diversas limitações e desafios. Dessa forma, compreende-se que houveram benefícios e desafios provindos da experiência com os referidos projetos durante a pandemia da Covid-19, no entanto, a prática remota não substituiu o encontro presencial.

Conclusão

Em suma, os projetos de extensão “Participação e Controle Social na Saúde Mental” e “Covid-19: Promoção e Suporte em Saúde Mental”, alcançaram êxito em seus objetivos, promovendo suporte e saúde mental para as pessoas em sofrimento psíquico e seus familiares em um cenário atípico como o da pandemia da Covid-19. Além disso, também possibilitaram que as(os) discentes vivenciassem um diálogo direto com os usuários por meio de uma leitura crítica da realidade aliada a uma relação pautada na horizontalidade, respeito, afeto e ética. No mais, apesar dos desafios, os projetos ressignificaram o sentido da extensão no âmbito universitário, em um cenário de pandemia global.

Ainda é cedo para concluir todos os efeitos provenientes da experiência com tais projetos, contudo, é possível observar que algumas das habilidades digitais adquiridas no percurso puderam ser bem aproveitadas no retorno presencial, como parte integrante do trabalho profissional das estudantes que vivenciaram o curso e partiram para sua jornada como estagiárias em diversos campos, não apenas da saúde mental, e que agora passam a trilhar um novo caminho no seu exercício profissional.

Referências

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricu- larização da extensão**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdh6netz>. Acesso em: 5 de janeiro de 2024.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicos- social**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FioCruz, 2019.

APPEL, Nicolle Montardo. O Assistente Social Inserido na Saúde Mental e suas Estratégias de Intervenção. **Anais**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/mry328ad>. Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissio- nal**, v. 3, p. 1-24, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica nº 12/2020**. Recomendações à rede de atenção psicossocial sobre estra- tégias de organização no contexto da infecção da COVID-19 causada pelo novo coronavírus. Disponível em: [https:// tinyurl.com/yyswsdee](https://tinyurl.com/yyswsdee). Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Resolução CFESS n. 383/1999**. Caracteriza o as- sistente social como profissional da saúde. Disponível em: [ht- tps://tinyurl.com/32rk356x](https://tinyurl.com/32rk356x). Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Implantação das redes de atenção à saúde e ou- tras estratégias da SAS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: [https:// tinyurl.com/544x94rn](https://tinyurl.com/544x94rn). Acesso em 20 de dezembro de 2023.

CFESS. **CFESS Manifesta**. Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social. Brasília

(DF), 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/2sxadhbfb>. Acesso em 05 de janeiro de 2024.

CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/4wpw5cau>. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade de graduação à distância e Serviço Social**. Brasília (DF): 2014. V.2. Disponível em: <https://tinyurl.com/4k9nk5uy>. Acesso em 07 de janeiro de 2024.

IÊDON, Ana Maria Cunha; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; OLIVEIRA, Giovana Maria Fernandes. A Extensão Universitária em Tempos de Pandemia: A Experiência do Projeto Participação e Controle Social na Saúde Mental. *In*: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; ROSA, Lucia Cristina dos Santos (org.). **Serviço Social e Saúde Mental**: contribuições do estágio, da pesquisa e da extensão. Teresina: ADUFPI, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/52vwyny3n> . Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

IÊDON, Ana Maria Cunha; MELO, Amanda Soares; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. O estudo da Saúde Mental no Processo Formativo do Serviço Social: um olhar a partir dos projetos pedagógicos. **Anais**. IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, [S. l.], p. 2439-2451, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4sb-ke86h> . Acesso em: 3 de janeiro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: editora vozes, 2001.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus.** [s.l.], 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3y5wjmmmd>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Rede de Atenção Psicossocial no Piauí: Embalos em Tempos Incertos. *In*: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa *et al* (Orgs). **A Política de Saúde Mental no Piauí sob a Égide da RAPS.** Teresina: EDUFPI, 2017. cap. 1, p. 23-42. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dgOWY>. Acesso em: 3 janeiro de 2024.

UFPI. **Resolução nº 015/2020.** Estabelece a suspensão do Calendário Acadêmico 2020.1 e 2020.2 e dá outras providências. Teresina: UFPI, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/msrhp43c>. Acesso em 10 janeiro de 2024.

A extensão universitária em Serviço Social na saúde mental em tempos de pandemia: a arte de (re)inventar

Dafne Dias Lages Monteiro

Introdução

A extensão universitária, o ensino e a pesquisa, constituem o pilar essencial do ensino superior no Brasil, caracterizando-se como um processo interdisciplinar que promove a interação transformadora entre a Universidade e diversos setores da sociedade. A emergência da pandemia de COVID-19 impôs desafios sem precedentes, levando a Administração Superior da Universidade Federal do Piauí (UFPI) a adotar medidas, como a suspensão do Calendário Acadêmico, para preservar a saúde da comunidade universitária e conter a disseminação do novo coronavírus, atravessando os campos do ensino, extensão e pesquisa.

Nesse cenário, o presente artigo apresenta relato de experiência do Projeto de Extensão “COVID-19: Promoção e Suporte em Saúde Mental”, executado entre os meses de julho a dezembro de 2020, vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, coordenado pela professora doutora Sofia Laurenti-

no Barbosa Pereira. O projeto tinha como objetivo geral realizar atividades de promoção e suporte em saúde mental, mediadas por tecnologias de informação e comunicação (TICs), com usuários e familiares da Rede de Atenção Psicossocial do Piauí no contexto da pandemia do novo coronavírus.

No cenário pandêmico, as atividades do projeto foram re-direcionadas para o formato remoto, atendendo às orientações da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) da UFPI. A utilização inovadora e desafiadora das tecnologias de informação e comunicação (TICs) tornou-se essencial para a continuidade das ações, ressignificando a maneira como a extensão universitária se manifesta e impacta a sociedade diante das restrições impostas pelo isolamento social. Este artigo apresentará o desenvolvimento e os resultados alcançados pelo Projeto de Extensão durante esse período, destacando a importância da adaptação e inovação no cenário contemporâneo.

O artigo está organizado em dois tópicos. O primeiro discute a trajetória histórica da Política de Saúde Mental no Brasil, destacando os principais eventos e desenvolvimentos ao longo do tempo. O segundo tópico, por sua vez, apresenta um relato e análise do Projeto de Extensão “Promoção e Suporte em Saúde Mental”. Por fim, apresenta-se a conclusão com as principais ressalvas à importância da flexibilidade, adaptação e inovação no cenário contemporâneo e a importância da extensão universitária.

A Política de Saúde Mental no Brasil

Historicamente, a Política de Saúde Mental brasileira é permeada por um cenário de conflitos e reivindicações, iniciados a partir do Movimento da Reforma Sanitária e, posteriormente, deram origem ao Movimento da Reforma Psiquiátrica. Este movimento nasce durante a resistência à

Ditadura Militar, nos primeiros anos da década de 1970, em um contexto marcado por transformações significativas decorrentes da Reforma Agrária e da Reforma Universitária.

Nesse contexto, o Movimento da Reforma Sanitária torna-se um componente essencial no processo de radicalização da democracia, manifestando-se na sociedade civil e possibilitando a interação com os movimentos sociais, ampliando significativamente seu alcance. A Reforma Sanitária Brasileira culminou na consagração do direito à saúde como universal. Esse movimento, influenciado pelo movimento sanitário italiano, ampliou o conceito de saúde para além do aspecto biológico, destacando os determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou um marco legal nas conquistas pelo Estado Democrático de Direito, iniciou-se um processo de legitimidade do Sistema Único de Saúde (SUS), consolidando o direito à saúde como universal e dever do Estado.

No final da década de 1970, especialmente no contexto brasileiro, emergem movimentos sociais dedicados a combater a chamada “indústria da loucura” e a buscar novos caminhos para a área, especialmente no que se refere às condições de atendimento para a população que utiliza os serviços. O Movimento da Reforma Psiquiátrica (MRP) no Brasil teve origem em 1978 como um movimento sociopolítico com o propósito de desinstitucionalizar o atendimento psiquiátrico, conforme Amarante (1995, p. 87):

No Brasil, a reforma psiquiátrica é um processo que surge mais concreta e, principalmente, a partir da conjuntura da redemocratização, em fins da década de 70. Tem como fundamentos apenas uma crítica conjuntural ao subsistema de saúde mental, mas também - e principalmente - uma crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas.

sicas, dentro de toda a movimentação político-social que caracteriza a conjuntura de redemocratização.

Essa iniciativa visava reduzir o número de leitos em hospitais psiquiátricos e substituí-los por serviços abertos e comunitários destinados às pessoas em sofrimento psíquico. Segundo Amarante (2007, p. 63), “o ponto de partida é começar a pensar o campo da saúde mental e atenção psicossocial não como um modelo ou sistema fechado, mas sim como um processo; um processo que é social; e um processo social que é complexo”.

Nesse cenário, os familiares e usuários dos serviços de saúde mental assumem um papel central no contexto do processo de desinstitucionalização, conforme estabelecido pela Reforma Psiquiátrica. Este movimento tem avançado no país desde a década de 1990 e passou a orientar a Política de Saúde Mental do país a partir de 2001, com a implementação da Lei nº 10.216/01. Após os processos de desinstitucionalização, diversos eventos marcaram esse movimento, notadamente a 8ª Conferência Nacional em Saúde e o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental¹, conhecido como o congresso de Bauru-SP, com a bandeira “Por uma Sociedade sem Manicômios”. Em 1990, a Conferência de Caracas promoveu reformas significativas na atenção à Saúde Mental nas Américas.

Embora a Constituição Federal de 1988 contenha artigos relacionados à saúde, foi apenas em 19 de setembro de 1990, por meio da Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080), que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi devidamente regulamentado. O ar-

1 A 8ª Conferência Nacional em Saúde e o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, proporcionam espaços de debate e reflexão sobre questões fundamentais relacionadas à assistência em saúde mental, promovendo a participação ativa de profissionais da área, usuários dos serviços, familiares e demais interessados. Além disso, representam marcos históricos na formulação de Políticas Públicas para esse campo.

tigo 198 estabelece que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único” (Brasil, 1990), seguindo princípios organizacionais que incluem descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.

Essas transformações no cenário histórico brasileiro resultaram na implementação de diversas portarias e leis para regular os serviços de atenção psicossocial. Em fevereiro de 2002, a regulamentação da Portaria Ministerial n° 336 delinea as diretrizes para o funcionamento de diversas instituições, incluindo Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Programas de Saúde da Família, ambulatórios, Residências Terapêuticas, Centros de Referência de Assistência Social, entre outros. Desde então, observa-se um aumento constante no número de CAPS. O Serviço Social no âmbito da saúde mental tem se consolidado, principalmente, devido ao processo brasileiro de Reforma Psiquiátrica, que exige uma abordagem profissional sintonizada, sobretudo, com o processo de inclusão e recuperação dos direitos desses cidadãos.

A partir dessas reflexões, compreende-se que o campo da saúde mental e da atenção psicossocial constituem um campo amplo e diverso da saúde, o que exige uma formação profissional pautada nos princípios e diretrizes do projeto de saúde pública defendido pelo Movimento da Reforma Sanitária e pela Reforma Psiquiátrica. Dessa maneira, o Serviço Social é a profissão que envolve um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos que insere esse profissional no campo da Saúde Mental. Isso posto, o Serviço Social é uma das 14 categorias profissionais da saúde, expressa na Resolução n° 218/1997² do Conselho de Saúde, que trabalha nas dimensões

2 Reconhece como profissionais de saúde de nível superior as seguintes categorias: Assistentes Sociais; Biólogos; Profissionais de Educação Física; Enfermeiros;

interventivas, formativas e investigativas das expressões da Questão Social, com uma atuação essencial no campo da saúde mental, sobretudo em sua formação generalista, que possibilita uma intervenção frente aos determinantes sociais no processo saúde-doença mental.

Portanto, ao analisar a trajetória histórica da Política de Saúde Mental no Brasil, é possível compreender o contexto que moldou as abordagens atuais e os desafios enfrentados. Essa compreensão prévia é fundamental para explorar mais detalhadamente a implementação e os resultados do Projeto de Extensão ‘Promoção e Suporte em Saúde Mental’, especialmente durante os acontecimentos durante a pandemia da COVID-19.

Extensão Universitária: Participação e Controle Social na Saúde Mental

Desde o final de 2019, observou-se países e regiões enfrentando as repercussões da propagação da “infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (Brasil, 2021). Novos protocolos de atenção à saúde foram apresentados como diretrizes essenciais para conter o avanço da propagação do coronavírus. Os primeiros registros da doença datam de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, identificados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), gerando inicialmente alertas sobre uma potencial pneumonia severa. Com o passar do tempo, as vítimas se transformaram em números de mortos, e essas estatísticas continuaram a crescer de maneira alarmante.

Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Médicos; Médicos Veterinários; Nutricionistas; Odontólogos; Psicólogos; e Terapeutas Ocupacionais.

Um mês após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 na China, a doença já havia se alastrado por outros países Asiáticos, como Tailândia, Japão e Coreia do Sul, mas também em países Europeus, fazendo com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em pouco tempo, a doença já havia sido declarada como Pandemia, sendo considerada a terceira do Século XXI³. A COVID-19 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, inicialmente com dois casos suspeitos, mas é somente em 12 de março do mesmo ano, com 60 casos confirmados da doença no país, é que as medidas começaram a ser consideradas, e em 16 de março, seguindo as orientações do Ministério da Saúde (MS), foram decretados o isolamento social e a quarentena em alguns estados, medidas acatadas por governadores e prefeitos⁴.

No contexto brasileiro, destaca-se a negligência do até então Presidente da República em relação à contaminação e às precauções necessárias para conter a propagação do vírus: “o presidente trata um problema sanitário mundial de proporções inusitadas como uma ‘gripezinha’, enquanto o número de mortes pela COVID-19 alcançou, até meados de outubro de 2020, 160 mil pessoas” (Raichelis; Arregui, 2021, p.135). A partir de 20 de março, o fechamento mais incisivo de locais propensos à disseminação do vírus foi implementado, juntamente com um apelo nacional para o isolamento social. Gradualmente, tornou-se evidente a necessidade de uma adesão mais robusta a essa iniciativa, apesar da postura do presiden-

3 De acordo com o Instituto Butantan, antes da Covid-19 houve duas outras doenças que atingiram uma grande quantidade de pessoas, a H1N1, entre 2009 e 2010, e o Ebola, entre 2013 e 2016.

4 A primeira morte por conta do Novo Coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, e não em 16 de março, como se acreditava. A vítima foi uma paciente de 57 anos, em São Paulo. No entanto, as notícias a respeito do falecimento da vítima só foram divulgadas em 17 de março de 2020.

te. Alguns estados permitiram exclusivamente a abertura de serviços considerados essenciais para a manutenção do cuidado e a sobrevivência durante a pandemia, tais como hospitais, farmácias e supermercados.

Nesse cenário, observa-se que a pandemia provocou uma série de transformações no comportamento da sociedade, diversos desafios significativos em escala global. Entre as áreas impactadas, a saúde mental emergiu como uma das mais afetadas, agravando a situação das populações vulneráveis. A implementação dessas medidas pode acarretar repercussões consideráveis, especialmente para aqueles que enfrentam agravamento psíquico severo e persistente, e que anteriormente recebiam atendimento regular nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os CAPS possuem papel significativo para a comunidade, pois constituem a estratégia central do processo de cuidado em Saúde Mental, como equipamento voltado, sobretudo, para as pessoas com transtorno mental severo e persistente, sendo um espaço de “cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida” (Brasil, 2004, p. 13). É importante compreender que essas instituições não eram apenas locais de cuidados para transtornos mentais, mas também espaços de socialização, construção de vínculos e lazer. Essa realidade demonstra como a Pandemia acentuou as desigualdades já enraizadas na sociedade, como classe, raça, gênero, socioculturais, ideológicos e políticos, conforme:

Fica claro que, ao impor o isolamento social, não se pensou em medidas governamentais de urgência para a classe mais vulnerável como caminho de atenção às suas necessidades básicas. Não se pensou em como manter isolada uma família numerada que mora em um quarto e sala de aluguel nas grandes periferias. Não se pensou em como alimentar essas famílias. Não se pensou como o coronavírus seria apenas

mais um mal que eles atravessariam, diante de tantos problemas já existentes pela desigualdade social. As medidas iniciais se inspiraram em realidades que não consideravam a pobreza brasileira e que aprofundam nossas desigualdades sociais e mostram a ausência do trato estatal para com os mais pobres, deixando claro quem pode morrer, como parte da nossa bem orquestrada necropolítica (Prudencio, 2020, p. 164-165).

Diante do exposto, é evidente que a população vulnerável, e uma parcela significativa dela, torna-se ainda mais suscetível à exposição ao vírus. Além do que, parte desses indivíduos compõem o público-alvo da Política de Saúde Mental. Compreendendo isso, o Projeto de Extensão “COVID-19: promoção e suporte em saúde mental” têm como objetivo a realização de atividades de promoção e suporte em saúde mental, mediadas por tecnologias de informação e comunicação (TICs), com usuários e familiares da Rede de Atenção Psicossocial⁵ do Piauí, no contexto de isolamento social imposto pela pandemia.

Assim, este tópico relata as experiências das ações realizadas pelo mencionado Projeto no segundo semestre de 2020, entre os meses de julho a dezembro. Importante ressaltar que todas as atividades do projeto foram realizadas de forma online, em conformidade com as medidas impostas pela Universidade Federal do Piauí, como a suspensão do Calendário Acadêmico, e as recomendações do Ministério da Saúde, para preservar a saúde da comunidade universitária e conter a disseminação do novo coronavírus.

5 A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) constitui uma estrutura destinada a oferecer suporte aos usuários dos Serviços de Saúde Mental, composta por uma variedade de serviços interligados, visando assegurar a integralidade e a eficácia do cuidado, por meio da implementação de ações interdisciplinares e intersetoriais.

A primeira iniciativa comunitária do projeto foi concretizada por meio do “Evento de Extensão Saúde Mental em tempos de COVID-19: desafios e alternativas de cuidado no contexto do distanciamento social”. Esse evento ocorreu de maneira online, no dia 13 de agosto de 2020, e foi transmitido ao vivo pelo canal UFPI TV no YouTube.

Dando continuidade às atividades do projeto, no mês de outubro, após o evento aberto ao público, foi conduzida uma Oficina de Extensão Online sobre os “Grupos de Suporte Mútuo em Saúde Mental”, destinada a estudantes do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, bem como a profissionais, usuários e familiares da área de saúde mental. O propósito era capacitar esses participantes para a condução dessas atividades de apoio mútuo.

A oficina foi dividida em duas partes; a primeira ocorreu em 01 de outubro de 2020, abordando o tema “Desafios e Possibilidades para a Democracia e Participação Social em Tempos de COVID-19”. A segunda oficina ocorreu em 08 de outubro de 2020, focando no tema “Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica: Trajetória, Desafios e Perspectivas para a Política de Saúde e Saúde Mental no Contexto da Pandemia”. A realização dessas oficinas *online* demonstrou a capacidade de adaptação e inovação em tempos de crise, como a pandemia de COVID-19. Isso permite que a educação e a capacitação continuem ocorrendo de forma segura e acessível, mesmo diante de restrições de distanciamento social.

Posteriormente, foi realizada uma busca ativa de usuários e familiares dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial do estado piauiense, a partir do contato telefônico com os coordenadores desses dispositivos, assim como profissionais, para mapear as pessoas que poderiam participar dos grupos de suporte mútuo online. Após esse levantamento, os discentes

entraram em contato com esses usuários e familiares apresentando a proposta do projeto e convidaram para participar das reuniões online. Reconhecendo a possível falta de familiaridade com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) naquele momento, os estudantes elaboraram tutoriais explicativos sobre como acessar a plataforma *Google Meet*, além de fornecerem informações sobre datas e horários dos encontros.

Através da plataforma *Instagram*, o projeto divulgou informações relevantes para a comunidade. Essa abordagem simplificou e tornou acessíveis as informações, abrangendo desde os eventos organizados pelo grupo de estudos e pesquisa até a criação de postagens em formato de pequenas cartilhas informativas sobre saúde mental. Essa estratégia permitiu uma interação ágil e constante com os seguidores da página, bem como com outros usuários da rede interessados no conteúdo.

Dessa maneira, entende-se que o “Grupo de Suporte Mútuo Online” foi uma resposta adaptada à nova realidade imposta pela pandemia, que exigiu o distanciamento social. Vale ressaltar que esses grupos foram mediados por profissionais especializados, cujo perfil se assemelha aos que conduzem atividades nos Centros de Atenção Psicossocial, garantindo uma abordagem alinhada às necessidades dos usuários.

De acordo com Vasconcelos (2013), o suporte ou ajuda mútua tem como principal objetivo a acolhida, a troca de experiências e o apoio emocional, ocorrendo em grupos formados por indivíduos que enfrentam desafios semelhantes e compartilham experiências de sofrimento comuns. Nestes grupos, um coordenador ou facilitador, geralmente um profissional, é responsável por conduzir as atividades.

Nessa direção, em um contexto onde as redes de atenção estão interrompidas, a realização de grupos de suporte mútuo

online se torna crucial para fortalecer os vínculos sociais. No âmbito da formação em Serviço Social, tais iniciativas desempenham um papel relevante ao capacitar os estudantes para atuar na área de saúde mental. Além disso, essas ações criam ambientes propícios para a troca de experiências, reforçando o papel da extensão universitária como um processo acadêmico no qual o discente assume um papel ativo em sua própria formação.

Durante o planejamento dos grupos, era esperado um público externo de até 50 pessoas. No entanto, devido às limitações da plataforma *Google Meet* na época, que ainda impunha restrições à quantidade de pessoas que poderiam participar de uma única chamada, havia a preocupação de que todos os participantes não pudessem acessar a sessão simultaneamente⁶. Além disso, havia também a equipe responsável pelo projeto, composta por 11 pessoas. Esses desafios logísticos refletem a complexidade de organizar eventos *online* e a necessidade de adaptação às ferramentas disponíveis.

Durante a execução do projeto, houveram reuniões semanais *online* realizadas ao término de cada etapa, levando em consideração as manifestações dos estudantes e da comunidade externa envolvida. Durante esses encontros, foram avaliados aspectos como objetivos e metas alcançados, cumprimento do cronograma, adequação da metodologia utilizada, nível de satisfação e aprendizagem dos estudantes participantes,

6 Em 2020, o Google Meet limitava a quantidade de pessoas em uma chamada principalmente devido a questões técnicas. O aumento repentino na demanda por serviços de videoconferência, devido à pandemia de COVID-19, sobrecarregou muitas plataformas, incluindo o Google Meet. Para garantir a estabilidade e a qualidade do serviço, o Google implementou limites de participantes em chamadas para evitar sobrecarregar seus servidores e garantir uma experiência satisfatória para aqueles que participavam das reuniões. Essas limitações eram comuns em várias plataformas de videoconferência na época.

bem como o grau de satisfação do público-alvo em relação às ações desenvolvidas.

A finalização do projeto foi marcada por uma reunião através do *Google Meet*, no mês de dezembro. Na ocasião, a equipe fez suas considerações sobre o projeto, destacando-se a aquisição de conhecimento teórico por meio das discussões realizadas pelos palestrantes. Além disso, a organização dos eventos proporcionou uma compreensão mais aprofundada do planejamento e dos aspectos operacionais envolvidos. Reuniões avaliativas foram realizadas para a troca de impressões, análise do cumprimento das metas e objetivos, bem como o acompanhamento contínuo das ações.

Além disso, é crucial ressaltar a relevância da extensão universitária em tempos de isolamento social, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia. A extensão desempenha um papel fundamental ao conectar a universidade com a comunidade, atuando como um agente transformador no enfrentamento de questões sociais e de saúde mental. No contexto do Projeto de Extensão “COVID-19: promoção e suporte em saúde mental”, a iniciativa não apenas responde de maneira inovadora às demandas urgentes geradas pela crise sanitária, mas também evidencia o comprometimento da universidade com a promoção do bem-estar da sociedade.

Durante os seis meses de duração do projeto, os estudantes assumiram diversas responsabilidades para a execução desses eventos, incluindo pesquisa, elaboração de materiais gráficos para divulgação, publicação e promoção em redes sociais e grupos de *WhatsApp*, mediação das rodas de conversa, suporte técnico para as plataformas utilizadas, organização das perguntas no chat, e registro de presença dos participantes.

Como fruto dessas atividades, destaca-se a aquisição de conhecimento teórico por meio das discussões realizadas pelos

palestrantes. Além disso, a organização dos eventos proporcionou uma compreensão mais aprofundada do planejamento e dos aspectos operacionais envolvidos. Reuniões avaliativas foram realizadas para a troca de impressões, análise do cumprimento das metas e objetivos, bem como o acompanhamento contínuo das ações.

Ademais, é crucial ressaltar a relevância da extensão universitária em tempos de isolamento social, especialmente diante dos desafios impostos pela pandemia. A extensão desempenha um papel fundamental ao conectar a universidade com a comunidade, atuando como um agente transformador no enfrentamento de questões sociais e de saúde mental. No contexto do Projeto de Extensão “COVID-19: promoção e suporte em saúde mental”, a iniciativa não apenas responde de maneira inovadora às demandas urgentes geradas pela crise sanitária, mas também evidencia o comprometimento da universidade com a promoção do bem-estar da sociedade.

A extensão universitária, ao adotar estratégias como o uso de tecnologias de informação e comunicação para viabilizar atividades remotas, destaca-se como um mecanismo adaptativo capaz de superar as limitações impostas pelo distanciamento social. Nesse contexto, os estudantes, ao assumirem um papel ativo nas ações extensionistas, não apenas ampliam suas habilidades e conhecimentos, mas também contribuem para a construção de pontes entre a academia e a realidade vivenciada pela população. Em síntese, a extensão universitária emerge como uma ferramenta valiosa para a promoção da saúde mental, estabelecendo uma conexão entre a expertise acadêmica e as demandas emergentes da sociedade.

Conclusão

Refletir sobre as ações do Projeto de Extensão “COVID-19: Promoção e suporte em saúde mental”, é compreender não só a importância das respostas às demandas geradas pela crise sanitária, mas também o papel vital desempenhado pela extensão universitária em tempos de isolamento social. A extensão universitária marcou o período em que as aulas estavam suspensas, mostrando a força da comunidade acadêmica para a comunidade externa. A contextualização histórica apresentada delinea a gravidade da situação global de saúde pública, destacando a necessidade de medidas preventivas para conter a propagação do vírus. A análise crítica da resposta governamental diante da crise sanitária, revela as lacunas na consideração das necessidades da classe mais vulnerável, ressaltando as desigualdades sociais exacerbadas pela pandemia.

No âmbito da saúde mental, é destacado como as medidas de isolamento impactaram especialmente as populações vulneráveis, sublinhando a importância da adaptação e inovação na prestação de suporte psicossocial. O Projeto de Extensão, ao implementar Grupos de Suporte Mútuo *Online*, não apenas atendeu a essas demandas específicas, mas também fortaleceu os vínculos sociais e contribuiu para a formação acadêmica dos estudantes, principalmente na área de Serviço Social. A iniciativa dos estudantes, assumindo diversas responsabilidades na execução do projeto, não apenas ampliou suas habilidades, mas também promoveu uma interação enriquecedora entre os saberes dos discentes e da comunidade externa. O Projeto de Extensão aqui descrito não apenas responde às necessidades imediatas, mas também reforça o compromisso da universidade em contribuir para o bem-estar da comunidade em meio aos desafios contemporâneos.

Além disso, a participação ativa dos estudantes nas ações extensionistas não apenas contribuiu para a promoção da saúde mental da comunidade, mas também enriqueceu suas próprias formações acadêmicas, ampliando seus conhecimentos e habilidades. A extensão universitária, ao estabelecer essa ponte entre a academia e a sociedade, revela-se como uma ferramenta valiosa para a transformação social e o enfrentamento de desafios contemporâneos.

Portanto, o Projeto de Extensão “Promoção e Suporte em Saúde Mental” da UFPI, assim como outras iniciativas semelhantes em instituições de ensino superior, exemplifica a importância da adaptação, inovação e comprometimento comunitário no contexto da saúde mental em tempos de crise. A arte de (re)inventar, como sugerido no título deste texto, busca refletir não apenas a capacidade de adaptação às circunstâncias adversas, mas também a chance de transformar desafios em oportunidades de crescimento e aprendizado para toda comunidade envolvida.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

BRASIL. **Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recupera-

ção da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica Nº 58/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [<https://tinyurl.com/4v-4wwknr>]. Acesso em: 22 jan. 2024.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

PRUDENCIO, Juliana Desiderio Lobo. A covid-19 reafirmando a invisibilidade dos usuários de álcool, crack e outras drogas no território. In. GOMES, Tathiana Meyre da Silva; PASSOS, Rachel Gouveia; DUARTE, Marco José de Oliveira (Orgs). **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do serviço social**. Uberlândia: Navegando Publicações, p.161-181, 2020.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão Vasconcelos (Coord). **Manual de ajuda e suporte mútuos em saúde mental: para facilitadores, trabalhadores e profissionais de saúde e saúde mental**. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, 2013.

O Programa de Educação Tutorial pelo Trabalho para a Saúde – PET- SAÚDE UFPI: fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão

Lucia da Silva Vilarinho

Otacílio Batista de Sousa Netto

Waleska Ferreira de Albuquerque

Osmar de Oliveira Cardoso

Ananda Ingrid Rodrigues de Oliveira

Introdução

O PET-Saúde tem como pressuposto a educação pelo trabalho para a saúde, constituindo-se num importante dispositivo voltado para o fortalecimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como de engajamento e responsabilidade social voltados para o cenário da formação de graduação em saúde no Brasil e para os cursos que dela fazem parte, tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como imanência.

Nessa perspectiva, apesar de o SUS ser o ordenador constitucional da formação de recursos humanos para a saúde, tem

presença historicamente secundarizada nas graduações no Brasil, ainda contemporaneamente muito voltadas para um modelo de atenção à saúde centrado nas patologias, nos hospitais e suas tecnologias de diagnóstico e tratamento, e, sobretudo, nos profissionais médicos e no mercado privado da saúde.

No século XXI, com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – PRÓ-Saúde, criado pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Educação em 2005, e seus desdobramentos subsequentes, trouxeram consigo, e de forma mais nítida, a necessidade de um novo desenho formativo, que correspondesse às necessidades sanitárias da população brasileira, especialmente em seus vastos contingentes demográficos mais vulneráveis, mais distantes de um acesso digno e de qualidade às ações e aos serviços de saúde, tendo suas vidas marcadas pelas iniquidades.

Por conseguinte, no ensino superior brasileiro, já habituado à rotina dos Programas de Educação Tutorial (PET) vinculados ao Ministério da Educação (MEC), a chegada do PET-Saúde, em 2008, como uma nova modalidade de Programa Interministerial, favorecendo um diálogo com os mundos do ensino e da saúde (MEC e Ministério da Saúde – MS), trouxe a novidade de uma intencionalidade de aproximação efetiva do ensino superior de saúde com o SUS, com tudo que ele implica, e dúvida quanto ao reconhecimento e à institucionalização do PET-Saúde como componente da extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O objetivo deste texto é pontuar a trajetória do PET-Saúde na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e seu caráter extensionista como fortalecedor da tríade ensino - serviço - sociedade. Na nossa concepção, o PET-Saúde se identifica com os componentes da extensão no ensino superior pelo seu

protagonismo interprofissional, intersetorial e integrador de ações acadêmicas com os serviços de saúde do SUS e com a sociedade, apesar de ser regido por diretrizes específicas no âmbito do Pró-Saúde, e não por parâmetros do Plano Nacional de Extensão Universitária.

A contextualização da experiência PET-Saúde - UFPI se faz sob uma abordagem descritiva-exploratória, a partir de um recorte acerca de sua presença ainda incipiente no cenário da formação acadêmica de estudantes dos sete cursos de saúde da UFPI: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, e ainda o curso de Medicina Veterinária. Esses cursos estão articulados ao Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP-UFPI), ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e ao Centro das Ciências Agrárias (CCA), e em parceria interinstitucional, ora com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), gestora plena do SUS municipal na cidade de Teresina, capital do estado; ora com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI). Pontua-se, ainda, neste capítulo, os pontos fortes e as fragilidades, os alcances e as suas rotas não cumpridas, bem como aproximações em diferentes edições com os projetos de extensão universitária na UFPI.

PET-Saúde: dando tons e perspectivas de SUS às diferentes atividades acadêmicas

O PET-Saúde, enquanto estratégia de modernização e aprimoramento do ensino superior de saúde no país, foi instituído pela Lei nº 11.180, em 2005, regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007, com vistas à melhoria dos cursos de graduação na área da saúde, com a formação de profissionais críticos e sensíveis às condições de vida e saúde da população brasileira, engajados com

o SUS e imbuídos com o fortalecimento da consciência e responsabilidade social e cidadã de todas(os) os/as participantes.

O programa é uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, criado a partir da Portaria Interministerial nº 1.802, de 26 de agosto de 2008, no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), que tem como proposta formar profissionais com um novo perfil, mais apto e adequado às necessidades do SUS (Vilarinho *et al*, 2015).

De acordo com seu documento de criação:

O PET-Saúde constitui-se instrumento de criação de grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), viabilizando aos acadêmicos programas de aperfeiçoamento em serviços, bem como estágios e vivências, proporcionados pelas instituições de Ensino Superior (IES) em parceria com as Secretarias Estaduais ou Municipais de Saúde (Brasil, 2008, [n.p.]).

A referida Portaria Interministerial traz como objetivos do PET-Saúde, no seu Art. 2º:

I - possibilitar ao Ministério da Saúde cumprir o seu papel constitucional de ordenador da formação de profissionais de saúde por meio da indução e do apoio ao desenvolvimento dos processos formativos necessários em todo o país, de acordo com características sociais e regionais;

II - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizado pelo Ministério da Educação;

III - desenvolver atividades acadêmicas com padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;

IV - contribuir para a implementação das Diretrizes Nacionais dos cursos de graduação na área da saúde;

V - contribuir para a formação de profissionais de saúde com perfil adequado às necessidades e as políticas de saúde do país;

VI - sensibilizar e preparar profissionais de saúde para o adequado enfrentamento das diferentes realidades de vida e de saúde da população brasileira;

VII - induzir o provimento e favorecer a fixação de profissionais de saúde capazes de promover a qualificação da atenção à saúde em todo o território nacional; e

VIII - fomentar a articulação entre ensino e serviço na área da saúde (Brasil, 2008, Art. 2º).

Constituem-se atores e participantes do projeto: graduandos(as) matriculados(as) e ativos(as) nos cursos de saúde na condição de discentes petianas(os), que passam por processo seletivo com edital específico com critérios de seleção que variam ao longo do tempo; professores(as) efetivos(as) em pleno exercício da docência, que atuam como tutores(as); trabalhadores(as) do SUS com vínculo efetivo na rede municipal e estadual de saúde, também selecionados(as) via edital, como preceptores(as), que podem, em licença poética, ser compreendidos(as) como professores(as) nos serviços de saúde.

Os(as) petianos(as) são discentes dos diferentes cursos de saúde, que participam da elaboração e organização das atividades; auxiliam na confecção de projetos, das atividades, dos instrumentos de coleta de dados; constroem a solução de problemas no desenvolvimento de vivências em serviço e atividades de pesquisa e extensão, sob orientação dupla do(a) tutor(a) e do(a) preceptor(a), visando à produção e à disseminação de conhecimento relevante na área da saúde e às atividades de iniciação ao trabalho.

O(a) tutor(a) é o(a) docente responsável pelo planejamento e pela supervisão das atividades, bem como pelo desempenho do grupo sob sua orientação. Este(a) gerencia as atividades, as metas e os indicadores, e, além de assegurar a qualidade na comunicação, acompanha e avalia a aprendizagem dos(as) estudantes petianos(as) durante todo o processo.

Os(As) preceptores(as) são os(as) protagonistas das atividades desenvolvidas *in loco*, sendo os(as) profissionais de saúde do SUS que participam da elaboração do projeto, recebem, orientam e supervisionam os(as) discentes nos cenários de prática, facilitando a disseminação de conhecimento na área de estudo, contribuindo, com isso, para a formação de futuros profissionais de saúde.

O PET-Saúde oferece bolsas para os(as) petianos(as), estudantes regularmente matriculados(as) em Instituições de Educação Superior (IES), com o objetivo de desenvolver vivências e produzir conhecimento relevante em áreas prioritárias na produção da saúde; para os(as) tutores(as), professores(as) das IES, que orientam as vivências em serviço e a produção de conhecimento relevante na área da saúde; e para os(as) preceptores(as), profissionais dos serviços de saúde, portanto, trabalhadores(as) do SUS, que realizam orientação e acompanhamento em serviço, dos(as) estudantes petianos(as).

Este Programa oportuniza e deseja a construção de espaços de diálogos, nos quais os mundos do trabalho e da educação em saúde constituem uma polifonia unívoca, recriam espaços de cidadania em que os atores envolvidos estabelecem um novo modo de ser, de estar e de ver o mundo e, sobretudo, o SUS, e têm direito a vez e a voz (Albuquerque *et al.*, 2009).

Para o cumprimento dos objetivos traçados para o PET-Saúde e a materialização dos princípios do SUS, o Ministério da Saúde já lançou seis edições do Programa em prol

da diversificação de escopos na formação de saúde brasileira, induzindo as IES participantes à elaboração de projetos que se adequem aos horizontes formativos traçados a partir da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES/MS), e que ao fim e ao cabo, as inovações apresentadas com o PET-Saúde estejam, em momento oportuno, consolidadas na forma de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCS) e de matrizes curriculares. As edições foram lançadas pelos seguintes editais:

- Edital nº 24/2011 Pró-Saúde/ PET-Saúde 2012-2014;
- Edital nº 28/2012 PET-Saúde/Vigilância em Saúde (FMS) 2013-2014;
- Edital nº 13/2015 PET-Saúde/GraduaSUS (FMS) 2016-2018;
- Edital nº /2015 PET-SaúdeInterprofissionalidade (FMS) 2019-2021;
- Edital nº 01/2022 PET- Saúde/Gestão e Assistência (FMS) 2022-2023;
- Edital nº 11/2023 PET- Saúde/Equidade (SESAPI) 2024-2026.

Considerando o percurso do PET-Saúde desde a discussão inicial, entre 2012-2014, sobre questões atinentes aos eixos formativos ou aos princípios educativos das/nas graduações, orientação teórica, cenários de prática e orientação pedagógica, avançou-se para contemplar outras áreas consideradas prioritárias para o SUS, englobando determinantes de saúde e doença, produção de conhecimentos segundo as necessidades da população brasileira e a operacionalização do SUS, pós-graduação e educação permanente, integração docente assistencial, diversificação dos cenários do processo de ensino,

articulação dos serviços assistenciais com o SUS, análise crítica da atenção básica, equidade em saúde etc. Mesmo assim, ainda se constata, inequivocamente, um longo caminho a ser percorrido até que os cursos de saúde das IES públicas sejam o que a sociedade espera e precisa deles.

Essas questões não se esgotaram, nem tampouco foram completamente equacionadas. Ainda no período 2013-2014, com o PET-Saúde Vigilância em Saúde, seguiu-se com o desafio inovador, com a temática fundamental da vigilância em saúde, agora como política nacional, e que compreende a articulação dos saberes, dos processos e das práticas relacionados à vigilância epidemiológica, à saúde ambiental, à saúde do trabalhador e à vigilância sanitária. Nesse cenário, a Vigilância em Saúde é compreendida como sendo o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando ao planejamento e à implementação de medidas de saúde coletiva, incluindo regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, mediante ações laboratoriais, de promoção da saúde, de análise de situação de saúde, entre outras questões (Conselho Nacional de Saúde, 2024).

Com o PET-Saúde Equidade, em curso, conveniado com a SESAPI e tendo como público-alvo os(as) profissionais e futuros(as) trabalhadores(as) de saúde, atuais petianos(as), e não os(as) usuários(as) do SUS, como nas edições anteriores, nesse caso a tônica da discussão é a abordagem da equidade de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e pessoas com deficiência, bem como a valorização dos(as) trabalhadores(as) e futuros(as) trabalhadores(as) no SUS, contemplando iniciativas para o desenvolvimento da docência e preceptoria nessas temáticas (Brasil, 2023).

A fim de assegurar transformações nos processos de geração de conhecimentos, de ensino e aprendizagem e de prestação de serviços à população, o PET-Saúde UFPI tem atuado como indutor de melhorias do cuidado em saúde, por meio do aperfeiçoamento e da formação profissional para o SUS, e, ainda, como condutor e facilitador da inserção dos estudantes dos cursos de saúde nas vivências do SUS, possibilitando momentos de integração com os serviços de saúde, seus trabalhadores, gestores e a comunidade usuária.

Em todas as edições (2012-2024) em que a UFPI participou, contemplou projetos fundamentados em ações de educação pelo trabalho para a saúde, com o objetivo de fortalecer o processo de integração Ensino-Serviço-Comunidade (IESC), de maneira indissociavelmente articulada com o SUS e suas instituições estaduais e municipais, tendo como norte o tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão, como pontua a Constituição Federal: “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, Art. 207).

Conforme se pode constatar, foram diversos os objetos temáticos em pauta nas edições do PET-Saúde UFPI: qualificação dos processos de integração ensino-serviço-comunidade a partir do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAPS) com as responsabilidades compartilhadas entre as IES e a gestão local do SUS (Brasil, 2015); educação e o trabalho interprofissional em saúde e os relevantes processos colaborativos que geram possibilidade de aprender com os diferentes saberes das diferentes profissões envolvidas no trabalho em saúde (Barr; Low, 2013; Toassi, 2017; Vilela; Mendes, 2003; WHO, 2010); os desafios da gestão e da assistência dentro do SUS; equidade/identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia

e deficiências, entre outras. Todas estas temáticas permanecem absolutamente atuais, sendo trilhas apenas abertas pelo PET-Saúde, que precisam ser intensamente vivenciadas pelos cursos de graduação em saúde.

Merece destaque uma das potências dos projetos PET-Saúde UFPI que concretizam parte dos objetivos desejados: o encontro presencial de estudantes de distintos cursos de graduação juntamente com preceptores(as) e tutores(as) dos cursos ou de diferentes cursos dos(as) petianos(as), desenvolvendo ações junto à comunidade usuária dos serviços de saúde e/ou junto a profissionais. Um trabalho vivo, pautado em tecnologias de distintas naturezas: duras, leve-duras e leves para contribuir com a efetivação do SUS na vida das pessoas e das graduações envolvidas (Merhy, 2002).

No contexto da função ou responsabilidade social das universidades, destaca-se o enfrentamento das fronteiras que dificultam e facilitam o acesso aos mundos do Ensino-Serviço-Comunidade, que passa pelo trabalho discreto, mas igualmente valoroso, dos(as) preceptores(as), trabalhadores(as) de saúde nos projetos. Aqui o conhecimento e a dinâmica pedagógica não são mais sistematizados e gerenciados apenas por um(a) professor(a) acadêmico(a) tutor(a), mas também no contato direto com a realidade nos cenários reais, em que a teoria e a prática se entrelaçam, e os(as) petianos(as) vivenciam a prestação de serviços de saúde à população, conhecendo e dialogando com os(as) usuários(as) do SUS sobre suas necessidades sanitárias e suas realidades de vida e de trabalho.

Se, em um primeiro momento, os(as) discentes petianos(as) são inseridos(as) no cenário de prática e apresentados(as) à instituição de saúde, à equipe e aos(às) usuários(as), depois lidam com questões de núcleo e campo de saberes, com práticas e rotinas institucionais, constroem, individual e co-

letivamente, os caminhos de atuação, de forma propositiva com o(a) preceptor(a) e com outros profissionais da equipe, sob orientação e acompanhamento de tutores.

No campo das elaborações petianas há o que acontece nos cenários de prática traduzidos na forma de ações que se desejam inovadoras em saúde, e há também atividades no mundo da academia, de onde os(as) petianos(as) originalmente partem e onde estão seus (suas) professores(as) tutores(as), e para onde os(as) preceptores(as) são convidados(as) para sessões de estudos e debates, oficinas de nivelamento conceitual, encontros de planejamento, reuniões diversas, grupos de discussão, pesquisas, sistematização da experiência na forma de artigos, capítulos de livros, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), elaboração de relatórios, entre outras atividades.

Sobre a contribuição do PET-Saúde para a formação em todos os cursos de saúde da UFPI, destaca-se seu papel de condutor e de facilitador do processo de inserção de discentes em vivências do SUS nos serviços e em ações diversas, além de oportunizar momentos de integração entre estudantes de diferentes cursos e ricas vivências para tutores(as) e preceptores(as), conforme atestam os relatos a seguir:

Os resultados do PET-Saúde Interprofissionalidade são muito positivos, posso citar o apoio e a abertura de canal de comunicação/discussão e debate sobre a Educação Interprofissional (EIP) com a administração superior, o que até então permanecia restrito ao conjunto dos professores e alunos do PET no âmbito do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP-UFPI) e com incipiente discussão no âmbito das coordenações de curso e que agora alcança setores da administração superior com forte aposta de adesão (Relato de Vilarinho - tutora, 2022, não publicado).

O PET foi muito importante para a minha formação profissional, possibilitou a abertura de uma série de oportunidades que apenas o curso de graduação não poderia oferecer.

O estímulo ao desenvolvimento de pesquisas, publicação de arquivos, capítulos de livros, construção de cartilhas, apresentação de trabalhos em eventos, como também a interação com estudantes de outras áreas. As atividades e a execução de projetos, que muitas vezes chegaram a ser um desafio, ao mesmo tempo em que nos incitaram a pesquisar e a estudar mais, procurando aperfeiçoar nossos conhecimentos. Sem dúvida todas essas vivências promoveram aprendizagens significativas para o nosso desempenho acadêmico e profissional (Relato de Pereira - discente petiana, publicado em Vilarinho, 2015, p. 35).

A participação no Programa de Educação Tutorial pelo Trabalho para a Saúde faz com que renovemos a cada dia o nosso trabalho, induzindo as mudanças e procurando uma maior qualificação da atenção à saúde. O mais interessante é o poder de multiplicação que a jovialidade dos alunos traz ao nosso trabalho, capaz de promover um interesse maior das equipes e comunidades que passam a entender mais a importância do nosso trabalho de promoção de saúde (Relato de Tavares - preceptora, publicado em Vilarinho, 2015, p. 66).

Destacamos, trechos extraídos de monografia de conclusão de curso (TCC) escrito por discentes petianas do curso de Serviço Social, em 2021, que evidenciam a relevância da experiência vivenciada, as lições e os aprendizados alcançados, também durante a pandemia de covid-19:

Para ilustrar quão rica foram as experiências das duas acadêmicas de Serviço Social, apresentam-se algumas ações desenvolvidas com a participação das petianas, consideradas relevantes e de maior impacto na formação das duas acadêmicas de Serviço Social por favorecerem a incorporação e o desenvolvimento de competências de EIP e do trabalho interprofissional: Participação nas ações do Programa Saúde na Escola – PSE, visitas domiciliares do NASF em conjunto com as equipes da ESF, participação nos grupos: de gestantes da UBS Nossa senhora da Paz, de controle do tabagismo da UBS Tania M Melo Rodrigues e do grupo

de emagrecimento do Polo Saúde do Monte Castelo (Moura e Barros, 2021; 73).

As atividades presenciais [...] foram substituídas por ações programadas de comunicação, informação e educação em saúde, a serem executadas de forma remota. Esta etapa ficou mais focada no estudo aprofundado de temáticas diversas e elaboração de materiais informativos sobre a COVID, como: Folders, cartilhas, informativos, podcasts, produção de vídeos, lives, participação em mini-cursos e programas *on line*. Os encontros passaram a ser virtuais e mais frequentes, para que as atividades pudessem ser acompanhadas (Moura e Barros, 2021, 51).

Percebe-se, pelos relatos apresentados, o PET-Saúde UFPI como uma importante ferramenta formativa. O projeto também contribui com a qualificação profissional dos trabalhadores do SUS, na medida em que favorece aos(as) preceptores(as) o aprendizado e o desenvolvimento de competências diversas nos serviços, iniciativa que envolve vários atores com o objetivo de construir um novo modelo de formação e trabalho em saúde.

Extensão Universitária como experiência entre diversidades: universidade, serviços de saúde e sociedade

A educação universitária tem assumido protagonismo na produção de conhecimento e difusão cultural, componentes que impulsionam processos de mudança social numa perspectiva dialógica de conhecimento científico e popular. Extensão universitária compreende atividade acadêmica de integração entre a universidade e a sociedade, mecanismo promotor de troca de saberes e práticas, de integração Ensino-Serviço-Comunidade (Santana *et al.*, 2021).

O diálogo universidade-sociedade dá-se a partir da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, tripé do Ensino Superior, preceituado na Constituição Federal brasileira, em seu artigo 207 (Brasil, 1988), que dispõe sobre o princípio da indissociabilidade entre essas três atividades básicas do ensino acadêmico. Mais recentemente, a internacionalização ganhou espaço, como sendo o quarto elemento constitutivo do ensino superior brasileiro.

A Constituição Federal brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 (Brasil, 2014) trazem as diretrizes da aproximação das universidades públicas brasileiras e da sociedade como processo fomentador do desenvolvimento social, cultural, econômico e político no país, cumprido pela instituição universidade ao realizar o seu papel especial de produção, acúmulo e disseminação de conhecimento e de formação profissional.

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária (Resolução CNE/CES nº 7/2018; Parecer CNE/CES nº 576/2023), a extensão universitária é o processo educativo,

cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade:

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico [...]. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Brasil, 2002, p. 5).

Ainda de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, no retorno à Universidade, docentes e discentes experienciam um aprendizado que, submetido à reflexão crítica, será acrescido ao que havia no ponto de partida da jornada. A abertura para esta experiência de produção comunal estabelece o encontro respeitoso e construtivo dos saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como repercussões a elaboração de um novo conhecimento, híbrido, resultante do encontro com a realidade brasileira, loco-regional e a democratização do conhecimento, bem como a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

As ações extensionistas ocorrem fora da sala de aula, dos laboratórios e das clínicas universitárias, em cenários que proporcionam o contato direto com realidades diversas, e em comunicação com a sociedade. Proporcionam aos(as) discentes e docentes novos espaços de discussão e reflexão de conhecimentos e práticas, sendo fundamental para a qualidade da formação e para a capacitação acadêmica.

O protagonismo estudantil nos trabalhos de extensão é capaz de fazer um jovem universitário “obter a capacidade de se esvaziar para dentro da comunidade” ou de “exercitar a tolerância com ideias diversas e opostas de pessoas menos politizadas e menos esclarecidas” (grifos do autor). São

acontecimentos marcantes para uma geração obtidos com tão poucos recursos e com a subjetividade do encontro, que as políticas públicas revestem em chavões de ricos programas sociais, mas que não surtem na mesma transformação (Cavalcante Filho, 2015, p. 9).

A extensão universitária se consolida como ação acadêmica por meio de cursos, programas e projetos, eventos que integram as atividades de ensino e pesquisa, assim como um momento estratégico de articulação e socialização do saber. Apesar dos avanços e do recente maior reconhecimento, a extensão segue enfrentando desafios no seu processo de implementação-execução e efetivação, como um dos pontos cardeais da experiência universitária. Entre esses, pode ser citada a implementação do aprendizado centrado no(a) aluno(a), que se desloca do papel de receptor(a) passivo(a) para o papel proativo de principal responsável por seu aprendizado, construindo um conhecimento sistematizado e gerenciado não apenas univocamente pelo(a) professor(a), em um processo de ensino-aprendizagem envolvendo competências, habilidades e atitudes técnicas e cidadãs. Na viabilização de todo esse campo volitivo, há dificuldade de celebrar parcerias interinstitucionais e no campo da saúde, preferencialmente com os serviços públicos de saúde municipais, estaduais e federais; a escassez de fomentos nas IES e a redução de editais de agências financiadoras, entre outros (Andrade; Morosini; Wiebusch, 2019).

Assim sendo, desde 2012, o PET-Saúde UFPI, em suas diferentes edições temáticas e formatos de grupos de aprendizagem tutorial, cumpre pressupostos que se caracterizam como extensão, a saber: a tônica da interação dialógica entre seus diversos atores constitutivos; princípios de interdisciplinaridade/interprofissionalidade; a busca pela indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; os desfechos na formação

do estudante, ainda que o número de estudantes alcançados diretamente pela experiência seja pequeno, se comparado ao número total de estudantes nos respectivos cursos, com impactos sociais na forma de maior comprometimento, responsabilidade e transformação da realidade das comunidades envolvidas.

Conclusão

O Projeto PET-Saúde tem contribuído na formação de estudantes dos diferentes cursos de saúde da UFPI, estimulando a convivialidade interprofissional em um ambiente conservador, no qual a formação uniprofissional tradicional ainda é o modelo hegemônico.

Resultados concretos e materializáveis, para além das impressões dos envolvidos e engajados ao longo destes 12 anos, começam aqui e ali a serem divulgados e registrados no dialeto técnico-científico quantitativo. Desta forma, o PET-Saúde UFPI proporciona experiências e vivências únicas, de forma que petianos(as) conhecem e atuam em campos de práticas, acompanham profissionais e têm a oportunidade de propor ações diversas, que muitos dos seus colegas de graduação, não participantes do PET-Saúde, não terão, não farão, e nisso reside uma de suas críticas mais contundentes: a criação de dois modelos de graduação.

Todavia, ainda alcança um pequeno número de estudantes, e aqui reside uma das suas grandes limitações, não transcendendo a uma dezena de alunos por curso. Mesmo assim, proporciona uma oportunidade única, uma aprendizagem significativa repleta de metodologias ativas em cenários reais de prática profissional, que transcendem a formação tradicional e suas condições normais de temperatura e pressão.

No âmbito das potências dos projetos PET-Saúde na formação dos cursos de saúde da UFPI destacam-se a aproximação, a articulação e a integração entre docentes e discentes de diferentes cursos de graduação para estudos e intervenções COM+JUNTO, dentro e fora dos muros universitários, que propiciam aos participantes compartilhamento de saberes e práticas, vivências e experiências acadêmicas, de trabalho e de vida, na perspectiva da mudança da educação e da formação acadêmica.

A dúvida existencial que resiste ao esclarecimento, e completados 10 anos de PET-Saúde, permanece: se o PET-Saúde UFPI no ensino de graduação dos cursos de saúde, assim considerados pelo Ministério da Saúde, para além da perspectiva de projetos de duração anual ou bianual, poderia, no território das IES, ser engendrado como projeto, programa ou atividade de extensão universitária, especialmente com a recém-conquistada maior visibilidade desta parte do tripé universitário dentro dos currículos acadêmicos e das atividades docentes passíveis de comprovação. Se o PET-Saúde UFPI é ou não extensão, e se o que o transforma em uma das pernas do tripé que constrói o edifício universitário brasileiro é a captura burocrática com a chancela de programa, projeto, ou ação, é algo que este capítulo sugere, mas não define.

O que o PET-Saúde UFPI é, sabem aqueles que o fazem, experimentam-no e o vivenciam, sabem os que recebem suas ações e seus saberes derivados. E agora sabem, em parte, aqueles que leem este texto.

Referências

ALBUQUERQUE, V. S.; BATISTA, R.S; TANJI, S; MOÇO, E.T.M. Currículos disciplinares na área da saúde: ensaio so-

bre saber e poder. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 13, n. 31, p. 261-272, out./dez. 2009.

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; WIEBUSCH, E. M. Desafios Contemporâneos da Extensão Universitária: da Invisibilidade à Curricularização. In: VITÓRIA, Maria Inês Côrte; COSTA, Priscila Trarbach (Orgs.). **Anais... X Congresso Ibero-Americano de Docência Universitária (CIDU)**. ISBN 978-85-397-1247-2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. 2000 p.

BARR, H., LOW, H. Introducing Interprofessional Education. **CAIPE: Centre for the Advancement of Interprofessional Education**. 2013, 36p. Disponível em: <https://tinyurl.com/hx6vn9kt>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Edição Atualizada Brasil 2000/2001. Brasília: ME, 2002. Disponível em: <https://tinyurl.com/3tx7afps>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.632 de 25/09/2006. Dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Portaria nº 3.385 de 29 de setembro de 2005, que dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial - PET. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 26 set 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.046 de 07/11/2007. Altera os valores das bolsas de tutoria concedidas a professores tutores participantes do Programa de Educação Tutorial - PET. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 8 nov. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educa-

ção Superior Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, Edição Extra - 17/12/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 19/12/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF. Aguardando homologação.

BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Edital SGTES/MS nº 11, 16 de setembro de 2023**. Seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. Brasília, DF. Seção 3, 17/11/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde**: Um panorama da edição PET-Saúde/GraduaSUS. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/b5wm8p9m>. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1.802, de 26 de agosto de 2008. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET - Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. n. 9, 14/01/2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 421, de 3 de março de 2010. Institui o Programa de Educação

pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc2y3v76>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 19.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr3s8hku>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8m2s74>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/3exnr4dw>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.127/MEC/MS, de 4 de agosto de 2015**. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília - DF: Ministério da Educação; Ministério da Saúde, 2015.

CAVALCANTE FILHO, M. F. Prefácio. *In*: CARVALHO, C. M. R. G. de *et al.* **Construindo eles**: PET-Integração e PET-Saúde. Teresina: EDUFPI, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). Disponível em: <https://tinyurl.com/25wyj6u8>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. 2. ed. Brasília-DF, 2011.

MERHY, E. E. **Saúde**: A cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, M. M. T. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educ. rev.**, v. 28, n. 4, dez. 2012.

MOURA, N. M.; BARROS, J. M. N. **Educação interprofissional na formação em serviço social**: aprendizado e lições do pet saúde interprofissionalidade UFPI. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia). Teresina: Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2021.

SANTANA, R. R. *et al.* Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. e 98702, 2021.

TOASSI, R. F. C. Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos? 1. ed. **Rede Unida**. Porto Alegre, 2017.

VILARINHO. L. S. *et al.* Processo de interação ensino, serviço e comunidade: a experiência do PET-Saúde na UFPI. *In*: CARVALHO, C.M.R.G; SANTOS, M.M. dos; MARTINS, M.do C. de C. **Construindo eles**: PET-Integração e PET-Saúde. Teresina: EDUFPI, 2015.

VILELA, E. M.; MENDES, I. J. M. Interdisciplinaridade e Saúde: Estudo Bibliográfico. **Latino-am Enfermagem**. v. 11, n. 4, p. 525-31, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/2h7yz8sj>. Acesso em: 10 jul. 2024.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa**. WHO, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/52suvbez>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Direitos Humanos e Políticas Públicas

A importância da extensão universitária na defesa dos direitos humanos, sociais e cidadania: a experiência do PRAIDIH na UFPI

Rosilene Marques Sobrinho de França

Introdução

Objetiva-se analisar o papel exercido pela extensão universitária em tempos de neoliberalismo e conservadorismo e na atual retomada democrática, com análises relativas à experiência do Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH)¹, vinculado ao Departamento de Serviço Social, com ações desenvolvidas em articulação com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO)/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

1 Na 1ª edição referente ao período 2019-2022 o PRAIDIH foi coordenado pelas professoras doutoras Rosilene Marques Sobrinho de França (coordenadora) e Maria D'Alva Macedo Ferreira (coordenadora adjunta), e, em sua 2ª edição referente ao período 2023-2026 (em andamento), está sendo coordenado pelas professoras doutoras Rosilene Marques Sobrinho de França (coordenadora) e Teresa Cristina Moura Costa (coordenadora adjunta).

A extensão universitária emergiu em uma conjuntura específica na trajetória histórica do sistema capitalista no século XIX, frente às demandas do processo de consolidação da Revolução Industrial, que exacerbou um conjunto de contradições, que se “expressaram em revoluções de 1848-49, na Comuna de Paris, de 1871, que, em última instância, significaram a entrada em cena de segmentos sociais, historicamente marginalizados, centrados nas classes trabalhadoras [...]”, que deram visibilidade aos problemas engendrados na ordem societária do capital (Paula, 2013, p. 7).

Na referida conjuntura, a ação do Estado e de outras instituições buscaram desenvolver uma articulação mais direta com os segmentos sociais pauperizados, com a adoção de estratégias visando atender e/ou neutralizar as reivindicações da classe trabalhadora, contexto em que as universidades passaram a atuar por meio de ações articuladas à sociedade, com amplos interesses que perpassam um conjunto de temáticas e ações, a exemplo da educação de jovens e adultos, das políticas públicas de saúde e tecnologias, prestação de serviços públicos, áreas culturais, monitoramento e avaliação de políticas públicas, dentre outras (Paula, 2013).

Considerando o escopo do presente trabalho, este capítulo está dividido em duas partes. A primeira analisa a importância da defesa de direitos humanos, sociais e cidadania como importante pilar do Serviço Social, e, a segunda, discute a experiência do Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH) no âmbito do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A defesa de direitos humanos, sociais e cidadania no Serviço Social brasileiro: algumas aproximações

Em conformidade com Marshall (1967), a cidadania na Inglaterra foi construída a partir da emergência dos direitos civis no século XVIII, dos direitos políticos no século XIX e dos direitos sociais no século XX (Santos, 1977; Carvalho, 2002). Para Carvalho (2002), os direitos civis visam assegurar a vida no meio social, sendo que os direitos políticos dizem respeito ao exercício do direito de votar e ser votado, bem como a ação de partidos tendo como base um parlamento livre e representativo.

Por sua vez, os direitos sociais buscam assegurar a “participação na riqueza coletiva”, compreendendo, dentre outros, o “direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (Carvalho, 2002, p. 10). Nesse sentido, os direitos sociais constituem importantes suportes protetivos tendo em vista o enfrentamento das desigualdades produzidos a partir das contradições do sistema capitalismo.

Considerando as bases da teoria democrática, a concepção de cidadania está pautada na “definição legal dos direitos e obrigações que a constituem”. Considerando os eixos norteadores do debate teórico e político-ideológico da referida vertente, as discussões encontram-se centradas na “natureza dos ‘sujeitos’, tendo como base a perspectiva liberal-individualista, visando situar a relação dos indivíduos com os conteúdos que os direitos apresentam, em face da “relação entre direitos humanos, civis, políticos, econômico-sociais e coletivos” (Jelin, 1994, p. 43).

Para Bobbio (1992), os direitos são historicamente construídos. Na análise do processo de construção teórica da con-

cepção de direitos destaca-se a crítica marxiana que pode ser abstraída da obra *“Sobre a questão judaica”* (Marx, 2010), a qual apresenta elementos importantes para a compreensão acerca da emancipação política e da emancipação humana, cujo escopo fortalece as lutas históricas da classe trabalhadora.

A referida concepção de direitos com base na perspectiva marxiana permite uma abordagem aprofundada que contribui para a compreensão das contradições engendradas na ordem societária do capital e que se expressam nas multifaces da questão social. Em conformidade com Yamamoto (2003, p. 27), a questão social pode ser compreendida como o “conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Para a compreensão das contradições e problemas gerados na ordem societária do capital tem-se a importante contribuição de Gramsci (1987), que disponibiliza um conjunto de análises que tem como base a perspectiva de ampliação do Estado, cuja configuração se ancora na sociedade civil e na sociedade política. No referido arcabouço teórico, a sociedade civil é “caracterizada como a instância das instituições de hegemonia e consenso, enquanto a sociedade política é constituída pela coerção, repressão e dominação” (Barros; Silva, 2015, p. 333).

Por sua vez, as lutas pelos direitos de cidadania emergem com a formação dos Estados nacionais, no entanto, a sua concepção remonta às formas de enfrentamento do autoritarismo empreendidas nos séculos XVIII e XIX, sendo construídos no bojo das resistências e mobilizações em prol do estabelecimento das democracias. Analisando a trajetória histórica dos

direitos humanos, cabe destacar que a concepção que tem prevalecido na ordem societária do capital é a liberal, sendo que estes ganharam impulso após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representou um importante marco no processo de garantia formal da proteção a estes direitos (Azevedo; Soares; Ferreira, 2021).

Em relação à defesa de direitos humanos, sociais e cidadania no Serviço Social, ao fazer o Movimento de Reconceituação, a partir dos anos 1960 a profissão passou por um conjunto de reflexões em suas bases teóricas, com tensionamentos e mudanças, fazendo com que hegemonicamente tenha adotado uma perspectiva “ecclética e heterogênea”, identificada com a tradição marxista (Batistoni, 2017, p. 139).

Com o Movimento de Reconceituação, os pilares da renovação do Serviço Social brasileiro ancoraram-se numa perspectiva de ruptura com o conservadorismo, com importantes aportes nos anos 1980, 1990 e 2000 que contribuíram para o estabelecimento de diretrizes teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas pautadas em fundamentos críticos que servem de base para a formação e a prática profissional (Azevedo; Soares; Ferreira, 2021).

No referido contexto, o Serviço Social assumiu um papel fundamental na defesa de direitos, por meio do engajamento nas lutas sociais e no enfrentamento das desigualdades, com a atuação nas políticas públicas, visando o enfrentamento das estruturas de desigualdades vivenciadas no contexto do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista histórica e socialmente construído no Brasil, visto que a concepção que perpassa o Código de Ética do Serviço Social brasileiro, aprovado em 1993, “vai além dos direitos concebidos na sociedade

capitalista, pressupõe o horizonte de outra forma de sociabilidade” (Maior; Clementino; Costa; Leal, 2018, p. 134).

Considerando que a atuação do Serviço Social tem como base, dentre outras, a problematização das contradições que se apresentam na ordem societária do capital, o projeto ético-político se constitui em instrumento norteador da ação profissional, com fundamentos e diretrizes que visam orientar o trabalho de assistentes sociais e favorecer a garantia de direitos, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da cidadania (Magri *et al.*, 2023).

Ao analisar os desdobramentos nefastos do capitalismo neoliberal, o Serviço Social brasileiro tem se mobilizado com base em importantes bandeiras de luta, visando dentre outros, garantir os direitos humanos e sociais e fortalecer a democracia e a cidadania, contexto em que se destaca a atuação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com a orientação, normatização, fiscalização e defesa do exercício profissional do/a assistente social, bem como da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com a definição de diretrizes para a formação profissional e a articulação de docentes e de discentes de graduação e de pós-graduação, visando o fortalecimento da direção social crítica hegemonicamente assumida pela profissão (Sousa; Castro, 2013).

No referido contexto, a Lei de regulamentação da profissão - Lei 8662/93, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), apresentam a defesa de direitos como pilar para a formação e o exercício profissional.

O exercício da profissão no âmbito das diversas políticas públicas contribui para a problematização das contradições engendradas na ordem societária do capital, bem como para

a defesa de direitos dos diversos segmentos e grupos sociais (crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres, pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, dentre outros).

Assim, a ação do conjunto CFESS/CRESS, órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão e da ABEPSS, que congrega as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's) e desenvolve um conjunto de ações sob a coordenação da direção nacional e por meio de suas regionais, busca enfrentar o atual cenário regressivo de direitos, contribuindo para a qualificação dos processos de trabalho e a defesa de direitos, posicionando-se em prol das lutas antirracistas, antipatriarcais, antissexistas, antiprisionais, anticapacitistas e anticapitalistas.

Em conformidade com Behring e Boschetti (2006), é de fundamental importância a defesa de direitos considerando que a sua efetivação se coaduna com as lutas sociais históricas, bem como com as resistências e debates empreendidos pelo Serviço Social brasileiro e latino-americano. Nessa perspectiva, a defesa de direitos humanos, sociais e cidadania no âmbito do Serviço Social brasileiro tem como base uma *práxis* voltada para a efetivação das mudanças necessárias ao bem-estar coletivo.

Em face do caráter classista, sexista, patriarcal e racista da sociedade brasileira, os debates acerca dos direitos humanos, sociais e cidadania articularam-se às lutas de classes, em prol da “emancipação política e humana” (Magri *et al.*, 2023, s/p.), com embates na arena pública visando, dentre outros, o enfrentamento do racismo, do patriarcado, do sexismo e da misoginia.

Nesse contexto, cabe destacar as contradições que perpassam o capitalismo, bem como as assimetrias que geram um “abismo entre a riqueza e a pobreza, entre a liberdade e a desigualdade” (Magri *et al.*, 2023, s/p), contexto em que se faz

necessário o posicionamento dos assistentes sociais “contra todo tipo de abuso de autoridades, torturas e violências” (Magri *et al.*, 2023, s/p.).

As estruturas de desigualdades na atualidade são reafirmadas pela ideologia vigente, que naturaliza a violação de direitos e reafirma a retração da ação do Estado, visto que “[...] somos herdeiros de uma cultura sócio histórica fruto de um sistema econômico que prioriza as questões do capital em detrimento das questões humanas” (Magri *et al.*, 2023, s/p.).

Assim, em tempos de neoliberalismo e conservadorismo e na atual retomada democrática, a garantia dos direitos humanos, sociais e cidadania requer o fortalecimento das lutas sociais, bem como a qualificação da oferta de políticas públicas, dentre outras, de saúde, de assistência social, de previdência social, de educação, de trabalho, de moradia e de emprego e renda, voltadas para os diversos segmentos e grupos sociais.

A importância da extensão universitária na defesa dos direitos humanos, sociais e cidadania e a experiência do PRAIDIH na UFPI

A extensão universitária emergiu na Inglaterra, porém, se expandiu para os demais países europeus a partir do engajamento das universidades, juntamente com outras instituições como o Estado, a Igreja e os partidos políticos, que buscaram responder e atuar junto aos segmentos sociais vulnerabilizados como forma de responder às demandas advindas da ordem societária do capital, e, assim, se colocar como uma alternativa frente aos processos de organização da classe trabalhadora. A extensão também ganhou impulso nos Estados Unidos² com a “mobilização da universidade no enfrenta-

2 Cabe destacar que o modelo de extensão norte-americano centrado na trans-

mento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial” (Paula, 2013, p. 9-10).

Por sua vez, a extensão universitária no contexto latino-americano emergiu a partir das demandas advindas das lutas sociais na região produzidas nas conjunturas do século XX, em face das polarizações e tensionamentos gerados pela Revolução Mexicana de 1910 e pela Revolução Cubana de 1959, “[...] que vão estabelecer os contornos de uma variada gama de reivindicações e lutas sociais que, tendo se iniciado a partir da centralidade da luta pela terra, avançou para incorporar questões sociais mais amplas” (Paula, 2013, p. 10).

A Reforma Universitária implementada na América Latina a partir de 1918, se articulou com as lutas sociais visando o enfrentamento da dependência e a “[...] incompletude da construção nacional, expressa no absoluto distanciamento das universidades dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das nações latino-americanas” (Paula, 2013, p. 11). No contexto brasileiro, a emergência e o desenvolvimento da extensão universitária se relacionam com os seguintes aspectos: “1) a relativamente recente implantação da instituição universitária no país, que é dos anos 1930; 2) a inserção de nossa universidade no quadro político-institucional geral, que tem se modernizado seletiva e discricionariamente como reflexo da ausência de processos efetivos de distribuição da renda e da riqueza” (Paula, 2013, p. 13).

Considerando a sua trajetória sócio-histórica, é importante destacar que o esboço da regulamentação da extensão universitária no Brasil ocorreu na década de 1930, no governo de

missão de conhecimentos, com importante foco na prestação de serviços comunitários rurais, foi difundido no Brasil em 1920 por meio da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG (Santos Júnior, 2013, p. 66).

Getúlio Vargas, a partir das disposições contidas no Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto-Lei nº 19.851, de 1931), tendo como principal característica a produção de cursos e de conferências destinada a soluções de problemas sociais e com princípios ligados aos interesses nacionais (Martins; Araújo Junior, 2019, p. 54).

Assim, apesar de já existirem algumas iniciativas em torno da extensão universitária, a regulação das primeiras ações extensionistas no Brasil ocorreu em 1931 no bojo do Estatuto da Universidade Brasileira - Decreto Lei nº 19.851, tendo também uma importante referência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/61, na qual a extensão universitária foi posta como uma forma de “transmissão do conhecimento e assistência” (FORPROEX, 2017, p. 11 *apud* Medeiros, 2017, p. 10).

Contudo, a extensão universitária só ganhou um caráter de obrigatoriedade no ano de 1968, por meio da Lei nº 5.540/68, a qual preconizava que as instituições de ensino superior e as universidades deveriam realizar atividades junto à comunidade (FORPROEX, 2007). Também foi importante a ação do movimento estudantil nos anos 1960 e 1970, considerando que havia a disseminação da ideia de que os estudantes deveriam se engajar nas lutas sociais, visando, dentre outros, melhorar as condições de vida das comunidades (Nogueira, 2001; Medeiros, 2017).

Nessa perspectiva, o período 1950-1970 apresentou intensas discussões sobre a extensão universitária tendo como base uma perspectiva de missão social (Martins; Araújo Junior, 2019). Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, tem-se a configuração de uma conjuntura política que impacta a universidade pública e “nitidamente se constata a adoção de posturas diferentes sobre

a concepção de atividades extensionistas, pois com foco na construção da cidadania, assumem estreita relação entre teoria e prática” (Martins; Araújo Junior, 2019, p. 56).

A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores nos anos 1990, ocorreu o fortalecimento da extensão universitária (Medeiros, 2017). No entanto, a adoção do neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 1990, promoveu um aprofundamento das desigualdades sociais, com a exacerbação das situações de violação de direitos e das violências engendradas no contexto do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista historicamente construído no Brasil (Cisne, 2015), com importantes desafios no que se refere à garantia dos direitos conquistados por meio das lutas sociais.

A partir dos anos 1990 o Serviço Social brasileiro também ganhou impulso no tocante a discussão de pautas que perpassam a promoção e a defesa de direitos humanos, sociais e cidadania, visto que estes se constituem em importantes pilares do projeto ético-político hegemonicamente adotado pelo Serviço Social, com desdobramentos nos espaços de formação e de exercício profissional, sobretudo, nas políticas públicas de saúde, de assistência social, de previdência social, de educação, de moradia, de emprego e renda, dentre outros.

Em conformidade com Barroco (2008) são visíveis as contradições e ambiguidades na discussão acerca dos direitos no capitalismo neoliberal, considerando que ao tempo em que estes exigem efetivação, a sua concretude apresenta significativos limites em face das questões estruturais e das desigualdades que resultam das contradições do sistema capitalista (Magri *et al.*, 2023).

Analisando o contexto brasileiro na atualidade tem-se um cenário de profundas desigualdades, com a presença de movimentos de caráter reacionário e conservador que confrontam significativamente as lutas pela garantia de direitos. Tal realidade apresenta particularidades que se articulam com a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como país dependente e periférico, bem como com a trajetória sócio-histórica brasileira, autoritária, elitista, classista, racista e sexista.

Assim, é fundamental a oferta de políticas públicas com o fortalecimento da ação do Estado por meio de redes de atendimento e do sistema de garantia de direitos, voltado para os diversos segmentos e grupos sociais (crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres, pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, dentre outros).

O artigo 12 da Resolução nº 01/2012, do Ministério da Educação, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, estabelecendo que as instituições de educação superior deverão estimular o desenvolvimento de ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em articulação com os segmentos sociais vulneráveis, bem como com os movimentos sociais e a gestão pública.

De acordo com o referido dispositivo, as instituições de educação superior deverão estimular o desenvolvimento da extensão universitária, com a implementação de ações que tenham como foco a discussão acerca dos direitos humanos, objetivando a problematização de questões que perpassam a realidade social vivenciada pelos diversos segmentos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade ou que tenham os seus direitos violados, contribuindo também para a defesa de pautas articuladas ao enfrentamento das desigualdades sociais (Brasil, 2012; Martins; Araújo Junior, 2019).

O processo de organização da extensão universitária no Brasil está ancorado no artigo 207 da Constituição Federal de 1998, bem como no artigo 43, VII; no artigo 44, IV; no artigo 52, *caput*; no artigo 53, III e no artigo 77, §2º, da Lei nº 9.394/1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

Por sua vez, o parecer CNE/CES nº 608/2018 estabeleceu as diretrizes para as políticas de extensão da educação superior brasileira e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 regulamentou a meta 12.7 contida na Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Como culminância desse processo, o parecer CNE/CES nº 576/2023 consistiu na revisão da Resolução CNE/CES nº 7/2018 (BRASIL, 2023), estabelecendo importantes parâmetros para a curricularização da extensão a partir da adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, visando assegurar percentual mínimo para as atividades de extensão (Brasil, 2018).

Em conformidade com o artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão universitária está ancorada em

processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p. 4).

Ademais, a extensão está pautada na indissociabilidade entre ensino e pesquisa, bem como no respeito à autonomia universitária, fazendo com que a universidade seja instituição de referência para a formação, bem como para a produção e a disseminação do conhecimento a partir de uma perspectiva dialógica e crítica, articulando-se com os diversos setores da sociedade (FORPROEX, 2001; Martins; Araújo Junior, 2019).

Desse modo, é fundamental o fortalecimento da universidade pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, laica e socialmente referenciada, visto que esta tem um papel importante na formação cidadã e na produção de conhecimento, visando o acesso a direitos, bem como a defesa da democracia e o exercício da cidadania (Universidade Federal do Piauí, 2020).

É importante destacar que no contexto neoliberal o tripé ensino, pesquisa e extensão tem sido fragilizado pelos cortes orçamentários que afetam diretamente a educação superior, notadamente as universidades públicas. Nesse sentido, após os anos do (des)governo Bolsonaro, a retomada democrática com a eleição de Lula apresenta um cenário político perpassado pelo conservadorismo com significativos impactos no campo social, em face das medidas regressivas de direitos, efetivadas, sobretudo, a partir da conjuntura do golpe jurídico-parlamentar de 2016.

O quadro 1 a seguir mostra o quantitativo de programas e projetos, bem como de ações, eventos e cursos de extensão desenvolvidos em 2022 na Universidade Federal do Piauí.

Quadro 1 – A extensão universitária na UFPI – Ano 2022

Ações de extensão	Nº de docentes		Nº de discentes	Nº de técnicos administrativos	Nº de pessoas da comunidade
Programas e projetos	249	885	1.114	113	10.207.498
Eventos	333	1.511	2.840	350	90.166
Cursos	233	658	1.444	29	17.177

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório da Universidade Federal do Piauí, 2022, p. 106.

O quadro 1 mostra que em relação às ações de extensão desenvolvidas no ano de 2022 na Universidade Federal do

Piauí (UFPI), foram executados: a) 249 programas e projetos, com a atuação de 885 docentes, 1.114 discentes, 113 técnicos administrativos e a participação de 10.207.498 pessoas da comunidade; b) 333 eventos de extensão, com a atuação de 1.511 docentes, 2.840, discentes, 350 técnicos administrativos e a participação de 90.166 pessoas da comunidade; c) 233 cursos, com a atuação de 658 docentes, 1.444 discentes, 29 técnicos administrativos e a participação de 17.177 pessoas da comunidade (Universidade Federal do Piauí, 2022).

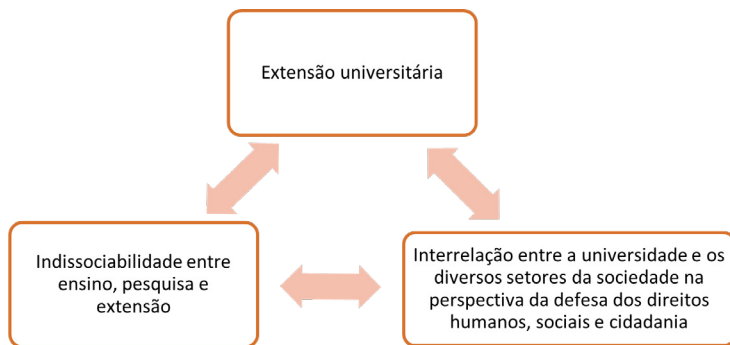
No referido cenário, a extensão universitária tem assumido um importante papel na discussão dos direitos, com a adoção de estratégias que vêm contribuindo para uma maior interrelação com a sociedade, a partir de um expressivo contingente de programas e projetos tendo como público alvo, sobretudo, os *grupos sociais vulneráveis*.

Nesse sentido, a experiência do Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH) no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí tem promovido significativamente a problematização das desigualdades engendradas na ordem societária do capital, tendo como base as dimensões de classe, de raça/etnia e de gênero, com o desenvolvimento de ações extensionistas que contribuem para o enfrentamento do racismo estrutural, do patriarcado, do sexismo e da misoginia, bem como das violências que afetam os grupos sociais vulneráveis.

O PRAIDIH teve sua 1ª edição executada no período 2019-2022, com registro na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PG03/19-CCHL-033-02/22), sendo que a 2ª edição para o período 2023-2026 se encontra em andamento. O referido programa é vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e desenvolve um conjunto de ações tendo como foco a *promoção de direitos humanos e sociais*

dos diversos segmentos e grupos afetados pelas expressões da questão social e que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos, frente aos processos de envelhecimento, violências, situação de rua, encarceramento, dentre outros.

Figura 1 – Fundamentos do Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania - PRAIDIH



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme mostra a figura 1, o PRAIDIH tem como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a interrelação entre a universidade e os diversos setores da sociedade na perspectiva da defesa dos direitos humanos, sociais e cidadania.

Em sua **1ª edição no período 2019-2022**, o PRAIDIH compreendeu 04 (quatro) projetos de extensão, quais sejam: a) **Projeto “Família, Território e Intergeracionalidade”**, executado no período 2016-2021, em parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCAPI), com atividades voltadas para cerca de 60 (sessenta) pessoas idosas, desenvolvidas no Centro de Convivência Marly Sarney em Teresina-PI, consistindo em 02 (dois) encontros semanais (1 hora e 30 minutos cada um), conduzidos por 05 alunos/as do Curso de Serviço Social –

CCHL/UFPI e 01 (uma) discente do Curso de Música – CCE/UFPI, em articulação com profissionais da política de Assistência Social, com análise de temas sobre família, gerações, convivência, vínculo, direitos, acesso a políticas públicas, dentre outros, tendo como base metodologias ativas/ participativas; b) **Projeto “Acolher”**: promovendo práticas de acolhida a pessoas idosas em situação de abrigamento, executado no período 2017-2021 no Abrigo São José em Teresina-PI, com a realização de 01 (um) encontro/oficina semanal (60 minutos), com a participação de 35 pessoas idosas; c) **Projeto “População em situação de rua e questão social”**, executado no período 2021-2022, com atividades voltadas para pessoas em situação de rua, com um conjunto de ações (oficinas, seminários, cursos, produção de livro e artigos científicos, dentre outros), visando problematizar e discutir as expressões da questão social vivenciadas pelos referidos segmentos, compreendendo os seguintes eixos temáticos: *eixo temático 1* - Capitalismo, expressões da questão social e segregação social urbana no Brasil; *eixo temático 2* - Precarização de vínculos trabalhistas e a população em situação de rua na contemporaneidade; *eixo temático 3* - A rua como estratégia de sobrevivência: perspectivas e desafios; *eixo temático 4* - A questão étnico-racial e o fenômeno da situação de rua; *eixo temático 5* - Violência contra pessoas em situação de rua; *eixo temático 6* - As ações e metodologias de trabalho para pessoas em situação de rua; *eixo temático 7* - O trabalho do Centro Pop no atendimento a pessoas em situação de rua; *eixo temático 8* - O enfrentamento das expressões da questão social que afetam as pessoas em situação de rua: perspectivas e desafios. d) **Projeto “Diálogos acadêmicos e científicos sobre políticas públicas, direitos e cidadania”**, executado no período 2021-2022, com atividades (oficinas, seminários, cursos, produção de livro e artigos científicos, dentre outros), voltadas para diversos segmentos

e grupos sociais (crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas negras, quilombolas, indígenas, mulheres, população LGBTQIAP+, dentre outros).

Em sua **2ª edição referente ao período 2023-2026** (em andamento), o PRAIDIH compreende 02 (dois) projetos de extensão, quais sejam: a) Projeto “*População em situação de rua e questão social*”; b) Projeto “*Diálogos acadêmicos e científicos sobre políticas públicas, direitos e cidadania*”.

Quando aos **procedimentos metodológicos**, os projetos que compõem o PRAIDIH têm como base a *pesquisa-ação*, com estratégias extensionistas ancoradas no tripé ensino, pesquisa e extensão, como instrumento de investigação, produção do saber e efetivação da interdisciplinaridade, estabelecimento de diálogos e a construção de parcerias na interrelação da universidade com os demais setores da sociedade.

As **diretrizes operacionais** do PRAIDIH estão centradas na linha temática direitos humanos e justiça com ações que visam problematizar as estruturas de desigualdades engendradas pelo sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista histórica e socialmente construído no Brasil a partir de um processo de hierarquização social, racial e de sexo/gênero, com discussões sobre as expressões da questão social e as negações aos direitos engendradas no capitalismo, visando promover um aprofundamento da democracia e da cidadania a partir da discussão das expressões da questão social, tendo como base a perspectiva de classe social, raça/etnia, gênero, considerando, dentre outros, os ciclos de vida, as vulnerabilidades/riscos e os territórios de vivências dos diversos segmentos e grupos.

As ações do PRAIDIH articulam-se também às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Esta-

do, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO)³ e têm como foco a garantia dos direitos à liberdade, à igualdade e à dignidade da pessoa humana, visando estimular e promover discussões relativas às desigualdades gênero, raça/etnia e classe social, dentre outras, problematizando as múltiplas expressões da questão social vivenciadas pelos diversos segmentos e grupos sociais, bem como os efeitos gerados pela ampliação do Estado Penal em detrimento do Estado Social em tempos de neoliberalismo e conservadorismo.

Os **resultados produzidos** a partir da atuação do PRAIDIH mostram que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser materializada a partir de uma perspectiva dialética, crítica e reflexiva, com ênfase na interdisciplinaridade, de forma a fortalecer a produção do conhecimento e a formação cidadã.

O PRAIDIH contribui para a efetivação das diretrizes postas no projeto pedagógico do Curso de Serviço Social, visto que busca a qualificação da formação acadêmica na interrelação com os componentes curriculares, com uma vivência universitária ancorada na problematização e discussão da realidade social.

Assim, os projetos que compõem o PRAIDIH buscam dar cumprimento às disposições contidas na Resolução 053/19-CEPEX/UFPI, em conformidade com a qual, a partir de dezembro de 2021, “as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso”.

3 O Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO), registrado no diretório de grupos do CNPq/UFPI, é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rosilene Marques Sobrinho de França, e busca desenvolver pesquisas sobre as desigualdades estruturais engendradas na ordem societária do capital e a ação do Estado no atual contexto de neoliberal e conservador.

Desse modo, contribui para o fortalecimento da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, considerando que a extensão como um de seus alicerces, visa ampliar a integração entre a academia e os diversos setores da sociedade na atenção aos grupos sociais vulneráveis.

Atendendo às disposições da Resolução nº 053/19 – CEPEX/UFPI e da Resolução nº 07/18 - CNE/MEC, a partir de **2024** o PRAIDIH estará contribuindo com as **atividades Curriculares de Extensão (ACE)** do Curso de Serviço Social da UFPI, e, nesse sentido, além dos atuais integrantes será realizada, sistematicamente, a inclusão de discentes como monitores e membros organizadores/executores no conjunto das ações.

Considerando as bases sócio-históricas da ordem societária do capital no Brasil cujas relações com os países centrais tem um caráter dependente e periférico, os tensionamentos e particularidades da luta de classes (Barroco, 2008) confrontam diretamente a perspectiva regressiva do Estado brasileiro no tocante à garantia dos direitos.

Assim, o referido programa contribui para o enfrentamento do conservadorismo e da barbárie capitalista, visto que as posições reacionárias e negacionistas têm afetado diretamente a garantia dos direitos, com significativos desdobramentos junto a crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIAP+, dentre outros.

Em relação à proteção social, esta apresenta “duas principais tendências: enquanto avança a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência – restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios – a assistência social se amplia”, considerando que trata-se de política não

contributiva, que tem se transformado no “novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (Barros; Silva, 2015, p.342).

Ao defender políticas sociais com base numa perspectiva de universalidade com a garantia dos direitos humanos, sociais e cidadania, o PRAIDIH se articula com a direção social hegemonicamente defendida pelo Serviço Social brasileiro, posicionando-se também nas trincheiras das lutas anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais, antissexistas, anticapacitistas e antiprisionais, em prol da classe trabalhadora e na defesa intransigente dos direitos, visando a emancipação política e humana.

Conclusão

A defesa dos direitos humanos, sociais e cidadania se coloca como uma ação de fundamental importância no Serviço Social, contexto em que a extensão universitária assume uma perspectiva de fortalecimento da formação e da interrelação da academia com os diversos setores da sociedade, com a discussão de questões que perpassam a realidade social, considerando, dentre outras, as dimensões de classe, de raça e de sexo/gênero.

De modo que a promoção e a defesa dos direitos humanos, sociais e cidadania nos cursos de graduação em Serviço Social por meio da extensão universitária, articula-se, também, aos processos de efetivação dos fundamentos ético-políticos da profissão e de fortalecimento das lutas sociais.

Nesse contexto, o PRAIDIH tem uma importante função na promoção e defesa de direitos humanos e sociais dos diversos segmentos e grupos afetados pelas expressões da questão social e que se encontram em situação de vulnerabilidade,

risco ou violação de direitos frente aos processos de envelhecimento, violências, situação de rua, encarceramento, dentre outros, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Referências

AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho de; SOARES, Raí Vieira; FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. Direitos humanos, conservadorismo e serviço social: desafios contemporâneos. **Serviço Social em Debate**, v. 4, n. 2, 2021, p. 31- 46. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr73xtvt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BARROCO, Maria Lucia. **O significado sócio-histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social**. CFESS. 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/u8fu8tdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

BARROS, Erika Cordeiro do Rêgo; SILVA, Rafaela Miranda da. Emancipação humana, direitos humanos e política social: dilemas e consensos na agenda marxista e no Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 326-347, jul.-dez./2015.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980), **Em Pauta**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Extensão na Educação Superior Brasileira**. Disponível em <https://tinyurl.com/y2r3ncee>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006 (col. Biblioteca Básica do Serviço Social).

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <https://tinyurl.com/yay3pcbb>. Acesso em: 09 fev. 2024.

CFESS. **Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social**, Brasília: CFESS, 1993.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Rev**, Londrina: UEL, v.18, n.1, p.138-154, jul./dez.2015.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**, Belo Horizonte: COOP-MED, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v. 6).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a política. Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. **Lua Nova** (33), agosto, 1994, p. 39-57. Disponível em: <https://tinyurl.com/2s4ev3m6>. Acesso em: 09 fev. 2024.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAGRI, Edite; OLIVEIRA, Adriana Batista de; PANTALEÃO; Lucas Haygert; FIORINI, Vanessa. **Direitos humanos e o serviço social**. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 22 a 24 de agosto de 2013, Florianópolis-SC. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xkpwwde>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MAIOR, Nivea Maria Santos Souto; CLEMENTINO, Milca Oliveira; COSTA, Rosiane Oliveira da; LEAL, Sara Duarte Cordeiro. Direitos humanos e serviço social: demandas e desafios contemporâneos. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 127-138, jul./dez. 2018.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo; ARAÚJO JUNIOR, Carlos Alberto Moreira de. Extensão universitária e seu papel na defesa e promoção dos direitos humanos. **Revista ES-MAT**, ANO 11, Nº 18, p. 49-64, edição especial, 2019.

MEDEIROS, Márcia Maria. **Revista Barbaquá/UEMS - Dourados - MS**, vol. 01, n. 01, p. 09-16, jan-jun, 2017.

NOGUEIRA, M. D. P. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. In: FARIA, D.S. de. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

SOUSA; Regina Sueli de; CASTRO, Alessandra Gomes. **Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social no Brasil**, Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, realizado no período de 2 a 24 de agosto de 2013, Florianópolis-SC. Disponível em: <https://tinyurl.com/56u9t8x6>. Acesso em: 08 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2020-2024**, Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2020, 349 p. Disponível em: <https://tinyurl.com/yk79w4f9>. Acesso em: 08 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de gestão 2022**, Teresina: UFPI, 2022, 177 p. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpkuk9w2>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PET Serviço Social: diálogos e vivências sobre anticapacitismo, acesso e permanência da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Piauí

Cynthia Leal França

Iracilda Alves Braga

Luna Luiza Alves Lopes de Sousa

Paula Jordânia Soares da Silva

Sarah Letícia Pachêco Calaça

Introdução

O Programa de Educação Tutorial (PET), regulamentado pela Lei 11.180/05 e pelas portarias do MEC n° 3.385/05 e n° 1.632/06, é um programa que objetiva a promoção de uma formação acadêmica de qualidade aos alunos da graduação que estão envolvidos diretamente, mas também indiretamente, com o programa, viabilizando o encontro entre ensino, pesquisa e extensão através de vivências de atividades extracurriculares aos alunos que compõem os grupos PET (Brasil, 2006).

De forma a materializar os objetivos do Programa, o PET Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, propõe atividades que promovem a interação do grupo PET com a comunidade e com a instituição (PET's de outras áreas, com a Graduação e Pós-graduação), na realização de atividades de ensino, extensão e pesquisa, de forma a permitir a apreensão sócio-histórica da realidade social e profissional.

O grupo PET Serviço Social, em conformidade com a obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, sugere uma educação transformadora, através de uma atuação pluralista, atuando com base no desenvolvimento de projetos, a partir de grupos temáticos (GT's) que discutem temas que permeiam a realidade social e acadêmico-institucional, articulando saberes e fazeres no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, o PET Serviço Social, composto por 12 petianas/os bolsistas e 6 petianas/os voluntárias/os, atualmente sobre tutoria da Profa. Dra. Iracilda Alves Braga, atua a partir de quatro eixos temáticos que se dividem em grupos de trabalhos (GT's), os quais são: GT1 "Formação profissional e cotidiano acadêmico-institucional"; GT 2 "Processos de trabalho e garantia de direitos"; GT 3 "Problematizando as questões étnico-raciais"; e GT 4 "Problematizando a Violência de Gênero". Nessa perspectiva, o PET Serviço Social busca fomentar uma formação global, integradora, de qualidade, que tenha como horizonte a formação cidadã em consonância com a direção profissional do Serviço Social que, como prática profissional, é uma especialização do trabalho coletivo na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, especificamente na reprodução das relações sociais (Iamamoto; Carvalho, 2012).

Dentre as ações de extensão realizadas pelo PET Serviço Social está o "PET em Movimento", projeto que possibilita

uma formação acadêmica crítica mediante a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão que permitam uma aproximação com a realidade social, bem como, com as manifestações da questão social, objeto de intervenção e estudo do Serviço Social. Nesse sentido, dentro desse projeto, são realizadas atividades como: grupos de estudo, cursos de formação, CinePET, seminários temáticos, dentre outros.

As autoras do presente trabalho compõem o GT 2 “Processos de trabalho e garantia de direitos”. A atuação do grupo temático 2, a partir do PET Serviço Social, contribui para a discussão dos direitos sociais e seus desdobramentos no âmbito da formação e do fazer profissional, como forma de problematização e discussão das questões que afetam o cotidiano acadêmico, profissional e social.

No propósito de compreensão e concretização da inclusão social da pessoa com deficiência (PcD), o GT 2 “Processos de trabalho e garantia de direitos”, mediante a promoção de atividades extracurriculares, levou à comunidade acadêmica, durante o ano de 2023, questões que permeiam a efetiva garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é relatar a experiência das autoras na condução do CinePET: arte e diálogos e do Seminário Temático “Direitos e deveres da Pessoa com Deficiência no acesso ao ensino superior”, atividades de extensão vinculadas ao Projeto “PET em Movimento”, em conformidade com o planejamento anual do PET Serviço Social. Deste modo, destacamos a seguir as ações desenvolvidas.

CinePET: arte e diálogos, apresenta *Hoje eu quero voltar sozinho* – um diálogo sobre o movimento LGBTQIA+ e a luta anticapacitista

Imagem 1: Banner de Divulgação

CINEPET

O PET Serviço Social convida todos para, juntos, assistirmos ao filme "Hoje eu quero voltar sozinho" e, após a reprodução, discutirmos sobre a temática central do filme, o movimento LGBTQIA+ e a luta anticapacitista.

30/06/2023
09h às 12h
Sala de vídeo 1 - CCHL
Inscrições pelo SIGAA, até 29/06

MEDIAÇÃO

Vivian Almeida
Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Segurança Social e Serviço Social (GEPSS) e bolsista do Programa de Educação Tutorial do Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (PET Serviço Social).

Lourdes Vitória
Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Membro do Centro Acadêmico do Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e bolsista do Programa de Educação Tutorial do Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (PET Serviço Social).

CONVIDADOS/AS

Ayan Gomes
Ayan Gomes é trans não-binária e transsexual. Atua como psicóloga (CRP 21/05266) e também é ativista LGBTQIAP+.

Juliana Sampaio
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (2015), Especialização em Saúde Mental pelo Programa de Pós-graduação em Educação (2018) em Educação, Pedagogia e Desigualdades Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Educação (2019) e Mestrado em Saúde Coletiva, Psicologia e Saúde em Saúde pela Universidade Federal do Piauí (2020). Mestranda em Saúde Coletiva em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuação em psicologia na Universidade Federal do Piauí, experiência como professora Autista do curso "Desenho em sua História" e pesquisadora que quer saber quem são os heróis.

PREX FADE @petservsocial

Fonte: Acervo do PET Serviço Social

O CinePET: arte e diálogos é uma atividade que compõe o projeto de extensão “PET em Movimento”, o qual tem como objetivo promover discussões acerca da realidade social através de obras cinematográficas. Além disso, visa proporcionar espaços de socialização de conhecimentos, que abrangem as expressões da questão social, presentes nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e na sociedade em geral, fomentando discussões abrangentes para os discentes do curso

de Serviço Social e, também, para a comunidade acadêmica em geral.

De acordo com Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente, cerca de 15% da população mundial vive com algum tipo de deficiência física ou intelectual. Todavia, no Brasil, pesquisas apontam que as pessoas com deficiência possuem menores taxas de participação no mercado de trabalho (23,8%) e de formalização (34,3%), sendo que para as pessoas sem deficiência, os índices são, respectivamente, de 66,3% e 50,9%. Apesar dos mecanismos legais que garantem os direitos da PcD – a título de exemplo, a Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - os dados evidenciam que esse grupo ainda sofre com a falta de inclusão na sociedade e com o capacitismo¹.

Pensando nesse cenário, foi desenvolvido, pelos GT's 2 e 3 – “Processos de trabalho e garantia de direitos” e “Problematizando as questões étnico-raciais” respectivamente – o CinePET: arte e diálogos, com a exibição do filme brasileiro *Hoje eu quero voltar sozinho* (2014), seguida de uma discussão acerca da luta LGBTQIAP+ e anticapacitista. O filme exibido, trata de uma produção cinematográfica brasileira de 2014, que conta a história de Leonardo, um adolescente cego, que tenta lidar com a mãe superprotetora ao mesmo tempo em que busca sua independência e descobre mais sobre si mesmo e sua sexualidade.

1 O Glossário de termos relacionados à acessibilidade e deficiência, da Câmara dos Deputados, define capacitismo como qualquer “ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais.”

Imagem 2: Banner de Divulgação



Fonte: Acervo do PET Serviço Social

Após a exibição do filme, foi aberto o espaço para a discussão. Na ocasião, para debater sobre a temática, foi convidada a psicóloga Julianna Sampaio². Em sua fala, a convidada trouxe reflexões sobre o que é deficiência e o que é capacitismo. Trouxe à tona, também, algumas concepções, dentre as quais a religiosa e a médica, cuja deficiência é, via de regra, entendida respectivamente como castigo e doença. Engatada nessa discussão, Julianna pontuou também a concepção anticapacitista que, alicerçada aos Direitos Humanos, busca descon-

2 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Saúde Mental pela Faculdade Latino-Americana de Educação (2011) e em Educação, Pobreza e Desigualdades Sociais pela Universidade Federal do Piauí (2016). Mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); atualmente é psicóloga na Maternidade Estadual Dona Evangelina Rosa 2022 - atual. Discute principalmente os seguintes temas: atenção psicossocial, formação profissional em saúde, formação profissional em Psicologia, atuação profissional em contextos de pobreza, atuação do profissional de Psicologia no combate à COVID, atuação profissional da Psicologia no contexto hospitalar. É autora do livro “Dez anos em seis histórias: a psicologia que aprendi depois que me formei”.

truir a ideia de normalidade *versus* anormalidade que perpassa esse debate.

O capacitismo é inerente ao sistema capitalista e, muitas vezes, encontra-se disfarçado na sociedade sob a forma de cuidado e proteção. Ocorre que, para compreender o capacitismo é necessário compreender o que é deficiência, quais as principais concepções que perpassam esse debate e, finalmente, construir uma concepção anticapacitista que permita reconstruir o lugar da pessoa com deficiência dentro da sociedade.

Segundo Débora Diniz (2007, p. 9), “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência”. Nessa perspectiva, de acordo com a autora, a eficiência antecede a deficiência, logo, só existe um corpo com deficiência porque existe um padrão de normalidade que define o corpo sem deficiência.

No centro dessa temática, observa-se diferentes concepções com raízes históricas que se complementam ou se anulam. Sob esse aspecto, Borges e Logen (2019, p. 5522) apontam que:

O contexto das pessoas com deficiências em relação à sociedade foi sendo gradualmente modificado, delineando um histórico que passa da invisibilidade projetada pela exclusão social até a busca atual e constante pela cidadania proporcionada pelo processo de inclusão que se almeja vivenciar.

No tocante a essas modificações, implica ressaltar a compreensão das relações construídas entre as pessoas com deficiência e a sociedade ao longo da história. De fato, o direito à vida só foi “concedido” a esse segmento populacional com o advento do cristianismo. Todavia, mediante à concepção religiosa, estes indivíduos estavam à mercê de uma sociedade

que excluía essa população com o argumento divino de que a deficiência era um castigo. Logo, para estes indivíduos, restava novamente o descaso e a discriminação por grande parte da sociedade (Dicher; Trevisam, 2014 apud Borges; Logen, 2019).

Contemporaneamente, há que se falar principalmente em duas concepções, a médica e a social, conforme aponta Débora Diniz (2007, p. 9):

O modelo médico de compreensão da deficiência assim pode catalogar um corpo cego: alguém que não enxerga ou alguém a quem falta a visão – esse é um fato biológico. No entanto, o modelo social da deficiência vai além: a experiência da desigualdade pela cegueira só se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade de estilos de vida.

Dessa forma, a autora ao comparar essas duas perspectivas aproxima essa problemática a outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo e o racismo, descortinando os fatores biomédicos e revelando uma questão que ultrapassa os saberes já consolidados.

O capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

Assim, depreende-se que no transcorrer da história, essa problemática vivenciou inúmeros avanços, contudo, ainda está longe de vencer a discriminação e o preconceito intrínsecos a uma sociedade na qual “os corpos são espaços demarcados por sinais que antecipam papéis a ser exercidos pelos indivíduos” (Goffman, 1988 *apud* Diniz, 2007).

Nesse sentido, emerge a concepção capacitista que compreende ações de discriminação e violência praticadas contra pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, as ações são fundamentadas com base no ideal de normalidade *versus* anormalidade.

O capacitismo faz alusão a uma opinião desfavorável sobre a pessoa com deficiência, uma opinião prévia, muitas vezes, baseada no imaginário acerca da pessoa com deficiência, no qual esta é vista como alguém sem capacidade de ter autonomia e independência para gerir a própria vida (Marchesan; Carpenedo, 2021, p. 51).

Dessa forma, o capacitismo produz a noção de que as pessoas com deficiência são inaptas para desenvolver atividades comuns, produzindo nas pessoas o sentimento de pena e caridade.

Em contrapartida, nasce a concepção anticapacitista com a finalidade de remover as barreiras impostas por uma sociedade discriminatória, combatendo a ideia de que algumas pessoas são mais capazes do que outras. A partir de um viés emancipatório, o estudo sobre a categoria deficiência “amplia o potencial analítico e político das ciências sociais e humanas na superação de hierarquias de opressão sustentadas pela lógica do capitalismo neoliberal” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 29).

Por conseguinte, a atividade realizada ao explicar os conceitos e concepções detalhados, ressalta a importância de “situar a deficiência na perspectiva interseccional emancipa o lugar da pessoa com deficiência nas lutas anticapacitistas, o que não deixa de ser um ato político, uma vez que visibiliza as trajetórias de lutas por reconhecimento e por políticas sociais” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 29).

Seminário temático: Direitos e deveres da pessoa com deficiência no acesso ao ensino superior

Imagem 3: Banner de Divulgação

Direitos e deveres da PESSOA COM DEFICIÊNCIA no acesso ao ensino superior

O PET Serviço Social convida todos a participar do seminário temático sobre direitos e desafios da pessoa com deficiência no acesso ao ensino superior

16/07/2023 09h às 12h

Sala 310, CCHL Inscrições até 17/07

MEDIAÇÃO **CONVIDADOS**

Paula Jordânia
Discente do 5º período de Serviço Social da UFPA. Bolsista no Programa PET Serviço Social. Membro integrante do Lupa SAREC.

Dilma Andrade
 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), possui graduação em PEDAGOGIA pela Federação das Escolas Superiores de Minas e Espírito Santo (FESMESP). Atualmente atua como pedagoga do Núcleo de Inclusão da Universidade Federal do Piauí (NUU).

Herbert Portela
Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Formado em Pedagogia, também pelo UFPI. Possui especializações em psicopedagogia e mediação de Braille. Atualmente atua professor Braille no Núcleo Estadual do Maranhão.

PREXC FADE

Fonte: Acervo do PET Serviço Social

Em julho de 2023, o grupo de trabalho 2 “Processos de Trabalho e Garantia de Direitos” promoveu um seminário temático sobre “Direitos e deveres da pessoa com deficiência no acesso ao ensino superior”, mediado pela petiana Paula

Jordânia, acadêmica do curso de Serviço Social da UFPI, com os convidados/as Dilma Andrade³ e Herbert Portela⁴

Primordialmente, os impasses para a pessoa com deficiência vêm sendo transformado ao longo de muitas décadas, principalmente relacionado à sociedade, desse modo “delimitando um histórico que passa da invisibilidade projetada pela exclusão social até a busca atual e constante pela cidadania proporcionada pelo processo de inclusão que se almeja vivenciar” (Borges e Longen, 2019, p. 5522). Assim sendo, o percurso de inclusão vem sendo gradativo, em virtude das limitações bem severas em momentos anteriores da sociedade, na qual a pessoa com deficiência era excluída da vida social.

Nesse viés, a pedagoga Dilma Andrade enfatizou sobre os avanços e desafios da pessoa com deficiência na inserção no ensino superior, como também na trajetória acadêmica. Posto isso, dentre os avanços discutidos no seminário temático, foram abordadas as leis que permitem a pessoa com deficiência ter acesso à universidade, bem como está presente na Lei nº13.409, de 28 de dezembro de 2016:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção

3 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2014), possui graduação em Pedagogia pela Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (1987) é Especialista em Administração Escolar pela UCAM (2003) e em Projetos Sociais pela FAR (2011). Atualmente atua como pedagoga do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU). Tem experiência como formadora na Educação Superior, em Educação na perspectiva Inclusiva e atua ainda em Assessoria Técnico Pedagógica, na Formação de Educadores e na Captação, elaboração e gerenciamento de projetos socioeducativos;

4 Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, possui graduação em Pedagogia (UFPI) e especializações em psicopedagogia e revisão de Braille. Atualmente atua como professor Braille na rede estadual do Maranhão.

respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2016, p. 1).

Além disso, na discussão também foram abordados os desafios encontrados na trajetória acadêmica das pessoas com deficiência, desafios estes que podem impossibilitar a permanência na Universidade. Dentre os obstáculos, pode-se enfatizar a falta de acessibilidade na infraestrutura, a pouca quantidade de rampas e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física e a insuficiência de pisos táteis para sinalizar as pessoas com deficiência visual no caminho, tendo em vista que a acessibilidade arquitetônica é o básico para permitir que as PcD's alcancem a sua autonomia e independência no desenvolvimento de suas atividades.

Em seguida, foi relatado sobre os eventos da Universidade não serem acessíveis para as pessoas com deficiência, dado que a quantidade de cadeiras reservadas em auditórios para o público com deficiência física, são poucas ou até mesmo não existem essas vagas reservadas nos locais devidos. Diante disso, é visível que a estrutura física da Universidade Federal do Piauí não foi planejada para pessoas com deficiência, assim o processo de modificação na academia ainda está sendo modificado, por meio de leis, decretos e políticas públicas.

Além do mais, a fala de Herbert Portela, enfatizou a forma educacional, em como o docente deve se adaptar para promover a inclusão do aluno, de modo que ele transmita conhecimentos que não os exclua e não dificulte a compreensão do conteúdo ensinado, a fim de que torne possível um aprendizado de qualidade para o discente. Bem como, é fundamental um auxiliar acadêmico para a pessoa com deficiência para que haja um aprendizado íntegro, como está previsto na Lei nº 13.146,

de julho de 2015, cujo texto trata que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, p. 1).

Nesse contexto, com base na Lei Federal 7.853 “serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição” (Brasil, 1989, p. 1). Desse modo, é importante abordar sobre uma cultura de inclusão, pois, além de ter um ambiente acessível para pessoas com deficiência, faz-se necessário que a população passe a aderir uma cultura de inclusão, rompendo com as barreiras atitudinais, contribuindo para a inserção de pessoas com deficiência.

Dito isto, faz-se necessária a realização de uma campanha sobre acessibilidade dentro da Universidade, a fim de que o público geral se aproprie da temática, saiba da importância da inclusão e passe a reivindicar direitos, visto que não basta apenas que o público PcD solicite, é de suma importância que ocorra uma demanda geral. Como também, é essencial que os estudantes universitários abordem sobre a questão em todos os espaços que estiverem, com a finalidade de que haja uma inclusão de forma geral na sociedade, não apenas no meio acadêmico.

Em suma, o Seminário foi de extrema importância para o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, como também para o grupo de trabalho que aborda sobre os processos de trabalho e garantia de direitos, que focou durante o ano de 2023 sobre o eixo temático voltado para a inclusão de pessoas com deficiência. Outrossim, foi possível destacar a relevância que o assunto teve para a comunidade acadêmica, visto que

são poucas as discussões sobre o assunto no âmbito da Universidade Federal do Piauí.

Outrossim, foram realizadas postagens em veículos comunicativos sobre datas comemorativas como o Dia Mundial de Conscientização sobre a Acessibilidade, a comemoração de oito anos de promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/ 2015). Ademais, foram socializadas postagens relacionadas ao Serviço Social, à garantia de direitos da pessoa com deficiência e ao papel da profissão de acordo com o que consta no Código de Ética do/a Assistente Social.

Diante desse cenário, é importante ressaltar que as atividades de extensão dentro da Universidade são fundamentais para a formação dos estudantes, ao passo que os mesmos têm a oportunidade de discutir questões que estão além das disciplinas obrigatórias do curso. Bem como, a extensão se mostra extremamente relevante para a prática profissional diante dos desafios que são postos ao Serviço Social.

Conclusão

Em suma, conclui-se que a inclusão da pessoa com deficiência está acontecendo de forma gradativa, visto que existe um contexto histórico de exclusão na sociedade, em vista disso, é essencial romper barreiras, principalmente no âmbito universitário. Desse modo, houveram vários avanços por meio de leis, decretos e políticas públicas para que pessoas com deficiência tenham ingresso na universidade, no entanto, são vários os impedimentos que as distanciam da universidade, como a acessibilidade arquitetônica e as barreiras atitudinais.

Portanto, a realização do CinePET: arte e diálogos, transmitindo o filme sobre a luta LGBTQIAP+ e anticapacitista e do Seminário temático abordando os direitos e deveres da

pessoa com deficiência no acesso ao ensino superior foram fundamentais para a problematização do tema e as pessoas com deficiência na vida social e acadêmica.

Deste modo, é essencial romper barreiras para que haja a inclusão da pessoa com deficiência. Neste sentido, o grupo de trabalho do PET Serviço Social contribui com a discussão da temática, pouco debatida no âmbito da Universidade Federal do Piauí, mas que é fundamental para a academia, assim como para a formação profissional em Serviço Social.

Referências

BRASIL. **Lei N° 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispões sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. **Lei N° 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. **Lei N° 13.409**, de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL, **Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial**. Brasília, DF: Ministério da Educação (MEC), 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/3nv5sz25>
Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Glossário de Acessibilidade. Disponível em: <https://tinyurl.com/3vmzd8tj>. Acesso em: 20 out. 2023.

BORGES, Aline Vieira; LONGEN, Willians Cassiano. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e as perspectivas de acessibilidade. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 6, p. 5520-5531, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtwxhjd5>. Acesso em: 28 out. 2023.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência. 2007**. Disponível em: <https://tinyurl.com/2v5vnp2c>. Acesso em: 28 out. 2023.

GESSER, M; BLOCK, P; MELLO, A. G. de. **Estudos da deficiência**: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M; BÖCK, G.L.K; LOPES, P.H. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, p. 17-36, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ymz7pa7z>. Acesso em: 20 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCHESAN, A; CARPENEDO, R. F. **Capacitismo**: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. Revista Trama, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5ckwcard>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <https://tinyurl.com/3aanmn3e>. Acesso em: 23 out. 2023.

ROCHA, Lucas. IBGE divulga estudo inédito sobre deficiência e desigualdades sociais no Brasil. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/48amdej7>. Acesso em: 20 out. 2023.

PET Serviço Social/UFPI: em pauta o enfrentamento ao racismo na universidade pública

Beatriz Santos Teixeira da Silva

Charlenne Cristina da Luz Matos

Iracilda Alves Braga

Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva

Maria Clara Lima e Silva

Vívian Maria Almeida de Amorim

Introdução

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa do Governo Federal Brasileiro regulamentado pela Lei nº 11.180 de 23 de dezembro de 2005, pelas Portarias MEC nº 3.385 de setembro de 2005 e nº 1.632 de 25 de setembro de 2006, assim como pela versão de 2006 do Manual de Orientações Básicas (Brasil, 2006). Está voltado para alunos regularmente matriculados em IES que, ao serem integrados ao programa, são organizados em grupos, compostos de bolsistas e não bolsistas, que recebem orientação acadêmica de professores-tutores (Brasil, 2006). Somado a isso, importante ressaltar que o PET se situa em três eixos principais, sendo

eles: a Pesquisa, o Ensino e a Extensão, prezando pela indissociabilidade da tríade como previsto pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988, o que estimula a criticidade através de vivências, reflexões e experiências que vão além do modo de ensino tradicional.

O método tutorial permite o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre os bolsistas, em contraste com o ensino centrado principalmente na memorização passiva dos fatos e informações, e oportuniza aos estudantes tornarem-se cada vez mais independentes em relação à administração de suas necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2006, p.6).

No âmbito da graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI), a implantação do Programa de Educação Tutorial associado ao curso ocorreu em agosto de 2009, através do Edital n° 05/2009 - MEC/SESU/DIFES, sob a tutoria da Prof.^a Dr.^a Maria D'Alva Macedo Ferreira, conforme Guimarães, Silva e Ferreira (2021). Em 2017, o PET Serviço Social conta com um novo Plano de Ação, fruto da Oficina de Planejamento Participativo, coordenada pela Prof.^a Rosilene Marques do Departamento do Curso de Serviço Social da UFPI. Tal instrumento tinha como objetivo atualizar a metodologia de trabalho e ação promovidas no programa em conformidade com a Pedagogia da Autonomia associada à Pedagogia da Problematização (Freire, 1996).

A atividade teve como resultado a criação dos GTs - Grupos de Trabalho que hoje constituem o PET Serviço Social e realizam atividades que contemplam a tríade ensino - pesquisa - extensão, sendo eles: GT1: Formação profissional e acadêmico-institucional; GT2: Processos de trabalho e garantia de direitos; GT3: Problematizando as relações sociais: questões de etnia e gênero e GT4: Problematizando a violência de gênero.

O presente relato compartilha as experiências do PET Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, a partir das vivências do Grupo Temático 3 - Problematizando as relações sociais: questões étnico-raciais, que tem como objetivo questionar o discurso racista e o racismo, demonstrando a importância do movimento negro e a implementação de políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, refletindo-se sobre o papel do Estado e da sociedade civil na construção das relações democráticas e plurais (PET-Serviço Social UFPI /GT3, 2017). Para tanto, são realizadas atividades diversas, como seminários temáticos, estudos temáticos, CinePET's, oficinas de alinhamento, reuniões, postagens alusivas nas redes sociais do PET e demais proposições dos petianos/as.

Sendo assim, este relato de experiência privilegia as ações desenvolvidas pelo GT3 durante os anos de 2022 e 2023, no âmbito do projeto “PET em Movimento” coordenado pela tutora, professora Dra. Iracilda Alves Braga, com foco nas atividades de extensão expressas através das atividades: CinePET, Seminário Temático alusivo ao Dia da Consciência Negra, Estudos Temáticos e PET Comunicação.

Atuação do GT3 - PET Serviço Social/UFPI no enfrentamento ao racismo

O Grupo Temático 3: “Problematizando as relações sociais: questões étnico-raciais” integra o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social – PET Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí - UFPI. O grupo atua a partir de quatro eixos principais: discurso racista e racismo, movimento negro e implementação de políticas de ações afirmativas, questão étnico-racial e exercício profissional do Serviço Social e

democracia, cidadania e igualdade étnica (PET-Serviço Social UFPI /GT3, 2017).

As discussões promovidas por esses eixos buscam dar visibilidade à questão étnico-racial no Serviço Social, pois conforme afirma Gonçalves (2018, p.515), “a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro”. Assim, a questão étnico-racial é a base que estrutura a sociedade brasileira, é o pilar sobre o qual as desigualdades são produzidas e reproduzidas.

Nesse sentido, buscando evidenciar as temáticas acima citadas, o grupo promove a organização de ações e eventos, como o CinePET, que consiste na exibição de filmes que suscitem o debate sobre a questão étnico-racial, a realização de seminários temáticos, que promovem espaços de formação para os discentes, a realização de estudos temáticos, que permitem o estudo de textos e a socialização com os demais membros do grupo PET, assim como a realização de postagens em datas simbólicas.

Desse modo, diante da fragilidade de grupos de estudo e espaços que trabalhem a temática étnico-racial na Universidade Federal do Piauí, o GT 3 do PET Serviço Social se configura como um importante espaço de discussão e difusão da luta antirracista e do debate étnico-racial. Suas ações englobam atores do ambiente acadêmico, como professores e pesquisadores, assim como membros da sociedade em geral, como ativistas e representantes dos movimentos sociais. Além disso, o grupo discute temáticas que ainda são pouco exploradas no curso de Serviço Social e no âmbito da própria universidade.

CinePET: Arte e diálogos

Imagem 1 – Banner de Divulgação



Fonte: Acervo PET Serviço Social

O CinePET - Arte e Diálogos é uma atividade realizada semestralmente pelo PET Serviço Social e tem como objetivo principal a promoção de discussões sobre as problemáticas vivenciadas na realidade social, por meio da exibição de obras cinematográficas (SIGPET, 2022). Essa atividade sempre conta com a presença de convidados, que ressaltam os aspectos técnicos do filme e as reflexões sociais e políticas abordadas na obra.

A atividade também é utilizada como uma estratégia para fomentar o interesse dos discentes e docentes sobre os temas trabalhados no interior dos grupos de trabalho, permitindo a

socialização dessas discussões para além dos grupos. O GT 3 “Problematizando as relações sociais: questões étnico-raciais” tem utilizado essa atividade para levantar o debate sobre temáticas como racismo, luta antirracista, movimento negro, ações afirmativas, entre outros.

Tendo em vista as temáticas trabalhadas pelo grupo, o CinePET promovido em novembro de 2022, em uma atividade alusiva ao Dia da Consciência Negra, trabalhou o filme “Corra” do diretor Jordan Peele. O filme conta a história de Chris, um jovem negro, que está prestes a conhecer os pais de Rosie, sua namorada branca, abordando o racismo e as relações de violência decorrentes desse encontro. A atividade foi realizada de maneira remota e teve como convidados o professor Wanderson Lima (UESPI) e a mestranda Lara Danuta (PP-GPP/UFPI).

Durante o primeiro momento, o professor Wanderson Lima levantou aspectos técnicos e curiosidades sobre a forma como o filme foi dirigido. O professor destacou que o filme se popularizou rapidamente no mundo, o que não é comum, pois a temática abordada não tem apelo comercial, e o próprio filme tem um ritmo mais lento. Também chamou atenção para a trilha sonora utilizada durante o longa e para a linguagem não verbal emitida pelos personagens.

A mestranda Lara Danuta, por sua vez, trouxe contribuições acerca da trajetória de exclusão vivenciada pelos negros na sociedade brasileira e como esse processo se diferencia da realidade vivenciada nos Estados Unidos, local onde o filme se passa. No contexto norte-americano, o racismo é mais aparente, e na sociedade brasileira, possui a particularidade de ser mais velado, conforme afirma Moura (2014, p. 219) “O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é

ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”.

Desse modo, o CinePET foi um momento que possibilitou a reflexão e a discussão sobre o racismo estrutural vivenciado na sociedade brasileira e, sobretudo, acerca do papel da população não negra na luta antirracista. O encontro permitiu que essa discussão fosse expandida para a comunidade acadêmica de forma geral, pois contou com a presença de docentes e discentes que não fazem parte do grupo PET.

Seminário Temático: Questão étnico-racial e Serviço Social

Imagem 2: Banner de Divulgação

TRANSMISSÃO VIA YOUTUBE @PETSERVISOCIAL PREXC FIDE

Equidade

SEMINÁRIO TEMÁTICO QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, QUESTÃO RACIAL E MOVIMENTO NEGRO

24 de Novembro às 08 horas

Existir & Persistir

SEMINÁRIO APLICADO AO DIA 20 DE NOVEMBRO - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Convidadas

Jessyka Rodrigues (UFPI)

Profa. Dra. Rosângela Hilário (UNIR)

Profa. Ma. Halda Regina (UFPI)

Vivian Amorim (PET) Mediadora

Fonte: Acervo PET Serviço Social

Os Seminários Temáticos, estão inseridos no projeto “PET em Movimento” e fazem parte do planejamento anual das atividades desenvolvidas no PET - Serviço Social, sendo assim seus principais objetivos são

Promover espaços formativos complementares para os estudantes do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social e áreas afins; - Convidar pessoas que tenham conhecimento e experiência sobre temas relevantes a serem socializados para a consolidação de uma formação profissional crítica; - Subsidiar os processos de pesquisa empreendidos pelo grupo do PET Serviço Social (Teresina, 2023, p. 5).

Em novembro de 2022, foi realizado o Seminário Temático “Questão Étnico-racial e Serviço Social: Políticas Públicas, Questão Racial e Movimento Negro”, uma atividade alusiva ao Dia da Consciência Negra. Em razão da pandemia da COVID-19 e das restrições sanitárias, o evento ocorreu no formato remoto, via Google Meet, e contou com as presenças de Jessyka Rodrigues, Prof.^a Ms. e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-PI); Prof.^a Dr.^a Rosangela Hilário (UNIR) e atual membra do Conselho de Desenvolvimento Social Sustentável da Presidência da República; e Halda Regina, Prof.^a Ms. e presidenta do Instituto da Mulher Negra do Piauí, que juntas discutiram sobre a temática selecionada previamente pelo grupo de trabalho responsável. Importante ressaltar que a escolha do tema levou em consideração o interesse do GT sobre a temática racial, a organização do Movimento Negro e os debates das duas esferas citadas anteriormente no campo das políticas públicas brasileiras.

O momento uniu diversas pautas para subsidiar reflexões acerca das questões que envolvem as relações étnico-raciais e de gênero. Desse modo, questões como o conceito de interseccionalidade, tomando como base os estudos de Carla Ako-

tirene em sua obra “Interseccionalidade” (Akotirene, 2019), e como essa construção social materializa a compreensão sobre os tensionamentos das estruturas de poder foram dialogados.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avindas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Somado a isso, evidenciou-se a importância da discussão de raça e gênero dentro do Serviço Social. Foram trazidos dados sobre religião e gênero no Serviço Social, os quais mostraram que a profissão está composta em sua maioria por mulheres e indivíduos negros/pretos/pardos, conforme o “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições e exercício profissional” (CFESS, 2022), que aponta que 92,92% da categoria se identifica como pertencentes ao sexo feminino, e 50,34% se identificam como indivíduos negros/pretos/pardos.

Ademais, foi enfatizada a situação de constante vulnerabilidade vivenciada pela população negra, sobretudo durante o período pandêmico, onde foram descortinados e intensificados os processos de racismo estrutural em razão das medidas ultraneoliberais e neofascistas do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Diante disso, conforme Behring e Boschetti (2021), os nocivos efeitos da pandemia atingiram diretamente a fração mais pobre da classe trabalhadora, residente em favelas e áreas periféricas, sem um sistema de saneamento básico e meios de prevenção adequados, com dificuldades de acesso ao Sistema Único de Saúde, que se encontrava saturado, sendo a maioria composta por pessoas negras.

Importa mencionar as reflexões sobre os termos “doridade” e “escrivência”, idealizados/cunhados, respectivamente, pelas autoras Vilma Piedade e Conceição Evaristo, que se debruçam sobre aspectos como os rebatimentos na realidade de mulheres pretas e a valorização da subjetividade preta como forma de reconstruir a história da comunidade afro-brasileira.

Estudo Temático: Racismo no espaço universitário

Imagem 3: Banner de divulgação



Fonte: Acervo PET Serviço Social

No dia 12 de maio de 2023, foi realizado o estudo temático proposto pelo GT3, que teve como intuito discutir o racismo no espaço universitário. Nesse sentido, a apresentação tomou como texto base o artigo “A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra” de Renata Gonçalves (Doutora em Ciências Sociais; professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista-SP, Brasil) e Gabrielle Ambar

(Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista SP.), que problematiza a inserção de estudantes negros(as) na universidade brasileira, ressaltando o despreparo que as instituições de Ensino Superior possuem no que diz respeito às políticas de permanência, bem como à criação de um ambiente acadêmico que acolha a diversidade e a pluralidade.

Na apresentação do grupo, é retomada, a princípio, a história da população negra, desde a abolição da escravidão que não trouxe consigo políticas de integração do contingente de ex-escravizados na sociedade capitalista emergente, mas sim uma série de barreiras para impedir que essa população tivesse acesso a direitos básicos, como, por exemplo, à educação, ao voto e ao trabalho formal. Somado a isso, o próprio Código Penal de 1890 criminalizou as manifestações da cultura negra, como a capoeira, o curandeirismo e as religiões de matriz africana, que eram associadas à feitiçaria. Todas essas proibições eram fundamentadas em teorias racistas que defendiam que os negros eram inferiores biologicamente e que, por isso, ocupavam posições subalternas.

Em seguida, são destacadas as ações afirmativas para a permanência dos(as) estudantes negros(as) nas universidades, como, por exemplo, a criação da Lei de Cotas instituída no Brasil, Lei nº 12.711/2012. Em contrapartida, ganha espaço no país o discurso meritocrático e seus defensores que se opõem ao sistema de cotas, afirmando que a política separa as pessoas negras das demais e menospreza sua capacidade de ingressar por conta própria na Universidade, já que acreditam que todos os indivíduos têm oportunidades iguais.

É destacado, por fim, que mesmo com as ações afirmativas que garantem ingresso de estudantes negros e pobres ao Ensino Superior, esses estudantes também encontram diversas di-

ficuldades para permanecer na universidade. Com isso, Dyane Brito Reis Santos (2009), em sua pesquisa de doutorado intitulada “Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa”, assevera que existem dois tipos de permanência interligadas entre si que são imprescindíveis, em especial, para os estudantes negros que ingressam na Universidade por meio do sistema de cotas. A primeira é a Permanência Material, associada às condições materiais para satisfazer as necessidades do(a) estudante negro(a) na Universidade, e a segunda é Permanência Simbólica, que leva em conta que a manutenção do(a) estudante na universidade não se faz somente por meio das condições materiais desta sociedade, mas também pelas estruturas sociais que fazem com que sejam tratados de maneira desigual. Nessa perspectiva, enquadram-se a violência, a discriminação e o sofrimento físico e simbólico que o(a) estudante negro(a) sofre.

Depreende-se, portanto, a necessidade de as universidades não apenas visarem o objetivo imediato de inserir o estudante negro na universidade, mas também promover questionamentos capazes de produzir mudanças nos paradigmas da questão étnico-racial no Brasil. E, com isso, também propiciar a ele as condições de adquirir o conhecimento propício para se desenvolver de forma qualificada no espaço universitário.

PET Comunicação: socialização da agenda antirracismo do PET Serviço Social – UFPI

Imagem 4: Banner de divulgação



Fonte: Acervo PET Serviço Social

O PET Comunicação constitui-se como uma atividade que objetiva a socialização das atividades e do conhecimento produzido no âmbito programa e por seus membros (Teresina, 2022). Nesse sentido, a atividade contempla postagens produzidas pelos próprios petianos/as realizadas nas redes sociais do programa, como: as Postagens referentes às datas simbólicas relacionadas as discussões sociais; as postagens referentes aos estudos temáticos e a divulgação de todas as ações do PET de Serviço, os Seminários, o CinePET, PET Investigação, PET em Movimento, dentre outros.

No âmbito do PET de Serviço Social, consiste em atividade relevante que contribui com a divulgação, comunicação e visibilidade do grupo. É realizada por todos os membros do PET, antes e depois das atividades. Avaliamos como de fundamental importância para o bom andamento das ações

e visibilidade do Grupo dentro e fora dos muros da UFPI (Teresina, 2022).

De acordo com os objetivos do PET em Movimento, no que diz respeito à divulgação dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pelos GTs, uma das formas de divulgação utilizada é a postagem no Instagram oficial do PET Serviço Social. Essa atividade tem sido bastante proveitosa para a socialização dos temas pertinentes ao Serviço Social e à sociedade.

No que concerne às postagens referentes às datas simbólicas programadas pelo GT3, podemos destacar os posts dos dias 19 de abril de 2023, referente ao Dia dos Povos Indígenas, 3 de julho de 2023, referente ao Dia Nacional do Combate à Discriminação Racial, e o post da data 25 de julho de 2023, referente ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Em 19 de abril de 2023, foi realizada a postagem nas redes sociais do PET Serviço Social com data simbólica referente ao “Dia dos Povos Indígenas”. O post contou com uma imagem que foi descrita da seguinte forma: fotografia preta e branca, com detalhes nas cores verde e marrom. Contém duas frases: “Dia dos povos indígenas” e “O futuro é indígena!” Ao fundo tem uma foto da praça dos três poderes (Brasília) com seis indígenas lado a lado. Na legenda da publicação, o GT3 explanou a respeito da importância da data comemorativa e da alteração da nomenclatura referente aos nativos.

Segundo Daniel Neves Silva no site Mundo da Educação, o Dia dos Povos Indígenas, comemorado no dia 19 de abril, tem o propósito de celebrar a diversidade das histórias e das culturas dos povos indígenas brasileiros. Na ocasião da sua criação, a data comemorativa foi intitulada Dia do Índio, e assim permaneceu durante quase sessenta anos. O nome gerava um grande desconforto na comunidade indígena, uma

vez que a palavra “índio” é entendida por eles como preconceituosa por ter um sentido negativo, se referindo a algo “selvagem” e “atrasado”, além de fazer menção à ideia equivocada dos portugueses de pensarem que haviam chegado nas índias, ignorando a identidade dos nativos.

O termo mais apropriado na visão da comunidade indígena é “povos indígenas”, pois a palavra “indígena” refere-se à ideia de povos originários, os primeiros residentes de um lugar. Isso fez com que um projeto de lei de autoria da deputada Joenia Wapichana do Rede de Roraima, fosse apresentado, em 2019, para alteração do nome da data comemorativa sendo aprovado em 2022. O post foi produzido após reuniões via Google Meet com a participação de todas da equipe e após sua realização foi construído o relatório da atividade.

No dia 03 de julho de 2023, foi realizada pelo GT3 a postagem nas redes sociais do PET Serviço Social a respeito da data alusiva ao Dia Nacional do Combate à Discriminação Racial. O post contou com uma imagem descrita da seguinte forma: a foto contém um fundo cinza e, em primeiro plano, duas mãos cerradas em punho sobrepostas. Na parte superior está escrito em letras amarelas “Racismo é crime” e “Dia Nacional do combate à Discriminação Racial”, somado a isso, na parte inferior há a data “03 de julho” em letras brancas. Na legenda da publicação, o GT3 discorreu acerca da importância desta data comemorativa.

Nesse sentido, em 3 de julho é celebrado o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. A data faz alusão à Lei Afonso Arinos (n° 1.390/1951), primeiro código brasileiro contra preconceito de raça e cor da pele. Todavia, essa lei não trata o racismo como crime, mas como contravenção penal, que é uma infração penal tida como de menor gravidade. É apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988,

que o racismo passa a ser considerado crime inafiançável e imprescritível.

É necessário destacar que, apesar dos avanços legais, os efeitos do preconceito ainda são evidentes na sociedade brasileira, o que exige o fortalecimento das lutas contra toda forma de discriminação e em defesa dos direitos dessa população. Depreende-se, portanto, após o que é explicitado, que o tema se apresenta como de extrema relevância para a temática abordada pelo GT3, fazendo-se necessária a publicização do tema.

A postagem com data 25 de julho de 2023 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, foi elaborada durante reunião em sala, com a participação de todos os componentes do GT3, na qual foi decidido o *template*, a fonte, as frases de impacto, as imagens e a referência bibliográfica que utilizamos.

A equipe procurou trabalhar o tema a partir do 1º encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, que, além de propor a união entre essas mulheres e denunciar o racismo e machismo enfrentados por mulheres negras, não só nas Américas, mas também ao redor do globo, também conseguiu que a Organização das Nações Unidas - ONU, ainda em 1992, reconhecesse o dia 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Em nível nacional, o grupo destacou a Lei 12.987/2014, que estabelece, também no dia 25 de julho, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, que, além de compartilhar dos princípios do Dia Internacional estabelecido em 1992, também tem o propósito de dar visibilidade para o papel da mulher negra na história brasileira, através da figura de Tereza de Benguela.

A experiência em abordar esse tema mostrou-se de extrema relevância ao que se propõe a equipe do GT 3, pois visa

socializar e sensibilizar os estudantes e a sociedade sobre a importância de se refletir sobre a posição da população negra na sociedade, valorizando o povo que contribuiu para o desenvolvimento da cultura brasileira. Nesse sentido, podemos destacar a importância da figura de Tereza de Benguela, para que seu esforço na luta contra um governo escravista não encerre em si mesmo. Do contrário, ele instiga mais reflexão e mais ação para que a luta contra o racismo e o machismo continue e se fortaleça cada vez mais. Apenas desse modo, os dados que refletem o preconceito e a violência contra mulheres negras, alguns deles referidos acima, poderão ser revertidos.

Conclusão

Diante do exposto, ressalta-se a importância das atividades desenvolvidas em busca da autonomia no espaço acadêmico em razão do estímulo ao protagonismo das discentes nos processos de planejamento e execução das atividades. Somado a isso, é válido ainda mencionar o aprofundamento de temáticas que dizem respeito à questão étnico-racial, processo que reflete na qualidade da formação acadêmica no curso de Serviço Social e na construção permanente de uma sociedade antirracista.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, p. 66-83, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4h897bk4>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientações Básicas**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec>.

gov.br/pet/232-programas-e-acoes-1921564125/pet-programa-de-educacao-tutorial-645721518/12228-manual-de-orientacoes-pet. Acesso em: 19 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16. ed. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/246dsy5a>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GUIMARÃES, J. F; SILVA, T. P. da; FERREIRA, M.D.M. A história do PET serviço social–UFPI no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/ymc6cdwe>. Acesso em: 19. nov. 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical o Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

PET-SERVIÇO SOCIAL UFPI /GT3 - Problematizando as relações sociais: questões étnicas. In: **Caderno de acompanhamento**, Teresina, 2017, Vol. 3.

SILVA, Daniel Neves. Dia dos Povos Indígenas. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y79e2y9f>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TERESINA. Ministério da Educação. **Relatório Final Projeto PET Em Movimento 2022**. 2022.

SIGPET. Ministério da Educação. **Relatório de atividades 2022**. SIGPET, 2022.

TEIXEIRA, Raquel. Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial será comemorado neste sábado. **Senado Notícias**. 02 de jul. de 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/s4e2t3rt>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Experiência extensionista do Serviço Social no enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (ENGENDRE)

Léia Lima Soares

Introdução

A violência doméstica contra mulheres constitui violação de direitos humanos e liberdades fundamentais, logo, não deve ser considerada somente como uma ruptura de qualquer forma de integridade da mulher que foi violentada em sua individualidade. Entendendo-a como violação de direitos humanos, a qual atinge o humano-genérico e a situa no sistema de exploração/dominação pautado no patriarcado-racismo-capitalismo, pode-se analisar em profundidade a questão da violência baseada em gênero contra as mulheres.

Ao considerar o fenômeno da violência contra a mulher como algo estrutural ao sistema patriarcal, o qual é produtor e reprodutor de desigualdades a serviço da manutenção das relações de poder na sociedade capitalista, entende-se a necessidade da intervenção estatal via políticas públicas. Seja no

que se refere ao atendimento das demandas diretas resultantes de denúncias, notificações e encaminhamentos realizados a partir de legislações punitivas e outros dispositivos jurídicos, com destaque para a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), seja no investimento em dimensões educativas e culturais, deve-se ocorrer junto a toda a sociedade (envolvendo mulheres agredidas, homens agressores e agentes que mediam as políticas), frentes de capacitação que garantam a efetividade do atendimento, inclusive em termos de acolhimento humanizado.

Este manuscrito objetiva registrar a experiência de projeto de extensão desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (Engendre) a partir do olhar da autora, que fora extensionista/bolsista durante o período de implementação das atividades do projeto. O projeto de extensão aqui tratado foi desenvolvido em 2011 de modo recente à sanção da Lei Maria da Penha de 2006, ou seja, no rastro dos cinco primeiros anos de implementação da lei, a extensão universitária foi meritória na oferta de projeto no âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher em Teresina, especialmente no que se refere à violência institucional.

Ao propor a capacitação de pessoal e agentes da segurança pública e formação de profissionais dos órgãos que atuam junto aos casos de violência contra a mulher em Teresina, a extensão teve como preocupação central, a questão da violência institucional, caracterizada como um processo de vitimização secundária praticada por agentes públicos que deveriam priorizar a proteção da mulher vítima de violência. Neste sentido, prevenir a revitimização da mulher que sofreu agressão é essencial, uma vez que as instâncias formais e os primeiros órgãos de atendimento da rede de proteção, geralmente delegacias e órgãos do poder judiciário são constituídas por pessoas que devem fazer prevalecer a ética e a responsabilidade para

garantir os direitos humanos e fundamentais, não obstante julgamento de valores, visões de mundo particulares e outras vicissitudes reproduzidas no âmbito da reprodução de uma cultura machista.

Por meio de abordagem qualitativa, faz-se o registro e análise do material produzido durante a execução das ações, o resgate de informações e atividades previstas e planejadas que estiveram arquivadas no acervo da autora (armazenamento de e-mails, anotações, observações registradas em diário de campo, folders), bem como relatos de entrevistas realizadas, de modo a socializar e discutir aspectos observados e captados durante a experiência, através do olhar crítico aguçado pelo Serviço Social.

O ENGENDRE

Aponta-se a criação do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento da Universidade Federal do Piauí (UFPI) durante o ano de 2006, segundo a página na *web* criada para o Núcleo, que vem sendo conduzida pela atual equipe de pesquisadoras docentes e discentes oriundas predominantemente das áreas de Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política, em anos recentes (ENGENDRE UFPI, 2024).

No entanto, destaca-se que o desenvolvimento de estudos de gênero na UFPI é bem mais antigo, pois dando seguimento a expansão da temática nas universidades brasileiras no rastro dos anos de 1980, pode-se mapear projeto de pesquisa sobre a temática na UFPI desde o ano de 1992, a partir do curso de Serviço Social, significando um marco de referência para organização e consolidação do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento na referida universidade.

O projeto intitulado “UFPI frente à questão da Violência contra a Mulher” cadastrado em 1992 por iniciativa do De-

partamento de Serviço Social registrado e coordenado pela Profa. Dra. Francineide Pires Pereira extrapolava o espaço universitário, envolvendo outros órgãos de atendimento às mulheres, bem como o movimento popular e comunitário. Tal projeto seria desenvolvido junto às delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher dos bairros Dirceu Arcoverde e Piçarreira, com o objetivo geral de prestar assessoria e serviço técnico especializado às delegacias e ao movimento popular à época e como objetivos específicos: posicionar a UFPI em trabalho inovador de amplo interesse social; contribuir para a difusão de conhecimentos sobre a questão da mulher no Piauí; favorecer a abertura de campo de estágio curricular; e contribuir na prevenção da violência contra a mulher.

O projeto, à época, elencava como metas: cadastrar grupos e entidades sociais dos bairros Itararé e Piçarreira destacando trabalhos já realizados e disponibilidade das entidades; assessoria técnica para as delegacias; oferta de treinamentos para lideranças populares e profissionais quanto à questão da mulher, bem como a participação e organização de eventos com a temática “Amor e Violência nos tempos Modernos”. (Pires, 1992). Na justificativa deste primeiro projeto cadastrado durante o segundo semestre de 1992, lia-se que:

O tratamento da violência contra a mulher, enquanto uma questão social é bastante recente. A proliferação de Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher tem servido para se constatar, no mínimo, a gravidade do problema. A longevidade e persistência do fenômeno atesta ser fundamental que além da garantia de maior eficácia na apuração e punição dos crimes já ocorridos – se realize amplo trabalho que leve à formação de uma concepção de relação digna e igualitária entre os sexos. Ao interferir neste último aspecto a Universidade estaria cumprido seu papel social de impulsionar mudanças sociais. É sobretudo a gravidade do problema que atesta isso: o “Diário de Ocorrências” das Delegacias de Po-

lícia, as páginas policiais” da Imprensa apresentam diariamente verdadeiras tragédias (Pires, 1992, s/p).

A proposta destacava, portanto, a necessidade de intervenção na problemática da violência contra a mulher, enquanto expressão da questão social que persiste em todas as dimensões na sociedade, inclusive nos espaços institucionais das formas mais sutis até a violência brutal e fatal¹, a exemplo do feminicídio da estudante de graduação do curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFPI em 2023.

Diante deste crime recente, foi criado um Grupo de Trabalho de Enfrentamento às Violências de Gênero que tem como uma das metas a consolidação de um Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual. Analisa-se assim, a importância da difusão da temática sobre o Enfrentamento à Violência contra as mulheres e de gênero também no espaço universitário, e não apenas junto à comunidade externa (Cidades em Foco, 2024).

Não obstante as ações emergenciais instauradas diante da violência e insegurança no campus e da instalação de grupos de trabalho, faz-se necessário consolidar as ações de prevenção contra a violência de gênero, incentivando estas e outras iniciativas. A proposta de criação da Política Institucional de Enfrentamento das Violências de Gênero da Universidade Federal do Piauí, por exemplo, submetida ao CONSUN/UFPI em 2024 representa um esforço para prevenção e enfrenta-

1 Completado um ano do feminicídio da estudante de Jornalismo da UFPI, Janaína da Silva Bezerra pelo mestrando em matemática, Thiago Mayson da Silva Barbosa, no campus, a família de Janaína luta contra a injusta sentença que desqualifica o crime como feminicídio, o que atenua a pena prevista de 70 anos para apenas 18 anos e 6 meses, uma vez que o crime ficou caracterizado apenas como homicídio qualificado, estupro de vulnerável, vilipêndio de cadáver e fraude processual (Arimateya, 2024).

mento do assédio e outros crimes contra a dignidade não apenas das mulheres no campus universitário, mas a qualquer tipo de violência baseada no gênero (UFPI, 2024).

Dados da Rede de Observatórios de Segurança apontam que a cada vinte e quatro horas ao menos oito mulheres foram vítimas de violência em 2023, um aumento de 22% em relação aos casos registrados no ano anterior. Dentre os estados monitorados pelo observatório (Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí), os dados revelaram que o Piauí registrou a maior taxa de crescimento nas violências de gênero em um ano, passando de 113 casos para 202, representando 80% de situações de violência (Rede de Observatório da Segurança, 2024).

Neste sentido, a consolidação do Engend्रे e sua ampliação faz-se imprescindível diante da persistência da violência contra a mulher e a violência de gênero em todos os tempos, como fenômenos que ocorrem reiteradamente na sociedade, no ambiente doméstico e privado, em espaços públicos, no ambiente universitário e pelas vias institucionais inclusive pelos órgãos de proteção e defesa.

O Projeto Maria Sem Dores (2011)

A experiência de extensão no âmbito do Engend्रे no ano de 2011, teve como integrantes uma equipe interdisciplinar composta por docentes e discentes das duas principais universidades públicas do Piauí – a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), num esforço de parceria para a realização dos objetivos do Projeto Maria Sem Dores, conforme ficou denominado pela equipe composta por 15 (quinze) graduandos(as) bolsistas dos

curso de Serviço Social da UFPI² e Psicologia da Faculdade De Ciências Médicas – Facime (UESPI), sendo 6 (seis) extensionistas de Psicologia da Facime/UESPI e 9 (nove) extensionistas de Serviço Social da UFPI, coordenados por três docentes, sendo uma professora de Serviço Social, um professor de Economia e uma professora de Psicologia, configurando um esforço interdepartamental.³

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno histórico e cultural vinculado à questão de gênero, caracterizando-se por uma relação desigual de poder, autoridade e prestígio entre homens e mulheres. Em todo o mundo tem-se observado o crescente número de casos de violência doméstica, configurando-se atualmente como uma prioridade na área de Direitos Humanos. No ano de 2006 foi sancionada a Lei N. 11.340/06, que recebeu o nome de Maria da Penha, em homenagem à brasileira Maria da Penha Maia Fernandes que após ter ficado paraplégica ao levar um tiro do seu marido em uma das agressões sofridas, conseguiu lutar por sua dignidade transformando-se em símbolo de luta contra a violência doméstica contra mulheres no Brasil. A referida lei

2 As/os alunas/os extensionistas da UFPI participaram do projeto como bolsistas junto à Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX que exigia apólice de seguro de vida das/dos discentes ao cumprirem suas atividades no período de janeiro a julho de 2011 com a carga horária de 20 horas semanais, perfazendo um total de 560 horas.

3 O projeto foi coordenado pela docente do curso de Serviço Social da UFPI, Profa. Dra. Francineide Pires com a colaboração do prof. Dr. Solimar Oliveira Lima do Departamento de Economia da UFPI e com o nome da Profa. Dra. Thaís Virgínia Sucupira Kampf, representando o Curso de Psicologia da Facime/UESPI, durante os seis meses de participação da extensionista e autora deste artigo. No entanto, no projeto cadastrado inicialmente a equipe seria composta pela mesma coordenadora, além de um professor de Letras, Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes supervisionando dez bolsistas de extensão da UFPI; pelo professor da área de Pedagogia, Dr. José da Cruz Bispo Miranda, orientando cinco bolsistas de extensão da UESPI; e a psicóloga Maria Célia Rios Carneiro, representando a Secretaria de Estado da Assistência Social e da Cidadania (SASC).

caracteriza todo caso de violência doméstica e intrafamiliar como crime, tipifica os tipos de violência e determina a apuração dos casos por meio de inquérito policial e submissão ao Ministério Público.

Visto que a violência de gênero contra a mulher significa, conforme disposto pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher, conhecida por Convenção de Belém do Pará, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, tanto na esfera pública ou privada” em seu capítulo I, artigo 1º e de que “toda mulher tem o direito de ser livre, tanto na esfera pública como privada”, no capítulo II, artigo 3º, o projeto de extensão para atender as vítimas desse tipo de violência no Piauí, com foco de sua atuação no enfrentamento da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, segundo a Lei Maria da Penha, vem a contribuir para sua implementação, por meio do atendimento à demanda por serviços que priorizassem a garantia dos direitos humanos das mulheres e a prevenção da violência de gênero, no sentido de capacitar as frentes de intervenção profissional quanto a lei supracitada e atualizá-las no enfrentamento da violência contra a mulher (CIDH, 1994).

O projeto teve por objetivo principal contribuir para a implementação da Lei Maria da Penha no Piauí, através da capacitação de policiais, que atuavam no atendimento às demandas de violência de gênero contra as mulheres, além de oferecer às mulheres e homens em situação de violência atendidos por estes serviços, à participação em grupos de reflexão, de modo a colaborar para o esclarecimento quanto à garantia dos direitos das mulheres de não sofrer violência, doméstica ou institucional.

Dentre os objetivos específicos do projeto Maria Sem Dores, menciona-se a capacitação de Policiais Militares e Policiais Civis das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), em gênero, violência e direitos humanos das mulheres; organizar grupos de reflexão de mulheres e grupos de reflexão de homens; a realização do I Encontro Estadual de Comunidade Ampliada; e a publicação da experiência sobre o Projeto, a qual seria fruto do Encontro objetivando a produção de um caderno sobre método e procedimentos, um caderno de textos e um livro com os relatos de experiência e análises de caso.

Destaca-se que na versão do projeto macro, apresentado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República com vista à obtenção de apoio financeiro a ações de promoção de políticas públicas para as mulheres haviam objetivos aprofundados:

Proporcionar a reflexão sobre os mecanismos socioculturais que constroem a dominação masculina, tendo em vista promover a sua desconstrução, por meio da avaliação dos nexos entre este processo e sua manifestação no cotidiano da ação profissional, rumo a uma atuação mais consciente no sentido da garantia dos direitos humanos das mulheres; 2. Envolver os sujeitos sociais que intervêm na violência de gênero na produção de conhecimento sobre o fenômeno, bem como sobre sua própria atuação, de modo a estabelecer uma relação profícua entre o saber acadêmico e a experiência cotidiana, assim como entre intervenção e produção de conhecimento, tendo em vista permitir tanto a melhoria da qualidade do atendimento às mulheres que sofrem agressão como aos agressores, assim como a melhoria do ensino e a pesquisa sobre o tema; 3. Dar efetividade ao princípio de que a revisão de conceitos/preconceitos só ocorre, por meio de um processo educativo continuado, bem como por meio de ação deliberada, persistente e coletiva. Nesse sentido, promover a criação e consolidação

de uma rede de multiplicadores/as entre os sujeitos alvo do projeto, assim como a institucionalização desta, de modo que o processo educativo seja alastrado junto a todo o efetivo da rede de atendimento no Estado do Piauí, em futuro próximo; 4. Permitir o aprofundamento do caráter multiplicador da experiência de capacitação, por meio da produção de materiais didático-pedagógicos, que tenham se revelado exitosos, assim como da mobilização do/as envolvido/as no sentido de apresentarem os resultados deste trabalho; 5. Promover a reflexão sobre as possibilidades de reorganização da vida a pessoas em situação de violência doméstica, por meio da instituição de serviço de atendimento na Universidade Federal do Piauí. (Pires, 2009, p.3).

O projeto pautou-se na Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP), um modelo metodológico que visa promover a transformação do ambiente de trabalho por meio da articulação e intercâmbio de saberes entre acadêmicos, profissionais e usuários dos serviços, de modo a enfatizar as dimensões da formação e pesquisa interventiva em rede (Neves, *et al*, 2006).

Nesta perspectiva o projeto estava previsto para funcionar por meio da formação de multiplicadores/as em gênero, violência e direitos humanos das mulheres, ou seja, num primeiro momento haveria a capacitação de policiais civis e militares das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); posteriormente, os policiais capacitados na primeira etapa assumiriam junto com a equipe de formação das Universidades, a formação de novos/as policiais, correspondendo a uma fase de retorno dos multiplicadores para exercício de socialização das experiências da atuação no cotidiano junto à Comunidade Ampliada de Pesquisa para discussão dos dados.

Com o intuito de atender à demanda por serviços que priorizem os direitos das mulheres em situação de violência doméstica e promover políticas públicas de combate à desi-

gualdade de gênero, o projeto, ao realizar a capacitação dos agentes/profissionais que lidam diretamente com as denúncias de violência e deveriam ser responsáveis pelo acolhimento e encaminhamento das vítimas e agressores aos serviços da rede, atende, à efetivação do artigo 8º, itens 3.3, 8.8, da Convenção de Belém do Pará, no que tange ao fomento à educação e capacitação das/os profissionais encarregados da aplicação da lei e demais responsáveis pelas políticas de prevenção, sanção e eliminação da violência contra a mulher.

Durante a vigência do projeto, a comunidade acadêmica e convidados externos também puderam aproveitar a presença da socióloga feminista Heleieth Saffioti que esteve no campus da UFPI, ministrando conferência sobre Gênero, Patriarcado e Memória, no auditório do Centro de Tecnologia no dia 14 de outubro de 2010, a convite do Engendre e II Congresso Internacional História e Patrimônio Cultural. Além disso a conferencista dispôs-se para encontro informal com a comunidade acadêmica, intercambiando ideias e autografando livros de sua autoria no pátio do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UFPI.

Em 1967, a Profa. Dra. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, escreveu a sua tese de livre docência: *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, publicada posteriormente em livro em 1969. Tal publicação foi fundamental para a incorporação da categoria gênero na produção acadêmica brasileira e um marco para as Ciências Sociais por apresentar o primeiro estudo sobre mulheres no modo de produção capitalista. A partir de então toda a sua trajetória esteve dedicada a estudar a condição das mulheres no patriarcado e, a partir de 2010, passou a enfatizar nos seus estudos a questão da violência contra as mulheres, com destaque para suas obras: *O Poder do Macho* (1987); *Mulher Brasileira é Assim* (1994); *Violência de gênero: poder e impotência* (1995) *Gênero, Patriarca-*

do e Violência (2004) analisando a violência considerando os campos simbólico, político, cultural e econômico para lidar com a complexidade da questão (Motta, 2024).

Nos dias 28 e 29 de abril de 2011 o Engendre organizou e promoveu o Curso de Capacitação sobre Violência Contra as Mulheres ministrado pela Profa. Dra. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, tratando sobre aspectos teóricos da questão de gênero e violência contra a mulher, cujo público-alvo envolveu profissionais de diversas instituições responsáveis direta e indiretamente pela garantia dos direitos das mulheres em Teresina e outros parceiros na execução do projeto.

Dentre as instituições e departamentos de Ensino que tiveram profissionais convidados para o curso de capacitação relacionam-se: UFPI (CCE, CCHL e PREX); UNIFAP; FATEPI; NOVAFAPI e Anhanguera; órgãos públicos da assistência social: SASC e SEMTCAS (CRAS Sudeste II, CREAS I, CREAS II, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres (DUPPM), Centro de Referência da Mulher, Conselho da Mulher; Centro de Referência e Assistência à Mulher (CREAM - Caxias/MA); Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Caxias/MA; Profissionais da Secretaria de Segurança Pública e Poder Judiciário: Polícia civil/ ACADEPOL; DEAM Sudeste; Defensoria Núcleo da Mulher; Ministério Público/Promotoria de Defesa da Mulher; Juizado de Combate à Violência Doméstica e Familiar; Câmara Municipal de Teresina; SESAPI (HUT – Saúde da Mulher); além de representantes da sociedade civil de Teresina: Grupo de Mães Gaivotas que Voam Longe; Casa Maria Menina; GEMDAC – Associação Gênero, Mulher, Desenvolvimento e Ação para a Cidadania.

Dando continuidade ao projeto, a equipe de extensionistas foi dividida em três comissões de trabalho: uma com poli-

ciais, outra com mulheres e outra com homens para as primeiras observações e incursões em campo. Para tanto, foram realizadas reuniões preparatórias de todas as equipes, com leitura diária da legislação e literatura especializada sobre o tema, dentre textos sobre metodologia de intervenção grupal com mulheres em casos de violência de gênero, obras teóricas sobre gênero e autoras feministas clássicas, estudadas por meio de fichamentos e discussões semanais para a compreensão crítica da realidade.

Para a divulgação do projeto foram realizados encontros de apresentação do Projeto Maria Sem Dores junto às instituições partícipes do projeto, dentre serviços da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania do Piauí. Inicialmente promoveu-se duas capacitações⁴ para a equipe do projeto com instrutores de outros *campis* do Brasil. A primeira consistiu na realização de curso básico para facilitar a compreensão do significado de conceitos, tais como gênero e patriarcado, dentre outras categorias teóricas sob a perspectiva de distintos(as) autores(as); enquanto a segunda teve como foco a discussão sobre as políticas públicas referentes aos direitos das mulheres.

No decorrer do desenvolvimento do projeto foram realizadas entrevistas em profundidades com policiais, mulheres e homens a fim de formação de material para análise, pesquisas e discussão nos grupos de reflexão. As entrevistas foram realizadas individualmente com base no método da história oral, durante as quais os entrevistados/as relatavam suas histórias de vida enquanto respondiam ao questionamento único:

4 Uma terceira capacitação, ainda havia sido planejada, no entanto não pode ser realizada, devido a priorização de outras atividades previstas que precisavam ser consolidadas no curto espaço de tempo de realização do projeto, umas das dificuldades enfrentadas pelos projetos de extensão que também envolve a problemática da descontinuidade de projetos.

“Conte-me sua história”, devendo o(a) pesquisador(a) evitar interferências durante a fala do(a) entrevistado(a).

Algumas das dificuldades para esta etapa de entrevistas foram a recusa de participação de alguns(mas) entrevistados(as) em colaborar com a pesquisa e a dificuldade daqueles que aceitavam em desenvolver o relato sem ter perguntas guias, devendo falar livremente sobre sua vida, atendendo aos objetivos do projeto conforme previamente explicado para o consentimento livre e esclarecido do(a) participante.

Outro entrave para a realização do projeto foram os equipamentos para gravação das entrevistas, quando, à época, ainda era comum o uso de *smartphones* que facilitassem a gravação, estando toda a equipe à espera da troca dos aparelhos MP4s que vieram com defeitos na primeira remessa e na segunda não foram entregues em tempo hábil, havendo a equipe utilizado aparelhos da própria coordenadora do projeto e dos(as) extensionistas.

Além disso, o período das entrevistas as quais a extensionista/autora deste artigo ficara responsável coincidiu com a greve dos policiais civis no Piauí que reivindicavam reajuste salarial, fora a incompatibilidade de horários das extensionistas da comissão de trabalho com policiais, uma vez que a maioria preferia que a entrevista fosse realizada no turno da tarde, por ter menos demandas na delegacia (DEAM), enquanto as pesquisadoras estavam disponíveis somente no turno da manhã, pois nos turnos tarde e noite dedicavam-se às aulas.

Alguns dados

Algumas das entrevistas realizadas pela autora retratam a realidade dos policiais que puderam ser analisadas a partir de duas perspectivas, uma primeira que observa as condições

materiais de trabalho, tais como a falta de recursos e reforços para lidar com as chamadas/ocorrências policiais; e uma segunda perspectiva que capta a opinião ou visão de mundo da profissional com relação à temática da violência de gênero contra a mulher.

Após a apresentação do projeto com relação aos objetivos, à participação livre e voluntária, o consentimento e a explicação da metodologia utilizada, a qual solicitava que contassem livremente sua história de vida, identificou-se nas falas que os/as policiais assim que entendiam a proposta direcionavam seus relatos ao trabalho e sua função, relatando como começaram a carreira e a identificação com a profissão, tratando-a como algo desafiante, mas que demanda “vocação”, “ter perfil” ou identificação diante dos riscos e desvalorização salarial da profissão.

Assim, tais policiais lotados nas delegacias especializadas de atendimento à mulher reclamavam em termos de condições materiais para o trabalho, seja a falta de recursos para a proteção e execução do trabalho, seja pelos problemas de gestão (alta rotatividade, exonerações constantes, etc.) confirmadas pela própria greve instaurada àquele ano de 2011. No seguinte relato, o policial relata as dificuldades de atendimento devido à falta de material adequado de proteção justificando o não atendimento de ocorrências:

As vezes a gente ouve reclamação: “Ah não me atenderam bem”, “ah a polícia não vem”, mas como é que a gente vai!? Se eu for pra mim levar ao pé da letra, mas vamos supor: Hoje é que a gente não faz mais isso, quem faz é a Polícia Militar, mas antigamente nós fazia. Diziam assim: “Oh, meu marido tá me espancando aqui”, **mas como é que eu vou? Com uma arma, com uma munição... sei lá, ele puxar uma arma pra mim e disparar, como é que eu vou, se a viatura não tem cela, quer dizer a gente arrisca a vida e ainda é mal visto. Se não tem colete,**

munição, viatura adequada, não é pra gente ir não. Porque que a gente não vai? A lei mesmo diz, a gente faz o que é pra fazer, se tiver material de trabalho, se não tiver, como é que a gente vai fazer? (Policial Civil, sexo masculino, DEAM Norte).

Na mesma entrevista, o policial critica também interferências via relação de poder que atrapalham o trabalho e as investigações, no caso específico relatado de violência doméstica contra a mulher não foi realizada a prisão do agressor por conta de sua patente, algo que ainda ocorre na atualidade, não obstante os avanços e o rigor da Lei Maria da Penha, é provável que ainda seja recorrente arquivamentos de processos e lavratura irregular de autos de prisão diante do corporativismo e outras relações de poder.

Chegou um caso aqui, agora mesmo na polícia militar: Veio uma senhora pra cá dar queixa aqui, ela disse que o companheiro que agrediu ela tava na casa dela e o Ronda Cidadão tava com ela. Vá lá com o Ronda Cidadão, o Ronda Cidadão pega ele e leva pra Central de Flagrantes. Eles foram. Quando, lá se vem novamente, porquê que não foram? Porque o “caba” é superior a eles, **ele é Capitão. Como é que eles vão prender um superior?** Aí fica ruim. Qual é o argumento? Qual é a justiça que tem? Porque se a gente fizer, a gente é punido, e aí!? Infelizmente é a realidade da Polícia Civil! Eu tenho isso aí, se é pra fazer o serviço, que a gente faça, **mas lá mais na frente a gente é perseguido, é... isso é perseguição, é desse jeito.** (Policial Civil, sexo masculino, DEAM).

Ao contrário deste policial que expôs as irregularidades e consegue realizar autocrítica sobre o trabalho da polícia, uma outra entrevistada surpreendentemente mulher, reproduziu falas com tendências machistas, que possivelmente estejam relacionadas à sua identificação religiosa enfatizada em várias passagens de sua fala, como uma mulher “evangélica” e defen-

sora do papel de uma mulher resignada que espera à solução de Deus:

Infelizmente, aqui, no Brasil, infelizmente é assim, a gente como policial, é muito triste o trabalho, porque a gente prende e o juiz solta. O nosso trabalho é prender e o juiz vai e solta, quem realmente exige isso é o advogado de defesa e o advogado de acusação, né, então eles são presos, pagam fiança e são soltos. Com 24 horas acontece casos de pessoas perfuradas aqui, aí paga fiança de 400, 500 reais de acordo com a dívida que o delegado arbitrar, eles são soltos. Então, isso é muito triste pra vítima né [...]. Mas muita mulher também provoca, nem toda mulher que chegou aqui furada ou agredida, não foi o homem, foi ela também que começaram a agressão. Existe também vários casos, isso é muito relativo na polícia, porque às vezes a gente pensa: Eita, que esse homem é ruim. Mas também às vezes a mulher é ruim. Ela provoca apanhar, tem mulher que pede pra apanhar. Tem mulher que tá bem aqui, tá pedindo um tapa, porque ela vê o homem: Olha eu tô cansado, deixa eu tomar um banho, depois a gente conversa; ela vai atrás, vai até ao banheiro, né?! Num tem mulheres assim? É porque vocês são muito novas, mas, mas vocês vão entender um dia. (*referindo-se às extensionistas*) Já tem outras não, que a pessoa, o marido apronta, o namorado, e elas tem com paciência de esperar que um dia vai resolver, espera Jesus que ele também resolve, que ele é quem resolve tudo. Aqui nós só estamos, como diz, emprestados, né?! Porque tudo é Dele. (Policial civil, sexo feminino, DEAM).

A reprodução da culpabilização da mulher pela violência na fala da entrevistada por meio de um discurso de caráter criminoso e misógino é revelador da gravidade do problema, quando profissionais que deveriam garantir a proteção às mulheres e o acolhimento no atendimento estão despreparados, sujeitando as mulheres à violência institucional, difundida, neste caso, pelo avanço do conservadorismo religioso que reforça papéis de gênero e relações de poder, autorizan-

do a propagação de preconceitos. Além das escusas de cunho moral/religioso também o alcoolismo e transtornos mentais muitas vezes são utilizados como subterfúgio para tentar justificar a violência, sem, no entanto, explicá-la, pois conforme Saffioti (2004, p.82-83):

o mecanismo da patologização ignora as hierarquias e as contradições sociais funcionando de forma semelhante à culpabilização dos pobres pelo espantoso nível de violência de diversos tipos. Imputar aos pobres uma cultura violenta significa pré-conceito e não conceito (SAFFIOTI, 2004, p.82-83).

Muitos aprimoramentos na Lei Maria da Penha ainda estão sendo realizados para garantir os direitos das mulheres. O projeto de Lei nº 1822 de 2019, encaminhado para sanção presidencial, é um dos exemplos de propostas que contribuem para evitar a revitimização da mulher agredida, uma vez que estabelece o sigilo dos nomes de mulheres vítimas de crimes de violência doméstica e familiar, de modo a evitar o constrangimento da exposição da mulher, preservar a intimidade e imagem da vítima, sobretudo durante inquéritos policiais e julgamentos em que a publicização do nome da mulher pode desencadear a reprodução de estigmas, violência institucional e vitimização secundária da mulher (Câmara dos Deputados, 2024).

No curso das alterações e aperfeiçoamentos da Lei Maria da Penha, da criação de outras leis, tal como a Lei do Feminicídio (Lei Nº 13.104/2015)⁵, dentre outras políticas públicas, conforma-se um esforço na direção da garantia dos direitos da mulher. Diante de tantos desafios de uma realidade configurada pela crescente ocorrência de crimes contra as mulhe-

5 A Lei nº 13.104/2015 considera o feminicídio um homicídio qualificado por razões da condição de sexo feminino quando o crime envolve a violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher. A lei coloca o feminicídio na lista de crimes hediondos aumentando a pena. (BRASIL, 2015).

res, evidencia-se a relevância de grupos de pesquisa e iniciativas de extensão sobre a temática, tais como as experiências do curso de Serviço Social no âmbito do Engendro relatadas neste artigo.

Conclusão

A violência de gênero contra mulheres sob o patriarcado expressa uma complexa questão social que ultrapassa os dados estatísticos, reunindo diversos tipos de violência doméstica contra as mulheres, além de traços culturais machistas reiterados no cotidiano, em espaços domésticos e institucionais. Reproduzidos desde as formas mais explícitas, por meio da misoginia e violência letal até as atitudes sutis, expressas por meio de desigualdades econômicas entre homens e mulheres e padrões de comportamento, o machismo reforça hierarquias crescentemente naturalizadas no capitalismo.

O projeto desenvolvido em 2011 pelo Engendro teve um caráter inovador, por se tratar das mudanças no tratamento da violência contra a mulher, que apesar de tardias considerando a urgência do enfrentamento, eram consideradas recentes à época do projeto no tratamento da questão da violência doméstica. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) sancionada pelo presidente Lula, em 2006, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, determinou a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, alterou o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

Não obstante seus avanços, a garantia dos direitos das mulheres até a atualidade é desafiante para a rede de políticas públicas e desconhecida em seu conteúdo pela sociedade. Denominar como feminicídio o assassinato de mulheres baseado pela desigualdade de gênero constituir um avanço para coibir

os casos. Desde 2015 no Brasil, tais assassinatos são considerados crimes hediondos, e mesmo assim tal enquadramento não é suficiente, pois em diversas situações os crimes são descharacterizados como feminicídio e os agressores passam a ter penas atenuadas.

Portanto, além de reforçar os dispositivos jurídicos, é eficaz investir em ações de prevenção, por meio de iniciativas, tais como o projeto Engendrando Cidadania no Enfrentamento da Violência de Gênero contra a Mulher, um projeto grandioso, mas que por dificuldades de recursos, durou pouco tempo. Anseia-se para que nova equipe seja formada e que o curso de Serviço Social possa dar continuidade a esta ação extensionista mais que necessária.

Janaína Bezerra da Silva, presente!

Referências

ARYMATEIA, Pedro. **Assassinato de Janaína Bezerra completa um ano e mãe lamenta**: “Vivo essa dor todos os dias”. Meionorte.com [Portal Midiático]. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p9f8f6s>. Acesso em: 28 jan.2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 1.973**, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/3up7bufd>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n6ypryu> Acesso em: 13 fev.2024.

BRASIL. **Lei N° 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: <https://tinyurl.com/4wvzmn8c>. Acesso em: 07 mai.2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Agência Câmara de Notícias**. Comissão aprova projeto que estabelece sigilo em nome de vítima de violência doméstica: Texto segue para sanção presidencial. Publicado em 11/12/2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4j9z6r9u>. Acesso em: 07 mai.2024.

CIDADES EM FOCO. Grupo pede acolhimento, punição e mapeamento de pontos inseguros na UFPI. Cidades em Foco. [Portal Midiático]. Disponível em: <https://tinyurl.com/2phaextb>. Acesso em: 13 jan.2024.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em: <https://tinyurl.com/5ym3pdv3>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ENGENDRE UFPI. **Sobre o Núcleo**. Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento da UFPI. Disponível em: <https://encurtador.com.br/w4vgk>. Acesso em: 13 jan.2024.

MOTTA, Daniele. **Heleieth Saffioti (1934 – 2010)**. Enciclopédia. Mulheres na Filosofia. Disponível em: <https://tinyurl.com/23jux36h> Acesso em: 11 fev.2024.

NEVES, Mary et al. **Comunidade Ampliada de Pesquisa**: trabalhadores/as de escolas públicas compartilham saberes na busca da promoção da saúde nos locais de trabalho. 2006. Revista Eletrônica Extensão Cidadã, 2. Disponível em: <https://encurtador.com.br/V71ue>. Acesso em: 11 fev.2024.

PIRES, Francineide Pereira. **UFPI frente à questão da Violência contra a Mulher Pró- Reitoria de Extensão.** Coordenação de Programas e Projetos de Extensão. Formulário Modelo Para Projetos de Extensão. Teresina: UFPI, ago.1992.

PIRES, Francineide Pereira. **Engendrando Cidadania no Enfrentamento da Violência de Gênero contra a Mulher.** Projeto apresentado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República com vista à obtenção de apoio financeiro a ações de promoção de políticas públicas para as mulheres. Teresina: UFPI, 2009.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **A cada 24 horas ao menos oito mulheres foram vítimas de violência em 2023.** Disponível em: <https://tinyurl.com/bdh3v-jwn>. Acesso em: 07 mai.2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, M., OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

UFPI. Minuta apresentada ao CONSUN/UFPI. Aprova a Política Institucional de Enfrentamento das Violências de Gênero da Universidade Federal do Piauí. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/48nxjwm5>. Acesso em: 07 mai.2024.

Ação extensionista emergencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social em Teresina em tempos da COVID-19

Iolanda Carvalho Fontenele

Cristianne Kelly da Silva

Érica Lidiane de Sousa Santos

Marisa Dias Pinheiro Moura

Mônica Presley Ferraz

Introdução

A pandemia causada pela COVID-19 (doença do coronavírus) trouxe uma série de implicações não somente no âmbito da saúde pública, mas também trouxe grandes impactos econômicos, políticos e sociais. Essa crise atingiu a população em geral e de modo especial as pessoas idosas, considerando o fato de que figuraram como grupo de risco, tendo em vista as complicações da COVID-19. Além da doença em si, o problema do isolamento físico, enquanto medida de contenção da pandemia, que acabou por provocar ou intensificar a solidão, a ansiedade, a depressão, o isolamento e a tristeza, além de outras consequências decorrentes da situação de vul-

nerabilidade social, vivida por muitas famílias e indivíduos e agravadas neste período.

Nesse contexto, muitos desafios foram postos. A pobreza e as desigualdades ganharam expressividade, se acirraram mais ainda, sendo fundamental a contribuição das Universidades, através da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, o Projeto de Extensão PTIA¹ na Comunidade, pretendeu contribuir neste contexto pandêmico por meio das Ações Extensionistas Emergenciais voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de Assistência Social em Teresina-PI, tendo em vista o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Estas Ações estiveram fundamentadas na Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil, 2011), na Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 (Brasil, 2005), no Estatuto das pessoas idosas (Brasil, 2003), bem como nas contribuições de Fontenele (2020) e Freire (1996).

O Projeto de Extensão PTIA na Comunidade teve vigência no período de abril/2020 a maio/2022 e fez parte do Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas (PTIA/UFPI), ambos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC/UFPI) e vinculados ao Departamento de Serviço Social/UFPI. Considerando a COVID-19 e a medida de isolamento físico, suas atividades tiveram que ser repensadas e, em função dessa exigência, surgiram duas Ações Extensionistas Emergenciais (Telefonema Acolhedor e Convivências).

O presente artigo centra-se na Ação Telefonema Acolhedor, realizada em parceria com os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)/SEMCASPI (Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas)²/PMT

1 Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas – PTIA/UFPI

2 A SEMCASPI coordena a política municipal de Assistência Social em Teresina-PI.

(Prefeitura Municipal de Teresina). A Ação teve caráter interinstitucional e interdisciplinar cuja finalidade era, por um lado, promover o acolhimento, a sociabilidade/convivência e a mediação de acesso a serviços junto às pessoas idosas atendidas pelos CRAS e, por outro, colaborar no processo de formação profissional de discentes/graduadas da UFPI e outras Instituições de Ensino Superior (IES). A Ação Extensionista envolveu docentes, discentes e técnicos dos CRAS Norte III e V e Leste I em Teresina-PI

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir os desafios postos no acesso aos direitos à Assistência Social no contexto pandêmico da COVID-19 e apresentar um relato das experiências da Ação Extensionista, com destaque para a metodologia, os resultados e dificuldades.

A extensão universitária e o direito à assistência social em tempos de pandemia da COVID-19

Inicialmente, faz-se necessário uma breve reflexão sobre a Assistência Social, a crise do capitalismo mundial e as contrarreformas nas políticas públicas brasileiras, especialmente a Seguridade e a Assistência Social. A crise do capital que se quer destacar aqui é a que se instala em meados dos anos 1970 e que se expressa no declínio do Estado Social que teve sua origem e apogeu nos países ricos de capitalismo central, após a segunda guerra mundial.

Netto (1993) fala de uma crise global, que contempla a crise do capital e do socialismo e é nesse cenário onde a ofensiva neoliberal ganha projeção, associada a processos de reestruturação produtiva a partir dos anos 1980. Desde então convive-se com o avanço das políticas públicas de cunho privatizante, com corte de recursos, desmonte de serviços e direitos, contrarreformas que apontam para uma relativa desresponsabi-

lização do Estado pela proteção social, devendo a mesma ser transferida para o mercado, para a sociedade, as famílias e os indivíduos (Draibe, 1993). Essas tendências ganham força no período 2007-2008, também de grande crise, crises essas que passam a ser frequentes (Alves, 2000; Salvador, 2010; Silva, 2020), contexto (2007-2008) esse que é “caracterizado como um momento de reconfiguração do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo” no cenário internacional, a partir da configuração de uma ofensiva gigantesca de retirada de direitos (Gouvêa, 2020, p. 24).

No Brasil, essas contrarreformas avançam de forma significativa, de modo especial nos direitos da seguridade social, definida pela Constituição de 1988, que aponta para um sistema público de proteção social, e desde então, com a promulgação da Carta Magna, especialmente a partir dos anos 1990, essas conquistas sofrem retrocessos nesses 35 anos, dentro das especificidades de cada política pública, cada conjuntura e os respectivos governos. Destacam-se as medidas que tratam do corte e/ou contingenciamento de recursos, as legislações que alteram os direitos previdenciários (Brasil, 2023) e trabalhistas (Gouvêa, 2020), os problemas nas políticas de saúde e assistência que sofrem com o subfinanciamento e as tendências privatizantes, dentre outros (Paim, 2018; Silva, 2020).

A Assistência Social definida em 1988 no Brasil como política pública, de responsabilidade estatal, nessas três últimas décadas encontrou dificuldades para se estruturar como tal. A PNAS-2004 apresenta “avanços no âmbito jurídico normativo e na constituição de uma nova institucionalidade a partir da implementação do SUAS, com inovações nos campos da gestão, da execução e do controle social” (Carneiro, *et al*, 2019, p. 34). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desde então (período 2005-2016) avançava num processo de “aperfeiçoamento institucional e político, de expansão quali-

ficada e integrada dos serviços socioassistenciais” (Carneiro, *et al*, 2019, p. 40) e das unidades de atendimento. A partir de 2016, o SUAS encontrava-se “em estágio de desconstrução, correndo o risco de interrupção, o que pode ser evidenciado no engessamento de sua agenda, no congelamento de recursos e no avanço de programas pontuais” (Carneiro, *et al*, 2019, p. 42). Ou seja, um conjunto de contrarreformas onde a “proteção social como direito não assume centralidade” (Carneiro, *et al*, 2019, p. 42).

De fato, é inegável que no pós-2016 com os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro verifica-se um aprofundamento do desmonte de direitos, mas não se pode esquecer que as políticas de seguridade social já vinham sendo alvo de contrarreformas desde os anos 1990 no Brasil. A Assistência Social, por exemplo, como já afirmado acima, apesar dos indiscutíveis avanços mais especificamente com a LOAS em 1993 e depois com a PNAS em 2004, o SUAS em 2005, ela apresenta tendências privatizantes na oferta de serviços, com predominância das organizações da sociedade em áreas dos serviços socioassistenciais. Além disso, a questão da família na PNAS, que aponta para concepções familistas, onde o foco da atenção é responsabilizar famílias e indivíduos pela proteção social (Teixeira, 2009), sem deixar de falar da precarização dos serviços na área da assistência social, como consequência do fato, entre outros, de que o volume de alocação de recursos para o superávit primário, para as dívidas públicas tem sido bem maior, “se comparado com os investimentos realizados no campo da seguridade social, especificamente nas áreas da Saúde e Assistência Social” (Castilho, *et al*, 2017, p.457), apesar de que os investimentos na Assistência Social mais que duplicaram no Brasil, especialmente no período 2006-2016, quando o orçamento da União saiu de um pata-

mar de gastos de 1,8% em 2006 para 3,3% em 2018 do total dos recursos federais (Passos, *et al*, 2019).

Portanto, a Assistência Social avançou como política, no entanto, continua figurando no contexto das políticas públicas como política marginal, a exemplo da questão orçamentária considerando inclusive que historicamente ela fica com a menor parcela do orçamento da Seguridade Social. No período 2006-2018 variou entre 7% e 10%, fechando com 9% em 2018, seguida da saúde (12%) e a previdência com 69% (Passos, *et al*, 2019). Depois, o fato de que não existe definição de patamares mínimos de gastos para as esferas de governo ficando a questão orçamentária, principalmente no campo dos serviços, à mercê de interesses do jogo político e das agendas dos governos, o que resulta na possibilidade de cortes de gastos, nas irregularidades dos repasses, além das diferenças de investimentos entre as transferências de renda e os serviços socioassistenciais³, o que explica a precarização dos mesmos e os déficits na oferta das unidades de atendimento, apesar da expansão entre 2005-2016.

Foi nesse contexto de retrocessos e aprofundamento da precarização do SUAS que a COVID-19 surgiu no final de 2019 e início de 2020, quando o mundo foi surpreendido com uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV- 2, uma síndrome respiratória grave que instaurou uma crise por todo o globo. Em janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declara situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (OPAS,2020). Em três de fevereiro de

3 Os benefícios de transferência de renda atingiram um percentual bastante elevado no cômputo geral das despesas do governo federal nesse período, quando o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ficou numa média de 55% do orçamento e o Programa Bolsa Família (PBF) foi de 36%. Por outro lado, os investimentos nos serviços socioassistenciais estiveram num patamar de gastos no período entre 2006 a 2016 que corresponderam a uma média de 6,5% do orçamento total da Assistência Social (Paiva, *et al*, 2016).

2020, o Ministério da Saúde brasileiro publicou a portaria nº 188, na qual declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Brasil, 2020b). A deflagração da COVID-19 no mundo e no Brasil causou grandes impactos e seus efeitos atingiu principalmente a população mais vulnerável, revelando a fragilidade do Sistema Público de Proteção Social Brasileiro, que mesmo assim se mostrou fundamental para o enfrentamento da pandemia, bem como as vulnerabilidades e os riscos a que estão submetidos os segmentos em situação de pobreza, de modo particular.

Diante desse quadro o governo federal, através do decreto nº 10.282, de 20 (vinte) de março de 2020, que regulamentou a lei nº 13.979, de 6 (seis) de fevereiro de 2020, definiu os serviços públicos e as atividades essenciais para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 no Brasil. A Assistência Social figurou entre os serviços públicos, enquanto atividades essenciais no tocante ao atendimento à população em estado de vulnerabilidade social (Brasil, 2020a). O então Ministério da Cidadania, através da Nota Técnica nº 7/2020, da Portaria nº 54, de 01/04/2020, fez recomendações gerais para o funcionamento do SUAS no contexto pandêmico tendo em vista o redimensionamento das atividades presenciais, com a adesão a “novas estratégias de atendimento e acompanhamento por meio remoto ou com agendamento, bem como suspensão temporária de [...] atividades coletivas” (Rêgo, *et al*, 2020, p. 192).

Por outro lado, tendo em vista a suspensão do calendário universitário/2020, da Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2020), em abril de 2020, por tempo indeterminado, em função da pandemia da COVID-19 e a medida de isolamento físico, naquele momento o Departamento de Serviço Social (DSS/UFPI) entendeu a necessidade premente de contribuir

para o enfrentamento da COVID-19 e dentre essas atividades destacou-se a importância da extensão universitária e é nesse contexto que o Projeto PTIA na Comunidade entra em ação com apresentação/discussão de proposta e formalização da parceria com a SEMCASPI. A extensão universitária entendida como indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, como troca, como diálogo entre a Universidade e no caso aqui as políticas públicas, de modo a fortalecer essas políticas, de responsabilidade do Estado, e contribuir na garantia de direitos aos usuários (FORPROEX, 2012), na promoção e defesa dos valores democráticos, da equidade e da justiça (UFPI, 2014), num momento de grande crise e de extrema dificuldade como foi a pandemia da COVID-19.

Nesse contexto pandêmico, os processos de relativa desresponsabilização do Estado (Vianna, 2002), o baixo investimento e o acirramento do desmonte das políticas de seguridade social e seus serviços, de certa forma são postos à prova durante a crise causada pela COVID-19, no sentido de que era indiscutível naquele momento a importância do Estado na garantia de proteção social, de crescimento econômico, na produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Segundo Guarany, no contexto da pandemia da COVID-19, “a grande maioria dos governos de países centrais e periféricos, entre eles o Brasil [...], (uns mais que outros)”, foi obrigada a deixar de lado o discurso do mercado como instância essencial no provimento de bens e serviços e teve que recorrer ao Estado para assegurar o direito à vida e a proteção social. Ou seja, “a segurança caiu por terra e levou junto a crença de que o esforço individual seria suficiente para garantir um futuro melhor [...]” (Guarany, 2020, p.29). Contudo, no caso do Brasil o período pandêmico foi marcado pelo negacionismo do governo federal em relação à gravidade da COVID-19, bem como à eficácia das vacinas, do isolamento físico, pelas

resistências e demora no sentido de assegurar recursos e as condições públicas no enfrentamento da pandemia, tendo resultado num grande número de mortes no país, gerando maior insegurança, medo e sofrimento.

No caso da Assistência Social os benefícios assistenciais de transferência monetária, a exemplo do auxílio emergencial, bem como o BPC e o PBF/Auxílio Brasil, foram muito importantes quando contribuíram para amenizar e evitar uma maior agudização da pobreza no período pandêmico, bem como a melhoria no desempenho da economia, no entanto, sem desconsiderar sua importância, essas transferências de renda, por outro lado, representam mecanismos de amenização e controle da pobreza e das desigualdades (Boschetti; Behring, 2021). No caso dos serviços do SUAS apesar de que receberam aportes financeiros extraordinários, os mesmos “não foram suficientes para lidar com o aumento da demanda e com a necessidade do estabelecimento de novas rotinas de atendimento”, o que resultou na exigência de investimentos mais robustos em infraestrutura (IPEA, 2022, p. 87), o que não ocorreu, como é o caso dos atendimentos na modalidade remota, voltados para grupos, que tiveram atendimento e acompanhamento em quantidade e qualidade menor em todo o Brasil. Em 2020-2021 os serviços de convivência tiveram uma queda de 40% em relação a 2019; depois, esses recursos serviram para cobrir despesas ordinárias em decorrência das perdas orçamentárias acumuladas (IPEA, 2021).

Segundo Rêgo (*et al*, 2020), no caso de Teresina-PI, “diante da complexidade das vulnerabilidades vivenciadas pelos usuários e do agravamento das mesmas ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus”, a SEMCASPI vivenciou uma sobrecarga de demandas da Assistência Social que já estava fragilizada como consequência dos cortes no orçamento e da descontinuidade nos repasses dos recursos o que vinha

ocasionando fragilidades na oferta dos serviços e benefícios no âmbito do SUAS na capital piauiense. Dentre essas fragilidades destacam-se: “equipes de referência incompletas, rotatividade de orientadores e facilitadores, falta de manutenção nas unidades, falta de transporte, não substituição de profissionais afastados [...], entre outros” (Rêgo, *et al*, 2020, p.189). Diante disso, a precariedade dos investimentos nos atendimentos na modalidade remota no período pandêmico foi bastante perceptível na experiência do Telefonema Acolhedor em Teresina, considerando a ausência ou baixa disponibilidade de pessoas e/ou de recursos tecnológicos. Ou seja, o cenário da política nacional associado a questões locais vai interferir negativamente nas unidades subnacionais da federação, principalmente nos municípios do nordeste, num grau maior ou menor (Arretche, 2012), a exemplo de Teresina.

Se a Assistência Social historicamente foi e é extremamente desafiada, tendo em vista a extensão e a profundidade da problemática da pobreza, das desigualdades, da violação de direitos no Brasil, mais ainda no contexto de uma pandemia que provocou ampliação da pobreza, das taxas de miséria no país (Nassif-Pires; Cardoso; Oliveira, 2021) e da violência (Nogueira, *et al*, 2023). Segundo Pires, os segmentos sociais vulnerabilizados tinham menores condições de se beneficiarem dos variados impactos que as medidas de enfrentamento à crise (ou sua lacuna) puderam provocar, no sentido da atenção à saúde. Pelo contrário, os efeitos dessas medidas podiam ser e foram adversos para esses segmentos, tendo em vista as condições precárias de renda, trabalho, habitação, alimentação. Portanto, os grupos vulnerabilizados enfrentaram “os maiores riscos (sanitários, econômicos e sociais) diante da pandemia” (Pires, 2020, p. 10). Dentre os grupos vulnerabilizados destaca-se as pessoas idosas.

Nesse sentido, analisando, de um lado, o quadro de pobreza e desigualdades e as perspectivas de maior expressividade e aumento exponencial dessas expressões da questão social no contexto pandêmico, como é o caso do aumento da pobreza extrema e as questões da solidão, do isolamento, da violência a que estão submetidas as pessoas idosas; e, de outro, o que se tem como conquista na área das Políticas Sociais e da Assistência Social, tendo em vista os direitos das pessoas idosas (Brasil, 2003). Desse modo, a Extensão Universitária, em articulação com a Assistência Social do Município de Teresina, buscou alternativas de proteção social e da defesa dos direitos, dentre outras, através da Ação do Telefonema Acolhedor, uma medida excepcional, mas extremamente necessária nesse contexto, para fins de garantia de acesso a serviços e benefícios, e divulgação de informações.

A ênfase, então, foi na questão da defesa da vida, dos direitos, da proteção social, de responsabilidade do Estado, especificamente no direito à Assistência Social, prevista na Constituição Federal de 1988, como tripé da Seguridade Social. Assistência Social que deve ser “prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva de proteção integral e acesso universal dos direitos sociais (Brasil, 2023). Sabe-se que essas questões das políticas públicas, das lutas pela garantia de direitos são atravessadas pelas contradições da sociedade capitalista, que remetem para seus limites e possibilidades. No entanto, se é fundamental entender essas contradições, também se faz necessário enfatizar aqui que é importante não só as lutas pontuais pela defesa e ampliação de direitos, mas inclusive pela garantia e o fortalecimento do acesso e permanência do público e a melhoria dos serviços já disponibilizados.

Em relação ao público-alvo desta Ação, ressalta-se que os idosos participantes eram vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), referenciados aos CRAS Norte III e V, Leste I, todos residentes em Teresina. Ao todo foram 53 (cinquenta e três) usuários (além de suas famílias), sendo 21 (vinte e um) referenciados ao CRAS Norte III, 20 (vinte) ligados ao CRAS Norte V e os demais 12 (doze) pertencentes ao CRAS Leste I. São pessoas idosas com idades entre 60 e 90 anos em situação de vulnerabilidade social, sendo que, 33 (trinta e três) idosos têm idades entre 60 e 69 anos (63,0%), 13 (treze) na faixa etária de 70 a 79 anos (25,0%) e por fim, 4 pessoas idosas entre 80 e 90 anos (8,0%).

De acordo com a PNAS- 2004, os CRAS constituem porta de entrada da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo “[...] uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano [...]” (PNAS, 2005, p.35). São responsáveis pela execução de três Serviços: Serviço de Atendimento e Proteção Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiências (Brasil, 2014).

A Ação Extensionista esteve alicerçada nos seguintes eixos: acolhimento, acesso a serviços e sociabilidade/convivência. O acolhimento perpassou todas as intervenções, sendo um princípio que norteou todo o trabalho, e que compreendia desde abordagens alegres, calorosas, gentis e sinceras até o direito da pessoa idosa de ter suas demandas ouvidas, respeitadas e processadas (Fontenele, 2020). Depois, além do acolhimento, informações sobre os cuidados com a saúde, a defesa da vida. Nesse sentido, os contatos tiveram ainda como centralidade as orientações acerca da atenção e dos cuidados com a saúde no contexto da pandemia, principalmente na questão das

medidas preventivas, a manutenção dos contatos familiares e sociais, respeitando a importância do isolamento físico, as orientações sobre as vacinas, a testagem e o atendimento no caso da positividade para o COVID-19 e acesso aos mais diversos serviços das políticas em geral (Fontenele, 2020).

O terceiro eixo (sociabilidade/convivência) foi desenvolvido a partir do próprio formato do SCFV para pessoas idosas que é descrito como uma ação continuada, cujo foco deve ser o desenvolvimento de atividades que contribuam para a autonomia e as sociabilidades, “no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social” (Brasil, 2014, p.18). Nesse sentido, as sociabilidades foram construídas a partir das trocas intergeracionais entre jovens, adultos/as e pessoas idosas e as mesmas constituíram um diferencial no Telefonema Acolhedor.

As gerações são construções históricas e sociais e as relações entre elas são dinâmicas, processuais e carregadas de contradições (Nogueira, *et al*, 2023) da própria sociedade e da sua cultura. As relações intergeracionais exigem algo que vai além da convivência ou do estar junto, elas implicam em reciprocidades, em encontros. Nesse sentido, a intergeracionalidade é extremamente importante para a transmissão da cultura, para o estabelecimento das trocas, dos diálogos, a vivência de um aprendizado contínuo, o sentimento de pertença, o cuidado mútuo, o combate ao isolamento, ao preconceito. Por outro lado, a intergeracionalidade pode ser palco de conflitos e de violências, sendo permeada de cooperação e de conflitos simultaneamente (Nogueira, *et al*, 2023) e no caso das pessoas idosas essas experiências de violências, de segregação tanto na família, como na sociedade são muito comuns e fazem parte do cotidiano das mesmas. Sendo assim, a sociabilidade intergeracional foi de extrema relevância na Ação Extensionista, esteve pautada na ética, na estética, na

alegria e na esperança, trouxe para jovens, adultos e para pessoas idosas trocas de experiências e vivências, de dúvidas, de conhecimentos, de habilidades, de afetos, o que proporcionou interação baseada no respeito, na tolerância e na valorização das pessoas e de modo especial das pessoas idosas. Por outro lado, esse eixo da socialização tinha em vista a questão da valorização dos sujeitos políticos (individuais e coletivos), a importância da leitura do mundo (Freire, 1989) e da dimensão política da vida social (Freire, 2021) e dos direitos. Por isso a abordagem socioeducativa na Ação Extensionista contemplou diálogos e discussões, durante os acompanhamentos, sobre cenário político no país e no contexto local, sobre a importância de se defender e lutar por direitos nos mais diversos espaços da vida pública e privada, bem como a necessidade de desconstrução da cultura clientelista e o repúdio ao autoritarismo.

A proposta foi desenvolvida a partir do acompanhamento (Brasil, 2012) das pessoas idosas, em função da situação de grande vulnerabilidade, as condições de pobreza, o isolamento, a solidão, os riscos de violência, que foram acentuadas no contexto pandêmico. Em função disso, os referidos usuários precisavam de uma atenção diferenciada, uma maior proximidade do serviço junto aos mesmos, uma vez que era necessário acompanhar e monitorar suas condições de vida, de saúde, bem como prestar apoio humanitário e promover o acolhimento, a sociabilidade e o acesso a direitos.

O acompanhamento das pessoas idosas foi realizado numa perspectiva socioeducativa (Miotto, 2004), através de contatos semanais, mediados pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), conversas em forma de áudio, mensagem de texto, chamadas de voz e de vídeo no *WhatsApp* ou pelo *Google Meet*, ou mesmo através de ligações telefônicas. A perspectiva socioeducativa está relacionada àquelas ativi-

dades que, através da escuta, do diálogo, da informação, da reflexão ou mesmo das vivências visam promover trocas e provocar mudanças nas vidas das pessoas e dos grupos (Miotto, 2004). Essa perspectiva esteve fundamentada também nas contribuições de Freire (1996, p. 29) que afirma sobre a necessária relação entre a atividade educativa, a alegria e a “esperança de que [...] juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir [...]” e mudar as realidades.

Os trabalhos foram realizados semanalmente nos dias e horários em que as pessoas idosas e discentes apresentavam disponibilidade, no decorrer dos horários comerciais. Durante os contatos foi utilizado um instrumental em que eram identificados os idosos, de qual CRAS faziam parte, o responsável pelo acompanhamento, o relato dos diálogos, as demandas identificadas e os encaminhamentos propostos e realizados.

Os acompanhamentos feitos através das TIC's tinham como objetivos o acolhimento, a construção de vínculos entre discentes/graduadas/os e as pessoas idosas, a escuta e a identificação de suas demandas e necessidades e a partir daí o fornecimento de orientações, de informações. Os contatos eram registrados no instrumento de acompanhamento, que era repassado para as Docentes e os Técnicos dos CRAS, depois as demandas eram discutidas por toda a equipe da Ação e posteriormente eram feitos os encaminhamentos para a rede de serviços através dos CRAS/Ação Extensionista. Nesse sentido, todo o trabalho esteve pautado no diálogo, na escuta, na informação, no respeito, nas trocas intergeracionais, na identificação de demandas/necessidades e mediação no acesso a serviços e benefícios e no trabalho interdisciplinar.

A equipe da Ação Extensionista foi composta de docentes do DSS/UFPI, 4 (quatro) assistentes sociais, 2 (duas) psicólo-

gas dos CRAS. A Ação contou com discentes de Serviço Social, Psicologia, um profissional da área do Direito, com acadêmicos/as da pós-graduação e 1(um) aluno do ensino médio. Os/as discentes extensionistas foram ao todo 40 (quarenta), durante os dois anos de trabalho.

Sobre os resultados, considerando as possíveis contribuições do Telefonema Acolhedor, destaca-se a construção de vínculos de confiança entre as pessoas idosas/discentes/graduadas/profissionais. Os/as idosos/as demonstraram interesse nas ligações, estabeleceram diálogo, se abriram para apresentar suas demandas, falar de suas necessidades, para contar sobre fatos e trajetórias de suas vidas, chegando a afirmar que gostavam muito de receber as ligações e de conversar, pois se sentiam acolhidos. As pessoas idosas sentiam-se ouvidas, atendidas e valorizadas, em meio a um período em que o ser humano enfrentou diversos tipos de sofrimento devido a pandemia da COVID-19, como a incerteza quanto ao futuro, o distanciamento físico, a suspensão de suas rotinas e a necessidade de reinventá-las.

Pode-se destacar também a contribuição no tocante à inclusão digital das pessoas idosas. Com o crescente avanço das TIC's, a população idosa carrega o estigma de obsoleta e de supostamente ser incapaz de aprender e de conquistar novos saberes e habilidades. No entanto, deve-se levar em consideração que o uso dos recursos tecnológicos não só é possível, mas trata-se de uma questão de cidadania - sua inclusão digital (Goldman, 2007).

Depois as pessoas idosas que participaram do Telefonema Acolhedor tiveram acesso a serviços e benefícios assistenciais e das políticas públicas de um modo geral, como por exemplo os benefícios eventuais, encaminhamentos para atendimento na rede socioassistencial em relação à suspeita de violência

doméstica, inscrições e orientações sobre o CADÚNICO, Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família/Auxílio Brasil, Auxílio Emergencial, passe livre, inscrição na tarifa social de energia e de água, repasse de informações no que diz respeito ao acesso a medicamentos e marcação de consultas, teste da COVID-19, tratamento odontológico, nutricional e atendimento psicológico no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como as Vacinas contra a COVID-19, informações sobre acesso à hidroginástica, benefícios previdenciários, questão de IPTU e registro/escritura de imóveis, acesso à rede escolar/Conselho Tutelar. Outrossim, a contribuição para as/os discentes que desenvolveram a Ação Extensionista se deu mediante a prática da escuta, do acompanhamento, o conhecimento sobre a rede de serviços e o aprofundamento teórico sobre questões concernentes às políticas públicas.

No tocante às dificuldades e desafios, destaca-se o fato de que os CRAS encaminharam em torno de 100 (cem) pessoas idosas, no entanto, dessas 100 somente 53 (cinquenta e três) foram acompanhadas pela Ação Extensionista, as outras 47 (quarenta e sete) ficaram fora por motivos de viagens, mas principalmente pela falta de acesso à internet, a indisponibilidade de equipamentos como smartphones, ou mesmo em função das dificuldades de manejo das tecnologias. A exclusão digital desse público certamente constitui expressão das desigualdades sociais e econômicas no Brasil e foi nesse ponto onde os desafios estiveram mais presentes durante a execução da Ação, pela falta de recursos tecnológicos que não foram garantidos não só para as pessoas idosas, bem como para discentes, deixando muitos deles/as (pessoas idosas e discentes) sem condições de participarem da Ação Extensionista.

Ainda no campo das dificuldades é importante dizer que muitas das principais e mais recorrentes demandas postas pelas pessoas idosas, dentre elas, as problemáticas relativas

à violência doméstica e familiar, sofrimento psíquico, problemas de saúde em geral (muitos em função da interrupção de tratamentos em curso por conta da sobrecarga do SUS na pandemia), os desafios da alimentação e nutrição, a questão da renda individual e familiar, essas demandas tiveram uma baixa e precária resposta por parte dos CRAS e da rede de proteção social em vista da falta de suporte das políticas públicas a exemplo, dentre outras, da dificuldade de acesso a serviços de saúde (medicamentos, consultas médicas, exames, tratamento com nutricionista, psicólogo/psiquiatra, hidroginástica, fisioterapia⁴), e aos benefícios assistenciais, de modo especial os de natureza eventual que tiveram um aumento da demanda, mas pela indisponibilidade dos benefícios e/ou morosidade no processamento institucional dos pedidos, muitos não foram contemplados, deixando um rastro de uma verdade indiscutível que apontam para o fato de que a questão dos direitos é revestida frequentemente de sua negação e muito menos de sua afirmação e proteção.

Conclusão

Para fins de conclusões, destaca-se a necessidade de defesa das Políticas Sociais, especificamente a Seguridade Social e a Assistência Social, numa perspectiva de políticas públicas, de responsabilidade estatal, no sentido de garantir proteção social, especialmente em tempos de pandemia.

A pandemia da COVID-19 trouxe diversos desafios para as Políticas Públicas, nesse contexto fez-se necessária a potencialização de novas estratégias de intervenção. Para tal empreitada foi de suma importância se valer do uso de recursos já

4 A fisioterapia e a hidroginástica são dois serviços muito procurados pelas pessoas idosas. A fisioterapia, apesar de que é muito difícil o acesso, ela é ofertada pelo SUS; a hidroginástica, pelo contrário, não é ofertada pelo SUS e muito menos pelo SUAS, o que torna o acesso bem mais difícil.

conhecidos, tal como o contato através das TIC's, tornando as ações mais dinâmicas e diminuindo a distância entre usuários e serviços, mais especificamente no SUAS, enquanto política importante na proteção social de segmentos da população em situação de vulnerabilidades, riscos e violação de direitos.

Considerando esse tempo de crise provocada pela pandemia da Covid-19, a Assistência Social foi colocada como uma política fundamental na atenção dos segmentos da população em condição de pobreza, de desigualdades e vulnerabilidades, nesse sentido foi primordial a garantia de direitos, o acesso a serviços e benefícios, a divulgação de informações, o debate e tendo em vista as especificidades das pessoas idosas o investimento em ações de acolhimento, de convivência, de sociabilidades, fortalecimento de vínculos.

É importante destacar ainda a significativa contribuição da Universidade Federal do Piauí, no campo da extensão, em parceria com as Políticas Públicas, no caso a Assistência Social no município de Teresina.

Referências

ALVES, G. **O novo e (precário) mundo do trabalho, reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARRETCHE, M T. S. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/FIOCRUZ, 2012.

BOSCHETTI, I; BEHRING, E.R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo (SP): Cortez. N.140, p.66-83, jan./abr.2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4h897bk4>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/5hma6w4u>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela lei 12. 435, de 6 de julho de 2011 e atualizada até a lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3fknk4r8>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto do Idoso. Lei nº. 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.282**, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fe-

vereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF: Presidência da República, 2020a. Disponível em: < <https://tinyurl.com/u4un3bc4> >. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 188**, de 3 de fevereiro de 2020, declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4m6brdy5>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CARNEIRO, A.M.F.; ARAÚJO, C.C.; ARAÚJO, M. do S. S. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. In: Revista Ser Social. Trinta Anos de Constituição Federal. Brasília: UNB, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Departamento de Serviço Social. V. 21, nº 44, p. 29-47, jan./jun. 2019.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. de S; GOMES, V.L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios im(postos) ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 130, p. 447-466, set./dez. 2017. Disponível em: < <https://tinyurl.com/mtxr65ek> > . Acesso em: 02 jun. 2020

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP**, Dossiê liberalismo/neoliberalismo. São Paulo: USP, 1993.

FONTENELE, I.C. A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil no contexto das políticas sociais. In: TEIXEIRA, S.M (Org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

FONTENELE, I. C. Ações Extensionistas Emergenciais de enfrentamento da Covid-19, voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de assistência social: percursos analíticos operacionais. In: BRAGA, I.A; FRANÇA, R.M.S de; COSTA, T.C.M. **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID-19**. Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020. 302 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática Educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989. Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4.

FREIRE, R. Ética e Política Contemporâneas. Cuiabá, MT: UFMT EM REDE/SETEC, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5cxke7m9>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/tszwk7z8>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GOLDMAN, S. N. **Velhice e exclusão digital**: uma “nova questão social”? Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007. CD-ROM.

GOUVÊA, M.M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. et al. (Org.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3kv6ymsb>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUARANY, A.M.B. O Rei está nu! Ou como um vírus expôs a falácia e a desproteção social no Brasil contemporâneo. In: MOREIRA, E. *et al.* (Org.). **Em tempos de pandemia**:

propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/3kv6ymsb> > . Acesso em: 15 jun. 2020.

IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Brasília (DF): IPEA/DISOC, n.28, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4xjcvzhh>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Brasília (DF): IPEA/DISOC, n.29, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3hfksw8>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MIOTO, R.C.T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUC-RS, Ano III, n.3, dez. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrytn5uz>. Acesso em: 15 abr. 2020.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil:** o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. (Nota de Política Econômica nº 010). São Paulo: MADE/USP, 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n8j3ucz>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, I.R.R; FERREIRA, S.R.A; MENEZES, K.M.G. Desafios da intergeracionalidade em tempos de pandemia: conflitos, cooperação e (re)construção de sociabilidades. **Revista PerCursos**. Florianópolis: UDESC, v.2, e0110, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/tx93zhrj>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo Coronavírus). Brasília, DF: OPAS/OMS/BRASIL, 2020. Dis-

ponível em: <<https://tinyurl.com/3h87tc73>>. Acesso em: 03 mai.2021.

PAIM, J.S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextos, desempenho e os desafios do SUS. Rio de Janeiro: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), v.23, nº6, p.1723- 1728, jun. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yy5b34n9>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PAIVA; A. B. *et al.* **O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica Ipea nº 27). Disponível em: <https://tinyurl.com/yc4pr3kh>. Acesso em: 03 out. 2020.

PASSOS, L; SANTOS, A. A. dos; SCARPARI, A. Financiamento da política de assistência social: avanços e perspectivas. **Textos e Contextos**. Seguridade Social e Políticas Públicas. Porto Alegre: PUCRS, v.18, n.1, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/ysr4dwvz>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PEREIRA, P.A.P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. *et al.* **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIRES, R.R.C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Nota Técnica, nº 33. Repositório do Conhecimento do IPEA. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdhvevvz>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RÊGO, L.V; SILVA, L de O; REIS, S.M de D.B. Estratégias de gestão da proteção social básica no SUAS/Teresina-PI durante a pandemia: reflexões e desafios na garantia do

provimento dos serviços, benefícios, programas e projetos. In: BRAGA, I.A; FRANÇA, R.M.S de; COSTA, T.C.M. **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID-19**. Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020. 302 p.

SALVADOR, E. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.104, p.605-631. out./dez. 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n7p233n>. Acesso dia: 04 out. 2017.

SILVA, R. R da. Contrarreforma do Estado, Gerencialismo e Política de Assistência Social no Brasil. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Ano 20, n. 39, p. 27-42, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/myrrz3jt>. Acesso em: 7 mai. 2023.

TEIXEIRA, S. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, v.13, nº2, p. 255-264, jul./dez. 2009.

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX. **Resolução nº 015**. Estabelece a suspensão do Calendário Acadêmico 2020.1 e 2020.2 e dá outras providências. Teresina, PI: UFPI, 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/mrtxcvwb> >. Acesso em: 07 jul. 2020.

UFPI, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. **Resolução nº 035**. Aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2014. Disponível em: < <https://tinyurl.com/byyyew22> >. Acesso em: 07 jul. 2020.

VIANNA, M. L. W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO M. I.; PEREIRA, P. (Orgs.). **Polí-**

tica social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:
UERJ, 2002.

PARTE III

A curricularização da extensão em Serviço Social

A institucionalização da extensão na Universidade Federal do Piauí: aproximações com o processo histórico e regulamentações

Chrystiane Campelo da Silva

Teresa Cristina Moura Costa

Introdução

As ações de extensão em muito vem contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. Orientada por uma visão social e educacional, a extensão universitária desenvolve relacionamentos entre a Universidade e demais setores da sociedade e envolve coletivamente sujeitos e/ou instituições, em um processo de ampliação de conhecimentos científicos e direitos sociais.

A materialização dessas ações pode ser percebida nas práticas executadas no âmbito institucional das universidades e reflete os elementos da conjuntura política, econômica e social de cada realidade. No caso da Universidade Federal do Piauí, desde a sua fundação, o primeiro estatuto já apresentava o indicativo de realização de ações de extensão concatenadas com as orientações nacionais. Ao longo de sua história,

percebemos diferentes perspectivas sobre o papel da universidade e da própria extensão como parte do tripé para educação superior assegurado na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

No atual contexto, a perspectiva de curricularização da extensão delineada no Plano Nacional de Educação enseja o debate sobre a direção que as universidades e cursos vêm imprimindo nesse processo, os quais, para além da indução da Política de Educação Superior que o Estado brasileiro sugere, têm particularidades advindas do nosso processo de formação social e do próprio contexto regional.

Conforme informações apresentadas no site da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, atualmente a UFPI possui um total de 113 (cento e treze) cursos de graduação, distribuídos da seguinte maneira: 79 (setenta e nove) cursos de graduação na modalidade presencial; 15 (quinze) cursos vinculados ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR; 4 (quatro) cursos vinculados à Licenciatura em Educação do Campo/Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - LE-DOC/Procampo; e 15 (quinze) cursos vinculados ao Centro de Educação à Distância - CEAD/EAD (UFPI, 2019). Desse total, apenas 49 (quarenta e nove) já implementaram a curricularização da extensão, o que representa 43,3% dos cursos ofertados e evidencia ainda grandes desafios nesse processo (UFPI, 2023).

Dessa forma, revisitar e reconstruir o processo histórico da institucionalização da extensão na UFPI nos permite compreender de forma singular a extensão na realidade do ensino superior público no Estado do Piauí.

Assim, o artigo tem como objetivo apresentar algumas aproximações sobre a trajetória da extensão na Universida-

de Federal do Piauí, a partir de revisão de literatura e análise documental das regulamentações da UFPI e de relatórios que versam sobre a extensão universitária.

As seções desse artigo se dividem em dois momentos. O primeiro faz um breve relato sobre aspectos históricos da universidade e da extensão e, logo em seguida, o segundo apresenta a extensão na Universidade Federal do Piauí após a Constituição Federal de 1988 apontando as principais alterações institucionais e desafios ao processo de curricularização da extensão.

Apontamentos para pensar a extensão na Universidade Federal do Piauí

No Brasil, a extensão foi atravessada pela influência política permeada pelas ideias positivistas, no período de 1889 a 1930, e pelo autoritarismo do Governo de Getúlio Vargas e do regime militar no período de 1964 a 1985 (Olive, 2002). Ao longo do tempo com o fortalecimento dos movimentos coletivos, a extensão foi se modificando e assumindo o papel de interação com a universidade e com a comunidade externa.

A primeira regulamentação aparece no Decreto 19.851, em 1931, que apresenta a extensão como promotora de cursos, conferências e como uma das responsáveis pela promoção da vida social universitária. Embora ainda não estivesse alinhada com o ensino e a pesquisa, o fato de ter sido citada nessa norma, não apenas corrobora a influência externa do movimento de Córdoba¹ como demonstra uma possibilida-

1 “O primeiro grande marco da ação estudantil foi o manifesto de Córdoba, surgido na Argentina, em 1918 [...]. A proposta de Córdoba apresenta para a Extensão a função de vincular a Universidade à Sociedade. Este Manifesto passou a influenciar efetivamente os discursos oficiais e as propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária na questão da missão social da Universidade. Os pressupostos do Manifesto de Córdoba entraram efetivamente no Brasil no momento

de de alteração dessa instituição universitária, se tornando mais flexível às exigências das realidades sociais (Brasil, 1931). Seu objetivo era servir à organização da vida social por meio de cursos e conferências (Brasil, 1931).

A ditadura militar impôs à educação o controle do conhecimento e das ações implementadas, propagando uma ideia de desenvolvimento do país e a segurança nacional. A extensão passa a integrar estrategicamente como instrumento para alcançar esse propósito, “por meio do serviço comunitário, articulado à concepção de desenvolvimento do país. [...] agora cabia também a ela o serviço comunitário” (Gonçalves e Vieira, 2015, p.9), essa incorporação de atividade comunitária, muitas vezes, exercidas pela prestação de serviço, vai promover na extensão universitária uma complexa relação, especialmente, como campo acadêmico.

Em 1961, no texto da Lei nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a extensão se estabelece por meio da oferta de cursos (Brasil, 1961). Na reforma universitária de 1968, expressa na Lei nº 5.540, a extensão integra o ensino superior incorporando a realização de programas culturais, artísticos, dentre outros (Brasil, 1968a). Nesse sentido, a reforma universitária proposta pela Lei nº 5.540/68, apresentou uma extensão tecnicista, optativa e enviesada ideologicamente.

É nesse contexto que diferentes grupos com interesses diversificados desencadearam o debate e a luta pela implantação da Universidade Federal do Piauí. Em meio ao projeto desenvolvimentista do regime militar, a UFPI surge na perspectiva de impulsionar a infraestrutura do Estado, de uma economia

em que os estudantes brasileiros resolveram lutar por uma Universidade a serviço do povo.” (Sousa, 2010, p. 31-33).

que não apresentava um aporte pujante no cenário brasileiro e que necessitava de verbas federais (Passos, 2006).

Assim, a Universidade Federal do Piauí, com sede em Teresina, capital, foi criada por meio da Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, sob forma de Fundação. A Lei indica que “[...] seu patrimônio será constituído dos bens atualmente pertencentes ao estabelecimento de ensino” (Brasil, 1968b, p.1), e tendo sua sede localizada no bairro Ininga, foi inaugurada no dia 1º de março de 1971 (UFPI, 2023, p.1).

Para o Estado do Piauí, a criação da UFPI representou avanços consideráveis como produtora do conhecimento científico, ao tempo em que oportunizou a formação de inúmeros intelectuais que colaboraram em parte “para dar sustentação aos processos de desenvolvimento” (Oliveira, 2021, p.1) necessários para o crescimento do Estado.

Nessa trajetória de constituição de normas na UFPI “Entre 1968, quando é criada, e 1978, quando é implantada toda a estrutura orgânico-administrativa, existiram cinco estatutos (três da Fundação e dois da Universidade Federal do Piauí” (Passos, 2006, p.71). O primeiro Estatuto enquanto Fundação, foi publicado por meio do Decreto nº 64.969 de 11 de agosto de 1969 e somente no ano de 1973, foi aprovado o Estatuto da Universidade Federal do Piauí, por meio do Decreto nº 72.140, de 26 de abril de 1973.

O Estatuto em vigor, sofreu algumas alterações e constitui a UFPI com uma estrutura formada por Órgãos de Assistência e Assessoramento, Pró-Reitorias, Órgão de apoio, Diretoria de Assuntos Educacionais e Coordenação de Planejamento Físico, fixada por meio da Resolução nº 05/73. Na época, o professor Hércio Ulhôa Saraiva estava respondendo pela Reitoria da UFPI (Brasil, 1973).

É nesse contexto que a Pró-Reitoria de Extensão - PREX foi instituída com a “finalidade de auxiliar o reitor em suas atribuições de supervisão e coordenação de programas de extensão [...], presidir a câmara de extensão, emitir pareceres sobre matérias referentes a Programas de Extensão [...]” (Brasil, 1973, p.5).

Quanto as ações efetivadas, a UFPI inicia dentro do que foi proposto pela Reforma Universitária de 1968, em um cenário com experiências extensionistas já desenvolvidas em âmbito nacional, como o CRUTAC, de 1965, e o Projeto Rondon², de 1966.

O CRUTAC foi criado em 1965 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma proposta que nasceu no ambiente universitário e se direcionava para o atendimento das demandas da própria região, experiência que se estende pelo território nacional e vai ser integrado ao MEC em 1969 por meio do CINCRUTAC. Assim, os debates estavam direcionados para extensão institucionalizada e a articulação em prol desse objetivo se materializava por meio da “disseminação das ideias extensionistas pelo Conselho de Reitores; o aparecimento dos Campi Avançados, o surgimento da CINCRUTAC³, em 1969, o surgimento da Coordenação Atividades de Extensão, em 1974 [...] (Rocha, 1984, p. 205)”.

O Projeto Rondon foi criado em 1966, e coordenado pelo Ministério da Defesa a partir de 1967, como uma proposta para dirimir o inconformismo dos estudantes que atuavam

2 O Projeto Rondon “[...] nasceu de uma proposta debatida no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional em outubro de 1966, [...]. Deste seminário, participaram professores, militares e docentes [...]” (Gonçalves; Vieira, 2015, p. 278).

3 CINCRUTAC – Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, pelo Decreto Lei nº 916 de 7 de outubro de 1969, abriu a possibilidade a uma expansão nacional das ideias sistematizadas na UFRN (Rocha, 1984, p.132).

coletivamente por meio de manifestações, exigindo instituições de ensino superior alinhadas às necessidades da sociedade. Além disso, também envolveu os estudantes para promover diversas ações de cunho social, educacional e de saúde, tendo em vista que, em um cenário de repressão, “era interessante para o governo manter os estudantes universitários sob proteção, imprimindo-lhes a ideologia da segurança nacional” (Pravato, 2011, p. 22). Suas ações se estruturavam por meio de cursos, eventos, dentre outros.

Para Merlo (2019), com a Reforma Universitária, instituída pela Lei 5.540/68, a extensão passa a ser normatizada em nível nacional, e suas atividades alinhadas com os projetos nacionais, coordenados pelos órgãos do governo. As atividades extensionistas da UFPI se alinham ao cenário nacional por meio do CRUTAC (1975), ações alinhadas com o Projeto Rondon (1983 e 2019) e o Programa de Desenvolvimento Rural (1983).

O CRUTAC-PI foi criado por meio de Ato da Reitoria de nº 189, de 20 de abril de 1975, e em 1976 foi definida a estrutura, por meio de Ato da Reitoria nº 45/76, e a forma de participação dos alunos por meio de Ato da Reitoria nº 46/76. Sua constituição estava relacionada com a “necessidade de interiorização da Universidade visando à promoção integral do homem e das comunidades piauienses, bem como a retroalimentação do próprio sistema de ensino da Universidade” (UFPI, 1976b, p.1). A estrutura foi formalizada por meio de um coordenador geral e quatro órgãos – “Assessoria Técnica, Coordenação de Área, Coordenadorias Locais e Secretaria” –, subordinado ao Reitor e com suas ações desenvolvidas em consonância com a Pró-Reitoria de Extensão.

As ações ali desenvolvidas pelos estudantes caracterizavam-se como Estágio Curricular, dando prioridade para “alu-

nos matriculados em cursos cujo estágio curricular seja obrigatório[...] e apenas para aqueles que já estivessem cursando um dos dois últimos períodos letivos” (UFPI, 1976c, p.1).

Embora as atividades estivessem alinhadas com o direcionamento da Pró-Reitoria de Extensão, a estruturação do CRUTAC-PI, a seleção dos discentes e a vinculação das atividades relacionadas com a obrigatoriedade do estágio curricular, direcionavam as atividades para o campo da formação por meio dos serviços prestados à comunidade, visando o desenvolvimento das habilidades profissionais a partir das experiências práticas. Conforme Leite e Nunes (2009, p.428), “no Piauí, o trabalho de extensão realizado pelo CRUTAC, ocorreu de forma multiprofissional com graduandos dos dois últimos períodos de diversos cursos da UFPI. Os alunos se deslocavam para a área do projeto, de forma sistemática”.

Além dessa experiência, se destaca o Programa de Desenvolvimento Rural - PDR, de 1978, que foi desenvolvido em várias comunidades rurais do Piauí, como José de Freitas e Valença, e que “decorre de convênio com a W.K. Kellogg Foundation⁴, que tem financiado o seu funcionamento” (UFPI, [s.d]). Esse programa inseriu a Universidade Federal do Piauí no projeto intitulado “Aliança Para o Progresso”, em vigor desde 1961, do qual faziam parte alguns estados dos Estados Unidos e países da América Latina, a fim de melhorar a condição econômica e social dos países da América Latina. Eles se intitulavam *The Partners of the Americas* ou Companheiros das Américas (UFPI, [s.d]). O financiamento demar-

4 No Piauí a organização do Comitê dos Partners, como é conhecido, ocorreu nos fins de 1973. Em setembro de 1974 visitou Nebraska um grupo assim constituído: José Natham Portella Nunes e Cecy Portella, José Gayoso Freitas, José Leopoldino Nogueira e Jeremias Pereira. A ligação entre a Fundação americana e a Universidade piauiense, para este objetivo, foi iniciado por intermédio dos Patners. Todos os recursos utilizados pelos Companheiros das Américas são originários da cooperação de órgãos de governos e entidades privadas (UFPI, [s.d])

ca a estratégia dos países capitalistas centrais em manter o controle sobre os periféricos e apoiar o projeto desenvolvimentista, sem prejuízo da continuidade da sua condição de países dependentes.

Outra experiência de destaque foi o Projeto Rondon⁵, que desenvolveu várias ações em conjunto com a UFPI, em 1978. Na ocasião podemos citar um “convênio de colaboração técnica [...], cujas partes Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Piauí, Fundação Projeto Rondon, Prefeitura Municipal de Picos” (Ribeiro, 1980, p.67), se comprometeram em realizar diversas atividades: educação, saúde, agropecuária, cultural e socioeconômico no Campus Avançado de Picos.

Em síntese, percebe-se que a extensão nasce em um contexto de intensa atividade, principalmente direcionada para áreas rurais, em uma perspectiva de adesão ao desenvolvimento, ofertas de capacitações, cursos, seminários, que de certa forma beneficiavam não apenas a comunidade no entorno da Universidade Federal do Piauí, mas incluíam outros bairros da cidade de Teresina, bem como atividades sendo desenvolvidas nos municípios do interior.

5 Em 2019, a UFPI garantiu a sua participação em uma nova edição do Projeto Rondon, operação Parnaíba, promovido pelo Ministério da Defesa, desenvolvida no período de 18 de janeiro a 03 de fevereiro de 2019, no município de Jatobá do Piauí (UFPI, 2019).

Quadro 1 - Síntese das principais regulamentações da UFPI sobre extensão universitária no período de 1973-1983

NORMAS INSTITUCIONAIS	EMENTAS
Estatuto da Universidade Federal do Piauí, aprovado pelo Decreto nº 72.140, de 26 de abril de 1973 – UFPI	Institui a Pró-Reitoria de Extensão e a Câmara de Extensão.
Resolução nº 05/1973 – Reitoria da Universidade Federal do Piauí	Modifica a estrutura orgânica da Universidade Federal do Piauí, institui a Pró-Reitoria de Extensão – PREX, Câmara de Extensão.
Resolução 23-a/1976 - Conselho Diretor	Dispõe sobre a Coordenação de Assuntos Culturais.
Ato da Reitoria 45/1976 - Gabinete da Reitoria	Define a estrutura e funcionamento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação comunitária - CRUTAC/PI e dá outras providências.
Ato da Reitoria 46/1976 - Gabinete da Reitoria	Define a participação de alunos da FUFPI nos programas do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC.
Resolução 111/1983 – Conselho Diretor	Vincula o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC à Pró-Reitoria de Extensão.
Resolução 113/1983 – Conselho Diretor	Vincula o Programa de Desenvolvimento Rural à Pró-Reitoria de Extensão.
Resolução 127/1983 - Conselho Diretor	Vincula a Coordenação de Assuntos Culturais - CAC à Pró-Reitoria de Extensão.
Ato da Reitoria 679/1983 - Gabinete da Reitoria	Cobrança de taxas para participação de cursos em extensão universitária será fixada para cada curso, pela Pró-Reitoria de Extensão.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos documentos disponibilizados pela instituição.

As primeiras normas institucionalizadas na UFPI, no período de 1973 a 1983, estavam vinculadas a organização administrativa da extensão, a promoção de atividades culturais, comunitárias e projetos voltados para o desenvolvimento rural, além da implementação da cobrança de taxas para cursos de extensão. Esse cenário, demonstra que a instituição estava alinhada com realidade política que direcionava e se utilizava desses espaços acadêmicos para empreender ações que atendessem as necessidades do projeto nacionalista, ao tempo em que beneficiavam comunidades no entorno dos *Campi* da UFPI.

Por outro lado, o cenário que se desenhou na década de 80, “[...] o período de maior fortalecimento da sociedade civil em oposição ao regime autoritário brasileiro instalado em 1964” (Deus, 2020, p.49), os movimentos civis e manifestações, envolviam a universidade, exigindo sua participação efetiva, se utilizando de seus recursos intelectuais e da ciência, bem como a aproximação da realidade das comunidades.

Deste modo, a extensão foi se estruturando no bojo das modificações que influenciaram a educação superior pública. Nesse cenário a UFPI estabeleceu uma extensão influenciada por processos políticos, econômicos, que direcionavam a sua prática.

A extensão universitária pós-Constituição Federal de 1988 na UFPI

A Constituição Federal de 1988 consolida a educação por meio do Art. 205: “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, [...] com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”. Também assegura, em seu Art. 207 a extensão indissociável do ensino e da pesquisa.

Trata-se de um direito de cidadania constituído em que “a partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais [...], a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos [...]” (Chauí, 2003, p.5).

No bojo das pautas dos movimentos sociais está a luta por uma universidade aberta ao público, coerente com as necessidades sociais, produtora não apenas de conhecimento pelo ensino e pela pesquisa, mas produtora de cultura, educação, inclusão social e em interação com a realidade por meio das práticas extensionistas.

A educação, imbuída dos ideais de “Bem-Estar Social” com os avanços do projeto democratizante na Constituição Federal de 1988, também estava envolvida na exigência em formar profissionais para o mercado cada vez mais tecnológico, influenciada pelas mudanças ideológicas, políticas e econômicas que impactaram as políticas de financiamento e exigiram novos modelos de financiamento, o que favorece a cobrança de taxa para cursos de extensão (Frigotto, 2015).

A crise do capital e a resposta neoliberal de redução do tamanho do Estado e de mercantilização dos serviços desmobilizou as políticas sociais por meio da reforma no Estado Brasileiro (Pereira, 1997), o que de certo modo influenciou as atividades desenvolvidas na UFPI, que passaram a ter uma atenção rigorosa relacionada à “contenção de despesas na Administração Pública Federal, a partir do Decreto nº 99.178 de 1990”, parte de um dos instrumentos aprovados pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

Cabe lembrar que ainda nos anos 80 a UFPI já havia institucionalizado a cobrança de taxas para participação de cursos de extensão (1983), o que demarca a tendência à mercantilização da oferta de serviços públicos educacionais na institui-

ção. Por outro lado, pode-se visualizar alguns avanços como as bolsas de extensão para as/os estudantes (1991), a aprovação das diretrizes da Política de Extensão da UFPI (2014), aprovação de propostas nos editais do Programa de Extensão Universitária – PROEXT, sendo este o principal programa de fomento para a extensão.

O PROEXT⁶, foi retomado em 2003, pelo Ministério da Educação, com ênfase na inclusão social, abordava os seguintes temas “atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social [...]” (Ministério da Educação [s.d]).

O programa tornou-se a principal fonte de financiamento para programas e projetos de extensão na UFPI, conforme a Portaria N° 5/2015 -PREXC esse programa foi gerenciado pela Coordenadoria de Formação Continuada (CFOR) que publicava as chamadas internas no site institucional da UFPI e selecionava as propostas a serem enviadas ao MEC para concorrência nacional. No período de 2008 a 2013, as propostas aprovadas movimentaram um montante de 2.112.747,74 (Dois milhões cento e doze mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) e aprovou 35 propostas

6 A partir de 1993, o diálogo travado pelo FORPROEX com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), resultou na criação das diretrizes políticas para o Programa de Fomento à Extensão (PROEXTE), priorizando e definindo critérios para o apoio financeiro às universidades públicas. Em 1994, O MEC por meio do SESu, constitui a Comissão Extensão (Portaria n° 265 DE 01/08/94), composta por dirigentes do FORPROEX, pela diretoria de Departamento de Política do Ensino e pelo Chefe de Divisão de Extensão e Graduação da SESu/MEC, com o objetivo de oficializar as diretrizes políticas para o PROEXTE. Em 1996, O PROEXTE foi interrompido abruptamente pelo MEC, intensificando as dificuldades para manutenção dos programas de extensão que se iniciaram, segundo aquelas perspectivas e expectativas orçamentárias. A partir de 2003, um novo cenário político se apresenta, e com ele, o PROEXT é retomado pelo MEC (FORPROEX, 2006 p. 26 – 28)

(programas e projetos), contemplando os *Campi* de Teresina, Picos, Parnaíba, Floriano e Bom Jesus (UFPI, 2019).

Outra ação que merece destaque é que o Ministério da Educação por meio da Secretaria Nacional de Educação Superior selecionou projetos para integrar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, os recursos chegavam a Cr\$ 13.343.690,00 (treze milhões trezentos e quarenta e três mil seiscentos e noventa cruzeiros). A UFPI apresentou 6 propostas que concorreram por financiamento, sendo aprovado o projeto de extensão “Projeto de Alfabetização em Picos”, 1991. “Esse projeto, teve início em maio de 1983, apoiado pela Fundação Educar, extinta pela Lei nº 151/90[...]” (Brasil, 1991).

No campo da organização institucional, a Pró-Reitoria de Extensão, no ano de 1995, conforme informativo sobre as ações extensionistas na UFPI, era composta por: “Coordenação de Programas e Projetos de Extensão, Coordenação de Cursos, Seminários e Estágios Extracurricular, Coordenação de Assuntos Culturais, Coordenação de Desenvolvimento Comunitário, do Núcleo de Tecnologia Farmacêutica e do Programa de Desenvolvimento Rural” (UFPI, 1995).

O alcance da extensão foi ampliado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, estabelecendo-a como uma das finalidades da educação superior ao passo que recomenda “promover a extensão, aberta à participação da população [...]” (Brasil, 1996, p.21).

No entanto, o grande salto de inovação pós-Constituição Federal de 1988 surgiu com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010, ao estabelecer o percentual mínimo de 10% do currículo da Graduação para ações de extensão e no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, que garantiu no mínimo 10% “[...] de créditos curriculares exigidos para a Graduação em programas e projetos de Extensão Univer-

sitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014, [s.d]), meta materializada por meio da Resolução nº 7, de 18 dezembro de 2018 do Ministério da Educação. Nesse contexto, percebe-se o caráter inclusivo da extensão, cujo arcabouço contempla a atuação efetiva das universidades.

A perspectiva extensionista permanece presente, atualmente, com algumas alterações e ou limitações de desenvolvimento pleno das atividades, relacionado basicamente com o financiamento. As modificações estruturais da Pró-Reitoria de Extensão, foram aprovadas pelas Resoluções nº 003/18 CAD e nº 009/2018 CAD, se consolidando por meio de três coordenadorias, “Coordenadoria de Programas e Cursos de Formação Profissional e Políticas Sociais; Coordenadoria de Programas, Projetos, Eventos de Cultura, Esporte e Lazer; Coordenadoria de Programas e Projetos de Eventos Científicos e Tecnológicos” (UFPI, 2021). Com a extinção da Coordenação de Assuntos Culturais, as atividades desenvolvidas, foram incorporadas a Coordenadoria de Programas, Projetos, Eventos de Cultura, Esporte e Lazer.

Cabe destacar que a partir de 2018, motivada pelo cumprimento da obrigatoriedade da curricularização (Resolução nº 07/2018), que regulamentou a inserção curricular, exigência máxima para a indissociabilidade dos eixos ensino-pesquisa-extensão, bem como um fiel cumprimento das normas e diretrizes extensionistas, a UFPI amplia mais o debate sobre a extensão, tendo em vista a necessidade de novos planejamentos de ações, desenvolvimento de plataformas para computar a carga horária dos alunos, alteração de sistemas para incluir a atividade curricular de extensão, treinamentos, encontros com coordenadores, reuniões e normas regulamentadas internamente para a implementação da carga horária. Esses trabalhos foram fundamentais para aprovação da Resolução

nº 053/2019 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) que regularizou a matéria internamente e criou a Atividade Curricular de Extensão (ACE).

Destaca-se que após a aprovação da Resolução nº 053, de 12 de abril de 2019, a PREXC enfrentou desafios relacionados à crise pandêmica do Coronavírus, tendo suas atividades presenciais suspensas.

No Brasil, as medidas para as universidades foram sistematizadas pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação, ocasionando a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, e estabelecendo a substituição por meios digitais. Desse modo, não apenas o ensino, mas a pesquisa e a extensão também suspenderam suas atividades e tiveram que readaptar suas práticas (Brasil, 2020, p.1).

A demora para administrar essa situação a partir do Governo Federal gerou muitas críticas e revelou diversos problemas no contexto das universidades públicas, principalmente pela ausência de normativas legais “[...] que assegurem respaldo e capacidade de planejamento para o período de vácuo imposto pela suspensão das atividades presenciais” (Cavalcanti; Guerra, 2022, p. 11).

Neste cenário, a PREXC publicou duas portarias emergenciais para regular as atividades de forma excepcional e temporária, quais sejam: Portaria nº 06, de 20 de abril 2020 que trata da prestação de serviços gratuita, como ação de extensão no âmbito da UFPI; e a Portaria nº 07, de 23 de abril de 2020, que trata de produtos e publicações de enfrentamento à COVID-19.

As Portarias subsidiaram a participação de diversas atividades (eventos, cursos, prestação de serviços, produtos e publicações). Os coordenadores dessas ações se inscreveram por meio de formulários eletrônicos, e foram vinculadas ao

projeto de extensão *Em busca de extensionistas para o enfrentamento do Coronavírus*, coordenado pela Pró-Reitora de Extensão e Cultura. Ao todo, “113 atividades de extensão constituintes do projeto, durante os primeiros meses da pandemia, ajudaram a minimizar a problemática da falta de acesso da população à assistência médica, odontológica e hospitalar [...]” (Silva *et al.*, 2023, p.6).

Além disso, a pró-reitoria publicou o Edital nº 04, de 30 de abril de 2020 de seleção e fomentos de projetos para o combate da COVID-19 que teve quinze projetos selecionados que receberam recursos oriundos da UFPI, para custeio de bolsas no valor de R\$ 2.500,00 mensais com vigência de 01 de julho a 31 de dezembro de 2020, totalizando o investimento de R\$ 180.000,00. Os projetos selecionados atuavam em áreas distintas e envolviam temáticas: cuidados com a saúde física e mental, segurança e soberania alimentar, economia popular, solidária em tempos de crise, dentre outras (UFPI, 2020c).

Certamente, esse cenário foi desafiador a Instituição, tendo em vista que de certo modo foi preciso uma atuação forte da Universidade no meio social, sem desvincular a efetividade das ações de extensão para a formação do estudante e comunidade beneficiária.

Ademais, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, minimizava a gravidade da doença, publicizava suas opiniões contrárias as decisões da ciência, como o uso da máscara obrigatório, a vacinação e o distanciamento. Essa postura, provocou forte impacto na sociedade, e pode ter influenciado o comportamento de muitos brasileiros que também apoiaram as ideias negacionistas.

No ano de 2022, diante da retomada das atividades na Universidade Federal do Piauí, alguns artigos da Resolução nº 053/2019 foram alterados por meio da Resolução nº

297/2022, buscando flexibilizar o modo de integralizar a Atividade de Extensão como componente curricular e outras demandas que se enquadravam na realidade interna da Instituição de Ensino Superior.

Por essa perspectiva, a extensão desenvolvida na UFPI está em consonância com as Diretrizes da Política de Extensão Universitária, Resolução N° 035/14, e reafirma o conceito de extensão universitária que, “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformada entre a Universidade e outros setores da sociedade” (UFPI, 2014, p.1).

Nesse sentido, com base no Relatório de gestão de 2023 que publica todas as ações desenvolvidas no ano de 2022, foram realizadas 1.176 ações: 339 (trezentos e trinta e nove) programas e projetos de extensão, 475 eventos, 313 cursos, 06 empresas juniores, 01 empresa incubada, 30 ligas acadêmicas, 09 grupos PET, 03 núcleos de extensão (UFPI,2023).

Refletindo essa trajetória da institucionalização da extensão na Universidade Federal do Piauí, os cenários se confundem, se afastam ou se interconectam em alguns momentos. Construir uma extensão forte e conectada com a comunidade externa, foi um dos princípios que se materializou institucionalmente, apoiado por meio de prática dialógica e promovendo à diversidade de produções educacionais, culturais, oportunizando tanto a comunidade interna quanto a comunidade externa. Apesar das dificuldades e influências contrárias ao fortalecimento da educação como direito e a exigência de uma extensão reducionista e quantificável, mesmo assim, a UFPI se mantém atuante na promoção de ações extensionistas.

Quadro 2 - Síntese das principais regulamentações da UFPI sobre extensão universitária no período de 1991 a 2020

NORMAS INSTITUCIONAIS	EMENTAS
Resolução 73/1991 - Conselho Diretor	Dispõe sobre a criação do Museu Universitário de Artes - MUNIARTES, subordinado a Coordenadoria de Assuntos Culturais.
Ato da Reitoria 661/1991 0 Gabinete do Reitor	Institucionaliza a partir de 01/05/1991, a “Bolsa de Extensão”, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão.
Resolução 005/1992 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Fixa norma que regulamenta as atividades de extensão na UFPI.
Resolução 006/1992 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Fixa normas para execução do Programa Bolsa Extensão para Estudantes de Graduação da Universidade Federal do Piauí.
Resolução 58/1996 - Conselho Universitário	Aprova a integração do Colégio Agrícola de Teresina à estrutura da Pró-Reitoria de Extensão.
Resolução 133/2003 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Aprova normas para funcionamento do Programa de Bolsa de Extensão da UFPI.
Resolução 13/2011 - Conselho de Administração	Disciplina o uso do Espaço Cultural Professor Noé Mendes, bem como do Cine Teatro e dá outras providências.
Resolução 35/2014 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária da UFPI.
Resoluções 03/2018 e 09/2018 – Conselho de Administração	Altera a estrutura da Pró-Reitoria de Extensão.
Portaria nº 06/2020 - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Regulamenta, de forma excepcional e temporária, a prestação de serviços gratuita como ação de extensão no âmbito da UFPI

Portaria nº 07/2020 - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Regulamenta a institucionalização de produtos e publicações de enfrentamento à COVID-19 como ações de extensão
--	--

Edital nº 04/2020 - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Seleção e fomento a projetos de extensão no enfrentamento à COVID-19.
--	---

Fonte: elaboração própria, a partir dos documentos disponibilizados pela instituição.

Após a redemocratização, percebe-se que a extensão na UFPI passou ser desenhada com o foco para a regulamentação de suas atividades por meio da publicação de resoluções internas, normas para bolsas de extensão, organização administrativa, e aprova o instrumento a qual respalda suas ações as Diretrizes da Política de Extensão Universitária, reafirmando o compromisso indissociável das ações de extensão do ensino e da pesquisa, bem como com as comunidades, agora com o foco na institucionalização de sua prática.

Conclusão

A trajetória da extensão na Universidade Federal do Piauí foi influenciada pelos direcionamentos políticos, sociais, educacionais, dividida entre o atendimento das demandas dos movimentos sociais e a tentativa de minimizar as raízes autoritárias em que se constituiu o ensino superior brasileiro.

As alterações do modelo da extensão podem ser percebidas a partir da construção da sua trajetória. Inicialmente a extensão, embora fazendo parte da vida acadêmica, foi utilizada até certo ponto para o atendimento das exigências dos órgãos governamentais e por associações internacionais de âmbito privado; sua dimensão formativa foi sendo construída aos poucos e integrada ao planejamento das ações.

Com base na trajetória da extensão da UFPI percebe-se que as influências das políticas adotadas interferem de maneira radical nas ações desenvolvidas pela educação superior. A horizontalidade da universidade com a realidade social, a ruptura com as práticas elitistas, autoritárias e de controle, tornam-se desafios atemporais. A influência do projeto neoliberal apoiadas na ideia de redução de custos veem gastos em ações sociais e dificulta a ruptura do ambiente acadêmico apoiado na hierarquia do saber científico para o encontro com o saber “popular”.

A extensão universitária da UFPI é perpassada por dificuldades e disputas, mas os resultados expostos, mesmo diante de cenários conflitantes, demonstram que a instituição busca estabelecer pontes com a comunidade, (a partir de programas, projetos, eventos, cursos, ligas acadêmicas, empresas juniores, empresas incubadas e núcleo de extensão), envolvendo a comunidade interna (docentes, discentes e técnicos administrativos) em uma prática ativa, e mesmo em situação subalternizada, produz resultados e experiências que impactam a vida dos participantes (comunidade beneficiada) e enriquece a formação acadêmica dos discentes.

Assim, observa-se que o desenvolvimento da extensão universitária no Brasil está intrinsecamente conectado com o desenvolvimento da educação superior e suas tensões, ou seja, concebida tardiamente, derivada de modelos autoritários com o objetivo de servir à necessidade do Estado, conduzida por um projeto modernizador e adquirindo concepções distintas.

Finalmente, destacamos que o artigo apresenta algumas aproximações com a sua história a partir das principais regulamentações identificadas nos documentos institucionais publicizados pela instituição e que a discussão e aprofundamento não se encerram e carecem ainda de aprofundamentos.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras, 1931. Disponível em: <https://tinyurl.com/44v8mxhy>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961. Disponível em: <https://tinyurl.com/26m8jkyr>. Acesso em: 16 jun.2024.

BRASIL. **Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências, 1968a. Disponível em: <https://tinyurl.com/3j3bef5k>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, 1968b. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uedcnw2>. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 72.140, de 26 de abril de 1973.** Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <https://tinyurl.com/9e3yj962>. Acesso em: 14 jun. de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88).** Brasília/DF: Senado Federal. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdeft797>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 99.178, de 15 de março de 1990.** Dispõe sobre contenção de despesas na Administração Pública

Federal e dá outras providências. 1990. Disponível em: <https://tinyurl.com/ykktvsv9>. Acesso em 15 de jun. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Superior. **Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC**. 1991.

BRASIL. **Lei Nº 9. 394, de 20 de dezembro 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/34d8rb5x>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

BRASIL. **Lei n 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n78sabf>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/57kb9kb4>. Acesso em: 22 de jun. de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências (MEC). Brasília/DF, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpsu6j26>. Acesso em: 22 de jun. de 2024.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Ministério da Educação. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycx9ynf8>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

CAVALCANTI, Loudes M. R; GUERRA, Maria. das G. G. V. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v.30.n.114. Rio de Janeiro. 2022.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira Educação** [online]. 2003, n.24, pp.05-15.

DEUS, Sandra de. **Extensão Universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria. Editora PRE-UFSM.2020.

FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: retrospectiva histórica e aspectos legais. In: **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre. UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FRIGOTTO, Glauêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**. ano 13. N. 20. 2015.

GONÇALVES, Nadia G.; VIEIRA, Carina S. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, v. 8, n. 15, 2015.

LEITE, Maria da T. F.; NUNES, Benevina M. V. T. Centro Rural Universitário de Treinamento e a ação comunitária – um resgate histórico 1975-1986. **Revista Indexada BDEFNF**. 2009.

MERLO, Patrícia M. S. **65 anos de Extensão Universitária na UFES: uma trajetória de desafios e conquistas**. Vitória-ES: UFES, Proex, 2019.

OLIVE, Arabela C. Histórico da educação no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (Org). **A Educação Superior no Bra-**

sil. Brasília. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

OLIVEIRA, Felipe M. de. Instalação da UFPI marca nova fase histórica no estado do Piauí, diz economista e pesquisador. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/p5zswa2d>. Acesso em 10 de jun. de 2024.

PASSOS, G. de O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença:** conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense. Tese (Doutorado) Brasília, 2006.

PEREIRA, Luiz C. B.. **A reforma do Estado: dos anos 90:** Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PRAVATO, Camila M. Projeto Rondon e ensino no Brasil: construção de uma aliança entre conhecimento empírico e científico. **Revista de Recensões de Comunicação e Cultura.** Juiz de Fora, 2011.

RIBEIRO, Darcy. Universidade: uma visão histórica e existencial. *In:* BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Uma Visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon.** Brasília, MEC, 1980. Brasília.

ROCHA, Roberto M. G. **Extensão Universitária:** comunicação ou domesticação? Dissertação, Fortaleza, 1984.

SILVA, Cleânia de S; SOUSA, Giovanna L. S. A. BEZERRA, Antônio A. de C; SILVA, Chrystiane C. da; LUZ, Walton V. Os impactos das atividades de extensão de enfrentamento da COVID-19 na realidade social e na formação discente. *Revista Brasileira de Extensão Universitária.* v 14. n.1. Santa Catarina. 2023.

UFPI. Companheiros das Américas. Comitê Piauí/Nebraska. Aspectos Históricos [n.d]

UFPI. **Resolução nº 05, de 1973.** Modifica a estrutura orgânica da Universidade Federal do Piauí

UFPI. **Resolução nº 23-a/1976.** Dispõem sobre a Coordenação de Assuntos Culturais, 1976a

UFPI. **Ato da Reitora nº 45/1976.** Define a estrutura e funcionamento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC/PI e dá outras providências, 1976b.

UFPI. **Ato da Reitora nº 46/1976.** Define a participação de alunos da FUFPI nos programas do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, 1976c.

UFPI. **Resolução nº 111/1983.** Vincula o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

UFPI. **Resolução nº 113/1983.** Vincula o Programa de Desenvolvimento Rural.

UFPI. **Resolução nº 127/1983.** Vincula a Coordenação de Assuntos Culturais - CAC à Pró-Reitoria de Extensão.

UFPI. **Ato da Reitoria nº 679/1983.** Cobrança de taxas para participação de cursos em extensão universitária será fixada para cada curso, pela pró-reitoria de extensão.

UFPI. **Resolução 73/1991.** Dispõem sobre a criação do Museu Universitária de Artes - MUNIARTES.

UFPI. **Ato da Reitoria nº 661/1991.** Institucionalizar a partir de 01.05.1991, a bolsa de extensão, vinculada à pró reitoria de extensão.

UFPI. **Resolução 005/1992.** Fixa norma que regulamentar as atividades de extensão na UFPI.

UFPI. **Resolução 006/1992**. Fixa Normas para Execução do Programa Bolsa Extensão para Estudantes de Graduação da Universidade Federal do Piauí.

UFPI. Pró-Reitoria de Extensão. Ações extensionistas na UFPI. **Panfleto informativo** impresso, 1995.

UFPI. **Resolução 58/1996**. Aprovar a integração do Colégio Agrícola de Teresina à estrutura da Pró-Reitoria de Extensão.

UFPI. **Resolução 133/2003**. Aprova normas para funcionamento do Programa de Bolsa de Extensão da UFPI.

UFPI. **Resolução 13/2011**. Disciplina o uso do Espaço Cultural “Professor Noé Mendes”, bem como do Cine Teatro e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/ax428hm6>. Acesso em 25 de jun. de 2024.

UFPI. **Resolução 35/2014**. Aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária da UFPI. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc57ksuu>. Acesso em 25 de jun. de 2024.

UFPI. **Resolução 03/2018**. Aprova Modificação de Denominação e de Subordinação de órgãos da UFPI. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ryuur6x>. Acesso em 26 de jun. de 2024.

UFPI. **Resolução 09/2018**. Ratifica e Retifica a Resolução nº 03/18 CAD, de 01/02/2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/6mdrtzsd>. Acesso em 26 de jun. de 2024.

UFPI. **Resolução nº 053, de 12 de abril de 2019**. Regula a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina/PI, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4jej4ukz>. Acesso em 30 de jun. de 2024.

UFPI. **Reitor recebe equipe da UFPI que atuou no Projeto Rondon**. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4b-2b9pv2>. Acesso em 10 de ago. de 2024.

UFPI. **UFPI divulga o resultado final do Programa de Extensão Universitária**. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3968yrd3>. Acesso em 21 de ago. de 2024.

UFPI. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Quadro Geral dos Cursos de Graduação**. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3a7z28au>. Acesso em 21 de ago. 2024.

UFPI. **Portaria** nº 06, de 20 de abril 2020. Regulamenta, de forma excepcional e temporária, a prestação de serviços gratuita, como ação de extensão no âmbito da UFPI. 2020a. Disponível em: <https://tinyurl.com/ye2anx9d>. Acesso em 21 de ago. de 2024.

UFPI. **Portaria** nº 07, de 23 de abril de 2020. Regulamenta a institucionalização de produtos e publicações de enfrentamento à COVID-19 como ações de extensão. 2020b. Disponível em: <https://tinyurl.com/bmuf8jzt>. Acesso em 20 de ago. de 2024.

UFPI. **Edital** nº 04, de 30 de abril de 2020. Seleção e fomento a projetos

De extensão no enfrentamento à COVID-19. 2020c. Disponível em: <https://tinyurl.com/4nsd86dn>. Acesso em 20 de ago. de 2024.

UFPI. **Resolução nº 297, de 20 de junho de 2022**. Altera a Resolução CEPEX/UFPI nº 085/18 de 22 de maio de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 22/18 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 021/18 de 16 de fevereiro de 2018, Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19, de 12 de abril de 2019 e dá outras providências. (CEPEX). Teresina/PI, 2022.

Disponível em: <https://tinyurl.com/yah4fzd3>. Acesso em 21 de ago. de 2024.

UFPI. **Relatório de Gestão**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Teresina, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4uv89rup>. Acesso em 20 de ago. de 2024.

UFPI. **52 anos: Universidade Federal do Piauí completa mais um ano**. Teresina, 2023. Disponível em <https://tinyurl.com/4d9p5nv5>. Acesso em 19 de ago. de 2024.

Cutticularização da extensão na formação em Serviço Social no Brasil: elementos históricos e políticos

Terezinha de Fátima Rodrigues

Juliana Fracaro da Silva

Girlene Gomes Cunha

Introdução

Este artigo efetua a reflexão sobre a curricularização da extensão na formação em Serviço Social no Brasil, apontando elementos históricos e políticos a partir das concepções que a sustentam e alguns de seus desafios. No percurso metodológico foi realizada pesquisa documental e bibliográfica e reflexões oportunizadas pela participação na Comissão de Temporária de Trabalho (CTT) da Curricularização da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa - ABEPSS – gestão 2023/2024, *“Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!* Busca contribuir com as discussões sobre a temática na afirmativa desta importante incorporação na formação graduada em serviço social sem o desconhecimento

de grandes desafios em tempos de precarização do trabalho docente e mercantilização da educação.

A curricularização da extensão tem sido pauta de discussões na formação graduada em Serviço Social no Brasil e compõe importante movimento de ampliação das ações junto à comunidade, articulada à qualificação da formação, com possibilidades de estudantes e docentes se aproximarem, de forma mais sistemática, das realidades no território e construir, articuladamente, propostas de intervenção. Porém, em um cenário de precarização da política de educação no país, são vários os desafios que se colocam.

Apesar da aprovação da Curricularização da Extensão constar do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 - no mínimo 10% da carga horária em atividades extensionistas, será, a partir da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC - (Ministério da Educação), que a ABEPSS consolidará um conjunto de reflexões e documentos orientativos às Unidades Formadoras de Assistentes Sociais – UFAS.

Ressalta-se neste sentido, a formação de uma Comissão Temporária de Trabalho – CTT e importante documento preliminar, lançado em 2020 com respectiva publicação oficial em dezembro de 2022, denominado *Curricularização da extensão e Serviço Social*, na gestão 2021/2022, “*Aqui se respira luta*”.

É do conhecimento que a extensão sempre ocupou, no espaço das universidades brasileiras, lugar menor no campo da visibilização e de uma política extensionista, sendo maior ênfase, o ensino e a pesquisa. Muitos dos projetos extensionistas sempre foram dependentes de iniciativas individuais de docentes, no campo de áreas temáticas de interesse, sem uma real incorporação no escopo da formação profissional, vinculados à uma política articulada ao ensino e à pesquisa.

Se nas universidades públicas isso era uma realidade, em relação às universidades privadas este lugar sempre foi ainda menos privilegiado visto a natureza de algumas universidades privadas, as condições de trabalho docente e os contextos de mercantilização e mercadorização da educação superior privada no país.

Esses são alguns dos entraves a enfrentar em um momento em que a extensão ganha renovado fôlego, assentada em uma concepção de formação vinculada ao território, onde estudantes possam desenvolver processos mais interativos com a comunidade, sendo um de seus aspectos norteadores a inserção na matriz curricular dos cursos. Se, por um lado, esses são elementos importantes, por outro, tensionam e disputam concepções teóricas e políticas e enfrentam o enorme desafio de implementação em tempos de precarização da educação superior brasileira.

Concepções históricas, teóricas e políticas sobre a extensão

A prática extensionista na universidade brasileira não é nova. Data de 1931 sua incorporação na universidade pública, por meio do Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, onde se apresenta com um caráter assistencialista, de prestação de serviços e como espaço de articulação de conhecimentos. Em seu art. 109 tem-se: “a extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.”

A concepção de cursos, conferências estão colocadas nas ações que se nomeiam práticas extensionistas e a prestação de serviços aparece pouco demarcada, deixando em aberto a relação com a comunidade, desarticulada dos componentes

formativos no processo educacional e mais voltada à realização de cursos e conferências (Brasil, 1931). A relação da universidade com a sociedade ocorria na modalidade de eventos e prestação de serviços. Não fica nítida a intenção de mudanças na realidade concreta e nem mesmo a importância dessas atividades para a formação acadêmica, marcando a concepção de extensão universitária tradicional ou funcionalista que geralmente é assistencialista (Miguens Jr; Celeste, 2014 apud Kochhann, 2021, p. 44).

Será apenas a partir dos anos 1950 que a extensão passa a disputar uma determinada concepção política, em uma abordagem inovadora na universidade - sua aproximação com a comunidade, em processos de transformação social, matéria importante no contexto das Ciências Sociais e da sociedade na década de 1950/1960.

Conforme aponta Rocha (2001), foi nessa década que houve a redefinição do conceito de extensão como um componente essencial em um processo de mudança social e difusão cultural. A extensão passou a ser percebida como estratégica nas vinculações com a comunidade/população do território; como uma missão de cunho social, engajada na transformação e na disseminação de valores culturais para além dos muros da instituição acadêmica (Rocha, 2001, p. 21). O intercâmbio visava não apenas a produção de conhecimento científico, mas também a transformação efetiva da realidade social. O objetivo final era a conscientização e a emancipação humana por meio de uma prática educativa emancipatória.

Salienta-se que o surgimento da Educação Popular (que ainda não possuía essa denominação) parte de uma experiência de extensão universitária do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, a qual promoveu o grupo de educação de jovens e adultos na cidade de Angicos – RN

(1963), contexto em que Paulo Freire cria uma metodologia de ensino considerada como uma teoria do conhecimento (Gadotti; Carnoy, 2018). Metodologia baseada em processos de ensino e aprendizado de natureza coletiva que partia da realidade concreta vivenciada na cotidianidade dos sujeitos. Cabe ainda ressaltar que o curso de Serviço Social compunha o grupo de estudantes extensionistas, curso em que Paulo Freire ministrou algumas aulas, sendo um dos espaços de primeiro contato do Serviço Social com a Educação Popular.

Destaca-se a defesa do papel político da extensão a partir da aproximação com a comunidade, em processos de transformação social. Mesmo durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), em que forças progressistas enfrentaram desafios consideráveis, houve significativa mobilização para solidificar a noção da extensão universitária como um elemento indispensável. Isso se dava tanto para a própria universidade, contribuindo para a formação profissional, quanto para a sociedade em geral, por meio da articulação cultural e político-pedagógica voltada à transformação social.

Essas defesas se encontram no escopo de uma extensão no campo da educação popular, de práticas extensionistas que potencializem o fortalecimento de grupos sociais, podemos dizer, inserida em uma proposta “revolucionária” de educação assentada na realidade social, com o objetivo de fomentar um diálogo contínuo entre a universidade e a sociedade, almejando efetivar transformações sociais significativas. Conforme delineado por Paulo Freire (2013), a proposta central é que a troca de conhecimento entre esses espaços influencie mudanças mútuas.

Porém, em uma sociedade com uma profunda divisão de classes sociais, marcadamente elitista, o modelo educacional

sempre esteve sujeito a conflitos e disputas ideológicas e a extensão universitária reflete essa dinâmica social.

Podemos perceber essas disputas a partir da Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) que reconhece a extensão como atividade universitária incorporando a perspectiva de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, porém na concepção assistencialista e de prestação de serviços (Kochhann, 2021).

Nesta disputa de concepções, destacamos o importante papel do Fórum de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX, na defesa da “transformação da extensão universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade” (Gadotti, 2017, p. 2). Uma referência significativa foi a criação da Política Nacional de Extensão Universitária em 2012, a qual tem como base, o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU) de 2011.

O PNEU estabeleceu como meta a implementação da curricularização da extensão universitária, bem como a concepção de extensão universitária dialógica, colaborativa e coletiva entre sociedade civil e universidade interdisciplinar, indissociável do ensino e da pesquisa, com vista a transformação da sociedade.

As ações vinculadas a uma abordagem colaborativa se assementam em uma perspectiva de democratização do acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo tem a intencionalidade de fortalecer os laços entre a universidade e a sociedade ampliando o impacto das instituições de ensino além de seus limites físicos. Dessa forma, a extensão curricularizada não apenas pode cumprir um papel formativo como também possibilitar a construção de uma base de conhecimento mais inclusiva, diversificada e socialmente relevante.

Não há dúvidas que essas propostas se vinculam a concepções de uma extensão universitária com propósito emancipatório, pela ampliação da coletivização dos conhecimentos, embasada no conhecimento crítico da realidade e com propostas buscando alterar a realidade. Tem-se aqui, marcadamente uma concepção no campo progressista, alargando o papel da universidade e na busca da consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Concepção defendida pela ABEPSS, “extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana” (ABEPSS, 2021).

Acreditamos que Kochhann (2021), tenha sintetizado de forma mais completa e propositiva a extensão universitária emancipatória, também compreendendo que não será a extensão universitária que proporcionará a transformação da sociedade, mas que:

[...] com um projeto de extensão é possível proporcionar aos sujeitos condições de transformar sua prática, seu conhecimento ou sua relação homem-natureza, na perspectiva do coletivo e de uma nova organização das relações de produção social, o que pode favorecer seu trabalho concreto à luz da visão crítico-emancipadora. Nessa perspectiva, um projeto de extensão, pode contribuir para uma transformação em nível micro, de maneira revolucionária, principalmente para a classe trabalhadora na contradição das relações com o capital, visto que muitos projetos são ofertados nos lugares em que os sujeitos são menos favorecidos. Nesse viés a elaboração de um projeto de extensão pode oferecer elementos de emancipação aos sujeitos coletivos a partir de: conscientização e prática de seus direitos enquanto um ser crítico e emancipado, da unidade teoria e prática, do conhecimento teórico/saber, a partir da compreensão metodológica/saber-fazer, da relação forma e conteúdo, da intencionalidade - ação - novas intencionalidades e – da compreensão ideo-política e da prática social inicial e a final (Kochhann, 2021, p. 77).

Como enfatizamos, tratam-se de concepções em disputa e a afirmativa da extensão na indissociabilidade ensino - pesquisa, bem como, com propósito emancipatório por meio da construção coletiva de conhecimentos entre universidade e sociedade decorre do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, com a inserção de, no mínimo 10% da carga horária em atividades extensionistas. E será, por meio da Resolução 07 de 2018, que o MEC designa as Diretrizes da Extensão para todos os cursos de graduação do país e estabelece a curricularização da extensão.

Trata-se de uma legislação dúbia quanto à sua concepção, principalmente a defesa da curricularização como possibilidades de serviços pelas universidades, lógica que tem sido capturada pela esfera privada na disputa da universidade em seu papel político de formação e transformação da realidade social em marcos emancipatórios.

Ao mesmo tempo em que as Diretrizes da Extensão do MEC apresentam a possibilidade de projetos e programas, disponibiliza a prestação de serviço, eventos e cursos, que desconfiguram a concepção de extensão universitária popular, apresenta contradições que, podem se tornar espaços de tensionamentos na direção política desejada para a curricularização. Vejamos algumas dessas contradições.

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da constru-

ção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Brasil, 2021, grifo nosso).

Consideramos que esses princípios são fundamentais à uma concepção de curricularização em seu importante papel social e de articulação no tripé ensino, pesquisa, extensão. Porém, também é reveladora de disputas que orbitam em torno da curricularização da extensão no país.

Diante do exposto, nos debruçamos a refletir a curricularização na particularidade da formação em Serviço Social e quais desafios se colocam à sua efetivação na concepção defendida, bem como na necessária articulação à educação antirracista, pautas fundamentais para a profissão nos últimos anos.

Formação em Serviço Social e a curricularização da extensão

A formação graduada em Serviço Social no Brasil tem seu norte ético, teórico e político fundamentado nas Diretrizes Curriculares (DC) para os Cursos de Serviço Social (1996), as quais representam importante processo de qualificação da formação em uma dimensão crítica da realidade social, e dentre os princípios que a fundamentam, tem-se o rigoroso trato histórico, teórico e metodológico da realidade social, a adoção de uma teoria social crítica, as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e a indissociabilidade de ensino pesquisa e extensão (ABEPSS, 1996).

Articulada às DC, tem-se o importante movimento na categoria profissional, do debate étnico-racial propiciando incorporações fundamentais à formação, como a educação

antirracista, que, a partir da construção em 2018, dos *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social* - ABEPSS, gestão 2017-2018 – *Aqui se respira luta*”, torna-se um dos eixos articuladores dos processos formativos.

A curricularização da extensão e a educação antirracista tornam-se centrais nos processos formativos em Serviço Social e com isso, instiga e exige das UFAS um movimento de revisão de seus projetos políticos-pedagógicos (PPP) em uma perspectiva de incorporação não linear e formal, mas se colocando em movimentos de reflexões, debates, mesas, aprofundamentos tensos e intensos pelas questões que emergem deste contexto.

No âmbito da formação antirracista exige o desvelamento e enfrentamento do racismo institucional existente na sociedade brasileira e presentes também nos processos formativos em Serviço Social. Agrega-se aos processos da formação em serviço social, a dimensão das lutas contra todas as formas de opressões, como prevê o Código de Ética Profissional das/os Assistentes Sociais (2011). Com isso, a necessária articulação da formação a conteúdos e práticas nas dimensões antirracistas, antilgbtqi+ fóbicas e anticapacitistas.

Esses são movimentos éticos e políticos necessários no contexto da formação profissional e podemos afirmar que há um esforço por parcela considerável das UFAS no Brasil, de incorporação e articulação da formação antirracista com base no tripé ensino, pesquisa e extensão. Sabemos da diversidade que marca o conjunto das UFAS que apresentam naturezas distintas, modalidades diferentes de formação, porém, como marcas que as unificam, processos de precarização intensificados nos últimos anos.

Precarização que se reflete em contextos de desfinanciamento da educação pública superior, ampliação do ensino

privado, incentivos e ampliação do ensino à distância - Ead, intensificação do trabalho docente mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação -TICs, pressões pela produção acadêmica incorrendo no denominado “produtivismo”, ausência de novas vagas docentes e de incentivo à carreira docente nas universidades federais; nas universidades privadas, a superexploração da força de trabalho docente, dentre outras questões que se colocam presentes. Estes são aspectos a serem considerados e que influenciam nos processos de efetivação da curricularização na concepção defendida.

De acordo com o sistema e-MEC (2023), o país possui 71 universidades públicas com o curso de Serviço Social com 5.598 vagas, em contraste com as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que possuem um total de 624 cursos totalizando 316.377 vagas, iniciados, não iniciados e em atividade, sendo 464 presenciais (considerando a mesma IES com diversos *campus*) que ofertam 68.114 vagas e 160 na modalidade Ead (desconsiderando os diversos polos da mesma IES), ofertando um total de 248.263 vagas.

Nesta correlação com a formação profissional – ensino público, privado e privado (Ead) a pesquisa *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional* (CFESS, 2022) é reveladora quanto a natureza da instituição formadora das/os participantes. Setenta e um vírgula nove (71,09%) das/os assistentes sociais informaram a formação em IES privadas, sendo essas de cunho privado com e sem fins lucrativos, filantrópicas, confessionais e comunitárias em contraste com 28,91% das IES públicas (municipais, estaduais e federais), revelando “a persistência histórica de prevalência do ensino privado de natureza mercantil no Serviço Social, com acelerado acréscimo nas privadas lucrativas” (CFESS, 2022, p.51).

Faz-se necessário mencionar ainda a desproporcionalidade das ofertas de vagas nas IES públicas. De acordo com o Censo da Educação do Ensino Superior (INEP, 2021), 96,4% das vagas em cursos de graduação são disponibilizadas pelas IES privadas, evidenciando o projeto do capital, instituído pelos órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e incorporado como meta no Plano Nacional de Educação (2001-2011) com a falácia da democratização do acesso ao ensino superior.

Esses dados demonstram o acesso desigual a uma educação pública, gratuita e de qualidade, do qual sabemos que mesmo com a implementação da “Lei de Cotas e a criação do Sistema de Seleção Unificado - SISU, ambos de 2012, que possibilitaram maior acesso das/os estudantes negras/os, indígenas e brancos de baixa renda, na universidade pública” (Silva, 2022, p. 36), a classe trabalhadora tarda e/ou não acessa a universidade pública, ficando submetida à formação profissional mercantilizada. Uma proposta de

[...] ensino superior reduzido à transmissão de conhecimentos para formação de mão-de-obra pouco qualificada e para adestramento dos indivíduos, típicos de um ensino fragmentado e parcializado, sem base no tripé ensino, pesquisa e extensão e muito menos com o caráter educativo transformador, proporcionando, ainda, a mercantilização do ensino superior com o discurso falso de democratização e expansão de acesso, principalmente da classe trabalhadora que não conseguia alcançar as universidades públicas. (Silva, 2022, p. 33).

Como implementar a curricularização da extensão diante deste quadro? Há uma preocupação em relação aos cursos de Serviço Social brasileiros: até que ponto os cursos públicos e privados, inseridos ou não em instituições hegemônicas pela lógica de mercado, terão condições de implementar a

curricularização da extensão na concepção de extensão popular e emancipatória, defendida pela ABEPSS e articulada à educação antirracista?

Como não sucumbir às pressões presentes nas universidades, sejam públicas ou privadas, do papel da universidade na lógica de prestação de serviços e abertura às parcerias com a iniciativa privada?

Esses são desafios da formação no contexto atual e destaca-se o papel da ABEPSS para a direção ética e política a um projeto de formação profissional alinhado à uma outra perspectiva: a do papel político da formação profissional, a da possibilidade de uma educação com vistas à transformação social, sem perder o chão concreto de profundos desafios em que se constrói essa formação.

Conclusão

É de conhecimento o cenário de precarização do ensino superior público, marcado não apenas pelos cortes orçamentários significativos nos últimos anos, como também, pela perspectiva mercadológica não só no âmbito privado de uma forma mais expressiva, como também na esfera pública, na dimensão das parcerias público-privadas.

Com isto, a implementação da curricularização da extensão no contexto do Serviço Social no Brasil se depara com desafios significativos de natureza político- institucional. É importante explorar os principais obstáculos enfrentados, levando em consideração as particularidades das UFAS e as condições de trabalho docente, porém sem perder a direção política da curricularização da extensão.

A necessidade de incorporar a curricularização da extensão nos PPP (projetos políticos pedagógicos) das UFAS apresenta

diferentes desafios e exige estratégias. É uma tarefa que requer tempo, recursos e resistência institucional. Exige o revisitar dos projetos políticos pedagógicos, a discussão e reflexão da direção da formação profissional nas particularidades das UFAS/territórios, pautar e abrir os debates sobre as diferentes concepções de extensão presentes nesses contextos e com certeza, defender dada concepção: a voltada a ações inseridas nos territórios em uma perspectiva emancipatória articulada à formação antirracista.

Para além da defesa de concepção e inserção da curricularização da extensão, as lutas por financiamento, condições de realização das propostas extensionistas e condições de trabalho docente são absolutamente necessárias e deverão constituir-se em uma agenda e pauta de lutas. Ressalta-se neste sentido, a importância da ABEPSS nesses processos, buscando fortalecer as UFAS com discussões e construção de estratégias para o enfrentamento destes desafios! Avante!

Referências

ABEPSS. **Curricularização da extensão e serviço social**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynnfc9an>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdh6netz>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**, 2018. Disponível em: https://tinyurl.com/bynay2dv_. Acesso em: 28 abr. 2022.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação em Serviço Social**, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/dsfxka5u>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe da organização do sistema de ensino superior. Brasília, DF. Disponível em: <https://tinyurl.com/22th8r4k>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.254, de dezembro de 1950.** Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Brasília, DF. Disponível em: <https://tinyurl.com/4rzbffjd>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://tinyurl.com/24pjsy88>. Acesso: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/mryev3xy>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução nº. 07, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/4598erus>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados.** Disponível em: <https://tinyurl.com/ymabb2pm>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/5cc9apmj>. Acesso em: 05 dez. 2023.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Disponível em: <https://tinyurl.com/46uardc8>. Acesso em: 14 de abr. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: 1 ed. digital. Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GADOTTI, M.; CARNOY, M. **Reinventando Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire.** São Paulo: Instituto Paulo Freire. Lemann Center/Stanford Graduate School of Education, 2018.

KOCHHANN, A. **Epistemologia da extensão universitária: constructos iniciais.** Goiânia: Kelps, 2021.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 113ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 1986.

RENEX **Documentos e Publicações.** Disponível em: <https://tinyurl.com/bdefbt72>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ROCHA, R. M. G. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? **Educação em Debate.** Fortaleza, n. 6/7 (2/1), p. 53-60, jan./jun. 1984.

ROCHA, R. M. G. A construção do Conceito de Extensão universitária da América Latina. *In:* ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília-DF: UnB, 2001.

ROCHA, R. M. G. Voltando a falar da extensão universitária: a questão da creditação em foco. **Educação em Debate.** Maranhão, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2vzffcdf>. Acesso em 03 mar. 2023.

SILVA, A. P. P. Desafios à educação antirracista no Serviço Social: o racismo estrutural e a formação social e histórica brasileira. *In:* MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. **Racismo**

Estrutural, Institucional e Serviço Social. São Cristovão-
-SE: Editora UFS, 2020.

A curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social no Brasil: aproximações iniciais, desafios e perspectivas

Elivânia da Silva Moraes

Edinaura Luza

João Victor de Oliveira Araújo

Juliana Fracaro da Silva

Vera Núbia Santos

Nilo Craveiro Rodrigues

Introdução: contextualizando o debate sobre a curricularização da extensão no Serviço Social

O texto em tela, construído a partir de um processo metodológico de revisão de literatura e documental da temática central, almeja contextualizar os processos que têm permeado a implementação da curricularização da extensão no Brasil, com especial ênfase no Serviço Social, cuja formação, a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), possui em seu cerne a análise, intervenção crítica e apreensão de totalidade na realidade. Nesta esteira, propugna pela consolidação

da extensão popular, comunicativa e orientada para uma educação emancipatória, a qual perpassa: a disputa e a discussão democrática nas universidades e nos cursos acerca do financiamento para a implementação das atividades extensionistas; o desenvolvimento de ações que considerem a realidade vivenciada pelos/as discentes; a construção de estratégias para que a extensão se consolide de forma horizontal e orgânica junto às comunidades regionais, dentre outros elementos. Tais elementos receberam grande evidência em produções da ABEPSS, assim como nas suas Oficinas Regionais e Nacional no ano de 2023, intensamente voltadas a aprofundar o debate sobre a formação antirracista e cujos relatórios serviram de base para este texto, que se coloca como um convite ao aprofundamento dos necessários processos de luta e resistência na implantação da curricularização da extensão na graduação.

Em 18 de dezembro de 2018, foi publicada a Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com a finalidade de atender à estratégia 12.7 relativa à Meta 12 do Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2018, s/p). Esta resolução estabeleceu as Diretrizes para a inclusão da extensão na educação superior em todos os cursos existentes no território brasileiro. Com prazo determinado para implementação até 2023, as instituições têm enfrentado o desafio complexo de integrar, em seus projetos pedagógicos institucionais e nos currículos dos cursos de graduação, o percentual mínimo de 10% de atividades extensionistas.

O artigo 5º da Resolução nº 7 em destaque delinea uma dada concepção da extensão universitária e práticas associadas, dentre as quais destacam-se como elementos estruturan-

tes nas suas diretrizes i) a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio de troca de conhecimento e ii) a interdisciplinaridade e a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2018).

Faz-se necessário ressaltar que a extensão se caracteriza como um dos campos de disputas políticas e pedagógicas na educação superior brasileira, visto que nesse nível da educação 87,93% das instituições são privadas e ofertam 96,18% das vagas de graduação segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2022 (INEP, 2023). O Movimento “Todos pela Educação”, como uma instância do Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, destaca a ênfase nos interesses intrinsecamente vinculados ao empresariado da educação. O referido Observatório possui uma página de acesso ao acompanhamento de todas as metas do PNE, das quais destacamos as metas 12, 13 e 14 que tratam do ingresso de jovens de 18 a 24 anos na educação superior, da titulação do corpo docente e da titulação nos cursos de mestrado e doutorado, respectivamente. De fato, apenas a meta 12 dentre as metas desse nível da educação, qual seja “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior em 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão, para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público” (Brasil, 2014, s. p.), ainda não foi atingida.

As estratégias para atingir a meta em destaque passam pela apreciação e referendo do CNE que, como sinalizado anteriormente, aprovou a resolução que trata da curricularização da extensão nos cursos de graduação a nível nacional. Os impactos dessa normativa ainda necessitam ser devidamente analisados, mas a exigência de sua implantação até o final de 2022, mesmo considerando uma prorrogação em decorrência da situação de emergência de saúde advinda da pandemia da Covid-19, levou a um aligeiramento no processo uma vez que

em muitas instituições a normativa interna não passou por debate com ampla participação de discentes, docentes e corpo técnico-administrativo ou mesmo com a sociedade. Vale mencionar que a adaptação ou revisão dos projetos pedagógicos para atender à resolução em epígrafe deu-se nas várias instituições de educação superior, atingindo assim todos os cursos de graduação no país.

Dentro do espectro dos cursos de graduação está inserido o Serviço Social, o qual assessorado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) através da Comissão Temporária de Trabalho (CTT), vem a pelo menos três gestões, quase seis anos, fomentando as discussões e análises acerca da concepção de extensão na educação superior, particularmente no Serviço Social, e da implantação da curricul平rização da extensão em suas unidades de formação acadêmicas.

Esse processo não passou despercebido na ABEPSS e outras entidades da categoria. Dentre as ações organizadas pela ABEPSS, com o objetivo de fundamentar as reflexões sobre a curricularização da extensão no Serviço Social, foi organizado em 26 de maio de 2021 um evento virtual voltado para essa temática. Durante esse encontro, foi compartilhado um documento preliminar¹ que delineava as preocupações identificadas pela entidade, além de exemplificar projetos de extensão universitária bem sucedidos na convergência entre ensino, pesquisa e extensão. A intenção subjacente era que tais resultados pudessem servir como subsídios para os demais cursos no país, instigando uma reflexão mais ampla sobre a incorporação da extensão nos currículos acadêmicos.

1 A versão final do documento foi lançada no dia 26 de janeiro de 2023, sendo complementada com uma experiência de extensão universitária do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O documento pode ser acessado através do site da ABEPSS, através do link: <https://tinyurl.com/yynfc9an>.

É relevante ressaltar que a extensão universitária se coloca como um dos pilares essenciais para avançar na consolidação de uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada, conforme delineado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Essa perspectiva também se alinha com a defesa da profissão de Serviço Social, a qual busca uma formação profissional de qualidade e crítica, com vistas a uma educação voltada para a emancipação humana.

Destaca-se, dessa maneira, que o Projeto Ético-Político da Profissão de Serviço Social rejeita veementemente a mercantilização da educação, fenômeno amplamente difundido pelos grandes conglomerados educacionais que, lamentavelmente, têm penetrado até mesmo nas universidades públicas. Esse movimento de mercantilização busca internalizar e disseminar os princípios do pensamento neoliberal por meio dos projetos pedagógicos dos cursos, o que contraria diretamente a visão de uma educação comprometida com a emancipação e os valores sociais que estão presentes no projeto profissional da área nas últimas quatro décadas.

Nessa esteira, nos cursos de Serviço Social, a implementação da curricularização da extensão representa uma preocupação acentuada, haja vista que, como sinaliza Iamamoto (2012, p. 443):

A intensa e recente expansão dos cursos de graduação no circuito do ensino privado tem sérias implicações para a política de formação acadêmica e para o exercício profissional, visto que esses novos cursos não acompanharam historicamente o processo coletivo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares, sob a direção da ABESS, hoje ABEPSS.

À preocupação da autora, faz-se importante incorporar e destacar que o cenário dessa terceira década do século XXI

aponta para um crescimento significativo da oferta de vagas na área na modalidade de Ensino a Distância (EaD). O Censo de Educação Superior de 2022 aponta o Serviço Social como um dos dez cursos com mais matrículas nessa modalidade de ensino (INEP, 2023), o que compromete, de forma incisiva, a preocupação com a atividade de extensão na formação. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS estabelecem um direcionamento político-pedagógico que, embora de maneira sutil, coloca a extensão universitária como parte das atividades do processo de formação profissional. Essas diretrizes expressam inequivocamente a defesa de uma educação pública, presencial, secular, gratuita, de excelência e socialmente referenciada, fundamentada na tríade ensino, pesquisa e extensão.

Essa abordagem ressalta a importância da extensão como um dos pilares do processo formativo, reconhecendo sua contribuição para a formação integral dos/as estudantes e para a concretização de uma educação comprometida com as demandas sociais. A ênfase no tripé ensino, pesquisa e extensão reflete o compromisso com a produção e difusão do conhecimento articulado com a realidade, contribuindo assim para avançar na luta e construção de uma sociedade justa e igualitária.

Formação Profissional do/a Assistente Social e a Extensão na Educação Superior

A importância da extensão universitária na formação profissional do Serviço Social é compreendida pelo seu caráter interventivo, alinhado com o Projeto Ético-Político da Profissão. Ao adotar uma abordagem direcionada para a concepção de extensão popular, comunicativa e voltada para os processos de emancipação humana (ABEPSS, 2021), cabe enfatizar que a extensão representa um elemento crucial na formação acadêmica. Com a compreensão de que se trata de

um importante elemento da formação, convém destacar que, em estreita articulação com o ensino e a pesquisa, a extensão proporciona uma:

[...] formação profissional como uma capacitação que envolva articuladamente as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a compreensão crítica dos processos históricos como totalidade; a análise sócio-histórica da formação social brasileira e a particularidade de constituição e desenvolvimento do capitalismo possibilitando a compreensão acerca da própria profissão a partir da questão social que se gesta na relação contraditória entre capital e trabalho; a identificação das demandas que surgem no cotidiano (ABESS, 1997 *apud* ABEPPSS, 2022, p. 24).

Ante a atual conjuntura de desmonte das universidades públicas, com o ataque privatizador, e considerando a disputa de projetos de educação, que no momento pende para aquele vinculado aos interesses do mercado financeiro conduzido pelo projeto neoliberal em vigor desde os anos de 1990 (Dahmer, 2010), surgem preocupações que dizem respeito à concepção de extensão universitária e o significado da implantação de ações extensionistas curricularizadas. Note-se que as diretrizes do MEC (Ministério da Educação) apresentam como lacuna na sua interpretação a redução de extensão à oferta de cursos, prestação de serviço e eventos, e tende a distanciar-la da possibilidade efetiva do estabelecimento de uma precípua articulação com a população ou com vários setores da sociedade, como forma de retorno social do processo de ensino/pesquisa na formação acadêmica, considerando a indissociabilidade do tripé que caracteriza a educação superior.

A ABEPPSS apresenta três preocupações na formação profissional que vêm sendo adensadas pelas experiências recentemente em vigor. A primeira consiste na concepção de

extensão que respalda as ações, considerando que as forças antidemocráticas com grande legitimação no período entre 2016 e 2022, “podem se beneficiar deste processo para reforçar uma concepção de extensão voltada para os interesses do mercado e não para os princípios que regem a Política Nacional de Extensão” (ABEPSS, 2022, p. 30). Essa é uma preocupação legítima, já que a maioria dos cursos de Serviço Social no Brasil é ofertada em instituições de ensino privadas com um intenso processo de mercantilização e financeirização da educação, tendo em sua maioria cursos precarizados para atender ao desígnio do lucro.

A segunda preocupação está relacionada às atividades e “vínculos” efetivados, além de uma atenção especial às/aos estudantes trabalhadoras/es. Já foi sinalizado que as Diretrizes da Extensão do MEC (2018) apontam atividades como programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços como inerentes à extensão e a limitação que essa interpretação traz. Assim, a ABEPSS (2022) sugere a especificação das atividades realizadas, considerando que:

[...] priorizando atividades contínuas e vinculadas às lutas e resistências instituídas pela classe trabalhadora ou, como aqui denominamos uma concepção popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória isto irá contribuir para o fortalecimento da direção ético-política que a profissão tem assumido.

A terceira questão está relacionada ao *como* a extensão vem sendo implementada no âmbito dos currículos, haja vista a opção de muitos cursos pela inserção de ações de extensão no âmbito das próprias disciplinas. A proposta da extensão não é restringi-la à sala de aula, apenas. A extensão universitária é indissociável do ensino e da pesquisa. Neste sentido, a realização de extensão por meio de sua inserção em disciplinas,

tendo em vista especialmente o contexto de estudantes trabalhadores/as com poucas condições de realização de atividades para além do turno das aulas, implica num esforço fundamental de articulação das ações planejadas junto à comunidade e instituições externas, numa relação horizontal, de troca, e deve considerar que não se constitua em ações pontuais e descontínuas. Coloca-se como pertinente a vinculação das ações planejadas no âmbito de disciplinas a projetos de extensão mais amplos e com profunda articulação com demandas regionais.

Com essas três “questões de fundo”, evidencia-se uma percepção sócio-histórica da perspectiva de extensão na formação em Serviço Social.

Cabe ressaltar que desde meados da década de 1970 o Serviço Social articula seu projeto de profissão às lutas da classe trabalhadora nas quais se insere, sendo a formação e o exercício profissional direcionados à defesa e ampliação de direitos, especialmente dos segmentos mais subalternizados da “classe que vive da venda de sua força de trabalho” (Antunes, 2002). Consolida-se nesse momento a virada de uma hegemonia conservadora para uma formação e atuação profissional numa perspectiva crítica, o que permitiu dar os passos iniciais para um novo projeto profissional hegemônico, que chega ao ápice na década de 1990 com a denominação de projeto ético-político. Como aborda Abramides (2016, p. 472),

As lutas no período do avanço da precarização do trabalho e do neoliberalismo reafirmaram o PEP por meio de posicionamentos no que se refere a: autonomia e independência das entidades da categoria em relação ao Estado, ao governo e ao patronato; luta contra o neoliberalismo de todos os governos, de 1989 a 2016; defesa dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados; luta contra as contrarreformas do Estado, da Previdência Social, sindical,

trabalhista e do ensino superior (EAD — Ensino a Distância e mestrados profissionalizantes); em defesa do ensino público, laico, gratuito, universal, de qualidade e socialmente referenciado; contra a criminalização dos movimentos sociais e contra a lei antiterror sancionada em 2016.

Observam-se muitas questões que surgem para pensar a formação profissional em Serviço Social e a extensão, sendo uma questão complexa e desafiadora, deve considerar, inclusive, o cenário atual em que o conservadorismo intensifica a desestruturação das lutas de classes e aprofunda o distanciamento entre aqueles/as que produzem e os que detêm a riqueza produzida socialmente.

Nesse contexto, podemos destacar alguns aspectos que necessitam de uma análise mais aprofundada nessa relação formação profissional do assistente social e a extensão, quais sejam:

Influência da lógica de mercado: Instituições, sejam públicas ou privadas, muitas vezes são influenciadas pela lógica mercadológica, priorizando resultados imediatos e alinhamento com demandas empresariais em detrimento de abordagens mais voltadas para a emancipação e ação social.

Limitações estruturais e financeiras: A falta de recursos humanos, em especial a valorização do trabalho docente², financeiros e estruturais, pode dificultar a implementação eficaz das diretrizes de extensão, comprometendo a oferta de uma formação de qualidade e alinhada com os princípios propostos.

Não aceitação das mudanças: Alguns setores das instituições podem resistir a alterações que demandem uma abordagem

2 Compreendendo que a extensão universitária é também trabalho e deve ser remunerado com tal, já que será incluída como demanda/tarefa/atividade do trabalho profissional docente.

mais engajada socialmente mantendo uma postura mais alinhada com a competitividade do mercado, não dando validade à extensão universitária e hierarquizando o tripé, colocando-a como menos relevante.

A possibilidade de os cursos de Serviço Social sucumbirem a práticas assistencialistas e mercadológicas, em detrimento de uma abordagem comprometida com a emancipação social, é um risco real e evidencia-se na medida da ampliação de uma força de trabalho que se mostra precarizada nas suas condições de trabalho, haja vista a percepção do perfil que tem de trabalhadoras/es assistentes sociais (CFESS, 2022). Esse cenário pode ser impulsionado pela influência da ideologia neoliberal, que prioriza a lógica de mercado em detrimento do acesso aos direitos sociais. Se essa tendência prevalecer, poderá resultar em efeitos devastadores não apenas na formação dos profissionais de Serviço Social, mas também na sociedade.

Diante desse quadro, na Oficina Nacional da ABEPSS ocorrida no final de Outubro de 2023 na cidade do Recife, especificamente no Colóquio de Graduação, ficou evidente ser crucial promover a resistência à perspectiva conservadora na implantação das diretrizes de extensão e buscar estratégias para fortalecer uma abordagem comprometida com a emancipação social e a defesa dos direitos humanos. As Oficinas Regionais que antecederam a nacional também evidenciaram o debate coletivo acerca da “curricularização da extensão”. Isso significa promover também na extensão universitária a incorporação da formação antirracista, ficando a ABEPSS Nacional e as Regionais com o compromisso de direcionar e estimular o diálogo com as unidades de formação sobre a implementação da curricularização da extensão universitária com esta perspectiva.

Essa direção envolve a mobilização de discentes, docentes e demais agentes envolvidas/os na formação em Serviço Social, bem como das entidades da categoria como ENESSO e o Conjunto CFESS/CRESS, além do estabelecimento de parcerias com os movimentos sociais comprometidos com uma educação efetivamente popular, ou seja, com uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade que produz conhecimento coletivo com e para a sociedade, possibilitando uma formação profissional interventiva e de qualidade, visando à transformação de situações micro (particularidades/singularidades) pertinente a ela através de uma intervenção pedagógica, tendo como horizonte a superação da sociedade da exploração (universalidades).

O Processo de Implementação da Curricularização da Extensão no Serviço Social Brasileiro e os Desafios à Formação Profissional Crítica e com Qualidade

A partir da leitura dos relatórios das oficinas regionais e nacional da ABEPSS ocorridas no segundo semestre de 2023, cuja temática da curricularização da extensão fora abordada nos colóquios da graduação e, ainda, com o acúmulo dos debates estabelecidos no âmbito da Comissão Temporária de Trabalho (CTT) da Curricularização da Extensão existente já na terceira gestão nacional, busca-se expor e problematizar algumas questões recorrentes nos diálogos estabelecidos nesses espaços.

Um dos desafios amplamente mencionados nos relatórios das oficinas regionais foi a necessidade das revisões dos projetos pedagógicos dos cursos, as quais chegaram como um imperativo legal com pré-definições institucionais quanto ao formato de tempo, carga horária, e das atividades de extensão,

dentre outros aspectos. Importa considerar que as exigências de uma revisão curricular são muito mais profundas que os aspectos formais citados. Não se pode ou deveria poder efetivar uma revisão curricular para inserir a curricularização da extensão pensando em somente um aspecto a parte ou uma inserção de um tópico a mais ao que já existe formalmente definido em um projeto formativo.

A curricularização da extensão chega ao curso de Serviço Social com a exigência de pensar uma universidade democrática e popular, como espaço contraditório de excelência na pesquisa e ao mesmo tempo com a missão de colocar à serviço da população os conhecimentos desenvolvidos e, mais que isso, desenvolver esses conhecimentos não **para** a comunidade, mas **com** a comunidade.

A implantação de sistemas de cotas nas universidades públicas, ainda que sob muitos ataques de setores conservadores da sociedade e em um momento em que o modelo de universidade pública cada vez mais se direciona para uma lógica privatista do acesso à educação pública (e portanto, impondo entraves para, por exemplo, a permanência e concretização do acesso à educação superior), ainda pode ser um dos caminhos para efetivação de meios para estabelecer essa aproximação mais evidente com a comunidade.

Portanto, propõe um grande desafio de subversão de uma lógica de elitização do saber e, em última análise, recoloca a pauta presente na concepção freiriana de aliança entre saber popular e saber científico e a concepção de uma educação emancipatória subsidiada em uma prática da liberdade. Ou seja, ao invés de pensar em inserir algumas atividades para cumprir uma exigência das legislações educacionais, é preciso questionar como se forma, para que e para quem formamos.

Um outro aspecto é que toda revisão curricular prescinde da participação de suas/seus sujeitas/os, no caso discentes, docentes e supervisoras/es de campo. Importante salientar que essa revisão necessita definir uma concepção de formação profissional, a defesa de como se vê a função da universidade e sua relação com a sociedade.

O caminho, nesse sentido, é o da participação coletiva, o que se expressa também como um desafio. Esse desafio de participação coletiva dos sujeitos da formação está articulado diretamente aos desafios da permanência estudantil na educação superior. Pelos relatórios das oficinas regionais, fica evidente que o perfil dos discentes é constituído em sua maioria por estudantes trabalhadores, assim também como, em grande monta, estes estão nos cursos noturnos o que dificulta ou mesmo inviabiliza o envolvimento em projetos e/ou atividades de pesquisa e extensão. Somado a isso, ressalta-se também a falta de apoio pedagógico por parte da instituição que não incorpora (ou incorpora de forma insuficiente) as necessidades culturais e territoriais de discentes, docentes e supervisores de campo em suas particularidades, a exemplo dos quilombolas, indígenas e de povos originários, bem como da incorporação das experiências de trabalho junto a essas comunidades nas aulas.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão é outro desafio presente e pontuado nas oficinas regionais e nacional, pois no contexto universitário essa articulação entre as três dimensões sempre foi complexa e problemática. No início da implantação da Educação Superior no Brasil, a dimensão do ensino era o grande objetivo. Após a reforma universitária da década de 1970 e com o avanço da pós-graduação, a pesquisa no espaço acadêmico universitário ficou cada vez mais importante. No entanto, a extensão sempre era a dimensão mais

frágil no tripé anunciado, embora considerada como importante elo do conhecimento acadêmico com a sociedade.

A partir dos diálogos desenvolvidos na oficina regional Norte, a extensão foi assim periodizada:

[...] apresentou os 3 marcos históricos que demarcam o lugar da extensão na Universidade. O primeiro datou do ano de 1985, com a diretriz intitulada pelo Ministério da Educação - MEC como a Nova Universidade, que é caracterizado pela finalização do período ditatorial. O segundo foi definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX em 1987, que demarca uma concepção e legislação da extensão que é a defendida pelo Serviço Social. O terceiro, se refere ao Plano Nacional de Educação de 2010, documento que pela primeira vez surge a discussão sobre a curricularização da extensão em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (Relatório da Oficina Regional da ABEPSS - Regional Norte, 2023).

A situação da implantação da curricularização da extensão nas unidades de formação em Serviço Social, conforme expresso nas oficinas regionais da ABEPSS, foi destacada pela importância de expandir o debate, e ainda que a discussão na entidade permita um acúmulo desde 2019, há necessidade da elaboração de diretrizes específicas que expressem o acúmulo sobre a temática, de forma a contribuir com a mudanças nos projetos político-pedagógicos.

Coloca-se como estratégica a pactuação das fontes de financiamento junto às universidades, especialmente o financiamento público, para as atividades de extensão propostas. Conforme destaca o documento da ABEPSS (2022, p. 33):

a defesa da concepção de uma extensão popular, comunicativa e orientada para uma educação emancipatória passa a disputa e discussão democrática nas universidades

e nos cursos acerca do financiamento e acesso a recursos para a implementação das atividades extensionistas.

Nos dados acessados dos relatórios das Oficinas Nacional e Regionais da ABEPSS, tem-se nítido o não avanço histórico e também recente do financiamento das ações de extensão, o que impacta diretamente na sua consolidação em articulação com o ensino e a pesquisa, bem como a partir de sua concepção ampliada. A ausência ou precarização do financiamento tem implicado em dificuldades para que as ações ultrapassem os muros das universidades, na medida em que não estão disponíveis recursos suficientes para articular o traslado de discentes e docentes envolvidos/as, a compra de materiais, o atendimento às diversas situações, etc.

De forma indireta, a limitação de recursos para o financiamento de assistência estudantil também incide diretamente na consolidação das ações de extensão, na medida em que discentes demandam conciliar estudos com vínculos de trabalhos, na maioria das vezes precários, limitando o tempo disponível para envolvimento na construção e consolidação das diferentes estratégias de extensão junto às comunidades locais.

Uma outra questão posta é que identificar e categorizar a educação superior como campo de disputa política se torna crucial frente ao metabolismo social do capitalismo em tempos de neoliberalismo e capital fetiche, pois, denota a defesa da categoria profissional aos compromissos estabelecidos no Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro e efetivação dos objetivos formativos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Para Iamamoto (2012, p. 141) a “consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade”.

A educação pode e deve ser executada a partir do exercício do livre pensamento e do senso crítico ao reflexo da realidade social. Uma educação que consiga ferir o tecido dos “achismos” e revelar as entranhas da construção social e das relações sociais historicamente desenvolvidas e estabelecidas, assim, não apenas cooperando à reprodução social capitalista. Freire (1996) concebe a educação universalizada e popular como ferramenta de concretização de uma sociabilidade verdadeiramente democrática, fundamental às projeções da emancipação humana e ao exercício da liberdade das/os sujeitas/os. Traz ainda o debate de uma educação brasileira, em contexto pós redemocratização, que reitere o ensino para uma práxis social emancipatória, que capacite as/os sujeitas/os a ir além das superfícies das estruturas, exercendo sua vida cidadã no seio das relações sociais contemporâneas num Estado Democrático e de Direito.

O que teríamos de fazer, uma sociedade em transição como a nossa, inserida no processo de democratização fundamental, com o povo em grande parte emergindo, era tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica. Isto significava então colaborar com ele, o povo, para que assumisse posições cada vez mais identificadas com o clima dinâmico da fase de transição. Posições integradas com as exigências da Democratização fundamental, por isso, combatendo a inexperiência democrática (Freire, 1996, p. 114).

A educação superior, nesse sentido, tem sua funcionalidade fluante entre perspectivas ideológicas de projetos societários. Ao passo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) implanta uma política educacional amplamente popular e democratizada, vetorizada para o en-

frentamento das desigualdades sociais, cuja finalidade é o desenvolvimento pleno das/os sujeitas/os, capacitando-as/os para o trabalho, atuação profissional, e para a prática da vida cidadã; por outro lado, o que se destaca, por assim dizer, é o acirramento da disputa política do projeto educacional e formativo profissional democrático e popular frente ao imediatismo do mercado capitalista e as transformações do mundo do trabalho. Para Andrade e Cavaignac (2018, p. 163):

A expansão da educação superior no Brasil, impulsionada em grande medida pela lógica expansionista do capital com o aparato político-jurídico do Estado, ao mesmo tempo em que amplia significativamente o ingresso de estudantes – inclusive de baixa renda – no ensino superior e faz crescer um mercado de trabalho para profissionais de diversas áreas do conhecimento, traz uma série de desafios à qualidade da formação profissional e ao exercício da docência nesse nível de ensino.

Na esteira dessa expansão, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão não podem se esgotar no rendimento direto à valorização do capitalismo ou mercantilização do conhecimento, mas a valorização do saber com função social, pois, encabeça a formação profissional numa lógica alternativa à hegemonia neoliberal e cria condições de enfrentamento às desigualdades sociais e garantia das prerrogativas constitucionais de promoção da equidade e da Justiça Social.

Tendo o Serviço Social estabelecido compromissos para com a classe trabalhadora e verificando o ambiente acadêmico, de ensino superior, como também ocupado pelas classes subalternas, nossa dimensão ético-política demanda que se estabeleça trincheiras de defesa de direitos tendo como horizonte a concretização dos objetivos políticos da categoria. O próprio Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) materializa as diretrizes de execução do fazer profissional que por sua

vez só podem florescer e concretizar-se mediante a consolidação dos aparelhos de qualificação e formação educacionais com praticidade e criticidade.

Conclusão

As pontuações feitas no desenvolvimento deste texto não esgotam os desafios e possibilidades postas num processo de curricularização da extensão. Sem dúvida, a extensão curricularizada apresenta um potencial significativo para auxiliar as instituições no cumprimento de seu papel social, mas há que se ter compromisso com uma formação de qualidade, que postule a universidade como espaço do povo e para o povo.

Ao integrar a extensão como parte das atividades de formação, é possível direcionar o olhar acadêmico para além dos muros da universidade, garantindo que a construção do conhecimento científico se caracterize como um processo coletivo e que permita, nesse processo, que a educação superior materialize em suas ações formativas sua função social. Em outras palavras, a defesa de uma universidade e de uma extensão popular perpassa a construção de uma luta anticapitalista, que identifique os limites da universidade burguesa, mas que intervenha dentro das possibilidades desta e do contexto social.

Esse enfoque valoriza a união entre saberes populares e acadêmicos, reconhecendo a importância da comunhão desses saberes na produção de conhecimento significativo e aplicável à realidade social. Promover essa interação entre diferentes formas de conhecimento permitirá à extensão curricularizada não apenas o fortalecimento da qualidade da formação das/os estudantes, mas também o estabelecimento de uma ponte valiosa entre a academia e a comunidade.

Em tempos de recrudescimento do papel da universidade pública, tornada funcional à lógica do capital ou, como sinali-

zou Chauí (1999), uma universidade operacional, manter-se atentas e fortes na defesa de uma formação de qualidade ainda é uma atribuição que quaisquer entidades em defesa de educação devem ter em foco. Para a ABEPSS, trata-se de manter em evidência uma luta de décadas para continuar numa direção social associada à defesa de direitos. Os desafios para essa manutenção são evidentes, mas, como indica a marca da gestão, “em luta seguiremos atentas e fortes” e a pauta da curricularização da extensão permanece como eixo de análise e de proposições que, articuladas a outros eixos como a formação antirracista, vem fortalecendo uma perspectiva de formação profissional do assistente social no Brasil com qualidade, emancipatória e construída no e pelo coletivo.

Referências

ABEPSS. **Curricularização da extensão e serviço social**. Brasília DF, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/yynfc9an>. Acesso em: 07 dez. 2023.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Disponível em: <https://tinyurl.com/5523hdct>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdh6netz>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ABEPSS. **Relatório da oficina regional da ABEPSS - Regional Norte**, 2023.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CAVAINAC, Mônica Duarte. Educação superior e trabalho docente na lógica capitalista contemporânea. *In*: MACÁRIO, Epitácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. ALEXANDRE, Tainara. (Orgs.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/mryev3xy>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n.º 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível em <https://tinyurl.com/4598erus>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CHAUÍ, M. de S. **A universidade operacional**. Tradução. Folha de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 5. Acesso em: 08 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em <https://tinyurl.com/49ecvm6v>. Acesso em: 07 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do(a) assistente social**. Disponível em <https://tinyurl.com/3b6kd36p>. Acesso em 07 dez. 2023.

DAHMER, L. Enade no contexto de contrarreforma do ensino superior: reflexões para o Serviço Social. **Temporais**. Brasília (DF), v. 10, n.20, p.137-165, jul./dez. 2010.

DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capitalismo financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2022**: notas estatísticas. Brasília-DF: Inep/MEC, 2023. Disponível em <https://tinyurl.com/n468fkak>. Acesso em: 07 dez. 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

A curricularização da extensão no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI): concepção, normatização e desafios

Iolanda Carvalho Fontenele

Introdução

O novo projeto pedagógico do curso (PPC) de Serviço Social/UFPI foi aprovado recentemente através da resolução nº 512/2023 –CEPEX/UFPI, de 12/06/2023, e sua implantação iniciou a partir do primeiro período de 2024. Considerando especificamente o desafio da creditação da extensão apresenta-se aqui algumas indicações para fins de implantação da mesma. A curricularização da extensão foi normatizada no Brasil através da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, em atendimento ao estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 que fixou na Meta 12, Estratégia 7 um percentual de 10% da carga hora total dos cursos de graduação a ser destinado para a extensão (Brasil,

2014; Brasil 2018). Diante desse fato as unidades de ensino e seus respectivos cursos deviam fazer as devidas adequações nos seus projetos pedagógicos e posterior implantação da extensão como atividade curricular. Para tanto a UFPI/CEPEX aprova a Resolução nº 53, de 12 de abril de 2019, posteriormente alterada pela resolução nº 297, de 20 de junho de 2022. Portanto, o referido PPC do Serviço Social/UFPI traz esse esforço, dentre outros, no tocante à curricularização da extensão. O presente documento consta de indicações sobre a concepção de extensão no novo PPC, as normas da curricularização da extensão no curso de Serviço Social e alguns desafios presentes nesse processo.

Essa proposta foi discutida inicialmente no Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social da UFPI, (outubro/2023), posteriormente discutida e negociada com o conjunto dos docentes, em assembleia do DSS (outubro/2023), bem como junto aos estudantes do curso (novembro/2023). O passo final consistiu na aprovação no Colegiado do Curso (novembro/2023) onde a proposta de normatização foi objeto de deliberação. Para consolidar esse momento inicial, finalmente a organização de um seminário (dezembro/2023), uma iniciativa da coordenação do curso, em parceria com a coordenação de extensão, com o objetivo de promover um debate sobre a proposta de curricularização da extensão incorporada no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPI. Além do seminário, a proposta de um e-book intitulado Extensão em Serviço Social na UFPI, como iniciativa da coordenação de extensão, da coordenação do curso e do projeto de pesquisa: o lugar da extensão universitária no curso de Serviço Social da UFPI e as tendências no processo de curricularização da extensão.

Todas essas iniciativas fizeram parte do processo preparatório da implantação que deve culminar na programação e

aprovação da oferta, bem como a execução da mesma. Nesse momento há que se avançar no diálogo com a Coordenação do Curso, a Chefia do DSS, com docentes e discentes, bem como investir em orientação pedagógica e num estágio mais avançado da implantação ampliar e fortalecer as formas de socialização das experiências e avaliar os resultados da extensão curricularizada na formação de discentes e docentes e o impacto dessas ações junto à sociedade.

As estratégias foram e continuarão sendo fundamentais para a pactuação e a deliberação sobre o processo de implantação e consolidação da curricularização, a luta pela garantia das condições institucionais, da qualidade do ensino, da formação profissional, bem como a promoção da discussão, do debate sobre a concepção de extensão presente no novo PPC e sua concretização nas experiências. A seguir apresenta-se a questão da extensão como componente curricular no novo PPC.

O novo PPC e a curricularização da extensão

A UFPI foi criada em 1968, através da lei nº 5. 528, tendo sido oficialmente instalada em 1971. O curso de Serviço Social da UFPI data de 1976, com aprovação do primeiro currículo pela resolução 02/1976-CONSUN, a primeira turma iniciada em 1977, foi reconhecido pelo Ministério da Educação mediante a portaria 313-MEC, de 1983. Ao longo de sua história teve vários currículos¹ e o mais recente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresenta 3.090 horas no total e 315 de carga horária de atividades curriculares de extensão. A proposta do currículo encontra-se em consonância com as exigências

1 O primeiro currículo do curso foi aprovado em 1976 (resolução nº 02/1976-CONSUN), o segundo em 1987 (resolução nº 010/1987-CEPEX), um outro denominado de segundo reestruturado em 1994 (resolução nº 091/1994 – CEPEX), em 2007 o quarto (Resolução nº13/2007- CEPEX), que por sua vez sofreu alterações em 2012 e finalmente o de 2023.

da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), da UFPI, do MEC (Ministério da Educação), das normativas brasileiras no tocante à política educacional. Tendo como fundamento as diretrizes curriculares da ABEPSS, o Curso de Serviço Social “objetiva formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural”, tendo em vista a qualificação para o trabalho profissional de modo a:

- Apreender o processo histórico-social como totalidade, acompanhando o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares;
- Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação;
- Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social;
- Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento (UFPI, 2023, p. 33).

A formação profissional é concebida no projeto pedagógico como um processo de construção que deve estabelecer um “diálogo que articule o ambiente acadêmico e a experiência de vida do alunado”, entendendo que esse processo é contínuo e não se esgota na graduação e muito menos na sala de aula. Nesse sentido, a proposta traz uma perspectiva de formação acadêmica a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, entre teoria-prática, entre saber acadêmico e

experiências de vida (UFPI, 2023, p. 18), entre conhecimento e ação política.

No tocante à curricularização da extensão no âmbito da UFPI, de acordo com suas resoluções, as alternativas postas são três: I- através de disciplinas voltadas integralmente ou parcialmente para a extensão; II- mediante o desenvolvimento de um componente curricular nomeado como atividades curriculares de extensão; III- e a terceira trata do “cumprimento das atividades de extensão previstas no art. 8º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação” (UFPI, 2019), sendo essas atividades definidas na referida resolução do Conselho Nacional como programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços (Brasil, 2018).

Depois de um processo intenso de análise e discussão no Núcleo Docente Estruturante e no Departamento de Serviço Social (DSS), e de busca de orientações junto às instâncias da UFPI e da ABEPSS, a alternativa que o Serviço Social da UFPI definiu no projeto pedagógico foi a terceira, considerando que o DSS “possui uma trajetória extensionista e um leque de ofertas de programas e projetos de extensão continuados, além de cursos, oficinas e eventos” (Costa; Pereira, 2022, p.16), por outro lado trata-se de um caminho que confere maior flexibilidade e amplia as possibilidades de oferta semestral de atividades na operacionalização da curricularização da extensão, de modo que possa garantir a integralização da carga horária por parte dos/as discentes durante o curso.

A concepção de extensão presente no PPC do Serviço Social está referenciada nas orientações da ABEPSS, pensada enquanto uma ação que seja fundamentada em práticas educacionais emancipadoras com centralidade nos interesses e na autonomia dos sujeitos coletivos, reafirmando o significado

do trabalho profissional com os movimentos sociais e rompendo com a visão da extensão universitária na perspectiva difusionista (ABEPSS (2021). Portanto, a extensão é definida no PPC como:

popular, comunicativa e orientada para os processos de educação popular e emancipação humana, compreende-se que o processo de curricularização da extensão como essencial para potencializar a formação em Serviço Social e colocar os(as) estudantes em relação direta com a realidade, dinamizando a relação entre teoria e prática (UFPI, 2023, p. 64).

A questão da contraposição ao difusionismo implica em rechaçar a ideia de que a extensão, pautada na concepção de educação bancária (Freire, 1996), seria uma estratégia de difusão do conhecimento científico, ou o ato de depositar ou aplicar conhecimentos junto aos incultos, ignorantes, negando-lhes a condição de sujeitos e invalidando as diversas formas de construção de conhecimento e da legitimidade do saber popular. Implica ainda em resistir ao elitismo e reafirmar compromissos com os setores da sociedade em situação de desigualdades social e política. Portanto a extensão deve constituir conceitos e práticas que possam estabelecer a articulação entre ensino/pesquisa/extensão, a unidade teoria/prática, entre saber acadêmico e popular, entre conhecimento, ação política e postura ética.

Dito isso e tendo como fundamento o novo PPC-2023 há que se pensar no processo de implantação da curricularização e seus desafios. É importante que se diga que o curso de Serviço Social acumulou ao longo de sua trajetória uma experiência na área da extensão universitária, com um conjunto de atividades de extensão continuadas, especificamente os programas, projetos e eventos², inclusive já consolidadas.

2 Dentre os Programas destaca-se: 1- O Programa de Extensão Universitária para

Além dessas atividades, voltadas especificamente para a Extensão, destaca-se também os Núcleos de Pesquisa e Extensão que também podem contribuir significativamente, desde que as atividades de extensão estejam devidamente cadastradas³. Nesse sentido deve-se encaminhar a creditação com aquilo que existe, que inegavelmente é rico e deve ser valorizado, apesar das dificuldades, dos problemas, o que não quer dizer que a essas experiências já consolidadas não possam ser acrescentadas outras ainda no momento presente da implantação da curricularização. Na verdade, a perspectiva deve ser de fortalecimento das atividades já existentes, associado ao esforço de se encaminhar novas propostas, com ampliação do leque de atividades. Apesar dos acúmulos da profissão, das experiências do DSS ou de qualquer outra conquista ou caminho já delineado até o presente, o certo é que muito há que se enfrentar nessa trajetória da creditação da extensão, daí uma breve reflexão a seguir sobre alguns desafios postos.

Pessoas Idosas (PTIA) que contempla cinco projetos como Direito e Cidadania; Convivência e Sociabilidade; Educação e Saúde; Arte e Cultura; PTIA Conexus-Com, dentre os projetos três são coordenados por docentes do DSS como o Direito e Cidadania; Convivência e Sociabilidade; PTIA ConexusCom; 2- Programa Memória e História do Serviço Social que abrange três projetos de pesquisa (nas áreas da formação, da pesquisa e da extensão) e dois projetos de extensão; 3- Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH) e seus respectivos projetos sobre População em situação de rua e questão social e Diálogos acadêmicos e científicos sobre direitos, políticas públicas e cidadania; 4- Sementes de Cultura, com destaque para o Projeto Feira Agroecológica, dentre outros; 5- Programa de Educação Tutorial (PET) - Serviço Social; 6- Programa de Educação Tutorial (PET) – Saúde. No caso dos eventos pode-se elencar o Simpósio Internacional de Políticas Públicas – SINESPP e o Seminário Nacional de Envelhecimento e Políticas Públicas, ambos do PPGPP e a Jornada Científica do Serviço Social do DSS e Coordenação do Curso. Infelizmente nesses dois últimos anos alguns programas e eventos sofreram descontinuidade por falta de recursos ou de condições de um modo geral.

3 No caso dos Núcleos, a ênfase é para o Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), o Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) e o Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (ENGENDRE).

Alguns desafios

Os desafios são diversos, são de ordem política, pedagógica, do campo conceitual e do debate acadêmico, da gestão, das normativas e da esfera operacional. Assim sendo, passa-se a discorrer sobre alguns deles:

1- *O acesso às universidades públicas brasileiras teve historicamente um perfil seletivo, excludente e desigual (Martins, et al, 2019).* Apesar dos avanços (polêmicos) no período (2003-2016) dos governos do Partido dos Trabalhadores -PT (Sousa, 2021), o ensino universitário continua marcado pela presença majoritária do setor mercantil, pela alta seletividade e desigualdade no acesso, pela alta taxa de evasão na graduação, pela queda do número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo significativo crescimento de matrícula no Ensino à Distância (EAD) (Brasil, 2022; Instituto SIMESP, 2023) o que não é diferente no nordeste e no Piauí, senão mais acentuado (UFPI, 2023). Esses problemas se avolumam a partir de 2016, no Governo de Michel Temer e depois com Jair Bolsonaro, compreendendo o período 2016-2022, quando a educação sofre significativas perdas (Ramalhete, 2023) e passa por um verdadeiro desmonte (Saviani, 2020). No caso do curso de Serviço Social da UFPI, só para ilustrar o rastro e as pegadas dessa crise, destaca-se o problema das vagas ociosas, considerando o fato de que o serviço social em 2001 tinha uma média de 260 acadêmicos matriculados (Fontenele; Teixeira, 2001), em 2023, segundo dados da UFPI, o registro é de 150 matriculados, o que representa uma perda em torno de 42% do contingente de discentes. Nesse sentido, os desafios são muito complexos e estão para além da curricularização da extensão, mas na própria política educacional no país, voltada para o ensino nas universidades;

2- *A curricularização da extensão parece responder de um lado às demandas de qualificação da formação, enfrentamento da crise e ênfase no compromisso com a sociedade quando o próprio PNE 2014-2024 fala da priorização de áreas de grande pertinência social na sociedade (Brasil, 2014), mas, de outro lado à possibilidade de reafirmação do “empresariamento da educação”, centrada em critérios de eficiência, de produtividade (Serafim, 2023, p.103), quando as universidades passaram a ser vistas como uma organização social prestadora de serviços nos anos 1990, pautadas nas regras do mercado e da competitividade, e ainda com metas altamente quantitativas, definidas hierarquicamente pelo ranking das pontuações em produções científicas e publicações no âmbito das pós-graduações e por consequência nos financiamentos de pesquisas (Chauí, 2003), além da agenda da internacionalização. Agora, segundo Serafim, tendo em vista mais esse desafio colocado pela premência da curricularização da extensão nas graduações, essas questões devem se acirrar, podendo causar maior precarização e desgaste no trabalho de docentes e na formação de discentes (Serafim, 2023). No entanto é importante que se entenda que diante dessas gigantescas metas das pós-graduações e ainda considerando os critérios das pontuações na progressão funcional para docentes nas universidades, concentrados sobremaneira na produção intelectual, bem como a baixa carga horária semanal docente prevista nas normas da UFPI voltada para a coordenação de programas e projetos de extensão, por tudo isso, a extensão poderá continuar como uma atividade de menor importância, sem recursos, a despeito da enorme carga horária a ela destinada nos currículos. Além do mais como se trata de uma atividade que deve ser voltada para setores e áreas geográficas de maior pertinência social, no caso para segmentos em situação de pobreza, mais ainda há de se justificar a assistencialização da extensão, considerando o reduzido investimento, ou*

seja, uma ação voltada para o compromisso com a sociedade, mas de baixíssimo custo.

Diante disso, tendo em vista a realidade das universidades públicas brasileiras e das tendências das políticas em geral no tocante à questão do corte de gastos e dos processos de privatização (Fontenele, 2023), assim, diante desse cenário, a extensão como forma de prestação de serviços à comunidade, associada à captação de recursos já é uma realidade nas universidades e nesse sentido a ABEPSS adverte para a necessidade da defesa de uma educação pública, gratuita, resistindo às tendências de privatização no campo da educação e mais especificamente da extensão, se contrapondo à instituição da cobrança de taxas em programas, projetos, cursos, ou mesmo à prestação de serviços para a comunidade de natureza mercantil e enfrentando a questão do voluntariado⁴ (ABEPSS, 2021).

Nessa mesma dinâmica, a curricularização da extensão pode expressar o compromisso social da Universidade com a sociedade e ao mesmo tempo pode também se constituir como um mecanismo de relativa substituição de outras políticas públicas em relação às demandas da sociedade, especialmente dos segmentos mais pobres e desvalidos nas grandes cidades. Daí a importância das atividades extensionistas estarem alinhadas com a defesa de direitos universais e a ampliação da oferta de serviços e benefícios no contexto das políticas públicas, voltados para o conjunto da população brasileira;

3- As problemáticas do financiamento e das garantias das condições para o desenvolvimento das ACE's que precisam ser enfrentadas, dentre outras, caso contrário a creditação da extensão

4 No caso dos eventos, principalmente aqueles de grande porte, é importante se repensar sobre os valores das taxas de inscrição nos mesmos, considerando de modo especial uma parcela de estudantes, bem como de egressos que se encontram em situação de pobreza e de vulnerabilidade e que portanto deveriam ser isentos da taxa de inscrição.

pode tornar-se inviável ou mesmo precarizada, podendo resultar em baixo impacto na formação profissional e na ação junto à comunidade externa (ABEPSS, 2021). Sobre o financiamento e as condições de funcionamento da extensão, pode-se pensar em algumas pautas (como sugestão) a serem apresentadas para discussão no CCHI, junto à Reitoria, com a presença da Direção do CCHL e seus cursos, do/a representante da PREXC e outras Pró-Reitorias (de Administração, Planejamento) em vista da negociação em torno de algumas questões: aumento das bolsas do PIBEX, a garantia de seguro para os discentes, oferta de transporte para atividades fora do campus universitário, ampliação da disponibilidade de recursos (material de consumo, equipamentos, tecnologia), disponibilidade de espaço físico, financiamento de projetos/programas através de uma gestão junto a Instituições que possam fomentar e apoiar a extensão, a exemplo da pesquisa, em consonância com o artigo 213 da CF de 1988 (Brasil, 2023);

4- Há também que se promover a interdisciplinaridade, as trocas de experiências, o debate e a discussão sobre a concepção de extensão e suas práticas em articulação com o projeto ético-político da profissão, a formação profissional (ABEPSS, 2021), ao que foi definido no novo PPC do Serviço Social (UFPI, 2023), a realidade da própria UFPI e do curso mais especificamente. Por esse motivo a proposta é de realização de seminários (o primeiro previsto para dezembro/2023), de cursos, de reuniões pedagógicas, de eventos científicos de um modo geral, publicação de livros, e-books e de artigos em anais de eventos, em periódicos, produção de vídeos, dentre outros;

5- A revisão das normativas internas nas Universidades, tendo em vista a redefinição da carga horária de docentes nas atividades de extensão, a fim de valorizar e reconhecer o trabalho dos mesmos e ainda evitar que a creditação da extensão justifique “menor demanda de professores em sala de aula e, portanto, diminuição

do quadro docente das universidades”, uma vez que a curriculação implica na redução de 10% da carga horária em sala de aula (ABEPSS, 2021, p. 25). Assim, é fundamental uma alteração nas normas da UFPI, tanto no tocante à resolução nº 085/2018 (alterada pela resolução nº 297/2022) que acaba definindo uma carga horária para programas e projetos sem observar a diversidade dessas experiências, o que resulta em equívocos e injustiças; bem como a resolução nº 042/2018 que trata sobre a carga horária semanal dos docentes na UFPI. O problema dessa resolução nº 042/2018 é que ela não responde mais à realidade, uma vez que além das disciplinas, agora temos que garantir a carga horária das ACE’s no cômputo geral do que se denomina nessa resolução de atividades de ensino. Parece que agora soa melhor e mais apropriado se falar de carga horária de atividades curriculares (de ensino e de extensão);

6- Os desafios pedagógicos, tendo em vista o processo de aprendizagem que deve considerar de um lado as exigências das diretrizes curriculares, as normativas nacionais e locais, bem como a realidade e as demandas do conjunto dos estudantes, suas potencialidades e limites. Nesse ponto é oportuno lembrar que o PPC/2023- é fruto de um longo processo de discussão e avaliação do currículo de 2007, revisão essa que teve início em 2010, cujas justificativas para se pensar numa revisão, além das normativas do MEC, as orientações da ABEPSS, dentre outras, foram as avaliações dos discentes, na verdade, muitas queixas que apontavam para problemas como repetição de conteúdos, a carga horária e sua distribuição nos períodos, com significativa sobrecarga, o funcionamento do curso em dois turnos, comprometendo a questão da aprendizagem, as necessidades de trabalho, de lazer e da família, as situações de adoecimento dos discentes, enfim, uma série de questões apontadas pelos estudantes e que associadas à crise das universidades, a

perda crescente no número de matriculados no curso, como já mencionado, constituíram pano de fundo para se pensar numa revisão do projeto pedagógico que pudesse enfrentar essas problemáticas e cuja preocupação era pensar um currículo enxuto e flexível, sem descuidar das exigências relativas aos compromissos e à qualidade da formação profissional. Para tanto foram revistos os conteúdos, as ementas das disciplinas, a carga horária e sua distribuição nos períodos letivos, os pré-requisitos, com supressão de algumas e inclusão de outras disciplinas. A carga horária total do currículo saiu de 3.225 para 3.090 horas, incluindo as atividades curriculares de extensão, que foram acrescentadas agora em 2023, o que significa dizer que de fato houve um esforço de grande monta dentro daquilo a que se propunha.

Portanto é importante ter nitidez que o processo de implantação da curricularização da extensão precisa vir sintonizado com essas demandas do conjunto dos discentes e assim é importante ter em vista a observação e o cuidado na definição dos horários, dos turnos e dias por ocasião da oferta das ACE's, inclusive em função da condição de discentes trabalhadores, a realidade dos estágios supervisionados, bem como a diluição dessa carga horária ao longo do curso, a fim de não sobrecarregar ainda mais os estudantes. Para tanto há que se estabelecer mecanismos de escuta, de informação e de orientação pedagógica junto aos discentes;

7- Os desafios relativos à gestão, ao planejamento, execução e avaliação da oferta das ACE's, os procedimentos de registro e validação no SIGAA, que no caso da UFPI o sistema encontra-se em processo de estruturação, principalmente na modalidade da extensão.

Finalmente é importante destacar o fato de que a curricularização da extensão conferiu notoriedade à extensão, a trouxe para o centro do debate acadêmico. Certamente os de-

safios são grandes e complexos, mas de modo algum descredenciam a importância da curricularização, tendo em vista a questão da formação profissional, da unidade teoria-prática, bem como do compromisso com a sociedade, o diálogo com os movimentos e as comunidades em situação de desigualdades e de pobreza.

Para concluir, considerando os desafios da implantação e operacionalização da curricularização da extensão, apresenta-se a seguir o regulamento para fins de definição, padronização de critérios e orientação em geral a ser observada no curso de Serviço Social.

Regulamento da curricularização da extensão no curso de Serviço Social da UFPI¹

Fixa normas relativas à curricularização da extensão no Curso de Serviço Social da UFPI, em consonância com a Resolução nº 7/2018 - CNE/CES/MEC, a resolução nº 053/2019 - alterada pela resolução nº 297/2022 – CEPEX/UFPI, que tratam da curricularização da extensão e a resolução nº 512/2023 –CEPEX/UFPI, de 12/06/2023 que aprova o PPC do Curso de Serviço Social/UFPI.

I- DA CONCEPÇÃO, DOS OBJETIVOS E TIPOS DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 1º O cumprimento das atividades curriculares de extensão é de natureza obrigatória, com carga horária definida em 10% do total do currículo, de caráter educativo, científico, interdisciplinar, político e cultural.

Art. 2º As atividades curriculares de extensão deverão ser norteadas pela concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de educação popular e emancipação humana.

¹ Essa proposta de regulamento teve a contribuição do NDE, de modo especial das professoras Teresa Cristina Moura Costa e Sofia Laurentino Barbosa Pereira.

Art. 3º As atividades curriculares de extensão compreendem programas, projetos, eventos, cursos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade, cujos objetivos são:

I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade,

principalmente aqueles de vulnerabilidade social;

II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;

IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;

V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

Parágrafo Único: As atividades de extensão deverão contribuir para a promoção e defesa dos valores democráticos, da equidade, da justiça e dos direitos humanos, devendo também combater todas as formas de preconceitos e discriminações, seja de classe, de gênero, de raça e etnia ou qualquer outra forma.

II- DAS CONDIÇÕES PARA CREDITAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização da carga horária de ACE's deverão:

I – Ter cadastro na PREXC, devidamente regularizadas de acordo com as normativas da UFPI;

II - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;

III - Estar vinculadas à formação do(a) estudante;

IV - Ser realizadas presencialmente, onde o/a discente deve se inserir comomembro da equipe;

V - Atender as especificidades do curso de Serviço Social e áreas afins.

VI – Ter sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) estudante que solicita a creditação das mesmas.

Parágrafo Único: Podem ser creditadas como ACE's as atividades de extensão realizadas em outros cursos, departamentos, unidades ou instituições da UFPI, bem como atividades que possam envolver parcerias entre a UFPI e outras Instituições de Ensino Superior ou mesmo atividades exclusivas de outras IES's, desde que sejam em áreas afins do Serviço Social e que atendam às exigências do PPC e as normativas da UFPI.

III- DO CADASTRAMENTO DA ACE, DA OFERTA E DA SELEÇÃO DE DISCENTES

Art. 5º A coordenação de cada atividade de extensão, já em andamento ou não, deverá informar no SIGAA o fato de que a referida atividade constituirá ACE.

Art. 6º O planejamento da oferta de extensão no Departamento de Serviço Social levará em consideração as informações da coordenação sobre a demanda de discentes e negociação com o conjunto dos/as docentes do DSS e outros departamentos da

UFPI e deverá contemplar os tipos de atividades, horários, área de atuação, público-alvo, coordenação da ACE.

Art. 7º A oferta será divulgada semestralmente junto aos docentes e discentes.

Art. 8º As atividades curriculares de extensão serão ofertadas nos diferentes turnos, a fim de contemplar discentes que se encontram realizando estágio supervisionado ou na condição de trabalhador;

Art. 9º O tempo de permanência do/a discente na ACE poderá ser estendido, conforme interesse da coordenação, do/a discente ou mesmo em função das normas da UFPI, como é o caso por exemplo das bolsas do PIBEX/PREXC.

Art. 10º A seleção (opcional) dos/as discentes candidatos/as para a ACE deverá ser de responsabilidade da coordenação da ACE, que posteriormente terá de cadastrar a equipe na atividade de extensão e encaminhar a execução da mesma.

IV – DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA, DO REGISTRO E VALIDAÇÃO DAS ACE'S NO SIGAA

Art. 11º Para fins de integralização da carga horária todos/as discentes terão que cumprir 315 horas de ACE, que deverão ser concluídas até o término do curso.

Art. 12º É vedada a duplicidade de aproveitamento de carga horária em outras modalidades, como no caso das Atividades Complementares.

Art. 13º A participação do/a discente nas ACE's deverá ser realizada preferencialmente até o sétimo período do curso.

Art. 14º A creditação da ACE só será possível depois da elaboração do relatório da atividade de extensão pelo/a responsável, homologação do mesmo pela PREXC que então

deverá creditar a carga horária automaticamente no histórico do/a discente.

Art. 15º As atividades de extensão que não estiverem cadastradas como ACE no SIGAA poderão ser aproveitadas como carga horária, desde que os/as discentes de posse do comprovante que ateste sua participação, deverão registrar a atividade de extensão no SIGAA que serão analisadas e validadas pelo coordenador de extensão do curso.

Art. 16º As atividades de extensão realizadas em outras instituições de ensino superior poderão ser aproveitadas como ACE's mediante solicitação via processo a ser protocolado na UFPI até um ano antes da previsão para conclusão do curso, desde que sejam em áreas afins do Serviço Social.

V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES E DAS INSTÂNCIAS RESPONSÁVEIS

Art. 17º O docente responsável pela ACE deverá realizar os procedimentos no SIGAA, a saber: desde o registro da atividade, a seleção de discentes, cadastramento dos/as mesmos/as, bem como planejar, acompanhar a execução, a avaliação, a produção de relatórios, a submissão junto ao DSS, ou outro Departamento de origem do docente responsável, o encaminhamento do relatório para a PREXC.

Art. 18º A coordenação do curso e a chefia do DSS, em articulação com o Centro Acadêmico, devem colaborar com a divulgação de informações, a orientação sobre procedimentos e dúvidas, a disponibilização de dados, a negociação junto aos docentes e a consolidação da oferta semestralmente.

Art. 19º Compete à coordenação de extensão do curso:

- I- planejar e organizar a oferta das atividades de extensão, em articulação com a coordenação do curso e do DSS;
- II- divulgar a oferta semestralmente, com o apoio da coordenação do curso, do DSS e do Centro Acadêmico;
- III- acompanhar e orientar os/as discentes sobre a oferta das ACE's;
- IV- apoiar os docentes no processo de curricularização da extensão;
- V- análise e validação das atividades de extensão registradas no SIGAA pelos/as discentes;
- VI- realizar atividades que promovam o debate, as trocas de experiências, a avaliação e o aperfeiçoamento da operacionalização da curricularização da extensão no curso de Serviço Social;

VI - DOS DIREITOS E DEVERES DOS/AS DISCENTES

Art. 20º São direitos dos/as discentes serem informados sobre a oferta das atividades, as formas de acesso, a participação e a devida certificação das ACE's realizadas.

Art. 21º São deveres dos/as discentes a gestão da integralização das 315 horas de ACE's durante o curso, e caso seja selecionado/a e depois de concluída a ACE que faça o cadastramento de seus créditos de extensão (caso seja necessário), no módulo de extensão do SIGAA.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º Os casos omissos nessa norma deverão ser dirimidos pela coordenação de extensão em acordo com a coordenação do curso e com o NDE, devendo finalmente, caso seja

necessário, ser objeto de consulta na assembleia do Departamento de Serviço Social e deliberação no Colegiado do Curso de Serviço Social.

Referências

ABEPSS. Comissão Temporária de Trabalho. **Documento preliminar acerca da Curricularização da Extensão**. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/3nuw3kv9>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023a. Disponível em: <https://tinyurl.com/mvkfezd2>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/ywra92ub>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mryt86dv>. Acesso em: 01 set. 2023.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n. 24, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/3bf826jw>. Acesso em: 27 set. 2023.

COSTA, T.C.M; PEREIRA, S.L.B. Desafios na curricularização da extensão no curso de Serviço Social da UFPI. **Revista Capim Dourado**. Dossiê Temático: Curricularização da Extensão em Debate. Palmas: UFT, v.5, n.3, p. 84-103, set.-dez.2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p86w9y9>. Acesso em: 01 set. 2023.

FONTENELE, I.C. **A privatização da proteção social no Brasil**: alguns apontamentos sobre a problemática. Teresina: UFPI, 2023.

FONTENELE, I.C; TEIXEIRA, S. **Relatório de Levantamento**: avaliação discente do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática Educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino Superior no Brasil 2023**. 13ª edição. São Paulo: Instituto SEMESP, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4bd2wwcs>. Acesso em: 01 set. 2023.

MARTINS, P.F. de M; SILVA, E. G. da; MAURÍCIO, N.M.M. A história da Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes “D” e “E” nas universidades federais. **Revista Observatório**. Palmas: UFT, v.5, n.6, p. 886-911, out-dez. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/m5a-jd495>. Acesso em: 01 set. 2023.

RAMALHETE, M.P. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa: UEPG/Programa de Pós-Graduação em Educação, v.18, jul.2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/2j-834vp9>. Acesso em: 01 set. 2023.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**. Santarém: UFOPA/Programa de Pós-Graduação em educação, v.10, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxc7bv6>. Acesso em: 01 set. 2023.

SERAFIM, A. B. **A curricularização da extensão e o neoliberalismo**: a governabilidade na resolução e nos discursos de docentes, 2023. Tese (Doutorado em Educação). Universidade São Francisco/Programa de Pós-Graduação em Educação, Itatiba-SP, 2023 Disponível em: <https://tinyurl.com/2eccy3ep>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUSA, A. de A. **Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil**: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB, 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da educação Superior – Mestrado Profissional). UFPB/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22533>. Acesso em: 20 set. 2023

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 053, de 12 de abril de 2019**, alterada pela resolução nº 297, de 20 de junho de 2022. Teresina, PI: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/decbpenb>. Acesso em: 01 set. 2023.

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 512, de 12 de junho de 2023**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Teresina, PI: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2023.

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 085, de 22 de maio de 2018** (alterada pela resolução nº 297, de 20 de junho de 2022). Regulamenta programas e projetos de Extensão no âmbito da UFPI. Teresina, PI: Con-

selho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc6ra5ma> Acesso em: 01 set. 2023.

UFPI. Conselho Universitário. **Resolução nº 042, de 21 de novembro de 2018**. Dispõe sobre a Carga Horária semanal dos docentes do Magistério Superior da UFPI. Teresina, PI: Conselho Universitário – CONSUN, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/cdpjy6s2>. Acesso em: 01 set. 2023.

Posfácio

Dizia Miguel Cervantes, ao escrever Dom Quixote, que os historiadores deveriam ser pontuais, verdadeiros e nada apaixonados, sem que nem interesse, nem temor, nem ódio, nem afeição, deveriam desviá-los do caminho direito da verdade, que é filha legítima de quem história, êmula do tempo, depósito dos feitos, testemunha do passado, exemplo e conselho do presente, e ensino do futuro. Ao tratar dos feitos de Dom Quixote, Cervantes afirmava que tão curiosa história não poderia estar enterrada no esquecimento, em seus arquivos ou escritórios, antes disso, os feitos do famoso cavaleiro mereciam aprazível narrativa.

Olavo Bilac escreveu que existem dois momentos na vida para ler Dom Quixote, o primeiro nos faz rir, o segundo nos faz pensar. De maneira lúdica e irreverente, Dom Quixote ensinava que o conhecimento da história, realizado por um historiador comprometido com a verdade, era essencial para aconselhar o presente e ensinar o futuro, além de impedir que feitos significativos fossem relegados ao esquecimento.

Neste sentido, a obra “Extensão em Serviço Social na UFPI: trajetórias, saberes e contribuições” intencionou assinalar momentos relevantes da história da extensão do curso de Serviço Social, que, no ano de 2026, comemorará seus 50 anos. A fim de preservar seu legado, a coletânea registrou a experiên-

cia e contribuição das professoras Aglair Setúbal, Dulce Silva e Valéria Silva, consideradas pioneiras da extensão e pesquisa do curso. Não obstante, mais do que mero registro, a entrevista por si é um reconhecimento e homenagem ao papel que as referidas docentes exerceram para a consolidação do curso. A obra também relatou diversas experiências obtidas por intermédio de projetos de extensão e pesquisa renomados e desenvolvidos por professores e alunos, além de efetuar um registro sobre o processo de implantação da curricularização da extensão no curso de Serviço Social.

Com efeito, a obrigatoriedade da inclusão das atividades de extensão na matriz curricular estudantil em todos os cursos de graduação do Brasil fez surgir reações muito distintas. Para uns, a imposição foi vista como um fardo, para outros, uma oportunidade de reflexão sobre como criar um currículo apto a formar intelectuais, com capacidade de reflexão apoiada por princípios éticos e humanitários. A obra demonstrou que os professores do curso de Serviço Social, imbuídos em farta experiência extensionista, pertenciam ao segundo grupo.

A coletânea, portanto, perpetuou o espírito quixotesco ao evitar que realizações relevantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí fossem esquecidas. Ao contrário, comemorou sua história, registrou sua experiência e cumpriu sua missão para contribuir para o futuro do curso.

Deborah Dettmam Matos²

2 Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Piauí - PREXC/UFPI no período de 2021 a 2024. Professora Adjunta de Direito da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Sobre os autores e autoras

Ana Maria Cunha Iêdon

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Atuou como bolsista no Projeto “Participação e Controle Social Na Saúde Mental” e como voluntária no Projeto “COVID-19: Promoção e suporte em saúde mental” em 2020. Foi monitora do evento “Saúde mental em tempos de COVID-19: desafios e alternativas de cuidado no contexto de distanciamento social.” Foi bolsista do Programa de “Educação Tutorial – PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social” (2021-2024). Integra o Comitê Antirracista do CRESS PI 22^a Região. E-mail: anaiedon@ufpi.edu.br.

Ananda Ingrid Rodrigues de Oliveira

Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO). Membro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (bolsista PIBIC). Integrante da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LIASC-UFPI). Realiza estágio supervisionado no Hospital de Urgência de Teresina (HUT). Foi bolsista do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde) no período 2022-2023. E-mail: anandaingred72@gmail.com.

Beatriz Santos Teixeira da Silva

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Ex-secretária geral do Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (2022 - 2023). Coordenadora de Assistência Estudantil do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – FAPEPI 2022/2024, que tem como tema “O Sistema Único de Assistência Social em Teresina-PI: desafios à sua implementação e desmonte da Seguridade Social”. Integrante do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social - PET Serviço Social. E-mail: beatriztsant134@gmail.com .

Carla Gabriela Nobre da Silveira

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- PPGPP-UFPI e bolsista CAPES. Membro base da Comissão de Formação e Trabalho Profissional do CRESS-PI 22^a Região – CRESS PI. Participa do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (GEPSS) e do Programa de extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. Contribuiu como voluntária no projeto “Participação e controle social na saúde mental” e foi monitora do evento “Saúde mental em tempos de COVID-19: desafios e alternativas de cuidado no contexto de distanciamento social”, em 2020. Foi bolsista de iniciação científica FAPEPI/UFPI no período de 2020-2022 E-mail: carlagabrielanobresilveira@gmail.com.

Charlenne Cristina da Luz Matos

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista PIBIC/CNPQ/UFPI na pesquisa “História e memória da pesquisa no curso de serviço social na UFPI”. Membro voluntária do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social - PET Serviço Social. Membro voluntária do Programa de extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. Membro do Grupo de Estudos de Políticas Públicas da Seguridade e Serviço Social (GEPSS). E-mail: charlennecristinaluzz@ufpi.edu.br.

Chrystiane Campelo da Silva

Possui graduação em Secretariado pelo Instituto Federal do Piauí (2011), mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (2017). Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí e participa do Grupo de Pesquisa e Extensão Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Atua como Secretária Executiva e Assistente da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Piauí. E-mail: chrystianecampelo@gmail.com

Cristianne Kelly da Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, em 2011. Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas, Saúde e Assistência Social, pela Faculdade Ademar Rosado. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Teresina (PI), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas desde 2017. Atualmente lotada no CRAS Leste I. E-mail: Cr.is.tiannekelly@hotmail.com.

Cynthia Leal França

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da UFPI. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO). E-mail: cynthialefran22@gmail.com.

Dafne Dias Lages Monteiro

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI (PPGPP-UFPI); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil/CAPES; Participa do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” (2024); Integra o Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP-UFPI); Participou como voluntária no Projeto de Extensão “Promoção e Suporte em Saúde Mental”, em 2020. Foi bolsista de iniciação científica CNPq/UFPI no período 2020-2022. E-mail: dafne@ufpi.edu.br.

Edinaura Luza

Assistente Social. Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Campus Regional do Vale do Ivaí (PR). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora Regional de Graduação da ABEPSS Sul I Gestão 2023-2024. Integrante da Comissão Temporária de Trabalho Curricularização da Extensão da ABEPSS. E-mail: edinauraluza@yahoo.com.br.

Elivânia da Silva Moraes

Assistente Social. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós doutora em Educação e Serviço

Social pela Universidade de Barcelona (UB). Coordenadora Nacional de Graduação da ABEPSS Gestão 2023-2024. Integrante da Comissão Temporária de Trabalho Curricularização da Extensão da ABEPSS. E-mail: elivania.moraes@uece.br

Érica Lidiane de Sousa Santos

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). Comissionada da Prefeitura Municipal de Teresina, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas desde 2020. Chefe da Divisão Técnica do CRAS Norte I. E-mail: Ericalidi@hotmail.com.

Girlene Gomes Cunha

Graduanda em Serviço Social no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CENTROS - UECE). Compõe a Comissão Temporária de Trabalho- CTT Curricularização da Extensão da ABEPSS Nacional (gestão 2023-2024). E-mail: girlenegomes128907@gmail.com

Iolanda Carvalho Fontenele

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas – PTIA UFPI desde 2000, tendo coordenado o referido programa em 2002 e posteriormente no período 2016-2019. Coordenou os Projetos de Extensão PTIA na Comunidade e PTIA ConexusCom no período abril/2020 a dezembro/2023 e atualmente é coordenadora de extensão do curso de Serviço Social/UFPI. Os estudos e pesquisas estão concentrados nas

áreas de seguridade, assistência social, família e envelhecimento. E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com.

Iracilda Alves Braga

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Tutora do Grupo PET Serviço Social da UFPI. Membro do NEF/UNESP. Líder do Grupo de Estudos de Políticas Públicas da Seguridade e Serviço Social (GEPSS). Membro do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” e da Pesquisa “História e Memória do Serviço Social no Piauí”. E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br.

Isabel dos Santos Oliveira

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Projeto de Extensão PTIA na Comunidade e da Ação Extensionista Emergencial Convivências. E-mail: isaoliveira2915@gmail.com.

Isadora Ravenna de Brito Pedreira

Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX UFPI, no Programa de extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. Voluntária no Programa de Iniciação Científica da UFPI, na pesquisa “O lugar da extensão universitária no curso de serviço social da UFPI e as tendências no processo de curricularização da extensão”. E-mail: Isadoraravenna22@ufpi.edu.br.

João Victor de Oliveira Araújo

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de Iniciação Científica vinculado ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros/UECE). E-mail: joazin.araujo@aluno.uece.br

Juliana Fracaro da Silva

Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Representante discente da pós-graduação da Regional Sul II da ABEPSS (gestão 2023-2024), compondo também a Comissão Temporária de Trabalho - CTT Curricularização da Extensão da ABEPSS Nacional. Possui experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Formação Profissional e Educação. Membro dos Grupos de Estudos e Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Ética, formação e trabalho; e, Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF) da Unifesp/campus Baixada Santista. E-mail: juliana.fracaro@yahoo.com.br

Léia Lima Soares

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora e Mestra em Políticas Públicas pela UFPI (2021/2016). Recebeu o Prêmio “Prof. Benedito Borges da Silva” de Melhor Tese de Doutorado da UFPI no ano 2022 ; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2013) com intercâmbio na Universidade de Guadalajara no México (CNPq -2011/12) pelo Programa de Bolsas Ibero-americanas Santander Universidades; Especialista em Arte na Educação Escolar-Teatro pela FAEPI em parceria com a Escola Técnica Estadual Gomes Campos (2022) aprovado pela Lei Aldir Blanc Nº

14.017/2020 - Prêmio Afrânio Castelo Branco da SECULT/PI; Integrante da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS). E-mail: leialima@ufpi.edu.br.

Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva

Graduanda no curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ex- Secretária de Comunicação do Centro Acadêmico de Serviço Social, gestão União da Voz Estudantil (2022-2023). Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social - PET Serviço Social (GT3- Problematizando as relações sociais: questões étnicas). E-mail: vitorial0melo21@ufpi.edu.br.

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Serviço Social pela UFPE. Especialista em saúde mental pela UFRJ. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Supervisora acadêmica vinculada ao tema da saúde mental. E-mail: luciacsrosa@gmail.com.

Lucia da Silva Vilarinho

Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Departamento de Serviço Social da UFPI. Coordenadora de estágio curricular do curso de Serviço Social da UFPI. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa de

Saúde Pública (NESP-UFPI). Tutora do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde), de 2010 até os dias atuais. E-mail: luvilarinho@uol.com.br.

Luécia Laine Muniz de Sousa

Foi Membro do Projeto de Extensão PTIA na Comunidade e da Ação Extensionista Emergencial Convivências. Ex-aluna do Curso de Serviço Social, tendo sua matrícula cancelada em agosto/2022 e atualmente estuda no Colégio Técnico de Teresina – CTT/UFPI desde fevereiro/2023. E-mail:sousaluecia28@gmail.com.

Luna Luiza Alves Lopes de Sousa

Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da UFPI. Membro voluntária do Programa de extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. Voluntária no Programa de Iniciação Científica da UFPI, na pesquisa “História e Memória da Pesquisa no Curso de Serviço Social na UFPI”. Membro do Grupo de Estudo de Políticas da Seguridade e Serviço Social – GEPSS/UFPI. E-mail: luna-lopes@ufpi.edu.br.

Maria Clara Lima e Silva

Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social da UFPI. Membro voluntária do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade e Serviço Social – GEPSS/UFPI. E-mail: mariaclaralima@ufpi.edu.br.

Maria D'Alva Macedo Ferreira

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança, Adolescência e Juventude – NU-PEC. E-mail: dalva.macedo@ufpi.edu.br.

Maria do Rosário de Fátima e Silva

Possui pós-doutorado, doutorado e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: mrosariofat@gmail.com

Marisa Dias Pinheiro Moura

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, em 1997. Especialista em Programas de Saúde da Família – PSF, pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Teresina (PI), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas, no CRAS Norte III, desde 2009. E-mail: marisadiaspinheiro@hotmail.com.

Mayra de Sousa Gomes

Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Piauí (UFPI), lotada na Coordenação de curso de Serviço Social. Mestranda em Administração Pública pela UFPI. Especialista em Docência no Ensino Superior e Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes. Possui gradua-

ção em Administração pela UFPI. E-mail: mayra.gomes@ufpi.edu.br.

Mônica Presley Ferraz

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, em 2016. Pós-graduanda do Curso de Especialização: Instrumentos e Técnicas Operativas do Serviço Social, pela UNIFUTURO: Faculdades Integradas do Brasil. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Teresina (PI), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas, no CRAS Norte V, desde fevereiro de 2020. E-mail: monica.metal.mnc@gmail.com.

Nilo Craveiro Rodrigues

Graduando em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (Uece), bolsista do laboratório Cetros (Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social). Integrante do Ponto de Cultura Ao Pé da Letra. E-mail: nilo.craveiro@aluno.uece.br

Osmar de Oliveira Cardoso

Farmacêutico pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, Mestre em Ciências pelo programa de Pós-Graduação em Farmacologia pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e Doutor em Ciências pelo Programa de Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP) na área de saúde ambiental. Professor do Departamento de Bioquímica e Farmacologia e do Programa de Pós Graduação em Saúde e Comunidade da Universidade Federal do Piauí. Vice coordenador Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP-UFPI). Conselheiro Estadual de Saúde do Piauí (2021 - 2023). Tutor do Programa de Educação para

o Trabalho em Saúde (PET-Saúde), no período de 2021 até o momento presente. E-mail: osmar@ufpi.edu.br.

Otacílio Batista de Sousa Netto

Professor do curso de odontologia da Universidade Federal do Piauí. Possui graduação em odontologia pela Universidade Federal do Piauí e mestrado em odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando na Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Foi presidente do Conselho Municipal de Saúde de Teresina, na gestão 2011-2013. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Públicas (NESP-UFPI). Tutor do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde), do qual participa desde 2012. E-mail: otanetto@yahoo.com.br.

Paula Jordânia Soares da Silva

Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da UFPI. E-mail: paula.jordania@ufpi.edu.br.

Rosilene Marques Sobrinho de França

Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/Piauí/Brasil. Mestre e doutora em políticas públicas (UFPI); graduada em Serviço Social, Direito e História; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (GEDIPO). Coordenadora do Programa de Ações Integradas de Promoção de

Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH). E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com.

Sarah Letícia Pachêco Calaçã

Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da UFPI. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO). E-mail: sarahcalaca@ufpi.edu.br.

Simone de Jesus Guimarães

Possui pós-doutorado, doutorado e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: simone.guimaraes@uol.com.br.

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Estágio Pós-Doutoral em andamento no Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Coordenadora do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” e da pesquisa “História e Memória do Serviço Social no Piauí”. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Saúde Mental. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro base da Comissão de Formação do CRESS-22^a Região e do

Fórum de supervisão de Estágio do Estado do Piauí. E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br.

Teresa Cristina Moura Costa

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Coordenadora do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI (2023-2025). Pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas e do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Vice-presidente da Regional Norte da ABEPSS Gestão 2023-2024. Membro base da Comissão de Formação do CRESS-22ª Região. E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br.

Terezinha de Fátima Rodrigues

Professora Associada, docente no Curso de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Fundamentos do Serviço Social – ética, trabalho e formação. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social - Unifesp. Representante de Graduação na Regional Sul II da ABEPSS e membro da Comissão Temporária de Trabalho - CTT Curricularização da Extensão da ABEPSS Nacional. E-mail: terezinha.unifesp@gmail.com.

Thamires Paes Landim Da Costa

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Projeto de Extensão

PTIA na Comunidade e da Ação Extensionista Emergencial Convivências. E-mail: paesthamires2@gmail.com.

Vera Núbia Santos

Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Docente da graduação e da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenadora Regional de Graduação da ABEPSS Nordeste Gestão 2023-2024. Co-coordenadora do GTP Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional (ABEPSS). Coordenadora da Rede de Pesquisa sobre o Trabalho da/o Assistente Social (RETAS). Membro da Comissão Temporária de Trabalho Curricularização da Extensão (ABEPSS). E-mail: venus_se@uol.com.br.

Vívian Maria Almeida de Amorim

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí – UFPI; bolsista no Programa de Educação Tutorial em Serviço Social - PET Serviço Social; membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade e Serviço Social (GEPSS) e da Comissão de Formação e Trabalho Profissional CRESS - PI. E-mail: vivianalmeida0709@ufpi.edu.br.

Waleska Ferreira de Albuquerque

Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em Ciência Animal pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Piauí. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Públicas (NESP-UFPI). Coordenadora do Programa de Educação para o Trabalho em

Saúde (PET-Saúde), do qual participa desde 2015 (gradua-
SUS). E-mail: waleska@ufpi.edu.br.

O registro da memória do processo de formação acadêmica-profissional no Curso de Serviço Social da UFPI, conduzido através de um cuidadoso resgate das experiências de extensão ao longo de quase cinco décadas de sua trajetória histórica, consiste no principal legado desta obra. Como não bastasse tal relevante contribuição, a presente coletânea nos impõe a imprescindível reflexão acerca da memória individual e coletiva em suas relações com a história, para assim cumprir uma função social importante: registrar memórias antes que se percam no tempo.

Nesta direção, através da história oral, instrumento potente de registro e resgate da memória histórica, esta coletânea reúne importantes relatos de docentes protagonistas na fundação do Curso de Serviço Social da UFPI, e neste, de experiências de extensão, como fontes inesgotáveis para a produção do conhecimento crítico e emancipatório, cumprindo assim com a função social da Universidade Pública.

Por estes e outros motivos a leitura desta obra instigante e provocativa é indispensável. Resultante de um sério trabalho coletivo de discentes/docentes/pesquisadoras/es a obra contribui para a construção de alternativas político-pedagógicas frente aos enormes desafios que atravessam a formação acadêmica-profissional em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação no tempo presente.

Selma de Oliveira Brandão

Professora da Universidade Federal do Maranhão

